



Elen Biguelini

Tenho escrevinhado muito.

**Mulheres que escreveram em Portugal
(1800-1850)**

Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História, ramo Economias e Sociedades, orientada pela Professora Doutora Maria Antónia Lopes, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Abril de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Tenho escrevinhado muito: Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	<i>Tenho escrevinhado muito: Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)</i>
Autor	Elen Biguelini
Orientador	Professora Doutora Maria Antónia Lopes
Júri	Presidente: Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Vogais: 1. Professora Doutora Ofelia Rey Castelao 2. Professora Doutora Mariagrazia Russo 3. Professora Doutora Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas 4. Professora Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes 5. Professora Doutora Maria Helena Jacinto Santana
Identificação do Curso	3º Ciclo em Altos Estudos em História, ramo Economias e Sociedades
Data da defesa	05.04.2017
Classificação	Aprovada com distinção e louvor, por unanimidade.



Agradecimentos

Não há linhas suficientes para agradecer todos aqueles que de uma forma ou outra influenciaram e auxiliaram a escrita desta tese doutoral. À Professora Doutora Maria Antónia Lopes agradeço ao apoio e a paciência; bem como a colaboração e instrução constantes. À CAPES agradeço o auxílio essencial, sem o qual esta tese não teria tido tão fortes frutos. À minha família, em especial a meus pais, obrigada pelo tempo e pela saudade que só agora poderei repagar.

Outras pessoas também auxiliaram com seus ombros amigos e conversas inspiradoras: Clarissa, Gilvano, Gustavo, Maria Bertolina, Andrea, Ediana, Fernanda, Dudu, Mari, Ana Rita e muitos outros. Obrigada.

*Não, não te admires oh Sylvio
Se as bellas de Lysio encanto
Não dão culto ás meigas Muzas,
Que eu tenho presado tanto.*

*Eu pude nos verdes annos
Vendo do seu Estro a luz
Na minha alma reflector.*

*Eis porque tenho apanhado
Do Parnazo algumas flores,
Que me foram desfolhadas
Pelo tempo, e dissabores.*

*Hoje as Damas sempre entregues
A bailes tumultuosos
Não podem bem dar valor
Da Poesia aos dons mimosos.*

*A seus ouvidos não chega
Tedu doce canto estimado,
Que nos supper o d'esses Vates
Que a morte nos tem roubado.*

*Que nos adoça a saudade
De Fylinto, Elmano, e Oleno,
E de outros mais em que avulta
O meu adorado Ismeno [João Vicente Pimentel Maldonado, irmão da autora]*

*Mas não receieis que as Bellas
Tenham frio coração,
Pois vemos que ao terno amor
Sabem dar adoração.*

*Talvez se um dia poderem
A tua Lura escutar
Lhe fará o encanto d'ella
O dom das Muzas amar.*

D. Marianna Pimentel Maldonado. *Ode Anacreontica. Ao Illmo Sr. Jose Maria da Costa e Silva.* In. *Poesias de Jozé Maria da Costa e Silva.* Lisboa. Typ. de Antonio José da Rocha. 1844. xvi.

Resumo

“Tenho escrevinhado muito e ainda tenho muito a escrever” afirmou D. Augusta Franzini, em carta para seu pai, em uma frase que poderia ter sido proferida ou deixada por muitas outras senhoras escritoras portuguesas. As mulheres que escreveram em Portugal durante a primeira metade do século XIX não foram as primeiras, mas o fizeram apesar do desejo masculino de as manter em casa. Seu lugar era o lar e suas funções domésticas; a autoria procedimento desviante. Ainda assim, muitas foram aquelas que lançaram a pena ao papel e nos legaram em criações poéticas ou em prosa seus pensamentos íntimos, opiniões políticas, defesas da educação feminina, entre outros muitos temas.

Inserido na História das Mulheres, bem como na História Social e Cultural, este trabalho procurou encontrar e identificar mulheres que publicaram e escreveram em Portugal entre 1800 e 1850. Portuguesas, brasileiras, francesas e, até mesmo uma argentina, deixaram suas opiniões em obras as mais diversas. Localizadas em arquivos e bibliotecas do Brasil e de Portugal, as 95 autoras e 11 assinaturas anônimas femininas são na sua maioria pouco ou nada conhecidas. Algumas, até agora desconhecidas, permanecem incógnitas porque deixaram apenas siglas ou assinaturas anônimas, que foram completamente apagadas da história, apesar de uma produção relativamente larga. Outras, aceitas por seus contemporâneos e preservadas pela História Literária, deixaram resquícios mais claros de suas vidas. Outras ainda deixaram poucos, mas suficientes, dados sobre si que permitem uma aproximação às suas vidas.

A Crítica Literária Feminista e especialmente o conceito de *Anxiety of Authorship* de Susan Gubar e Sandra Gilbert, permitem perceber a presença do temor por parte destas mulheres de não serem aceitas pelo público e por seus colegas homens, ou, ainda mais, de serem percebidas com a imagem negativa, da sabichona ou de literata.

Estas autoras escreveram textos de diferentes gêneros e em distintos suportes desde a poesia ao romance (em livros e folhetins) e até textos de cariz diverso na imprensa periódica. Passaram, assim, paulatinamente, a marcar presença na cultura literária portuguesa, encontrando seu espaço, que se tornaria ainda mais importante na segunda metade do Oitocentos.

As temáticas sobre as quais decidiram escrever são também centrais neste trabalho, que visa compreender o que queriam dizer e de que forma quiseram fazê-lo. Assuntos referentes ao cotidiano feminino (a maternidade, o amor e o casamento, por exemplo) são muito frequentes em seus textos. Mas as escritoras também observam e criticam a sociedade e o tratamento que reserva às mulheres. A história, a escravidão e o sobrenatural são outros temas, “pouco femininos”, que surgem em seus textos.

Ainda que muitas tenham sido esquecidas por completo, suas obras eram lidas e até mesmo enaltecidas por alguns de seus colegas do sexo masculino. Outros eram radicais opositores da escrita feita por mulheres. Mas ainda assim, obras de autoria feminina eram vendidas, e lidas, chegando a atravessar o oceano, publicadas e bem acolhidas em terras brasileiras.

Uma extensa listagem de autoras e obras acompanha este trabalho, que tem como objetivo principal, resgatar nomes esquecidos da literatura e da história portuguesa. Obras de melhor ou menor qualidade, autoras pouco ou muito produtivas, mas todas merecedoras de ser lembradas pela História das Mulheres, pela Literatura e pela História Social e Cultural porque as sociedades e as culturas têm homens e mulheres como protagonistas e são produto das vidas e pensamentos de todos os seus atores.

Palavras Chave: história das mulheres, história sociocultural, mulheres que escrevem, primeira metade do século XIX, crítica literária feminista.

Abstract

“I’ve been writing a lot and I still have much to write” has professed D. Augusta Franzini in a letter to her father. This phrase could have been uttered or written by many other Portuguese authoresses from the early XIX century. These women were not the first ones to write, but they’ve done so despite male desire to keep them in the house. Their designated place was the home and its private functions. Writing was a deviation of that. Still, many women have put their pens to paper and leaving behind their intimate thoughts and poetic or prose creations.

This thesis inserts itself in the area of Women’s History as well as that of Social and Cultural History. It attempts to find women who have written and published in Portugal from 1800 to 1850. Portuguese, Brazilian and French women, as well as an Argentinian, have left their opinions of the world in a great variety of works. Ninety-five names and ten anonyms have been found in Brazilian and Portuguese libraries and archives. Their names are mostly unknown. Some have been completely erased from History despite their rather large volume work since only initials and pseudonyms remain. Others, more accepted by their contemporaries, have been added to the Literary History which allowed some information from their daily lives to have survived. Others still have left little, but enough information, to permit some knowledge of who they were, but not much.

Feminist Literary Criticism, specifically Susan Gubar and Sandra Gilbert’s concept of Anxiety of Authorship, allows the understanding of the fear these women have felt of being accepted by their male peers and the general public as well as that of seeming like a bluestaking. These ladies have written in plenty of different styles and formats: from poetry, to romance (both as books and as *feuilleton*), to newspapers. Through these they have become part of the Portuguese literary culture, slowly finding their space, which would become much greater in the second half of the century.

The themes they chose to write about are also part of the focus of this thesis that wishes to comprehend what they wished to say and how they decided to do so. Subjects revolved around the revolved female day-to-day life (maternity, love and marriage) were extremely common. But these writers have also used their texts as critics to Society and its treatment of women, especially in regards to seduction and rape. History, slavery as well as the supernatural are themes that can also be found in the works of women writer from this period, despite not being labelled as feminine.

Even though many of their names have disappeared, their work has been read and even defended by some of their male colleagues. Others opposed their talents completely. But still books written by women have been sold and read even across the ocean, where they were accepted and printed even in Brazilian lands.

An extensive list of authoresses and their books accompanies this work, that has the principal objective of making these names known to Portuguese history and literature. Be them better or worse books, more or less productive writers; all of them deserve to be remembered by women’s history, by literature and Social and Cultural History since society and cultures are protagonized both by men and women being a product of their lives and desires.

Key words: women history, social cultural history, women writers, first half of the XIX century, feminist literary criticism

Tenho escrevindo muita. Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)

Introdução	1
Capítulo 1. <i>'Apesar do meu sexo'. Escritoras portuguesas da primeira metade do século XIX</i>	13
1. Mulheres que escreveram antes do século XIX	14
2. Acerca dos lugares e papéis femininos em finais do século XVIII e inícios do século XIX	18
3. As autoras	36
4. Quem são?	37
4.1. <i>Aristocracia</i>	38
4.1.1. D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, viscondessa de Balsemão (1749-1824)	40
4.1.2. D. Leonor de Almeida Portugal, marquesa de Alorna (1750-1839)	41
4.1.3. D. Leonor da Câmara, marquesa da Ponta Delgada (1781-1850)	43
4.1.4. D. Mariana Vicência de Sousa Holstein, condessa de Alva (1784-1829)	44
4.1.5. D. Luísa Maria José Rita Baltazar de Noronha, condessa da Póvoa (1802-1870)	45
4.1.6. D. Margarida Iriarte e Somallo Aymerick Bioslada de Cocio 1ª baronesa e 1ª condessa do Casal (1804-1854)	45
4.1.7. D. Isabel Maria José de Sousa Botelho Mourão, condessa de Rio Maior (1812-1890) ..	46
4.1.8. D. Maria Teresa de Sousa Botelho, condessa da Ponte (1814-1900)	47
4.1.9. D. Maria Luísa de Noronha e Sampaio, duquesa de Palmela (1827-1891)	48
4.2. <i>Organizadoras e frequentadoras de salões</i>	49
4.2.1. D. Mariana Antónia Maldonado (1771-1855)	52
4.2.2. D. Francisca de Paulo Possolo da Costa (1783-1838)	53
4.2.3. D. Maria da Felicidade de Couto Browne (1797 ou 1800-1861)	54
4.3. <i>Casadas, solteiras, viúvas e separadas</i>	56
4.3.1. Leonor Violante Rosa de Mourão (1775-1864)	56
4.3.2. D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva (?1788-entre 1851 e 1853)	58
4.5.1. D. Maria Peregrina de Sousa (1809-1894)	60
4.3.3. D. Augusta Maria Franzini (1806-antes de 1866)	61
4.3.4. Ana Maria do Carmo Pessoa (1808-1845)	63
4.5.1. Maria do Patrocínio de Sousa (1823-1864)	65
4.3.5. Ana de Sá, a Rosa Branca (1823-1895)	65
4.4. <i>Jovens senhoras</i>	66
4.4.1. Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva (1792-após 1826)	66
4.4.2. Isabel Marques da Silva (1826-1857)	67

4.6.	<i>Francesas e Brasileiras</i>	68
4.6.1.	D. Maria Luísa de Valleré (antes de 1796-1824).....	69
4.6.2.	Maria Cecília Monteiro Aillaud Vieira (1780 -1857).....	69
4.6.3.	Pauline de Flaugergues (1799-1878).....	70
4.6.4.	Catarina Álvares de Andrada (1809-1860).....	71
4.6.5.	Josefina de Neuville (1823-após 1864)	72
4.7.	<i>Trabalhadoras (boticária, jornalistas, professoras)</i>	76
4.7.1.	Januária Joaquina Freire de Andrade (antes de 1789-depois de 1812).....	76
4.7.2.	Gertrudes Angélica da Cunha (1794-1850).....	77
4.7.3.	Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883).....	79
4.7.4.	Maria José da Silva Canuto (1812-1890 ou 1900)	81
4.8.	C. E. da C. G. Uma escritora perdida	81
5.	<i>Um teto todo seu e a falta de uma tradição literária feminina</i>	82
6.	<i>A escrita como atitude de revolta\libertária</i>	83
Capítulo 2. <i>Anxiety of Authorship</i>		85
1.	<i>Crítica literária feminista</i>	86
2.	<i>O Medo da autoria</i>	90
2.1.	<i>Anonymity runs in their blood</i>	91
2.2.	<i>Uma pobre oferta: desvalorização do texto e dedicatórias</i>	94
2.3.	<i>O mais moral: justificativas morais</i>	98
2.4.	<i>Alívio preciso: justificativas pragmáticas</i>	100
2.5.	<i>“Com a sua filantropia”: justificativa econômica</i>	101
2.6.	<i>Não ser vaidade o que me guia: o medo da fama</i>	106
3.	<i>“Não me faz recuar o medo”: As memórias de Josefina de Neuville</i>	109
4.	<i>Exemplos anteriores e posteriores em Portugal, Espanha e na América do Sul</i>	112
5.	<i>Conclusão</i>	115
Capítulo 3. <i>Vou sagrar a minha lyra. As obras</i>		117
1.	<i>Poesia</i>	119
1.1.	<i>Alorna, Balsemão, Francília e Mariana Pimentel Maldonado</i>	120
1.2.	<i>As autoras românticas e a “guerra das duas rosas”</i>	126
1.3.	<i>Homenagens</i>	129
1.4.	<i>Charadas e logogrifos</i>	131
2.	<i>História e Biografia</i>	133
3.	<i>Memórias</i>	136

4. Cartas	139
4.1. <i>Publicadas em jornais</i>	140
4.2. <i>Publicadas posteriormente</i>	143
4.3 <i>Inéditas</i>	145
5. Romances e folhetins	147
6. Traduções	151
7. Teatro	153
8. Prosas de teor ensaístico	156
9. Textos jornalísticos	157
Conclusão	162
Capítulo 4. <i>O que dizem? O que querem?</i>	163
1. <i>Mais vale um amante apaixonado do que uma amiga louca: Amor e Paixão</i>	164
2. <i>Estava deshonrada!:</i> Sedução e Violação	173
3. <i>Sagrada inclinação:</i> O casamento	183
4. <i>Aborrecer o Vício e amar a Virtude:</i> Moralidade e Religião	196
5. <i>A prudência e a vigilância de uma mãe:</i> Maternidade	198
6. <i>A côr nada decide para os sentimentos d'alma:</i> Escravidão	210
7. <i>Isso não, que nos faz medo:</i> Literatura Gótica	213
8. <i>Hum segredo, (...) que até agora com tanto trabalho occultei:</i> Travestismo	218
9. <i>Hum impulso de generosidade e compaixão:</i> As chácaras, o Patriotismo e Heroísmo Feminino	224
10. <i>A avareza das luzes do entendimento:</i> Educação	231
11. <i>Seus tyranos:</i> defesa da feminilidade	238
Conclusão	245
Capítulo 5. <i>Círculo íntimo de suas amigas:</i> a aceitação das obras	247
1. A recepção	248
2. Relação Portugal e Brasil	262
3. Conclusão	268
Conclusão. <i>Tenho escrevinhado muito e ainda tenho muito a escrever</i>	269
ANEXO I. Listagem de autoras e obras da primeira metade do século XIX em Portugal	275
1. D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre. 1ª viscondessa de Balsemão (Guimarães, 29/09/1749 - Porto, 04/01/1824)	277

2.	D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Alcipe, marquesa de Alorna (Lisboa, São Jorge de Arroios, 31/10/1750- Lisboa, Coração de Jesus, 11/10/1839)	283
3.	D. Maria Luísa (Luiza) de Valleré (Estremoz, Santo André, entre 1759 e 1796-1824)	288
4.	D. Ana Henriqueta Froment da Motta e Silva (Lisboa, Santa Engrácia, entre 1759 e 1788 – entre 1851 e 1853)	291
5.	Mariana Antónia (Epiphania) Pimentel Maldonado (Lisboa, Coração de Jesus, 9/12/1771- 14/05/1855).....	293
6.	Januária Joaquina Freire de Andrade (antes de 1775- depois de 1812)	296
7.	Leonor Violante (Rosa de Mourão) Roza Morão (Lisboa, Santa Justa, 05/02/1775- Lisboa, Sacramento, 26/03/1864).....	297
8.	Maria Cecília Monteiro Aillaud Vieira Fialho de Mendonça, Cesaura (Coimbra, Sé Velha, 17/11/1780 - Coimbra, Sé Velha, 29/07/1857).....	299
9.	D. Maria Margarida Mendonça Stockler Pusich (antes 1781-após 1846)	301
10.	D. Leonor da Câmara, 1ª marquesa da Ponta Delgada (Lisboa, Alcântara, 30/05/1781- Vale de Santarém, 27/03/1850)	302
11.	Francisca Paula Possolo da Costa, Francília (Lisboa, Encarnação, 4/10/1783 - Cartaxo, 19/07/1838).....	303
12.	D. Mariana Vicência de Sousa Holstein, condessa de Alva (Turim, 05/05/1784- França, 18/04/1829).....	306
13.	D. Maria da Trindade (de) Portugal Malheiro e Melo Baiana (antes de 1785- posterior a 1819)	307
14.	D. Maria Perpétua Machado de Castro e Sousa (antes de 1785 - após 1861).....	308
15.	D. Maria Benedita Machado de Castro e Sousa (23/08/1785 - 29/03/1861)	309
16.	Perpétua, "por huma menina portugueza" (1789-?).....	310
17.	Eufrosina Pais de Noronha (Ucassaim, Goa, 1790 ou 1795-?)	310
18.	Joana Margarida (Maurícia) Mância Ribeiro da Silva Guimarães (Lisboa, São Julião, 29/09/1792- após 1826).....	311
19.	Gertrudes Angélica da Cunha (Lisboa, 29/05/1794- Rio de Janeiro, 28/08/1850).....	313
20.	Maria da Felicidade de Couto Browne. Soror Dolores, Coruja Trovadora (Porto, Miragaia, 21/06/179 - Porto, Miragaia, 08/11/1861).....	314
21.	(Maria) Leonor do Resgate Correia de Sá e Benevides (Lisboa, Santos-O-Velho, 07/04/1799- após 1851).....	317
22.	Paulina de Flaugergues (Rodez, 21/08/1799- Paris, 10/02/1878).....	319
23.	Sóror Eugenia Cândida de Costa e Almeida (1802 - 15/04/1873).....	321
24.	D. Luísa Maria José Rita Baltazar de Noronha, condessa da Póvoa (Lisboa, Lumiar, 29/10/1802 - 23/02/1870)	322
25.	Maria Amália de Gouvêa Pinto Bezerra de Lima (Coimbra, Almedina, 25/11/1802-?)	323
26.	D. Margarida Iriarte e Somallo Aymerick Bioslada de Cocio 1ª baronesa do Casal e condessa do Casal (Buenos Aires, 24/04/1804 - Lisboa, 19/01/1854)	323

27.	D. Maria Margarida Pereira Cambiaxi (Cambiache). Maria Cambiaxi (Porto, antes de 1805-?)	325
28.	Antónia Gertrudes Pusich (São Nicolau, N. Senhora do Rosário, 01/10/1805- Lisboa, 05/10/1883)	326
29.	D. Maria d'Arrábida da Costa Sousa e Macedo (Setúbal, 31/05/1805- Lisboa, 11/05/1885)	331
30.	D. Augusta Maria Franzini (Conceição Nova, Lisboa, 02/05/1806 - depois de 1848)....	332
31.	D. Carolina Mathilde Esmeraldo (Ponta Delgada, São José, 20/05/1806- Funchal, São Pedro, 12/05/1882).....	334
32.	Ana Maria do Carmo Pessoa (Lisboa, Santa Izabel, 13/06/1808 - Vila de Pereira, 20/07/1845)	335
33.	D. Catarina A. de Andrada; Catarina Douthat Álvares de Andrada. Madame de Andrada (Lisboa, São Bartolomeu do Beato, 11.01.1809- Lisboa, São Tiago de Cacém,1860)	337
34.	Jesuina Gertrudes de Oliveira (1809-1868).....	339
35.	D. Maria Peregrina de Sousa Monteiro. Obscura Portuense (Moreira da Maia, Porto, 13/02/1809- Porto, 16/10/1894).	339
36.	D. Ana Carlota Vidal de Castilho ou Ana Carlota Xavier Vidal (Madeira, Funchal 02/04/1811- Lisboa, 18/06/1871).....	347
37.	Maria José da Silva Canuto (Lisboa, 28/01/1812-20/01/1890)	347
38.	D. Isabel Maria José (Antónia Domingues) de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, condessa de Rio Maior (Lisboa, Lapa, 12/06/1812-Lisboa, São José, 24/04/1890)	351
39.	D. Maria Teresa (José Antónia) de Sousa Botelho, condessa da Ponte (Lisboa, Lapa, 08/01/1814-Lisboa, 21/11/1900).....	352
40.	Maria Clara Junior (antes de 1816- ?)	353
41.	D. Maria Amalia (ou Amélia) Garcia de Sousa Gomes (Lisboa, Encarnação, antes de 1816-?)	354
42.	Emilia (antes de 1817, ?)	355
43.	D. Narcisa Maria Casemira do Carmo (antes de 1819-?).....	355
44.	D. Maria Francisca Avondano (1820-1880)	356
45.	D. Maria Emilia Carlota Almeida de Macedo (Lisboa, Sacramento, antes 1822 - depois 1861) 357	
46.	D. Maria do Patrocínio Souza (1823– 12/04/1864)	358
47.	Josefina de Neuville (Rio de Janeiro, São Jose, 31/10/1823-depois de 1864).....	359
48.	Ana Amalia Moreira de Sá e Mello, Ana de Sá, Rosa Encarnada (01.11. 1823-3.4.1895) 360	
49.	Maria d'Arrabida Vilhena d'Almeida (Aveiro, 1824-?).....	362
50.	Carolina de V. Castelo Branco (antes 1825- ?).....	363
51.	Carlota Joaquina Candida de Carvalho (antes de 1825-?).....	364
52.	Isabel Marques da Silva (Lisboa, São Julião, 05/12/1826- 1857)	364

53.	D. Luísa Maria de Noronha e Sampaio, 2 ^a duquesa de Palmela . (São Mamede, 21/04/1827-Lisboa, 21/03/1891).....	365
54.	D. Catarina Maxima de Figueiredo de Abreu Castelo-Branco (Vila Real, Guiães, 22/04/1829- após 1885?).....	366
55.	Maria Leopoldina de Vargas Ollero (Lisboa, Carnide, 07/07/1830-?).....	368
56.	Judith Rugelli ou Rugalli (1831ou 1832 -?)	368
57.	D. Iñez (Inês) Carlota Casassa (França, Santo André de Bay, 1831-após 1866)	369
58.	D. Maria Augusta da Conceição Villar ou Maria A ou Maria Augusta (Foz do Douro, 1831-05/01/1901)	369
59.	D. Leonor de Figueiredo Abreu Castelo-Branco (Vila Real, Guiães, 30/09/1831-?)	370
60.	D. Maria Candida Pereira de Vasconcelos de Sousa e Menezes. D.M.C.P.V (Marco de Canaveses, Várzea da Ovelha e Aliviada, 03/07/1833- Póvoa do Varzim, 23/11/1896)	371
61.	D. Maria da Luz Pereira Guedes (14/07/1833-?).....	372
62.	Júlia Adelaide da Silva Teixeira de Gusmão (Lisboa, 21/10/1835-?).....	373
63.	D. Flora Xavier V. Silva (antes 1839-?)	374
64.	D. Maria Miquelina (Meclina) Pereira Pinto de Carvalho ou Pereira Pinto Guedes (antes de 1844- após 1856)	374
65.	Dona J. P. Aragão (antes de 1845-?)	376
66.	C. E. da C. G. (antes 1847- depois 1855).....	376
67.	D. Maria Clara de Vilas Boas (antes de 1849-?)	377
68.	Mathilde Leão d'Assis Pereira da Cunha e Castro (antes de 1856-?).....	377
69.	D. Joaquina da Conceição Jordão Botelho Lobo (antes de 1858-?)	378
70.	D. Antónia Luísa Cabral de Teive Pontes (20/09/?- após 1893)	378
71.	Sra. A. A. P. (Séc. XIX)	379
72.	Ana Maria (Séc. XIX).....	379
73.	D. Antónia Tarzilla Amazilis Pinto (Séc. XIX).....	380
74.	Augusta P. S. (Séc. XIX).....	380
75.	D. Branca de Carvalho. (Séc. XIX)	380
76.	Clorinda M. (Séc. XIX) (Pode ser Clorinda Máxima de Macedo).	380
77.	Sra. D. M. C. (Séc. XIX) (Pode ser D. Maria Cândida da S. S).....	381
78.	Emília de.... (Séc. XIX)	381
79.	Emília de Rezende (Séc. XIX). (Pode ser Emília de...)	381
80.	D. Engrácia Júlia (Séc. XIX).....	382
81.	G. M. I. "Sua constante leitora" (Séc. XIX).....	382
82.	Hortênsia Paulina L. B. (de Lima Barbosa) (Séc. XIX)	382
83.	Júlia A. C. (Séc. XIX)	383
84.	D. Maria Cândida da S. S. (Séc. XIX).....	383

85.	D. Maria Isabel de Lima Barbosa (Séc. XIX)	384
86.	D. Maria J., A Violeta (Séc. XIX) (Presume-se Maria Isabel de Lima Barbosa)	384
87.	Maria Luiza (Séc. XIX).....	385
88.	D. Maria Sérvola do Nascimento Ribeiro (Séc. XIX)	385
89.	D. M. J. O. de M. (Séc. XIX).....	385
90.	Olympia. (Séc. XIX)	385
91.	Paulina de J. L. L. (Séc. XIX).....	386
92.	Sofia P. S. (Séc. XIX).....	386
93.	Anónimas	386
	<input type="checkbox"/> <i>A Soror Charadista</i>	386
	<input type="checkbox"/> <i>Authora do Conto da minha Thia</i>	386
	<input type="checkbox"/> <i>D. L***</i> (Provavelmente D. Leonor Correia de Sá e Benevides).....	386
	<input type="checkbox"/> <i>De uma Senhora</i>	387
	<input type="checkbox"/> <i>Huma anonyma</i>	387
	<input type="checkbox"/> <i>Huma Senhora Portuguesa</i>	387
	<input type="checkbox"/> <i>por huma anonyma</i>	387
	<input type="checkbox"/> <i>por huma menina de 15 anos</i>	388
	<input type="checkbox"/> <i>por huma menina portugueza de 11 anos</i>	388
	<input type="checkbox"/> <i>por huma portugueza</i>	388
	<input type="checkbox"/> <i>por huma portugueza constitucional</i>	388
	<input type="checkbox"/> <i>por huma subscriptora</i>	388
	<input type="checkbox"/> <i>por outra senhora</i>	388
	<input type="checkbox"/> <i>por uma curiosa</i>	389
	<input type="checkbox"/> <i>por uma jovem alemaã</i>	389
	<input type="checkbox"/> <i>por uma jovem de dezaseis anos</i>	389
	<input type="checkbox"/> <i>por uma menina</i>	389
	<input type="checkbox"/> <i>por uma menina de 9 anos</i>	389
	<input type="checkbox"/> <i>por uma respeitável senhora</i>	389
	<input type="checkbox"/> <i>por uma Senhora</i>	389
	<input type="checkbox"/> <i>por uma sua nacional</i> (antes de 1824-?; seria C. E. da C. G?).	390
	<input type="checkbox"/> <i>uma portuense</i>	391
	<input type="checkbox"/> <i>Uma senhora da Província</i>	391
ANEXO II. Epistolário de Augusta Franzini.		393
ANEXO III. Dedicatórias, introduções e prefácios.....		417

1. D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva.....	418
2. D. Antónia Gertrudes Pusich.....	420
3. C. E. da C. G.	425
4. D***	429
5. D. Francisca Paula Possolo da Costa.	430
6. Huma senhora portuguesa.....	434
7. Huma sua nacional.	434
8. D. Joaquina Cândida Calheiros Lobo.....	435
9. Josefina de Neuville	436
10. D. Maria Amália Garcia de Sousa Gomes.....	442
11. D. Maria d'Arrábida Costa e Macedo.	445
12. D. Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Melo Baiana.....	446
13. D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides	447
14. D. Maria Peregrina de Sousa.....	449
15. Pauline de Flaugergues	449
ANEXO IV. Cartas ao <i>Astro da Lusitânia</i>	451
Fontes e Bibliografia	455
1. Fontes.....	456
1.1 Fontes Manuscritas.....	456
1.2. Fontes Impressas.....	463
1.2.1. Periódicos	463
1.2.2. Livros e panfletos.....	466
1.2.3. Publicadas posteriormente.....	478
2. Bibliografia.....	480
2.1. Instrumentos Auxiliares.....	480
2.2. Estudos.....	482

Introdução

Na garganta trago um nó
sem engulir poder
o que alma sente;
eu e meu cuidado só!,
faço vida, sem viver
nunca contente.¹

Escrever a história das mulheres que escreveram denota um desejo de encontrar textos perdidos, ignorados pelo cânone literário e esquecidos em cantos pouco visitados da bibliotecas. Embora o interesse pela história das mulheres não seja recente (a História das mulheres já é aceita pela historiografia desde a década de oitenta), ainda são poucos os olhares focados na importância das palavras femininas.

Diversos obstáculos dificultam, e muitas vezes impedem, o andamento de uma pesquisa sobre esta temática. O primeiro deles é o fato de que as mulheres não figuram em textos historiográficos, senão quando esposas ou altamente ilustres (frisa-se altamente, pois a genialidade e a originalidade por si sós, ou a mera fidalguia, não eram suficientes para tornar uma mulher digna de nota). Em segundo lugar, a suposta escassez dos seus textos, que é reiterada pela história literária, e que se comprova na observação do cânone vigente que é maioritariamente, e em muitas épocas exclusivamente, masculino. Aonde estão os pseudónimos e assinaturas femininas nas listagens de autoria? Porque não são procuradas e identificadas as mulheres que estão aí escondidas? E, por fim, o acesso às suas obras é a terceira dificuldade. Onde estão os textos femininos? Teriam eles desaparecido por completo? Não há manuscritos e textos esquecidos nos muitos periódicos que se publicaram na primeira metade do século XIX?

O que se percebe, com esta pesquisa é que não apenas as mulheres escreveram, como o fizeram MUITO! E desejavam ver seus textos lidos e publicados, ou seja, queriam ter sucesso. No entanto, como será analisado neste trabalho, elas sentiam-se na obrigação de se proteger do mercado literário, que não as aceitava por serem mulheres e por comporem textos feminis.

A autoria feminina em Portugal é ainda uma temática pouco trabalhada. Apesar do interesse pela escrita das mulheres por parte de historiadoras e especialistas em Literatura e História da Literatura, muito ainda permanece esquecido sobre os textos femininos e as autoras portuguesas que os escreveram.

¹Trecho do poema autobiográfico *O Autor* de Joana da Gama, in *Ditos de Freira*, Apresentação, notas e fixação de texto de Anne-Maria Quint. (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2010[1555]), 75.

O período em apreço para este trabalho, a primeira metade do século XIX, é ainda mais negligenciado na história da literatura feita por mulheres em Portugal, por ser uma época que foi precedida pela afirmação de grandes autoras portuguesas, muito estudadas, e por um aumento substancial do número de obras assinadas por elas. Desta forma, as poucas escritoras que surgem entre 1800 e 1850 permaneceram à sombra de nomes de maior produção e com textos considerados mais relevantes para a história das mulheres e do feminismo português. Percebendo a importância destes textos menos conhecidos, este trabalho visa listar as mulheres que escreveram neste período, encontrando nomes de autoras e de obras, e compreender por que optaram pela escrita e pela publicação. Também se procura compreender se estas eram lidas e publicadas no Brasil, ou se, nascidas na colônia, os seus livros alcançam terras lusas.

A história das mulheres é uma temática ainda recente, especialmente quando comparada às histórias econômica e política. As mulheres – termo no plural, usado em oposição à categoria “mulher”, singular, que pressupõe uma unificação entre as diferentes formas de feminilidade e, portanto, uma essência atemporal – aparecem agora na Historiografia não apenas como matéria autônoma e legítima de estudo, mas também como forma de abrir novas perspectivas para o conhecimento e interpretação das sociedades compostas por mulheres e homens. A percepção da presença feminina como atuante na história é decorrente de uma mudança na compreensão sobre a posição das mulheres na sociedade, correlacionada com o feminismo, com o alargamento do campo historiográfico e reflexões epistemológicas no interior desta ciência social e, ainda, com os avanços dos estudos de gênero e da teoria Queer.

Lembra-se que "gênero" é aqui concebido diferenciado do sexo, sendo este último biológico e o primeiro criado socialmente. É também uma categoria que permite compreender as diferentes relações entre os seres humanos e analisar a posição e os papéis das mulheres ao longo do tempo². A utilização do conceito de gênero na prática historiográfica permite perceber os papéis sociais tanto femininos como masculinos de um dado período histórico. O termo “queer”, por sua vez, “permite um potencial conceptual único para definir um lugar, necessariamente instável, de contestação de identidades fixas”³, isto porque “desafia a

²Judith Butler, ‘Variações sobre sexo e género. Beauvoir, Wittig e Foucault’, in. Ana Isabel Crespo (org). *Variações sobre sexo e género*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 154-170; Joan Scott, ‘Gênero: uma categoria útil de análise histórica’, in. Ana Isabel Crespo (org). *Variações sobre sexo e género* (Lisboa: Livros Horizonte. 2008), 49-77.

³Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (orgs.), ‘Queer’. In. *Dicionário da Crítica Feminista* (Porto: Edições Afrontamento, 2005), 161.

naturalidade de grande parte da teorização sobre questões de género e sexualidade”⁴. Para a ciência histórica, a validade da “teoria queer” reside na possibilidade de observar no passado todas as sexualidades consideradas “desviantes”, sem preconceitos.

Compreende-se que, ao longo do tempo, coube às mulheres o papel de mãe. Sua importância na casa, no entanto, varia de acordo com o espaço/tempo/grupo social. O século XIX apresenta-se como um momento histórico de conquista de algumas liberdades para as portuguesas que são decorrentes de mudanças iniciadas na segunda metade do setecentos entre os grupos abastados. Liberdades estas relacionadas com a participação no meio público, o fim da segregação de género em festas e salões e a diminuição da total reclusão ao espaço privado e à casa.

Grande parte do conhecimento sobre as mulheres do século XIX vem da literatura. Quando são elevadas a personagem central, através dos romances, que eram permitidos às mulheres, focando temáticas consideradas femininas, como o sentimento e o amor. No entanto, a leitura destes textos não era recomendada a jovens solteiras. Na sua grande maioria, os livros continuavam a ser escritos por homens, o que faz com que a imagem de feminilidade perpassada fosse uma construção idealizada. Uma literatura relacionada ao emocional foi então o espaço encontrado pelas mulheres para a publicação. Visto que a educação, alcançada primeiramente por aquelas da aristocracia, e os costumes da época permitiam ou incentivavam o contato com a arte da poesia para algumas mulheres da elite (anteriormente apenas são encontradas freiras poetas ou senhoras ilustres), ao longo do século XIX a literatura de autoria feminina expandiu-se e tornou-se mais aceita.

Considerando, então, que pretendemos encontrar escritos femininos e compreender o que estes queriam expressar, procurámos primeiramente textos feitos por mulheres, em uma variada tipologia de suportes e extensa gama de expressões literárias. Mas antes foi preciso identificar essas mulheres, revelando assim a sua existência. Para isso foram procuradas informações biográficas, seja em periódicos, seja em arquivos, especialmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas também no Arquivo da Universidade de Coimbra (que é também Distrital), bem como nos Arquivos Municipal e Distrital do Porto. Em um segundo momento, as fontes foram organizadas e classificadas através de suas temáticas para serem interpretadas e analisadas de forma a compreender e relacionar as opiniões das suas autoras com o seu cotidiano, desejos e vontades.

⁴Nota-se que a “teoria queer” está em constante mudança, em parte devido à multiplicidade de interpretações possíveis do termo “queer”. Macedo e Amaral (orgs.), ‘Teoria Queer’. In. *Dicionário da Crítica Feminista*, 185.

Pretendeu-se localizar estas fontes da primeira metade do oitocentos em livros, revistas, jornais e almanaques, através de acervos portugueses, especialmente os da Biblioteca Nacional de Portugal e das Bibliotecas da Universidade de Coimbra onde foi recolhido o maior número possível de vozes e textos femininos anteriores a 1850. O foco principal centrou-se naquelas que deixaram relatos, opiniões, comentários sobre vários assuntos, seja em jornais, cartas, petições e/ou através da publicação de novelas, traduções e folhetins.

No entanto, é importante acrescentar que, não ignoramos aquelas que não foram de todo esquecidas pela História e, tendo em consideração que a maior parte da obra literária feminina que alcançou os tempos atuais foi a poesia, procurou-se dirigir a busca para outras formas de expressão literária, sem no entanto excluir este gênero maior.

Para identificar as autoras e os seus textos, foram utilizados dicionários bibliográficos, tais como o *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva⁵, o *Dicionário Cronológico de autores portugueses* de Eugénio Lisboa⁶ e o catálogo de *Escritoras galegas, brasileiras e portuguesas*⁷. Ao mesmo tempo, compreendendo que estes não incluem a totalidade de mulheres que escreveram, foi também utilizado o *Catálogo da Coleção de Miscelâneas* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra⁸, assim como outros catálogos de bibliotecas e arquivos portugueses; paralelamente, foi feita uma pesquisa minuciosa em periódicos e almanaques do período.

Como critério para a escolha das fontes foi utilizada a data e local de publicações, entre 1800 e 1850, em Portugal, além da feminilidade da autoria: através do nome, iniciais ou pseudónimos, ou ainda pela admissão de feminilidade no anonimato – assinatura através de expressões como "huma senhora", "huma portugueza", "huma anonyma", entre outras.

Depois de encontradas as autoras, também localizámos dados biográficos destas mulheres que viveram em diferentes latitudes do Portugal de então, e, por essa razão, descobrimo-las um pouco por todo o país.

Após a compilação e identificação (possível) de autoras, escritos e temáticas, as fontes primárias foram analisadas com o auxílio da metodologia da crítica literária feminista. É importante destacar que, apesar do uso desta metodologia literária e, mais especificamente, do conceito de *medo da autoria*, este trabalho não se insere no âmbito dos estudos literários,

⁵Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico português* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958).

⁶Eugénio Lisboa (Coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. 4 volumes (Lisboa: Publicações Europa-América, 1994).

⁷A. Lopes de Oliveira, *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas* (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983).

⁸10 volumes (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1967-1988).

visto que o objetivo principal é conhecer mulheres que escrevem, e não fazer uma crítica do conteúdo de seus textos.

A análise dos textos encontrados permite a compreensão das percepções das suas autoras, tanto sobre a sociedade como sobre si mesmas. O vasto leque de fontes compulsadas, variando da publicação ao poema manuscrito, da autobiografia às cartas, permite observar a vida das mulheres através de vários ângulos. Para compreender as visões de mundo e as opiniões daquelas cujos textos serão analisados, foram separadas as temáticas encontradas, e, embora muitas outras categorias pudessem ser viáveis para este estudo, optámos por distingui-las segundo os seguintes tópicos: questões relacionadas com a feminilidade, o casamento e a educação das mulheres, o porquê da publicação, a religiosidade e o cotidiano feminino.

Este projeto teve como objetivo geral dar voz às mulheres do passado, ao tornar públicas suas opiniões e escritos. Ao mesmo tempo, conhecer, compreender e interpretar a opinião das mulheres da primeira metade do XIX que publicaram ou escreveram em Portugal, especificamente daquelas que deixaram vestígios em textos de variadas formas e num período em que a presença das mulheres no meio público passava a ser mais aceita pela sociedade portuguesa.

Para isto, tivemos como objetivos específicos: resgatar estas mulheres do (quase) esquecimento, catalogando aquelas que deixaram suas opiniões de forma escrita durante a primeira metade do XIX em Portugal; localizar os seus textos, seja em livros, periódicos ou cartas; descobrir o máximo possível de informações acerca dessas autoras; elencar os temas que lhes interessaram e interpretar aquilo que elas optaram por nos deixar; compreender os motivos que as conduziram à escrita. Todos estes itens culminam num objetivo maior: compreender o que levou estas mulheres a tornar públicas as suas opiniões, revelar e interpretar a existência ou não de preocupações suas quanto aos direitos de cidadania e de autonomia das mulheres (com a consciência clara de que o uso destas fontes remete apenas para um escol de mulheres, uma elite intelectual que estava longe de representar o mundo feminino da época). Por último, encontrar, dentro dos textos femininos da primeira metade do XIX em Portugal, aqueles que foram escritos por autoras nascidas no Brasil, assim como publicações de portuguesas neste país.

O objetivo da pesquisa surgiu do desejo de conhecer as mulheres que escreveram ao longo da história de Portugal e de se escrever uma *história das mulheres que escrevem* no país.

Uma pequena pesquisa inicial foi feita no catálogo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, quando foi percebido que as autoras anteriores aos jornais de Antónia Gertrudes Pusich e de Guiomar Torrezão eram pouco estudadas ou mesmo mencionadas na historiografia ou na história da literatura portuguesa. O estudo das autoras do período das Luzes também permitiu observar que estas têm uma presença mais marcante em livros de história portuguesa do que aquelas que se seguem.

O segundo catálogo consultado foi o da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Uma grande quantidade de textos foi adicionada à listagem, mas como muitas autoras não assinaram seus nomes foi necessário consultar dicionários e catálogos sobre a autoria em Portugal.

O primeiro dicionário utilizado foi o *Dicionário de Pseudónimos* de Albino Lapa; no entanto, foi no *Dicionário Bibliográfico português* de Inocêncio da Silva e no *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* de Eugénio Lisboa que a grande maioria das autoras foi encontrada. Nomes como o de Francisca Paula Póssolo foram adicionados à listagem de possíveis fontes. Prosseguiu-se a pesquisa com o catálogo *Escritoras brasileiras, galegas e portuguesas* de A. Lopes de Oliveira, que se baseia no *Dicionário Bibliográfico Português*, e que, por isso, não aportou grande número de novas informações. Estas obras são consideradas fontes secundárias deste projeto, visto que os textos das autoras listadas são as primárias, e referidas a partir daqui apenas como fontes. Com as informações bibliográficas adquiridas nestes dicionários foi possível perceber melhor quem foram as autoras a escrever no século XIX, bem como o que mais escreviam e publicavam. Estes dicionários também fornecem a indicação da localização de alguns textos femininos em jornais e folhetins.

Após esta pesquisa, com informações relevantes e indicação de onde poderiam ser encontrados textos femininos, os catálogos das bibliotecas da Universidade de Coimbra e da Biblioteca Nacional de Portugal foram novamente consultados, ao mesmo tempo em que se alargou a pesquisa às Bibliotecas da Ajuda, Biblioteca Pública de Évora e do Biblioteca Municipal do Porto e aos catálogos do Arquivo da Torre do Tombo e dos arquivos municipais e distrital do Porto e de Coimbra.

Após compilado um número já expressivo de possíveis fontes, iniciou-se o processo de leitura das obras, acompanhado de fichamento e de uma análise preliminar. Estas obras, por vezes, apontam, de variadas formas, para outros textos de autoria feminina. O estudo

inicial focou-se em suas introduções. Nestas, surgem por vezes anónimos/as que se assumem como mulheres e/ou referenciam outros textos seus. Um exemplo cuja autoria só pode ser descoberta com o contato com a obra é o de Maria d'Arrabida da Costa Sousa e Macedo, na qual a autora assume sua feminilidade na introdução do texto, como "huma narradora". Seu nome, no entanto, só o descobrimos posteriormente, quando localizámos *As Castellãs de Roussilon* em um periódico, a *Assembléia Literária*.

Para cada nova possível fonte foi observada a existência de introdução, menção a feminilidade ou menção a aspectos particulares da vida da autora. Foram observadas nestas introduções algumas estratégias comuns aos textos femininos, nomeadamente aquelas descritas em *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination* de Susan Gubar e Sarah Gilbert, onde estas autoras demonstram estratégias sutis utilizadas por mulheres quando entram no campo masculino da literatura, e que são produto do que elas chamam *anxiety of authorship*⁹.

Como já mencionado, algumas fontes permitiram encontrar outras obras e outras autoras relevantes para este projeto. Isto aconteceu com *Lord Clifton, ou A Providência*, localizada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e que é assinado *pela autora de Christine de Stainville*. Este romance parecia perdido, visto que não foi encontrado em nenhum dos catálogos consultados. Foi então necessário expandir a pesquisa e o livro foi achado em catálogo do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, como *Christiane de Stainville* de autoria de C.E. da C.G. Embora seu nome permaneça uma incógnita deste projeto, isto permitiu-nos descobrir outras quatro obras desta autora.

Foi através deste romance que se demonstrou que os escritos femininos também participaram do intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil. Percebeu-se então a necessidade de uma pesquisa neste local, começando pela Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nesta foram encontrados textos como *Poesias oferecidas ás Senhoras Rio-Grandenses por sua patrícia*, de Delfina Benigna da Cunha (1838); a *Defesa contra o Sr. Bernardino António Gomes*, publicação lisboeta de 1822, por D. Leonor Violante Rosa Mourão, bem como *Versos*, de Maria Rita Chiappe Cadet, de 1870; um interessante texto escrito pela viscondessa de Jequitinhonha, Maria Angélica de Toledo Marcondes de Montezuma [18?]; *A Lágrima de um Caheté*, de Telesilla [Nísia Floresta Brasileira Augusta, 1849]; *Algumas traducções das linguas franceza, italiana e ingleza* por D. Violante Ataliba Ximenes Bivar e Vellasco [18?], baiana; o *Memorial para se consultar quando se tratar de*

⁹Sandra Gilbert e Susan Gubar, *The madwoman in the Attic. The woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. (New Haven: Yale University Press, 1984).

huma nova Organização das Escolas Médicas, oferecido a Sabia consideração da Augusta e Digníssima Assembleia Legislativa de Madame Berthot, parteira, publicado em 1832 e que traz interessantes reclamações sobre o registo de nascimentos, leis relacionadas aos bebês de escravos e a necessidade do estabelecimento de uma escola de obstetrícia. A grande maioria destes títulos não foi adicionada à listagem de fontes para a tese, por terem sido publicadas e lidas apenas no Brasil, mas referimo-los aqui pois demonstram já a pluralidade da autoria feminina.

Em terras brasileiras, foi no Real Gabinete Português de Leitura que encontramos e/ou analisamos os textos mais relevantes para a pesquisa. Infelizmente, segundo a informação da bibliotecária responsável, algumas peças do acervo foram perdidas ao longo dos anos, e por isso, algumas das que estavam no catálogo não foram localizadas na biblioteca. No Rio de Janeiro, também foram consultados o Arquivo Nacional e o Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, onde foram procuradas vestígios da vida de algumas autoras. A investigação prosseguiu desta feita na Biblioteca Rio Grandense, em Rio Grande, RS. Nesta biblioteca foi procurado o romance *Pepa* de Maria Peregrina de Sousa (1856-57) que segundo o projeto "Fontes" da FURG - Instituto de Letras e Artes, CNPq e FAPERGS, estaria aí localizado. No entanto, este romance não foi encontrado no catálogo da biblioteca. Ponderou-se que ou o livro foi retirado dali, perdido, ou houve algum equívoco na catalogação do projeto da FURG.

Como muitas autoras da listagem apresentam textos em folhetins, procedeu-se também à exploração de periódicos portugueses, especialmente aqueles que eram escritos para as mulheres, ou que se denominavam como literários e de instrução. Alguns dos jornais investigados foram *O jardim litterário* (1847), *O panorama* (1837-1844; 1846-1852), *Galeria Theatral* (1849-1850), *O Correio das Damas* (1836-1852), *O toucador* (1822), *Revista Universal Lisbonense* (1848-1850), *Archivo Popular* (1837-1843); *Gabinete de Leitura, serões das famílias brasileiras, jornal para todas as classes, sexos e idades* (1837-1839); *Iris* (1848-1849); *Museu Universal* (1840-1841), *O novo mez de Maria* (1839) de Ana de Carmo Pessoa, *O Mosáico* (1839), o *Gabinete de Litteratura e Bellas Artes* (1841) de Antonia Tarzilla Amazilis Pinto, e ainda muitos outros que não trouxeram novas fontes, além dos periódicos de Antónia Gertrudes Pusich: *A Assembléia Literária* (1849) e *a Beneficência* (1852). Percebeu-se nestes uma presença feminina mais forte do que o esperado. Não apenas publicavam folhetins, como poemas e cartas, inclusive cartas com conteúdos políticos e de escárnio, sendo que a grande maioria destes textos são poesias assinadas por anónimas.

Infelizmente, a escrita feita por mulheres foi durante muitos anos desvalorizada, parte da razão de seu esquecimento. A outra parte se dá devido ao desaparecimento de escritoras e

textos, o que dificulta a pesquisa e o contato com textos sua produção. Após este longo período de pesquisa descobrimos, portanto, que a autoria feminina no período em apreço é imensamente maior do que pressuposto. Devido à grande quantidade de textos e autoras dividiu-se a tese em cinco partes, de forma a compreender mais perfeitamente os textos destas senhoras.

O primeiro capítulo – “*Apesar do meu sexo*” *As autoras* – tem como temática as mulheres que escreveram durante a primeira metade do século XIX. Trazemos alguns exemplos de escritoras portuguesas encontradas durante a pesquisa e que permaneceram desconhecidas até agora, bem como as informações biográficas recolhidas. Foi também aqui que procurámos inserir estas mulheres no contexto histórico português do qual fazem parte. O grande número de autoras, cerca de 90, não permitiu que todas fossem elencadas neste capítulo, mas os exemplos mais marcantes surgem para demonstrar que a produção de autoria feminina, embora maioritariamente feita por mulheres da fidalguia, não era exclusiva desse grupo social.

Anxiety of Authorship, o segundo capítulo, é mais teórico do que o anterior. Manejando do conceito de Gubar e Gilbert e de outras críticas literárias feministas, transporta-o para Portugal, revelando exemplos desta ansiedade também nas portuguesas e/ou brasileiras.

Em “*Vou sagrar a minha lyra*”: *As obras* focamo-nos nas fontes primárias em si, separando-as nos gêneros literários escolhidos pelas autoras, bem como nas plataformas em que optaram por publicar. Este capítulo pretende demonstrar que os textos femininos não eram uniformes em estilo nem restritos a um tipo de publicação. As fontes encontradas variam entre cartas publicadas postumamente ou ainda manuscritas, memórias, cartas para jornais, poesia, romances, folhetins, traduções e textos de história, para nomear só algumas.

O quarto capítulo é reservado às temáticas abordadas pelas autoras, bem como às suas opiniões sobre diversos assuntos. Em *O que dizem? O que querem?* foram analisados os conteúdos das obras feitas por mulheres na primeira metade do século XIX, separando-as nos seus tópicos mais relevantes: o amor, o casamento, a sedução, a maternidade, a educação e outros assuntos relevantes.

Por fim, o capítulo cinco, “*Círculo íntimo de suas amigas*”: *A aceitação das obras*, tem como foco principal o público receptor dos textos femininos, bem como sua presença no Brasil. Quem os lia? Que obras atravessaram o oceano? Quais as autoras que o fizeram? Assim, pretende-se fazer um paralelo entre a obra de autoria feminina portuguesa e brasileira, visto que apesar da separação formal, as relações entre os dois países ainda eram intensas.

Sendo um dos propósitos deste trabalho foi a criação de uma listagem de autoras, esta surge no Anexo I, no qual são elencadas todas as escritoras portuguesas da primeira metade do século XIX, bem como as anónimas, que foi possível localizar. Junto a elas, registam-se informações biográficas, suas obras, seus biógrafos, bem como as fontes destas informações.

O Anexo II, por sua vez, consta da transcrição parcial de cartas de ou sobre D. Augusta Franzini, filha de Marino Miguel Franzini, que revelam não apenas as opiniões e medos da escritora quanto à sua situação pessoal, como também o seu desejo de influenciar a opinião do público sobre este caso, por meio de suas memórias. Os dois anexos seguintes foram adicionados devido ao difícil acesso da grande maioria das fontes utilizadas para este trabalho. No Anexo III encontram-se as diversas introduções analisadas no primeiro capítulo e no Anexo IV as cartas publicadas no periódico *Astro da Lusitania*.

O trabalho que aqui apresentamos nasceu de um interesse pela autoria feminina, que só tem vindo a crescer com o contato com estes textos. Esperamos que por meio desta contribuição alguns destes nomes deixem de permanecer na surdina da história. Porque estas mulheres existiram enquanto escritoras e lutaram através da pena, das formas mais sutis, contra uma sociedade que as impedia de se expressar. E, como este trabalho procura demonstrar, ainda assim, produziam de forma constante e valorosa.

**Capítulo 1. *‘Apesar do meu sexo’.* Escritoras portuguesas
da primeira metade do século XIX**

"Convencida de quanto são limitados os meus predicados literários, nunca tive a pertença de aspirar á celebridade de authora, para assim tornar conhecido o meu nome, mas um motivo particular me obrigou a pegar na penna"¹.

O campo da história das mulheres tem vindo a colocar a necessidade de dar a elas, mulheres, espaço dentro da historiografia; não apenas como espectadoras dos acontecimentos, mas também como atoras na sua formação. Os estudos literários, por sua vez, já se têm debruçado sobre as palavras deixadas por portuguesas ao longo da história; mas ainda são poucas as obras de autoria feminina que foram descobertas e são, por conseguinte, conhecidas pelo público leitor lusófono contemporâneo. Este trabalho procura preencher lacunas na história de Portugal e na sua história literária, geradas, em boa parte, pela ausência de nomes e pseudónimos femininos portugueses no cânone literário.

Pretende-se neste capítulo inventariar e identificar as autoras portuguesas da primeira metade do século XIX, as quais foram localizadas em listagens de autoria, em catálogos de bibliotecas portuguesas e brasileiras, bem como em textos publicados em periódicos, em obras aí anunciadas, em dicionários, etc. Descobrimos por entre diversos arquivos e bibliotecas de Portugal e do Brasil, autoras até agora desconhecidas ou pouco referenciadas. Com o propósito de desvendá-las, pesquisámos em diversos registos paroquiais, sejam de batismo, casamento ou óbito, procurando confirmar dados já referenciados ou encontrar novas informações. Ainda assim, muitas das escritoras aqui analisadas permanecem quase incógnitas. De outras, porém, encontrámos rastros de sua vida familiar, seja por registos próprios ou de seus contemporâneos. Outras vezes, uma pesquisa profunda em arquivos permitiu descobrir novas informações, possibilitando assim novos questionamentos sobre suas vidas.

1. Mulheres que escreveram antes do século XIX

Na história da literatura portuguesa surgem vários nomes femininos, embora se apresentem como exceções nas épocas em que viveram. Desde os textos da infanta D. Maria (1521-1577) e suas célebres damas, entre elas Publia Hortensia de Castro (1548-1595); ou de

¹C. E. da C. G., *Christina de Stainville ou os efeitos da boa ou má educação* Tomo II (Lisboa: Typografia de J. J. de Salles, 1849), v.

famosas freiras escritoras – Soror Violante do Céu (1607-1693), Soror Maria do Céu (1658-1753) e Soror Madalena da Glória (1672-1688); de Marianas – Mariana da Luna (?-?) e Mariana Vitória Talaia Colaço de Castelo Branco (?-1783); de Leonores – a marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre (1750- 1839) e D. Leonor da Fonseca Pimentel (1752-1833), a “portuguesa de Nápoles”; de Teresas –Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793) e Teresa de Melo Breyner, a condessa de Vimieiro (1739-depois 1798); ou de Joanas – Joana da Gama (1520-1585) e Joana de Lencastre e Forjaz (1745-?). Com seu reforço no século XIX, a presença de mulheres no campo literário passou a ser mais aceite, visto que a partir das extensas obras de Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), Guiomar Torrezão (1844-1898) e Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), o texto feminino passou a ganhar espaço e valor na literatura portuguesa.

Embora possamos listar um grande número de jovens e senhoras que escreveram em Portugal, porque mencionámos apenas algumas, é um fato que poucas são aquelas que aparecem no cânone literário português. Para Fabio Mario da Silva, a:

exclusão das autoras do cânone literário é, até certo ponto, compreensível dado o seu tardio acesso à escolarização; no entanto, o que se nota na maior parte das histórias da literatura ocidentais é um desprestígio constante da produção literária de autoria feminina, que parece continuamente deixar as mulheres escritoras à margem da literatura oficial.²

O autor também percebe que há um maior interesse por autoras do século XX, negligenciando-se os textos anteriores aos das grandes feministas e poetisas contemporâneas³.

Embora suas obras tenham sido marcantes para a literatura feminina, tendo permitido, devido ao seu sucesso, a entrada de outras mulheres no meio literário, percebe-se que, ao longo da primeira metade do XIX, seu espaço nas Letras vinha-se expandindo de forma gradual. Menos conhecidas mas não menos valiosas, as escritoras deste período vêm ainda de meios sociais abastados, capazes de lhes garantirem o estudo e o contato com as Letras, embora já se observe, neste período, uma ligeira transformação, visto que algumas precisam do dinheiro da publicação para sustento seu e de seus filhos, enquanto que outras obtiveram através da atividade literária maior conforto físico e econômico.

O final do século XVIII foi o período percebido por Virginia Woolf como o momento no qual as inglesas começaram a escrever⁴. Isto também se verifica em Portugal, mas a publicação não era ainda comum, ou sequer, o principal objetivo. Estas mulheres, na sua

²Fabio Mario da Silva, *A autoria feminina na literatura portuguesa. Reflexões sobre as teorias do Cânone* (Lisboa: Edições Colibri, 2014), 13.

³Ibidem, 15.

⁴Virginia Woolf. 'A Room of One's Own', in *Selected works of Virginia Woolf*. (London: Wordsworth, 2007), 603.

maioria poetas ou memorialista, tinham em comum uma educação ainda muito ligada à religião, escreviam textos religiosos e poesia, uma produção aliada às luzes e aos salões, e não ao meio literário a que se refere Woolf. Este só é verdadeiramente alcançado pelas portuguesas na segunda metade do Oitocentos.

Um exemplo de mulher letrada do século XVIII é o de D. Teresa da Melo Breyner, condessa de Vimieiro. Raquel de Bello Vasquez observou na família desta senhora, genealogicamente ligada à família da marquesa de Alorna e da viscondessa de Balsemão, assim como da condessa de Atougua, uma tradição de apurada educação feminina. Para Bello-Vasquez,

o facto de [D. Teresa] usufruir de uma educação muito por cima da média das mulheres portuguesas da primeira nobreza, e mesmo superior à de muitos homens desta mesma classe social: coloca a possibilidade da existência de uma certa tradição, em determinadas casas nobres, de formação dos seus membros, incluídas as mulheres (ou particularmente as mulheres).⁵

É claro que, como lembra a mesma especialista, a própria nobreza aristocrática não tinha por hábito providenciar grande instrução escolar às suas filhas, e a formação oferecida a D. Teresa por Francisco José Freire, o célebre Cândido Lusitano, demonstra que esta família valorizava as jovens que tinham acesso ao latim e às ciências (ambos aprendidos por D. Teresa).

As nobres exerciam maior poder sobre a sociedade do que as burguesas ou trabalhadoras. Bello-Vasquez descreve um *poder na sombra* exercido por senhoras como a condessa de Vimieiro, atuando não apenas no plano intelectual, mas também na corte⁶, como fez a marquesa de Alorna. D. Teresa de Melo Breyner, em carta citada por Bello Vásquez, afirma:

Eu vivi sempre na Corte aprendendo nos outros aquilo, de que devia acautellarme, e tanto me servio isso, que pelo silencio, a que condenei as m.^{as} trovas, consegui não perder o conceito de peças serias, q quem ouvi algumas vezes: *p. 'mim, mulher que faz versos tem perdido tudo'*.⁷

⁵Raquel Bello Vásquez, *Mulheres do século XVIII. A Condessa de Vimieiro* (Lisboa: Ed. Ela por Ela, 2006), 10.

⁶Ibidem, 124.

⁷Estremoz, 22 de outubro de 1770, cf. Raquel de Bello Vásquez “‘Dá uma risada quando ouvires...’ - transgressão e ocultamento em Teresa de Melo Breyner.” in *Mulheres más. Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso-Hispânico* (vol. 1), org. por Ana María da Costa Toscano e Shelley Godsland (Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004), 171. (Itálicos do original; abreviatura não desdobrada no original).

Ou seja, em Lisboa⁸, com a mais alta aristocracia portuguesa, D. Teresa aprendeu o que podia e o que não podia fazer; e a escrita é precisamente uma das atividades que devia ser moderada por ser uma subversão, um acesso a um campo arbitrariamente masculino. Por mais sábia que fosse, uma senhora pertencia à esfera do privado - a casa - e não ao âmbito público da publicidade e da fama, consequências de uma publicação.

Uma outra Teresa, D. Teresa Margarida da Silva e Orta, também com obra importante no século XVIII, foi a autora daquele que é considerado o primeiro romance brasileiro (e primeiro romance de autoria feminina de língua portuguesa): *Aventura de Diófanos*, um relato da vida do rei de Tebas, Diófanos, sua esposa e sua filha, Hemirena, cujo barco naufraga a caminho do casamento de Hemirena. Os reis e sua filha acabam escravizados e a família separada. O romance narra as peripécias vividas por esta família, mas a autora aproveita o espaço textual para uma reflexão sobre o que seria um bom governo, uma boa educação feminina e a importância do estudo das ciências para ambos os sexos, entre outros temas. O livro, cujo título original é *Máximas de Virtude e Formosura com que Diófanos, Climenéia e Hemirena, Príncipes de Tebas venceram os mais apertados lances da desgraça*, de Doroteia Engrássia Tavadra Dalmira⁹, foi publicado em 1753, no mesmo ano em que saía dos prelos a *Reflexão sobre a vaidade dos homens*, de seu irmão Matias Aires. No entanto, as *Máximas de Virtude e Formosura* haviam demorado três anos entre o envio para os censores e a publicação¹⁰.

Teresa Margarida foi educada num convento, onde teria aprendido música, poesia e astronomia. Nascida em São Paulo em 1711, filha de um imigrante português que havia enriquecido na colônia, veio a Lisboa em 1716. Seu pai, José Ramos da Silva, optou por mandar as duas filhas para o convento. Não aceitando a imposição paterna, Teresa Margarida fugiu aos 16 anos e casou-se a contragosto da família. Teria sido após o matrimônio que a

⁸Na época, a palavra corte tanto significava corte régia (o ambiente do palácio, o ambiente cortesão) como a capital de um país.

⁹Em edição de 1945, Rui Bloem demonstra como o anagrama Doroteia Engrássia Tavadra Dalmira encaixa perfeitamente no nome Teresa Margarida da Silva e Orta. Ainda assim, alguns leitores de sua obra, e mesmo um de seus editores, propõem a autoria de Alexandre de Gusmão. Não acreditam que a obra possa ter sido escrita por uma mulher, pois mulheres não teriam talento para tal. Isto não aconteceu só com D. Teresa Margarida, sendo o caso mais conhecido o de Mary Shelley (1797-1851), casada com Percy Shelley (1792-1822). Segundo contemporâneos da filha de Mary Wollstonecraft (1759-1797), o autor *Frankenstein*, seria o marido, e não a jovem. Cf. Teresa Margarida da Silva e Orta; *Aventuras de Diófanos*, Prefácio e estudo bibliográfico de Rui Bloem (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945). Sobre a obra de Mary Shelley, sua relação com sua mãe e a aceitação da sua obra: Mary Poovey, *The Proper Lady or the Woman Writer: Ideology as Style in the Works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley and Jane Austen*. (Chicago: The University of Chicago Press, 1985).

¹⁰Conceição Flores e Maria Arisnete Câmara de Moraes. 'Tecendo a história das mulheres no século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta'. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*. 2º. Anais. (Natal: Editora de Arte e Cultura da UFRN, 2002), 5.

autora teve contato com a filosofia das Luzes e a ciência¹¹. Frequentadora da corte, Teresa Margarida da Silva e Orta e seu marido, Pedro Jansen, tinham amigos influentes, entre os quais se contavam Alexandre de Gusmão, Matias Aires, irmão de D. Teresa, e o infante D. Manuel, que foi padrinho de dois de seus filhos.

Aventuras de Diófanos, de Teresa Margarida da Silva e Orta apresenta no seu rol de personagens uma donzela, que pela necessidade de defender a sua honra, se veste com trajes masculinos e não revela o seu sexo nem mesmo àquela que ‘o’ trata como mãe¹². Conceição Flores vê o romance de Teresa Margarida como um "pretexto para apresentar a filosofia das luzes", no qual as mulheres são porta-vozes da defesa da educação de seu sexo¹³. De facto, ao longo do texto, Teresa Silva e Orta não defende apenas que o sexo feminino tenha acesso ao estudo, mas que todos os súditos de um soberano tenham direito à escolarização, como será visto no tópico seguinte.

Este romance trata da questão do poder feminino, tendo sido escrito num momento histórico particular, uma vez que uma mulher, D. Maria I, ascendia ao trono do império português. Logo, não é estranho que se dedique à realeza como feminina, através da imagem de boas e sábias rainhas. A simples existência deste romance demonstra já um inicial interesse e valorização do gosto pelas ciências e pelo estudo por parte das portuguesas.

2. Acerca dos lugares e papéis femininos em finais do século XVIII e inícios do século XIX

Ao escrevermos a história das mulheres portuguesas da primeira metade do século XIX, é necessário contextualizar o significado de feminilidade ao longo dos séculos, ou seja, a forma como se perspectivava e definia “a mulher” através dos tempos. Sabemos que são poucas a definirem-se a si próprias até à contemporaneidade, visto que poucas tiveram oportunidades de pegar a pena e deixar suas reflexões sobre sua posição na sociedade, tal como fez, tão precocemente, Christine de Pizan (1364-1430).

Por conta dos escritores medievais, ou ainda, por anteriores tais como os grandes filósofos gregos, a “mulher” – aqui propositalmente no singular – foi relacionada ao mal, à

¹¹Conceição Flores, *As Aventuras de Teresa Margarida da Silva e Orta em terras de Brasil e Portugal*. (Natal: Opção gráfica e editora, 2006), 69-70.

¹²Coincidentemente, esta é sua mãe, cujo tempo e trabalho escravo modificaram de tal forma que Hermirena não reconhece. Sobre o travestismo na autoria feminina da primeira metade do século XIX, vide capítulo 4.

¹³Conceição Flores, “Autoria feminina na literatura portuguesa”, in *Anais do XXII Congresso Internacional da ABRAPLIP*. (Salvador, 2011), 4.

sexualidade e à sedução. Esta imagem negativa que polariza com o seu contrário na figura de Maria, também propagada pela religião medieval, acompanhou as mulheres ao longo dos séculos e a ela se reduz grande parte das justificativas da inferioridade feminina.

Isto não foi uma criação da Igreja nem do Renascimento, visto que desde a Antiguidade as mulheres foram vistas tanto como figuras positivas (deusas da fecundidade e da sabedoria quanto homens incompletos (Aristóteles). O feminino é frequentemente relacionado à natureza, com poderes de cura e de previsão do futuro. Sua dualidade, e sua relação tanto com o bem quanto com o mal, faz com que ela permaneça “para o homem um constante enigma” afirma Jean Delumeau¹⁴.

Dando a vida através da maternidade, as mulheres repelem os homens através de seus odores e secreções, “pelas expulsões do parto”¹⁵. Logo, o próprio momento em que nasce a criança faz delas dualidade: vida e morte representadas por um mesmo momento, uma mesma ação. ‘A mulher’ é a deusa-mãe, a terra que dá a vida e na qual acaba a vida. Um exemplo desta imagem feminina são as Parcas, três deusas que determinavam o curso da vida através de seus fios.

Delumeau afirma ainda que o “homem jamais é vencedor no duelo sexual. A mulher lhe é ‘fatal’”¹⁶, esposa ou amante, o homem deve se defender dela, visto que foi nela que ele encontrou “um responsável para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre”¹⁷.

O cristianismo, então, não criou este medo, ele apenas o incorporou. Mas a imagem passada pela Igreja Católica difere daquela transmitida por Jesus, que aceitava a presença das mulheres e as associava à pregação da Boa Nova. Foi São Paulo que determinou que as mulheres não devem falar nas assembleias e a partir dele surgiram as interpretações “masculinizastes” do Gênesis. Tais como a de Santo Ambrósio que denigre o casamento e exalta a virgindade. Ou São Jerônimo que via o casamento como um dom do pecado ao ver a união matrimonial como sinónimo de união carnal. O desejo é “turvo”, insaciável, ruim¹⁸.

Para Santo Agostinho a alma era assexuada (espiritual), enquanto o corpo sexuado. A separação corpo e espírito impõe um obstáculo para que a mulher alcance o paraíso, já que a mulher é carne. Logo, ela é inferior e por isso, deve ser submissa.

¹⁴Jean Delumeau, *A história do medo no Ocidente*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1978]), 311.

¹⁵Ibidem, 311.

¹⁶Ibidem, 313.

¹⁷Ibidem, 314.

¹⁸Ibidem, 315-316.

São Tomas de Aquino, por sua vez, acreditava que as mulheres são mais imperfeitas que os homens, machos deficientes que precisam da tutela masculina. Apenas o homem tem um papel na geração, sendo que a mulher é apenas um receptáculo, logo, existe apenas um sexo, e a mulher é um macho deficiente, um macho incompleto.

A diabolização da mulher que vem com a Idade Média, é, então, apenas uma sequência das opiniões já fortemente deixadas pelos gregos e pelos religiosos. Muitos textos apresentam a mulher como uma vilã, predestinada ao mal. O *De Planctu Ecclesiae*, do franciscano Alvaro Pelayo, por exemplo, contem um longo catálogo de 102 vícios das mulheres, entre elas: a mulher era mãe do pecado, ministra da idolatria e os maridos deveriam sempre duvidar de suas esposas¹⁹.

Notamos aqui o quanto a visão da feminilidade era então, e continuou sendo, dualista. Mas não são apenas os religiosos que perpetuaram este discurso de inferioridade e maleficência feminina. A medicina dá a elas uma deficiência física, além de moral. Rabelais, escritor, padre e médico francês do século XVI, faz da mulher um ser lascivo, desobediente, indiscreto e curioso. As mulheres necessitam de proteção. São frágeis, precisam ter bons pais e uma boa educação, quando casadas cabe ao marido cuidar delas, mas sem tirania, pois isto causaria traição²⁰. Já para Ambroise Paré, cirurgião francês, a “imbecilidade” da natureza feminina não permite que ela consiga expelir os órgãos sexuais, como faz o homem. A mulher grávida de menino fica mais robusta, mais viva. Mas o sexo do bebê é de inspiração divina, logo o pai não deve culpar a mãe quando nasce uma menina. Os juristas também tiveram grande importância na perpetuação da suposta inferioridade feminina ao descrevê-las como o sexo frágil e, logo, incapaz de ter direitos, que são passados ao marido.

Concordante com estes pensamentos são as *Malícias das Mulheres*. Estes textos existiram durante vários séculos, por vários autores homens e mulheres, mas as razões da suposta “malícia” feminina foram sempre as mesmas, tendo sido repetidas obra após obra até o século XIX, como veremos no capítulo 4.

A discussão sobre a capacidade feminina de aprendizagem, e sua inferioridade, eram também uma questão relevante para os autores portugueses. Luís António Verney foi um dos que observou a necessidade de dar alguma formação às mulheres. Para o autor, elas “deveriam ter uma educação básica, independente de sua posição social”²¹. Verney via a importância de toda uma gama de conteúdos, desde a doutrina católica, leitura, escrita e

¹⁹Delumeau, *A história do medo no Ocidente*, 323-326.

²⁰Ibidem, 331.

²¹João Luís Lisboa e Tiago C. P. dos Reis Miranda, ‘A cultura escrita nos espaços privados’ in *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna* vol. 2, org. de José Mattoso (Lisboa: Temas e Debates, 2011), 356.

ortografia até a História sacra, grega, romana e portuguesa. O autor aprova o ensino da dança e do latim (este para freiras), mas olha com reservas o canto e os instrumentos²².

Já Rodrigues da Costa, que para João Luís Lisboa e Tiago C. P. dos Reis Miranda “troça da educação feminina”, discordava do acesso das mulheres a educação²³, enquanto Cavaleiro de Oliveira, Francisco Xavier de Oliveira, não gostava de mulheres sábias²⁴ e Ribeiro Sanches opunha-se ao envio de filhas aos conventos para serem educadas, bem como da vinda de senhoras estrangeiras para educa-las²⁵. Cabe lembrar, no entanto, que independentemente do que estes autores veem como necessário ou não ser aprendido pelo sexo feminino, nas palavras de Maria Antónia Lopes, a “mulher em si não interessa”, visto que a necessidade de ser ensinada surge de sua função como companheira do homem²⁶.

Assim inferiorizadas, não é estranho que não lhes fosse permitida uma formação completa. Christine de Pizan já lembrava que também as mulheres deveriam ter o acesso às ciências, visto também elas terem capacidade de compreensão. No entanto, até ao século XIX, foram poucas as que puderam estudar. Segundo Claude Dulong, “as mulheres cultas, do século XVI ao século XVIII, são as que o quiseram ser, aproveitando todas as possibilidades que passavam ao seu alcance, usando da astúcia para se instruírem”²⁷. A influência paterna é outra característica frequente em casos de senhoras que tiveram acesso às letras e às artes ao longo da História.

A cultura das letras já demonstrava a necessidade da formação para as senhoras da aristocracia, visto que era uma “exigencia inexcusable para regenerar la sociedad”, nas palavras de Mónica Bolufer, e logo fundamental para seu papel de mãe e esposa²⁸. Tanto homens quanto mulheres escreveram sobre o assunto, como veremos, mas Mary Wollstonecraft foi uma das que mais reivindicou a educação feminina. Wollstonecraft refuta o clássico *Emílio* de Rousseau e compõe uma forte defesa da feminilidade que faz a autora ser considerada por muitos a primeira feminista inglesa. Em *Vindications of the rights of women*,

²²Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1989), 94.

²³Lisboa e Miranda. ‘A cultura escrita nos espaços privados’, 357.

²⁴Lopes, *Mulheres Espaço e Sociabilidades*, 94. E Lisboa e Miranda. ‘A cultura escrita nos espaços privados’, 356.

²⁵Lopes, *Mulheres Espaço e Sociabilidades*, 95.

²⁶Ibidem, 95.

²⁷Claude Dulong, ‘Da conversação a criação’. In Duby, George; Perrot, Michelle (coord.). *História das mulheres no ocidente* Vol 3. (Porto: Edições Afrontamento, 1991), 473.

²⁸Mónica Bolufer, *Mujeres e Ilustración. La construcción de la feminilidade en la España del siglo XVIII*. (Valência: Institució Alfons el Magnànim, 1998), 144.

a proto-feminista²⁹ frisou que a educação (falhada) feminina é fruto de um desejo masculino, ainda que inconsciente; visto serem os homens quem decidem que estas devem aprender e tudo o que é escolhido para ser aprendido por elas não foge às vontades masculinas.

As obras de Rosseau que se referem à educação feminina, o já mencionado *Emilio* e *A nova Heloísa*, propõem uma formação feminina que, para Wollstonecraft, apenas serve para tornar a mulher mais incapaz. Ao contrário do filósofo francês, a inglesa acredita que o seu sexo tem a capacidade de conhecimento e que o cultivo do saber e da atividade física são necessários para a formação de uma boa cidadã. Wollstonecraft deseja o desenvolvimento das aptidões do corpo e da alma feminina, recomendando em suas apaixonadas *Vindications* tanto o que deve fazer parte do currículo ensinado às mulheres, quanto aos esportes que deveriam praticar, excitando a mente e fazendo-se sábias, ao mesmo tempo que exercitando seu corpo, fugindo assim da debilidade física imposta pela educação a que eram forçadas.

Ainda que Portugal do século XVIII não tenha tido uma defensora tão árdua sobre o que deveria ser ensinado às mulheres, e que a obra da autora inglesa só tenha vindo a ser traduzida para o português por Nísia Floresta Brasileira Augusta em *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens* de 1832³⁰, em grande parte devido à razão de seu deliberado apagamento, na própria Inglaterra (a descoberta de que a filha fora concebida fora do casamento foi determinante) algumas senhoras portuguesas discorreram sobre o assunto.

A já mencionada obra de Teresa Margarida da Silva e Orta, por exemplo, dá voz a duas de suas personagens femininas em *Máximas de Virtude e Formosura*, ou *Aventuras de Diófanes*, como o texto será aqui referido, que fala sobre a educação das mulheres e de representantes femininas no governo. Percebe-se através da obra a importância dada à ciência experimental³¹, além da convicção e defesa da igualdade entre os sexos.

É na voz de Climenéia, esposa de Diófanes, que a escritora preconiza o estudo das ciências: "Nós [mulheres] não temos a profissão das ciências nem obrigação de sermos sábias; mas também não fizemos votos de sermos ignorantes."³² Parece concordar com Wollstonecraft, visto que para Orta não há mais membros do sexo feminino nos campos

²⁹Devido ao fato de o feminismo como movimento ainda não existir neste período, optamos pelo uso do termo profeminista em relação à autora que o influenciou.

³⁰Esta obra é, no entanto, uma adaptação, e não verdadeiramente uma tradução, visto que Nísia Floresta adiciona suas opiniões e adequa o pensamento de Woolstonecraft à realidade brasileira. Nísia Floresta Brasileira Augusta, *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*. (São Paulo: Ed. Cortez, 1989 [1832]).

³¹Sofia de Melo Araujo, *Aventuras de Diófanes, de Teresa Margarida da Silva e Orta - Ideais de Climenéia e Diófanes à luz dos tempos*. *Revista da Faculdade de Letras- Línguas e Literaturas*. II Série. Vol XXIII, (Porto, 2008).

³²Teresa Margarida da Silva e Orta, 'Máximas de Virtude e Formosura'. In. *Obra Reunida* (Rio de Janeiro: Graphia Ed. Sérió Revisões, 1993), 90.

científicos porque as escolas pertencem aos homens³³. E continua, "não digo que sejam sábias como as Musas e Sibilas: mas que conforme sua esfera, e possibilidade, se apliquem às ciências, e ao que sirva para a boa direção dos costumes"³⁴.

O estudo é, então, uma defesa dos bons costumes, visto que a falta de ocupações leva a mulher à vaidade. Este defeito feminino é culpa do ócio, mas também dos pais que não permitem às filhas outra preocupação que não sua aparência. Assim, Climenéia aconselha que as mães eduquem suas filhas nesta área e não lhes permitam viver na inação:

Vós, as serranas, que não podeis instruir as filhas nas ciências, basta que não as deixeis viver ociosas, pois é tão precioso o costumá-las com o trabalho cotidiano, como ao lavrador o arado, e ao militar as armas.³⁵

O trabalho da mente é bom, e não a vaidade. A leitura e a educação tornam as mulheres sábias, enquanto aquelas que só se interessam pela beleza e pelos enfeites representam aquilo que Climenéia condena nas senhoras da corte:

Há mulheres na Corte, que em oitenta anos, que viveram, nunca tiveram mais aplicação que a dos seus enfeites; e é cousa lastimosa que deixemos de enriquecer-nos dos conhecimentos necessários com a leitura de bons livros, que são companheiros sábios de honesta conversação.³⁶

Não apenas Climenéia representa a defesa das capacidades femininas, como também Hemirena, que para Cardoso, em tese de doutoramento sobre o romance, é: "a filha dedicada e respeitosa, modelo da conciliadora familiar, ao mesmo tempo em que se mostra uma figura firme e resistente ao poder de pessoas que a queriam dominar, quer pela força, que pelo amor"³⁷. Assim, a autora relaciona Hemirena com Antígona, Andrômeda e Esther.

A filha é aquela que encontra a mãe em uma caverna, a salva da prisão e a encontra após um segundo naufrágio³⁸; é uma defensora. A narração de *Aventuras de Diófanes*,

³³"Não resplandece em todas a luz brilhante das ciências; porque eles ocupam as aulas, e que não teriam lugar, se elas a freqüentassem, pois temos igualdade de almas, e o mesmo direito aos conhecimentos necessários". Orta, *Máximas de Virtude e Formosura*, 92.

³⁴Ibidem, 90.

³⁵Ibidem, 90.

³⁶Ibidem, 90.

³⁷Beatriz Amazonas Cardoso "Eu sou mulher e não tenho a pena de homero". Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2009). 203.

³⁸Os naufrágios são constantes ao longo da obra. É um naufrágio que leva à família a se tornarem escravos, mais tarde o navio em que estavam Climenéia, Hemirena e seu noivo disfarçado também naufraga. Outro naufrágio é o que atrasa a procura de Arnesto por sua prometida. Conceição Flores percebe a importância da temática do exílio na obra da autora, que também parece ser frequente na própria vida da autora. Conceição Flores, 'Viagem

descreve-a como forte, sendo que "[n]ão parecia Belino³⁹ dama delicada."⁴⁰. Ao travestir-se, como forma de defesa de sua virtude⁴¹, também participa da guerra, mas, casta e virtuosa, Hemirena, ou Belino seu nome masculino, foge a qualquer tentação. Contudo, como percebe Beatriz Amazonas Cardoso, ao encontrar mãe, pai e noivo, sua voz é silenciada dentro do texto, "Hemirena é construída no correr da história, pela transformação do discurso das lágrimas para o discurso do silêncio"⁴².

Na análise de Sofia de Melo Araújo, o romance de Teresa Margarida da Silva e Orta ilustra uma mulher ideal, misto de qualidades femininas e masculinas⁴³. Hemirena é tanto bela, leal e carinhosa quanto forte, valente e heroica; assim, a personagem representa não somente o feminino perfeito, mas também o soberano completo. Sendo filha do sábio Diófanos, que ensina príncipes na arte de governar, e por apresentar as características que há de melhor na humanidade, Hemirena pode ser uma boa rainha.

O que a autora demonstra é que as mulheres possuem capacidade de compreensão, logo, poderiam aprender. Para além disto, aqui temos uma mulher a reclamar para si e suas conterrâneas o direito ao conhecimento. Orta coloca na voz de Hemirena um desejo próprio; que as mulheres sejam reconhecidas pelas suas capacidades. O momento em que escreveu a obra, o reinado de D. Maria I, indica também que ela defende a capacidade feminina para o governo.

A espanhola Josefa Amar y Borbón (1749-1833) também reclamou para seu sexo o direito a educação, em *Discurso sobre la educación física y moral de las mujeres* de 1790. Segundo Mónica Bolufer a sua obra "trazaba un arco lógico que concluía por aceptar como necesaria la desigualdad de los sexos en sus ocupaciones y poderes", mas que ao mesmo tempo percebia que "hombres y mujeres poseían los mismos talentos"⁴⁴. Conforme Ana María Sixto Barcia, no entanto, a autora acreditava que a educação dada as mulheres deveria ser

e Exílio: Considerações em torno da Obra de Margarida da Silva e Orta'. *Anais do XXIII Congresso Internacional da ABRAPLIP*. (São Luís, 2011).

³⁹Belino foi o nome escolhido por Hemirena travestida.

⁴⁰Orta, *Máximas de Virtude e Formosura*, 154.

⁴¹"Não me culpeis o haver usado da dissimulação de tais vestidos; porque com os maiores trabalhos, e desgraças, que acontecem às mulheres, são originados pelos enganos dos homens, que os cegos de amor, ou de seus desordenados costumes, lhes prendem a liberdade, e as encaminham aos precipícios, pareceu-me que só escondendo-me assim aos seus olhos, caminharia com menos riscos". Ibidem, 144-145.

⁴²Cardoso "Eu sou mulher e não tenho a pena de homero", 208.

⁴³Araújo, *Aventuras de Diófanos, de Teresa Margarida da Silva e Orta*, 110.

⁴⁴Bolufer, *Mujeres e Ilustración*, 117-118.

centrada na sua função social⁴⁵. Outra espanhola a defender que “vuestras almas son iguales a las del sexo que as quiere tiranizar” foi Inés Joyes y Blake (1731-1808)⁴⁶.

Durante o século XVIII a educação feminina era raramente feita em escolas, sendo o exemplo dos colégios das Ursulinas, uma das primeiras instituições que tiveram como propósito o ensino exclusivo de jovens senhoras. A Ordem, fundada no século XVI, chegou a Portugal só em Setecentos, onde pouco se expandiu. Entre 1748 e 1785 funcionavam apenas três colégios, o de Pereira, próximo a Coimbra, que fora o primeiro, o de Viana do Castelo e o de Braga⁴⁷.

Para João Luís Lisboa e Tiago C. P. dos Reis Miranda, é com a ação desta instituição que surgem novos projetos de educação elementar para as meninas⁴⁸. Nestes locais, a educação seguia modelos de moralidade e castidade, formando não mulheres sábias, mas sim boas esposas⁴⁹. Segundo Irene Vaquinhas, referindo-se já à segunda metade de Oitocentos, as alunas das Ursulinas eram parte de uma elite, visto ser uma instituição com mensalidades elevadas, ainda que recebessem alunas ‘gratuitas’. O colégio de Coimbra, especificamente, era repleto de filhas de lentes da Universidade⁵⁰, mas as alunas provinham de todo o país⁵¹.

Apesar de poucos, podemos perceber a importância dos colégios das Ursulinas para a formação da elite cultural portuguesa do século XIX através da biografia de algumas das autoras aqui estudadas. Estes locais, especialmente o localizado na vila de Pereira, próximo a Coimbra, teve influência na formação de meninas que posteriormente escreveram, ou foram locais onde mulheres sábias, nomeadamente uma poetisa, pode viver e ensinar.

A formação e a escolaridade não eram, então, uma prioridade para as meninas portuguesas do século XVIII das classes abastadas. Vivendo confinada ao privado, sua educação era direcionada ao lar e seguia os modelos de feminilidade impostos pela cultura dominante. Em casa, as senhoras tinham a autonomia e o poder de gerir, mas era o bem-estar do marido o objetivo principal das suas diligências. Segundo Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, os “quotidianos no interior da casa e a *família* constituíam

⁴⁵ Ana María Sixto Barcia. *Mujeres y cultura letrada en la Galicia Moderna*. (Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 2015), 131.

⁴⁶ Inés Joyes y Blake, ‘Apologia de las mujeres’. Apud. Sixto Barcia, *Mujeres y cultura letrada en la Galicia Moderna*, 131.

⁴⁷ Maria do Pilar S. A. Vieira, ‘Ursulinas’. In. Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol P-V (Lisboa: Circulo de Leitores, 2001), 324-325.

⁴⁸ Lisboa e Miranda, ‘A cultura escrita nos espaços privados’, 357.

⁴⁹ Irene Vaquinhas, ‘O real colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para sua história’. In. *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa*, (Lisboa: Colibri história, 2011), 87.

⁵⁰ Irene Vaquinhas, ‘Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino no século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)’. In. *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa*, 137.

⁵¹ Arilda Ines Ribeiro. *Vestígios da Educação Feminina no século XVIII em Portugal*. (São Paulo: Arte & Ciência, 2002), 53.

tradicionalmente o espaço predominante de convivência feminino”⁵². Ou seja, no lar, as mulheres poderiam ter a liberdade que desejassem, longe dos olhares masculinos⁵³.

O poder paterno era soberano no governo da Casa, mas algumas funções eram femininas e em Setecentos as mulheres já passavam a ter mais controle sobre decisões referentes ao ambiente interno do lar⁵⁴. Exceções a esta regra, eram, no entanto possíveis e causadas pela ausência da figura masculina. Um exemplo é D. Leonor Ana Luísa Josefa de Portugal (1722-1806), esposa do quarto Morgado de Mateus, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão (1722-1798). Durante a estada do marido no Brasil, como governador de São Paulo, D. Leonor não apenas comandou e geriu a Casa de Mateus, como tratou da educação dos filhos e conseguiu aumentar a fortuna da família⁵⁵.

Até o século XVIII, eram raras as ocasiões que permitiam as pessoas estarem sozinhas, mesmo dentro do lar⁵⁶, visto que mesmo a casa era repleta de pessoas as mais diversas, dos criados aos familiares. Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro lembram que “as numerosas criadagens, que os estrangeiros quase unanimemente identificam como marca de Lisboa, continuavam a representar um indicador de distinção social na segunda metade do século XVIII”⁵⁷.

Maria Antónia Lopes sublinha que era nestes ambientes privados que as mulheres passavam a maior parte de seu tempo, mas que no último quartel de setecentos, ambientes até então frequentados apenas pelos familiares foram abertos para o público, amigos e conhecidos, em eventos organizados pelos donos da casa⁵⁸. Estas novas formas de sociabilidade permitiam um contato com o mundo e com o outro sexo. Por meio das assembleias, bailes e teatros, ou ainda salões⁵⁹, o convívio era alargado⁶⁰.

⁵²Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, ‘Os espaços da vida privada. As grandes casas.’ in *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna*, 237.

⁵³Não é peculiar, então, que este seja um local bastante explorado pela literatura de autoria feminina, tais como os romances de Jane Austen.

⁵⁴Cunha e Monteiro, ‘Os espaços da vida privada. As grandes casas’, 238.

⁵⁵A correspondência trocada entre os dois, publicada por Heloisa Liberalli Bellotto, demonstra o poder desta senhora, que comandou a Casa de Mateus com sucesso. Heloisa Liberalli Bellotto. *Nem o tempo, nem a distância: Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-1798)*. (Lisboa: Aletheia Editores, 2007).

⁵⁶Phillipe Aries, *História Social da Infância e da Família* (Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981), 264.

⁵⁷Cunha e Monteiro, ‘Os espaços da vida privada. As grandes casas’, 217.

⁵⁸Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, 66-67.

⁵⁹Visto que algumas das autoras aqui analisadas eram elas próprias organizadoras de salões, estes locais de convívio serão vistos no tópico 4.2.

⁶⁰“No último quartel do século XVIII, o panorama alterou-se, mais no que diz respeito ao alargamento do círculo de convívio do que à introdução de conversa culta e letrada. Maria Alexandre Lousada, ‘Vida privada e política. Novas formas: emergência do espaço público’. in *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna*, 443.

As assembleias constituíam locais de encontro, nos quais trocavam-se opiniões, cantava-se, tocava-se, poetas declamavam, jogava-se cartas⁶¹. Os bailes eram locais para a dança, nos quais as senhoras poderiam apresentar os seus mais belos trajes. Maria Antónia Lopes lembra que a moda tinha grande importância para as senhoras destes grupos sociais, sendo que as “mulheres reivindicavam o seu corpo através do adorno, escolhidos por elas”, e com frequência criticado, o que “pressupõe e simultaneamente predispõe uma atitude subversiva no relacionamento dos dois sexos”⁶². No teatro, tanto no Porto quanto em Lisboa, “iam, viam e eram vistas”⁶³.

As jovens solteiras da aristocracia tinham menos liberdade que suas mães, enquanto as casadas podiam participar destas festas relativamente públicas. Enquanto as viúvas, que até a metade do século eram por vezes fechadas em pavimentos escuros da casa passavam a ter algumas maiores liberdades⁶⁴.

Enquanto as senhoras donas de casa e, especialmente as viúvas, tinham seu espaço restrito, contido entre eventos religiosos e serões com familiares, era tolerado que as freiras criassem amizades, escrevessem poesia, etc. Sobretudo durante a primeira metade do século XVIII, aqueles homens que tinham amizades com as freiras, os freiráticos, frequentavam com relativa facilidade estes locais supostamente reclusos. Segundo Maria Antónia Lopes, "a freira foi, pois, quem iniciou o convívio mais ou menos aberto com o homem enquanto a mulher solteira, casada e viúva vivia ainda em feroz reclusão"⁶⁵, isto porque embora enclausuradas, o contato com os homens se dava através das grades.

As freiras podiam participar das músicas e celebrações de datas religiosas, como se percebe através da descrição da marquesa de Alorna, do seu período em Chelas, ou da existência de diversos sonetos a serem cantados por ela e outras enclausuradas no mesmo local.

Vistas como naturalmente inferiores por seus contemporâneos, a lei colocava a mulher sob tutela masculina. Os processos de separação e “divórcio”, quando ocorriam, tinham que ser devidamente provados e organizados por figuras masculinas. As poucas situações que

⁶¹Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, 68.

⁶²Ibidem, 83.

⁶³Ibidem, 152.

⁶⁴Maria Antónia Lopes, ‘Sociabilidades de salão no Porto setecentista na obra do Abade de Jazente’. In. *Touros, Tragédias, Bailes e Comédias- Espectáculos e divertimentos em Portugal no século XVIII*. (Lisboa: Centro de Estudos de Teatro da FLUL, 2016), 135-136.

⁶⁵Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, 60.

permitiam que a esposa solicitasse tais direitos ocorriam em caso de maltrato, e cabia a suas famílias o processo⁶⁶.

Elina Guimarães afirma que caso os maridos assim desejassem poderiam se desfazer de todos os objetos pessoais de sua esposa, e esta “não tinha dinheiro algum”⁶⁷, sendo que as escritoras só poderiam publicar com autorização do esposo⁶⁸. Este direito só iria surgir com a legislação republicana⁶⁹. A jurista percebe que ao casar-se “presumia-se que morria para a própria família e nascia para a do marido”⁷⁰.

O discurso jurista via na mulher um ser incapaz de cuidar de si, logo, cabia ao esposo ou ao pai todas as escolhas referentes à vida feminina. Ao longo da história portuguesa, tanto as Ordenações Manuelinas quanto as Filipinas davam aos pais e maridos os direitos sobre as mulheres, e a necessidade do consentimento dos pais nas escolhas matrimoniais tornou-se mais estrita com a legislação pombalina. A partir de 1739 o aval real era também necessário para os indivíduos da alta nobreza. Na realidade, o rei apenas sancionava a escolha familiar, mas poderia intervir se assim desejasse⁷¹.

O casamento na nobreza, neste período, era ainda uma união de famílias e raramente acontecia por desejo pessoal dos nubentes. Ainda assim, o sentimento amoroso já não era de todo incomum, especialmente quando as jovens tinham acesso ao contato com o outro sexo. Maria Antónia Lopes lembra, no entanto, que no “seio da nobreza eram ainda, como sempre, os puros interesses materiais que determinavam os casamentos”⁷². Isto não significa, no entanto, que não houvesse conflitos ou que todos os filhos e filhas concordassem com os desejos paternos. Na Galiza, muito próxima a Portugal, Ofelia Rey Castelao e Susana Rial García descrevem, por exemplo, um impresso de 1727, no qual D. Baltasara de Sottomayor pedia a nulidade de sua união⁷³.

A idade feminina média para o casamento nos grupos sociais mais elevados, segundo Nuno Gonçalo Monteiro, era de 20,3 anos no início do século e de 21,1 na segunda metade. Em Oitocentos estes números sobem para 21,7. Para os homens, a idade média não variou

⁶⁶Um exemplo de uma senhora que pretendia a separação, devido a maus tratos, é o de D. Augusta Franzini. Embora neste caso, como será visto, a união tenha sido declarada nula, o processo foi completamente organizado pelo pai desta senhora, Marino Miguel Franzini. Vide tópico 4.3.3.

⁶⁷Elina Guimarães, ‘A mulher portuguesa na legislação civil’. In. *Análise Social*. V (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), 562.

⁶⁸Ibidem, 561.

⁶⁹Ibidem, 565.

⁷⁰Ibidem, 558.

⁷¹Nuno Gonçalves Monteiro, ‘As famílias e os indivíduos. Casa, casamento e nome’. In. *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna*, 131.

⁷²Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, 115.

⁷³Ofelia Rey Castelao e Susana Rial Garcia, *Historia das mulleres en Galicia. Idade Moderna*. (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2010), 166.

entre os séculos XVII e XVIII, mantendo-se entre os 23 e 25 anos⁷⁴. Ou seja, meninas não se casavam, mas sim jovens senhoras com esposos um pouco mais velhos⁷⁵.

Nos inícios do século XIX verificam-se algumas modificações na situação das mulheres, do casamento e da família, mas a grande maioria das mudanças são posteriores. Embora a presença feminina nos salões e nos espaços públicos tenha permitido a algumas mulheres uma participação mais ativa na sociedade portuguesa, a grande maioria das senhoras da nobreza passava a maior parte do tempo em casa. Mas é importante lembrar que nada disto se aplica às mulheres trabalhadoras, que circulavam por todo o lado com liberdade de movimentos que era impossível às senhoras nobres.

Oitocentos é conhecido por ser um período transicional na forma como as famílias se relacionavam entre si. Edward Shorter percebe estas diferenças em três plataformas: o namoro, a relação mãe e filho e a relação entre a família e a comunidade⁷⁶. O individualismo revelou-se nestas três importantes partes da vida familiar. O desejo próprio passou a influenciar as escolhas do casal, o bebé tornou-se uma figura importante dentro da casa e a família passou a se distanciar da sociedade, fechando-se dentro de seu próprio núcleo⁷⁷. A burguesia é um grande exemplo deste novo modelo de civilidade, no qual as mulheres têm funções extremamente fixas, no lar e no espaço íntimo da casa, enquanto o homem volta-se ao público e ao político.

Embora esta divisão tenha sido já existente ao longo da história, com o fechamento da família em si própria, os papéis femininos tornam-se ainda mais reclusos, especialmente no grupo já mencionado, a burguesia, onde a função exclusivamente doméstica da esposa servia para demonstrar a superioridade económica do marido, o ganha-pão exclusivo de todo o agregado que chefiava.

Em uma sociedade de aparências, a dona-de-casa das elites e da burguesia precisava representar papéis que indicassem o seu *status* social: tocar piano, manter a casa nos padrões da moda, comandar os criados. Assim como a vestimenta, que para Richard Sennett tinha códigos que funcionavam “como meios de regulamentar as ruas”⁷⁸, as casas também

⁷⁴Monteiro, ‘As famílias e os indivíduos. Casa, casamento e nome’, 139.

⁷⁵As idades referidas respeitam apenas as elites, porque a maioria das portuguesas e portugueses, como em geral no Ocidente europeu, praticavam um casamento mais tardio, sobretudo no Norte do país, onde as mulheres casavam com a idade média de 26 anos e os homens com 30. Cf. Teresa Ferreira Rodrigues, *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, (Porto: CEPESE/Afrontamento, 2008), 208.

⁷⁶Edward Shorter, *A formação da família moderna*, (Lisboa: Terramar, 1995), 10.

⁷⁷James Casey, *A história da família*, (São Paulo: Editora Ática, 1992), 175. Sobre a família moderna vide também Shorter, *A formação da família moderna*, e Richard Sennet, *O declínio do Homem Público. As tiranias da intimidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1988).

⁷⁸Sennet, *O declínio do Homem Público*, 93.

manifestavam o poder económico e social da família. Um momento no qual as senhoras podiam demonstrar os seus dotes e sua beleza eram os salões e as visitas. Estes encontros eram muito importantes para a vida social, seguiam todo um conjunto de regras e normas que não poderiam ser ignorados pela senhora, visto que neste momento suas moradas se tornavam vitrines⁷⁹ e, para José Machado Pais, verdadeiros teatros ao ar livre⁸⁰.

Embora o meio familiar se fechasse, no século XIX as jovens solteiras tinham mais espaços de liberdade do que no XVIII. Agora poderiam frequentar os bailes e salões, e também serem vistas pela cidade, quando saíam para visitas. Na segunda metade de Oitocentos, os jardins também eram um local no qual poderiam ser observadas. Segundo Maria Antónia Lopes, esta maior possibilidade de contato entre os sexos, contribuiu para que as jovens burguesas pudessem almejar uma união por amor⁸¹.

Casar era uma forma de relativa autonomia, na qual a jovem passa de filha obediente a dona de uma casa, senhora de si e dos seus filhos, ainda que continue submissa aos desejos e à tutoria de um homem, o marido. Para além disto, nas palavras de Yannick Ripa, a menina “devient jeune fille par la menstruation, mais elle n’accède au statut de femme que par le mariage”⁸². Enquanto para as mulheres era o único futuro possível e aceitável, para seus maridos era a única forma de garantir a continuação oficial e legítima de suas famílias. Ao longo dos séculos, o sentimento amoroso como razão para a união matrimonial foi debatido tanto por clérigos, devido à sua relação com o pecado, quanto pelas obras literárias. O amor, sobretudo como parte do casamento, foi constantemente discutido. Para São Jerônimo, o amor paixão era uma espécie de incesto, pensamento que teria sido mantido pela aristocracia francesa ao longo da Idade Média⁸³ e até ao século XIX. O mesmo acontecia na burguesia, grupo social no qual as uniões beneficiavam a família dos noivos⁸⁴.

Embora no século XIX alguns casais tenham contraído matrimónio devido ao interesse particular dos nubentes, ou seja, por amor, a função social do matrimônio não havia

⁷⁹ Rui Casção, ‘Em casa: o quotidiano familiar’. in *História da Vida Privada de Portugal. A Época Contemporânea*, 223.

⁸⁰ José Machado Pais, ‘A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal. In. *Análise Social*. Vol XXII. 1986, 751-768.

⁸¹ “Para a reivindicação feminina da escolha do marido, tendo como critério da selecção o amor, contribuíram sem dúvida alguma as possibilidades geradas pelo convívio dos dois sexos de que as raparigas burguesas começavam a usufruir, seguindo a corrente da sociabilidade urbana que as não afastou, como o fez às jovens fidalgas”. Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, 116.

⁸² Yannick Ripa, *Les femmes, actrices d’histoire. France, de 1789 à nos jours*. (Paris: Armand Colin, 2010), 32.

⁸³ Jean-Claude de Bologne explica a relação da aristocracia francesa com o casamento: “preconceito aristocrático: amar a mulher é uma falta de dignidade, e ela poderia por isso mostrar-se ofendida”, cf. *História do Casamento no Ocidente* (Camarate: Circulo de Leitores, 1995), 309.

⁸⁴ Irene Vaquinhas. ‘A família, essa ‘pátria em miniatura’’. in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, 137.

ainda se modificado. A opinião dos noivos, por vezes, pesava na escolha familiar, mas era ainda a voz do pai, representante maior da Casa, a prevalecer. Na prática, a inclinação pessoal não era a razão mais comum que levava ao casamento, ao menos não para as elites. Os pais, e mesmo mães, escolhiam os noivos de suas filhas dentre os conhecidos, por vezes entre os familiares, e as noivas eram informadas da união. Os homens tinham maior probabilidade de impor suas opiniões, sobretudo se não estivessem dependentes dos pais. Enquanto isto se verificava nos meios urbanos, no campo, em ambiente rural, Maria Antónia Lopes nota que a forma como os casais se conheciam era muito mais natural, decorrente do contato frequente, ainda que a influência paterna fosse também decisiva⁸⁵.

O sentimento amoroso era, no entanto, uma frequente presença na literatura do período, em livros que vendiam a ideia de que apenas o verdadeiro amor levaria a um bom casamento, como veremos no capítulo 4.

Casadas, as mulheres deveriam se tornar mães. A presença da maternidade em cartas ou na literatura de autoria feminina será vista também no capítulo 4, mas é importante lembrar que era este objetivo da vida de uma mulher, a biologia fizera desta sua função social e a sociedade havia-a transformado no ápice da sua vida.

Ser mãe era predestinado e predeterminado, logo, a educação privilegiava as atividades que iriam ajudá-la nesta tarefa. As mulheres eram por isso educadas para o casamento, visto que os filhos só poderiam nascer dentro de uniões legítimas, o que não impedia que nascessem muitos filhos fora deste marco legal⁸⁶. Alguns pais legitimavam os seus filhos através do casamento com a mãe deles, noutros casos, as senhoras casavam já grávidas, como fez a mãe de Catarina de Andrada, que nasceu três meses após a união formal e oficial de seus pais⁸⁷.

Embora crianças ilegítimas fossem uma realidade, é preciso lembrar a importância social e econômica da união matrimonial para as mulheres. Casar era uma necessidade e a submissão ao marido uma obrigação legal e moral. Maria Regina Tavares da Silva encontrou nos folhetos volantes portugueses do século XVIII a defesa de um ideal de mulher “sujeita, resignada e submissa, [que] em tudo dependesse do marido”⁸⁸. Segundo Olwen Hulfon, “na

⁸⁵Maria Antónia Lopes, ‘As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos’, in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, 164.

⁸⁶José Serrão, ao falar das mulheres pobres, percebeu uma presença comum na sociedade portuguesa do período: a mãe solteira, “uma realidade fundamental do tecido social português”. Joel Serrão, *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. (Lisboa: Livros Horizonte, 1987), 38.

⁸⁷Isto será visto no tópico 4.6.4, junto a biografia desta senhora.

⁸⁸Maria Regina Neves Xavier Amorim Tavares da Silva. ‘O tema «Mulher» em folhetos volantes portugueses’. In. “A mulher na sociedade portuguesa- atas de coloquio. Instituto de História Económica e Social da FLUC. Vol 1 e 2. Coloquio 20 e 22 março de 1985. (Coimbra, 1986), 47.

cidade, o papel da mulher casada na economia familiar não se presta a generalizações fáceis. Muito dependia do tipo de cidade e portanto das potencialidades que oferecesse”⁸⁹. Nos estratos mais elevados da sociedade havia criados e propriedades para gerir, sendo que a “aparência e dignidade da esposa confirmavam o estatuto do marido”⁹⁰.

Para Irene Vaquinhas e Maria Alice Pinto Guimarães, que se referem ao século XIX, como esposa a mulher também passava a ter mais prestígio perante a sociedade, isto porque de menina tornava-se “senhora da casa”, “uma forma informal de poder”⁹¹. Por outro lado, nas elites, o gerir a casa não significava a execução de trabalhos domésticos. Pelo contrário, as funções da senhora e das criadas eram muito diferentes, o que poderia gerar, em muitos casos, atritos entre estas duas figuras⁹².

Apesar de uma maior autonomia, o cotidiano das senhoras era maioritariamente, embora não exclusivamente, circunscrito à casa. O lar era um santuário privado, onde pessoas estranhas ao núcleo familiar tinham acesso apenas em ocasiões específicas: os serões e assembleias, ou durante as visitas. Mas, como lembra Rui Cascão, “a casa como muro protector do recato familiar é bastante frágil e permeável”, ou seja, apesar da liberdade ser relativa, ela existe⁹³. Segundo este mesmo autor, no século XIX a casa tem diversas funções: a intimidade protegida da natureza e dos estranhos, um sítio de reclusão e conforto, mas ao mesmo tempo um local onde “se desenrola a vida familiar, em todas as suas manifestações, desde as mais harmónicas e belas, até às mais violentas e degradantes”⁹⁴.

Nos serões, “além das pessoas da casa, só eram admitidas outras de grande intimidade, parentes próximos, vizinhos respeitáveis, o médico, o pároco, o chefe da repartição do dono da casa e respectiva família”⁹⁵, enquanto as assembleias e bailes permitiam um maior convívio com o mundo externo ao lar, como já referido. Desta forma, o contato com o sexo masculino era difícil e regrado. Embora participassem destas situações de convívio, onde exerciam suas funções, as mulheres retornavam depois ao íntimo do lar. Embora estes eventos

⁸⁹Olwen Hufton, ‘Mulheres, trabalho e Família’, In Duby, George: Perrot, Michelle (coord.). *História das mulheres no ocidente* Vol 3. (Porto: Edições Afrontamento, 1991), 51.

⁹⁰Ibidem, 48.

⁹¹Irene Vaquinhas e Maria Alice Pinto Guimarães. ‘Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa’, in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, 203.

⁹²Ibidem, 211.

⁹³Rui Cascão, ‘Modos de habitar’ in *História da Vida Privada de Portugal. A época contemporânea vol. 3*, (Lisboa: Temas e Debates, 2011), 22.

⁹⁴Rui Cascão, ‘Modos de habitar’, 23.

⁹⁵José Machado Pais ‘A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal’, in *Mulheres em Portugal. Revista do Instituto de Ciências Sociais*, Terceira Série, Volume XXII, Número 92-93 (1986), 756. Sobre os serões no século XIX leia-se também Rui Cascão, Rui Cascão, ‘Em casa: o quotidiano familiar’ in *História da Vida Privada de Portugal. A época contemporânea*, 225-228.

privados fossem comuns durante o século XIX, bailes e salões aristocráticos não eram abundantes durante e após a guerra civil de 1834⁹⁶. E Maria Helena Santana e António Apolinário Lourenço lembram que no final do século XIX, “fora dos poucos salões aristocráticos, a sociabilidade burguesa limitava-se ao teatro e aos bailes, aos passeios dominicais, aos serões de piano e poesia e pouco mais”⁹⁷.

Idas ao teatro e à ópera eram de interesse tanto da aristocracia quanto das classes menos abastadas e, como veremos no capítulo 3, a dramaturgia começou no século XIX a ser exercida inclusivamente por senhoras. Algumas famílias, como a da condessa de Casal, tinham espaços reservados para a apresentação a seus amigos, assim como Francisca Paula Possolo da Costa. Além dos teatros e dos bailes, o tempo passado em casa, a sós ou com amigos, era repleto de jogos e atividades em grupo. Segundo Rui Cascão, os mais ricos reservavam espaços específicos de sua casa para estas atividades⁹⁸. Outra parte do tempo feminino era reservado às visitas que eram uma obrigação da família e tinham um código próprio a ser seguido.

Enquanto as jovens senhoras com a virada do século ganhavam uma limitada, mas verdadeira, liberdade, a vida das freiras há muito se restringira. As festas conventuais eram no século XIX apenas festejos religiosos, e não mais reuniões como as descritas pela marquesa de Alorna em Chelas. Em meados da centúria, D. Augusta Telo descreve festas conventuais mais comedidas e espera a presença da oportunidade de rever suas primas⁹⁹.

Ao contrário das elites, económicas e sociais, restritas ao espaço privado e seguindo regras de etiqueta; as mulheres pobres tinham a rua como seu local de labor. O trabalho feminino sempre existiu. Elas eram vendedoras, camponesas, criadas, amas-de-leite, parteiras, etc. Para isso, precisavam ser vistas, andar de um lado a outro, conhecer a mais diversa sorte de pessoas. Maria Odília Leite da Silva Dias ao descrever a situação das mulheres em São Paulo, no Brasil durante o século XIX, percebeu que as pobres andavam pela cidade, sem

⁹⁶Rui Cascão, ‘Em casa: o quotidiano familiar’, 223.

⁹⁷Maria Helena Santana e António Apolinário Lourenço. ‘No leito. Comportamentos sexuais e erotismo’. in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, 254.

⁹⁸Rui Cascão, ‘Em casa: o quotidiano familiar’, 235.

⁹⁹Em carta do convento da Esperança, em 1845, D. Augusta afirma: “A manhã á aqui grande Festa de instrumental se alguem dahi quizer faço o aviso.” E menciona outra celebração no dia 13 de agosto deste mesmo ano: “Na segunda e terça-feira houve aqui Festa de Santa Clara com Missa contada na segunda de tarde acabou-se a Novena que as Primas ouvirão e estes dois dias á noite fui eu cantar huma Ladainha composto este Anno que he muito bonita como sabia que o José vinha cá na segunda-feira queria mandar dizer às Primas ontem voltou mas também não lhe pude dizer porque quando subi já se tinha hido seti bastante pois talvez viessem cá algum das noites e havião de gostar.” Anexo II, Cartas 31 e 40 respectivamente.

homens que as acompanhassem, e eram vistas por todos os cantos e em todas as atividades¹⁰⁰. Também em Portugal e por toda a Europa isto acontecia.

A grande maioria das mulheres de classe baixa da primeira metade do século XIX era iletrada e, mesmo que o não fosse, não teria tempo útil para despender com atividades como a escrita, especialmente quando esta não era ainda possível como meio de subsistência feminino. Logo, as escritoras, na sua grande maioria, como veremos em tópicos subsequentes, não faziam parte deste grupo que usufruía de maior liberdade ao nível de deslocações e autonomia nas suas vidas.

A escrita, e mesmo a leitura de propósito recreativo, não eram uma necessidade. O trabalho do lar, o bordado e os básicos da linguagem eram o suficiente, visto a função primordial feminina enquanto mãe e esposa. O valor feminino estava na discrição e na prudência; um rigor moral que persistiu durante a segunda metade do século, ainda que a presença da mulher nos espaços sociais tenha aumentado neste período, nomeadamente devido aos salões.

Mediando estas *soirées*, as mulheres ganhavam espaço na discussão intelectual das elites, mas os discursos jurídico e religioso de Oitocentos continuava a retirar-lhes a possibilidade de discussão acerca de suas competências intelectuais.

Considerando ainda que o analfabetismo era a regra também entre os homens durante o século XIX¹⁰¹, não é estranho que mesmo na segunda metade do século a grande maioria das mulheres, especialmente trabalhadoras, não soubesse ler e escrever¹⁰². João Luís Lisboa e Tiago C. P. dos Reis Miranda lembram que a “escrita era muito menos necessária ao dia-a-dia da maior parte dos homens e das mulheres até ao século XVIII. Apenas uma parte de quem aprendia a ler aprendia também a escrever, em cursos que tinham custos acrescidos”¹⁰³; como podemos observar através do exemplo espanhol de 1860, quando de 1.150.12 mulheres que sabiam ler, apenas 389.221 sabiam escrever¹⁰⁴. Aquelas que pegaram na pena, então, faziam parte de uma elite social, maioritariamente aristocrata, mas que inclui também senhoras de

¹⁰⁰Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. (São Paulo: Brasiliense, 1984).

¹⁰¹No século XIX 75% dos portugueses ainda eram iletrados (Lisboa e Miranda, ‘A cultura escrita nos espaços privados’, 339), e em 1878 eram-no “quase 80% de pessoas com mais de seis anos” (Rui Cascão, ‘Em casa: o quotidiano familiar’, 229).

¹⁰²Irene Vaquinhas observa que o analfabetismo era o mais comum entre as mulheres ainda durante os primeiros anos da República, quando a ignorância feminina continuava a ser vista como positiva. Cf. Irene Vaquinhas ‘A mulher e o poder. O poder das mulheres-Visão histórica.’ in *A mulher e o poder. Comunicações de um seminário.*, nº20, 15 nov (Lisboa: Codex, 1987), 162.

¹⁰³Lisboa e Miranda, ‘A cultura escrita nos espaços privados’, 341.

¹⁰⁴Fernando Bouza, ‘Memorias de la lectura y escritura de las mujeres en el Siglo de Oro’. In. Isabel Morant (dir.), *Historia de las mujeres en España y América Latina. El mundo moderno*. Vol II. (Madrid: Catedra, 2006), 196.

uma pequena, e crescente, burguesia. No entanto, para Susan Kirkpatrick, a leitura e a escrita como atividades privadas “otorgó a estas mujeres un terreno privado donde podían consumir y hacer suyos conceptos morales, filosóficos y políticos encontrados en lo que leían asociados a la privacidad”¹⁰⁵.

Sua educação não era uma prioridade das famílias portuguesas, ao contrário do que se observava em Inglaterra, onde as famílias abastadas usavam *governesses* para o ensino feminino; em Portugal, este era ministrado em casa e, quando muito, através de professores. Ainda que no início da centúria tenham surgido algumas escolas privadas, tais como os colégios das Ursulinas, já mencionados, é apenas a partir da segunda metade do século que a educação das jovens meninas se tornou mais comum.

Mesmo o método inglês, no qual preceptoras são introduzidas a casa, era visto por autores portugueses como ineficiente. Para Ribeiro Sanches estas jovens educadoras eram mais inexperientes, por vezes, que a própria aluna¹⁰⁶. Infelizmente, esta inferioridade da *governess* era evidente, visto que também elas não tinham acesso a educação melhor. É devido a isto que, muitas vezes, famílias portuguesas escolhiam estrangeiras (como a escritora Pauline de Flaugergues) para ensinar suas filhas, visto que em locais como França e Inglaterra era esperado mais das jovens meninas e por isso sua educação básica seria superior à de muitas nobres portuguesas. A estas razões acrescentava-se o ensino da língua materna, se calhar a grande mais-valia dessas preceptoras.

A erudição era mal vista para as mulheres, um fenómeno em Inglaterra chamado *bluestalking*; na França, *femme savante*; na Espanha, *bachillera* e *doctora*¹⁰⁷; ou seja, senhoras que “sabem de mais”, adentrando assim em um meio masculino. Em Portugal a forma como referiam-se a estas senhoras eram diferentes, mas também aqui o conhecimento poderia ser visto como “excessivo” quando feminino. Segundo Irene Vaquinhas, ‘sabichona’, por exemplo, “resume, numa só palavra, a reprovação social relativamente à mulher que ousava transcender os limites culturais impostos pelo seu tempo”¹⁰⁸. Embora ilustres senhoras como a marquesa de Alorna não fossem criticadas pelos seus talentos, Maria Peregrina de

¹⁰⁵Susan Kirkpatrick, ‘Liberales y románticos’. In. Isabel Morant (dir.), *Historia de las mujeres en España y América Latina. Del siglo XIX a los umbrales del XX*. Vol. III. (Madrid: Catedra, 2006), 121.

¹⁰⁶Ribeiro, *Vestígios da Educação Feminina no século XVIII em Portugal*, 47.

¹⁰⁷Bolufer, *Mujeres e Ilustración*, 146.

¹⁰⁸Irene Vaquinhas, ‘Miserável e gloriosa’: A imagem ambivalente da mulher no século XIX’. In. *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa*, 28.

Sousa e outras autoras do XIX tiveram de conviver com um mundo masculino que as reprimia e as chamava de “literatas”¹⁰⁹, tal como será visto no capítulo 5.

3. As autoras

Com o objetivo inicial de encontrar as mulheres que escreveram na primeira metade do século XIX, não foram excluídas nem anônimas, nem senhoras com poucas obras. A listagem completa de autoras e obras encontra-se no anexo I, que pode ser consultada sempre que uma nova e desconhecida autora for mencionada. O elenco estabelecido demonstra, claramente, que muitas mulheres escreveram, ainda que poucas sejam lembradas na História, e menos ainda, reconhecidas pelo cânone literário.

Foram encontradas 92 escritoras diferentes a publicar entre 1800 e 1850, além de outras 23 anónimas. Muitas delas aparecem com informações vagas, sem data, sem nome completo, apenas com uma publicação e a incógnita de sua identidade. Para as que conseguimos obter maior quantidade de informações, foi possível uma análise mais ampla de suas vidas. A partir de dados como datas de nascimento, óbito, casamento, nascimento dos filhos, nomes dos pais, etc., concluímos que essas autoras que publicaram na primeira metade do século XIX nasceram entre 1749 e 1835 e faleceram entre 1824 e 1894. Verificou-se também que na grande maioria eram já casadas quando começaram a publicar, havendo um pequeno número de mulheres solteiras que para a edição tiveram o auxílio de seus pais e, ainda, algumas viúvas que encontraram na escrita uma forma de sustento.

Note-se que o único critério utilizado para a escolha das fontes – autoras e obras – foram as datas de publicação inicial. Como a obra completa da marquesa de Alorna foi publicada em 1844, ela aparece nesta listagem, embora seja uma autora das Luzes portuguesas. Quanto às escritoras mais recentes, como Antónia Gertrudes Pusich, foi incluída nesta listagem porque começou a publicar na década de 1840, enquanto Maria Amália Vaz de Carvalho, com todas as publicações posteriores a meados do século, já não o foi.

Devido ao longo período escolhido para a pesquisa, foram encontradas escritoras de diferentes momentos históricos e de diferentes locais da sociedade portuguesa, tanto casadas como não (embora a grande maioria o seja, como dissemos) e desde marquesas a boticárias. Todavia, todas tiveram acesso às letras, o que demonstra que faziam parte de uma elite intelectual.

¹⁰⁹Termo que por si só não carrega negatividade, mas que como será visto em um poema de Camilo Castelo Branco, toma uma conotação ruim quando relacionada as mulheres “que sabem muito”.

Algumas autoras mais facilmente reconhecidas são a marquesa de Alorna e aquelas que com ela se relacionavam: Mariana Antónia Maldonado (1771-1855), Francisca Paula Possolo da Costa (1783-1838) e a viscondessa de Balsemão – Catarina Micaela de Sousa e Lencastre (1749-1824) –, todas organizadoras e participantes de salões. A também detentora de um salão, Maria da Felicidade de Couto Browne (1797- 1861), e sua conterrânea Maria Peregrina de Sousa (1809-1894) foram igualmente importantes para a história da literatura portuguesa, embora menos lembradas. Catarina de Andrada (1809-1860) e Pauline de Flaugergues (1799-1878) realizaram um trabalho marcante na formação do jornalismo feminino, bem como Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), Maria José da Silva Canuto (1812-1890), Antónia Luísa Cabral de Teive Pontes (20/09/?- após 1893) e Maria Cambiaxi (antes de 1805-?). Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva (entre 1759 e 1788-entre 1851 e 1853), no entanto, apesar de ter deixado nove traduções foi praticamente apagada, visto que não escreveu poesia ou textos originais, considerados superiores pela crítica. Para além destas mulheres, cujo nome se conserva, outras como C. E. da C. G (antes de 1847- depois de 1855), Paulina de J. L. L. (?-?), J. P. Aragão (?-?), G. M. I. (*Sua constante Leitora*) (?-?), D. M. C (?-?) e Emília de... (?-?) permanecem incógnitas, apesar de terem deixado suas iniciais como assinatura de obras. Outras optaram pelo total anonimato, que será discutido a seguir. O uso de asteriscos, por sua vez, ajuda a esconder a identidade: *D. L**** e *por ****, a forma escolhida por Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva para assinar suas traduções.

Além das autoras que deixaram seus nomes para a posteridade, conseguimos descobrir mulheres que se mantiveram perdidas, por trás de variadas expressões de anonimato que serão vistas no capítulo 2.

4. Quem são?

Embora o simples ato da escrita demonstre que eram parte de uma elite cultural, percebeu-se que provinham de de variadas posições sociais e econômicas. Procedentes na grande maioria da nobreza, seja alta e titulada, seja baixa, algumas movem-se no mundo dos ofícios, como a boticária Januária Joaquina Freire de Andrade (antes de 1789-depois de 1812) e outras no meio literário e teatral¹¹⁰. Casadas, solteiras, viúvas e separadas, escreveram e tiveram seus textos publicados a partir da juventude até anos depois de seu falecimento.

¹¹⁰Notamos frequentemente o uso da palavra Dona para se referir a estas mulheres. Em época anterior, bastaria isso para as situar num segmento social restrito, mas no século XIX a expressão já se tornava mais vulgar. A forma de tratamento aparece, por vezes, como afirmação de feminilidade, como terá sido o caso de Dona J. P. Aragão (?-?).

Esposas de ilustres burgueses aparecem na listagem, bem como uma *perdida* que optou pelo amor e pelas filhas ao invés da vida ao lado de um homem que não a amava; assim como esposas cujos abusos por parte dos maridos as levaram a sair de casa ou a criticá-los abertamente.

Para melhor ser percebida esta diversidade socioeconómica, decidiu-se dividir as escritoras em cinco grupos, que serão descritos abaixo em secções separadas: aristocracia; organizadoras e frequentadores de salões; casadas, solteiras, viúvas e separadas; jovens senhoras; francesas e brasileiras; e trabalhadoras. Foram também elencados exemplos de cada modelo, seguidos de uma breve biografia conseguida através dos já referidos catálogos de autoria, ou por meio de pesquisa profunda em arquivos. O elenco que se segue não esgota, porém, os nomes inventariados no anexo I.

4.1. Aristocracia

Através de uma breve vista de olhos sobre a listagem no Anexo I, deparamos com o fato de que um grande número das senhoras que escreveram em Portugal durante a primeira metade do século XIX fazia parte de uma nobreza titulada, marquesas, condessas e viscondessas. Outras, sem título elas próprias, são filhas e sobrinhas da alta nobreza, enquanto outras ainda são de famílias da nobreza não titulada. Poucas são aquelas que não têm ligação alguma com famílias ricas e poderosas, sendo que algumas seriam burguesas. A escassez de dados biográficos impede que conheçamos a procedência social e económica de muitas outras autoras encontradas neste trabalho.

Reiteramos que o período em apreço foi uma época de transição e mudanças, não apenas para a História Política de Portugal, mas também para a educação feminina. Desta forma, percebemos que as autoras com datas de nascimento anteriores à virada do século XVIII para o XIX, ou dos primeiros decênios do Oitocentos, são figuras mais nobres que as posteriores. O que demonstra que o acesso à educação se foi vulgarizando, permitindo que mulheres que até então não teriam a oportunidade de escrever ou publicar, o fizessem.

Segundo Francisco Vasconcelos, em Portugal

podemos configurar o universo (mais ou menos) nobiliárquico antes do Liberalismo como bastante vasto e abrangendo dois círculos, o primeiro dos quais englobava todos os que tinham alguns privilégios da nobreza ou eram nobres a título pessoal, como os ‘privilegiados’ da nobreza civil ou da ‘simples nobreza’, por vezes também chamado de ‘estado de meio’, e da qual faziam parte os oficiais do exército, doutores, advogados,

desembargadores, professores régios, negociantes matriculados na Junta do Comércio, cavaleiros e escudeiros¹¹¹.

De acordo com esta concepção lata de nobreza portuguesa, podemos afirmar que todas as autoras portuguesas da primeira metade do século XIX eram filhas de nobres de menor ou maior escalão, fossem próximas à família real e ao Paço, fossem aquelas que representavam já a burguesia.

É importante lembrar também, que já na segunda metade do século XIX a nobreza perdera muita da sua importância, ou melhor, segundo Vasconcelos, “[n]o século XIX, despidos de poderes e regalias próprias, os títulos passaram a ser considerados de forma semelhante a meros apêndices do nome civil e como mais um elemento de identificação.”¹¹² Ou seja, as nobrezas inferiores e a burguesia ascendiam a uma influência maior. Isto se dá tanto no plano político, social e económico como no plano literário, o que também verificamos entre as escritoras.

Como já foi referido, as senhoras da nobreza tinham maior acesso às letras, e assim como as famílias de Vimieiro e Alorna valorizavam a cultura de suas filhas, as esposas da aristocracia, precisavam conhecer as letras, ainda que inicialmente para o uso exclusivo de escrever cartas. A escrita epistolar fazia parte do dia-a-dia das grandes senhoras portuguesas. Marquesas, condessas e viscondessas, nobres não tituladas ou mulheres da alta burguesia a utilizavam como meio de comunicação com seus familiares, maridos e filhos, ou ainda, em algumas ocasiões, para passarem informações importantes a seus amigos e conhecidos¹¹³. É em boa parte através da publicação póstuma de suas cartas particulares que a maior parte das nobres portuguesas aparecem aqui listadas. Embora tenham um objetivo privado, o texto epistolar permite ao historiador compreender um pouco da vida de quem as escreve, tal como a sua rotina diária, opiniões pessoais quanto a situação política e económica do país e de conhecidos e familiares, sua educação, a dedicação e o cuidado com os filhos, eventos importantes para a História pelo ponto de vista de quem redigiu a missiva, informações que lhe chegaram por outras cartas, a doença de familiares, tratamentos caseiros, notícias recortadas de jornais, etc., por meio de menções a acontecimentos do cotidiano e opiniões expressadas por seus autores.

¹¹¹Francisco de Vasconcelos, *A nobreza do século XIX em Portugal*. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Univ. Moderna do Porto, 2003), 27. Grifos do original.

¹¹²Ibidem, 71.

¹¹³Ainda que as regras de etiqueta para este tipo de carta fossem muito diferentes daqueles enviadas para pais, marido, filhos ou outras mulheres.

As condessas de Rio Maior e da Ponte, bem como as marquesas de Ribeira Grande e Ponta Delgada, tiveram suas cartas familiares publicadas recentemente. Por meio destas, foi então possível conhecer um pouco da vida destas aristocratas, bem como o que optavam por escrever para seus filhos e filhas. Já a marquesa de Alorna e a viscondessa de Balsemão, cujas epístolas também foram publicadas postumamente, surgem aqui igualmente como poetas, tradutoras e detentoras de salões que também foram. Por meio das cartas trocadas entre estas duas ilustres escritoras pode perceber-se suas opiniões sobre a educação da mulher e a escrita como atividade feminina, além de detalhes relativos ao seu dia-a-dia.

A baronesa de Casal, por sua vez, aparece na listagem com suas pequenas obras de caráter privado, mas que foram publicadas ainda durante a sua vida, especialmente uma peça de teatro que demonstra os temores que sentia em relação a maridos de origem desconhecida.

4.1.1. D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, viscondessa de Balsemão (1749-1824)

A viscondessa de Balsemão foi uma ilustre poetisa do pré-romantismo português. Filha de Francisco de Sousa Alcoforado (1702-?) e de Rosa Maria Viterbo de César e Lencastre (1718-?), era neta por via materna dos 2º viscondes de Asseca.

Nascida em Guimarães em 1749, a poetisa se casou por procuração com D. Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), futuro ministro do Estado. A autora acompanhou seu marido em suas viagens como embaixador para Londres. Segundo Maria Luísa Malato Borralho, a viscondessa não teria vasto conhecimento de línguas na altura de seu casamento ou da viagem. Assim, ao chegar em Londres, manteve-se distante da sociedade durante um longo período, num “não escondido projecto de lagarta que se quer borboleta”¹¹⁴, durante o qual procurou educar-se o suficiente para, chegada à altura certa, abrir seus salões. Em seus primeiros salões na capital inglesa recebia os embaixadores de Portugal e de outros países, assim como intelectuais ingleses e portugueses radicados no país.

Sobre a viscondessa foi elaborada a tese de doutoramento, posteriormente transformada em livro, de Maria Luísa Malato Borralho, *Por acaso hum viajante: a vida e obra de Catarina de Lencastre*¹¹⁵, onde se encontra, para além de uma biografia da autora, a

¹¹⁴Maria Luísa Malato Borralho. *Por acaso hum viajante: a vida e obra de Catarina de Lencastre. 1º vol. 1749-1824*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008), 60.

¹¹⁵Maria Luísa Malato Borralho, 2 volumes: "D. Catarina de Lencastre (1749-1824) [texto policopiado] : Libreto para uma autora quase esquecida" (Tese doutoramento, Universidade do Porto, 1999) e "Por acaso hum viajante: a vida e obra de Catarina de Lencastre. 1º vol. 1749-1824". Em obra referida na nota anterior.

listagem de todas as suas obras. Já *O lirismo pré-romântico da viscondessa de Balsemão*, de Zenóbia Collares Moreira, faz uma análise dos seus poemas, publicando uma seleção¹¹⁶.

D. Catarina era conhecida como a Safo Portuguesa e assinava ou recebeu os nomes árcades de Célia, Corinthia, Natércia e Corina. A grande maioria de sua obra sobreviveu na forma manuscrita, a mesma que a fez circular durante sua vida. Por essa razão, os seus poemas têm diferentes versões, que Malato Borralho identifica nos manuscritos que chegaram até aos nossos dias. Catarina de Lencastre faleceu no Porto, onde vivia já afastada de qualquer vida social, em janeiro de 1824.

4.1.2. D. Leonor de Almeida Portugal, marquesa de Alorna (1750-1839)

A mais ilustre das escritoras aqui analisadas é a marquesa de Alorna. O seu nome foi, em comparação com as suas contemporâneas, o que mais resistiu ao tempo. O interesse pela vida e obra de D. Leonor torna-se evidente na grande quantidade de obras literárias e biográficas que atualmente existem sobre ela¹¹⁷.

Nascida em Lisboa, em São Jorge de Arroios em 18 de novembro de 1750, D. Leonor era filha de D. João de Almeida Portugal, conde de Assumar e 2º marquês de Alorna (1726-1790) e de sua esposa D. Leonor de Lorena e Távora (1729-?). Quando a futura marquesa tinha apenas oito anos de idade, toda família Távora foi presa devido ao atentado contra o Rei, sendo Leonor, a mãe, e as filhas, Maria Rita de Almeida Portugal (1751-1786)¹¹⁸ e Leonor, enclausuradas no Convento de Chelas. As jovens viveram aqui a sua juventude. No entanto, apesar de estar em reclusão, a poetisa manteve contato com o pai por meio de cartas, visto que ele e o irmão, D. Pedro, estavam presos na Torre de Belém. A autora também recebia visitas e algumas destas de figuras importantes da literatura portuguesa, como Filinto Elísio (Francisco Manuel do Nascimento, seu verdadeiro nome), que foi quem lhe deu o codinome de Alcipe; a condessa de Vimieiro, sua prima; António Ribeiro dos Santos; Frei José do Coração de Jesus (Almeno); Frei Alexandre da Sagrada Família; e José Ferreira Barroco. Filinto Elísio, bem como seu pai, foram os mestres no que toca a poesia. Além da literatura, durante a reclusão em Chelas, Leonor dedicou-se também à pintura.

¹¹⁶Zenóbia Collares Moreira. *O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão: [D. Catharina Michaella de Sousa César e Lencastre] [1749-1824]* (Lisboa: Colibri, 2000).

¹¹⁷Nota de menção é o romance histórico de autoria de uma das chamadas “três Marias”, Maria Teresa Horta, *As Luzes de Leonor*. (Lisboa: Dom Quixote, 2011).

¹¹⁸Que virá a ser mãe da marquesa de Ponta Delgada.

Libertada em 1777, casou com Karl (Carlos Pedro Maria José Augusto) von Oyenhausen-Gravengurg (1739-1793), conde de Oyenhausen-Groewenbourg em 20 de fevereiro de 1779. Após o matrimónio, D. Leonor acompanhou o marido a Viena, um grande centro cultural. De volta a Portugal ainda na última década de Setecentos, pouco antes do falecimento do marido, a então chamada condessa de Oyenhausen passou a dinamizar salões em sua casa, que rapidamente se tornaram famosos e disputados.

Com o início do século XIX, a vida da autora volta a ser conturbada. Primeiro a perda do marido em 1793, e a posterior expulsão por Pina Manique em 1803 fizeram com que D. Leonor tivesse que fugir para Inglaterra, ficando exilada entre 1805 e 1814, até que retornou, novamente, a terras lusas¹¹⁹. No final da vida, lutou pela reinstauração do título da família que lhes fora retirado por colaboração do titular, seu irmão, com os invasores. Conseguiu reabilitar o nome do irmão, D. Pedro, 4º marquês, mas apenas depois da sua morte. Como este não deixara filhos, sucedeu ela no marquesado. Faleceu em 11 de outubro de 1839 e está enterrada no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa.

Assim como a viscondessa de Balsemão, Alcipe não publicava suas poesias. Seus textos corriam manuscritos. Os quatro volumes das *Obras*, em 1844¹²⁰, são publicação de suas filhas. Posteriormente, os poemas da marquesa tornam-se frequentes em periódicos portugueses, fazendo dela a mais famosa autora portuguesa dos séculos XVIII e XIX. Infelizmente, apesar de ser a mais conhecida, o contato com a sua obra ainda é limitado e, na atualidade, feito através de romances históricos mais do que pela leitura do que ela própria escreveu sobre si.

Vanda Anastácio, a nossa maior alornista, tem-se dedicado ao estudo da sua obra e vida, tendo publicado inéditos e ensaios sobre esta escritora e outras portuguesas que se corresponderam com ela¹²¹.

¹¹⁹Vanda Anastácio, 'Alcipe e os salmos'. In. *Via Spiritus 12*. (2005), 125.

¹²⁰*Obras poéticas de D. Leonor D'Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marquiza d'Alorna, Condessa d'Assumar, e d' Oeynhausen, conhecida entre os poetas portugueses pelo nome de Alcipe*. (Lisboa: Impr. Nacional, 1844).

¹²¹Vanda Anastácio (org.), *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)* (Lisboa: Edições: Colibri, 2007); *A Marquesa de Alorna (1750-1839)* (Lisboa: Editora Prefácio, 2009); *Uma Antologia Improvável* (Lisboa: Relógio d'Água, 2013); 'Alcipe e os mitos: a presença da mitologia na poesia da Marquesa de Alorna'. In. Abel N. Pena (coord.). *A tradição Mitológica Portuguesa. Representações e Identidades (Séculos XVI-XVIII)*, Actas do Colóquio Internacional: MYTHOS. (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008), 67-82; 'Alcipe e os salmos'; 'Poesia e Sociabilidade: Bocage, a Marquesa de Alorna e a Viscondessa de Balsemão'. In. Martin Neumann (coord.), *Zwischen allen Stühlen*. Manuel Maria Barbosa du Bocage, Bonn, Romanistischer Verlag, (2006), 21-34, entre outros.

4.1.3. D. Leonor da Câmara, marquesa da Ponta Delgada (1781-1850)

Outra escritora que podemos mencionar foi D. Leonor da Câmara. Nascida em Lisboa em 30 de maio de 1781¹²² no Palácio da Junqueira, filha de D. Luís António José Maria da Câmara, 6º conde da Ribeira Grande (1754-1802) e de D. Maria Rita de Almeida e Lorena, sua segunda esposa.

O nome de D. Leonor é o mesmo de sua tia materna, a marquesa de Alorna, ambas, então, fizeram parte de uma família que prezava a educação das mulheres, como já referido acima. Sua mãe foi também poetisa, junto com a irmã, aparecendo em muitas das poesias de Alorna escritas no convento em Chelas.

D. Leonor da Câmara teve uma longa vida política, sempre muito próxima da família real. Em 1820 foi nomeada Dama da Corte da rainha D. Carlota Joaquina. Oito anos depois, com a vinda de D. Miguel para Portugal, D. Leonor foi expulsa da corte por ser “defensora da Carta e um espírito demasiado liberal”¹²³. Em 1829, D. Leonor foi chamada pelo duque de Palmela para se tornar a educadora da jovem D. Maria II, então em Londres e depois no Brasil e em França. No dia 10 de março deste mesmo ano, aos 48 anos de idade, D. Leonor tornava-se a figura mais próxima da rainha de 9 anos de idade, por quem os Liberais se batiam.

As fortes bases religiosas que a tutora tentou ensinar a sua pupila não foram, no entanto, bem aceitas por D. Maria II. Segundo seu futuro marido, os ensinamentos de D. Leonor e as práticas religiosas exageradas a que a obrigava, criaram na pupila desconfiança para com os clérigos e repulsa por intolerância religiosa¹²⁴.

A futura marquesa acompanhou a Rainha até outubro de 1833, quando D. Maria ainda tinha 14 anos e chegara já a Lisboa. Nessa altura, D. Pedro IV, regente em nome da filha, destituiu-a do cargo. Manuel Ferreira, seu biógrafo, foi extremamente defensivo da figura de D. Leonor. Nas suas palavras, apesar das súplicas da senhora, “a teimosia do Regente atingia os foros da redobrada insolencia, e então foi o rebentar dos diques, na recusa formal da nobre dama”¹²⁵. Ele afirma, também, que “[a]quela que em 1828 fora despedida da corte de D. Miguel, por ser liberal e inimiga, decorridos cinco anos, era novamente afastada por D. Pedro, como contrária à Constituição e nociva aos interesses da Coroa!”¹²⁶. Para Afonso Eduardo

¹²² ANTT, Registo de batismo da freguesia de Alcântara de Lisboa. Livro 05b, fl. 25.

¹²³ Manuel Ferreira, *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada* (Ponta Delgada: s.n, 1991), 22.

¹²⁴ Maria Antónia Lopes, *D. Fernando II: um rei avesso à política*. (Lisboa: Círculo de Leitores, 2013), 35-36.

¹²⁵ Ferreira, *A ilustre Marquesa de Ponta Delgada*, 127.

¹²⁶ *Ibidem*, 134.

Martins Zúquete, por sua vez, os motivos que levaram à ação de D. Pedro IV “permanecem ainda hoje pouco claros”¹²⁷.

Ainda que afastada, a mestra continuou a defender o lugar da pupila no trono português e recebeu da rainha em 1835, já após o falecimento de D. Pedro IV, o título de marquesa de Ponta Delgada.

Na já mencionada obra de Manuel Ferreira podem ser encontradas duas de suas cartas¹²⁸. *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada* foca-se nas cartas de D. Leonor durante o período em que acompanhou D. Maria, sendo que a primeira missiva datada de Lisboa, 17 de janeiro de 1829, é dirigida ao duque de Palmela, e nela a autora protesta “do meu profundo respeito e viva gratidão por esta honra e prova da sua confiança, que eu muito desejo merecer.”¹²⁹ De sua autoria também encontramos uma missiva para Marino Miguel Franzino, escrita em 1842, na qual a marquesa lhe envia um pedido de proteção à “portadora desta carta”, Gertrudes Maria da Silva, em nome da marquesa da Fronteira¹³⁰.

Faleceu solteira e, segundo Manuel Ferreira, numa de suas quintas no Vale de Santarém, no dia 27 de março de 1850¹³¹.

4.1.4. D. Mariana Vicência de Sousa Holstein, condessa de Alva (1784-1829)

Devido ao seu importante conjunto epistolar¹³², a condessa de Alva não podia deixar de figurar nesta tese. Nascida em Turim, no dia 5 de maio de 1784, D. Mariana passou a infância no Castelo de Sanfré. Filha de Alexandre de Sousa e Holstein, conde de Sanfré (1753-1803), e D. Isabel Juliana de Sousa Monteiro Paim (1753-1793), casou em 1800 com o seu tio, D. Luís Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim, 3º conde de Alva, 1º marquês de Santa Iria.

A condessa foi mãe de D. Vicente de Sousa Coutinho Monteiro Paim, 4º conde de Alva (1805-?); D. Pedro Maria Bruno de Sousa Coutinho Monteiro Paim, 6º conde de Sabugal e Óbidos, 7º conde de Palma (1808-1859); D. Maria das Dores de Sousa Coutinho, 1ª

¹²⁷ Afonso Duarte Martins Zúquete, dir. *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 vols., (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 155.

¹²⁸ Ferreira, *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada* (Ponta Delgada: s.n, 1991).

¹²⁹ *Ibidem*, 25.

¹³⁰ Junqueira, 7 de abril de 1842. ANTT. Adília Mendes, mc 7. nº 13.179.

¹³¹ Ferreira, *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada*, 155.

¹³² Condessa de Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*. Org. por António Ventura (Lisboa: Livro Horizonte, 2006).

condessa de Sousa Coutinho (1813-?); e de D. Ana de Sousa Coutinho Monteiro Paim (1820-1886), casada com João José Maria de Melo Abreu de Vasconcelos Brito Barbosa e Palha, 3º conde de Murça (1820-1869).

D. Mariana escreveu cartas para a família, como era esperado de uma fidalga, mas também era pintora, lia os clássicos em italiano e francês e conhecia o inglês. Era irmã do duque de Palmela e ele figura constantemente em suas missivas.

4.1.5. D. Luísa Maria José Rita Baltazar de Noronha, condessa da Póvoa (1802-1870)

Filha de D. Caetano José de Noronha e Albuquerque, 1º conde de Peniche (1753-1829), e D. Maria José Juliana Lourenço de Almeida (1762-1819), D. Luísa Maria nasceu em 29 de outubro de 1802 e foi a segunda esposa de Henrique Teixeira de Sampaio, 1.º senhor de Sampaio, 1.º barão de Teixeira e conde da Póvoa (1774-1833), sendo que o casamento ocorreu em 1 de março de 1824, quando ela tinha 21 anos e ele 50.

De sua autoria foram encontradas algumas cartas publicadas pelo periódico *Ecco*¹³³, destinadas a sua filha D. Maria de Noronha¹³⁴, que também teve uma missiva publicada. As epístolas tratam do casamento de sua filha, herdeira da imensa fortuna do pai, e feito contra a vontade de D. Luísa Maria na Casa de Palmela, o qual envolveu um processo ruidoso, configurando um quase rapto por parte do duque de Palmela. Voltar-se-á a este assunto.

4.1.6. D. Margarida Iriarte e Somallo Aymerick Bioslada de Cocio 1ª baronesa e 1ª condessa do Casal (1804-1854)

A única argentina desta listagem é a baronesa de Casal. Nascida em Buenos Aires, D. Margarida é portuguesa pelo casamento com o barão, depois conde do Casal, José de Barros e Abreu Sousa e Alvim (1793-1857). A união aconteceu no seu país de origem, a 26 de novembro de 1821.

D. Margarida era filha de D. Felix Iriarte Aymerik Bioslado do Cocio (1748-1806), e sua esposa, D. Josepha Somallo Iriarte (?-?). O pai da autora foi coronel da infantaria no exército espanhol e teria tido grande êxito no Rio da Prata. Teve dois irmãos que foram

¹³³*Ecco*. nº368 de 4 de Maio de 1839, 6147-6148.

¹³⁴Vide tópico 4.1.9.

importantes para a história militar da Argentina, Tomás de Iriarte (1794-1876) e Félix de Iriarte y Somalo (1805-1842). Margarida foi mãe de duas filhas: Maria Luísa de Barros de Abreu e Sousa e Alvim, 2ª condessa do Casal (1823-1876), e Maria Adelaide de Barros de Abreu de Sousa e Alvim (1824-1852).

A única obra da autora que resistiu ao tempo foi a peça de teatro *Branca*, que teria sido apresentada aos amigos da família no teatro particular do casal¹³⁵. No entanto, segundo o *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio, outras obras de sua autoria estariam em mãos de sua filha, a 2ª baronesa do Casal¹³⁶.

Além de seus dotes literários, teria sido ela a introduzir as rendas de Bilros em Peniche no ano de 1836¹³⁷.

4.1.7. D. Isabel Maria José de Sousa Botelho Mourão, condessa de Rio Maior (1812-1890)

Irmã mais velha da condessa da Ponte e sobrinha da condessa de Alva, D. Isabel nasceu a 12 de junho de 1812, filha de José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, 1º conde de Vila Real (1785-1855), e Maria Teresa Frederica de Sousa Holstein (1786-1841). Seu avô paterno, José Maria de Sousa Botelho (1758-1825), conhecido como o *morgado de Mateus*, tradutor de Camões, foi seu padrinho por procuração.

A condessa casou com D. João Maria de Saldanha Oliveira e Sousa, 3.º conde de Rio Maior (1811- 1872), homem de personalidade e convicções políticas e religiosas bastante diferentes das dela. Faleceu a 4 de abril de 1890.

Foi mãe de António José de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, 4º conde e 1º marquês de Rio Maior (1836-1891), Teresa Rosa Fernanda Saldanha Oliveira (1813-1916), religiosa, e José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa (1839-1912).

No estudo biográfico que apresenta com as cartas da condessa, Maria Filomena Mónica afirma que aos 12 anos ela já conhecia o latim, o grego, a geometria, o inglês, o francês bem como o desenho, e aos 15 já lia autores como Racine, Corneille ou Voltaire, sendo que teria estudado, como a irmã¹³⁸, em Paris. O casamento com o conde de Rio Maior foi o seu segundo noivado, sendo que o primeiro casamento não se concretizara pois o futuro

¹³⁵Condessa do Casal, *Branca: drama em quatro actos e oito quadros*. (Porto: Typ S. J. Pereira, 1847).

¹³⁶Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), Tomo VI: 135, Tomo XVI: 348.

¹³⁷ ‘Rendas de Bilros’ e ‘The lace makers of peniche’.

¹³⁸Vide tópico seguinte.

marido, seu primo D. Alexandre Domingues de Sousa Holstein, falecera antes da união¹³⁹. Após a perda daquele que amava, resignou-se a união que traria benefícios a sua família, mas que lhe retirou a liberdade que teria até então¹⁴⁰. A autora teria sido infeliz no casamento, sendo que o marido a impedia de interferir na economia familiar¹⁴¹.

A condessa passou os primeiros anos de sua vida em Lisboa. Aos nove foi levada a Mateus, para a casa de sua família em Trás-os-Montes, mas poucos anos depois retornou à capital, enquanto seu pai esteve em Londres.

Muito religiosa, outro legado desta senhora foi ter sido uma das fundadoras da Associação Consoladora dos Aflictos, em 1848. Desta associação também participou D. Maria Miquelina Pereira Porto (?-?)¹⁴² que foi sua presidente. D. Isabel Maria faleceu em 4 de abril de 1890, rodeada por sua família¹⁴³.

As cartas para seus filhos, que foram publicadas por Maria Filomena Monica¹⁴⁴, são ótimas fontes para o estudo do ambiente aristocrata e das suas relações com a Casa Real, cujos membros eram alvo frequente das apreciações mordazes de D. Isabel, de convicções liberais conservadoras e muito ligada à Igreja¹⁴⁵. O epistolário da condessa da Ponte, que se segue na próxima secção, também inclui algumas cartas de D. Isabel Rio Maior.

4.1.8. D. Maria Teresa de Sousa Botelho, condessa da Ponte (1814-1900)

D. Maria Teresa de Sousa Botelho era irmã da condessa de Rio Maior e, portanto, também sobrinha da condessa de Alva. Uma terceira irmã das condessas de Rio Maior e da Ponte foi D. Mariana da Sousa Botelho Correia de Sá (1823-1912), a mais nova, casada com Salvador Correia de Sá, 7º visconde de Asseca (1825-1852).

D. Teresa se casou em Lisboa no ano de 1840 com José de Saldanha da Gama, 8º conde da Ponte (1816- 1874)¹⁴⁶.

Segundo Theresa M. S. de Castelo Branco, que compilou suas cartas, a autora era amiga de sua madrastra, conhecida como Madame de Sousa (1761-1836)¹⁴⁷, uma autora

¹³⁹Maria Filomena Mónica, *Isabel, Condessa de Rio Maior: Correspondência para seus filhos 1852/1865*. (Lisboa: Quetzal, 2004), 16.

¹⁴⁰Ibidem, 18-19.

¹⁴¹Ibidem, 20.

¹⁴²Vide anexo I.

¹⁴³Mónica, *Isabel, Condessa de Rio Maior*, 42.

¹⁴⁴Ibidem.

¹⁴⁵Cf. Maria Antónia Lopes, *Rainhas que o povo amou. Estefânia de Hohenzollern, Maria Pia de Saboia*. (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011), 43.

¹⁴⁶ANTT, Registo de casamento da freguesia da Lapa de Lisboa. Livro 6c, fl. 123.

francesa famosa, assim como mantinha amizade com o filho do primeiro casamento desta senhora, Charles de Flauhaut (1785-1870)¹⁴⁸. As filhas do conde de Vila Real teriam estudado em colégios prestigiados de Paris, o que explica a educação formal de D. Maria Teresa, que difere da que era comum entre as portuguesas, ainda que de classes privilegiadas.

A condessa reservava as manhãs de sábado para a escrita de missivas. Algumas foram publicadas em *Correspondência (1834-1880) D. Maria Thereza de Sousa Botelho, Condessa da Ponte e suas filhas*¹⁴⁹, que compreende também as cartas anteriores ao seu casamento, que D. Maria Teresa enviou para a condessa de Alva.

4.1.9. D. Maria Luísa de Noronha e Sampaio, duquesa de Palmela (1827-1891)

Filha da já mencionada condessa da Póvoa com seu marido Henrique Teixeira de Sampaio e irmã de João Maria de Noronha Sampaio (1826-1837), D. Maria Luísa nasceu a 21 de abril de 1827, em São Mamede, tendo falecido em Lisboa, a 21 de março de 1891. Esta senhora foi casada com Domingos António Pedro de Sousa Holstein, 2º duque de Palmela (1818-1864) com quem teve as filhas Maria Luísa de Sousa Holstein, 3ª duquesa de Palmela (1841-1909), casada com António de Sampaio e Pina Brederode (1834-1910) e Luísa Maria de Sousa Holstein (1845-1864), casada com José Maria Gonçalves Zarco da Câmara, 9º conde de Ribeira Grande (1843-1907).

De sua autoria foi encontrada uma carta, no periódico *Ecco* nº 368¹⁵⁰, que aparece em conjunto com uma missiva da sua mãe. Neste mesmo periódico são relatados os eventos, atualmente bem conhecidos e já mencionados, sobre a sua união matrimonial, que, como apurou Maria de Fátima Bonifácio, foi a resolução para os problemas financeiros da casa de

¹⁴⁷A obra da Madame de Sousa não foi incluída na listagem compilada no anexo I, pois a autora apenas publicou em França. Ainda assim, suas obras foram traduzidas em Portugal e aceitas entre os leitores lusos. Adélia Maria Emilia Filleul (1761-1836) foi conhecida como marquesa de Sousa Botelho ou madame de Sousa, assim como *comtesse* Adelaïde Marie Émilie Filleul Flahaut. Nascida Adelaïde Marie Émilie Filleul de la Bellarderie, casou-se em segundas núpcias com o *morgado de Mateus*, D. José Maria de Sousa Botelho. O casamento foi em 1802 na França, onde o marido era ministro. O marido era viúvo e avô das condessas de Rio Maior e da Ponte. Madame de Sousa foi irmã da célebre madame de Pompadour. De sua autoria existem os romances *Adèle de Sénange* (1794), *Emile et Alphonse* (1799), *Charles e Marie* (1802), *Eugene de Rothelin* (considerada sua melhor obra), *Eugène et Mathilde* ou *Memoires de la Famille du Comte de Revel* (1811), *Mademoiselle de Tournon* (1829), *Lantesse de Fargy* (1822), *La Duchesse de Guise* (1831). Todas estas obras foram publicadas em suas *Oeuvres de Mme de Souza* (1832). Sobre a autora existem os estudos: André du Mesnil de Maricourt, *Madame de Souza et sa famille*. (Paris. Ed. Émile-Paul Frères, 1907) e José Cassiano Neves, *Madame de Souza e os salões literários de Paris*. Separata da Revista *Ocidente*. Vol LVII. (Lisboa: s.n, 1959), 251-257.

¹⁴⁸*Correspondência (1834-1880) D. Maria Thereza de Sousa Botelho, Condessa da Ponte e suas filhas*. (Lisboa: Aletheia, 2013), 19.

¹⁴⁹*Ibidem*.

¹⁵⁰*Ecco*, nº 368 de 4 de maio de 1839.

Palmela¹⁵¹, a partir de então riquíssima. A mãe opôs-se sempre a tal união e os duques de Palmela subtraíram-lha e levaram a jovem herdeira do conde da Póvoa para Paris.

4.2. Organizadoras e frequentadoras de salões

Os salões eram locais de troca de conhecimentos, debates e intercâmbio de prazeres literários. Como já foi indicado anteriormente, algumas das autoras aqui consideradas integravam-se no que podemos chamar as Luzes portuguesas. O papel das mulheres neste movimento era o de centralizar os ilustres literatos, através precisamente da sua reunião em salões, em que participavam as figuras de maior relevo da época.

Os salões poderiam ter uma cariz eminentemente literário ou lúdico e eram normalmente frequentadas por homens e mulheres¹⁵². Assim, para Maria Antónia Lopes, serviram como um lugar de abertura, de contato entre os dois sexos¹⁵³. Tanto em Lisboa como no Porto começou a colorir-se a sociabilidade portuguesa. E as casas de família onde se realizavam “transformaram-se, passando de templos de virtudes austeras a locais de novas aprendizagens de cariz artístico, como a dança, o canto, a execução de um instrumento musical”¹⁵⁴. Tanto convidados, profissionais, como as filhas e filhos das casas que organizavam as assembleias apresentavam os seus diversos talentos. Eram as senhoras que selecionavam os convidados e determinavam qual o teor de cada reunião¹⁵⁵.

A condessa de Vimieiro, junto a seu marido, recebia em sua casa todo um grupo da elite intelectual portuguesa: o duque de Lafões, o Abade Correia da Serra, António Diniz, o visconde de Barbacena. Era a própria condessa quem presidia a assembleia, sendo também frequentadora de outras similares, como a casa da condessa da Atalaia, às quartas-feiras, e reuniões na casa da marquesa de Penalva e do duque de Lafões¹⁵⁶.

Além destas assembleias, a elite portuguesa poderia usufruir das casas da marquesa de Alorna; de Joana Isabel de Lencastre Forjaz, com quem D. Leonor de Almeida inicia uma amizade, da qual acaba por se afastar por conselho da condessa de Vimeiro; da condessa de

¹⁵¹Maria de Fátima Bonifácio, *O primeiro duque de Palmela. Político e diplomata* (Alfragide: Dom Quixote, 2015), 18.

¹⁵²Lousada, ‘Vida privada e política. Novas formas: emergência do espaço público’, 444. Maria Alexandre Lousada, ‘Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias. C. 1760-1834’. In. *Penélope*. N19-20. (1998), 132; Lopes, ‘Sociabilidades de salão no Porto setecentista na obra do Abade de Jazente’, 104.

¹⁵³Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, 71.

¹⁵⁴Lopes, ‘Sociabilidades de salão no porto setecentista na obra do Abade de Jazente’, 110.

¹⁵⁵Merry E. Wiesner-Hanks. *Women and Gender in Early Modern Europe*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), 165.

¹⁵⁶Raquel Bello Vásquez. ‘Sociabilidade e aristocracia em Portugal no último quartel do século XVIII’ in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, (Coimbra, Setembro 2004), 8.

Redondo; da condessa d'Avintes; e da marquesa de Valença¹⁵⁷. Embora muitos organizadores de salões frequentassem outros havia também uma rivalidade entre eles, “sobretudo em questões mais mundanas e frívolas, como a elegância dos frequentadores ou as diversões e a mesa oferecida pelo anfitrião”, nas palavras de Maria Alexandra Lousada¹⁵⁸. Ainda assim, para Merry Wiesner-Hanks, os salões de outras mulheres eram um local de aprendizagem para futuras *salonnières*¹⁵⁹.

Vanda Anastácio lembra, no entanto, que embora estas senhoras fossem organizadoras de salões, isto representava “uma liberdade muito relativa: mesmo se a dona de casa tinha o papel principal para as reuniões que organizava, permanecia, na maior parte dos casos, limitada ao espaço doméstico, e presidia às reuniões que aí organizava acompanhada por seu marido”¹⁶⁰.

Inicialmente organizados pela nobreza, também profissionais como médicos, militares e comerciantes começaram a convidar seus conhecidos para estes eventos em suas casas¹⁶¹. No fim do século XVIII e início do XIX surgem assembleias públicas em Lisboa. Primeiramente em concertos pagos, por vezes com fins de beneficência, como um que foi o organizado por senhoras em favor de Madame de Andrada¹⁶². Depois, diversos locais foram abertos com o propósito de organização de assembleias. Lousada afirma que a primeira assembleia pública lisboeta teria sido a casa de um músico, Pedro António Avondano (1714-1782)¹⁶³, onde recebia convidados que pagavam uma taxa para poder frequentar o local¹⁶⁴ e que seriam o equivalente português dos *clubs* ingleses¹⁶⁵.

Outra forma de sociabilidade do período eram as Academias. No entanto, a presença das mulheres nesta não era bem vista pela sociedade. Raquel Bello Vásquez lembra que a participação feminina em Academias interferia com a sua imagem de castidade. Para a autora, seu papel “neste tipo de agremiações estava mui limitado na sua dimensão pública, e podia chegar a constituir-se em uma causa de crítica contra aquelas que frequentavam a Academia”¹⁶⁶. A participação feminina não era proibida na Academia Real das Ciências, mas

¹⁵⁷Bello Vásquez, ‘Sociabilidade e aristocracia em Portugal’.

¹⁵⁸Lousada, ‘Sociabilidades mundanas em Lisboa’, 131.

¹⁵⁹Wiesner-Hanks. *Women and Gender in Early Modern Europe*, 166.

¹⁶⁰Vanda Anastácio, *A marquesa de Alorna (1750-1839). Estudos*. (Lisboa: Prefácio, 2009), 42.

¹⁶¹Lousada, ‘Sociabilidades mundanas em Lisboa’, 135.

¹⁶²Vide tópico 4.6.4.

¹⁶³Nota-se que uma das autoras presentes no Anexo I, também apresenta o sobrenome Avondano. Não foram encontradas informações biográficas desta senhora, que terá sido sobrinha ou neta do músico. Vide Anexo I, tópico 44.

¹⁶⁴Lousada, ‘Sociabilidades mundanas em Lisboa’, 144.

¹⁶⁵Ibidem, 141.

¹⁶⁶Bello Vásquez, ‘Sociabilidade e aristocracia em Portugal’ 2.

ainda assim, nota-se que Teresa de Melo Breyner, que havia participado de sua fundação, não é mencionada no rol dos sócios da Academia e que enviou sua tragédia, *Osmia* de forma anônima para concurso nessa mesma entidade. Bello Vásquez percebe nesta situação um "obstáculo social inultrapassável"¹⁶⁷. De facto, em Portugal houve apenas 10 mulheres em cinco Academias entre 1615 e 1807¹⁶⁸.

Quando não se encontravam pessoalmente, os membros desta Ilustração portuguesa comunicavam-se através de cartas, que também serviam para manter o contacto com outras Academias, e membros das Luzes de outros países, o que Isabel Ferreira da Mota chama de rede¹⁶⁹, visto que através destes contatos internacionais, e mesmo entre nacionais radicados noutras localidades, trocam-se notícias e informações relevantes para a difusão das ideias iluministas.

O contato com livros provenientes de toda a Europa, mesmo que proibidos, também aparece nas cartas destas senhoras, visto que a escrita e o conhecimento científico eram de grande importância para o grupo de pessoas que participava desta elite cultural e social. Assim, textos escritos por portugueses ou do exterior era tema de debate em Academias, Assembleias e na correspondência. Era elegante ser letrado.

Já foram mencionadas acima senhoras portuguesas que tiveram salões em suas casas, e no tópico anterior foram brevemente biografadas a viscondessa de Balsemão e a marquesa de Alorna, ambas importantes ícones para a história das luzes femininas portuguesas. Balsemão, como já referido, teria aproveitado o primeiro ano em Inglaterra para atualizar-se de forma a ser capaz de entreter a corte inglesa com um salão. Em Portugal ela prosseguiu com este costume. As suas assembleias eram frequentadas por poetas da Academia de Belas Artes, como Bocage, Bingre, a condessa de Vimieiro e a marquesa de Alorna¹⁷⁰. A autora também frequentou os serões de Alorna e de Francisca Paula Possolo da Costa, a Francília. Estas três figuras femininas participavam nos salões umas das outras, assim como nos de Maria Pimentel Maldonado, poetisa que as recebia junto de seu irmão, em Lisboa. Os salões da marquesa de Alorna tinham também como seus participantes Belchior Curvo Semedo, o conde de Sabugal e os membros da Academia de Belas Artes, Domingos Borges de Barros

¹⁶⁷Ibidem, 2.

¹⁶⁸Lousada, 'Vida privada e política. Novas formas: emergência do espaço público', 432.

¹⁶⁹Isabel Ferreira da Mota, 'Etiqueta e redes académicas nas cortes setecentistas de Portugal e Espanha', *Revista História das Idéias*, nº31, (2010), 137-150.

¹⁷⁰Vanda Anastácio, *A Marquesa de Alorna (1750-1839)* (Lisboa: Editora Prefácio, 2009).

(brasileiro, visconde da Pedra Branca), António Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano¹⁷¹.

Os salões e serões literários eram, portanto, importantes locais de encontro dos intelectuais e a presença feminina nestes sítios muito contribuiu para a educação feminina e, principalmente, para a valorização de mulheres cultas. Seguem-se mais algumas senhoras que tinham por hábito receber figuras ilustres em suas casas.

4.2.1. D. Mariana Antónia Maldonado (1771-1855)

Esta poetisa portuguesa é, infelizmente, muito menos conhecida que seu irmão João Vicente Pimentel Maldonado (1773-1838). Filha do desembargador Bernardo Lopes Pimentel Maldonado (1713-?) e de sua esposa Brites Clara Pimentel Silva, D. Mariana Antónia Epifânia nasceu no dia 9 de dezembro de 1771, sendo batizada a 22 desse mesmo mês, em Lisboa, freguesia de Coração de Jesus¹⁷². A autora frequentou o salão da marquesa de Alorna e de Francília e tinha, por sua vez, um salão próprio, organizado conjuntamente com seu irmão João Vicente, o poeta que foi eleito deputado após a Revolução de 1820 e depois perseguido durante o governo do rei D. Miguel. Seu salão era frequentado por Belchior Curvo Semedo, entre outros.

D. Mariana utilizou diversas formas de assinatura, entre elas: *Uma Senhora*, Mariana Antónia Epifânia e o nome árcade *Armancia*. Apesar de ser irmã de um célebre poeta português, a autora é poucas vezes mencionada nas listagens de autoria portuguesa, mas aparece na obra *As mulheres em Portugal* de D. António da Costa¹⁷³.

Veio a falecer, solteira, em 14 de maio de 1855. Viveu toda a vida com o seu ilustre irmão no Palácio de São Bento, atual sede do Parlamento português, onde se realizavam os já mencionados salões literários.

Segundo Teresa Leitão, em *Escritoras Portuguesas* "As suas produções conhecidas não bastam para aquilatar seus méritos, que, no entanto, não devem ter excedido os de algumas damas de seu tempo, mais pródigas na difusão da sua graça literária"¹⁷⁴.

¹⁷¹Maria Lourdes de Lima Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade do Oitocentos* (Lisboa: Presença, 1988).

¹⁷²Seus irmãos foram: Maria Clara; D. Teresa Bernarda, João Vicente; D. Maria Dorothea Pimentel Maldonado (1776-?); D. Ana Pimentel (1769-?); D. Clara Teresa Pimentel Maldonado (1785-?); o militar José da Silva Pimentel Maldonado (1774-?); e o marechal António Pimentel Maldonado (1782-?).

¹⁷³António da Costa, *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892), 266.

¹⁷⁴Teresa Leitão de Barros, *Escritoras de Portugal* Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 166.

4.2.2. D. Francisca de Paulo Possolo da Costa (1783-1838)

Francisca Paula Possolo da Costa era filha de Nicolau Possolo (1757-1824) e de Maria do Carmo Correia de Magalhães Botelho de Moraes Freirão Calabre (1761-1848). Assim como todos os outros poetas das luzes portuguesas, D. Francisca teve um nome arcadiano, foi este *Francília*. Todavia, a autora assinava suas traduções como e D. F. P. P. C.

A autora teve acesso à educação aprendendo a ler e praticar a arte musical quando criança. Terá lido Cervantes e Camões ao cruzar a adolescência. Francília também falava o francês e aos 14 anos já escrevera o seu primeiro soneto¹⁷⁵.

A partir de 1820, Francília começa a receber a elite intelectual portuguesa num salão organizado em sua casa, na rua do Salitre, em Lisboa. As assembleias desta senhora eram feitas em conjunto com seu marido, João Baptista Ângelo da Costa (?-1829), ex-oficial da marinha que, entretanto, se havia tornado homem de negócios¹⁷⁶. O marido também apoiava publicamente o partido liberal. O casamento acontecera quando a autora tinha 19 anos, a 16 de abril de 1813. O amor de D. Francisca por seu Jônio foi cantado em diversas de suas poesias.

António Feliciano de Castilho descreve a família Possolo da Costa como “não fidalga nem plebeia, mas com razão contente de si e estimada dos que por uso ou forma a conheciam”¹⁷⁷. Segundo Andrea Gisela Borges, a “riqueza que possuía permitia-lhe ostentar uma casa com todas as comodidades, adquirir estima e respeito, cercar-se de prazeres culturais, bem como receber toda a boa sociedade lisboeta”¹⁷⁸.

Em seus salões na rua das Trinas, D. Francisca Paula encenava no palco particular de sua casa peças de teatro francesas por ela própria traduzidas. Como já foi dito, ela frequentava os salões da marquesa de Alorna, que por sua vez também frequentava sua casa, assim como a viscondessa de Balsemão, Mariana Antónia Maldonado, Belchior Curvo Semedo, Francisco Freire de Carvalho (o conde de Sabugal), Domingos Borges de Barros, António Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano e deputados e membros do governo¹⁷⁹. Os parentes de Francília também participavam nestas reuniões, o que dava a elas uma mistura entre classes

¹⁷⁵D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa] , trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos por Fontenelle*; (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841), iv.

¹⁷⁶João Baptista Angelo da Costa e Companhia recebe o privilégio na produção de máquinas e barcos a vapor, em ordem de outubro de 1821. Cf. *Collecção dos decretos, resoluções e ordens das cortes geraes, extraordinárias e constituintes da nação portugueza*. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822), Parte 1, 235.

¹⁷⁷C [D. Francisca Paula Possolo da Costa] , trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos*), iv.

¹⁷⁸Andrea Gisela Vilela Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*» *Introdução à vida e obra de Francisca Possolo (1783-1838)*. (Dissertação Mestrado, Universidade do Porto, 2006), 51.

¹⁷⁹Santos, *Intelectuais portugueses*, 287.

incomum as outras casas organizadoras de salões¹⁸⁰. Com o falecimento de seu marido, de nome arcádico Jonio, em 1830, estes eventos cessaram. Em 1835, a poetisa mudou-se para sua quinta no Vale do Mosqueiro, onde veio a falecer em 19 de junho de 1838¹⁸¹.

A poeta publicou diversos livros de poesia, como *Francília, Pastora do Tejo*¹⁸², que lhe deu o nome Francília, bem como um romance original *Henriqueta de Orleans*¹⁸³ e as traduções *Corina, ou A Itália*¹⁸⁴ e *Conversações sobre a pluralidade do mundo*¹⁸⁵. Aparece mencionada em obras como *As mulheres em Portugal* de D. António da Costa e *Escritoras de Portugal* de Teresa Leitão¹⁸⁶. Sobre ela foi já elaborada a dissertação de mestrado *Meu triste canto deve ser ouvido* de Andrea Gisela Vitela Borges¹⁸⁷.

4.2.3. D. Maria da Felicidade de Couto Browne (1797 ou 1800-1861)

Esta poetisa do Porto, classificada pela revista *Peninsular* como primeira poetisa portuguesa¹⁸⁸, foi batizada em Miragaia, e teria nascido a 10 de janeiro de 1800¹⁸⁹. No entanto, seu registo de óbito indica a idade de 62 anos quando de seu falecimento, a 8 de novembro de 1861¹⁹⁰. Em pesquisa entre os registos de batismo da freguesia onde teria nascido, Miragaia, encontramos apenas uma *Maria Couto*, esta nascida em 21 de junho de 1797¹⁹¹, filha de José Ferreira Carvalho de Couto e Maria Máxima de Carvalho. Na data em que supostamente teria nascido não foi encontrada nenhuma Maria.

D. Maria da Felicidade de Couto casou-se com Manuel Clamouse Browne, rico comerciante de vinhos de origem irlandesa e fundador da Sociedade Humanitária do Porto. A profissão do marido levou-o ao Brasil pelo menos duas vezes, a 2 de abril de 1824 e a 5 de maio de 1830. Na primeira ocasião levou sua esposa e uma criada, Maria da Costa Coelho¹⁹².

¹⁸⁰Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*», 63.

¹⁸¹Cf. Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*», 99.

¹⁸²Poesia de D. F. P. P. C. (Lisboa, Imprensa Regia, 1816).

¹⁸³D. S. (sic) P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa]. *Henriqueta de Orleans, ou o Heroísmo. Novella Portugueza. Offerecida á Rainha Fidelissima de Portugal e Algarves* (Lisboa: Imprensa Régia, 1829).

¹⁸⁴Madame de Staël e D. F. P. P. C. [D. Francisca Paula Possolo da Costa], trad., *Corina ou a Italia por Mme. de Staël; trad. da setima edição por D. F. de P. P. C.* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1834).

¹⁸⁵C [D. Francisca Paula Possolo da Costa], trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos*.

¹⁸⁶Barros, *Escritoras de Portugal* Vol. 2, 93-105.

¹⁸⁷Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*».

¹⁸⁸D. S. P. P. C, *Henriqueta de Orleans*.

¹⁸⁹Cf. Inocêncio, *Dicionário bibliográfico portuguez*, Tomo VI: 138, Tomo XVI: 355, Tomo XIX: 236.

¹⁹⁰ADP, Registos de óbito da freguesia de Miragaia do Porto. Livro 16, fl 15.

¹⁹¹ADP, Registos de batismo da freguesia de Miragaia do Porto. Livro 13, fl 407v.

¹⁹²Informação em Fernando de Sousa e Teresa Cirne. *Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil: (1805-1832)*. (Porto: CEPSE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2007), 235.

Na segunda, levou seu filho Manuel Clamouse Browne Junior, então com 13 anos de idade¹⁹³. Na viagem de 1830 afirmou pretender continuar para a Inglaterra. Maria de Couto Browne foi mãe de Eulália Ernestina Clamouse Browne, Júlia de Clamouse Browne, Manuel de Clamouse Browne (1817-?) e Ricardo de Clamouse Browne. Terá tido um romance platônico com Camilo Castelo Branco, a razão de um duelo entre o escritor e o filho mais novo da poetisa, Ricardo, no qual Camilo ficou ferido. D. Maria da Felicidade faleceu em sua casa, no nº 57-58 do Largo da Vitória da freguesia de São Pedro de Miragaia, viúva e sem ter feito testamento. Está enterrada no Cemitério da Lapa, no Porto, no mausoléu nº 56 (divisão 1), erigido quando do falecimento do marido¹⁹⁴.

Thereza Barros descreve a poetisa portuense como "quase categoricamente analfabeta"¹⁹⁵ antes de seu casamento com Clamouste Browne. A poetisa não teria chegado a fazer parte da elite literária de Portugal se não tivesse se casado com alguém que valorizava sua escrita e que lhe possibilitou uma vida social. A poetisa utilizou os codinomes *Sóror Dolores* e *Coruja Trovadora* para assinar suas obras, uma delas célebre no Porto: o poema "O beijo da meia noite".

Embora Couto Browne tenha sido uma poetisa importante para o romantismo no contexto cultural do Porto da época, poucas de suas obras são conhecidas na contemporaneidade; não obstante, o seu nome aparece em diversas listagens de autoria portuguesa, entre eles o já mencionado *Dicionário Bibliográfico Portuguez*¹⁹⁶, o *Dicionário Cronológico de autores portugueses*¹⁹⁷, *Escritoras galegas, brasileiras e portuguesas*¹⁹⁸, *La literatura portuguesa en el siglo XIX*¹⁹⁹, *Portuenses Ilustres*²⁰⁰, *As mulheres em Portugal*²⁰¹ e *Escritoras de Portugal*²⁰². Neste último, Teresa Leitão de Barros descreve a autora da seguinte forma:

Menina de grande roda portuense, D. Maria da Felicidade, a quem um casamento rico deu apelidos britânicos, pertenceu a essa geração de donzelas quâsi categoricamente analfabetas, cujas tendências para o cultivo do

¹⁹³Ibidem, 261.

¹⁹⁴O túmulo é um morro de pedra com uma cruz, no qual o nome Clamouste Browne já dificilmente se lê.

¹⁹⁵Barros, *Escritoras de Portugal* Vol. 2, 171.

¹⁹⁶Inocêncio, *Dicionário bibliográfico portuguez*, Tomo VI: 138, Tomo XVI: 355, Tomo XIX: 236.

¹⁹⁷Eugénio Lisboa (Coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1994), 517-518.

¹⁹⁸A. Lopes de Oliveira, *Escritoras brasileiras, galegas e portuguesas*. (Braga: Editora Silva Pereira, 1983), 34.

¹⁹⁹António Romero Ortiz, *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869), 69.

²⁰⁰Bruno Sampaio. *Portuenses Ilustres*. Tomo II. (Porto: Livraria Magalhães & Moniz, Porto, 1907-1908) , 147-162.

²⁰¹Costa, *A mulher em Portugal. Obra Posthuma*, 304.

²⁰²Barros, *Escritoras de Portugal* Vol. 2, 171-175.

espírito os pais castigavam - como diz ainda o romancista - [Camillo] forçando-as "a um trabalho literário semanal: escrever, em cada segunda-feira, o rol da roupa"²⁰³.

4.3. *Casadas, solteiras, viúvas e separadas*

As solteiras não teriam, durante o período em apreço, uma liberdade tal que lhes permitisse a publicação literária sem uma aprovação masculina. As casadas também só poderiam publicar caso o marido com isso concordasse. Cabia então às viúvas a maior possibilidade de fazê-lo. No entanto, foi observado que mulheres em todas estas situações optaram pelo uso da pena. É claro que as lacunas referentes à biografia da grande maioria de escritoras encontradas não permite afirmar com exatidão qual a sua situação conjugal, mas através dos traços da vida de algumas delas pode-se conceber que, para muitas, a publicação literária era uma necessidade econômica causada pela viuvez. O exemplo de Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva é o mais emblemático dessa realidade.

Da listagem que criámos, ao menos 30 autoras foram casadas, sendo que Antónia Gertrudes Pusich teve três casamentos e Leonor Violante de Rosa Mourão e Augusta Maria Franzini se encontravam separadas legalmente. Cinco autoras enviuvaram antes ou enquanto escreviam. Os maridos de outras três faleceram após a publicação. E duas já eram viúvas na altura em que iniciaram atividade literária. Outras nove faleceram-solteiras.

Seguem-se alguns exemplos de escritoras em que se percebeu que a sua situação matrimonial interferiu na escrita.

4.3.1. Leonor Violante Rosa de Mourão (1775-1864)

D. Leonor Violante aparece nesta listagem como autora de uma defesa relacionada com a sua separação. Leonor Violante Rosa de Mourão foi batizada no dia 7 de fevereiro de 1775 em Santa Justa, Lisboa, tendo nascido dois dias antes²⁰⁴. Filha de Dr. João Carlos Mourão Pinheiro, advogado da Casa da Suplicação, e de sua segunda mulher, de quem herdou o nome, D. Leonor Violante Rosa do Vale Mourão. Foram padrinhos sua avó materna, Violante Rosa de Leão, por meio de procuração, e o tio Rafael Mendes Leão. Embora ambos os pais fossem portugueses, o Dr. João Carlos batizado em Lisboa e a mãe na Vila de Alenquer, o casamento

²⁰³Barros, *Escritoras de Portugal* Vol. 2, 171-172.

²⁰⁴ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Justa de Lisboa. Livro 07c, fl. 228.

destes aconteceu em Bordeaux, na França. O casal teve mais dois filhos: João Carlos Mourão Pinheiro e D. Violante Rosa Mourão (1781-1830), que viria a casar com o capitão Cesar Figanieri (1781-?).

O primeiro casamento de D. Leonor Violante aconteceu em 31 de janeiro de 1794 com Miguel Joaquim Carvalho de Oliveira (?-1799), médico²⁰⁵, e o segundo em 15 de outubro de 1801, com o também médico Bernardino António Gomes (1768-1823)²⁰⁶. Do primeiro casamento nasceram dois filhos que não sobreviveram. O segundo marido de D. Leonor foi um famoso médico lisboeta, aludido nas cartas da condessa de Alva, por exemplo, que não gostava de médicos, mas que confiava neste. Por diversas vezes nas missivas desta senhora, ele é mencionado ao visitar a casa para tratar dos filhos da condessa²⁰⁷. Bernardino Gomes foi autor de diversos livros de medicina, sendo que D. Januária Joaquina Freire de Andrade, poetisa que será mencionada em tópico posterior, foi subscritora de um destes livros.

D. Leonor e seu segundo marido foram pais de Bernardino José Gomes (1802²⁰⁸ - ?), que morreu cedo; de D. Henriqueta Leonor Gomes (1804²⁰⁹-1882) que casou com Joaquim José de Araújo (1800-1867); de Bernardino António Gomes Junior (1806-1877), também célebre médico português e casado com Maria Leocádia Fernandes Tavares de Barros (1819-1854); de Custódio Manuel Gomes (1810-1881), que foi secretário do Governo Geral da Índia; e de António Maria Gomes (1813-1896), colaborador no periódico *Panorama*.

A separação do casal e as consequentes obras que tratam do assunto foram analisadas em *Um divórcio na Lisboa Oitocentista*, de Manuela Lobo da Costa Simões²¹⁰. Como fontes desta obra, são utilizados tanto a *Defesa contra o Sr. Bernardino Antonio Gomes*²¹¹, de autoria de D. Leonor, como as respostas do marido: *Analyse das sentenças proferidas pelo tribunal pelo tribunal da nunciatura, no pleito de divorcio proposto por D. Leonor Violante Roza Mourão, a Bernardino António Gomes*²¹², a *História justificativa da reclusão de D. Leonor Violante Roza Mourão no convento de Sant'Anna com os respectivos documentos*²¹³; e ainda o texto anónimo *Resposta a analyse que Bernardino Gomes... Por hum defensor da Virtude*²¹⁴.

²⁰⁵O casamento foi celebrado na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres.

²⁰⁶ANTT, Registo de casamento da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro16c, fl 105v

²⁰⁷Vide capítulo 4.

²⁰⁸Nascido a 30 de julho. ANTT, Registo de batismo da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 20b, fl. 223v.

²⁰⁹Nascida 12 de março e batizada dia 25. ANTT, Registo de batismo da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 20b, fl. 268.

²¹⁰Manuela Simões, *Um Divórcio na Lisboa oitocentista*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2012).

²¹¹Lisboa: Impressão de João Batista Morando, 1822.

²¹²Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves, 1822.

²¹³B. A. G. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1821).

²¹⁴Lisboa: Impr. João Batista Moranda, 1822.

O casal teve poucos anos de felicidade conjugal, e dois ou três anos após o casamento começavam as suspeitas de D. Leonor em relação a algumas atitudes de seu marido. Isto fez com que se refugiasse na casa de familiares e amigas em 1805. Logo se arrependeu e pediu perdão pela saída de casa. O marido aceitou as desculpas e voltaram a viver em harmonia por mais alguns anos. Posteriormente, em 1814, surge um novo confronto do casal e cinco anos mais tarde, em fevereiro de 1819, o médico leva a filha para o Real Mosteiro da Encarnação. Em abril do mesmo ano, é a vez de D. Leonor ser internada no Mosteiro de Santa Ana, em Lisboa. A razão desta segunda separação entre Leonor Violante e seu esposo foi o casamento da filha Henriqueta. A mãe desejava casá-la com aquele que depois se tornou seu marido, mas o pai não permitia a união.

Em 1819, enclausurada, D. Leonor Violante pedia licença para ir a banhos, mas seu marido não os achava necessários e tentou impedi-los. Ainda assim, ela conseguiu a permissão. No ano seguinte volta a sair do convento, pela mesma razão. Embora o pedido de divórcio perpétuo²¹⁵, por ela requerido, tenha sido negado, decidiram os tribunais que a forma como o marido havia lhe retirado a liberdade era justificativa para uma separação. Foi promulgado um divórcio decenal, mas com o falecimento do esposo, ele se tornou perpétuo²¹⁶.

A nota de falecimento da autora surgiu no *Diário do Governo* de 31 de março de 1864, tendo ela morrido no dia 28 daquele mesmo mês. Foi enterrada no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, no jazigo de seu segundo marido, junto com sua nora, Maria Leocádia.

4.3.2. D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva (?1788-entre 1851 e 1853)

Esta senhora, filha de Carlos Froment (?-entre 1810 e 1820) e Henriqueta Doroteia de Brito (?-antes de 1820), casou-se em Lisboa no dia 9 de julho de 1825²¹⁷ com Bernardo António da Mota e Silva (1777-1839²¹⁸), filho do desembargador Manuel Inácio de Mota e Silva. Seu marido recebeu o hábito da Ordem de Cristo, em despacho de 26 de outubro de 1823²¹⁹, foi provedor da Comarca de Torres Vedras²²⁰, corregedor do Bairro da Alfama²²¹ e Juiz da Relação dos Açores²²², onde faleceu a 6 de janeiro de 1839²²³.

²¹⁵ A palavra não corresponde ao conceito atual de dissolução do laço conjugal, mas apenas a separação legal, permanecendo ambos casados.

²¹⁶ Simões, *Um Divórcio na Lisboa oitocentista*, 43.

²¹⁷ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Engrácia de Lisboa. Livro 12c, fl. 89.

²¹⁸ Arquivos Regionais dos Açores. Registo de casamento da freguesia de São Sebastião de Ponta Delgada. Livro 11c, fl. 221.

²¹⁹ *Gazeta de Lisboa*. n.º255 do ano de 1823, 1647.

Embora nem D. Ana Henriqueta nem o marido fossem de famílias nobres, suas duas filhas virão a inserir-se nesse meio: Mariana Carolina da Mota e Silva (1824²²⁴-1903) ao casar com D. Luís António da Costa Sousa e Macedo, 3º conde de Mesquitela²²⁵ e D. Genoveva Augusta da Mota e Silva, esposa de Carlos Cirilo Machado²²⁶ e mãe do 2º visconde de Santo Tirso, Carlos Cirilo Machado (1865-1919).

Os padrinhos de casamento de D. Ana Henriqueta foram seus dois irmãos, Carlos Froment e João Froment. Ela teve ainda outros dois irmãos, Filipe José Froment e D. Joana Rita da Conceição Froment. Segundo o registo de casamento de Filipe José Froment e Carlos José Froment²²⁷, o pai da família teria sido empregado do Estanque de Tabaco, e, segundo as *Recordações de Jacome Ratton, de maio de 1747 até set 1810*²²⁸, ele seria conhecedor do tabaco rapé, em Lisboa. Quando do casamento da irmã Joana em 1820²²⁹, tinham já falecido.

A viuvez de D. Ana Henriqueta Froment, em janeiro de 1839, é-nos transmitida por meio de suas introduções. Sua primeira tradução, publicada em dezembro de 1839, foi a prelo onze meses após a perda do marido, e demonstra que a necessidade económica a levou à escrita rapidamente.

Também encontramos uma tença, atribuída em 10 de dezembro de 1842, pelos serviços do falecido desembargador Mota e Silva, que garantia à sua viúva 300 mil reis anuais²³⁰. Em 1853, esta pensão foi passada para as suas duas filhas²³¹, indicando, assim, o seu falecimento.

²²⁰ Arquivo de Maфра. Cota: PT/AMM/CMENX-C-PCTV/03/0002

²²¹ *Chronica Constitucional de Lisboa*, nº 49, 20 de setembro (1833). Cf. Geraldo Pieroni, 'A inquisição em Portugal e no Brasil: Fontes históricas Parte 1: as fontes primárias'.

²²² Francisco Maria Supico, *Almanach do archipelago dos Açores para 1865* (Ponta Delgada: Typ da Persuasão, 1864), 75.

²²³ Arquivos Regionais dos Açores. Registo de casamento da freguesia de São Sebastião de Ponta Delgada. Livro: 14o, fl. 219v.

²²⁴ Não encontramos o registo de batismo de D. Maria Carolina, mas ela parece ter nascido em data anterior ao casamento de D. Ana Henriqueta e seu marido.

²²⁵ ANTT, Registo de casamento da freguesia da Pena de Lisboa Livro 21c fl. 192 v-194.

²²⁶ ANTT, Registo de casamento da freguesia da Pena de Lisboa. Livro 21c fl. 245.

²²⁷ Os dois irmãos casaram no mesmo dia, em 11 de outubro de 1807. Filipe José Froment casou-se com Gertrudes Montano e Carlos José Froment com Ana Doroteia Maldonado. ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Engrácia de Lisboa. Livro 11c, fl. 31v e 32.

²²⁸ (Londres: H Brier, 1813), 85.

²²⁹ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Engrácia de Lisboa. Livro 11c, fl. 277.

²³⁰ ANTT. Registo Geral de Mercês, D. Maria II, liv 31, fl 141v-142 v.

²³¹ A 19 de agosto de 1853, Cf. José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, *Collecção Official da Legislação Portuguesa* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1854), 266.

4.5.1. D. Maria Peregrina de Sousa (1809-1894)

D. Maria Peregrina de Sousa foi uma folhetinista portuense, nascida em Moreira da Maia, no dia 13 de fevereiro de 1809, filha de António Ventura d'Azevedo e Sousa (?-1856) e de D. Maria Margarida de Sousa Neves (?-1833). Sua obra se espalha por diversos periódicos brasileiros e portugueses, com diversas assinaturas, tais como *uma obscura portuense*, *Mariposa*, D. M., D. M. P ou D. Maria Peregrina.

Recebeu o nome Peregrina porque nasceu enquanto seus pais fugiam do general Soult, durante a segunda invasão francesa, e "peregrinavam". Depois da morte da mãe, viveu com o pai e a irmã, Maria do Patrocínio de Sousa²³², numa quinta em Moreira da Maia, Porto, onde o pai foi administrador.

Segundo cartas enviadas a António Feliciano de Castilho, publicadas na biografia escrita por este em jeito de prefácio à obra *Henriqueta*²³³, D. Maria Peregrina aprendeu francês aos 20 anos, depois inglês e italiano sem o auxílio de qualquer professor. Começou por escrever alguns romances em francês, mais tarde viu os seus primeiros romances publicados anonimamente no *Archivo Popular*²³⁴.

Maria Peregrina escrevia pequenas histórias para seus irmãos, Maria do Patrocínio e António Mateus de Azevedo e Sousa, segundo as já mencionadas cartas da romancista para seu amigo Castilho. Este irmão irá depois processar as duas senhoras, pretendendo vender a propriedade do pai, em Moreira da Maia²³⁵. Após a morte de sua irmã, em 1864, D. Maria Peregrina passou a morar com Maria Augusta de Carvalho Miranda e D. Rita de Cassia de Carvalho Miranda, no mesmo local em que veio a falecer em 21 de novembro de 1894²³⁶, deixando parte da sua herança para estas suas duas amigas.

Embora a obra de Maria Peregrina seja pouco analisada, ou sequer lembrada, pela história literária, ela figura no *Dicionário Bibliográfico Português*²³⁷ e foi recordada em obras como *Figuras Humanas*²³⁸ e *Portuenses Ilustres*²³⁹. Biógrafos da autora são poucos, sendo o pequeno texto de António Feliciano de Castilho a única fonte por estes utilizada. A obra de

²³² Vide tópico seguinte.

²³³ Maria Peregrina de Souza, *Henriqueta: romance original. Com Biographia pelo Visconde de Castilho (1800-1875)* (Porto: António Leite Cardoso Pereira de Melo, 1876), 16.

²³⁴ Como veremos no capítulo 3, seu primeiro romance é de 1842.

²³⁵ ADP Código de Referência. PT/ADPRT/JUD/TRPRT/A/143/30835 Cota atual Z.

²³⁶ Registo de Testamento AMP Livro nº: 68. A-PUB/5102 - f. 20v-25.

²³⁷ Inocêncio, *Dicionário bibliográfico português*, Tomo VI: 142-143, Tomo XVI: 360.

²³⁸ Alberto Pimentel, *Figuras Humanas*, (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1905), 39-33.

²³⁹ Bruno Sampaio, *Portuenses Ilustres*, (Porto: Livraria Magalhães & Moniz, Porto, 1907-1908), Tomo II. cap VI.

Bertino Daciano Guimarães, *Maria Peregrina de Sousa: 1809-1894: esboço bio-bibliográfico*²⁴⁰ também pode ser citada para compreender um pouco da vida desta mulher, mas pouco traz de novo.

4.3.3. D. Augusta Maria Franzini (1806-antes de 1866)

D. Augusta Franzini nasceu a 2 de maio de 1806, tendo sido batizada na freguesia de Conceição Nova de Lisboa, a 21 de junho²⁴¹. Era filha de Marino Miguel Franzini (1779-1861), ministro do estado, militar e político português, e de sua esposa Maria do Carmo de Noronha Feital (1778-?).

No dia 30 de setembro de 1843²⁴², D. Augusta casou por procuração com Gonçalo Teles de Magalhães Colaço, Fidalgo cavaleiro da Casa Real, Juiz de Direito e Cavaleiro da Torre e Espada. Seu marido era filho de José Telo Pereira de Brito e Almeida e D. Madalena Máxima de Macedo Magalhães Colaço de Alarcão. Um ano depois, a filha de Franzini descobriu que o marido a traía, e pouco mais tarde, que na realidade ele estava casado com Maria Engrácia Barroso, o que permitiu a Augusta avançar com o processo de reconhecimento da nulidade do seu matrimônio.

O percurso da separação de D. Augusta foi escrito por ela, e é provável que tenha existido sob a forma manuscrita, já que a ela é atribuída a autoria de *Exposição dos crues tratamentos que sofreu D. Augusta Maria Franzini, praticados por seu marido Gonçalo Telo de Magalhães Colaço, pelos quais se viu obrigada a pedir auxílio à justiça, a de obter a sua separação e divórcio*²⁴³, que, segundo Inocêncio, existiria em Coimbra, mas que não foi encontrado durante esta investigação. Este percurso também pode ser acompanhado através das missivas enviadas por D. Augusta a seu pai, bem como por cartas anônimas recebidas por este em 1844. Estas encontram-se depositadas na Torre do Tombo, junto a outra documentação de Marino Franzini, e compõem o anexo II²⁴⁴.

Como já referimos, Gonçalo Telo não esteve presente na cerimônia em Lisboa e D. Augusta seguiu com a sogra, D. Madalena Máxima, para a casa de sua nova família, em Vinha da Rainha. No caminho ela escreveu para sua prima e seu pai. No ano seguinte, a 6 de

²⁴⁰Bertino Damiano Guimarães, *Maria Peregrina de Sousa: (1809-1894: esboço bio-bibliográfico)* Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, nº6. (Matosinhos: Papelaria e tipografia Leixões, 1959).

²⁴¹ANTT, Registo de batismo da freguesia de Conceição Nova de Lisboa. Livro 9b, fl. 79v.

²⁴²ANTT, Registo de casamento da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 20c, fl. 267v.

²⁴³Datado por ela do Convento de Nossa Senhora da Esperança, em 15 de março de 1846.

²⁴⁴Lisboa, ANTT. Coleção Adília Mendes, mc 7.

julho de 1844, informa o pai de uma visita ao Convento da Batalha, no qual teria gravado o seu nome junto ao de sua sogra²⁴⁵. A 9 de agosto, relata que sua prima, que até então a acompanhava, retornará a Lisboa com notícias que ela não pode transmitir através de cartas²⁴⁶. No dia 5 de setembro, acredita que o pai já estava a par do assunto e pede-lhe que resolva a sua situação²⁴⁷. Um mês depois, com data de 11 de outubro, informa o pai de um aborto natural, que ela chama “desmancho”, ocorrido em 25 de mês anterior e acrescenta: “não me lembro de ter feito nada que justifique dar causa a semelhante acontecimento”²⁴⁸, mas julga que a perda da criança se tenha devido à violência do marido.

A partir desta missiva, D. Augusta refere-se ao seu divórcio como “negócio”, o que na época significava assunto, pedindo ao pai ajuda e instruções que lhe permitam consegui-lo. A 16 de fevereiro de 1845, D. Augusta residia ainda na casa do marido, para onde este não havia retornado desde os acontecimentos de setembro do ano anterior, e recebeu com alarme a chegada de alguns militares²⁴⁹ que tinham o propósito de a tirar de casa. Gonçalo Telo tinha-a acusado de roubo, pelo que ela não quis levar nada consigo, apenas um pequeno baú. Este foi aberto, e nele se encontravam as cartas assinadas por Marino Miguel Franzini, que D. Augusta havia ocultado do marido por tratarem das questões da separação.

A 18 de março o marido tentou retirá-la, à força, da casa em que se encontrava²⁵⁰, fazendo com que aqueles que a protegiam dele decidissem levá-la para Lisboa, como António Macedo informa M. M. Franzini em 28 de abril²⁵¹. D. Augusta teria ficado junto ao pai entre esta data e 3 de junho, quando escreve da Rua de Santa Catarina. Dois dias depois, já assinava suas cartas do Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Lisboa, local do qual são assinadas todas as suas outras missivas, e no qual ela professou, segundo o seu registo de batismo²⁵².

Em 4 de julho deste mesmo ano, D. Augusta recebe notícias de Coimbra, pelas quais descobre o casamento de Gonçalo Telo com Maria Engrácia Barroso, “a Barroso”²⁵³. A

²⁴⁵Carta 4 do Anexo II.

²⁴⁶Carta 7 do Anexo II.

²⁴⁷Carta 10 do Anexo II.

²⁴⁸Carta 11 do Anexo II.

²⁴⁹“estando no meu quarto senti bater a porta da Rua diferentes vezes e hindo ver quem seria apenas chego á Salla vejo hum soldado de Cavalleria e tres homens com espingardas”. Carta 19 do Anexo II.

²⁵⁰Carta 28 do Anexo II.

²⁵¹Carta 30 do Anexo II.

²⁵²Segundo anotação em seu registo de batismo, D. Augusta professou em 18 de abril deste ano, mas ela só chegou ao convento em junho.

²⁵³Carta 34 do Anexo II. O registo de matrimónio deste casal não foi encontrado. Mas em 6 de fevereiro de 1843, antes da união de D. Augusta com Gonçalo Telo, este e Maria da Encarnação foram padrinhos de Jesuína, filha de Inácio da Rosa e Madalena Simões. AUC, Registos de batismo da freguesia de Vinha da Rainha de Souré. Livro 5b, fl 32 e 32v.

confirmação desta união chega à autora cinco dias depois²⁵⁴, tornando nula a união entre D. Augusta e Gonçalo Telo.

Novas informações de Coimbra chegam ao convento a 17 de agosto, quando D. Augusta informa seu pai que o marido havia participado de uma briga e sido ferido²⁵⁵. Dias depois diz pensar que “certa pessoa” teria acompanhado o marido a Vinha da Rainha²⁵⁶, sendo que em setembro ele estaria a organizar festas em sua casa²⁵⁷. A 4 de janeiro do ano seguinte já Gonçalo e Maria Engrácia eram pais de “outra” menina²⁵⁸.

A primeira menção ao texto que criou seu lugar na lista de Inocência aparece também nas cartas escritas ao pai, concretamente a 15 de setembro de 1845, quando ela o informa da sua intenção de escrever um relato sobre os acontecimentos referentes ao processo de nulidade de seu casamento²⁵⁹. A 3 de abril de ano seguinte, pede ao pai que não entregue nenhum exemplar de sua autoria sem a informar²⁶⁰ e, em dezembro do mesmo ano, que os mesmos não sejam remetidos para o convento²⁶¹. Esta é a última de suas missivas a que tivemos acesso. Não encontramos o registo de óbito desta senhora.

4.3.4. Ana Maria do Carmo Pessoa (1808-1845)

D. Ana do Carmo Pessoa foi professora no Colégio da Pereira, em Coimbra. O já mencionado Colégio das Ursulinas foi um dos primeiros locais a ensinar jovens meninas portuguesas. Nascida em Lisboa, a 13 de julho de 1808, D. Ana era filha de António Ribeiro Pessoa e de Ana Maria da Piedade (antes de 1803-1815). Viveu em Coimbra com o seu pai, entre 1815 e 1843. Nesse ano recolheu-se no Convento do Desagravo de Vila Pouca da Beira e em 1844 passou a dar aulas no colégio da Vila de Pereira, onde faleceu a 20 julho do ano seguinte.

²⁵⁴Carta 35 do Anexo II.

²⁵⁵Carta 42 do Anexo II.

²⁵⁶Carta 43 do Anexo II.

²⁵⁷Carta 44 do Anexo II.

²⁵⁸Carta 51 do Anexo II. Não foi encontrado registo de batismo para esta filha, nem a/as, antecedentes. O casal teria tido 5 filhos, entre eles: Dionísia Telo Barroso, que se casou com Francisco Nunes da Costa, Maria da Assunção Telo Pereira de Brito Barroso e Gonçalo Telo Magalhães Colaço, herdeiro do pai. Supõe-se que teriam nascido em Vinha da Rainha ou Soure, mas os registos de batismo não foram localizados. Encontrámos, no entanto, um registo de óbito para Maria Engrácia, filha de Gonçalo Telo Magalhães e sua esposa D. Maria Engrácia Barroso, falecida aos dois anos em 23 de março de 1857. AUC, Livro de batismo da freguesia de Sé Velha de Coimbra. Livro 3o, fl.130v.

²⁵⁹Carta 45 do Anexo II.

²⁶⁰Carta 53 do Anexo II.

²⁶¹Carta 56 do Anexo II.

O periódico coimbrão *Instituto* publicou cartas de duas amigas de D. Ana do Carmo, relatando o seu falecimento. Estas missivas, de autoria da sóror Eugenia Cândida de Costa e Almeida (1802-1873)²⁶² e de sua amiga Maria Cecília Aillaud (1780-1857)²⁶³, esclarecem um pouco a vida da escritora²⁶⁴. O estado de saúde frágil de D. Ana do Carmo teria sido a razão da curta estada no Convento do Desagravo, bem como seu falecimento apenas um ano depois da chegada no colégio das Ursulinas.

Segundo Inocêncio, ela seria autora de diversas obras de cunho religioso, entre eles a tradução de *O novo mez de Maria ou o mez de maio consagrado á gloria da Mãe de Deos por um Sacerdote da Diocese de traduzido a adicionado*²⁶⁵. Postumamente, teria sido publicada, por suas sobrinhas, a obra *Paráfrase do Salmo Miserere ou Afectos de um Coração Penitente e Compungido*²⁶⁶.

O *Instituto*, além de publicar alguns poemas da autoria desta senhora, também informa seus leitores que manuscritos de D. Ana do Carmo Pessoa estavam em posse de Anselmo Maria Urbano de Sampaio, filho da irmã de D. Ana, Vivencia do Carmo Pessoa, e de seu marido Joaquim Urbano de Sampaio, lente da universidade de Coimbra²⁶⁷.

Os manuscritos mencionadas no *Instituto* são os que seguem: *As heroínas christãs*, traduzidas do Abade Carron; *Collecção de reflexões extrahidas de vários auctores*, de 1831; *Collecção de poesias profanas* de 1825 a 1828 e que consistem em originais e traduções; *Collecção de poesias religiosas* de 1831 a 1838; *Collecção de orações e vários exercicios para seu uso particular*, de 1838; *Reflexões sobre algumas das principaes virtudes christãs*, de 1835; *Collecção de varias sentenças e jaculatórias extrahidas de diversos auctores*, de 1839; *Collecção de reflexões, máximas, jaculatórias, actos e diversas orações para servirem de preparação para a morte, com as orações da igreja para o Sacramento da Extrema-Unção e as orações do officio da agonia, Accrescentada com exemplos da preciosa morte de alguns sonetos e servos de Deus, e com alguns versos análogos ao mesmo assumpto*, tradução de 1841 e um *Sermão da Eucharistia*, sem indicação de data²⁶⁸.

²⁶²D. Eugenia Cândida da Costa e Almeida foi abadessa do convento onde D. Ana era professora. Filha de Luís da Costa e Almeida, que foi lente da Universidade de Coimbra, e Maria José Chaves de Sá Pereira. Segundo o *Instituto*, faleceu em 15 de abril de 1873, aos 71 anos de idade e 55 de profissão, tendo entrado no convento em 8 de dezembro de 1816 e professado em 2 de fevereiro de 1818. Foi eleita superiora do colégio Ursulino da Vila de Pereira em março de 1849, função que exerceu por 20 anos. *Instituto* n°7, 455 do ano de 1889.

²⁶³Vide tópico 4.6.2.

²⁶⁴*Instituto* n°7, 454-457; n°8, 495-501; e n° 9,576-577 do ano de 1889.

²⁶⁵Coimbra: Imprensa da Universidade, 1839.

²⁶⁶Segundo o *Instituto*, a primeira edição seria de 1867 e a segunda, organizada por suas sobrinhas 1868. *Instituto* n°8, 501.

²⁶⁷*Instituto* n°8 de 1889, 501.

²⁶⁸*Instituto* n°8 de 1889, 501.

4.5.1. Maria do Patrocínio de Sousa (1823-1864)

Maria do Patrocínio de Sousa era irmã de Maria Peregrina de Sousa, quem provavelmente a iniciou nas artes literárias e poéticas. É ainda menos conhecida que sua irmã mais velha e não terá produzido o mesmo volume de textos, escrevendo apenas poesias para alguns periódicos nos quais também D. Maria Peregrina publicava. A grande maioria de sua obra continua perdida, ou possivelmente confundida com a de sua irmã, visto que ambas assinaram M. P.

A morte desta senhora, a 12 de abril de 1864, aos 41 anos²⁶⁹, foi muito sentida por sua irmã, e aparece em carta para António Feliciano de Castilho, em 1866, como veremos no capítulo 5.

4.3.5. Ana de Sá, a Rosa Branca (1823-1895)

Esta senhora, conhecida como Ana de Sá, ou senhora da casa de Sá, foi a *rosa branca*, na questão das duas rosas. D. Ana Amália Moreira de Sá e Melo, ou Ana de Sá, como assinou seus poemas, nasceu no primeiro dia de novembro de 1823²⁷⁰, na casa de Sá em Vizela. Filha de Miguel António Moreira de Sá e de D. Maria Bebiana Carvalho e Oliveira (do Rio de Janeiro). D. Ana era a herdeira da Casa de Sá.

Antes de seu casamento com Manuel António da Silva e Melo, a 26 de setembro de 1851²⁷¹, D. Ana envolveu-se em uma “guerra”, que suscitou a atenção de senhores de Guimarães. Esta disputa entre a rosa branca, D. Ana Amália, e a rosa vermelha, que continua desconhecida, será analisada no capítulo 3.

Após esta batalha literária, que ela parece ter perdido, D. Ana se casou com o já citado Manuel, filho de António Caetano da Silva, combatente nas lutas anticabralistas e participante na revolução da Maria da Fonte, bem como diretor da alfândega do Porto, e de D. Margarida Cândida dos Santos. Seu marido era irmão do 1º barão da Urgueira, Manuel José Leite Ribeiro e Silva (1817-1883).

A rosa branca faleceu já viúva, a 3 de abril de 1895²⁷², no mesmo local onde havia nascido, onde se casou, passou toda a sua vida e deixou três filhos. Foi primeiro enterrada no

²⁶⁹ADP, Registo de óbito da freguesia de Vitória do Porto. Livro 39o fl 15. Testamento AMP, Porto, Sto Ovidio. Livro 14.

²⁷⁰ANTT, Registo de batismo da freguesia de Santa Eulália de Barrosas de Lousada. Livro 8b, fl 5.

²⁷¹ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Eulália de Barrosas de Lousada. Livro 5c, fl 86.

²⁷²ANTT, Registo de óbitos da freguesia de Santa Eulália de Barrosas de Lousada. Livro 40o, fl 2v.

cemitério público da Freguesia de Santa Eulália de Barrosos, mas o corpo foi trasladado para a Capela da Casa de Sá. Um de seus filhos foi Miguel António Moreira de Sá e Melo, casado com sua prima Maria Emília Leite Ribeiro da Silva.

4.4. *Jovens senhoras*

Como mencionado anteriormente, a pouca idade das autoras é por vezes expressa nas assinaturas anônimas. Para além daquelas citadas acima, também Perpétua assinou como "uma menina portugueza" e Isabel Marques da Silva, que possui duas traduções, é mencionada no *Correio das Damas*, de 25 de junho de 1843, como 'uma jovem de 16 anos'²⁷³.

Também D. Maria Amália de Gouveia Pinto Bezerra de Lima é descrita como a "jovem filha" do miguelista António Joaquim de Gouveia Pinto Bezerra de Lima nas duas odes escritas por ela e publicadas em 1822.

4.4.1. Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva (1792-após 1826).

Esta poetisa lisboeta nasce a 29 de setembro de 1792, tendo sido batizada em São Julião no dia 15 de novembro do mesmo ano²⁷⁴. Segundo informações de Pereira Caldas era natural do Minho, de localidade situada entre Guimarães e Pombeiro²⁷⁵, embora o seu registo de batismo seja de Lisboa.

Filha de Desidério José Mâncio Ribeiro da Silva, filho de pais incógnitos, e de Ana Maria da Anunciação Ferreira, morou em Porões de São Bento, em frente à Rua da Paz nº35, em Lisboa; a 7 de janeiro de 1825²⁷⁶ casou com António Joaquim de Oliveira Guimarães, que era viúvo de Joana Maria Salgado.

Luís Augusto Palmeirim atribui-lhe o nome de Joana Margarida Mangia Ribeiro da Silva²⁷⁷, enquanto Inocêncio menciona Mância²⁷⁸. Segundo o registo de nascimento, a versão do *Dicionário Bibliográfico* é a correta.

²⁷³ *Correio das Damas* Tomo V, nº18 de 25 de junho de 1843.

²⁷⁴ ANTT, Registo de batismo da freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 6b, fl.49v

²⁷⁵ Inocêncio, *Dicionário bibliográfico portuguez*, Tomo III: 281.

²⁷⁶ ANTT, Registos de casamento da Freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 5c, fl. 63.

²⁷⁷ *Ilustração Portuguesa*.

²⁷⁸ Inocêncio, *Dicionário bibliográfico portuguez*, Tomo III, 281.

São subscritoras de sua *Coleção Nova de Poesias*: D. Maria José Mância Ribeiro da Silva e D. Teresa Simplícia Mância Ribeiro da Silva, provavelmente suas irmãs. E também seu irmão Januário, batizado a 7 de janeiro de 1795 e nascido em 27 de dezembro de 1794²⁷⁹.

4.4.2. Isabel Marques da Silva (1826-1857)

Assim como a anterior, Isabel Marques da Silva terá publicado aos 16 anos. Era filha de António Marques da Silva e Gertrudes Luísa Rosa (conhecida posteriormente como viúva Marques), natural e batizada em São Julião no dia 13 de fevereiro de 1827, tendo nascido no dia 5 de dezembro do ano anterior²⁸⁰. Seu pai era livreiro e editor em Lisboa, empresa que ela assumiu ao lado de sua mãe após o falecimento do pai. A tipografia passou, então, a assinar como Livraria da Viúva Marques e Filha. Isabel casou com Miguel Inocêncio Batista da Cruz e Cobelos (1828-1870), a 21 de maio de 1850²⁸¹. Este, filho de um ator conhecido do Teatro da Rua dos Condes²⁸², assumiu a empresa de sua nova esposa, mas Inocêncio e Brito Aranha concordam que não soube manter o sucesso do negócio.

Seu marido aparece mencionado em *Factos e homens do meu tempo: memórias de um jornalista*, de Pedro Wenceslau de Brito Aranha²⁸³, que era amigo de Miguel Cobellos e relatou a morte de sua esposa. Brito Aranha descreve Isabel Marques da seguinte forma: “[a] Viúva Marques tinha uma filha inteligente e educada, que estava á frente da casa quando se casou com Miguel Cobellos, conhecedor como poucos da arte tipográfica, que exercera com brilho.”²⁸⁴.

É também ele quem nos faz saber que, em um período de pico na epidemia da febre amarela em Lisboa, a esposa de seu amigo ficou muito doente, tendo estado quatro dias em coma antes de “succumbi[r] entre os braços do marido e os meus”²⁸⁵.

Após o falecimento da esposa, Cobellos não soube como continuar a empresa, que terminou por fechar. Segundo Brito Aranha, a falta da sua esposa conduziu-o a uma enorme melancolia, e ele acabou por recolher-se, junto aos dois filhos pequenos²⁸⁶, na antiga calçada

²⁷⁹ ANTT, Registos de batismo da Freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 6b, fl.102v.

²⁸⁰ ANTT, Registos de batismo da Freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 9b, fl 21v.

²⁸¹ ANTT, Registos de batismo da Freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 17c, fl 44v.

²⁸² Inocêncio, *Dicionário bibliográfico português*, Tomo XVII, 54.

²⁸³ Pedro Wenceslau de Brito Aranha, *Factos e homens do meu tempo: memórias de um jornalista*, (s.l, A. M Pereira, 1908), Tomo III.

²⁸⁴ *Ibidem*, Tomo III, 16.

²⁸⁵ *Ibidem*, Tomo III, 18.

²⁸⁶ Não foram encontrados os registos de batismo ou os nomes destas crianças, mas são mencionados por Brito Aranha.

do Salitre²⁸⁷. Até esse momento ele havia morado na rua Augusta, com a esposa, filhos e sogra.

Mulheres que continuavam o trabalho da imprensa dos pais, ou do marido, não é novidade na figura de Isabel Marques da Silva. Fernando Bouza dá diversos exemplos de espanholas que assim o fizeram no período Moderno: Ana Veleda Salcedo, por exemplo, foi julgada por incêndios em sua casa, que eram na verdade, o procedimento que dava à tinta²⁸⁸.

4.6. Francesas e Brasileiras

Além de um largo número de portuguesas, mulheres de outras nacionalidades também publicaram em Portugal na primeira metade do século XIX. Encontramos brasileiras, francesas e uma argentina. Catarina de Andrada, conhecida como francesa, mas nascida em Portugal, havia estudado com Pauline de Flaugergue, esta sim nascida na França. Em Lisboa, durante o período em que ambas aí residiram, participaram juntas do jornal *L'Abeille*, editado inicialmente por Madame de Andrada e seu marido, e mais tarde, apenas pela esposa. Outra estrangeira foi a baronesa de Casal, citada no tópico 4.1.6., que embora tenha publicado em português nasceu na Argentina.

Josefina de Neuville, carioca, de pai francês e mãe belga, educada na França e portuguesa de coração, é uma autora que, embora tenha conhecido alguns locais da Europa, escolheu Lisboa para criar suas filhas. Também filha de franceses, mas nascida em Portugal, foi Maria Luísa Valleré, que escreveu uma homenagem a seu pai. Outra mulher memorialista filha de franceses foi Maria Cecília Aillaud, que nasceu em Coimbra, e voltou ao país de origem do seu pai para falecer.

Há ainda autoras que não incluímos na nossa lista, tais como a já mencionada Madame de Sousa, francesa, casada com um português, pois publicou apenas na sua língua materna. D. Leonor da Fonseca Pimentel, a *portuguesa de Nápoles*, também não figura nesta listagem embora amasse Portugal e se definisse como portuguesa, pois nasceu em Roma e morreu em Nápoles e, sobretudo, porque escolheu o italiano para escrever²⁸⁹.

²⁸⁷Aranha, *Fatos e homens do meu tempo*, Tomo III, 18.

²⁸⁸Bouza, 'Memorias de la lectura y escritura de las mujeres en el Siglo de Oro', 181.

²⁸⁹D. Leonor da Fonseca Pimentel (1752-1799), foi a *portuguesa de Nápoles*. Esta senhora nasceu em Roma, no dia 13 de janeiro de 1752, e foi dama da rainha Maria Carolina, esposa do rei Fernando IV de Nápoles. Escreveu artigos e fundou o jornal da república napolitana em 1799. Se considerava filha de Portugal, apesar de ter nascido e viver em Itália. Condenada à morte devido à sua participação na revolução napolitana, morreu enforcada, em Nápoles, no dia 20 de agosto de 1799. Cf. Inocêncio, *Dicionário bibliográfico português*, Tomo XIII, 290. Sobre esta autora foi realizado um colóquio *A portuguesa de Nápoles* na Fundação da Casa de Fronteira e Alorna, em 1999, do qual resultou o volume *Leonor da Fonseca Pimentel: A Portuguesa de Nápoles*

4.6.1. D. Maria Luísa de Valleré (antes de 1796-1824).

D. Maria Luísa de Valleré foi filha única de Guilherme Luís António de Valleré (1727-1796), ou Guillaume-Louis Antoine de Valleré, e de Maria Genoveva Valleré. Seu pai foi um oficial francês que entrou ao serviço de Portugal em 1757 e que era sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Após o falecimento deste, D. Maria Luísa morou em Lisboa. Em 1822, foi mencionada no *Diário das Cortes da Nação Portuguesa*²⁹⁰.

Anexado a cartas manuscritas de seu pai existentes na Biblioteca Nacional de Portugal²⁹¹, encontra-se uma petição de D. Maria Luísa Valleré dirigida à rainha para que permitisse a D. Guilhermina Leocádia de Sousa Cabral de Valleré aceder à herança a que tinha direito a filha adotada do tio da autora, Manuel Rodrigues de Sousa Cabral, falecido em 1807. Esta prima da peticionária nascera a 16 de dezembro de 1799 e o seu registo de batismo²⁹² averbava a legitimação, ocorrida em 11 de dezembro de 1823, por parte de D. Maria Luísa, não daquele que a petição assinada por D. Maria Luísa para a Rainha chamava de pai adotivo da menina, Manuel Rodrigues. D. Maria Luísa assumia, então, D. Guilhermina como sua filha.

Pouco encontramos sobre a vida desta senhora, mas por meio dos documentos referentes a uma capela, conhecemos que esta foi passada do pai da autora, para sua esposa²⁹³. Posteriormente, em 1821, passou a D. Maria Luísa²⁹⁴ e, três anos depois, a sua filha adotada, D. Guilhermina Leocádia²⁹⁵.

4.6.2. Maria Cecília Monteiro Aillaud Vieira (1780 -1857)

D. Maria Cecília Aillaud nasceu em Coimbra, sendo batizada na Sé Velha, a 17 de novembro de 1780²⁹⁶. Seu pai foi João Pedro Aillaud ou Jean-Pierre Aillaud (1752-antes de 1802), editor, e sua mãe Teresa Angélica Ferreira. Deste casal também nasceu João Pedro Aillaud (1785-c.1853), que seguiu a carreira do pai.

(1752-1799) - *Actas do colóquio realizado no bicentenário da morte de Leonor da Fonseca Pimentel*, (Lisboa: Livros Horizonte, 2001), editado por Teresa Santos e Sara Marques Pereira. Ver ainda a obra de Maria Antonietta Macciocchie, *Querida Leonor: paixão e morte de Leonor da Fonseca Pimentel na Revolução Napolitana* (Lisboa: Caminho, 1995).

²⁹⁰*Diário das Cortes da Nação Portuguesa*, Vol. 8, Tomo I, (1822), 612.

²⁹¹BNP. COD. 4513.

²⁹²ANTT, Registos de batismo da Freguesia de São José de Lisboa. Livro 1b, fl. 58v.

²⁹³ANTT Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.7, f. 154 e Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.7(2), f. 156v.

²⁹⁴ANTT Registo Geral de Mercês, D. João VI, liv.15, fl.177.

²⁹⁵ANTT Registo Geral de Mercês, D. João VI, liv.19, fl.60.

²⁹⁶AUC, Registos de Batismo da freguesia de Sé Velha de Coimbra. Livro 5b, fl. 163 e 163v.

O casamento de D. Maria Cecília com Dr. Manuel Matias Vieira e Fialho de Mendonça (1779-1813) aconteceu também na Sé Velha em 17 de abril de 1808²⁹⁷. Seu marido era latinista e poeta e ter-se-iam conhecido em 1806.

Esta senhora foi uma notável pianista, tendo sido aluna de Torriani no Colégio das Ursulinas de Coimbra, onde também aprendeu com Frei Francisco São Luís, o célebre “Cardeal Saraiva”. Poetisa em português e francês, traduziu do francês muitas obras importantes, entre elas Bossuet, Massilon, La Harpe, Buffon, Chateaubriand e Metastasio, e deixou um livro de memórias dedicado ao seu filho falecido. Segundo António da Costa era também de uma grande candura²⁹⁸.

Seu pai, natural de Monestier de Briançon, França, se instalou em Coimbra em 1770, onde abriu uma livraria que mais tarde se associou à Bertrand. Após o falecimento deste, foi o irmão de D. Maria, Jean-Pierre, quem assumiu as suas livrarias e, entre 1860-70, tem livrarias na França e no Brasil²⁹⁹. Mas a de Coimbra, que pegou fogo em 1821, ficou a cargo de D. Maria Cecília.

Sobre esta autora existe uma carta, em *Cartas Selectas* de Abílio Augusto da Fonseca Pinto³⁰⁰, bem como referências à memorialista em *A mulher em Portugal*³⁰¹ e *Escritoras de Portugal*³⁰². Cabem a estas duas últimas obras os únicos resquícios que sobraram de suas *Memórias* sobre seu filho, Manuel Matias Vieira Fialho de Mendonça, nascido em 1809 e falecido já adulto, mas ainda jovem³⁰³.

4.6.3. Pauline de Flaugergues (1799-1878)

D. Pauline de Flaugergues foi uma poetisa francesa que, devido a necessidades económicas, veio para Portugal educar jovens meninas. Primeiramente as filhas da infanta D. Ana de Jesus Maria, esposa do duque de Loulé, e depois as filhas do inglês Guilherme Roope.

²⁹⁷AUC, Registos de Batismo da freguesia de Sé Velha de Coimbra. Livro 2c, fl. 38.

²⁹⁸Costa, *A mulher em Portugal. Obra Posthuma*, 273.

²⁹⁹Bragança, Anibal ‘Um editor brasileiro na contramão. A expansão dos negócios de Francisco Alves na Europa (1907-1917)’, XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. (Manaus, 2013).

³⁰⁰Abílio Augusto da Fonseca Pinto, *Cartas Selectas* (Coimbra: Impr. da Universidade, 1890).

³⁰¹Costa, *A mulher em Portugal. Obra Posthuma*, 287-294, 295-299, 300-308.

³⁰²Barros, *Escritoras de Portugal*, Vol. 2, 167-169.

³⁰³Ele chegou a estudar na universidade de Coimbra, tendo sido aluno de Matemática em 1825. Cf. Arquivo da Universidade de Coimbra. Cota PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/007129.

Em terras lusas, sentia muita saudade da França, o que fez com que ficasse por pouco tempo no país. De suas impressões de Portugal surgiram as poesias de *Au bord du Tage*³⁰⁴.

Mademoiselle de Flaugergues veio para Portugal após o falecimento de seu pai, Pedro Francisco Flaugergues (1759-1836), girondino arruinado pela política francesa. Sua mãe foi D. Maria Antonieta (Antoinette) Sophis Patris, e a poetisa nasceu em Rodez, na França, em 21 de agosto de 1799. Durante os quatro anos em que morou em Portugal, tornou-se amiga de António Feliciano de Castilho e D. Carlota de Castilho com a qual manteve contato epistolar após ter retornado para a França. Em Portugal, teve poemas publicados no jornal de Catarina de Andrada, e escreveu outros, mais tarde publicados na França. De volta ao seu país natal, Pauline de Flaugergues se apaixonou perdidamente pelo escritor Henrique Latouche, com quem viveu sem se casar durante 10 anos. Morreu num asilo em Paris, esquecida e apagada, no dia 10 de fevereiro de 1878.

A biografia completa desta senhora pode ser encontrada em *Pauline de Flaugergues et son oeuvre*³⁰⁵.

4.6.4. Catarina Álvares de Andrada (1809-1860)

Catarina de Andrada não era francesa, mas escreveu nesta língua. Nasceu em Lisboa no dia 11 de janeiro de 1809, tendo sido batizada em 3 de março³⁰⁶, apenas três meses após o casamento de seus pais, Éstevão Douhat e D. Ana Valeriana Tiburcia³⁰⁷. Casou-se a 30 de outubro de 1827³⁰⁸ com Francisco Ladislau Álvares de Andrada, filho de Feliz Álvares de Andrada e D. Isabel Mariana de Andrade. Foram testemunhas do casamento o pai da jornalista e o 2º conde de Linhares, D. Vitorio Maria Francisco de Sousa Coutinho (1790-1857), sendo que a boda foi celebrada no palácio do conde de Linhares.

Ela teria estudado em França com Pauline de Flaugerges, com quem se reencontrou em Lisboa em 1836. É provável que tenha acompanhado seu marido a Orleães, a serviço do governo de D. Miguel, sob a autoridade do visconde de Santarém. Viveu em Paris e Londres com o marido durante o período da Guerra civil.

³⁰⁴Paris: Olivier- Fulgence, 1841.

³⁰⁵B. Combes de Patris, *Pauline de Flaugergues et son oeuvre*. (Paris: E. de Boccard, 1927).

³⁰⁶ANTT, Registo de batismo da freguesia de Beato de Lisboa. Livro 4b, fl. 75.

³⁰⁷Casados no dia 17 de novembro de 1808. ANTT, Registo de casamento da freguesia de Beato de Lisboa. Livro 3c, fl.93.

³⁰⁸ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 5c, fl 77v.

Em Portugal, em parceria com o esposo, fundou o periódico *L'Abeille*, ou *A Abelha*, mas a partir de partir 1840 as relações do casal se deterioraram e ela acabou editando o jornal sozinha. Sua mãe, Ana Douthat, faleceu em Lisboa, em 1850, na casa da filha.

No final de sua vida D. Catarina, também conhecida como Madame de Andrada, criou uma escola para meninas e, posteriormente, tornou-se preceptora das duas jovens filhas do 1º conde de Bracial, Jacinto Pais de Matos Falcão. Segundo a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*³⁰⁹, teria falecido poucos meses após a perda de uma de suas pupilas, na casa do conde de Bracial, em São Tiago de Cacém, no ano de 1860.

Pouco foi discutido ou escrito sobre a obra desta autora. Mas o periódico editado pela autora foi temática de dois artigos: *Imprensa periódica para mulheres na primeira metade do século XIX. Catarina de Andrada e o jornal l'Abeille*³¹⁰ e *Aspectos da sociabilidade oitocentista: o jornal francês L'Abeille (1840-1841)*³¹¹.

4.6.5. Josefina de Neuville (1823-após 1864)

D. Josefina de Neuville foi uma brasileira que, tendo passado a maior parte de sua vida adulta em Lisboa, escolheu Portugal como país do seu coração. Nascida na freguesia de São José, no Rio de Janeiro, a 31 de outubro de 1823, foi batizada apenas em 3 de dezembro de 1828, junto com o seu irmão Elias³¹².

A data de nascimento que existe no *Dicionário Bibliográfico Portuguez* e nas listas subsequentes de autoria feminina, apresentam o seu nascimento como ocorrido no ano de 1833. Isto acontece devido à informação fornecida pela própria autora nas suas memórias, que anunciam ao leitor a chegada de seu pai, C. G. Neuville, à corte carioca em 1832. No entanto, seu registo de batismo corrige esta data, indicando portanto, que a família Neuville passou a habitar o Rio de Janeiro logo em agosto de 1822.

No registo de batismo de Josefina e Elias, surgem os nomes completos de seus pais, que a memorialista não fornece: Jeant Geant Neuville, ou seja J. G. Neuville, não C. G. Neuville; e Lambertine Lassence, ambos de origem belga. Segundo as suas memórias, a família teria mudado para o Brasil pois seu pai estava arruinado. Geant Neuville, fundou no

³⁰⁹*Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* nº7 de 1860.

³¹⁰Rosa Esteves, 'Imprensa periódica para mulheres na primeira metade do século XIX. Catarina de Andrada e o jornal l'Abeille (1836 e 1840-53)'.
³¹¹Rosa Esteves, "Aspectos da sociabilidade oitocentista: o jornal francês L'Abeille. (1840-1841)", in *Rev. de Hist. das Ideias*, vol. 8 (Coimbra, 1986).

³¹²Arquivo da Curia do Rio de Janeiro. Registos Paroquiais, Rio de Janeiro, São José, Livro de Batismo de 1828-1843, p. 3.

Rio de Janeiro o Café de Neuville³¹³, local onde em 1835 teria decorrido um dos primeiros bailes de carnaval cariocas³¹⁴. Poucas informações foram encontradas referentes ao Café de Neuville, que ficava no largo do Paço (atual Praça 15 de novembro), fora sua presença constante nos periódicos da época, especialmente o *Jornal do Comércio*, através das propagandas de bailes de máscaras.

Concluiu-se, por meio dos diversos anúncios e reportagens acerca do local, que o Café de Neuville era um ponto de encontro de viajantes e fluminenses. Os viajantes anunciavam a sua presença na localidade em periódicos à procura de emprego no Brasil, como fizeram, por exemplo, um ator que apresentou por uma única noite no Teatro francês da Rua de São Francisco de Paula³¹⁵, ou o médico José da Gama e Castro que avisou possíveis clientes de sua chegada e informou que atenderia pobres sem custo³¹⁶.

Durante os primeiros anos de sua vida, D. Josefina foi feliz com seus irmãos e a sua mãe. Mas com o nascimento da filha mais nova, a mãe adoeceu e acabou por falecer³¹⁷. O Casal Geant e Lambertine tiveram cinco filhos, Clementina (1820 ou 1821?-?), Carlos (1821 ou 1822-?), Josefina, Elie (Elias) (1828-após 1859) e Elisa (1830-1859)³¹⁸. Os dois primeiros nascidos em Bruges, Josefina e os restantes no Rio de Janeiro. Segundo as memórias de D. Josefina, aos cinco anos de idade foi trazida para Lisboa, para casa de sua tia Clementine Levaillant, famosa modista da cidade. Embora os primeiros anos da vida na capital portuguesa tenham sido felizes, a costureira decide enviar sua sobrinha para um colégio na França, junto com seu irmão, o Sr. Lassance.

No *Sacré-Cœur*, uma instituição religiosa, D. Josefina recebeu sua educação formal. A casa de seu tio não era, no entanto, um local que tenha lhe trazido qualquer felicidade para a jovem Josefina, como será visto no capítulo 4, uma vez que o tio não gostava dela e ela não criou amizade com as primas. Os anos em que estudou eram passados entre o colégio e a casa de seu tio, até que Madame Levaillant a trouxe de volta a Portugal. Já com 15 ou 16 anos, D. Josefina foi chamada pelo pai para uma visita ao Rio de Janeiro, onde se tornou amiga de Pilarcita Guido, filha do ministro de Buenos Aires naquela cidade. Foi também na capital

³¹³*Chronista*, nº131 de 1836.

³¹⁴O primeiro anúncio de baile mascarado organizado pelo Café de Neuville, e pelo Hotel de Itália está no *Jornal do Comércio* nº32 do ano de 1835. Anúncios semelhantes seguem neste mesmo jornal durante os meses de janeiro, fevereiro, agosto e setembro.

³¹⁵*Jornal do Comércio*, nº162 de 1834.

³¹⁶*O despertador*, nº114 de 1838.

³¹⁷D. Josefina afirma que a morte teria acompanhado o nascimento de Elias, o irmão com que foi batizada, mas não encontramos registro de óbito de madame Lassance Neuville.

³¹⁸O óbito de D. Elisa Neuville foi em 21 de agosto de 1859, segundo anúncio no *O Correio da Tarde* e informação de missa de sete dias, assinado por seu irmão Elie, no *Correio Mercantil. Correio da Tarde*. Rio de Janeiro. Ano V, nº191, 6. e *Correio Mercantil*, nº 234 de 1859.

carioca que a jovem se apaixonou pela primeira vez, culminando num noivado que não teve sucesso devido ao seu regresso a Portugal.

Embora no Rio de Janeiro D. Josefina tivesse sido aceite em círculos sociais superiores ao seu, visto seu pai ser um comerciante importante para o dinamismo da cidade, como o carnaval que já referimos, a jovem brasileira não poderia ter amizades desse estrato social em Portugal. Ela afirma ter rasgado uma carta da família de sua amiga Pilarcita que lhe daria entrada em casas da alta sociedade lisboeta, temendo a reação desta sociedade ao verem nela a sobrinha de uma costureira.

A descrição da casa da senhora Levaillant como um local desregrado, no qual as costureiras estavam mais preocupadas com rapazes do que com o trabalho, bem como a forma hostil com que é recebida pela tia, fazem D. Josefina sofrer em Lisboa. A costureira começou por tratá-la com desdém, que se agravou até usar da violência física contra sua sobrinha, que resolve então fugir para a casa do Sr. Martin, amigo da família. A única solução para sua situação de desespero era o casamento, que como será visto no capítulo 4, era para ela a única possibilidade de liberdade.

O casamento com Francisco Populaire realizou-se a 30 de maio de 1846³¹⁹, em Lisboa, e o casal seguiu viagem para conhecer a família do marido, em França, e prosseguiu depois pelos países do norte da Europa, seguindo o emprego de Populaire, que a memorialista não nomeia. Em suas memórias, a autora relata a vida de casada e a posterior separação logo depois que descobre estar grávida, em 1850. D. Josefina volta, então, para Portugal, o país que mais ama.

De novo em Lisboa, ela procura sua tia, mas a costureira não aceita recebê-la, pois estava separada do marido, o que traria uma imagem negativa para seu estabelecimento. Após diversas mudanças de endereço, D. Josefina consegue estabelecer-se num local próximo do centro da cidade, onde conhece Henrique Pires (?-1854)³²⁰. Ela afirma não pretender um amante, mas não consegue resistir ao jovem Henrique. Por dois anos o casal vive feliz, ainda que a família do amante fosse contra a união. Após os pais do Pires o enviarem para uma longa estada nas ilhas, ele falece em 1854, deixando-a destituída e desolada, agora com duas filhas.

³¹⁹ ANTT, Registo de Casamento da freguesia de Mártires de Lisboa. Livro 4c, fl 87.

³²⁰ A identidade deste senhor continua incógnita. Embora ela nomeie todas as outras personagens de sua vida, os fatos sobre Henrique Pires são escassos. Ela menciona o desgosto da família do amante por seu relacionamento, e que estes não permitiram que ela o visse no leito de morte, e o irmão pintor.

Por diversas vezes D. Josefina procura auxílio económico de todos os seus conhecidos. Antes de conhecer Henrique Pires, ela encontrou a amizade³²¹ de Manuel Pinto da Fonseca, o *Monte Cristo* (1804-1855)³²², que lhe deixou 40 contos de réis em herança³²³.

Alguns anos após a perda do homem que amava, e daquele que a auxiliava monetariamente, D. Josefina se apaixonou novamente, por aquele que se tornaria o 2º visconde da Nogueira, Jacinto Augusto Sant'Anna e Vasconcelos Moniz de Bettencourt (1824-1888), que foi casado com a poetisa e escritora madeirense Matilde de Sant'Anna e Vasconcelos (1806-1888)³²⁴. A relação com o futuro visconde foi conturbada, visto que D. Josefina não havia esquecido Henrique Pires, e o casal frequentemente demonstrava grande ciúme.

Suas memórias foram escritas em 1856, no ano em que se separou do visconde, e em que a sua situação económica chegou a extremos. Embora não de forma explícita, o fim das memórias indica que António Augusto Coelho de Magalhães (1815-1870)³²⁵ tenha sido o seu terceiro amante³²⁶, mas não foi encontrada confirmação deste fato.

D. Josefina teve, como dissemos, duas filhas: Clementina de Neuville (1848-após 1866) do primeiro marido, e Maria Henriqueta de Neuville, de Henrique Pires (1853-1934). Clementina de Neuville nasceu em Bruxelas casou-se com 18 anos a 13 de outubro de 1866 com Francisco Gonçalves de Sousa³²⁷. Por sua vez, Maria Henriqueta-casou aos 22 anos com

³²¹ Ela afirma, por diversas vezes, que nunca foram amantes, que ele foi apenas seu benfeitor.

³²² Manuel Pinto da Fonseca foi um comerciante de escravos que obteve sucesso no Brasil e retornou rico para Portugal. Nasceu em 10 de outubro de 1804, e casou em 1849 no Rio de Janeiro, com Maria José Pacheco da Fonseca, que faleceu pouco depois da união. Ele iniciara o tráfico clandestino quando este estava no auge, em finais de 1841, e permaneceu nesta função até que foi expulso do Brasil, após a lei Euzébio de Queiros, de 4 de Setembro de 1850. Em 1851, já estava no Porto e entre este ano e 1855 ajudou financeiramente D. Josefina por diversas vezes. Ela menciona, inclusive, sua casa em Sintra, onde passeava pelas tardes enquanto ele a aconselhava financeiramente. Em junho de 1854, ele inicia sua viagem para Liverpool, que prossegue depois até França. Antes desta viagem se despede de D. Josefina e promete que a irá ajudar. Em agosto de 1855, Manuel Pinto da Fonseca faleceu em Paris, deixando em testamento uma herança para D. Josefina. Segundo a brasileira, no entanto, a família do testador nunca lhe permitiu a herança. Para a biografia de Manuel Pinto da Fonseca cf. José Capela, *Conde da Ferreira e C&A. Traficantes de Escravos*. (Afrontamento: Porto, 2012).

³²³ ANTT, Ministério das Finanças, Testamentos, livro 20, XV-R-72 (32) 1854.

³²⁴ A viscondessa da Nogueira não foi listada neste projeto por ter publicações apenas durante a segunda metade do século XIX e, ao contrário de Josefina de Neuville, não deixar relatos referentes à primeira metade do século.

³²⁵ António Augusto Coelho de Magalhães foi irmão do tribuno José Estevão Coelho de Magalhães. Nasceu em Aveiro, em 23 de julho de 1815, filho de Luís Cipriano Coelho de Magalhães e D. Clara Miquelina de Azevedo. Casou com D. Camila Augusta de Oliveira. Foi advogado em Lisboa, para onde mudou com a família. Faleceu em 28 de novembro de 1870. Para a biografia de António Augusto Coelho de Magalhães *vide* Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*, Câmara Municipal de Aveiro. 336-344; Eduardo Cerqueira, *Um irmão de José Estevão esquecido: Apontamentos Biográficos de António Augusto Coelho de Magalhães*, in Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol 38. (Aveiro, 1972). 81-105; e Melo Freitas. *A família de José Estevão: Conferência*.

³²⁶ A memorialista afirma que após ter entrado em casa de António Magalhães, nunca mais encontrou Jacinto Sant'Anna e Vasconcelos.

³²⁷ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Anjos de Lisboa. Livro 13c, fl.193.

José Cândido Cardoso, no dia 28 de dezembro de 1873³²⁸ e posteriormente, em data e local desconhecidos, com Caetano José de Oliveira Roxo, tendo falecido em São Geraldo, Minas Gerais, em 15 de julho de 1934.

4.7. Trabalhadoras (*boticária, jornalistas, professoras*)

Um pequeno grupo de autoras pertencem ao que poderemos chamar classe das mulheres trabalhadoras na medida em que, em maior ou menor grau, exerciam alguma atividade remunerada.

A boticária Januária Joaquina Freire de Andrade escreveu poemas em latim, enquanto a atriz Gertrudes Angélica da Cunha produziu peças de teatro. O jornalismo é também uma atividade exercida por mulheres, como a já citada madame de Andrada. Antónia Gertrudes Pusich, por exemplo, é considerada a primeira jornalista portuguesa, enquanto Maria Peregrina de Sousa foi folhetinista e professora. Outra mulher do ensino foi Maria José da Silva Canuto, diretora da primeira escola pública feminina. No tópico anterior foram também mencionadas duas professoras, Flaugergues e Madame de Andrada. Ao contrário de Canuto, no entanto, exerceram esta função apenas momentaneamente, durante um curto período e devido a imperativos económicos, como será visto no capítulo 2.

4.7.1. Januária Joaquina Freire de Andrade (antes de 1789-depois de 1812)

Poucas informações conseguimos sobre esta senhora, fora seu nome e as suas obras. Segundo o *Jornal de Coimbra*, em 1812 ela viveria nas Portas da Cruz (atual rua dos Remédios em Lisboa) e seria "Boticaria examinada, e com Botica em seu proprio nome, e por sua conta"³²⁹. Ainda segundo esta mesma fonte, ela teria herdado a botica de seu pai, que lhe ensinou as artes farmacêuticas, bem como várias línguas. Os poemas escritos pela autora são em latim, o que demonstra que foi esta uma das línguas aprendidas.

³²⁸ ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Paulo de Lisboa. Livro 7c, fl. 192.

³²⁹ *Jornal de Coimbra*, nº12 de dezembro de 1812.

Januária Joaquina Freire aparece como subscritora do livro *Sobre os meios de diminuir a elefantiase em Portugal* de Bernardino António Gomes³³⁰ (o marido de D. Leonor Violante Mourão de quem se falou já), como Januária Joaquina Freire. Encontrámos também uma tença a seu favor de 120 mil réis, referentes a um dos almoxarifados do Reino, renunciado pelos herdeiros de Manuel da Cunha Bettencourt-em junho de 1793³³¹. Sabemos ainda que em 1818 a Botica das Portas da Cruz encontrava-se à venda³³².

Embora não fosse possível obter mais informações para além das descritas, é de supor que a autora tenha pertencido à família proprietária da farmácia Freire de Andrade & Irmão, inaugurada em Lisboa a 1 de julho de 1837 por Francisco Fortunato de Assis, ou à de seus segundos donos, Francisco Freire de Andrade e Albino António Freire de Andrade (1856-1957), para os quais a farmácia passou em 1 de agosto de 1885³³³.

4.7.2. Gertrudes Angélica da Cunha (1794-1850)

Gertrudes Angélica da Cunha foi uma atriz e dramaturga portuguesa que obteve grande sucesso tanto no seu país de origem quanto no Brasil. Foi societária do teatro da Rua dos Condes, em Lisboa, e pertenceu à primeira companhia portuguesa (Companhia de João Caetano) que atuou no Brasil no ano de 1829, bem como à primeira companhia dramática a apresentar-se no Teatro de São Pedro, neste mesmo ano. Não conhecemos muitos dados biográficos desta escritora, para além de que teria nascido em Lisboa em 29 de maio de 1794 e falecido em 28 de agosto de 1850 no Rio de Janeiro. Sobre sua filha Gabriela conhece-se um pouco mais. A data de nascimento de D. Gertrudes, bem como as de nascimento e óbito da filha foram retiradas da obra de João Caetano, amigo das duas atrizes³³⁴.

No mês de agosto de 1850, em anúncio para o *Diário do Rio de Janeiro*, o público é informado do falecimento desta senhora, no dia 28 ou 29 deste mês:

A actriz Grata Nicollini participa ao respeitável publico, e as pessoas que se dignarão aceitar-lhe bilhetes para o seu benefício, que havendo falecido hoje a Sra. Gertrudes Angélica da Cunha, e tendo sua filha a Sra. Gabriella um papel principal no drama, não póde por tão justo motivo de dôr representar; e

³³⁰ *Memoria sobre os meios de diminuir a Elefantiase em Portugal, e de aperfeiçoar o conhecimento e cura das doenças cutaneas. Offerecida ás Cortes de Portugal.* (Lisboa: Off. de J. F. Monteiro de Campos, 1821).

³³¹ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.22, f. 104v.

³³² *Gazeta de Lisboa*, nº14.

³³³ José Pedro de Sousa Dias, 'Contributo para um dicionário de empresas da industria farmacêutica portuguesa na primeira metade do século XX'. In. *Medicamento, História e Sociedade*, 12. (Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997), 1-12.

³³⁴ João Caetano dos Santos, *Lições Dramáticas* (Rio de Janeiro: Typ de Villeneuve, 1862).

assim fica transferido o seu benefício para quinta-feira, 5 de setembro, esperando que tão poderoso motivo fará desculpar a mudança do dia.³³⁵

Já no *Correio Mercantil*³³⁶, ainda no mês de agosto encontramos a informação de que:

Estando doentes a Sra. Gertrudes Angelica da Cunha, e o Sr. José Candido da Silva, vão substituir os seus papeis a Sra. Maria Amalia Monteiro e o Sr. José da Silva Reis.³³⁷

Esta informação surge apenas alguns dias antes do seu falecimento, e segue com um anúncio semelhante ao do *Diário do Rio de Janeiro* no qual foi apresentado o cancelamento do benefício a atriz Grata Nicolini³³⁸.

O talento teatral parece ter continuado na filha, Gabriela Augusta da Cunha (1821-1882), que teria nascido no Porto em 18 de dezembro de 1821³³⁹. Segundo as informações de João Caetano, a primeira visita da filha ao Brasil teria sido aos quatorze anos de idade, mas como esta data se refere ao ano de 1835, sua entrada na companhia de teatro só teria ocorrido na segunda visita de sua mãe à capital carioca³⁴⁰. Gabriela casou-se por duas vezes, a primeira no Rio de Janeiro em 1843 com o ator e mímico José Felice de Vecchi (antes de 1843-1861) e a segunda com o ator Lopez Cardoso. Os filhos e netos de Gabriela foram também famosos atores e atrizes do teatro brasileiro. Após o segundo casamento, D. Gabriela retornou a Portugal, onde obteve novamente aplausos do público. Retornou ao Brasil em 1873, falecendo na Bahia poucos anos depois. Além de ser lembrada devido a seu talento, D. Gabriela Augusta ficou guardada na História do Brasil por ter inspirado Machado de Assis (1839-1908)³⁴¹.

D. Gertrudes Angélica foi por diversas vezes ao Brasil, tendo participado, por exemplo, nas peças *Os irmãos dos Aemos*, apresentada no dia de finados de 1844, no Rio de Janeiro³⁴² e *João de Calaes* (sic), no Teatro Fluminense, em julho de 1833, quando ao fim do primeiro ato

³³⁵*Diário do Rio de Janeiro*, nº 8483 de 1850.

³³⁶*Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal*. nºs 31, 33, 111 e 291 de 1848; 223 e 252 de 1849; e 201 e 217 de 1850.

³³⁷*Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal*. nº 201 de 1850.

³³⁸*Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal*. nº 217 de 1850.

³³⁹Encontramos o registo de batismo desta senhora na ADP, Registo de batismo da freguesia de Vitória do Porto. Livro 15-b, fl 205. Como Gabriela, filha de pais incógnitos, tendo como padrinhos Duarte Leça e António José de Sousa, nascida 18 de dezembro de 1821 e batizada em 21 do mesmo mês e ano.

³⁴⁰João Caetano dos Santos (1808-1863) foi um ator brasileiro de grande sucesso. Em suas *Lições Dramáticas* o autor agradece o auxílio de D. Gertrudes Angélica nos ensaios.

³⁴¹Luís Augusto Fischer afirma que além de ser apaixonado por esta senhora, seu amor não era correspondido. Luís Augusto Fischer, *Machado e Borges: e outros ensaios sobre Machado de Assis*. (Porto Alegre: Arquipélogo Editorial, 2008).

³⁴²A. Lopes de Oliveira, *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 56-57.

cantou um dueto com Miguel Vacani³⁴³. Em Portugal apresentou-se, entre outras, em *O serralheiro Olandex* (sic) e em *O casamento forçado* no Teatro da Rua dos Condes, no dia 16 de dezembro de 1828³⁴⁴.

Esta autora assinou suas obras tanto com seu nome completo, como com G. A da C e, infelizmente, apenas chegaram até hoje algumas poesias e peças de teatro, nomeadamente aquelas que foram publicadas com *Norma: tragedia em tres actos*³⁴⁵.

4.7.3. Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883)

Esta jornalista, filha do croata António Pusich (1760-1838) e de Ana Maria Isabel Nunes (?-1835), acompanhava o pai, militar, em suas viagens e lhe servia de secretária. Antónia Pusich nasceu no primeiro de outubro de 1805, em São Nicolau, Cabo Verde, local onde o pai era intendente da marinha. Em 1821 regressou com a família a Portugal, onde passou a residir pelo resto de sua vida. Conforme a biografia de seu pai, de autoria de D. Antónia, já o acompanhava desde a infância³⁴⁶. Durante sua vida teve três periódicos, nos quais publicou todo um leque abrangente de obras: da poesia ao romance gótico, passando pela tradução e pelo teatro.

D. Antónia foi casada por três vezes, tendo tido 11 filhos. A primeira união foi com o desembargador João Cardoso de Almeida Amado Viana Coelho, ouvidor geral de Cabo Verde, em 2 de julho de 1822³⁴⁷. Deste casamento nasceram: João António³⁴⁸, Antónia, Alfredo, Maria, Ana e Ema. Seu segundo marido foi o comendador Francisco Henriques Teixeira, com quem teria casado em 1827³⁴⁹. Deste teve Miguel Pusich Henriques Teixeira. A terceira união, ocorreu no dia 16 de abril de 1836, com o capitão José Roberto de Melo Fernandes e Almeida³⁵⁰. Deste último matrimónio nasceram: António Pusich de Melo³⁵¹,

³⁴³*Diário do Rio de Janeiro*, nº20, de julho de 1833.

³⁴⁴*Gazeta de Lisboa*, nº297 de 1828.

³⁴⁵Gertrudes Angélica da Cunha, *Norma: tragedia em tres actos* (Rio de Janeiro (sic): Typographia de Teixeira e C^a, 1848).

³⁴⁶Antónia Gertrudes Pusich, *Biografia de António Pusich* (Lisboa: Lattermant Frères Typ, 1872), 153.

³⁴⁷Cf. Nikita Talam, 'In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich'. In. *Studia Romanica et Anglica Zagrabiensia*, Vol. 50. (Veljača, 2006), 153.

³⁴⁸Nascido a 16 de fevereiro de 1825. Cf. Talam, 'In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich', 154.

³⁴⁹Ibidem, 154.

³⁵⁰ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Isabel de Lisboa. Livro 13c, fl.163.

³⁵¹António casou em 11 de junho de 1865 com D. Maria do Carmo Amor. ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Paulo de Lisboa. Livro 7c, fl. 11.

Antónia Pusich de Melo³⁵², Ana Isabel Filomena Pusich de Melo³⁵³ e Maria Amélia Pusich de Melo³⁵⁴.

De acordo com Inocêncio, faleceu 5 de setembro de 1863, em Lisboa³⁵⁵, no entanto, biógrafos e listagem posteriores indicam que a data correta seria 6 de outubro de 1883, em sua casa na rua da São Bento.

Apesar de ter amigos em altos cargos da corte portuguesa e ter sido admirada por muitos de seus contemporâneos, a situação económica desta senhora sempre foi difícil. Primeiramente perdeu os rendimentos de seu segundo marido, depois sofreu a prisão do terceiro esposo³⁵⁶. Ainda assim, quando começou o periódico *A Beneficência*, pretendia que os lucros do jornal fossem direcionados à Associação Consoladora dos Aflitos. No entanto, no primeiro volume do periódico, D. Antónia Gertrudes agradece a D. Maria Miquelina não apenas que a Associação tenha aceito sua proposta de criar um periódico, mas também que os lucros sejam vertidos para Pusich e seus filhos:

Carta da Redactora da Beneficencia á Ex^{ma} Presidente da Associação Consoladora dos Afflictos.

Ill^{ma} e Ex^{ma} Sr^a. – A carta de V. Ex^a, em resposta ao sincero offercimento que fiz de um jornal dedicado á illustre Associação Consoladora dos Afflictos, que V. Ex^a sabiamente preside, desejando eu que, salvas as despesas desta folha, revertessem os lucros e favor do cofre da Associação; a generosa resolução, tomada a tal respeito pela direcção da mesma Associação, que V. Ex^a teve a bondade de me communicar, penhorando-me sobre maneira, augmenta o ardente desejo, que me inflamma de poder prestar meus serviços á Associação tão digna dos mais altos louvores!. VV. Ex^{as} acceitam benignamente a dedicação deste jornal, mas querem que os lucros que possa ter sejam em beneficio da minha innocente familia! Esta acção é tão nobre, tão gradiosa (sic), como o são as almas que a praticam. E porque os infortunios não teem damnado, estes sim purificado a minha alma, eu me apresso a manifestar o meu reconhecimento para com VV. Ex^{as}, publicando esta folha, que tenho a honra de lhes offerecer, sem embargo de não ter ainda tantas assignaturas, quanto são precisas ao costeamento de um jornal, porque muitas pessoas, que espero o coadjuvem estão em campo, sendo-me quais impossivel vencer as distancias que esta folha transporá, e protesto a V. Ex^a, que todos os sacrificios, que eu faça, serão assaz compensados com a glória de ver meus escriptos acolhidos por VV. Ex^{as}, e pelo publico sensato. Com o favor de Deos, espero corresponder a generosa

³⁵²D. Antónia casou em 8 de dezembro de 1858, com Albino António de Andrade e Albuquerque. ANTT, Registo de casamento da freguesia de Mercês de Lisboa. Livro 9c, fl. 119.

³⁵³D. Ana Isabel Pusich, recebeu como mercê a pensão anual de 200,000 reis em 26 de fevereiro de 1841. ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Luís I. Livro 2, fol 26.

³⁵⁴D. Maria Amélia casou em 31 de maio de 1860 com José Júlio Raposo Carvalho. ANTT, Registo de casamento da freguesia de Mercês de Lisboa. Livro 9c, fl. 139

³⁵⁵Inocêncio, *Dicionário bibliográfico portuguez*, Tomo I, 25; Tomo VIII, 71; Tomo X, 164.

³⁵⁶Níkita Talam informa que ele foi preso em Livorno, por tentativa de assassinato a D. Miguel em 1836. Talam, 'In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich', 155.

confiança que VV. Ex^{as} depositam em meus sentimentos, para o fiel desempenho de uma tão gloriosa, como difficil missão.

Sou com a mais alta consideração.

III^{ma} e Ex^{ma} Sr^a. S. Maria Michelina Pereira Pinto, Dignissima Presidente da Associação Consoladora dos Afflictos.

Casa de V. Ex^a 15 de Outubro de 1852.

De V. Ex^a Respectadora fiel captiva

*D. Antonia Gertrudes Pusich*³⁵⁷

4.7.4. Maria José da Silva Canuto (1812-1890 ou 1900)

Outra autora que parece ter vivido dos seus talentos literários foi Maria José da Silva Canuto, publicista portuguesa que segundo o *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*³⁵⁸ assinava como *Cenobita* e *A Portuguesa Liberal*. Esta senhora foi professora de instrução primária de meninas na escola das Mercês, em Lisboa, e publicou artigos e versos em periódicos lisboetas a partir de 1838. Segundo o *Dicionário Bibliográfico Português* morreu a 20 de janeiro de 1890³⁵⁹, mas para a autora de *Escritoras Galegas e Portuguesas* terá falecido neste ano ou dez anos mais tarde, em 1900³⁶⁰. Ela também aparece mencionada em *A mulher em Portugal*³⁶¹ e em *Historia dos estabelecimentos científicos 1854-1861*³⁶², como professora.

Inicialmente, difundiu ideias liberais, mas com o tempo mostrou-se menos apaixonada pela causa. No fim da vida havia sido esquecida e encontrava-se na miséria³⁶³. Foi devota admiradora de António Feliciano de Castilho e propagandista do seu método de leitura.

4.8.C. E. da C. G. Uma escritora perdida

Esta senhora foi a maior incógnita de toda a pesquisa. Foi tradutora e autora portuguesa de romances originais, mas sobre a qual nada sabemos. Assinava C. E. da C. G., ou *autora de Christina de Stainville*³⁶⁴.

³⁵⁷ *Beneficência*, nº1 de 1852, 2.

³⁵⁸ Adriano de Guerra Andrade, *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999).

³⁵⁹ Inocêncio, *Dicionário bibliográfico português*, Tomo VI: 139, Tomo XVI: 356-357.

³⁶⁰ Oliveira, *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, 39.

³⁶¹ Costa, *A mulher em Portugal. Obra Posthuma*, 326.

³⁶² José Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos científicos 1854-1861*. (Lisboa, Typ da Ac. Real das Sciencias, 1885), 138 e 142.

³⁶³ “Se não fora Rosa Araújo ela morreria de fome pois graças a ele que conseguiu que lhe fosse dado um subsídio pela Edibilidade Lisboeta, de modo a mitigar mais o seu sofrimento”. Cf. Oliveira, *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, 39

Estima-se que tenha nascido antes de 1847 e falecido depois de 1855, no entanto, sem adicionais dados biográficos tornou-se impossível descobrir sua identidade. Embora faça introduções na maioria das obras, destas só puderam ser retiradas informações relevantes quanto ao medo da autoria, como se lerá no capítulo 2, mas não quanto à sua identidade pessoal.

Nestes curtos textos introdutórios, a escritora refere-se a si própria como *a authora*, e *uma nacional*, o que pode indicar ser a mesma que *uma sua nacional*, autora de *Uma história georgiana*³⁶⁵.

5. *Um teto todo seu e a falta de uma tradição literária feminina*

A questão da tradição literária feminina foi levantada primeiramente por Virginia Woolf, em *A room of one's own*³⁶⁶, no qual a autora faz lembrar algo muito relevante para si própria enquanto escritora: foram poucas as mulheres que escreveram. Nesta obra, em parte autobiográfica, em parte fictícia, ela descreve uma visita a Oxbridge (mistura de Oxford e Cambridge), cujos jardins não pode pisar, e cuja biblioteca não lhe é permitida visitar sem uma carta de recomendação masculina. Ainda na década de 30 do século XX, quando Woolf escreveu, as universidades e, principalmente, as bibliotecas, não eram locais para mulheres.

Woolf depara-se com inúmeros textos masculinos que descrevem uma "mulher" que existe apenas no imaginário destes autores. As vozes femininas descrevendo-se a si próprias não apareciam em lugar algum. Tanto na sua biblioteca quanto na grande biblioteca de Oxbridge, a presença da autoria feminina era praticamente inexistente: Jane Austen, as irmãs Brontë e George Elliot, constituíam a exceção que confirmava a regra. Como lembra Cecília Barreira, o corpo masculino não existia na literatura pois a percepção e o olhar são masculinos, “e nele não existe lugar para o feminino”³⁶⁷.

Para Virginia Woolf, a fraquíssima presença física de senhoras naquela biblioteca se deve em parte, à ausência de textos femininos nas estantes da mesma. Ela lembra que poucas

³⁶⁴G., *Christina de Stainville*.

³⁶⁵Huma sua nacional, *Historia Georgiana, ou A constancia: novella escrita e oferecida às Senhoras Portuguezas por huma sua nacional*. (Lisboa: na Typ. de J. F. M. de Campos, 1824).

³⁶⁶Woolf, ‘A room of one's own’.

³⁶⁷Cecília Barreira, ‘Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista’. In. *Análise Social*, vol XXII. 1986, 525. Esta falta de percepção feminina se assemelha ao observado por Laura Mulvey para a crítica feminista de cinema, que observa um *male gaze*, ou seja um olhar masculino que não permite às mulheres se encontrarem na representação cinematográfica, senão através do objeto do olhar de um homem. Mulvey, Laura (1998). “Visual Pleasure and Narrative Cinema” [1975]. In Easthope, Anthony; McGowan, Kate. *A Critical and Cultural Theory Reader*. Buckingham: Open UP.

tiveram acesso a um *quarto todo seu* onde pudessem escrever. Para além disso, eram pobres, e "intellectual freedom depends upon material things"³⁶⁸ que eram negadas às mulheres.

Esta obra é sintomática de como, mesmo na primeira metade do século XX, a autoria feminina não era comum. Sem escritoras que a antecedessem, Virginia Woolf não teve uma tradição literária na qual se pudesse inspirar. Ainda hoje, um século depois, a literatura é predominantemente masculina, mas a história da literatura e a história das mulheres vieram revelar-nos vidas até aqui anónimas, bem como de uma vasta galeria de textos femininos, até há pouco considerados inexistentes.

No entanto, a maior parte destes nomes foi apagada de uma forma ou outra, e muitas vezes a informação de que as escritoras existiam ou tinham existido não alcançava todas aquelas que pretendiam escrever. Assim, esta ausência terá sido ainda mais sentida por aquelas que precederam Virginia Woolf: Jane Austen e as irmãs Brontë apenas se tinham si próprias e à tradição literária masculina.

Ainda que a obra de Woolf tenha sido escrita na Inglaterra de 1930, esta falta de uma “tradição” feminina de literatura, também seria marcante para as autoras portuguesas.

6. A escrita como atitude de revolta/libertária

Não era esperado das mulheres a escrita e, menos ainda, a publicação. Gina Guedes Rafael lembra que embora algumas soubessem ler, a escrita era uma atividade bem mais rara³⁶⁹, visto que a educação feminina ainda dava os seus primeiros passos durante a primeira metade do século XIX. Vistas como incapazes de compreender matérias filosóficas e complexas, uma educação completa não era considerada necessária para os cuidados com a casa e os filhos, logo, ensiná-las a escrever não era sequer obrigatório. Todos os nomes colocados acima, bem como aqueles que além destes se encontram listados e biografados no anexo I, devem ser por isso considerados como exceções.

Enquanto cartas e diários não contrariam a posição privada à qual a mulher devia pertencer – a ela o lar, ao homem a política –, os textos literários vão contra aquilo que é esperado delas. Publicar é, como o verbo bem indica, tornar algo público, e como a esfera pública era território masculino, aquelas que o faziam podiam ser ridicularizadas e/ou podiam

³⁶⁸Woolf, 'A room of one's own', 630.

³⁶⁹Gina Guedes Rafael, *A leitura na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2011), 35.

ver a sua honorabilidade questionada. Sendo a maternidade e a castidade/virgindade os principais vectores da feminilidade no século XIX, qualquer atitude que pudesse ferir a imagem de boa esposa, boa mãe e boa filha, poderia destruir a vida de uma mulher. Ao mesmo tempo, quando não é acompanhado da virtude, a obra literária perdia o seu valor. Gubar e Gilbert lembram que para as autoras "concealment is not a military gesture but a strategy formed of fear and dis-ease"³⁷⁰. É, então, o medo que as acompanha em todos os momentos, da escrita à publicação, e que as leva a utilizar artimanhas de defesa, como será visto no capítulo 2.

³⁷⁰Sandra M. Gilbert e Susan Gubar. *The madwoman in the attic*. 74.

Capítulo 2. *Anxiety of Authorship*

Treme de raiva, o meu castigo pedem,
Imaginando, que vaidosa intento
Ir as palmas e os louros disputar-lhes¹.

1. Crítica literária feminista

A crítica literária feminista permitiu novas interpretações para os textos escritos por mulheres, até então analisados como os masculinos, desconsiderando que na sua criação imperava a posição social que cabia à mulher que o escreveu. Por ser mulher, uma autora não pode se desconectar da sua posição de outridade/alteridade. Como outro, suas observações da sociedade diferem em muito daquelas que foram feitas por seus colegas homens. Isto observa-se, por exemplo, na própria representação da feminilidade, que permeia diferentes aspectos quando feitas por um homem ou por uma mulher.

Considerando então os avanços que foram alcançados na análise da literatura escrita por mulheres por este grupo de autoras que se preocupou em observar as entrelinhas do texto feminino, percebe-se também que a história pode utilizar este tipo de análise para observar em textos femininos os reais objetivos e necessidades da autora mulher.

O uso da crítica literária feminista para a análise historiográfica não é comum. Isto se dá tanto devido a preconceitos da academia para com o movimento feminista, como devido ao pouco contato da história com áreas como a análise literária e os estudos feministas. Apesar dos avanços encontrados na história das mulheres – especialmente daqueles trazidos por Joan Scott² para a historiografia ao demonstrar a necessidade de se observar os acontecimentos históricos através de uma perspectiva que ilumine a importância dos papéis de gênero –, ainda não são olhados os textos femininos considerando sua posição de subalternidade dentro da literatura, ou mesmo lembrando que as mulheres que escrevem não fazem parte do cânone literário e que suas obras não podem ser contempladas da mesma forma que textos de autoria masculina.

Durante grande parte da história, a educação foi privilégio dos homens. As poucas mulheres que escreveram desconheciam suas antecessoras, que por sua vez desconheciam as suas. Quando optavam por escrever, então, se viam sem uma tradição, uma base de autoria feminina, na qual pudessem se sustentar.

¹D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa] *Francília, Pastora do Têjo. Poesias de D. F. P. P. C* (Lisboa: Imprensa Régia, 1816).

²Joan Scott, 'Gênero: uma categoria útil de análise histórica', in. Ana Isabel Crespo (org). *Variações sobre sexo e género* (Lisboa: Livros Horizonte. 2008), 49-77.

Em *Persuasion*, Jane Austen (1775-1817) demonstrou se aperceber desta falta quando fez sua heroína Anne Elliot defender: "the pen has been in their hand"³, isto é, dos homens. Logo, a discussão sobre a constância do amor feminino não poderia ser feita citando livros, visto que seus autores não conheceriam os verdadeiros sentimentos de um coração feminil. Como poderiam, se não pensam, não agem e nem sentem como mulheres?

Por tudo isto, Jane Austen não poderia ter utilizado exemplos de seu próprio sexo nesta discussão, apenas expor a sua própria opinião. Se ainda na atualidade as antologias apresentam uma maioria de textos masculinos, como poderia uma autora, em pleno século XIX, citar outros textos femininos, então tão escassos? Esta falta de uma tradição literária no feminino que as precedessem foi o que levou Virginia Woolf a listar todos os nomes de mulheres que ela logrou encontrar na biblioteca da fictícia Oxbridge⁴. A autora conseguiu citar Austen e as irmãs Brontë mas, se na década de 1930, foi difícil escrever uma história da autoria feminina, no século XIX, era ainda mais complicado.

A imagem das mulheres era associada, por um lado, ao diabólico, a tudo aquilo que poderia tentar a masculinidade; mas por outro, e ao mesmo tempo também, se lhes exigia que os valores de virgindade e da castidade fossem cultivados como ideais de cumprimento obrigatório. As mulheres de oitocentos viviam balizadas por estas duas imagens contrastantes de feminilidade. Eram santas ou demónios, anjos do lar ou mulheres perdidas.

Mary Poovey, em *The proper Lady and the Woman Writer*⁵, analisou a obra de três autoras inglesas, Jane Austen, Mary Wollstonecraft (1759-1797) e Mary Shelley (1797-1851), e percebeu que todas apresentam a necessidade de se filiar em maior ou menor grau à castidade. Mary Woolstonecraft e Mary Shelley, mãe e filha, tiveram vidas que fugiam ao que era considerado como "normal" e esperado das mulheres. A mãe, Woolstonecraft, teve uma outra filha fora do casamento, com Gilbert Imlay (1754-1828), Frances (1794-1816). No entanto, só postumamente, os escândalos da vida da feminista foram conhecidos. Quanto à filha Mary fugiu, ainda adolescente, com Percy Shelley (1792-1822), homem casado, e só se casou com ele após o falecimento da sua primeira esposa. Já Jane Austen, por sua vez, teve uma vida mais recatada – ao menos é isso que indicam suas cartas⁶.

³Jane Austen, *Persuasion* (Londres: Barnes & Nobles, 2013), 225.

⁴Virginia Woolf, 'A room of one's own', in *The Selected Works of Virginia Woolf* (London: The Wordsworth Library Collection, 2007).

⁵Mary Poovey, *The Proper Lady and the Woman Writer. Ideology as Style in the Works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley and Jane Austen* (Chicago: University of Chicago Press, 1985).

⁶No entanto, as cartas de Jane Austen foram censuradas por sua irmã Cassandra. Acredita-se hoje que a autora tivesse opiniões muito mais críticas e irônicas da sua sociedade do que suas cartas permitem perceber.

Após ser descoberto que Mary Woolstonecraft e Gilbert Imlay não tinham sido casados quando do nascimento de sua filha, a imagem da autora deteriorou-se perante a sociedade inglesa. Escritoras como Jane Austen não ousariam mencionar a leitura de seus textos, já que se inculcava a ideia de que aqueles que os lessem seriam também imorais.

O exemplo de Mary Woolstonecraft serve para demonstrar o que aconteceria às autoras que não mantivessem a sua castidade, que fossem conotadas com qualquer falta de decoro, ou ainda que escrevessem sobre temáticas então reservadas aos autores do sexo masculino, como fez abertamente esta feminista. Mas o fato de terem de manter uma imagem apropriada não significa que as autoras mulheres não pudessem existir. Para Poovey, "although they celebrated their proper, feminine nature, women found ways to express the energies that were not satisfied or silenced by fulfilling the role of an altogether proper lady"⁷. Uma das válvulas de escape era a literatura.

Compreendendo então que, para as mulheres do século XIX, o ato de escrever tem de ser contemplado analisando esta situação da mulher perante a sociedade oitocentista, a crítica literária feminista permite analisar esses textos através de uma perspectiva que possibilita observar de onde escrevem, visto que, como lembra Toril Moi, escrita alguma pode ser neutra⁸.

Em *Mad Woman in the Attic* (1984), Susan Gubar e Sandra Gilbert analisam a autoria feminina inglesa, demonstrando os paralelos na escrita de várias autoras do século XIX⁹. Elas identificam um temor pela escrita que se manifesta de diferentes formas: a denominada *anxiety of authorship*, uma ansiedade particular às mulheres que escrevem, desconforto que as acompanha toda a vida porque reflete os medos femininos relacionados aos padrões de gênero, a dicotomia que é imposta à mulher (entre anjo e demônio) e o ato masculino da escrita. Estas especialistas demonstram que apesar da não existência de uma tradição de autoria feminina até o século XIX, utilizaram temáticas semelhantes e, ainda que não propositalmente, relacionam-se entre si. Isto acontece, por exemplo na representação da 'louca do sótão', da qual deriva o título da obra destas duas críticas feministas, uma mulher que é ao mesmo tempo opositora da heroína e uma representação de seus próprios medos e desejos. Para Toril Moi, o que a obra de Gubar e Gilbert demonstrou é que, por trás da

⁷Poovey, *The Proper Lady and the Woman Writer*, 15.

⁸Toril Moi, *Sexual/Textual Politics: Feminist Literary Theory* (New York: Routledge, 1986), xiii.

⁹Sandra Gilbert e Susan Gubar, *The madwoman in the Attic. The woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. (New Haven: Yale University Press, 1984).

máscara textual do patriarcado estiveram mulheres reais¹⁰, autoras vivas que tiveram que lidar com o meio em que existiram.

Posicionadas, então, em um local dúbio, as autoras do século XIX viviam cercadas pelo medo constante, um temor de serem expostas pela sua ousadia, de sofrerem as consequências de uma atitude desviante, de serem vistas como intrusas em territórios masculinos, de serem tachadas de *bluestalking*, de mulheres fáceis, etc. Para Gubar e Gilbert

the woman writer feels herself to be literally or figuratively crippled by the debilitating alternatives her culture offers her, and the crippling effects of her conditioning sometimes seem to 'breed' like sentences of death in the blood shoes she inherits from their literary foremothers¹¹.

Ou seja, as autoras oitocentistas, assim como suas antecessoras, não têm outra opção senão sentirem este medo: é impossível para elas se desconectarem desta ansiedade que as acompanha não tanto na sua vida como nas suas produções.

Enquanto estas críticas literárias se preocuparam com a escrita feita por mulheres que não poderiam se basear em uma tradição literária feminista, as feministas francesas observaram a linguagem e a forma como ela é masculina. Luce Irigaray em *Ce sexe qui n'en est pas un* (1977) demonstra que devido a isso, as mulheres são completamente excluídas da linguagem, visto que a definição daquilo que é uma mulher não existe sem a definição do que é um homem¹². O feminino é oposto do masculino. Mas este se define por si só. Para Julia Kristeva, por sua vez, não há definição de mulher, pois o feminino estaria fora da linguagem, e aquilo que está fora do que o nomeia, não pode, por conseguinte, ser nomeado.¹³

Desta forma, aqueles que escrevem uma *escrita feminina* não podem utilizar este código no qual a mulher não existe, o que faz com que a autora da *écriture féminine* esteja fora do tempo¹⁴, assim como da linguagem. O conceito, então, define um texto disforme, desconecto, deslocado e cíclico. Como uma resposta ao masculino, dominante e hegemónico¹⁵

¹⁰O termo patriarcado é utilizado por Toril Moi, e representa para a crítica feminista, segundo o *Dicionário de Crítica Feminista* “a forma como os privilégios socialmente atribuídos aos homens significam, necessariamente, a opressão daqueles a quem os mesmo privilégios são negados, isto é, às mulheres.” Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (orgs.), *Dicionário da Crítica Feminista* (Porto: Edições Afrontamento, 2005), 145-146; Moi, *Sexual/Textual Politics*, 61.

¹¹Gilbert e Gubar, *The madwoman in the Attic*, 57.

¹²Luce Irigaray, *This sex which is not one* (New York: Cornell University Press, 1985).

¹³*Apud.* Toril Moi, *Sexual/Textual Politics*, 162.

¹⁴*Ibidem*, 114.

¹⁵O masculino como hegemónico na linguagem não se refere, aqui, ao conceito feminista de *masculinidade hegemônica*, que “é entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse.” Estas práticas são normativas e “incorpora[m] a forma mais honrada de ser um homem”, logo, o masculino hegemônico é contraposto com outras masculinidades, subalternas, que não representam um homem

na língua, estes textos têm características que celebram aquilo que é compreendido como feminino, e por isso, opositor. No mesmo sentido, Lúcia Castello Branco defende que as memórias são locais nos quais as mulheres poderiam se expressar como pretendessem, sem terem que servir-se das representações inventadas pelo imaginário masculino, e não necessariamente para dizer algo, mas porque através destas obras podem relatar suas vidas à sua maneira¹⁶.

O conceito de *escrita feminina* deve ser aqui mencionado para diferenciar-se do que se utiliza neste trabalho, a *escrita feita por mulheres e mulheres que escrevem*. A *écriture féminine* pode ou não ser feita por mulheres, mas apresenta-se como uma escrita opositora à masculinidade, que se revolta contra a linguagem-padrão. Considerando o objetivo de elencar a autoria portuguesa na primeira metade do século XIX, separar os textos em "escrita feminina" ou não, seria uma forma de continuar a apagar textos femininos.

2. O Medo da autoria

Todas as autoras acima citadas contribuíram para a análise das obras aqui estudadas, mas é o conceito de *medo da autoria*, ou de *anxiety of authorship*, que permite compreender melhor a autoria feminina portuguesa. Esta ansiedade relacionada com o ato transgressor da escrita era uma constante na vida das mulheres que ousaram escrever, justamente porque, apesar de desviantes do comportamento padrão das mulheres, elas não queriam ser compreendidas como opositoras, ou mesmo como tendo intervindo de maneira proposital em um meio masculino.

Embora *The Mad Woman in the Attic* se refira a autoria inglesa, as estratégias detectadas se repetem nos textos luso oitocentistas. Logo, conclui-se que também as portuguesas sentiam esta inquietação perante o ato da escrita, que as deixava em uma posição de alteridade. Como 'o outro' do meio literário, precisavam trabalhar duplamente para que sua obra fosse valorizada. Portanto, as estratégias que serão exemplificadas a seguir servem como formas de se impor perante seus colegas homens, mas sem fazê-lo diretamente, para que nunca se perturbasse a noção de mulher casta e silenciosa que delas era esperada.

Servem também como defesa das ousadias do texto, sejam estas o simples ato de escrever, sejam as temáticas escolhidas ou seu gênero literário. É importante, ainda,

“ideal”, como afirmam Robert W Connell e James W Messerschmidt, “Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito”, In. *Revista Estudos Feministas*. Nº 21 (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013), 245.

¹⁶Lúcia Castello Branco, *O que é escrita feminina* (São Paulo: Brasiliense, 1991), 30.

mencionar que esta defesa não era feita unicamente para si, mas servia como proteção para amigos e familiares da autora, cuja imagem poderia ser também denegrida.

Foram observados nos textos femininos portugueses do século XIX as seguintes estratégias: o anonimato e as suas variantes; a diminuição de si e do valor de seu texto; as dedicatórias; as justificativas moral, física e econômica; e o medo da fama. É claro que alguns textos masculinos podem apresentar características semelhantes, para facilitar sua publicação, mas a intensidade das defesas femininas é muito superior e mais frequente; tanta, que a relação entre autodefesa e feminilidade se torna espontâneo. As mulheres usam mais de uma estratégia, sublinham sua feminilidade e sua modéstia constantemente.

2.1. *Anonymity runs in their blood*¹⁷

A grande maioria das mulheres que escreveram ao longo da história precisavam se manter anônimas. Foi o caso de Jane Austen, que assinava *by a lady*, e que não divulgava a autoria de seus textos senão para os mais próximos de sua família. Foi o caso da George Sand (Amandine Aurore Lucile Dupin, 1804-1876) e George Elliot (Mary Ann Evans, 1819-1880), que utilizaram pseudônimos masculinos para venderem suas obras. Até mesmo autoras contemporâneas tentam manter-se anônimas perante o público, como fez J. K. Rowling (1965-), primeiramente ao adicionar o K em suas iniciais, transformando o nome Joanne, feminino, em J. K., neutro. Posteriormente, a autora também utilizou um pseudônimo masculino, Robert Galbraith, após o sucesso da saga *Harry Potter*, embora o propósito desta segunda assinatura não tenha a mesma conotação que o da primeira. Mas esta necessidade era, claramente, muito mais forte no século XIX, um momento no qual a autoria feminina tornava-se mais comum, mas não mais aceita.

Sendo uma das formas mais simples de se esconder da crítica masculina, bastava não assinar sua obra, e muitas foram as escritoras portuguesas que utilizaram o anonimato. Algumas foram descobertas por seus contemporâneos, o que permite que seus nomes tenham sido resgatados para a história; mas, infelizmente, um grande número de obras que foram publicadas anonimamente assim permanecem devido à impossibilidade de descobrir os verdadeiros nomes por detrás de suas assinaturas.

Pese embora, muitos desses livros sejam, hoje, de autoria desconhecida, não o eram quando foram publicados, já que a identidade da autora era conhecida por um pequeno

¹⁷Woolf, 'A room of one's own', 594.

público restrito que não registou essa informação. O caso das traduções de D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides é um exemplo disto, visto que apesar de não assinar, o seu nome aparece no *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio. É devido a esta obra de catalogação de escritores (e escritoras) portugueses que muitos nomes femininos não foram de todo perdidos. Catálogos atuais de obras femininas, ou mesmo catálogos mais recentes de literatura portuguesa, não poderiam ter sido escritos sem o trabalho tenaz de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876).

Outro homem que ajudou a elaborar a história da autoria feminina foi o escritor António Feliciano de Castilho (1800-1875), cujas amizades no meio literário português incluíam várias mulheres¹⁸. Foi através do seu desejo de revelar a identidade de *Uma obscura portuense* que o público conheceu Maria Peregrina de Sousa (1809-1886). É também devido à existência destas restritas elites literárias que se conhece a identidade de outras figuras femininas no meio literário português, como é o caso da poetisa portuense Maria da Felicidade de Couto Browne, que assinou como *Soror Dolores* e *Coruja Trovadora*, ou de *Francília*, Francisca Paula Póssolo da Costa, que assim como a marquesa de Alorna, a viscondessa de Balsemão e Couto Browne, organizava salões em sua casa.

Muitas foram as portuguesas que utilizaram uma ou outra forma de anonimato, no entanto, detetou-se em alguns casos uma clara intenção de sublinhar a feminilidade da autoria, aquilo a que chamo um anonimato com afirmação de gênero. Como têm defendido as teóricas feministas, a linguagem é masculina. O neutro é masculino, o Homem é o ser humano, os autores referem-se à totalidade daqueles que escrevem, independentemente de gênero, enquanto que as escritoras são apenas mulheres. Sendo o masculino o universal, o uso por parte das autoras de uma forma de pseudônimo que demonstre e reitere a sua feminilidade é muito significativa. Ao optar por assinar como "anonyma" e não "anonymo", estão a afirmar-se como mulheres que escrevem, ainda que optem por permanecer desconhecidas.

Assim o fizeram, por exemplo, Maria Peregrina ao lembrar que é *uma*, Mariana Antónia Maldonado utilizando a fórmula *huma senhora*, e também C. E. da C. G através de *authora*. Mas os exemplos não cessam com estas três mulheres. Na listagem de autoras estabelecida para este trabalho¹⁹, foram encontradas: *uma menina*, *uma menina de 9 anos*, *huma menina portuguesa de 11 anos*, *huma menina de 15 anos*, *uma jovem alemã*, *uma jovem de dezesseis anos*, *uma senhora*, *uma respeitavel senhora*, *uma senhora da provincia*, *uma senhora portuguesa*, *outra senhora*, *anonyma*, *uma anonyma*, *uma curiosa*, *uma sua*

¹⁸Sobre a Amizade de António Feliciano de Castilho veja-se capítulo 5.

¹⁹As introduções, dedicatórias e prefácios das obras aqui citadas encontram-se no Anexo III.

nacional, huma portugueza, uma portuense, authora do conto de minha Thia, a soror charadista, huma subscriptora.

Através do uso destas expressões as mulheres acabavam por afirmar que sim, que eram mulheres, e que sim, escreviam: afirmavam-se. Sublinha-se também a frequência de formas de diferenciação -*uma senhora, outra senhora, uma curiosa, etc-* e a maneira como as autoras mencionam sua idade - *uma jovem, uma menina, 9, 11, 15, 16 anos-* , a sua naturalidade - *portuguesa, alemã, portuense* - e a sua respeitabilidade - *respeitável*. Para além de servirem como formas de se diferenciarem entre si, visto que algumas destas expressões apareceram nos mesmos periódicos, por vezes em resposta umas às outras, servem também para descrever seu caráter e validar sua obra. Uma menina de 9 anos que tem a sua charada publicada no periódico *Archivista* de 1839²⁰ deve ser valorizada como talento precoce, assim como a adolescente de 15 anos que teria traduzido Miss Edgworth em novembro do mesmo ano²¹.

Por vezes, no entanto, a mesma assinatura aparece duas ou mais vezes, o que dificulta a identificação de suas autoras. É o caso de *uma senhora* que surge tanto como ‘por’ quanto ‘de’ em diferentes livros e periódicos. Considerámos ser a mesma autora quando a assinatura foi repetida em um mesmo jornal, mas a mesma afirmação não pode ser feita, por exemplo, entre os poemas "por uma senhora" do *Ramalhete*²², do *Mosaico*²³ e da *Biblioteca Familiar e Recreativa*²⁴.

E *uma portuense* que assina "O Pastor e a Rosa"²⁵, em 1860, seria Maria Peregrina de Sousa? É uma possibilidade, pois alguns dos periódicos nos quais a obra desta autora foi publicada, como o *Iris* ou o *Archivo Popular*, se referem a D. Maria Peregrina como uma *senhora portuense* e o jornal em que aparece "O Pastor e a Rosa" conta com uma publicação da autora, em 1857, para além do fato de que seus textos foram incompletamente catalogados em suas cartas a António Feliciano de Castilho. Mas também é possível ser uma composição de sua irmã, Maria do Patrocínio de Sousa, que publicou no mesmo periódico ou, ainda, de uma terceira autora da cidade do Porto.

²⁰*Archivista* nº7, 1 de agosto de 1839.

²¹Esta obra - *Livro das Famílias* - não foi encontrada, mas foi mencionada no periódico *Ecco* nº428 e no Catálogo de Livros pertencentes a António Marques da Silva que foram a leilão.

²²No *Ramalhete*, encontram-se poemas e charadas "de uma senhora" nos números 55, 65- 67, 72 e 75 e logogrifos, charadas e enigmas "por uma senhora" nos números 71,77, 86 e 131.

²³*Mosaico* nºs 68, 69.

²⁴*Biblioteca Familiar e Recreativa*, Vol. 2, nºs 9 e 12; e Vol. 3, nº3.

²⁵A *Grinalda*, Vol. 3, nº7.

Outra assinatura utilizada pelas mulheres é o que Gubar e Gilbert dizem ser uma *cloak of maleness*²⁶, ou seja, um pseudônimo masculino como forma de se esconder através desse manto de masculinidade. Todavia, não encontramos exemplos destes no período estudado. Se alguma autora utilizou tal artimanha entre os anos de 1800 e 1850, esta pesquisa não pôde desvendá-la. O caso de Guiomar Torresão (1844-1918), que assinou Gabriel Cláudio e Delfim Noronha, entre outros, é posterior à época em apreço.

No entanto, localizou-se um exemplo contrário. Maria Pinheiro Ujena, que aparece no livro *Escritoras Brasileiras, Galegas e Portuguesas*²⁷ de A. Lopes Oliveira, como a autora de *Reflexões críticas sobre todos os que escreverão e escreverão pró e contra os sebastianistas: mas com particularidade a respeito do Folheto Os Sebastianistas por R. P. José Agostinho de Macedo e do de José Maria de Sá*²⁸ possivelmente não era uma mulher, razão pela qual foi retirada da listagem aqui criada. Segundo José Agostinho Macedo, o autor desse texto é "[h]um homem Hespanhol [que] também quiz entrar na mais ridícula questão, e luta, que se tem observado no Mundo; e com o supposto nome de Maria Pinheira Ujena, me quiz atacar sobre a inutilidade do meu trabalho"²⁹.

Como o texto tem uma temática jurídica e informações que demonstram conhecimento em uma área que era negada às mulheres desse período, bem como a certeza de José Agostinho Macedo, considerou-se que a obra fosse de autoria masculina, mas protegida em um pseudônimo feminino. O porquê deste uso desconhece-se, mas pode pensar-se que uma resposta feminina fosse menos passível de uma réplica violenta.

2.2. Uma pobre oferta: desvalorização do texto e dedicatórias

As autoras que escreveram ou traduziram em Portugal durante a primeira metade do oitocentos utilizavam também uma estratégia que não lhes era exclusiva. Quando D. Maria Amália Garcia de Sousa Gomes, na sua dedicatória de *Relação de Exéquias*, mencionou "o meu limitado genio"³⁰, optou por diminuir o seu texto como forma de não se impor ao cânone literário masculino. Ainda assim, fez questão de referir o gênio, mesmo que seja com o sentido mais humilde de engenho, mas sem o qual um texto não é criado, e que demonstra que

²⁶Gilbert e Gubar, *The madwoman in the Attic*, 65.

²⁷A. Lopes de Oliveira, *Escritoras brasileiras, galegas e portuguesas* (Braga: Editora Silva Pereira, 1983), 154.

²⁸Lisboa: Imprensa Régia, 1810.

²⁹José Agostinho Macedo, *A Senhora Maria, ou nova impertinência* (Lisboa: Imprensa Régia, 1810).

³⁰D. Maria Amália Garcia de Sousa Gomes, *Relação de exéquias que nos dias 22 e 23 de setembro do ano de 1816 se celebrarão em Lisboa, no real convento do Santissimo Coração de Jesus, pela sentida morte de nossa augustissima soberana e senhora D. Maria I que foi ocular testemunha a auctora*. (Lisboa: Imprensa Régia, 1819), dedicatória, não numerado.

a autora percebe seu próprio talento, ou o valor de sua obra. *Huma sua nacional*, por sua vez, escreveu: "de facil evidencia, que sendo insignificantes os meus principios, grande a falta de tempo, e sobre tudo pouco, ou nenhum o descanso, com que escrevi esta Novella, que de necessidade deve ser imperfeita"³¹. Já Francisca Paula Póssolo da Costa introduziu seu texto com "o pezar da sua imperfeição" e "a inutilidade da minha traducção"³². Estas autoras defenderam sua obra da crítica masculina. Imperfeitos (e inúteis) são os textos para suas próprias criadoras, evitando, através de uma estratégia de antecipação, críticas futuras por parte dos seus colegas de gênero masculino.

Outra autora, D. Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo, preveniu os seus leitores de que "outros Escriptores mais habeis"³³ poderiam avançar com a discussão que começou em *Catecismo religioso, moral e político para instrução do cidadão português*, uma vez que a "apoucada esphera dos meus conhecimentos"³⁴ não lhe permitiu continuar. Algo de semelhante fez D. Maria Emília de Macedo em *Os amores de Camões e de Catharina d'Athaide*, uma tradução de Madame Gautier, na qual afirmou que "pena mais exercitada do que a minha" teria sido bem sucedida na tarefa, no entanto "nenhuma emprehendeo esta nobre tarefa, assim ousei tentala..."³⁵. Assim justificam estas mulheres a sua obra: elas a escrevem sabendo que outros poderiam fazê-lo, no entanto, somente elas o ousaram.

Por seu turno, C. E. da C. G., afirmou que a escrita de *Cristina de Stainville* foi "uma tarefa tão árdua e superior as minhas débeis forças"³⁶. Já D. Carlota Cândida Joaquina de Carvalho, em poesia a Ana Maria da Costa, escreve "permitta-me a afferta atrevida"³⁷, enquanto que a jornalista Antónia Gertrudes Pusich, na sua peça *Constança*, apresentada no Theatro do Gymnasio em setembro de 1849, menciona os possíveis "defeitos que tivessem escapado ao palco"³⁸, mas não ao texto literário. Perpétua, uma jovem que traduziu Montesquieu, suplica ao "benigno leitor, que disculpe as imperfeições que nella [na obra] encontrar, lembrando-se de que as causas, que já tão justamente aleguei, devem ter outros

³¹ *Huma sua nacional, História Georgiana, ou A constancia : novella escrita e offerecida às Senhoras Portuguezas por huma sua nacional.* (Lisboa: na Typ. de J. F. M. de Campos, 1824),

³² D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa], trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos por Fontenelle;* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841), 1.

³³ D. Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo, *Catecismo religioso, moral e político para instrução do cidadão português* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822), 3.

³⁴ *Ibidem*, 3.

³⁵ Madame Gautier e D. Maria Emília de Macedo, trad. *Os Amores de Camões e de Catharina d'Athaide. Por, traduzidos do francez por D. Maria Emília de Macedo.* (Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1844), xvi.

³⁶ C. E. da C. G., *Christina de Stainville. Ou os Effeitos da Boa ou Má Educação* (Lisboa: Typografia de J. J. de Salles, 1850), v.

³⁷ Lisboa: Imprensa Regia. Folha única.

³⁸ Antónia Gertrudes Pusich, *Constança. Drama Original em 3 actos.* Representado no Theatro do Gymnasio em 1849. Dedicado a Nação Portugueza por sua auctora D. Antonia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typographia na Rua da Condessa, 1853), sem numeração.

tantos títulos para a minha defeza"³⁹. As causas são seus doze anos e o ainda estar aprendendo o francês.

Por sua vez, Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva lembrou: "Pelo meu sexo tenho direito a indulgencia, eu a reclamo em favor d'essa faltas"⁴⁰. D. Ana Henriqueta é, aqui, o exemplo mais marcante, pois vai além das suas contemporâneas. Ela não se coloca apenas numa posição inferior: ela explica e nomeia o porquê da sua inferioridade. Para ela o texto era menos valioso pois menos valiosas eram as suas mãos femininas.

Para além destes exemplos, a poetisa francesa, Pauline de Flaugergues, que morou em Portugal durante os anos de 1836-1839 e participou do jornal *L'Abeille*, de Madame de Andrada, escreveu em sua tradução *La Grèce*, original inglês de William Hangarth: "Le travail que j'offre au public, est une traduction très-libre, et en plusieurs endroits, une simple imitation"⁴¹. Uma simples imitação, uma tradução extremamente livre, logo, desvalorizadas e, repetindo a expressão de Francília, "inútil" devido à sua inferioridade.

Com o apoucamento dos seus textos, as autoras conseguem se colocar em uma posição de subalternidade perante a literatura (masculina). São inferiores e, logo, incapazes de estar ao mesmo nível da autoria masculina. Ou, ao menos, é isto que tentam indicar. Mas ao se posicionarem desta forma, além de demonstrarem que não serão invasoras do meio masculino, não o questionam.

Simultaneamente, tentam valorizar sua obra. Para isso, D. Francisca Paula Possolo escreveu na mesma tradução em que usou as expressões referidas anteriormente: "resolvi-me, com o parecer de algumas pessoas doudas, que m'o aconselharam, a publicar o meu trabalho"⁴². Ou seja, após o texto ter sido aprovado por pessoas com capacidades literárias superiores a ela, o livro veio a lume porque não apenas elas, mas também estas figuras "doudas" (e, considerando que a autora tinha diversas amizades entre a elite literária mais ilustre de Lisboa, possivelmente de especialistas), compreenderam o valor da sua obra.

Ainda assim, apesar de textos inferiores, piores, meras imitações, estas autoras produzem, passam horas presas à tarefa da escrita criativa, pedem auxílios exteriores para que seja publicada e, por último, têm seu texto impresso em suas mãos. Apesar de lembrarem e

³⁹Huma menina portugueza [Perpétua], trad., *O triunfo, ou História de hum povo desgraçado pelo vicio, e feliz pela virtude. Composta em francez por Mr. de Montesquieu*. (Lisboa: Oficina de Joaquim Thomaz d'Aquino Bulhões, 1801), 6.

⁴⁰Madame de Staël e D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva, trad., *Delfina de M.me Staël*, (Lisboa: Typ. da Viuva Rodrigues, 1843), dedicatória.

⁴¹William Hangarth, *La Grèce. Poëme*, Traduit de l'Anglais par Mlle Pauline Flaugergues (Paris: Achille Désauges Libraire, MDCCCXXVII), 4.

⁴²C [D. Francisca Paula Possolo da Costa], trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos*, 1.

relembrem sua inferioridade, estas mulheres persistem na criação da obra e na eventual transgressão.

Mas para além de diminuírem seus textos nas introduções, estas senhoras também utilizavam uma prática comum às produções masculinas, a dedicatória. Necessária para facilitar a publicação de uma obra, diversos autores homenageavam figuras de poder, fidalgos e pessoas ilustres em seus textos. No caso feminino, as dedicatórias aparecem unidas às outras estratégias. Nelas, e nas introduções, as escritoras têm a possibilidade de se dirigir ao leitor (ou leitora) e demonstrar o valor do texto ou pedir auxílio.

Continuando as tendências demonstradas nos exemplos anteriores, as obras são descritas como inferiores. Francisca Paula Póssolo chamou "pobre oferta"⁴³ a sua poesia *Francília, a pastora do Tejo*; Ana Henriqueta Fromment da Mota afirma em dedicatória ao barão das Laranjeiras: "Pobre é o tributo, mas único que me resta ofertar do meu reconhecimento"⁴⁴. Já em *Delfina*, obra que é dedicada a outra mulher, D. Maria Helena Quinta Arruda, a tradutora estende os seus agradecimentos a seus amigos, bem como aos subscritores da obra⁴⁵.

Também dedicada a outra mulher é a tradução *As Castellãs de Roussilon* de D. Maria d'Arrabida da Costa e Macedo. Em sua dedicatória a D. Maria "Meclina" Pereira Pinto⁴⁶, ela afirmou: "[c]hegada á conclusão [da escrita do texto], a traductora perguntaria a si mesma o que faria daquelle rascunho mal alinhado"⁴⁷. E continua explicando que só optou pela publicação do texto devido à moralidade de seu "rascunho".

É com o 'escasso talento' que, numa obra dedicada à memória de D. Maria I, senhora modelo exemplar de feminilidade enquanto mãe e rainha, que D. Maria Amália Garcia de Sousa Gomes desculpa o seu trabalho:

este pequeno tributo, offerta de meu escaço talento porém o que falta na elegancia da expressão, suppre a grandeza de quem faz o objecto da presente descripção, que com o mais submisso respeito, reverente acatamento, e humildemente offerece⁴⁸

⁴³D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa] *Francília*, Introdução, sem numeração.

⁴⁴D. Ana Henriqueta Fromment da Mota e Silva, trad., *Paulina de Alexandre Dumas* (Lisboa: Typ. de José Baptista Morando, 1844), 6.

⁴⁵Staël e Silva, trad, *Delfina*. Dedicatória, Sem numeração.

⁴⁶D. Maria Miquelina Pereira Pinto. Sobre esta senhora vide tópico 64 do anexo I.

⁴⁷Madame Eugenie de la Rochere, *As Castellãs de Roussilon*. *** [D. Maria d'Arrabida Costa e Macedo], trad. (Lisboa: Typografia da Revista Universal, 1851), iii. Informa o editor que foi "traduzido do Francês por ***", provavelmente trata-se de D. Maria d'Arrabida Costa e Macedo.

⁴⁸Gomes, *Relação de exéquias*, Dedicatória, Sem numeração.

2.3. *O mais moral: justificativas morais*

A própria temática dos textos femininos, onde perpassa constantemente a necessidade social de castidade, serve como justificativa para a existência do texto. As personagens mulheres vivem sucessivos episódios nos quais sua inocência é testada pela sexualidade masculina, seja ela simbólica ou literal. Algumas tropeçam, outras não, mas a moral é sempre triunfante e os textos acabam por demonstrar as consequências da perda da virtude. A moral como temática destas obras será analisada no capítulo 4, porque o que se pretende aqui é observar a moralidade como justificativa para a escrita do texto, presente nas introduções e dedicatórias.

D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides qualifica *Os Votos Temerários* de "respeitável" e "o mais moral" e vai além ao chamá-lo "talvez único que se possa admitir a sua leitura á mocidade feminina"⁴⁹. A mesma autora descreve como "thesouro" a obra *Avisos de uma mãe a seu filho*, da Madame de Lambert⁵⁰, que seria um bom método para a educação dos filhos. Claramente, D. Maria Leonor concebia a leitura de alguns romances morais como uma forma de educação sentimental para jovens e, como tal, selecionava as suas obras para tradução de acordo com uma certa moralidade enquanto temática central, moralidade essa que entendia como o exemplo a seguir.

Já o texto de Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo defende "que não há nada no Mundo mais digno, nem mais apreciável, que uma mulher sabia e virtuosa"⁵¹. Na perspectiva de D. Maria d'Arrabida da Costa Sousa e Macedo lê-se que "o auctor ensina tanta moral, tanta caridade, tanto amor!"⁵², enquanto que Francisca Paula Possolo da Costa compreendia o êxito da sua obra devido precisamente à "instrução combinada com o recreio de espírito"⁵³. O mesmo fez a parcialmente anônima, D. L. ***⁵⁴, que se refere à sua obra como moral "porque sem offender a honestidade, o que he raro nas obras deste genero", servia "para que a

⁴⁹*Os Votos temerários, ou o entusiasmo*. (Lisboa: Impressão Régia, 1819), 3-4. Não há indicação do autor do original. Traduzidos por *** [D. Maria Leonor de Correia de Sá e Benevides].

⁵⁰Lambert, Marquesa de; ***. [D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides], trad., *Avisos de uma Mãe a seu Filho*. (Lisboa: Imprensa Regia, 1818).

⁵¹D. Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo, *Catecismo religioso, moral e político para instrução do cidadão português* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822), 48.

⁵²Rochere e *** [D. Maria d'Arrabida Costa e Macedo], trad., *As Castellãs de Roussilon*, iii.

⁵³C [D. Francisca Paula Possolo da Costa], trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos*, 2.

⁵⁴Que se supõe ser D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides, que tem prefácios nos quais os termos utilizados são os mesmos.

mocidade Portuguesa aproveitasse o tempo com huma lição tão útil, como deleitavel"⁵⁵. Assim reitera a opinião comum no século XIX, que será discutida no capítulo 3, quanto a leitura de romances por parte das mulheres. Há pouca 'integridade' nesta literatura, logo, não deve ser lida por mulheres. Ainda assim, D. L. *** escolheu traduzir a obra, porque esta tinha uma sã moralidade, que ela percebia como incomum.

Perpétua endereça uma sua introdução especificadamente a outras meninas como ela, e afirma: "Permitta o Ceo que a sua leitura entorne nos vossos coraçõens hum effectivo desejo de seguir constantemente o trilho da virtude, que só assim sereis felizes"⁵⁶. Já *uma senhora portuguesa*, em tradução de 1815, compreende que a obra *O Elogio de Marco Aurelio* era uma "Peça de Eloquencia, e de instrução", razão pela qual resolveu "traduzi-lo em proveito dos meus Nacionais, que ignorão o mencionado Idioma [francês]"⁵⁷. Embora este não seja um exemplo de uma justificativa moral em si, a autora está a demonstrar que optou por traduzir um texto cuja leitura era educativa.

C. E. da C. G. foi mais além, refutando a ideia segundo a qual o romance era impróprio e imoral, especialmente para o público feminino. Para a autora: "[u]m Romance não é um livro tão futil como superficialmente se pensa, pois que se algumas vezes meditarmos no que temos passado em toda a serie da nossa vida, acharemos que toda ella tem sido um verdadeiro Romance."⁵⁸. Ela observa, então, que este tipo de literatura poderia servir de exemplo, educando e mostrando às jovens a melhor maneira de agir, através da virtude. E poderia também cumprir outros objetivos junto de pessoas mais velhas: "escrevemos este Romance que talvez possa servir de consolação a algum desgraçado, que depois de ter perdido todas as esperanças reflectindo melhor se lembre de que ainda não perdeu tudo, porque ha uma Providencia que o protege, e que ainda o pode tornar feliz"⁵⁹. Este romance tem, assim, também o propósito de conduzir o leitor a Deus e à esperança n'Ele.

⁵⁵ *O Combate das Paixões*. (Lisboa: Imprensa Regia, 1816), 3. A edição acrescenta ao título a indicação de "Novella. Traduzida do francez por D. L. ***", que se supõe tratar-se D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides.

⁵⁶ Portuguesa [Perpétua], trad., *O triunfo, ou História de hum povo desgraçado*, 4.

⁵⁷ *Elogio de Marco Aurelio. Feito por Monsieur Thomas*. (Lisboa: Imprensa Regia, 1815), 3. Lê-se ainda que Monieur Thomas seria "Hum dos quarenta da Academia de Paris." e que a sua versão em português dever-se-ia a "HUMA SENHORA PORTUGUESA", da qual o editor faz questão de acrescentar "cujas obras e traduções tem tido boa aceitação na Republica das Letras."

⁵⁸ *Lord Clifton, ou a Providência*. (Lisboa: Typografia de J. J. de Salles, 1853), 5. Neste caso, a edição informa tratar-se de um "Romance Original pela autora de Christina de Stainville ou os Effeitos da Boa ou Má Educação", que sabemos tratar-se de C. E. da C. G.

⁵⁹ *Ibidem*, 6.

2.4. *Alívio preciso: justificativas pragmáticas*

Em concordância com as justificativas morais já apresentadas, encontram-se as pragmáticas. Como foi demonstrado, o lugar idealizado para as mulheres durante a primeira metade do século XIX em Portugal era o lar. Por mais que algumas mulheres tivessem alcançado outros espaços, a grande maioria daquelas que pertenciam a uma elite portuguesa passavam a maior parte de seu tempo em casa e com pouco contato externo.

Cabia-lhes uma quantidade de tarefas "femininas", tais como o cuidado com a casa, o manejo dos criados e quando possível (se tivesse educação para tal) o ensino dos filhos e, principalmente, das filhas, bem como a escrita epistolar. A gravidez e doenças físicas e mentais impediam ainda mais o contato com o mundo externo, e as várias horas na sala à espera de visitas e/ou dos familiares e amigos poderiam tornar-se entediantes. Em *As Castellãs de Roussilon* D. Maria d'Arrábida Costa Sousa e Macedo afirma ter desenvolvido sua tradução "como um allivio preciso a males físicos"⁶⁰ e "como meio de distracção de longas horas de abatimento físico e de solidão"⁶¹. Doente, D. Maria d'Arrábida não tem o que fazer senão tentar encontrar uma atividade útil e, como já visto, moralmente aceite.

Apesar de fazer parte do cotidiano feminino destes restritos grupos sociais, o ócio era visto como nocivo para sua educação. Ao passar horas lendo romances imorais e sedutores, com heróis apaixonados e sensuais, as jovens poderiam perceber aquele mundo fantasioso como ideal, e procurar na vida real homens sedutores e paixões descontroladas. Isto representaria a destruição de sua vida, o que as autoras mulheres tanto tentam evitar quando constroem os enredos e personagens, sempre moralizantes.

Um exemplo da forma como o ócio e a imaginação da juventude feminina podem levar a extremos encontra-se em *Northanger Abbey* (1817) de Jane Austen, na qual a heroína Catherine Morland lê uma grande quantidade de romances góticos e passa a observar a vida de todos os que conhece e todos os acontecimentos à sua volta como personagens de uma destas obras. O livro é tanto uma homenagem quanto uma paródia da literatura gótica, e demonstra a necessidade de que estes textos sejam lidos por mentes trabalhadas e não por jovens com uma imaginação muito fértil, mas sem qualquer educação.

Fugir, então, do ócio e dos seus malefícios é uma justificativa compreensível por parte destas autoras que querem demonstrar o valor de sua obra, ainda que não esquecendo o local que a sociedade lhes impunha. Francisca Paula Póssolo da Costa afirma ter traduzido

⁶⁰Rochere, *As Castellãs de Roussilon*, iv.

⁶¹Ibidem, iii..

Fontenelle em "alguns momentos vagos do meu tempo"⁶², enquanto escreveu *Henriqueta de Orleans* "na idade de dezesete annos sem lição alguma deste genero, vivendo inteiramente separada do Mundo no centro da minha familia, continuamente occupada nos cuidados domésticos e nos exercícios próprios do meu sexo"⁶³. Também D. Ana Henriqueta Froment de Mota e Silva declara na sua primeira tradução que "só tinha entrado nesta tarefa [a tradução] para desafogar o meu espirito de cuidados domesticos"⁶⁴.

Já *huma sua nacional* afirmou que

Esta Obra (que para a escrever appliquei tao sómente o escasso tempo que me permitia para descanso o pezado governo de huma casa) teve o unico destino de entreter por algumas horas a minha familia com a sua lição; porém huma pessoa, cujo illuminado espirito a constitúe crédora dos mais sincéros elogios, me supplicou a liberdade para tratar da sua impressão; e como me vi obrigada a annuir á sua attenciosa rogativa [...]⁶⁵.

Sua obra não foi apenas utilizada para preencher situações ociosas, mas também para aqueles momentos nos quais a família precisava de ser entretida. Aqui a autora também alegou que foram os elogios alheios que a levaram a publicar. Mais uma vez, o gênio feminino só é exposto depois de uma validação exterior e, muito provavelmente, masculina.

2.5. "Com a sua philantropia": justificativa econômica

Como o século XIX é um período de crescimento da autoria feminina, previu-se encontrar muitas autoras que utilizassem a justificativa econômica para o ato literário. No entanto, foram poucas aquelas que mencionaram esta necessidade. Quando o fizeram, percebe-se nesta justificativa grande força.

O trabalho feminino das elites não era remunerado. Engravidar, cuidar dos filhos, do marido, da casa, dos criados, era o esperado delas, bem como seu sustento era esperado dos homens (embora pudessem também provir do rendimento dos dotes que elas poderiam ter trazido ou das heranças entretanto recebidas). Não cabia às mulheres gerir as receitas, nem

⁶²C [D. Francisca Paula Possolo da Costa], trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos*, 1.

⁶³D. S. P. P. C (sic) [D. Francisca Paula Possolo da Costa]. *Henriqueta de Orleans, ou o Heroísmo. Novella Portugueza. Offerecida á Rainha Fidelissima de Portugal e Algarves* (Lisboa: Imprensa Régia, 1829).

⁶⁴Silva, D. Ana Henriqueta Froment da Mota e, trad., *Maria Menzikof e Fedar Dolgoruoki. História russiana*. (Lisboa: Academia das Bellas Artes, 1840). Desta obra sabemos ter sido "escrita no Idioma Alemão. por. Augusto La Fontaine. Vertida para o Francês por. Madame de Montolieu. E d'este para o Portuguez. por. D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva".

⁶⁵Nacional, *História Georgiana, ou a Constância*, iii.

sequer dos bens próprios, se os houvesse. Na classe média, dependiam ainda mais dos homens da família, uma vez que os rendimentos assentavam sobretudo nos ordenados ou lucros das atividades por eles exercidas. No entanto, a situação econômica, jurídica e mesmo física dos homens da família fazia com que algumas mulheres precisassem encontrar outras maneiras de sobreviver.

Ruth Brandon estudou a vida de algumas mulheres que exerceram a profissão de preceptora e deixaram memórias ou relatos em formato de literatura sobre sua vida como educadora em famílias burguesas inglesas⁶⁶. Ana María Sixto Barcia também percebeu esta tendência na Galiza moderna em que as mestras optaram pelo ensino como algo temporário⁶⁷. O exemplo destas mulheres instruídas que foram obrigadas devido a suas circunstâncias a encontrar uma forma de sustento que as colocava em posição de subalternidade dentro de lares alheios, mas que permitia liberdades pouco usuais para as mulheres das elites (nomeadamente a possibilidade de cuidar de seu próprio dinheiro), não difere muito daquela que, desprovida, optou pela escrita.

No entanto, a atividade literária não era muito lucrativa, especialmente para mulheres. A obra completa de Jane Austen, por exemplo, não chegou a render um lucro de 700 libras⁶⁸. Uma soma que pareceria grande para a autora, mas que pouco representa se pensarmos no impacto de sua obra na época em que foi publicada e especialmente depois e em todo o mundo. Jane Austen e sua irmã Cassandra necessitaram do auxílio econômico dos irmãos, apesar do sucesso da obra austeneica.

Embora os escassos dados sobre um grande número das escritoras analisadas não permita conhecer as situações de sua vida cotidiana, por vezes a necessidade econômica surge nas suas introduções e dedicatórias como uma justificativa para a atividade literária.

O exemplo de D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva demonstra que, também em Portugal, algumas mulheres destes estratos sociais precisaram assumir o sustento da família. Como já mencionado, Froment da Mota dedica sua obra *Delfina* a D. Maria Helena Quintal Arruda e a seus subscritores, "que me quizerão honrar com a sua philantropia [sem a qual] nunca me entregára a uma empreza tão ardua e despendioza".⁶⁹ Foram encontradas nove de suas traduções entre os anos de 1840 e 1851, sendo que alguns de seus livros tiveram mais de uma edição.

⁶⁶Ruth Brandon, *Other People's daughters: The life and times of the governess* (London: Phoenix, 2009).

⁶⁷Ana María Sixto Barcia. *Mujeres y cultura letrada en la Galicia Moderna*. (Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 2015), 218.

⁶⁸Susie Steinback, *Women in England 1760-1914: A Social History*. (London: Phoenix Paperback, 2004), 52.

⁶⁹Staël e Silva, trad, *Delfina*, não numerado.

A autora perdeu seu marido em 1839. Em sua tradução de *Paulina* menciona

[a] lastimosa situação a que fiquei reduzida depois da perda irreparável de meu chorado Marido, o desembargador Bernardo Antonio da Motta e Silva; me obrigou a empregar as horas de repouzo em verter para a linguagem Portuguesa alguns Romances Franceses, cujo idioma me é familiar⁷⁰.

Antes disso, em sua primeira tradução, *Maria Menzikof*, a tradutora menciona estar:

Hoje porem entregue a uma dôr sem limite, ocasionada pela perda de um Espozo querido, longe da minha Patria, longe dos meus, e todavia encontrando no generosos Michaelenses todo o agazalho, todos os recursos, com que se tem dignado de adoçarem os amargos da minha existencia, e dos meus quatro orfãos⁷¹.

Embora afirme ter feito algumas traduções antes de enviuvar, para preencher os momentos de ócio, é a falta de rendimentos antes auferidos pelo marido que a leva à publicação. Tendo recebido uma tença referente ao trabalho do marido como juiz da relação de Açores em 1842, a autora utiliza tanto a sua pensão de 300 mil réis anuais, quanto o lucro de suas traduções para sustentar os quatro filhos. Ao mencionar a necessidade econômica, a tradutora requisita o auxílio dos leitores, embora também justifique a sua escrita. Ter que alimentar os filhos é uma forte defesa para um ato transgressor, e aliado à moralidade dos textos, é difícil não aceitar seu trabalho de tradução.

Mas não foram apenas as portuguesas a precisaram de auxílio econômico em Portugal, também algumas mulheres francesas que chegavam ao país se encontravam em uma situação que as obrigava a encontrar alguma forma de sustento.

D. Catarina Douhat Álvares de Andrada foi a editora do jornal *L'Abeille* (1836-1843), que era lido por falantes da língua francesa em Lisboa. Após o encerramento do jornal, a madame de Andrada, como era conhecida, foi obrigada a encontrar outra forma de sustento. Foi então que passou a aceitar meninas em sua casa para que aprendessem sua língua materna. No entanto, uma doença fez com que não pudesse exercer nem mesmo esta atividade. Nesse momento a *Assembleia Literária*, de Antónia Gertrudes Pusich, publicou uma nota sobre a situação da jornalista francesa:

Esta estimável senhora dirigia sabiamente um collegio de educação de meninas, e como adoecesse ficou privada d'este unico meio de subsistencia que lhe restava! É sem dúvida lamentavel este acontecimento; e nós imploramos todos os páes e mães de familia que estiverem nas circumstancias de dar a suas filhas uma sublime educação, hajam de concorrer para a devida reparação d'este gravissimo transtorno⁷².

⁷⁰Silva, trad., *Paulina De Alexandre Dumas*, 5.

⁷¹Idem, trad., *Maria Menzikof e Fedar Dolgoruoki. História russiana*, prefácio, sem numeração.

⁷²*Assembleia Literária*, 15 de setembro de 1849.

A edição do periódico organizou um baile, cujos custos seriam revertidos para a autora, e posteriormente continuou a publicitar seu instituto de ensino.

A abertura de uma escola permite um paralelo com as preceptoras inglesas. Após tentar sustentar-se com a atividade literária, que não lhe retira o *status* de senhora, a autora optou por dar aulas em sua casa. Neste local, ainda que subserviente aos pais de suas alunas, não perde de todo sua independência, ao contrário da *governess*, que se encontra em uma situação dúbia, a meio caminho entre senhora e serviçal.

No periódico da madame de Andrada também escreveu Pauline de Flaugergues. Esta poetisa francesa fora preceptora das filhas da infanta D. Ana de Jesus Maria e do duque de Loulé e, posteriormente, das filhas do inglês Guilherme Roope. A vinda para Portugal foi causada pelo falecimento do pai, Pedro Francisco Flaugergues (1759-1836), partidário dos girondinos franceses, arruinado politicamente e cuja ruína alcançou também a filha. Mlle. Pauline de Flaugergues viveu em Portugal durante quatro anos e enquanto esteve no país manteve a imagem de grande dignidade, própria de uma senhora a educar jovens meninas; no entanto, após o seu retorno a França, se apaixonou e passou a viver com o polêmico escritor francês Henrique Latouche. Embora, entre artistas, a imagem de mulher casta fosse menos relevante, ao final de sua vida foi completamente esquecida por seus amigos, e esta autora francesa faleceu como pobre e louca.

Josefina de Neuville também não manteve a sua imagem impoluta. Enquanto Flaugergues viveu uma união estável com o homem que amava, Josefina de Neuville teve dois amantes entre os anos de 1854 e 1857 (e indica ter um terceiro entre a escrita do livro em 1857 e a publicação em 1862). Após a separação de seu marido, o francês Francisco Populaire, a memorialista retornou a Portugal com uma filha recém nascida. O auxílio (econômico e social) que ela esperava de uma tia foi-lhe negado e ela precisou ser criativa para se manter. Em momento nenhum de sua introdução Josefina de Neuville justifica sua escrita por necessidades econômicas, ainda assim, ao mencionar suas dívidas e dificuldades, por diversas vezes ao longo da obra, sugere que esta era uma carência frequente em sua vida e, sendo a publicação uma atividade rentável, poderia ter sido uma das razões pela qual decidiu escrever.

Os problemas financeiros de D. Josefina surgem com frequência em suas memórias. Destituída de recursos, várias vezes precisou encontrar figuras de poder que a sustentassem. Foi Manuel Pinto da Fonseca (1804-1855), ex-trafficante de escravos e conhecido por Monte Cristo, que mais a auxiliou economicamente. Este homem, muito mais velho que a jovem

brasileira, tratava-a como uma filha, destinando-lhe uma mesada. Embora Manuel Pinto da Fonseca não tenha sido seu amante, assim o percepcionava a sociedade, levando D. Josefina a se defender: "[o] mundo quando vê uma jovem senhora confiar-se a protecção de um velho, exclamou: Vendeu-se!/Vendeu-se sim! mas o que é tudo neste mundo, senão uma venda constante?"⁷³.

A mesada que recebia deveria ser o suficiente para mantê-la, mas D. Josefina não era a melhor administradora. Recebeu do ex-traficante a quantia de 800 mil réis – muito maior do que a tença recebida por D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva – e que lhe deveria ter durado alguns meses para cuidar da casa e das duas filhas⁷⁴, mas rapidamente a gastou. Para além da pouca contenção financeira da memorialista, sua família aproveitava-se de sua situação e da amizade que ela tinha com o rico protetor. A esposa de seu irmão que, enquanto vivo este, nunca se dirigia a Josefina, procurou-a quando se viu viúva. Além disso, D. Josefina deveria ter recebido parte da herança do Monte Cristo, mas isto nunca aconteceu porque a família do comerciante não o permitiu.

Embora Neuville afirme não participar de apostas, seus amantes o faziam. Henrique Pires (f. 1854) gastaria todo seu dinheiro em jogos em Sintra; o mesmo acontecia com Jacinto Augusto Santana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt (1824-1888), visconde da Nogueira. Este último por vezes guardou parte do dinheiro de D. Josefina, mas não o devolveu. Ela relata a forma como ele simplesmente retirou seu dinheiro:

O sr. Sant'Anna pediu me o livro dos assentos das contas dos meus crédores, e depois de o examinar separou quinhentos mil réis de que fez um masso que meteu na algibeira, dizendo-me:
-Guarda o resto para se pagar os crédores; eu levo estes quinhentos mil réis, tiro uns cem mil réis que tu agora me deves; e o resto eu t'o guardo⁷⁵.

Este trecho foi escrito após o rompimento e é perceptível que D. Josefina se sente roubada pelo homem com quem viveu durante dois anos. Contudo, a ofensa maior teriam sido as pancadas que ele deu em suas filhas⁷⁶, após as quais a memorialista afirma: "[o] egoísmo que é contrário a todos os sentimentos, que é a negação completa da verdadeira amizade, é o veloz mensageiro de todos os males"⁷⁷. O rompimento com 'sr. Sant'Anna', como ela o chamava, se deu em pleno momento de maior necessidade econômica de D. Josefina, o que explica seu rancor perante a forma como o amante tratava seu dinheiro. Foi em maio de 1857,

⁷³Neuville, *Memórias da minha vida: recordações da minhas viagens por Josephina Neuville dedicadas a minhas filhas oferecidas a* *** Vol II. (Lisboa: Typographia do Panorama, 1864), 88.

⁷⁴Ibidem, 35.

⁷⁵Ibidem, 208.

⁷⁶As 'pancadas' serão novamente mencionadas no capítulo 4. Ibidem, 229.

⁷⁷Ibidem, 209.

quando se separaram, que D. Josefina sofreu mais um embargo judicial. A autora cita os jornais que mencionaram o acontecimento, o *Jornal do Commercio* e o *Portuguêz* (editado por seu amante, o visconde da Nogueira). Nesta ocasião sua mobília foi-lhe retirada de casa e ela tudo perderia, se não fosse o auxílio de António Augusto Coelho de Magalhães (1815-1870).

Ao contrário dos exemplos citados anteriormente, a memorialista não viveu segundo os cânones morais da época e seu livro não tem o propósito de ensinar bons costumes. No entanto, assim como para outras autoras portuguesas, a necessidade econômica fica evidenciada em suas memórias e, apesar de não utilizar diretamente esta justificativa, percebe-se que escrever foi também para D. Josefina Neuville uma forma de sustento.

2.6. Não ser vaidade o que me guia: o medo da fama

Todas as justificativas até agora demonstradas estão também relacionadas com a necessidade de cultivar a modéstia e humildade femininas, que não se compadecem com a glorificação pública. D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva afirmou no prefácio de *Maria Menzikof*: "espero que meus Leitores, attendendo a não ser a vaidade quem me guia nesta publicação, me farão a graça de revelarem os defeitos, que na minha traducção vierem a encontrar"⁷⁸. Ela sente-se obrigada a declarar que, apesar de optar por uma atividade que poderá deixar seu nome para a posteridade, não pretende a notoriedade. Escreve porque precisa, como já foi observado. D. Maria d'Arrabida faz o mesmo ao mencionar que escreveu "despida da menor pretenção"⁷⁹ e *Huma sua nacional* lembrou que

[o] propôr-me a escrever huma História se bem que ficticia, (...), certamente não foi porque a isto me abalançasse a vangloria de figurar no Orbe Literario, mas tão sómente por condescender com hum movimento interno, cuja força talvez seja nascida dos principios da minha educação⁸⁰

Já *Huma Senhora Portugueza*, tradutora anônima de *Elogio de Marco Aurelio*, não nega a vaidade do ato de escrever, mas ainda assim, procura justificá-la: "consolar-me-hei com a vaidade de ter sido util á minha Nação, e de não ter feito de Automato no Universo"⁸¹. A autora, que afirma ser esta sua primeira obra, promete publicar outros romances "que

⁷⁸Silva, trad., *Maria Menzikof e Fedar Dolgoruoki. História russiana*, Prefácio, sem numeração.

⁷⁹Rochere, *As Castellãs de Roussilon*, iv.

⁸⁰Nacional, *História Georgiana, ou a Constância*, iv.

⁸¹*Elogio de Marco Aurelio. Feito por Monsieur Thomas*, 3.

reservava para meu entretenimento"⁸², caso este seja bem aceite pelo público português. As autoras compreendem bem que o ato da escrita pode ser visto como uma pretensão. Como já referido, Francisca Paula Póssolo da Costa, em sua dedicatória a D. Carlota Joaquina em *Francília, Pastora do Tejo*, menciona a "ousadia"⁸³ e o receio da inveja alheia⁸⁴, que ela tenta precisamente contrariar fazendo aquela dedicatória.

Paralelamente, por vezes, quando o propósito da escrita é homenagear outra figura, a fama surge como positiva. Em *A Relação de Exéquias*, em honra da rainha D. Maria I, D. Amália Garcia de Sousa Gomes afirmou: "Finalmente os meus intentos se dirigem a adquirir a gloria de que os séculos futuros ponderem as acções gloriosas desta excelsa e digna Soberana, para que não fique em obscuridade"⁸⁵. Para a autora:

Todos os homens levantão monumentos aos outros homens, para que fiquem collocados no templo da Memória, a fim de que não venha o Tempo consumidor, de mãos dadas com o Esquecimento, companheiro inseparavel d'elle, que após o segue por toda a parte, sepultar seus gloriosos feitos nas obscuras trévas da Indifferença, filha tão querida do Esquecimento⁸⁶.

A sua *Relação de Exéquias* é, assim, o monumento que ela pode criar, mesmo apesar de estar "na flor dos ternos annos" e até mesmo de ser "innegavel (...) a minha insufficiencia"⁸⁷.

Também Antónia Gertrudes Pusich teve este objetivo ao escrever a *Biographia de Antonio Pusich*: "Á immortalidade pertence um nome, que a inveja e crueldade tentaram aniquilar! / É o nome de Antonio Pusich"⁸⁸. Nesta biografia, a autora pretendia honrar seu pai e limpar sua memória, immortalizando sua vida em letras. Antónia pede aos leitores que ignorem "as faltas de arte; aonde ha luto não se ostentam galas", visto que "seccam as flores da eloquencia"⁸⁹.

Contudo, D. Antónia Gertrudes Pusich reclama também para si a reputação literária:

esperando ainda poder publicar a - Conquista de Tunes - que talvez dê maior gloria; o que farei naturalmente, porque tendo escripto alguns Dramas e Comedias e todos originaes, nossos theatros não buscam as peças originaes, Portuguezas, e preferem a estas as traducções de todo o genero; e assim os auctores que não souberem mendigar protecção para ver uma sua em scena, porque entendam não dever baixar da sua dignidade litteraria, terão de as dar ao prélo para não ver as suas produções, e a sua gloria, morrerem afogadas

⁸²Nacional, *História Georgiana, ou a Constância*, viii.

⁸³D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa] *Francília*, Sem numeração.

⁸⁴"Se receias a invéja, a invéja podes". Ibidem, sem numeração.

⁸⁵Gomes, *Relação de exéquias*, 2.

⁸⁶Ibidem, Dedicatória, sem numeração.

⁸⁷Ibidem, Dedicatória, primeira página, sem numeração.

⁸⁸Antónia Gertrudes Pusich, *Biografia de António Pusich* (Lisboa: Lattermant Frères Typ, 1872), iv.

⁸⁹Ibidem, viii.

em poeira, ou desfeitas pela traça. E será a imprensa o unico meio de justificar, que em Portugal temos Autores Dramaticos mas não temos theatros que estimem peças originaes⁹⁰

Pusich demonstra uma preocupação clara com o gosto português pelas traduções, especialmente no teatro, e com a desvalorização de obras originais portuguesas. O desejo de glória não é apenas para si, embora não o enjeite, mas para todos aqueles que escrevem peças originais.

Com exceção de Pusich, então, a glória e a fama não são objetivos assumidos pelas autoras aqui analisadas. O medo da fama parece ser a maior justificativa para grande parte destas escritoras, que não desejavam ser conhecidas pelo público. Não desejavam que as críticas de suas obras fossem fruto apenas de uma opinião masculina acerca da autoria feminina. E lutavam para que os seus textos fossem aceites pelo público como o eram os escritos pelos seus pares, homens. As senhoras que escreviam não tinham pretensões de ter seus nomes comparados aos das grandes figuras da literatura portuguesa, mas queriam que suas obras fossem, no mínimo, lidas. Para isso, antecipam todas as críticas possíveis que outros (e estes, homens) possam tecer, comentários negativos à sua obra e, principalmente, àquela que a escreveu ou traduziu.

C. E. da C. G, em seu primeiro romance original, afirmou:

Convencida de quanto são limitados os meus predicados literarios, nunca tive a pertença de aspirar á celebridade de authora, para assim tornar conhecido o meu nome, mas um motivo particular me obrigou a pegar na penna. Vacilei ao começar uma tarefa tão ardua e superior ás minhas debeis forças, e porque logo me lembrei da censura a que me hia espôr escrevendo em um paiz onde as senhoras são tão pouco inclinadas a este genero de trabalho; mas desprezando todas as satyras tanto quanto aprecio as censuras judiciosas e atiladas, estimulou-me a esperança de que as pessoas sensatas e dotadas d'uma alma generosa approvariam o assumpto desta Obra, tanto pela moralidade que respira, como pelos dictames religiosos e evangelicos, que a sua heroina manifesta⁹¹.

Este trecho demonstra bem a forma como o medo da autoria era, sim, presente na vida das autoras portuguesas. Neste texto introdutório a *Christina de Stainville*, C. E da C. G utiliza diversas formas de defesa. Refere suas débeis forças, a obrigação ou necessidade de escrever (embora não a explique) e a moralidade e/ou a função pedagógica do texto. Mas como se pode ler na citação acima, a autora vai além ao mencionar a censura que poderia

⁹⁰Pusich, *Constança*. , sem numeração.

⁹¹G., *Christina de Stainville* , Tomo I, v-vi.

receber. Ela continua informando ao leitor do "muito conhecimento que tenho do mundo, adquirido não por uma longa idade, mas sim por diferentes circunstâncias"⁹².

Para além de uma defesa de seu próprio texto, o excerto acima evidencia a carência de autoras portuguesas. Um país onde as mulheres não escrevem. Foi isto que percebeu C. E. da C. G. Ainda assim, ela quer escrever, mesmo sem ter outras que a guiem, que possam lhe indicar o caminho correto.

Este temor de serem vistas como desejosas de fama afetava as autoras, mas também os seus parentes, como se demonstra através das cartas da marquesa de Alorna para seu pai, quando esteve enclausurada em Chelas. Afirma D. Leonor: "[m]as sempre quero segurar a V. Ex^a que eu nunca, nos meus escritos, busco os louvores públicos"⁹³. A futura marquesa escrevia por talento e por gosto pela arte, assim como para se divertir enquanto estava em clausura, mas a fama de sua poesia já começava a ser conhecida em Lisboa. Disto a informa, e avisa, a condessa de Vimieiro: "[P]ude conhecer que os teus versos tem se vulgarizado muito"⁹⁴. Teresa de Mello Bryner parece temer o que a fama de literata pode significar para D. Leonor, especialmente considerando a situação precária em que esta se encontra, presa em um convento devido a possível participação de seu pai em um regicídio.

3. "Não me faz recuar o medo": As memórias de Josefina de Neuville.

Em quase todas as autoras analisadas encontrou-se um denominador comum, o desejo de demonstrarem sua pureza de costumes. Mas Josefina de Neuville, com seus relatos de amantes, perda de dinheiro, roubos, separações, etc., opõe-se claramente a estas senhoras.

As suas memórias vieram acompanhadas de dois textos introdutórios, um afirmando a autoria das memórias, que haviam sido publicadas em dois periódicos, e outro que é, verdadeiramente, a introdução da memorialista. Estes dois textos apresentam conteúdos semelhantes, e mesmo as expressões utilizadas se repetem, mas desempenham funções bem diferentes. No primeiro, D. Josefina pretende demonstrar que não o fez em resposta aos acontecimentos de sua vida durante o ano de 1857; quanto ao segundo, é uma introdução,

⁹²G., *Christina de Stainville*, Tomo I, vi.

⁹³Vanda Anastácio, *Uma Antologia Improvável: A escrita das mulheres (séculos XVII a XVIII)* (Lisboa: Relógio D'água, 2013), 492.

⁹⁴Idem (org.). *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)*. (Lisboa: Edições Colibri. Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2007), Carta 1, 3.

como a das autoras já analisadas, que tenta convencer os leitores a olharem a obra, salientando que foi escrito por uma mulher educada em língua francesa⁹⁵.

A memorialista utiliza várias das artimanhas que foram aqui listadas. Declara que seu texto não terá "bellezas litterarias"⁹⁶ ou "perolas da litteratura"⁹⁷, afirma não ter pretensões de ser uma autora e que escreveu o texto como distração⁹⁸. Escreve ela: "[s]e juntei ao livro algumas breves analyses geographicas e historicas, não se sobresaltem as litteratas do paiz que não irei disputar glorias que não ambiciono, por que não foi para conquistar gloria que escrevi" e continua avisando que "[d]escancem, não sou poetisa, nunca pude fazer em toda a minha vida senão uma unica quadra sem rima"⁹⁹ e, por isso, as autoras portuguesas não a devem alistar para tal. Também terá assinado anonimamente *Memórias de uma senhora*, que apareceram nos periódicos *Revolução de Setembro*, *Revista Universal* e *Doze de Agosto* no ano de 1859.

Não obstante, D. Josefina não tem uma introdução curta e defensora da moral. Pelo contrário, com um propósito claro de responder às críticas negativas, que recebeu com a publicação anônima de suas obras, a memorialista responde diretamente às cartas que recebeu:

Como é de máscara que pertendem dissuadir-me, como são ameaças e prevenções latentes que me fazem, declaro que não me assusta essa guerra invisível, por que nas minhas memorias não me apresento senão com a verdade, e é um escudo que me tornará invulneravel à propria maledicência.¹⁰⁰

A honestidade é, para ela, o benefício maior de seu livro: censura, por isso, os críticos, e alerta os leitores: "nunca se deve julgar pelas apparencias!"¹⁰¹. Afirma ainda, que apesar de ter finalizado o texto em 1857, o desejo de escrever suas memórias era algo que a acompanhava desde a infância e, para comprovar isso, recorda um acontecimento dessa época. Quando estudava no colégio *Sacré Cœur*, em França, conheceu as memórias de uma dama. Ela e suas colegas decidiram, então, que deveriam também elas escrever e Josefina foi a escolhida para fazê-lo, encontrando nas memórias de George Sand o modelo e inspiração. A

⁹⁵"[N]ão foi n'este paiz que nasci, nem tampouco onde a minha educação se formou." Neuville, *Memórias da minha vida: Recordações das minhas viagens*, Tomo I, xi.

⁹⁶Neuville, *Memórias da minha vida: recordações da minhas viagens*, Tomo I, xi.

⁹⁷Ibidem, xii.

⁹⁸Ibidem, iv.

⁹⁹Ibidem, ix.

¹⁰⁰Ibidem, iv.

¹⁰¹Ibidem, xii. Itálico da autora.

autora descreve o entusiasmo destas jovens perante a obra de Sand: "[u]ma senhora que escreve! dizia uma; umas senhora que tem coragem de arrancar a mascara aos seus inimigos! exclamava aquella; uma senhora que pela sua fraqueza se torna superior! murmurava esta."¹⁰² A escolha destas características são muito importantes, permitindo compreender melhor a obra de Neuville, que também retira "a mascara aos seus inimigos" ao nomear todos aqueles que lhe causaram mal (ao mesmo tempo que omite os que lhe fizeram bem) e se afirma superior apesar de fraca.

George Sand não é a única escritora que D. Josefina exalta. Referindo-se à marquesa de Alorna, cuja obra Neuville pensa ter sido mal recebida, ponderou que talvez "o atrazo então era maior do que o da nossa epoca."¹⁰³ A memorialista justifica assim a escassez de mulheres que escreveram em Portugal:

[s]e não apparecem mais obras das bellas lusitanas, é que a fragilidade do seu sexo aqui é maior, fazendo que prefiram antes bolos e enfeites a buscarem na leitura o meio de se fazerem apreciar n'uma reunião pelos dons do espirito e da intelligencia.¹⁰⁴

Para a memorialista, então, as mulheres portuguesas não liam e não tinham outros divertimentos senão os de Sintra (vila que em sua obra se relaciona ao vício do jogo). Neuville também percebe que publicar seu texto terá consequências. Afirma: "[e]screvendo estas Memorias e apresentando-as a publico, sei de consciencia ao que me vou sujeitar./ A critica de sala vae aguçar os dentes, vae ter que devorar! A sua mordacidade não hade envenenar: tenho tambem essa convicção."¹⁰⁵ Não serão apenas os que ela descreve como seus inimigos (aqueles a quem a autora deve dinheiro e possivelmente o amante que ela nomeia tantas vezes em suas memórias), mas também a sociedade portuguesa e, dentro desta, as senhoras em particular, em conversas de sala, irão criticar sua obra.

D. Josefina parece tentar ignorar o conteúdo de suas memórias, que para a época seria considerado imoral. Embora não descreva textualmente as relações com seus amantes, a simples referência à sua presença, o simples fato de mencionar a vida fora do casamento era o suficiente para que senhoras "de bom-tom" não lessem sua obra. Mas claramente, não é este o público da autora. Afirma não ter escrito o livro como vingança, mas conclui-se que o livro foi, sim, escrito para penalizar aqueles que a fizeram sofrer.

¹⁰²Neuville, *Memórias da minha vida: recordações da minhas viagens*, Tomo I, v.

¹⁰³Ibidem, xi.

¹⁰⁴Ibidem, xi.

¹⁰⁵Ibidem, xi.

Uma de suas amigas de infância teria afirmado "As santas não podem escrever"¹⁰⁶. D. Josefina, apesar de mencionar sua crença em Deus várias vezes ao longo do texto, não teve uma vida que poderia dar-lhe o título de santa. Logo, ela poderia escrever. Esta mesma amiga teria dito que "Josephina hade ter que soffrer muito"¹⁰⁷, justamente devido à bondade que revelava na sua meninice. E, realmente, é o sofrimento que aparece, como tema e forma, como o mais marcante na sua obra.

Notamos, no entanto, que embora esta prática não se repita nas autoras portuguesas aqui analisadas, foi utilizada na França por senhoras da corte, tal como fez madame de Lafayette (1634-1693), que escreveu suas memórias para desmentir rumores sobre si¹⁰⁸.

4. Exemplos anteriores e posteriores em Portugal, Espanha e na América do Sul

Mas o medo da autoria não era uma exclusividade da primeira metade do século XIX em Portugal. Algumas das artimanhas demonstradas acima foram também encontradas em textos anteriores e posteriores a este período.

Um exemplo já citado é a condessa de Vimieiro, cujo desgosto com a fama aparece em suas cartas para a marquesa de Alorna. No entanto, não foi este o único momento em que a autora pareceu demonstrar a sua ansiedade perante a autoria. Em carta para a futura marquesa, datada de 13 de maio de 1774, menciona a sua tradução de *Telemaco*, que permanecia então inédita, afirmando: "mas eu tenho grande dúvida de que ele apareça em público, porque abomino ostentações, e lá-me tem o seu ar de basófia."¹⁰⁹. Não há pressa na impressão, que não vem a ser feita, porque D. Teresa teme a fama que já tem e que poderia aumentar.

Este medo se apresentou quando seu romance *Ósmia* foi o vencedor em 1785 de um prémio da Academia Real de Ciências e no qual a autora inseriu o seguinte bilhete:

Hum remédio para a ferrujem que damnifica as oliveiras, fundado no conhecimento da natureza do mal, confirmado pela experiencia, e que seja ao mesmo tempo practicavel sem grave despeza, nem excessivos cuidados.¹¹⁰

¹⁰⁶Neuville, *Memórias da minha vida: recordações da minhas viagens*, Tomo I, vii.

¹⁰⁷Ibidem, viii.

¹⁰⁸Merry E. Wiesner-Hanks. *Women and Gender in Early Modern Europe*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2008).

¹⁰⁹Anastácio, *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)*, Carta 32, 70.

¹¹⁰Teresa de Mello Breyner, *Osmia. Tragedia de Assumpto Portuguez em cinco actos. Coroadada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790), prólogo.

Depois publicado com a sua autoria, *Ósmia* foi inicialmente, outro romance anônimo de uma mulher, como muitos outros posteriores (e talvez anteriores).

Por sua vez, D. Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793) utilizou um anagrama de seu nome – Dorotéia Engrássia Tavadra Dalmira – na obra *Máximas de Virtude e Formosura com que Diófanes, Climenéia e Hemirena, Príncipes de Tebas venceram os mais apertados lances da desgraça*, de 1753¹¹¹. Mas ainda podem ser encontrados outros exemplos de assinaturas anônimas femininas, que são mais antigos. D. Joana da Gama (1520-1586) chamou seus ditos *Ditos de Freira* "muita pequice e pouca prudência, grande ousadia e alta presunção", sendo que só os fez "por ter fraca memória"¹¹². D. Bernarda Ferreira de Lacerda (1595-1644) escreveu "Fazendo estes versos dinos/ Da fama que não mereço" em seu poema *Dona Bernarda*, publicado por Vanda Anastácio em sua *Antologia Improvável*¹¹³. D. Mariana da Luna (c.1614-1642), por sua vez afirmou que devido a seus versos "com razão teme ser reprovada"¹¹⁴, enquanto Rita Clara Freire de Andrade (1758- depois de 1791) afirmou ter se atrevido a desfigurar "e pô-lo na face do mundo com cores mortas, e mal desenhado" sua tradução de Horácio¹¹⁵. A autora afirma ter escrito uma "tosca tradução" através de "diminutos talentos"¹¹⁶, mas que obrigada por um "Esposo que o Omnipotente me deu"¹¹⁷ publicou um texto que havia redigido apenas para divertimento, ou seja, para seu uso pessoal e privado.

Já na segunda metade de oitocentos, também a viscondessa de Vila Maior (1822-1900) defendeu sua obra, afirmando que "se com benevolencia fôr acolhida a nossa tentativa litteraria, tanto mais nos lisongeia, que neste pequeno trabalho a inspiração é tudo, a sciencia

¹¹¹A obra de Teresa Margarida da Silva e Orta, já citada no primeiro capítulo, foi primeiramente intitulada *Máximas de Virtude e Formosura com que Diófanes, Climenéia e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça*, com primeira edição em 1752, tendo passado pela aprovação de três censores durante o período de 3 anos, e sendo assinada como Doroteia Engrassia Tavadra Delmira. A segunda edição, de 1777, teve seu nome alterado para *Aventuras de Diófanes ou Máximas de virtude e formosura com que Diófanes, Climenéia e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça* e foi publicada após a liberação de D. Teresa Margarida do convento. Esta edição dividia o último capítulo do livro, transformando-o de 5 para 6 capítulos. A edição de 1790 vem atribuída a Alexandre de Gusmão, tendo seu título novamente alterado, desta vez para *Aventuras de Diófanes. Imitando o sapientíssimo Fénélon na sua viagem de Telémaco*. Finalmente, a edição de 1818 tem apenas os dois primeiros capítulos da obra original e é assinada por "huma senhora portuguesa". Seu título, por sua vez, torna-se *História de Diófanes imitando o sapientíssimo Fénélon na sua viagem de Telémaco*. Cf. Teresa Margarida da Silva e Orta, 'Máximas de Virtude e Formosura com que Diófanes, Climenéia e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça', in *Obra Reunida* (Rio de Janeiro: Editora, 1993).

¹¹²Joana da Gama, *Ditos de Freira* (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2010), 40.

¹¹³Anastácio, *Uma Antologia Improvável*, 512.

¹¹⁴Mariana da Luna, *De flores à felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa Restauração por sua magestade Dom João IV*. (Lisboa: Officina de Domingos Lopes Roda, 1642), dedicatória.

¹¹⁵Anastácio, *Uma Antologia Improvável*, 314.

¹¹⁶Ibidem, 315.

¹¹⁷Ibidem, 314.

acanhada"¹¹⁸. A autora, assim como outras mencionadas ao longo deste trabalho, lembra que não tem conhecimento para fazer um livro. Sua educação não o permitia. Eram educadas para outras atividades, não para a escrita e, principalmente, não para o ato de publicar, logo, literalmente, tornar público.

Na Galiza, por sua vez, D. Maria Francisca da Isla e Lousada (1734-1808), a ‘musa compostela’¹¹⁹ conseguiu notoriedade devido ao fato de ser irmã do Padre Isla e não a seus escritos de caráter religioso. Na biografia de seu irmão, no entanto, ela escondeu sua identidade, sendo a obra assinada por José Ignacio Sales. Contudo, a escritora deixa no prólogo “aberta a suspeita de que ela a escreveu”, mas que a modéstia a impediu de afirmá-lo¹²⁰. Para além disto, a autora teria destruído parte de sua produção juvenil, assim como fizera Cassandra Austen com a obra da irmã¹²¹.

Na Espanha Iluminista, por sua vez, Mónica Bolufer percebeu que as escritoras dirigiam-se a suas leitoras com termos familiares, buscando estabelecer uma cumplicidade¹²². Além disto, dedicavam suas obras a figuras femininas de poder, como também observamos em Portugal. Para defender-se de um público que já a havia obrigado a esconder sua feminilidade no periódico *La Iberia*, onde escrevia com seu marido, Concepción Arenal optou por utilizar o nome de seu filho num texto para a *Academia de Ciencias Morales e Políticas*¹²³; enquanto Rosalía de Castro (1837-1885) afirmou, por meio de uma de suas heroínas: “no publiques nada y guarda para ti sola tus versos y tu prosa, tus novelas y tus dramas: que ése sea un secreto entre el cielo, tú y yo”¹²⁴.

Para além dos exemplos portugueses e espanhóis, no Brasil também foram observadas algumas autoras que utilizam estas mesmas estratégias. O pseudônimo foi utilizado por muitas mulheres como forma de se defender da sociedade que lhes negava espaço enquanto escritoras. Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), que foi a primeira tradutora de Mary Woolstonecraft para o português, assinou como Nísia Floresta Brasileira Augusta e variantes deste pseudônimo. Já a bahiana D. Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Vellasco (1817-

¹¹⁸ Viscondessa de Villa Maior, *Poesias Lyricas Selectas de Luiz de Camões* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876).

¹¹⁹ Ofelia Rey Castelao e Susana Rial Garcia, *Historia das mulleres en Galicia. Idade Moderna*. (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2010), 246.

¹²⁰ *Ibidem* 249.

¹²¹ Barcia. *Mujeres y cultura letrada en la Galicia Moderna*, 491.

¹²² Mónica Bolufer, *Mujeres e Ilustración. La construcción de la feminilidade en la España del siglo XVIII*. (Valência: Institució Alfons el Magnànim, 1998), 320-321.

¹²³ Cf. Barcia. *Mujeres y cultura letrada en la Galicia Moderna*, 501.

¹²⁴ Castro, Rosalía de. ‘Las Literatas. Cartas a Eduarda’. Apud, Barcia. *Mujeres y cultura letrada en la Galicia Moderna*, 509.

1875), defendeu sua tradução através da frase "ás mingoadas forças da traductora"¹²⁵ e D. Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), poetisa gaúcha, com: "Em versos não cadentes, oh leitores! Vereis os males meus, vereis meus danos"¹²⁶. Esta última vai mais além. Cega, D. Delfina Benigna da Cunha precisa do auxílio econômico que a escrita literária poderia lhe propor, ela informa seus leitores que "he a - necessidade! - A necessidade he o amor proprio"¹²⁷ que a levam a escrever.

Enquanto aqui foram apresentados muitos exemplos de *anxiety of authorship* na literatura feminina portuguesa, também o fez Graciela Batticuore na literatura argentina destacando os casos das escritoras Juana Manuela Gorriti, Eduarda Mansilla e Mariquita Sánchez que, assim como em Portugal, estas mulheres lutavam com a imagem de boa esposa, de virtude e castidade que fazia parte do papel esperado das mulheres ao longo do século XIX. Batticuore separa três formas de autoria feminina: *escondida*, *exhibida* e *intervenida*¹²⁸. A primeira se refere às que se esconderam por trás do anonimato, a segunda às que assumiram seus textos, e a última, àquelas cujos textos têm alguma espécie de intervenção, por exemplo, por parte do editor. Estas três formas também encontram-se nas escritoras portuguesas, como já demonstrado. O pseudônimo e a autoria exibida foram percebidos em vários exemplos acima, enquanto a intervenção masculina, nos textos portugueses também se fez quando pessoas "doutas" recomendavam a publicação ou, por exemplo, na forma como António Feliciano de Castilho publicou as obras de Maria Peregrina de Sousa.

5. Conclusão

Conclui-se, então, que as autoras portuguesas da primeira metade do século XIX usaram de artimanhas para a defesa de seus textos. Através de pseudônimos, de expressões como "pobre", "inútil", "rascunho", etc., essas mulheres procuram defender-se e antecipar-se à crítica, que poderia manchar a imagem que a sociedade tinha delas e poderia causar desconforto na suas vidas. Nas suas introduções preveem todos os comentários negativos que poderiam ser feitos. Assim, porque previnem antecipadamente o leitor dos defeitos que ele

¹²⁵D. Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Vellasco, trad., *Algumas traducções das linguas Franceza, Italiana e Ingleza por D. Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Vellasco. 1. Carolina, historia polaca traduzida da lingua francesa, 131 p. - 2. Cartas de Jacopo Ortis traduzidas da lingua italiana, 114 p. - 3 O orphão, pequeno extracto das obras do venerado padre John Tood, vertido da lingua inglesa*, (Rio de Janeiro: Typ. de B. X. Pinto de Sousa, 1822), não numerado.

¹²⁶Delfina Benigna da Cunha, *Poesias offerecidas ás Senhoras Rio-grandenses, por sua patricia D. Delfina Benigna da Cunha* (Rio de Janeiro: Typografia Austral, 1838), 5.

¹²⁷Cunha, *Poesias offerecidas ás Senhoras Rio-grandenses*, 3.

¹²⁸Graciela Batticuore, *La mujer romántica: Lectoras, autoras y escritores en la Argentina: 1830-1870* (Buenos Aires: Edhasa, 2005), 15.

pode vir a encontrar, impedem que estes mesmos comentários sejam usados para desvalorizar sua obra.

Assinalam também a sua feminilidade, seja para garantir que o leitor observe a obra com mais indulgência (por ser de mulher teria mais defeitos), seja para afirmar a feminilidade de seus textos através de temáticas consideradas femininas, ou por meio da ‘afirmação de gênero’ nas assinaturas.

Elas não querem ter fama, mas querem ser lidas. Não querem ser autoras, mas querem escrever. Não querem ser consideradas intrusas num meio que é masculino, mas acabam, sem intenções ou ambições maiores, por se introduzir nele.

Elas ocupam, ao mesmo tempo, os dois lados da dicotomia entre o anjo e o demônio, o bem e o mal, Eva e Maria. Elas rebelam-se, sem verdadeiramente, se rebelarem. Considerando que estas duas imagens supostamente opostas da feminilidade acompanharam as mulheres durante o século XIX, mas que são criação masculina, percebe-se que nos textos de autoria feminina em Portugal, as mulheres, ainda que não de forma direta, defendem o seu espaço na literatura do país.

No capítulo seguinte elencaremos os tipos de texto escritos por mulheres, demonstrando que não apenas escreveram, como o faziam muito e através de diferentes gêneros literários.

Capítulo 3. *Vou sagrar a minha lyra.* As obras

“Vou sagrar a minha lyra,
Que só prantea, e suspira
Á ardente imaginação!
Ah! Se o genio me fadára,
Ninguem mais alto voára
Nas azas d’uma canção!

Mas eu não sei descrever
O seu mágico poder!
Que importa seja illusão
Se o prazer, que faz sentir!
Se a pena, que faz pungir,
Nos dá real sensação!”¹

Como se fez notar pelo capítulo anterior, a autoria feminina era considerada inferior quando comparada com a produção masculina. Logo, poucas mulheres tiveram sua obra aceita pelo cânone literário português. As poesias da marquesa de Alorna e da viscondessa de Balsemão foram as exceções à regra. Seu "brilhantismo" seria a clara justificativa para isso, no entanto, teriam estes textos sido aceitos pelo público (e pelo cânone) português se tivessem sido assinados por mãos menos famosas? Ou se tivessem aparecido em periódicos femininos com assinaturas anônimas? Ou ainda, se fossem de autoria de mulheres de outras classes da sociedade portuguesa? Teria o romance de Teresa de Mello Breyner sido ganhador na Academia de Ciências se tivesse como assinatura "por sua authora" ou "por huma senhora"? Certamente, muitos dos textos aqui analisados foram desconsiderados pela crítica e pelos leitores portugueses por terem sido assinados por quem foram. Não obstante, este trabalho não pretende fazer uma crítica de valor das obras escritas por mulheres, mas antes elencá-las e identificar as suas autoras, independentemente do gênero e do valor literário dos textos.

Foi localizada uma variada gama de textos de autoria feminina na primeira metade do século XIX. Sejam em prosa ou em verso. Encontravam-se publicados em Portugal e no Brasil em diferentes formas, desde livros a periódicos e revistas (tanto de edição por mãos masculinas como femininas, com público predominantemente feminino ou misto).

Os diferentes gêneros eram por vezes cultivados por uma mesma autora, que podia produzir poesia, prosa e traduções (como é o caso da marquesa de Alorna), apenas poesia (como Maria do Patrocínio de Sousa), ou cartas, ensaios e romances folhetim (Maria Peregrina de Sousa). Outras escreviam romances originais ao mesmo tempo que realizavam traduções (C. E. da C. G) ou ainda textos biográficos, jornalísticos e teatrais (Antónia

¹Excerto do poema ‘Imaginação’ de Maria da Felicidade de Couto Browne, *Sóror Dolores* (Porto: Gandra & Filhos, 1849), 103-104.

Gertrudes Pusich). Não parece haver, pois, uma constante na produção feminina da primeira metade de Oitocentos.

Dentro dos diferentes gêneros literários utilizados pelas mulheres que escreveram durante a primeira metade do século XIX, aqueles que mais figuram são a poesia e os romances e folhetins, sejam traduzidos ou originais. Contudo, a história ou a biografia, as memórias, as cartas, o teatro, os textos jurídicos e jornalísticos também aparecem com autoria feminina.

1. Poesia

Portugal tem na sua história grandes poetisas que marcaram a literatura do país. É através deste gênero que o país pode ficar o mais próximo possível de uma tradição literária feminina portuguesa, visto ser esta a forma utilizada pela maior parte das autoras portuguesas. Desde as poesias da já mencionada, no capítulo 1, na corte da infanta D. Maria, com Luísa Sigea (1522-1560) e Públia Hortênsia de Castro e outras mulheres, que eram conhecidas devido a seu ilustre talento, a autoria feminina parece ter, também ela, seguido este gênero canônico. Infelizmente as obras destas autoras não resistiram ao tempo, mas outras como a de Mariana da Luna, de 1642², ou as de Sórores Violante do Céu e Mariana Alcoforado lograram sobreviver até aos nossos dias.

Já com o Iluminismo, o século XVIII demonstra um aumento na quantidade de poetisas. Neste momento as autoras portuguesas começam a ter suas obras publicadas ou copiadas e distribuídas em manuscritos entre as famílias ilustres portuguesas. O salão era um local no qual este tipo de literatura florescia. Logo, não é peculiar que as grandes senhoras da aristocracia que tinham uma formação literária e participavam de alguma forma destes locais das luzes portuguesas privilegiassem este gênero literário. Foi o século XX, no entanto, que mais valorizou a poesia escrita por mulheres, como demonstra a obra de Florbela Espanca (1894-1930) ou de Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004). Não obstante, no século XIX, cronologia do nosso estudo, foi também este o gênero literário mais utilizado pelas senhoras portuguesas.

As autoras mais antigas, nascidas ainda no século XVIII, escreveram poemas que faziam parte da Arcádia Portuguesa: autoras como a marquesa de Alorna e a viscondessa de

²D. Mariana da Luna, *Ramalhete de Flores à felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa restauração por sua magestade Dom João IV* (Lisboa: Oficina de Domingos Lopes Roda, 1642), Dedicatória, sem numeração.

Balsemão, Francisca Paula Possolo da Costa e Mariana Antónia Maldonado escrevem uma poesia relacionada com a natureza, utilizam nomes arcaicos para se referir a seus familiares, amigos e amantes, criando sonetos de inspiração clássica grega. Outras poetisas preferiram utilizar este meio para homenagear locais, pessoas e datas, seguindo um costume do século XIX. Há ainda a poesia de Pauline de Flaugergues, que descreve a saudade e os pensamentos de uma francesa à *beira do Tejo*. Estes nomes, todos de escritoras conhecidas do cânone português, serão aqui aliados aos de autoras com apenas uma obra, assinaturas anônimas, pequenas charadas e logogrifos publicados em periódicos femininos e escritos por *meninas*.

1.1. Alorna, Balsemão, Francília e Mariana Pimentel Maldonado

Talvez o nome mais marcante da autoria feminina portuguesa, ou mesmo da poesia feminina portuguesa, seja o da marquesa de Alorna. Este gênio consagrado por seus contemporâneos não teve muitas publicações em vida o que, como lembra Vanda Anastácio, se dá como uma "decisão consciente e reiterada"³. D. Leonor receava o medo da fama na literatura, como observado no capítulo 2, mas ainda assim optou por publicar alguns de seus textos, nomeadamente as traduções, enquanto que os seus poemas eram passados de forma manuscrita entre seus conhecidos.

A grande maioria das poesias da marquesa são sonetos. Segundo Vanda Anastácio, a opção por esta estrutura formal se dava não por um desejo pessoal, mas pela tendência da época em que foram escritos⁴. As temáticas também são marcadas por formalidades da *Arcádia*: a mitologia clássica, os animais, a dança e o uso de nomes como o de Alcipe (a própria D. Leonor), Márcia (sua irmã), Tirse (a condessa de Vimeiro), etc.

Enclausurada em Chelas quando iniciou seus estudos de poesia, D. Leonor recebia instruções de seu pai, por meio de cartas. Este não apreciava as temáticas pagãs e recomendava que a filha não decorresse sobre tópicos como o amor⁵, mas ela não seguiu tais conselhos, tendo escrito sobre o amor pelo futuro marido. A marquesa de Alorna também demonstrava um grande interesse pela música, sendo que diversos de seus poemas são cantos, em diversas vozes, por vezes para serem cantados por outras enclausuradas em Chelas, alguns por sua irmã ou por ela própria. Para além disso, após o casamento a então condessa de

³Vanda Anastácio, *A Marquesa de Alorna (1750-1839)* (Lisboa: Editora Prefácio, 2009), 27.

⁴Ibidem, 127.

⁵Ibidem, 130-135.

Oyhenhousen, teria conhecido Metastásio em Viena, em 1780⁶, e possivelmente assistido a um concerto de Mozart⁷.

Assim como a obra da marquesa de Alorna é difundida entre o público conhecedor da autoria feminina em Portugal, também a da viscondessa de Balsemão foi alvo de grande entusiasmo de seus contemporâneos, a ponto de ser lembrada pela história da literatura portuguesa e de ser objeto dos estudos literários.

Sobre esta autora foi elaborada a tese de doutoramento de Maria Luísa Malato Borralho, apresentada à Universidade do Porto⁸, posteriormente transformada no livro *'Por acaso hum viajante...'* A vida e obra de Catarina de Lencastre, 1ª Viscondessa de Balsemão (1749-1824)⁹. O livro e a tese, de Malato Borralho trazem consigo uma listagem da obra da autora, comparando diferentes versões do mesmo poema, e tentando localizar seus manuscritos.

Outra estudiosa que analisou a obra da viscondessa foi Zenóbia Collares Moreira, em *O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão*¹⁰. Este estudo percebe-a como uma autora pré-romântica por suas temáticas relacionadas com o sentimento. Segundo Moreira,

dotada de grande sensibilidade, sobretudo quando descreve os encantos, prazeres, a embriaguez do amor; a força dos seus sentimentos e das suas emoções, em todas as suas nuances e gradações, D. Catharina elege os sortilégios, as vicissitudes, os prazeres e dores da paixão amorosa como principais motivos de sua extensa obra poética¹¹,

sendo essas características que m ser conhecida como *Safo Portuguesa*.

O amor seria, então, a temática central da poesia da viscondessa de Balsemão. Nos seus primeiros poemas, este sentimento surge na sua vertente fatal e tirânica, uma força exterior que comanda o ser, uma “prisão inescapável”¹², em suma, como um sentimento que precisa de ser vencido pela razão. O que acaba por acontecer na sua poesia ao longo do tempo: nas obras posteriores de D. Catarina este sentimento aparece mais domesticado, uma

⁶Este encontro é mencionado em carta de 15 de setembro de 1870. Anastácio, *A Marquesa de Alorna* 170.

⁷Vanda Anastácio conclui que a marquesa teria acompanhado o marido, cujo nome foi encontrado na lista de convidados. Anastácio, *A Marquesa de Alorna*, 173.

⁸Maria Luísa Malato Borralho, *D. Catarina de Lencastre (1749-1824): Libreto para uma autora quase esquecida* (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 1999).

⁹Idem, *'Por acaso hum viajante...'* A vida e obra de Catarina de Lencastre, 1ª Viscondessa de Balsemão (1749-1824) (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008).

¹⁰Zenóbia Collares Moreira, *O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão: [D. Catharina Michaela de Sousa César e Lencastre] [1749-1824.]* (Lisboa: Colibri, 2000).

¹¹Ibidem, 20.

¹²Ibidem, 59.

vez que a autora "ganha forças para reagir contra os sentimentos importunos e as tempestuosas paixões próprias da mocidade"¹³.

A natureza, temática comum a outros autores da Arcádia portuguesa, aparece na obra de Balsemão de forma secundária, representando a passagem do tempo¹⁴. Chegando ao fim da vida, a memória volta-se para o passado, para tempos melhores. Porém, como lembra Zenóbia Moreira, "esta recuperação imaginária do passado tende a se tornar uma fonte de sofrimento e de frustração no presente"¹⁵, tornando a sua obra melancólica, especialmente após a viuvez e o parcial exílio em sua casa. A autora volta-se então para o sonho, e é nos poemas envoltos nesta temática onírica que D. Catarina encontra a fuga da sua existência infeliz e saudosista¹⁶.

A viscondessa de Balsemão não chegou a ver a maior parte da sua obra publicada. Só postumamente, inclusive acompanhada de sua nota de falecimento¹⁷, veio a lume, tendo sido adicionada a manuais de literatura portuguesa durante o século XIX e início do XX. No entanto a partir da década de 1940 o seu lugar na história literária foi desaparecendo dessas publicações¹⁸.

As duas mais ilustres poetisas portuguesa da primeira metade do século XIX têm muitas semelhanças em sua obra, mas para Zenóbia Moreira há uma diferença que as coloca em posições completamente opostas: Alorna escreveu sobre a filosofia e a meditação e Balsemão sobre o sentimento¹⁹.

Uma poetisa portuguesa contemporânea destas ilustres autoras foi a muito esquecida Mariana Antónia Maldonado. A irmã do também poeta João Vicente Pimentel Maldonado não teve muitas publicações, mas tinha um salão, em conjunto com seu irmão. São poucas as obras desta poetisa que resistiram ao tempo. Uma ode publicada junto a um livro do irmão²⁰, o livreto *O nome*²¹, um manuscrito guardado na Biblioteca Nacional de Portugal²², alguns

¹³Moreira, *O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão*, 40.

¹⁴Ibidem, 43.

¹⁵Ibidem, 50.

¹⁶Ibidem, 57.

¹⁷Ibidem, 26.

¹⁸Ibidem, 30.

¹⁹Ibidem, 51.

²⁰Inocência afirma que um soneto da autora está localizado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, mas uma pesquisa pelo catálogo não permitiu encontrar tal obra. No entanto, pesquisando nas antigas gavetas do catálogo a referência ao soneto pôde ser encontrada como parte da obra do irmão. Inocência Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), Tomo VI: 146, Tomo XVI: 366.

²¹*O nome [libreto]: elogio dramático por N.A.P.P.M.* (sic) *Versos, que pelo mesmo plausível motivo, juntos com o drama, se distribuirão no dito Theatro*. (Lisboa: Of. de Joaquim Thomas de Aquino Bulhões, 1813).

²²*Collecões de Poezias de Diversos autores e outros diversos papeis selebres, tanto por sublimes como por tollos, e asnaticos, que só servem para o entretenimento*. copiados em o anno de 1807 por João Placido do Rego Fragozo e Sequeira de Lima. 1807, fls 1-8; 324-327. Manuscrito. BNP. Código 12972.

sonetos e odes nos periódicos *Jornal Poético*²³ e no *Jornal Portugal Constitucional*²⁴ e algumas traduções²⁵ são o pouco que se conhece da obra da autora. Mais recentemente, alguns de seus poemas foram publicados por Vanda Anastácio²⁶.

No número 11 do *Jornal Portugal Constitucional*, encontra-se uma “Cançoneta Patriótica”, que homenageia a coragem portuguesa:

Valor Lusitanos,
Que a Pátria oprimida
A custa da vida
Se deve salvar

Fiel Patriotismo!
Virtude assombrosa!
Em Lysia Ditosa
Ah! Vem dominar.

Valor, Lusitanos,
Que a Pátria oprimida
À custa da vida
Se deve salvar.

(...)

Augusta Verdade!
Teo nobre Heroísmo
Do frio Egoísmo
Derrube o altar.

(...)

Valor, Lusitanos,
Que a Pátria oprimida
À custa da vida
Se deve salvar

*D. Ex^{ma}. Sr.^a D. Marianna Pimentel Maldonado*²⁷.

O poema, assim como muitos outros de autoria feminina portuguesa publicados entre os anos de 1820 e 1821, é escrito em honra da revolução liberal. A homenagem a Portugal reaparece em alguns dos sonetos encontrados no manuscrito *Collecções de Poezias de*

²³O Soneto da página 278 é assinado *Por huma senhora*, mas na edição da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra o nome da autora foi posteriormente adicionado a lápis. Leão, Desidério Marques Leão. *Jornal Poético, ou Colecção das Melhores composições em todo o género, dos mais insignes poetas portugueses. Tanto impressas, como inéditas, OFFERECIDAS AOS AMANTES DA NAÇÃO POR DESIDERIO MARQUES LEÃO*. (Lisboa: Livreiro do Calharis, Impressão Régia, 1812), 278-280.

²⁴*Portugal Constitucional*, Typografia Rollandiana. 1820. n°54. soneto; n° **11. canção; n° 103. 2 sonetos

²⁵Françoise de Graffigny, *Cartas de huma peruviana traduzidas do francez na lingua portugueza por huma senhora*, (Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1802) e (Lisboa, Typ Rollandia, 1828). Porter, Jane. *Thaddeo de Varsovia: novella historica* escripta por Miss Porter; trad. em portuguez por huma senhora. (Lisboa: Typ. Patriota, 1828-1830). E *A Donzella de Malines, do inglez, pela traductora de Thaddeo de Varsóvia*. (Lisboa: s.n., 1837).

²⁶Vanda Anastácio, *Uma Antologia Improvável: A escrita das mulheres (séculos XVII a XVIII)* (Lisboa: Relógio D'água, 2013).

²⁷Trechos escolhidos. *Portugal Constitucional*, n° 11 de 4 de Outubro de 1820.

Diversos autores e outros diversos papeis selebres, copiado por João Plácido Rego Fragoso e Sequeira de Lima, já citado acima, que possui os textos: "Diversa Aras poéticas da Snra. D. Mariana Antónia Pimentel Maldonado, feitas em diversas ocasiões em o anno de 1807", onde se incluem catorze poesias e uma carta rimada da autora; já em "Da Ill^{ma} Sra. D. Marianna Antónia Pimentel Maldonado na partida dos franceses em 1808" podem encontrar-se sete sonetos e uma quadra.

Nestes sonetos a autora menciona os franceses como usurpadores ("As leis da humanidade ao pé calcando,/ O dispotismo Elizia governava/ Tirano, usurpador que amoniatava/ O pranto da Infelis hia mofando²⁸") e malvados ("qual d'entre as Nuvens, soé o seu luzente,/decipando a medonha escuridade/ O clarão da justisa, e da verdade/ A chusma dos malvados, por acezente²⁹), bem como aclama a resposta portuguesa: "Bem que Lizia já no ceio ardia, /O fogo de justicima vingança/ Achar lhe abafava mão impia / Em ti os olhos ficta, em tider canção/ Tu arrancaste o scetro a tirania/ quebrastes os ferros que nos punha França"³⁰.

No entanto, é o sentimento amoroso a temática mais comum na poesia da autora. No "Sonetto 2^o" afirmou: "Alma do mundo, sensação gostosa,/ ámor porque motivo es treminado!/ Porque aces terra rezão, teseu sempre olhado,/ qual uma paxão louca, e creminosa"³¹ e "Antes de te adorar Alceo amado/ minha existencia foi pezada, e triste,/ um novo mundo tu me descobriste/ por ti meu Corsão foi animado"³².

Outra aspecto frequente é a referência a personagens da mitologia clássica, como as musas ou Orfeu, ou a homenagem a figuras históricas desse mesmo contexto como Safo ("De Saffo as meigas versões tendo Lido/ o quanto o corasão se entristese/ mavioso pranto de meus olhos dece,/ e torna do peito donde foi nascido"³³).

Tal como nas obra da marquesa de Alorna e da viscondessa de Balsemão, também na poesia de Mariana Antónia Maldonado os nomes são trocados por denominações arcádicas:

²⁸Trecho de *Sonetto. Da Ilma Sra. D. Marianna Antonia Pimentel Maldonado na partida dos franceses em 1808*. in. *Collecções de Poezias de Diversos autores e outros diversos papeis selebres* copiado por João Plácido Rego Fragoso e Sequeira de Lima, 324.

²⁹Trecho de *Sonetto. Da mesma autor (sic) ao mesmo assunto* in. *Collecções de Poezias de Diversos autores*, 324.

³⁰Trecho de *Sonetto. Da mesma auctora ao mesmo assumpto*, 325.

³¹Trecho de *Sonetto 2^o*. in. *Collecções de Poezias de Diversos autores*, 1.

³²Trecho de "Soneto 8^o". in. *Diversa Aras poéticas da Snra. D. Mariana Antónia Pimentel Maldonado*, feitas em diversas ocasiões em o anno de 1807, 4.

³³Trecho de *Sonetto 7^o. assunto* in. *Collecções de Poezias de Diversos autores*,4.

Armânia (ou Armância) é a própria autora, enquanto Alceu é o seu amado³⁴ e Tricea a sua irmã D. Teresa Emilia Pimentel Maldonado.

Esta prática frequente na Arcádia portuguesa foi também adotada por Francisca Paula Possolo da Costa, convertendo-a em *Francília, Pastora do Tejo*³⁵. No entanto, Andrea Gisela Borges a classifica como pré-romântica, observando que o nome é a única ligação de Póssolo à Arcádia³⁶.

Francília, que teria composto o seu primeiro soneto aos quatorze anos³⁷, também versou sobre o sentimento amoroso. Segundo Theresa Leitão de Barros, "Francília não era um génio e nem teve um equilibrado temperamento artístico, mas amando como poucos, acertou, por vezes, a escrever de amor como os que dêle melhor sabem escrever"³⁸. Em 'Cançoneta', por exemplo, afirmou "Os homens todos são falsos/ Verdadeiro amor não sente,/ Os seus lábios sempre mentem/ Quando vos jurão Amor,"³⁹. Para Andrea Gisela Borges, no entanto, o sentimento representado pode ser dividido em duas representações diferentes, o *amor-plácido*, "sereno" e "bucólico"; e o *amor-flagelado* e doloroso⁴⁰. O sentimento de perda é outro tópico frequente, descrevendo um mundo angustiado: "Noite, e dia vivo entregue/ À fatal desesp'ração/ Que lentamente me imbebe/ A morte no coração"⁴¹.

Os momentos marcantes da história portuguesa também foram objecto da sua prática, como de resto sucedeu com as duas autores anteriormente revisitadas, como é possível verificar no soneto 'Contra a Entrega de Lisboa aos Invasores'⁴² e em *Sonetos recitados no Real Theatro de São Carlos de 1826*⁴³, lidos quando do juramento da Carta.

A obra desta autora é dividida por Andrea Gisela Borges em três diferentes momentos: o primeiro, do nascimento até a escrita de seu romance *Henriqueta de Orleans ou o Heroísmo*⁴⁴, o segundo, compreendendo a vida de casada, e o terceiro referente ao

³⁴ "Em amorosas lágrimas emvolta/ Corre ao citio felis onde te via/ e da alma aflita, estas vozes soltas: /Ay Alceo, ai, Alceo viva um dia/ que te arrependas de me aver deixado/quando eu por ti de Amor tanto morria." Trecho de "Carta da Mesma senhora". in. *Diversa Aras poéticas*, 6.

³⁵ D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa] *Francília, Pastora do Têjo. Poesias de D. F. P. P. C* (Lisboa: Imprensa Régia, 1816).

³⁶ Andrea Gisela Vilela Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*» *Introdução à vida e obra de Francisca Possolo (1783-1838)*. (Dissertação Mestrado, Universidade do Porto, 2006), 121-123.

³⁷ Barros, *Escritoras de Portugal* Vol. 2, 94.

³⁸ *Ibidem*, 95.

³⁹ D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa] *Francília*, 164.

⁴⁰ Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*», 152.

⁴¹ Trecho de *Quadras*. in. D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa] *Francília*, 210.

⁴² Barros, *Escritoras de Portugal*, 66.

⁴³ Anastácio, *Antologia Improvável*, 604. Também pode ser encontrado na Biblioteca Nacional de Portugal em microfilme Cota F6017.

⁴⁴ D. S. P. P. C (sic) [D. Francisca Paula Possolo da Costa]. *Henriqueta de Orleans, ou o Heroísmo. Novella Portuguesa. Offerecida á Rainha Fidelissima de Portugal e Algarves* (Lisboa: Imprensa Régia, 1829).

falecimento do marido e o período em que permaneceu excluída da vida social, da mesma forma que o fez a viscondessa de Balsemão após o falecimento de seu esposo⁴⁵.

Estas poetisas tinham na escrita literária uma atividade escolhida, que poderia ser exercida para preencher espaços de ócio e que era levada a público apenas e quando as autoras o desejavam, geralmente para um grupo de apreciadores das suas artes, através de manuscritos, que não tinham a repercussão de um periódico ou de livros impressos. Desta forma, e apesar de terem um ou outro texto publicado em vida, a maior parte dos sonetos e canções destas autoras era conhecido apenas por seus amigos e familiares, que aproveitavam os serões organizados por estas senhoras para o divertimento próprio da elite.

1.2. As autoras românticas e a “guerra das duas rosas”

Posteriormente à obra destas grandes portuguesas até aqui revisitadas, algumas senhoras também se dedicaram à poesia romântica. Tendo vivido num momento no qual a publicação da poesia feminina começava a ser mais usual, sobretudo a partir de 1840, podemos encontrar alguns nomes femininos que apresentam relativo sucesso, vendo os seus poemas publicados em periódicos de todo o país. Segundo Susan Kirkpatrick a visão romântica facilita a presença feminina visto que “el verso es la expresión de la emoción y la imaginación en vez de ser producto de un conocimiento profundo de la tradición clásica, entonces una persona poseída de un corazón sensible y una phantasia de instrucción” pode escrever poesia romântica⁴⁶.

Maria da Felicidade de Couto Browne, por exemplo, a *Sóror Dolores*, publicou alguns de seus poemas em periódicos do Porto e, posteriormente, em livros. Conhecida da elite literária portuense, a autora fazia sucesso entre seus conterrâneos, que liam seus poemas nos jornais, ou visitavam a sua casa e escreviam no seu *Álbum de Autógrafos*⁴⁷. Sua obra apresenta várias temáticas românticas, entre elas o amor, a morte e a simbologia das flores.

O sentimento amoroso nos poemas de Couto Browne é algo simultaneamente belo e triste, que representa a mágoa da traição e a alegria do ser amada.

«Eu amei como se amam
«No ceo os anjos d’amor
«Como a innocente flor,
«Que só tem uma afeição;

⁴⁵Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*».

⁴⁶Susan Kirkpatrick, ‘Liberales y románticos’. In. Isabel Morant (dir.), *Historia de las mujeres en España y América Latina. Del siglo XIX a los umbrales del XX*. Vol. III. (Madrid: Catedra, 2006), 129.

⁴⁷Este livro está na Biblioteca Municipal do Porto. Manuscritos. MA-Maria da Felicidade Browne.

«Teve a sorte d'um traidor!»

Oh!ceos! que grata surpresa!
Senti um ecco acordar..
A minha voz imitar...
E quando eu disse *traidor*,
Repetir com mágoa... a *dôr*...
Qual suspirei, suspirar!⁴⁸

A traição é uma constante masculina e a autora demonstra assim desconfiar do sexo oposto: “Fiar n'um amigo? É homem./ Tem d'essencia a falsidade”⁴⁹, esta opinião se dá por experiência, já que “Se fui amada,/ se fui amante, /Se fui trahida,/ Se fui constante.”⁵⁰

Outra constante são as menções à morte e à solidão como, por exemplo, em “A Lapa dos Finados” e “A morte d'ella”⁵¹, que cruzam nos seus versos a melancolia e a tristeza:

Oh!que mágoa tão sentida!
Oh! Que dôr tão natural!
Rasga aquelle coração
A saudade maternal,
D'extremos alimentada,
De todos sympathisada⁵²

O mesmo tema também se repete em “O Sonho”, no qual a autora imagina o momento em que viria a falecer, com a aparição de uma fada, que “veio meus olhos fechar/E n'um sonho de magia/ A minha alma sepultar”⁵³.

A obra da poetisa também reflete o temor com a instabilidade política de Portugal, e, especialmente, com os horrores da guerra em “A morte do soldado”:

«Maldita a guerra civil,
«Que vem a pátria assolar!
«Maldita a ambição tyranna
«Que vem o povo esganar!

«Povo infeliz... desvalido...
«Que nem de ti és senhor!...
«Algemado para a guerra
«Vim como um salteador...

«Sem ao menos trazer crenças
«De que ao perder esta vida,
«Da pátria sacrificada
«A liberdade querida!⁵⁴

⁴⁸Trecho de “O Ecco”. In. Browne. *Sóror Dolores*, 55.

⁴⁹Trecho de “O Suspiro”. In. Browne, *Sóror Dolores*, 40.

⁵⁰Trecho de “Desengano”. in. Browne, *Sóror Dolores*, 49.

⁵¹Ibidem, 49-51,59-61 .

⁵²Trecho. Ibidem, 68.

⁵³Trecho. Ibidem, 75.

Os mesmos periódicos que publicam a obra de Maria da Felicidade de Couto Browne são aqueles que publicam a obra de Ana de Sá. Esta autora ficou famosa entre o meio literato português devido à chamada *guerra das duas rosas*. Aqui utilizamos este mesmo título, para referenciar a questão que se apresenta nos jornais portugueses entre 1849 e 1850, mas nota-se que o debate não se restringiu apenas a *Rosa Encarnada* e a *Rosa Branca*. A primeira era a forma utilizada por D. Ana de Sá para referir-se a si própria, enquanto a segunda flor representava a sua rival (D. Maria Francisca Correia Brandão?)⁵⁵.

A questão surgiu no final do ano de 1849, no número 257 do *Periódico dos Pobres do Porto*, no qual um poema anônimo “A Roza Branca” (posteriormente José Maria Veloso reclama sua autoria), desafia José Machado Pinheiro, de Guimarães. Dois números depois, outro anônimo responde com “A Roza Encarnada”, escrito em janeiro do mesmo ano. No número 266, Pinheiro publica a primeira resposta, uma defesa da rosa branca, e na edição 287 surge o primeiro texto da poetisa Ana de Sá:

Trovador, lançaste a luva
Qu’eu quizera levantar,
Vejo na roza encarnada
Tanta lindeza sem par;
Que não pode a rosa branca
Com ella rivalizar.⁵⁶

Trovador é o defensor da rosa branca, José Maria Veloso que utiliza seus poemas para mal dizer da rosa vermelha. D. Ana continua sua defesa afirmando:

É das rosas a mais bella
A rosa que tem rubor,
Porque a rosa descorada
Que somente tem alvor,
Não tem aquelles encantos
Que tem a vermelhar côr.⁵⁷

A querela continua entre os números do final desse ano e do início do seguinte⁵⁸, mas em janeiro de 1850 outra flor é adicionada, por mão de D.T.B.:

⁵⁴Trecho. Ibidem, 65-66.

⁵⁵Um poema de Maria da Felicidade de Couto Browne é dedicado a D. Maria Francisca Correa Brandão, e menciona a questão das duas rosas, indicando que possivelmente seja esta a identidade da *rosa branca*. ‘Versos’ In. Browne, *Sóror Dolores*, 121.

⁵⁶Trecho. “A Roza encarnada”. In *Periódico dos Pobres do Porto* n°287, 2050.

⁵⁷Trecho. Ibidem, 2050.

Palladium da rosa Branca,
Palladins da encarnada,
Não deixeis ainda a liça
Que outro assoma a estacada

A rosa branca é formosa
A encarnada também
Mas nenhuma tem belezas
Que amarella rosa tem⁵⁹

Este poema exalta a modéstia de “sua amiga M.P”, que não quer ser conhecida pelo público: “Calluda!... ella não quer/ Quem a deem conhecer.”⁶⁰ Visto ser esta a assinatura de Maria Peregrina de Sousa nos folhetins deste mesmo periódico, pode concluir-se que seja ela a rosa amarela.

Com a entrada desta nova flor no debate, outros autores começam a colocar suas opiniões, são eles: José Luís Correa Junior, o Magriço, L. X. P. F. Beça, Álvaro Vaz da Almada e Vasto Anes da Costa⁶¹. Também outras mulheres passam a escrever sobre o assunto: *Uma provinciana* [M. J. (L. de B.)], Júlia A. C, *A rosa de Jericó* e *A rosa rajada*⁶².

A chamada *guerra das duas rosas* é uma interessante fonte para a história, não necessariamente pelo seu valor literário, mas devido ao fato de incluir as mulheres no debate sobre a sua própria feminilidade e valor. A entrada da rosa amarela, no qual uma quarta mulher coloca os valores literários acima dos atributos físicos, pode demonstrar tanto um avanço para a educação das mulheres, como uma crítica às mulheres que não têm outros interesses para além da sua aparência.

Os poemas de Ana de Sá que são pertinentes para esta questão, bem como alguns do seu defensor, podem ser lidos na sua obra *Murmúrios de Vizella*, publicada posteriormente⁶³.

1.3. Homenagens

Tanto as autoras que faziam parte do meio erudito português do fim do século XVIII, quanto as que escreveram apenas um ou outro poema, utilizavam a poesia como homenagem para seus amigos, familiares, heróis e monarcas. Mariana Antónia Maldonado também tem

⁵⁸*Periódico dos Pobres do Porto*, n^{os} 257, 259, 266, 287, 293, 296 e 308 de 1849 e n^{os} 6,8, 13, 15, 19, 21, 23, 25, 27, 33, 35, 43, 50, 54, 61, 63, 71 e 77 de 1850.

⁵⁹Trecho de “Poema. Offerece à Ilma e Exma Sra. D. T.B a sua amiga M.P”. In *Periódico dos Pobres do Porto*. n^o6, de 1850, 2050.

⁶⁰*Ibidem*, 2050.

⁶¹*Periódico dos Pobres do Porto*, n^{os} 8; 15, 35, 54; 19; 43; e 61 de 1850, respectivamente.

⁶²*Periódico dos Pobres do Porto*, n^{os} 43,77; 21, 61, 71; 71; e 71 de 1850, respectivamente.

⁶³*Murmúrios de Vizella*. (Porto: Typ de F. G. Fonseca, 1861).

textos que servem como homenagens a figuras da história de Portugal e do mundo, ou momentos cruciais da história. O ‘Soneto 4º’ é dedicado à "minha amada candida Tricea" que com seu "meigo genio (...) com magico poder nos encadea"⁶⁴; enquanto o soneto publicado pelo *Jornal Portugal Constitucional*, a 24 de novembro de 1820, homenageia Manuel Fernandes Tomás (1771-1822) que, para a autora, "foi dos primeiros, que accendido/tem da rasão o facho luminoso/aos ais da Lysia dando grato ouvido"⁶⁵.

Já a boticária Januária Joaquina Freire de Andrade escrevera dois poemas em latim quando em Lisboa foi inaugurada a estátua equestre de D. José I, do escultor Machado de Castro. São estes: “Epigrama. Ad. Augustissimum Josephum Primum Fidelissimum Lusitaniae Regem Fortunatissima Natalis die, simul ac Collocationis Regiae Equestrisque Statue Ejus” e “Epigrama. Ad. Illustrissimo Acter Prestantissimo Domino Sebastiano Josepho Carvalho et Mello, Summo Merito Pombalensi Marchioni”. Estas duas folhas avulsas, publicadas primeiramente em 1775⁶⁶, foram depois apresentadas ao público pelo *Jornal de Coimbra*⁶⁷. Acoplada a muitos outros poemas sobre o mesmo tema, a novidade é a sua autoria feminina ser identificada pelos editores do periódico, como da herdeira de uma botica em Lisboa.

Por sua vez, a jornalista Antónia Gertrudes Pusich também praticou este tipo de poesia, podendo ser mencionado, a título de exemplo, o “Salmo Lírico”, oferecido à condessa de Tomar⁶⁸. Em outros diversos jornais a temática se repete, como é o caso do “Soneto a Saudosa Memória do meu chorado pai” de Sofia P. G.⁶⁹; “A minha amiga M. P. de S [Maria Peregrina de Sousa]”⁷⁰ e Uma tarde a beira mar⁷¹ (também para Maria Peregrina), por M. J. [L. de B.]; “A Sra. A. P. Caldas”⁷² e “A D. Anna Elvira de Freitas”⁷³ de Ana Amália de Sá e Melo, a quem foi dedicado um poema de Maria Peregrina de Sousa⁷⁴; “À morte do Exmo. Sr. João de Silva Braga”⁷⁵ por Flora Xavier V. Silva. Por sua vez, Francília (Francisca Paula Possolo da Costa, recorde-se) escreveu poemas ao marido, publicados por D. António da

⁶⁴Trecho de *Sonetto 4º. Feito a sua irmã a Sra. D. Theresa Emilia Pimentel Maldonado*. in. *Collecções de Poezias de Diversos autores e outros diversos papeis selebres* copiado por João Plácido Rego Fragoso e Sequeira de Lima, 2.

⁶⁵*Portugal Constitucional*, nº 54 de 24 de novembro de 1820.

⁶⁶Apenas o segundo epigrama é datado.

⁶⁷*Jornal de Coimbra*, Vol 2, nº12 de dezembro de 1812.

⁶⁸*Restauração da Carta* nº20 de 1846.

⁶⁹*Miscelanea Poética*, Vol 2, nº5, 33.

⁷⁰*Miscelanea Poética*, Vol 1, nº23.

⁷¹*Miscelanea Poética*, Vol 1, nº4.

⁷²*Miscelanea Poética*, Vol 1, nº23.

⁷³*Miscelanea Poética*, Vol 1, nº17.

⁷⁴*Braz Tisana*, nº66.

⁷⁵*Mosaico*, nº13 de 29 de abril de 1839, 104.

Costa em *Mulheres em Portugal*⁷⁶; Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva escreveu uma ode e uma quadra em *Elogio ao Illmo e Ex^{mo} Senhor Wellesley, General Chefe das Tropas Britanicas*⁷⁷ e *Composições Poéticas em elogio a sua magestade o Sr. D. Pedro IV*⁷⁸; e Maria Amália Gouveia Pinto Bezerra de Lima escreveu *Duas odes, que se fizerão por ocasião da injusta queixa, que alguns emulos... dirigião dous A. S. M. contra o corregedor da comarca de Portalegre Antonio Joaquim Gouvêa Pinto*⁷⁹.

A prática de utilizar os versos para honrar figuras da política e da sociedade não era exclusiva de mulheres, como é óbvio, mas o que se pretende destacar, oferecendo estes exemplos, é o fato de que algumas utilizarem a poesia para homenagear outras mulheres. Estas poderiam ser amigas ou irmãs ou, como se observa pelas repetidas poetisas que se homenageiam entre si no periódico *Miscelanea Poética*, suas pares escritoras.

1.4. Charadas e logogrifos

Outra forma poética frequente na autoria feminina é a charada. Este modelo surgia maioritariamente em jornais e consistia em pequenos poemas que continham um jogo, um enigma a ser descoberto pelos leitores e a ser revelado em números posteriores do periódico. Assinados por homens e por mulheres, estes textos eram muitas vezes acompanhados de assinaturas anônimas com afirmação de gênero, sendo frequentes as *meninas* escritoras. Este é o caso da “Charada 177” do *Ramalhete*:

Róe as unhas, maldiz, e se arrepella,	}	2
Por me compôr, apoquetado vate,		
E se muito fortemente o damnifica,	}	1
Talvez que a existencia até lhe cate.		

O princípio dos poetas
 O nosso imortal Camões,
 Conseguio por este modo
 Mil respeitos e oblações.

*Por uma joven de dezaseis annos.*⁸⁰

⁷⁶António da Costa, *As Mulheres em Portugal* (Lisboa:Tipografia Nacional, 1892), 241-242.

⁷⁷Lisboa: Imprensa Regia, 1813.

⁷⁸Lisboa: Imprensa Regia, 1826.

⁷⁹Uma destas odes é de autoria de D. Maria Amália, a outra de um Prior de Portalegre. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

⁸⁰*Ramalhete*, Vol 2, nº 58 de 28 de fevereiro de 1839, 64.

A resposta desta charada aparece no número seguinte e intitula-se o “Rimador”⁸¹. Poesias simples, que adicionadas à frequência com que são assinadas por jovens indicaria serem atividades relacionadas com a aprendizagem da arte poética. Mas, como já referido, não são apenas as *meninas* que assinam estes textos.

O periódico no qual o exemplo anterior foi publicado, *O Ramallete* – que teve seu primeiro número em novembro de 1837, e seu último a 6 de junho de 1844 –, está repleto de textos poéticos de autoria feminina. Durante esses sete anos surgem neste jornal quatro logogrifos, seis charadas e um enigma assinado *por* ou *de uma senhora*⁸², duas charadas *por huma jovem de dezaseis anos*⁸³ e *Sra. D.M.P*⁸⁴; e uma charada *por uma subscriptora*, pela *Soror Charadista* e pela *Sra. A.A.P.*⁸⁵. Para além destas, foram publicadas algumas poesias de Maria Margarida Stockler⁸⁶, bem como textos de Emília de Resende e um folhetim de Maria Cândida de S. S⁸⁷.

A *Bibliotheca Familiar e Recreativa* foi outro periódico que deu lugar a estes textos de autoria feminina. Neste foram encontradas charadas e adivinhações de *huma senhora portugueza* ou de *uma senhora*⁸⁸.

A adivinhação era semelhante as charadas:

Adivinhação
Eu trabalho acompanhado
De huma dama bem vestida,
Que, em quanto não despe o fato,
Não se acaba a minha lida.
Sempre com ela no caminho
Em quanto preciso sou;
Mas quando ella o fato larga,
O meu serviço acabou.
*Por uma Senhora*⁸⁹

Este exemplo apresenta além de uma assinatura feminina, algo que representa o cotidiano da mulher, visto que sua resposta é a "roca e o fuzo". Fiar, tecer, bordar e costurar eram atividades vistas como femininas, logo, são tematizadas frequentemente nestes pequenos

⁸¹*Ramallete* Vol 2, n° 59 de 1839.

⁸²*Ramallete*, n°s 55, 65-67, 71-72, 75, 77, 85, 131.

⁸³*Ramallete*, n°s 58-59.

⁸⁴*Ramallete*, n° 165.

⁸⁵*Ramallete*, n°s 252, 152 e 158 respectivamente.

⁸⁶*Ramallete*, n°s 274-276.

⁸⁷‘O Sacrificio recompensado’. In. *Ramallete*, n°s 192-194.

⁸⁸*Bibliotheca Familiar e Recreativa*, Vol 1, n°7; Vol 3, n° 3; Vol 2, n°s 9 e 12; e Vol 3, n°5 respectivamente.

⁸⁹*Bibliotheca Familiar e Recreativa*, Vol 2. n°12 de 1835.

textos de produção feminina e, muitas vezes, infantil, visto serem frequentemente assinados por *meninas* de diversas idades, entre os 9 e 16 anos. Neste mesmo jornal encontram-se adivinhações e charadas cuja resposta são o "chapéu"⁹⁰ e "a salsa e a cebola"⁹¹, claramente relacionados ao universo feminino: o lar, a culinária e o vestuário.

2. História e Biografia

Durante o início de oitocentos as mulheres ainda não faziam "História", ou melhor, não escreviam textos aceites pela Academia de Ciências como textos científicos; ou, pelo menos, os seus textos não foram validados pela historiografia. Embora alguns textos posteriores com estas temáticas tenham encontrado aceitação, como são disso exemplo as obras de Elaine Sanceau (1896-1978) ou a biografia do duque de Pamela de Maria Amália Vaz de Carvalho⁹², até à segunda metade do século XX a história, e especialmente a universidade, não tinha espaço para elas, fosse como historiadoras ou como objetos de estudo.

No entanto, o que o contato com as fontes aqui levantadas demonstra é que, apesar de não terem suas obras reconhecidas, as mulheres portuguesas escreviam história, ou seja, isto indica que já a faziam muito antes de poderem ingressar nas universidades. Destes textos, percebe-se, contudo, que serviam um propósito bem específico: o de homenagear os familiares através dos seus feitos políticos e ou militares.

Uma das autoras que opta por imortalizar um ente querido foi Antónia Gertrudes Pusich. A jornalista, cuja vasta produção se estende por vários periódicos e livros e servindo-se de um vasto leque de gêneros literários, dedicou ao falecido pai um livro de 147 páginas com poesias em sua homenagem, documentos relativos à vida de António Pusich e um breve relato de história. Tal como noutras obras mencionadas no capítulo 2 desta tese, é na introdução que se percebe a verdadeira dor da autora com a perda da figura paterna:

Dispensai, amigos leitores, as faltas da arte; aonde ha luto não se ostentam galas; as lagrimas, que aviventam a saudade filial, seccam as flores da eloquencia, mas nem o crepre funeral ha de esconder a luz, nem as lagrimas saudosas hão de abafar a voz da singela verdade.⁹³

⁹⁰*Bibliotheca Familiar e Recreativa*, Vol 3, nº5.

⁹¹*Bibliotheca Familiar e Recreativa*, Vol 1, nº7.

⁹²Maria Amália Vaz de Carvalho, *A vida do Duque de Pamela, D. Pedro de Sousa Holstein* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1898).

⁹³Pusich, *Biografia de António Pusich*, vii.

A necessidade de demonstrar a honestidade do pai foi o que levou a autora a escrever um texto de caráter histórico, homenageando aquela "illustre victima [que] lá no céu louve o Altissimo por haver permittido que o seu martyrio, moderando a ira final dos validos ingratos e ambiciosos, hoje seja um exemplo em favor dos bons"⁹⁴. Notamos também que ao relatar a história de vida de seu pai, Antónia Gertrudes Pusich faz em simultâneo um texto autobiográfico. Sua *biografia* é também *memória* do tempo que passou com pai.

Outra biógrafa que escreveu sobre seus familiares foi D. Maria Luísa de Valleré. Tal como Pusich, historiou sobre o seu pai, em *Elogio Historico de Guilherme Luiz Antonio de Valleré. Éloge Historique de Guillaume - Louis Antoine de Valleré Publicado de novo, com várias anotações...*⁹⁵, um discurso proferido por Francisco de Borges Garção Stockler, a 20 de janeiro de 1798, na Academia Real de Ciências de Lisboa, mas ao qual Luísa de Valleré acrescentou informações. Esta mesma autora compilou as cartas de seu pai no manuscrito *Correspondência do Tenente General Guilherme Luiz Antonio de Valleré*⁹⁶, que foi enviado para o *Jornal de Coimbra*⁹⁷ e mencionado pelo *Investigador Portuguez em Inglaterra*⁹⁸ e a *Revista Panorama*⁹⁹.

Para além dos textos que eram verdadeiros preitos a familiares, também foram encontrados outros sem essas características, como os de D. Emília de Resende no periódico *Ramalhete*. Nestes pequenos relatos sobre a vida do rei D. João II, a autora não tem pretensões de ser chamada de historiadora; apenas escrever sobre momentos que considera importantes e, ao menos um deles, peculiares. Estes textos são “Da merce que El-Rei D. João II fez a um desembargador por uma sentença contra elle” e “Da merce que El-Rei D. João II fez a João Goa”, de 1840, e “Deo que aqui em Santarem Acaeeo (sic) de Noite a el-Rei D. João II” do ano seguinte¹⁰⁰. Foram ambos escritos em forma de anedota, sendo que o último vem acompanhado da seguinte nota: "Conservamos por necessidade a este artiguinho sua orthographia"¹⁰¹. Ou seja, este texto é percebido pelos editores como algo para entreter e não instruir os leitores e leitoras do periódico, um *artiguinho*. É interessante ressaltar que o

⁹⁴Ibidem, v.

⁹⁵Paris: Firmin Didot, 1808.

⁹⁶D. Maria Luiza de Valleré e Guilherme Luiz António de Valleré, *Correspondência do Tenente General Guilherme Luiz António de Valleré, sendo Coronel do Regimento d'Artilharia d'Estremoz, com Sua Alteza Serenissima o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General dos Exercitos de S. Mag[estad]e Fidelissima o Senhor D. José 1.º Colligida, copiada e offerecida por D. Maria Luiza de Valleré filha do sobredito Tenente General para ser depositada no Real Arquivo Militar, e servir de instrucção a quem quizer ordenar ou saber a historia do Forte de La Lippe, de que elle foi Director singular.* (s.l, [depois de 1798]).

⁹⁷*Jornal de Coimbra*, Vol 6, nº28.

⁹⁸*Investigador Portuguez em Inglaterra*, Vol7, nºs 19-20.

⁹⁹*Revista Panorama*, Vol 4.

¹⁰⁰*Ramalhete*, Vol 3, nº141 e Vol 4, nº168 respectivamente.

¹⁰¹*Ramalhete*, Vol 4, nº168.

periódico coloca estes textos junto a outros de história das mulheres portuguesas, tratadas com mais seriedade. São estes as “*Ações Portuguezas. Valor das Senhoras*” e as vidas de Joana Josefa de Menezes, D. Elena da Silva, D. Feliciano de Milão, Pública Hortênsia de Castro e Luísa Sigea¹⁰².

Outros artigos de história, desta vez religiosa, escritos por uma mulher foram “A fé triunfando na Índia Portuguesa”¹⁰³ e “Os Milagres de São Francisco Xavier”¹⁰⁴ de D. Eufrosina Pais de Noronha. A temática religiosa era de resto frequente em textos de autoria feminina, como será observado no capítulo 4.

Já o *Annual historico e politico de Portugal e Brasil, enquanto reino unido e até o presente*¹⁰⁵ de Maria Francisca Avondano é, segundo a autora, "destinado unicamente para minha instrução"¹⁰⁶. A indicação de seus conhecidos para que o texto seja publicado faz com que ela o leve a prelo porque "poderá servir de documento para quem escrever a Historia", razão pela qual pretende que a sua "Obra seja imparcial, exacta, e completa"¹⁰⁷. A autora afirma ainda que não irá mostrar-se a favor ou contra liberais e miguelistas "porque estimo e prézo a verdade mais que as pessoas"¹⁰⁸.

Em 1817, Joana Margarida Mâncio Ribeiro da Silva publicou *Invasão da Russia, destroço do exercito francez, na memorável campanha de 1812. Resumo histórico traduzido livremente, e addicionado com observações e notas extrahidas dos Officios Ministeriais públicos, e colhidos pelo testemunho ocular de pessoas sensatas, e fidedignas*¹⁰⁹. Trata-se de uma tradução de 150 páginas, à qual D. Joana Margarida acrescenta as suas opiniões ao longo de 15 notas. Nestas, a autora cita fontes documentais e relatos da vida daqueles que aparecem mencionados ao longo do texto, prática comum em traduções de textos historiográficos. No entanto, D. Margarida Ribeiro da Silva também exprime aí um forte desejo de falar a verdade, bem como o seu desgosto pela figura de Napoleão e pelos franceses. A escolha do texto parece devir de um verdadeiro objetivo de perceber e demonstrar uma verdade histórica, expondo desta forma a glória portuguesa, ou, ao menos, é isto que se observa através das poucas notas do texto. Embora não fosse diferente de outros textos de história do período, é

¹⁰²Ramalhete, nº126, 134, 135, 137, 138 e 140.

¹⁰³Nação, nº 3186 de 1859.

¹⁰⁴Nação, nº 3952 de 1859.

¹⁰⁵Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854.

¹⁰⁶*Annual historico e politico de Portugal e Brasil, enquanto reino unido e até o presente*. (Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854), 7.

¹⁰⁷Ibidem, 8

¹⁰⁸Ibidem, 9.

¹⁰⁹Lisboa: Imprensa Regia, 1817.

uma tradução feminina de uma obra que não seria, então, considerada leitura feminina como os romances ou mesmo a poesia.

3. Memórias

Este gênero literário permite que a autora descreva sua vida da forma que deseja, com suas opiniões privadas e relatando acontecimentos à sua maneira. Assim, servem como defesa de seu ponto de vista, seja para vingar-se de seus inimigos, como nas memórias de Josefina de Neville, seja para lembrar familiares perdidos, como é o caso de Maria Cecília Aillaud e de Joana Margarida Mâncio Ribeiro.

Maria Cecília Aillaud perdeu seu filho, e esta perda, foi o mote para as suas memórias. Mencionada em diversas listagens de autoria portuguesa, sua obra, no entanto, permanece perdida. Assim sendo, os trechos aqui mencionados foram retirados de *A Mulher em Portugal*¹¹⁰, *Poetisas de Portugal*¹¹¹ e *Escritoras Portuguesas*¹¹². Quando da publicação da primeira, as memórias corriam ainda em forma manuscrita, mas perderam-se e os trechos escolhidos por António da Costa são o único contato possível com esta obra que, segundo a própria autora, não havia sido feita para a publicação, mas sim para "representar preciosos pergaminhos de honra que o amor materno erguesse, em genial paralelo de paixão e de saudade, ante as páginas alucinadas onde se crucificou o sacrílego e alto amor da freira Alcoforado"¹¹³. Estas memórias eram compostas de um manuscrito de 134 páginas, escritas em tributo a Manuel Matias Vieira, filho da escritora.

Outra obra em jeito de homenagem foi a da poesia de Joanna Margarida Mâncio Ribeiro da Silva *Obra poetica de D. Joanna Margarida Mancia Ribeiro da Silva, em que descreve a sua vida*¹¹⁴. A autora utiliza as Quadras 'Em que a Authora descreve a sua vida' para falar de sua família: "De pobre Pai, mas Illustre, /De Mãi cheia de ternura, /Nasci, trazendo comigo/ Desde logo a desventura"¹¹⁵. Por diversas vezes separados devido à carreira

¹¹⁰Antonio da Costa, *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em beneficio de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892).

¹¹¹Arthur Vieira, *Poetisas em Portugal: Conferencia de Arthur Vieira dada en el Club de señoras El 7 de octubre, com motivo del aniversario portugués* (Santiago do Chile: Editorial Nascimento, 1931).

¹¹²Barros, *Escritoras de Portugal*. Vol. 2.

¹¹³Ibidem, 167.

¹¹⁴Lisboa: Impressão Regia, 1815.

¹¹⁵Joana Margarida Mancia Ribeiro da Silva, *Obra poetica de D. Joanna Margarida Mancia Ribeiro da Silva, em que descreve a sua vida* (Lisboa: Impressão Regia, 1815), 7.

militar de seu pai Lizério, os progenitores da poetisa são descritos como ternos amantes apesar da distância¹¹⁶.

Margarida Ribeiro da Silva teria iniciado seus estudos aos quatro anos, quando "[p]ara a Mestra sou mandada,/ Bem pequena entro a ser/ Pelo Estudo apoquentada."¹¹⁷ Estes estudos eram os tipicamente femininos: a costura e uns poucos conhecimentos básicos. Enquanto a poetisa crescia, continuava sua educação, sendo que "[l]ia diversas Historias,/ Desejosa de talento;/ Com os seus [de Telemaco] sábios dictames/ Polia o entendimento"¹¹⁸. Aos doze anos, já "[t]inha idade para pensar"¹¹⁹ e compreender a situação de pobreza de sua família.

Com a segunda participação militar de seu pai, D. Joana Margarida foi separada da mãe e do irmão, ficando aos cuidados de sua tia. Sobre este período afirmou: "[e]u da Tia era tratada/ Com meiguice, e com amor; / Sempre á Mestra me mandava;/ DEOS lhe pague este favor"¹²⁰.

A educação da jovem Joana Margarida continuou durante as frequentes ausências paternas, assim como a formação de seus irmãos, assegurada pela mãe¹²¹. A jovem "[n]a Leitura dos Livrinhos/ Immensas noites perdia"¹²² enquanto cuidava de seus irmãos.

As frequentes participações militares do pai não eram compreendidas pela jovem Joana Margarida, mas, quando descreve a Invasão Francesa, a autora já parece compreender a importância do acontecimento para Portugal:

186.
Dalli logo a poucos dias
Foi a desgraça geral,
Porque os inimigos Francezes
Invadirão Portugal.

187.
Te o REGENTE Soberano
Precisou usar da idéa

¹¹⁶A primeira separação entre os pais ocorre logo após seu nascimento: "Anália terna, e chorosa, /Do Caro Esposo nos braços,/ Julgava por desditosos/ De Hymenio (sic) os doces laços." Quando da segunda separação D. Joanna já teria quatro anos: "A desordem, e o desgosto/ Na triste casa se vê, / A Mãe chora de saudades, /Eu choro não sei de que." E na terceira guerra da qual participou seu pai o casal esteve distante por onze meses. "A mái já vendo os filhinhos/ Continuamente a chorar./ Desfarçava as suas penas,/ Só a fim de os consolar". Devido à saudade, sua mãe organizou uma visita da família ao pai em Abrantes, e a família acabou por se mudar para o local. Tiveram "Por algum tempo a ventura", mas logo sua mãe adoeceu e tiveram novamente que se separar. Com o fim da guerra "Que ha tanto tempo durava" retornou sei pai e, "Finalmente nessa tarde/ Mudou de semblante a sorte;/ Trouxe o saudoso Lizério/ Para animar a Consorte". Silva, *Obra poetica de D. Joanna Margarida Mancia Ribeiro da Silva*, 9, 11, 18, 24, 33.

¹¹⁷Ibidem, 10.

¹¹⁸Ibidem, 16.

¹¹⁹Ibidem, 17.

¹²⁰Ibidem, 12.

¹²¹"Hia Anália satisfeita/ Os filhinhos educando". Ibidem, 35.

¹²²Ibidem, 37.

Hir ao Rio de Janeiro,
Deixar a terra Ulysséa.

188.
Se as mesmas Reaes Familias
Transtorno tal supportarão;
Que farião seus Vassalos,
Que aqui sem ellas ficarão?

189.
Conte Béja, e mais Leiria
As desgraças que soffreo;
Évora também relate
O sangue que lá correo.

190.
Era o Junot em Lisboa,
O que Sylla foi em Roma;
Phalaris na tyrannia,
Na lei igual a Mafoma.

191.
Parece que o sangue humano
Por gosto via correr;
E ao desgraçado povo
Gostava de ouvir gemer.¹²³

Margarida Ribeiro da Silva descreve um Portugal sofredor, mas que, no entanto, luta. Seu pai foi então feito capitão e, obrigado novamente a participar da guerra, ao falecer deixou sua família destituída.

São 236 quadras a narrar a vida da autora, que não teria mais de dezesseis anos quando as publicou. Possivelmente, sem o pai, a família perdeu o seu sustento, como ela mesma indica: "[d]e todo as cartas nos faltão,/ E também o mantimento"¹²⁴, razão pela qual a jovem terá publicado quatro livros de poesia entre 1811 e 1820.

Josefina de Neuville igualmente escreveu sobre sua vida. A autora aproveitou essas linhas para, de certa forma, reabilitar a sua imagem perante a sociedade. Ao descrever sua vida, D. Josefina pode defender-se daqueles que a censuravam. *As Memórias da minha vida: recordações da minhas viagens por Josephina Neuville dedicadas a minhas filhas offerecidas a ****¹²⁵ são um relato em dois volumes que se inicia na infância da autora no Brasil,

¹²³Silva, *Obra poetica de D. Joanna Margarida Mancia Ribeiro da Silva*, 38-39.

¹²⁴Ibidem, 46.

¹²⁵Lisboa: Typographia do Panorama, 1864.

perpassam pela sua educação na França, e terminam com a separação entre Josefina e o seu segundo amante, o futuro visconde da Nogueira, Jacinto Augusto Sant'Anna e Vasconcelos Moniz de Bettencourt (1824-1888). Segundo Inocêncio, suas memórias alcançaram grande êxito, precisamente por serem escandalosas para o público português¹²⁶. As diversas menções aos seus dois amantes (Sant'Anna e Vasconcelos e Henrique Pires), bem como a vida desregrada das costureiras francesas da casa de sua tia M^{me}. Levaillant, em Lisboa, e a relação da memorialista com Manuel Pinto da Fonseca (1804-1855), o Monte Cristo, seriam uma boa razão para que a moralista sociedade portuguesa desgostasse da obra.

A autora nomeia todos aqueles que participaram de sua vida, com exceção de Henrique Pires, o homem que ela mais amou e que faleceu em 1854, deixando-a desolada e sem recursos, com uma criança ainda bebê, Maria Henriqueta Neuville (1853-1934) e outra pequena, Clementina Neuville (1848-após 1866), filha de seu marido, o francês Francisco Populaire (?-?), com quem casou em Lisboa, em 1846, e que a acompanhou nas suas viagens pela Europa.

Também a relação entre Josefina e seu marido seria considerada um escândalo pelos portugueses do oitocentos, visto que a autora descreve uma separação amigável mas dá indicações de que seu esposo mantinha uma amante, razão pela qual D. Josefina teria decidido voltar a Portugal, terra que mais amava.

4. Cartas

Assim como a poesia, a epistolografia é também relacionada ao feminino na história da literatura portuguesa, visto que foi este o gênero literário utilizado pela mítica Soror Mariana em suas *Cartas Portuguesas* (1669)¹²⁷, por isso mesmo reinventado no século XX pelas três Marias como as *Novas Cartas Portuguesas*¹²⁸. Estas três escritoras aproveitaram esta forma literária para homenagear não apenas a autoria feminina de Mariana Alcoforado, mas também – ao remeterem-se conscientemente à obra de outra escritora – para se relacionarem com aquela "tradição literária feminina" inexistente. Tal como tinha feito

¹²⁶Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico portuguez* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), Tomo XIII: 247.

¹²⁷Mariana Alcoforado, *Cartas Portuguesas* (Porto Alegre: L & M. Pocket, 2007).

¹²⁸Maria Isabel Barreno; Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta, *Novas Cartas Portuguesas* (Lisboa: Dom Quixote, 2010).

Virginia Woolf em *A Room of One's Own* (1929)¹²⁹ ao citar Jane Austen, as irmãs Brontë e outras inglesas.

Durante o século XIX, a escrita epistolar era parte do cotidiano da fidalguia portuguesa. As mulheres destas famílias, que devido à sua posição social privilegiada tiveram acesso às letras, necessitavam de conhecimentos básicos de gestão do lar, e para tal, escreviam cartas ou pequenas notas para outras pessoas da família ou para empregados e credores. As cartas faziam parte da cultura das luzes e dos salões, tendo à primeira vista um cunho meramente privado e pessoal, mas que adquirem um significado político nos séculos XVIII e XIX, sendo uma “*veritable art de la conversation*”¹³⁰. Estas cartas serviam de notificação dos acontecimentos, bem como mantinham os laços da família. Como lembra Maria Antónia Lopes, os membros das famílias reais, o que se aplica a toda a alta sociedade, “*correspondiam-se continuamente, sempre amáveis, abusando das declarações de profunda estima*”, o que não significava um real sentimento, sendo parte do vocabulário e das convenções necessárias para estas comunicações¹³¹.

Poucas correspondências femininas foram divulgadas durante o século XIX. Ainda assim, algumas epístolas surgiram em jornais. Outras foram publicadas na contemporaneidade, por historiadores e historiadoras interessadas na vida familiar destas senhoras. Outras ainda permanecem manuscritas em arquivos. Todas estas missivas podem aportar informações relevantes sobre a vida das mulheres durante este período.

4.1. *Publicadas em jornais*

Muitas cartas foram publicadas em diversos periódicos portugueses ao longo do século XIX; fossem pedidos, relatos, informações ou reclamações. Alguma correspondência de ilustres senhoras portuguesas para seus amigos, familiares e amantes era por vezes escolhida pelos editores para demonstrar o valor português, outra trazia anedotas sobre o dia-a-dia, formas de administrar remédios e receitas caseiras, recomendações médicas¹³² ou pedidos de auxílio. Algumas destas missivas tinham conteúdos mais sérios, tais como os pequenos relatos

¹²⁹Woolf, ‘A Room of One's Own’, 561-633.

¹³⁰Scarlett Beauvalet-Boutoyre, *Les femmes dans la époque moderne (XVII^e – XVIII^e siècles)*, (Paris: Belin sup Hisoire, 1994), 216.

¹³¹Maria Antónia Lopes, ‘Sociabilidades dinásticas oitocentistas: o rei D. Fernando II (1816-1885) e a sua rede familiar europeia’. In. Maria Marta Lobo de Araujo, Alexandra Esteves, Ricardo Silva, et al. (coord). *Sociabilidades na vida e na morte (Séculos XVI-XX)*. (Braga: CITCEM, 2014), 260.

¹³²Ainda antes de Maria Peregrina de Sousa começar seus relatos sobre a vida no Minho para a *Revista Universal Lisbonense* a autora escreveu pequenos textos falando sobre a saúde e as “bixas” e recomendando um médico do Porto para este mal.

da *obscura portuense* na *Revista Universal Lisbonense* ou ainda a defesa das portuguesas feita por *huma portugueza constitucional*.

Esta última autora escreveu uma resposta a um texto do *Astro da Lusitania* número 273, publicado a 13 de dezembro de 1820, no qual se criticava as mulheres por criarem um movimento republicano, com o propósito de tirar o dinheiro dos seus maridos, para encomendar vestuários espalhafatosos de França. Em resposta, *huma portuguesa constitucional* demonstrou que esta suposta revolta teria sido impossível, visto que "estamos [as mulheres] acostumadas desde pequena(sic) a sermos oprimidas", já que "nos tem faltado (para mais opressão) com os Mestres necessários para nos armarem de conhecimentos uteis, e necessarios". Esclarecia que eram os maridos quem mal usava o dinheiro, que caberia às esposas, para o cuidado da casa e dos filhos. Comunicando-se diretamente com o editor, perguntou: "quem são os espartilhados, as senhoras ou os senhores?"¹³³.

Este texto demonstra uma ferocidade inusitada na forma como a autora defende a questão das mulheres. Embora esquecido num jornal e não publicado em volume, como é o caso dos diversos livros relacionados ao equivalente português da *querelle de femme*, a *malícia das mulheres*¹³⁴, neste texto a autora demonstra uma consciência perspicaz e temerária da condição feminina na primeira metade do século XIX. A forma como o texto ataca o editor do periódico demonstra a importância de se fazer percebida pelo editor, homem, que interpreta qualquer atividade feminina como um desejo de "tirarem o dinheiro de seus maridos"¹³⁵.

É interessante que um periódico como o *Astro da Lusitania* tenha aceite e publicado textos femininos. Como foi observado, a maioria da produção feminina apareceu em publicações de cunho literário ou de entretenimento. Talvez a sua temática essencialmente pública (e política) seja a justificação para ser aceite num local no qual se encontram obras de autores homens e, logo, supostamente superiores, e com temáticas entendidas como exclusivamente masculinas. Também é notável que a mesma autora que escreveu uma carta apaixonada em defesa das mulheres tenha sido outra vez publicada quase um ano depois, pedindo aos leitores que levantem a bandeira do patriotismo celebrando a revolução liberal ao bordar "de branco sobre azul, as letras =1820= ou sobre um botão de cor de prata e superfície

¹³³*Astro da Lusitania* nº 27. 18 dezembro de 1820. Vide capítulo 4 e Anexo IV.

¹³⁴A *malícia das mulheres* é a versão portuguesa da questão feminina durante o fim do século XVIII e início XIX e se apresenta em diversos textos de autoria de homens e mulheres que tratam da *malícia* relacionada ao feminino. Os textos femininos sobre esta temática serão analisados no capítulo 4. Esta questão foi também trabalhada por Luísa Marinho Antunes em *A malícia das mulheres. Discursos sobre poderes e artes das mulheres na cultura portuguesa e europeia*. (Campo Grande: Editores Esfera do Caos, 2014).

¹³⁵*Astro da Lusitania* nº 23. 13 de dezembro de 1820. Carta em anexo.

plana, levantados em baixo relevo"¹³⁶. Nesta segunda carta, *huma portuguesa constitucional* utilizou uma atividade feminina para defender uma opinião política. Não apenas expõe sua posição, como insinua outras mulheres a fazê-lo por meio deste mesmo ofício feminino.

Também publicadas, desta vez no *Instituto*, foram cartas de D. Maria da Glória da Costa e Almeida e de Eugénia Cândida da Costa e Almeida para outra mulher, D. Maria Cecília Aillaud, sobre o falecimento da escritora e professora do Colégio das Ursulinas de Coimbra, D. Ana do Carmo Pessoa, em 1845¹³⁷. Já o texto enviado por D. Maria Benedita Machado de Castro e Sousa a sua irmã D. Mariana Perpétua Machado de Castro e Sousa foi escrito em agradecimento aos leitores da *Revista Universal Lisbonense*¹³⁸. As cartas de D. Maria Peregrina de Sousa para António Feliciano de Castilho, já mencionadas no primeiro capítulo, foram publicadas junto a um artigo deste autor na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*¹³⁹ e posteriormente adicionadas à edição de *Henriqueta*, da mesma escritora. Estas cartas, que se assemelham a memórias da sua vida, permitem conhecer as obras da autora e um pouco sobre seu cotidiano.

A jornalista francesa Catarina de Andrada também teve algumas de suas cartas publicadas em jornais portugueses (e não nos mesmos que dirigiu). É o caso da missiva que enviou à *Revista Universal Lisbonense* sobre uma ópera apresentada no Teatro de São Carlos. A autora afirmou:

A noite de sabbado 9 do corrente no theatro de S. Carlos, fez sobre mim tanta impressão, que senti uma viva saudade de não redigir ainda o jornal frances *l'Abeille*, onde poderia dar logar ás minhas idéas. Comtudo, movida por um impulso quasi involuntário, tomo a liberdade de as communicar a V., cuja urbanidade, tão conhecida, não recusará, podendo ser, a admissão dos pensamentos de quem há já muito não vive no mundo¹⁴⁰.

Embora não dirigisse mais um periódico, D. Catarina descreve suas opiniões sobre o teatro português e demonstra que o interesse pela escrita não se acabara com o final de seu jornal.

A correspondência de Maria Luísa de Valleré e de seu pai, por sua vez, foi copiada em um manuscrito desta mesma senhora e enviada para o *Jornal de Coimbra*, que publicou algumas cartas¹⁴¹.

¹³⁶*Astro da Lusitania* nº 255. 27 de setembro de 1820.

¹³⁷*Cartas Escolhidas*. In. *Instituto*, nº8 de 1889.

¹³⁸*Revista Universal Lisbonense*, tomo III, nº 4 de 14 de setembro de 1843.

¹³⁹*Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, tomo III, de 1861.

¹⁴⁰*Revista Universal Lisbonense*, tomo II, nº23 de 14 de março de 1850.

¹⁴¹*Jornal de Coimbra*, Vol 6, nº28 e Vol7, nº33.

4.2. *Publicadas posteriormente*

Enquanto alguns conjuntos epistolares foram publicados por periódicos portugueses contemporâneos a suas autoras, a grande maioria das cartas escritas por mulheres não se tornaram públicas no momento da sua escrita, circulando antes pelo grupo de amigos e/ou familiares. Por uma diversa quantidade de razões, especialmente pelo seu cunho pessoal e privado, as senhoras portuguesas mantinham suas missivas reservadas a um pequeno número de amigos e familiares.

Embora poucas sejam as cartas que tenham resistido ao tempo, algumas figuras e famílias detinham um cuidado maior com as epístolas dos seus entes queridos, acontecendo que alguns arquivos contemporâneos conservam estas fontes. Com o aumento do interesse pela história da vida privada e pelo cotidiano das famílias, ao longo do final do século XX e início do século XXI, tem-se presenciado a publicação destes textos. A publicação de espólios de autoria feminina também se relaciona com este interesse e, principalmente, com a valorização das mulheres como agente da história.

A marquesa de Alorna foi uma autora que gerou este interesse tanto pela sua literatura como pela sua biografia. Tendo-se conservado as suas cartas por meio de diversos arquivos portugueses, especialmente a Torre do Tombo, onde se localiza o espólio da Casa de Fronteira e Alorna, puderam ser publicados muitos dos textos de sua autoria. Visto que a poetisa se comunicava desta forma com seus familiares e com pessoas importantes da corte portuguesa, inclusive a família real¹⁴², é fácil perceber o interesse pela sua correspondência.

O primeiro grande grupo de cartas escolhidas da autora foi publicado por Hernani Cidade, em 1930¹⁴³. Em dois volumes dedicados à sua obra, na coleção de Clássicos Sá da Costa, o autor divide-a entre poesias (escolhidas) e cartas e outros inéditos¹⁴⁴. Neste segundo volume o autor transcreveu textos da autora para seu pai, quando ela ainda estava em Chelas, e cartas a diversas figuras importantes para a história de Portugal, em especial a príncipes e princesas.

Em 1975, outra carta inédita da marquesa foi publicada, desta vez por Aníbal Pinto de Castro na *Revista de História Literária de Portugal*. Esta missiva para o desembargador

¹⁴²Entre outras, um exemplo é a carta ao príncipe regente que se encontra na Biblioteca Municipal do Porto. M-SER-32[1] e M-SER-32[2] e M-DVD003.

¹⁴³Hernani Cidade, *A Marquesa de Alorna. Sua vida e obras. Reprodução de algumas cartas inéditas* (Porto: Livraria Sá da Costa, 1930).

¹⁴⁴Marquesa de Alorna, *Poesias. Selecção, prefácio e notas do prof. Hernani Cidade*. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1960).

Sebastião José Xavier Botelho é um dos documentos da autora escritos na tentativa de reabilitar a imagem de seu irmão, o 3º marquês de Alorna¹⁴⁵.

Um outro conjunto das suas cartas, posteriormente publicado, reúne missivas dirigidas a D. João VI entre 1801 e 1809, atualmente depositadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. A remetente tinha como objetivo convencer o príncipe regente a investir contra Napoleão antes da invasão francesa¹⁴⁶.

No entanto é em *Cartas de Lília e Tirse*, compiladas por Vanda Anastácio, que encontramos as missivas para sua amiga D. Teresa de Mello Breyner¹⁴⁷. Estas cartas trocadas entre duas ilustres senhoras portuguesas, também escritas quando D. Leonor esteve enclausurada em Chelas, revelam o cotidiano de uma mulher da alta sociedade e fidalguia num convento. A vida cultural de Chelas era colorida e alegre: D. Leonor descreve danças e festejos dos quais participa com sua irmã e um grupo de amigas. Mas também demonstram a tristeza da poetisa em estar separada do pai, enclausurada, por uma razão que ela considera injusta. Através destas missivas pode acompanhar-se as leituras de D. Leonor, bem como a escrita e a leitura de ambas as correspondentes.

Outra ilustre senhora cujas missivas se encontram publicadas, é a condessa de Alva, D. Mariana de Sousa Holstein. Trata-se da correspondência que manteve com a irmã Teresa, entre 1814 e 1819, onde se descrevem eventos importantes da história de Portugal, tais como as viagens diplomáticas de seu irmão, o conde de Palmela, os casamentos reais e entre os fidalgos que haviam ficado em Portugal quando a corte se mudou para o Brasil, os bailes, os estrangeiros ilustres que desembarcavam em Lisboa, assim como a moda, os costumes, as doenças, os nascimentos, os óbitos, em suma, o cotidiano de sua família.

Estas cartas foram publicadas por António Ventura sob o título *Um Olhar Feminino sobre Portugal*¹⁴⁸ e compreendem 276 documentos, escritos entre 4 de setembro de 1814 e 23 de janeiro de 1819, adicionadas de alguns redigidos pelo conde de Alva ou por D. Catarina, irmã de D. Mariana. Produzidas enquanto D. Teresa acompanhou seu marido a Madrid, local onde seriam negociados os casamentos entre o rei da Espanha e seu irmão com D. Maria

¹⁴⁵Este artigo de Aníbal Pinto de Castro faz uma pequena explicação da situação do irmão da marquesa, bem como o porquê da necessidade desta missiva, e culmina com a transcrição do documento. Alorna, Marquesa de; Castro, Aníbal Pinto de. 'Uma carta inédita da Marquesa de Alorna'. *Separata da Revista de História Literária de Portugal*, vol IV. (Coimbra: Coimbra Editora, 1975), 405-412.

¹⁴⁶Vicente, António Pedro. *Cartas e apontamentos inéditos de Alcipe*. in. Monteiro, Nuno Gonçalves; Almeida, Teresa de Sousa; Anastácio, Vanda (orientação). *Correspondências - Usos da Carta no século XVIII*. (Lisboa: Edições Colibri, 2005).

¹⁴⁷Vanda Anastácio (org.), *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)* (Lisboa: Edições Colibri. Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2007).

¹⁴⁸Mariana de Sousa Holstein, António Ventura (org.). *Um olhar feminino sobre Portugal'. D. Mariana de Sousa Holstein. Condessa de Alva. Cartas a sua irmã Teresa (1814-1819)*. (Lisboa: Livro Horizonte, 2006).

Isabel e D. Maria Francisca de Assis respectivamente, infantas portuguesas, estas cartas serviam um duplo propósito: privado e público. Ao mesmo tempo em que compreendiam a comunicação entre membros da família, o contato entre irmãs e sobrinhos, estes textos revelavam aos membros da família os acontecimentos relacionados a coroa portuguesa e informações oficiais que chegavam a Portugal.

Foram também publicadas as cartas da marquesa de Ponta Delgada em sua biografia *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada*, de Manuel Ferreira¹⁴⁹, bem como a *Correspondência (1833-1880). D. Maria Thereza de Sousa Botelho. Condessa da Ponte e suas filhas*¹⁵⁰ e de *Isabel, Condessa de Rio Maior: Correspondência para seus filhos 1852/1865*¹⁵¹. Todas patenteiam aquilo que se percebe nas cartas da condessa de Alva: a dupla função pública e privada destes textos, relatando os acontecimentos nos quais a família esteve presente ou os momentos importantes da história do país.

Para além destas cartas de fidalgas portuguesas, em *Castilho e Pauline de Flaugergue*¹⁵², Álvaro Pimpão transcreveu alguma da correspondência entre a poetisa Flaugergue e António Feliciano de Castilho e sua esposa, Ana Carlota de Vidal. A amizade entre os três e a saudade de Portugal que acompanha Flaugergue em França são perceptíveis nestas missivas. Parte das transcrições de Pimpão são poemas da esposa de Castilho para a amiga, em francês. Já Maria Luísa de Valleré, que juntou e publicou as cartas de seu pai no *Jornal de Coimbra*, teve por sua vez as suas cartas para o noivo publicadas em *Badajoz y Elvas en 1811: Crónicas de Guerra: Cartas de Francisco Xavier do Rego Aranha a D. Maria Luíza de Valleré (9 de enero- 17 de junio de 1811)*¹⁵³.

4.3 Inéditas

Como já foi mencionado, muitas cartas continuam guardadas e esquecidas em arquivos públicos e privados ou em baús de família. Uma missiva que permanece inédita é uma "célebre" carta para o conde de Las Casas, de Francisca Paula Possolo da Costa e mencionada em *Escritoras de Portugal*¹⁵⁴, mas que não foi localizada.

¹⁴⁹Manuel Ferreira, *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada* (Ponta Delgada: s.n., 1991).

¹⁵⁰Maria Teresa de Sousa Botelho, Theresa M. S. de Castello Branco (Org.), *Correspondência (1833-1880). D. Maria Thereza de Sousa Botelho. Condessa da Ponte e suas filhas* (Lisboa: Aletheia, 2013).

¹⁵¹Theresa M. S. de Castello Branco, *Isabel, Condessa de Rio Maior: Correspondência para seus filhos 1852/1865* (Lisboa: Quetzal, 2004).

¹⁵²Álvaro J. da Costa Pimpão, 'Castilho e Pauline de Flaugergue: um encontro romantico'. Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa ano V. nº17-18.. (Coimbra, 1959).

¹⁵³Ed. Luis Alfonso Limpo Píriz.. Badajoz : Ayuntamiento. 2011.

¹⁵⁴Barros, *Escritoras de Portugal*,99.

Na coleção Adília Mendes, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por exemplo, estão as cartas de e para Marino Miguel Franzini (1789-1861). Nestas podem ser encontradas as cartas de sua filha, D. Augusta Maria Franzini, que publicou o folheto *Exposição dos cruéis tratamentos que sofreu D. Augusta Maria Franzini, praticados por seu marido Gonçalo Telo de Magalhães Colaço, pelos quais se viu obrigada a pedir auxílio à justiça, a de obter a sua separação e divórcio*¹⁵⁵, onde se incluem as sentenças de sua separação judicial.

As cartas, guardadas pelo pai da autora, foram-lhe enviadas após o matrimônio de D. Augusta, no período em que ela residia com Gonçalo Telo em Coimbra, e, após a separação, quando esteve em casa de amigos da família, bem como mais tarde, quando ingressou no convento. Neste espólio, encontram-se cartas dos familiares do marido de D. Augusta, de anônimos escandalizados com a situação desta senhora, ou da própria autora para o pai, sua irmã Juliana e sua prima Carlota. D. Augusta Franzini escreve muito para seu pai, tanto antes do divórcio¹⁵⁶ como depois de descobrir a esposa anterior do seu marido. Em suas cartas discute o caso, fala sobre o desejo de publicar o folheto e sobre a vontade de não ir para o convento. D. Augusta assinou as suas missivas de vários locais: da casa do primo do marido que a recebeu, da Calçada da Estrela e do Convento da Esperança, do qual o pai também recebe cartas da Madre superiora.

Este espólio, com cartas escolhidas transcritas no Anexo II, permite perceber a verdadeira situação de uma mulher "separada" na primeira metade do século XIX. D. Augusta parece compreender que não há solução para si, visto descobrir que não apenas o marido teria uma amante, como teria casado com esta mulher anteriormente ao seu casamento, o que tornaria sua união nula perante a lei e a Igreja. O convento era a única solução viável para uma senhora que vivera amancebada, mesmo acreditando estar legal e religiosamente casada, e, portanto, em nada haver violado os códigos estabelecidos.

¹⁵⁵Datado por ela do Convento de N. Sra da Esperança, em 1846. Esta obra, segundo Inocêncio, estaria na Universidade de Coimbra, mas não foi encontrada. Silva, *Dicionário bibliográfico português*, Tomo VIII, 333.

¹⁵⁶Na época, a palavra divórcio não tinha o significado de hoje de dissolução do laço matrimonial, mas apenas a separação legal (impedindo-se, portanto, nova união) ou um processo em que se verificava se existiam impedimentos que impossibilitavam desde o início aquele casamento, decretando-se então que nunca tinha existido.

5. Romances e folhetins

Uma boa parte dos textos de autoria feminina, publicados durante a primeira metade do século XIX, eram romances, fossem eles folhetins, livros publicados na íntegra e/ou em diferentes volumes, ou ainda textos inicialmente aparecidos em periódicos e posteriormente editados em formato livro.

Foram vários os romances originais escritos por mulheres portuguesas. Alguns exemplos dessa produção são o romance *O Sacrifício recompensado*, de D. Maria Cândida de S. S, publicado no *Ramalhete*¹⁵⁷, *Henriqueta de Orleans ou o Heroísmo*¹⁵⁸, de Francisca Paula Possolo da Costa – note-se a semelhança do título com *Henriqueta* de Maria Peregrina de Sousa. Todavia, enquanto a obra da *obscura portuense* é claramente uma história portuguesa sobre uma jovem "perdida" que encontra no seu filho e na ajuda de um velho escravo, o caminho para a salvação de sua alma, a obra de Francília relata a vida de uma jovem francesa que se transveste para participar da guerra na península ibérica. Já *A história Georgiana, ou a Constancia*¹⁵⁹, assinada por *huma sua nacional*, coloca seus heróis Torum Chá, Zemira, Arima e Jomendar num mundo repleto de harens, eunucos e viagens a lugares distantes. Este último texto apresenta uma temática frequente nos folhetins da *obscura portuense* tais como *Uma Moura de Lissibona*¹⁶⁰ e *Zutema e a Cruz de Oiro*¹⁶¹: os mouros.

Em *Afra*, Matilde Leão d'Assis Pereira da Cunha e Castro utiliza uma estratégia de autoria peculiar, algo semelhante ao que Gubar e Gilbert perceberam na obra de Mary Wolstonecraft Shelley *The Last Man*¹⁶² (1826). O seu nome acompanha o título do texto, mas a introdução da obra é assinada por Joana, personagem que teria encontrado os escritos de Francisco, supostamente o verdadeiro autor. Estaria D. Matilde questionando sua própria autoria? Ou estaria justificando seu texto através do uso de uma voz narrativa masculina?

O romance era uma leitura massificada¹⁶³, ou seja, produzida em grande escala e sem rigores muito claros. Logo, contrária à literatura das elites, vista como superior em qualidade

¹⁵⁷*Ramalhete*, n^{os} 192-194.

¹⁵⁸C, *Henriqueta de Orleans*.

¹⁵⁹Huma sua nacional, *Historia Georgiana, ou A constancia : novella escrita e offerecida às Senhoras Portuguezas por huma sua nacional*. (Lisboa: Typ. de J. F. M. de Campos, 1824).

¹⁶⁰*Íris* Tomo III n^{os} 205-206.

¹⁶¹*Archivo Popular*. N^o32, 33 e 34 de 1843.

¹⁶²Nesta obra, Shelley afirma ter encontrado o texto numa caverna e decidiu publicá-lo. Gubar e Gilbert concluem, através da obra de Shelley, que a caverna é um espaço feminino. Cf. Sandra Gilbert e Susan Gubar, *The madwoman in the Attic. The woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. (New Haven: Yale University Press, 1984), 93-104.

¹⁶³Irene Vaquinhas, *Perigos da leitura no feminino. Revista Ler História. Repúblicas Culturais e Práticas*. Vol 59. (2010), 89.

e em valores. Por esta razão, não servia para um público feminino, menos educado, e, por isso, não preparado para o discernimento crítico que deveria acompanhar sua leitura. Por consequência, era "inimigo" das mulheres, corruptor de suas mentes "sugestionáveis, intelectualmente frac[a]s e pouco instruíd[a]s" por ser perigoso e levar à "alienação e desvio moral"¹⁶⁴.

Ainda assim, as escritoras por muitas vezes optaram por esta forma de literatura. Talvez porque adentrar-se numa literatura considerada “menor” parecesse mais simples. Talvez porque com este tipo de literatura pudessem escrever com maior liberdade, criando heroínas mais capazes e corajosas. As mulheres eram o público esperado dos romances, ainda que não lhes fosse incentivado o contato com esta literatura. Por outro lado, as autoras poderiam dialogar diretamente com suas leitoras, uma outra forma de as educar.

A dissertação de mestrado de Gina Guedes Rafael, *A leitura na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas*¹⁶⁵, demonstra como o maior acesso à educação por parte das mulheres na segunda metade de Oitocentos permitiu um aumento de número de leitoras e, embora pequena, uma maior liberdade na escolha dos conteúdos daquilo que liam. Os romances passaram paulatinamente a ser permitidos às mulheres por se ocuparem de temáticas "femininas", como o amor e o casamento, mas apenas e quando apresentavam uma moral superior, com bons exemplos de feminilidade.

Já no início do século percebe-se um aumento na quantidade de publicações deste tipo de literatura, uma disseminação que também aconteceu no Brasil. Para Maria Beatriz Nizza da Silva, ainda no fim do século XVIII rareavam romances no Brasil, mas no século seguinte "este tipo de literatura esta[va] ão divulgado na colônia entre a população feminina como o estava na metrópole"¹⁶⁶.

Os periódicos tiveram grande importância na disseminação dos romances. Era neles que, já na década de 1840, surgia a grande maioria desta literatura em Portugal, editados primeiro em folhetim e mais tarde impressos em livro¹⁶⁷. Esta tendência repete-se com os romances e folhetins de autoria feminina, sendo que Maria Peregrina de Sousa é a autora com mais textos do gênero que passaram por este processo.

No entanto, apesar do grande número, e de fazerem parte do gosto do público, "[o folhetim] era denunciado pelos intelectuais, como um instrumento manipulatório que

¹⁶⁴Vaquinhas, *Perigos da leitura no feminino*, 86.

¹⁶⁵Gina Guedes Rafael, *A leitura na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2011).

¹⁶⁶Maria Beatriz Nizza da Silva, *Donas e Plebeias na sociedade colonial* (Lisboa: Editora Estampa, 2002)

¹⁶⁷Maria de Lourdes de Lima Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade do Oitocentos* (Lisboa: Presença, 1988), 176.

procurava aliciar esse mesmo público, recorrendo a artimanhas e exageros¹⁶⁸ e visto como inadequado até mesmo por folhetinistas, por ser um gênero francês¹⁶⁹. Mas apesar de não serem apreciados pelos literatos portugueses, os romances e os folhetins floresciam no século XIX. Eram uma forma simples e barata que permitia a todos o consumo da literatura, sendo que, para Gina Guedes Rafael, se tornaram "um contributo fundamental para que as camadas mais baixas da população usufru[issem] de bens culturais"¹⁷⁰. Serviam também para "ensinar" por meio de exemplos. Os folhetins tinham, assim, o propósito duplo de educar e divertir, logo, têm como o seu lugar ideal os periódicos de recreio e instrução¹⁷¹, como o *Panorama*, a *Revista Universal Lisbonense* e o *Archivo Popular*.

Alguns romances folhetins de autoria feminina que podem ser citados são *Dois Mistérios*¹⁷² e *Dístico. Feito ao cypreste por mim semeado e depois plantado no meu jardim no anno de 1846. Despedida*¹⁷³, de Antónia Gertrudes Pusich, e *O natal. Adoração*¹⁷⁴ de Maria Margarida Stockler Pusich. Pese embora, quem mais trinfou através deste tipo de publicações foi a *obscura portuense*, Maria Peregrina de Sousa.

A obra desta escritora já foi diversas vezes mencionada ao longo deste trabalho, mas merece aqui uma atenção maior, por ser autora de um elevado número de romances folhetins, dispersos pelo menos em vinte jornais portugueses e brasileiros. Apesar da sua extensa produção literária, não foram encontrados muitos autores ou textos que mencionem a sua obra. Bertino Darciano Guimarães descreve um pouco de sua obra, destacando que "[o] que me impressiona sobretudo é a tendência da portuense por preferir a linguagem popular, que muitas vezes transcreve com máximo rigor fonético, com a competente deformação ortoépica¹⁷⁵". Os textos da *obscura portuense* retratam as aldeias de Portugal e o seu cotidiano, usando para isso, uma linguagem vulgar que se aproximava da utilizada oralmente nesses locais. O mesmo autor lembra que não faltam na obra de Peregrina "páginas de bom conceito moral, urdidadas a primor"¹⁷⁶.

¹⁶⁸Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade do Oitocento* 175.

¹⁶⁹Ibidem, 177.

¹⁷⁰Rafael. *A leitura na segunda metade do século XIX em Portugal*, 33.

¹⁷¹Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade do Oitocentos*, 166-173.

¹⁷²*Almanaque Literário* nº3, de 18 de agosto de 1849.

¹⁷³*Assembleia Litteraria* nº5.

¹⁷⁴*Assembleia Litteraria* nº20.

¹⁷⁵Bertino Damiano Guimarães, *Maria Peregrina de Sousa: (1809-1894: esboço bio-bibliográfico)* Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, nº 6. (Matosinhos: Papelaria e tipografia Leixões, 1959), 13.

¹⁷⁶Guimarães, *Maria Peregrina de Sousa*, 14.

A sua primeira publicação deste gênero foi *Erico e Batilde*, que apareceu no primeiro número do *Archivo Popular* em 1842¹⁷⁷, assinado por *huma senhora da cidade do Porto*. Este pequeno romance, que relata a história do rei Erico da Dinamarca e sua esposa Batilde foi também publicado no *Iris*¹⁷⁸.

A publicação do mesmo folhetim em diversos jornais é frequente *na obscura portuense*. Apesar desta constante reutilização, conhecem-se ao menos 45 folhetins da autora, alguns mais curtos, as "chácaras", outros mais compridos e que geralmente foram publicados depois em livros, como o já mencionado *Henriqueta*.

A vastidão da obra de Maria Peregrina observa-se pela sua presença no *Archivo Popular*. Os volumes 5 e 6, de 1842, contêm o mencionado *Erico e Batilde*, *Ricardo e Margarida*, *A noiva de Hugo*, *Bernardo del Carpio*, *Jackes I*¹⁷⁹. O volume sete, do ano seguinte, publicou outros seis: *Hum Cavalheiro Portuguez*, *Elvira e D. João*, *Zutema e a Cruz de Oiro*, *A falta de huma mãe*, *A moura de Lissibone* e *A longuinha*¹⁸⁰. São onze folhetins em apenas dois anos.

O periódico *Braz Tisana* também contém um considerável número de trabalhos da autora. A publicação dos seus trabalhos neste jornal inicia-se em 1853 com *O Jogador*¹⁸¹ e *O homem dos provérbios*¹⁸², seguidos de *Uma vida amargurada*¹⁸³ e *O cavalheiro do cruzado novo e o Cavalheiro do Botão de Rosa*¹⁸⁴ em 1854, *O tutor de Virginia*¹⁸⁵ no ano seguinte, *Egoismo com cara de amor*¹⁸⁶ e *Uma história contada ao tempo*¹⁸⁷ aparecidos em 1856, e por último, em 1857, vem à luz *As consequências de um mal passo*¹⁸⁸.

Outro jornal que demonstra a vasta produção de D. Maria Peregrina de Sousa é o brasileiro *Íris*, onde foram publicados: *A moura de Lissibona*¹⁸⁹, *O Cavaleiro Português*¹⁹⁰, *Bernardo del Carpio*¹⁹¹, *Ricardo e Margarida*¹⁹², *Bathilde*¹⁹³, *O passeio do cemitério em*

¹⁷⁷*Archivo Popular* nº1, de 1º de janeiro de 1842.

¹⁷⁸*Iris* Tomo I nº 225.

¹⁷⁹*Archivo Popular* nºs 1-3; 20; 24; 27-28; e 42.

¹⁸⁰*Archivo Popular* nºs 17-18; 23; 32-34; 36-38; 39-40; e 49-51.

¹⁸¹*Braz Tisana* nºs 153, 160, 165, 167, 172, 174, 177, 180, 182, 186 e 189.

¹⁸²*Braz Tisana* nºs 213, 217, 222, 229, 231, 234, 237, 240, 243.

¹⁸³*Braz Tisana* nºs 12, 14, 16, 21 e 24.

¹⁸⁴*Braz Tisana* nºs 59, 63, 65, 68, 73, 77, 80, 86, 88 e 92.

¹⁸⁵*Braz Tisana* nºs 230, 232, 234, 236 e 240.

¹⁸⁶*Braz Tisana* nºs 147, 150 e 159.

¹⁸⁷*Braz Tisana* nºs 200 e 203.

¹⁸⁸*Braz Tisana* nºs 106, 109 e 128.

¹⁸⁹O texto é datado de 4 março de 1847, mas é claramente anterior, visto ter aparecido no *Archivo Popular* em 1843. *Íris* Tomo I, 33-35.

¹⁹⁰*Íris* Tomo I, 65-70.

¹⁹¹*Íris* Tomo I, 99-102.

¹⁹²*Íris* Tomo I, 208-210.

¹⁹³*Íris* Tomo I, 225-230.

vão¹⁹⁴, *Diálogos familiares*¹⁹⁵, *Pépa*¹⁹⁶, *A bruxa d'aldea*¹⁹⁷, *O capitão da armada*¹⁹⁸ e o, então inacabado, *Rhadamento e sua mãe ou a mana do Conde*¹⁹⁹. Este último, embora incompleto neste jornal, foi publicado no *Correio Paulistano*²⁰⁰ em 1864, e em livro junto à *Roberta ou a força da Simpatia*²⁰¹. Roberta foi também publicado no *Periódico dos Pobres do Porto*²⁰² e no *Correio Paulistano*²⁰³.

Neste tópico procuraram-se elencar as diversas obras deste gênero escritas por mulheres, mas voltaremos ao assunto no capítulo seguinte, que observa as temáticas mais comumente tratadas nestas obras.

6. Traduções²⁰⁴

Assim como os romances, as traduções também ocupam uma parcela considerável desta produção que é objeto do nosso trabalho. Para Jorge Bastos da Silva, a "tradução de línguas europeias modernas ganha grande relevo com a abertura do País ao exterior trazida pela instauração do regime liberal"²⁰⁵. Daí que muitas surgiram a partir da década de 1820, preenchendo o meio cultural português do período e, logo, sendo produzidas tanto pela elite literária quanto por "homens obscuros, assolados, sem direito sequer a apor o nome aos seus trabalhos produzidos à resma"²⁰⁶. Estas obras, assim como os originais portugueses, poderiam surgir em formato de livro ou em periódicos, como folhetins, segundo os gostos da época.

Observa-se um claro desgosto pela literatura inglesa, que poderia ser uma justificativa para o fato de que a grande maioria das traduções feitas em Portugal era de origem

¹⁹⁴ *Íris* Tomo II, 331-333.

¹⁹⁵ *Íris* Tomo II, 400-402.

¹⁹⁶ *Íris* Tomo II, 562-567, 586-591, 627-, 642-648.

¹⁹⁷ *Íris* Tomo III, 204-205.

¹⁹⁸ *Íris* Tomo III, 205-206.

¹⁹⁹ *Íris* Tomo III, 225-232, 266-277.

²⁰⁰ *Correio Paulistano*. 1864. n^{os} 2486, 2487, 2489, 2490, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498-2509, 2511, 2513, 2516, 2517, 2519-2523, 2525, 2527, 2529, 2530-2541, 2543-2547.

²⁰¹ Lisboa: Typ de Castro Irmão, 1863.

²⁰² *Periódico dos Pobres do Porto*. 1848. n^{os} 9, 12, 13, 15, 17, 21, 25, 30, 33, 35, 40, 42, 44, 49, 51, 55, 59, 64, 67, 72, 78 e 81.

²⁰³ *Correio Paulistano*, 1864. n^{os} 2548-2558, 2561.

²⁰⁴ Sobre a tradução feminina na primeira metade do século XIX foi apresentada a comunicação 'A pesar de sua imperfeição' com resultados preliminares desta pesquisa. Biguelini, Elen. '«A pesar de sua imperfeição» Tradutoras conhecidas e anônimas de Portugal na primeira metade do século XIX'. In. Ricci, Debora; Silva, Fabio Mario da; Rita, Annabela, et. al. *Feminino plural: literatura, língua e linguagem nos contextos italiano e lusófono / Femminile Plurale: letteratura, lingua e linguaggi in ambito lusofono e italiano* (Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2016), 93-103.

²⁰⁵ Jorge Bastos da Silva, 'Problemáticas na tradução em Portugal no século XIX' In Alexandre Lopes, Maria do Carmo Correia de Oliveira(org.), *Deste lado do Espelho. Estudos de tradução em Portugal*. (Lisboa: Editora da Universidade Católica, 2002), 94.

²⁰⁶ Silva, 'Problemáticas na tradução em Portugal no século XIX', 94.

francesa²⁰⁷, tanto por autoras mulheres quanto por seus pares homens. Algumas destas eram inclusive traduções de versões francesas de originais ingleses, embora a grande maioria pertença a nomes conhecidos da literatura da França da época.

Todas as tendências maiores observadas na tradução portuguesa se repetem na autoria feminina, inclusive a forma como ao invés de "traduzir", as autoras optavam por adaptar o texto, retirando temáticas e atitudes que entendiam não encaixarem na sociedade portuguesa. A "tradução adaptação" era "consequente e deliberada" por parte dos tradutores, que transformavam os textos de acordo com as necessidades do público português²⁰⁸.

Esta atitude não era exclusiva de tradutores portugueses. A título de exemplo, Elizabeth Inchbald fez o mesmo na sua tradução de peça alemã *Das Kind der Lieb*, original de August von Kotzebue, adaptando-a para *Lover's Vows*²⁰⁹, na qual a dramaturga transformou a heroína numa personagem que seria mais apreciada pelo público inglês, dando-lhe uma voz que ela não possui no original.

Com a disseminação de textos traduzidos em Portugal, percebe-se que "[g]rande parte das traduções eram, contudo, executadas por escritores anónimos, assalariados dos empresários editoriais e teatrais, a gente que traduzia aceleradamente ao ritmo de mais de uma obra por mês"²¹⁰. Ou seja, que não traduziam com o "rigor" que era esperado pela elite literária.

Contudo, para além de anónimos homens, que 'traduziam' em larga escala, o que pode ser observado é um grande número de assinaturas femininas também anónimas, referido no capítulo 2 como *anonimato com afirmação de gênero*, um fenómeno que, para Alexandra Lopes

é curioso na sua singularidade: afinal, não aparecem designações homólogas amputáveis ao 'sexo barbudo'; ie. não há traduções assinadas por 'um cavalheiro' ou sequer por 'um senhor português', para já não falar ao ridículo por 'um menino português'²¹¹.

Muitas das autoras aqui mencionadas foram também tradutoras. Desde a marquesa de Alorna, D. Mariana Antónia Maldonado e Francisca Paula Possolo da Costa, até mesmo D. Ana Henriqueta Fromment da Mota e Silva, da qual é possível contar nove traduções. A escolha destas senhoras, para Mónica Bolufer, permite "dejarse oír en público adoptando la

²⁰⁷Silva, 'Problemáticas na tradução em Portugal no século XIX', 94.

²⁰⁸Ibidem, 104.

²⁰⁹Elizabeth Inchald, *Lover's Vows: A Play in Five Acts*. (Teddington: Echo Library, 2007 [1793]).

²¹⁰Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade do Oitocentos*, 235.

²¹¹Alexandra Lopes, 'Lares femininos - bordar, falar francês, tocar piano e traduzir'. In. Lopes e Oliveira (org.), *Deste lado do Espelho*, 142.

discreta voz de otros y al mismo tiempo creando márgenes propias donde desarrollar aportaciones más personales”²¹².

Identificaram-se ao menos 30 traduções de originais franceses, 14 inglesas, quatro alemãs, duas gregas, duas italianas e sete de origem desconhecida. Entre os autores destas obras destacam-se Alexandre Dumas, Montesquieu, George Sand, Charlotte de Sor, M^{me} Grafigny, M^{me} de Stäel, condessa de Genlis e Jane Porter.

Estas traduções são maioritariamente romances e folhetins, embora os exemplos de *Poética de Horácio e Ensaio sobre a Crítica de Alexandre Pope por uma portuguesa*²¹³ da marquesa de Alorna, ou *O novo mez de Maria ou o mez de maio consagrado á gloria da Mãe de Deos por um Sacerdote da Diocese de... traduzido e adicionado por*²¹⁴, de D. Ana de Carmo Pessoa, sejam claramente obras de outra natureza intelectual.

7. Teatro

Não são muitas as dramaturgas portuguesas durante o período que aqui se aborda. No reinado de D. Maria I, a representação teatral foi vetada às mulheres, pela sua imoralidade. Embora a presença feminina no palco tivesse sido proibida apenas por um curto período de tempo, a dramaturgia e a representação continuou a não ser exercida por muitas mulheres. As cantoras líricas dos países vizinhos continuavam a visitar Portugal e a fazer dos homens portugueses seus apaixonados seguidores. Mas também as mulheres se mostravam interessadas pelo teatro, como revela a mencionada carta de Catarina de Andrada para a *Revista Universal Lisbonense*.

Gertrudes Angélica da Cunha, atriz e poetisa portuguesa, foi societária do teatro da Rua dos Condes, além de ter pertencido à primeira companhia portuguesa (Companhia de João Caetano) que atuou também no Brasil em 1829, e também à primeira companhia dramática a apresentar-se no Teatro de São Pedro no mesmo ano. A autora teve sucesso no palco, mas sua filha, a também atriz Gabriela Augusta da Cunha (1821-1882), foi ainda mais conhecida pelo público, tendo sido amiga de Machado de Assis.

²¹²Mónica Bolufer, *Mujeres e Ilustración. La construcción de la feminilidad en la España del siglo XVIII*. (Valência: Institució Alfons el Magnànim, 1998), 332.

²¹³Londres: Off de. T. Harper, 1812

²¹⁴1839.

Das obras de Gertrudes Angélica da Cunha, quatro ainda podem ser encontradas: *A feliz mudança de sexo*, *o Noivo do Algarve* e *Norma*²¹⁵ (publicadas em conjunto), e *Oh que apuros! ou o Noivo em mangas de camisa*²¹⁶.

A feliz mudança de sexo é um curto drama de um ato sobre duas esposas que supõem que seus maridos estejam fazendo a corte a outras senhoras. Para descobrir as traições, vestem-se em roupas masculinas e seduzem as supostas amantes de seus maridos. Conclui-se a peça com as esposas, agora sem máscaras, e com a afirmação de que o sentimento das casadas era superior, por constante. Nesta curta história, Gertrudes Angélica da Cunha dá voz às mulheres que sofrem com maridos desinteressados.

Já *o Noivo do Algarve* é uma farsa sobre dois casais de amantes que foram proibidos de se casar, e, como é frequente nestes textos, o sentimento amoroso triunfa. É notável que esta obra tenha sido censurada no Brasil, onde duas cenas (IX e XV) foram retiradas na apresentação feita no Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1845.

Por sua vez, *Norma* seria uma tradução e tem como temática o amor materno. Esta atriz também publicou poesias em *Collecção curiosa de varias producções poeticas de G. A. Da C.: a que ajunta o monologo tão applaudido no seu debute, em Janeiro de 1835, quando de novo voltou ao theatro do Porto*²¹⁷ e *Miscelania Constitucional*²¹⁸.

Também Antónia Gertrudes Pusich produziu obras para o teatro, sendo que *Constança: drama original em 3 actos*²¹⁹, publicado pela *Beneficência* foi apresentado no Theatro do Gymnasio em 1849, bem como *O Regedor da Paróquia, farsa original em 3 actos*, que embora não apareça no periódico da autora, foi criticado por Júlio Cesar Machado nos números 1, 2 e 24 da *Beneficência*.

É na publicação de *Constança* que a autora faz as reclamações já mencionadas no capítulo 2 sobre o público português, na qual afirmou que "nossos theatros não buscam as peças originaes"²²⁰, a mesma tendência já observada com os folhetins. Segundo Maria de Lourdes Lima dos Santos

²¹⁵Gertrudes Angélica da Cunha, *Norma: tragedia em tres actos; A feliz mudança de sexo ou Quanto podem as boas maneiras : comedia em um acto; O noivo do Algarve ou Astucias de dous ladinos: comedia tambem em 1 acto*. (Rio de Janeiro [sic] :Typographia de Teixeira e C^a, 1848).

²¹⁶G. A. da Cunha. [Gertrudes Angélica da Cunha], *Oh que apuros! ou O noivo em mangas de camisa : comedia em 1 acto* arranjada por (Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de Paula Brito, 1842).

²¹⁷Porto: Imprensa de Gandra & Filhos, 1835.

²¹⁸Lisboa: Typ de Bulhões, 1826.

²¹⁹Lisboa: Typ na Rua da Condessa, 1853.

²²⁰Antónia Gertrudes Pusich, *Constança. Drama Original em 3 actos*. Representado no Theatro do Gymnasio em 1849. Dedicado a Nação Portugueza por sua auctora D. Antonia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typographia na Rua da Condessa, 1853), sem numeração.

[p]ara superar as desvantagens econômicas da curta vida média das peças, os empresários, muitas vezes indivíduos sem capital suficiente para se abalar a sê-lo, tomavam medidas que se traduziam numa elevada exploração dos autores, actores e público.²²¹

Enquanto Pusich se refere no seu comentário ao teatro como um todo, não pode ser esquecido que era mulher, e que, como tal, sua obra sempre seria comparada de forma negativa com a de autores homens. Logo, se já estes sofriam no mercado português, muito mais sofreria D. Antónia Gertrudes.

Outra dramaturga foi D. Margarida Iriarte Bioslada de Cocio, a baronesa de Casal, uma rica senhora portuguesa por casamento que produzia peças de teatro em sua própria casa. O pequeno drama em quatro atos *Branca*, foi publicado em 1847 pela Tipografia de S. J. Pereira no Porto, em conjunto com a comédia *As joias de família* de A. Cesar de Lacerda. Inocêncio afirma que quando o texto foi publicado a peça foi acompanhada da frase "produção e engenho da Condessa de Casal". A autora pediu que a palavra "engenho" fosse rasurada e os periódicos teriam respondido de forma jocosa, que a condessa "sujara o engenho", "cobrira o engenho" e "pintara o engenho"²²². Isto pode ser observado através das duas cópias da peça, existentes na Universidade de Coimbra. Uma destas (na Biblioteca Geral) apresenta a frase completa, enquanto a segunda (na Sala do Instituto de Estudos Teatrais da Faculdade de Letras) está truncada, como a dramaturga pedira. O texto relata a história de uma senhora que se casa com um conde italiano, que na realidade se tratava de um ladrão. Esta temática é claramente marcante, especialmente para o público moralista da primeira metade do século XIX e será analisada no capítulo seguinte.

Ao contrário destas autoras que tiveram suas obras publicadas, as comédias e dramas de Francisca Paula Possolo e da viscondessa de Balsemão permaneceram manuscritas. *Ricardo e a força do destino* e *Duque de Cleves* são as duas peças de Francília que nunca foram impressas, apesar de António Feliciano de Castilho anunciar a sua publicação no prefácio da tradução *Conversação sobre a pluralidade dos mundos*²²³. Já *Cora e Alonso, ou a viagem de Sol* é da autoria da viscondessa. Uma breve descrição da obra aparece na tese de Malato Borralho²²⁴, para quem a peça seria idêntica a *O triunfo da natureza*, de Vicente Nolasco.

²²¹Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade do Oitocentos*, 219.

²²²Silva, *Dicionário bibliográfico português*, Tomo VI, 135; Tomo XVI, 348.

²²³D. F. de P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa], trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos por Fontenelle*; (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841), xlv.

²²⁴Maria Luísa Malato Borralho, *D. Catarina de Lencastre (1749-1824): Libreto para uma autora quase esquecida* [texto policopiado]. (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 1999), 23.

As peças destas duas senhoras não foram pensadas para um público extenso. Ao contrário das obras de Gertrudes Angélica da Cunha, tinham sido criadas com o propósito de ser apresentadas para um público restrito e privado, em serões de amigos da família. Não é estranho, então, que não tenham vindo a prelo.

8. Prosas de teor ensaístico

A prosa de teor ensaístico foi também experimentada por mãos femininas e alguns desses trabalhos já foram aqui mencionados. Através destes textos diversas autoras portuguesas exprimiram suas opiniões sobre assuntos mais ou menos radicais para a época, em textos de curta duração. Versavam sobre as traições de seus maridos, como em *Exposição dos crueis tratamentos que sofreu D. Augusta Maria Franzini, praticados por seu marido...*²²⁵ de Augusta Franzini; justificativas em separações, tal como *Defesa contra o Sr. Bernardino António Gomes*²²⁶ de Leonor Violante Roza Mourão; educação feminina, como a *Terceira Conferência no Liceu Nacional: instrução e educação*: de Maria José da Silva Canuto²²⁷; um processo civil, como a *Acção Cível de Embargos à primeira em que é autor D. Narcisa Maria Casemira do Carmo e seu marido Joaquim José Barbosa e réu Jacome António Maria Roncon*²²⁸; ou ainda descrições de eventos em homenagem a falecimentos da realeza, como a *Relação de exequias que nos dias 22 e 23 de setembro do ano de 1816 se celebraram em Lisboa, no real convento do Santissimo Coração de Jesus, pela sentida morte de nossa augustíssima soberana e senhora D. Maria I que foi ocular testemunha a auctora de D. Maria Amália Garcia de Sousa Gomes*²²⁹.

Apesar de não se estenderem em longas páginas, estes textos apresentam as reais posições destas mulheres. O texto curto permite-lhes serem diretas com suas opiniões e por vezes responderem com ferocidade aos comentários e opiniões masculinas.

Uma outra portuguesa que se imiscuiu nestas temáticas, consideradas território "masculino" segundo os padrões do século XIX, foi a condessa de Montemerli, Maria Soares de Albergaria (?-1871). Esta senhora, conhecida como *A Portuguesa de Nápoles*, escreveu alguns textos em italiano, nomeadamente *As sensações de uma morta/ pela condessa Maria*

²²⁵Datado por ela do Convento de N. Sra da Esperança, em 15 de março de 1846.

²²⁶Lisboa: Imprensa de João Batista Morando, 1822.

²²⁷Lisboa? : s.n., 18--.

²²⁸1820.

²²⁹Lisboa: s.n., 1819.

*Montemerli (D. Maria Soares de Albergaria)*²³⁰ e *Algumas palavras ao Clero Italiano pela Exma Sra. Condessa Maria Montemerli*²³¹. No entanto, como estas publicações só vieram a aparecer em Portugal em tradução e já na segunda metade do século, a autora não foi aqui incluída.

9. Textos jornalísticos

Como se tem vindo a assistir até aqui, muitos dos gêneros literários de autoria feminina apareceram em periódicos. Este espaço, que permitia aos autores publicar sua obra sem os grandes gastos que acompanhavam a edição em livro, era uma maneira de iniciar a carreira da escrita. Foi assim publicada inicialmente toda a obra de Maria Peregrina de Sousa, por exemplo. Seus romances só saíram em livro após terem sido aceites pelo público leitor e pelos editores.

A publicação em diários e semanários era maioritariamente masculina. Durante a primeira metade do século XIX, os grandes jornalistas eram homens. Alguns deles, aceitavam a colaboração feminina, especialmente em periódicos dedicados às mulheres. Os jornais de António Feliciano de Castilho, por exemplo, apresentam um grande número de textos de autoria do "sexo frágil", tanto de mulheres que eram suas conhecidas, como Pauline de Flaugergues, como de outras que ele inicialmente desconhecia, como foi o caso de Maria Peregrina de Sousa²³².

Ao longo deste capítulo já foram mencionados diversos textos de autoria feminina que surgiram em jornais, especialmente as poesias e folhetins. Através da leitura de diversos periódicos do século XIX, percebe-se que os que aceitaram seus textos são os mesmos que publicaram temáticas relacionadas à mulher ou as mencionaram de forma positiva. Percebemos a representação das mulheres nos periódicos em três formas: história (a descrição de mulheres célebres), anedotas (que podem ser negativas ou não) e uma terceira vertente de notícias referentes a mulher como vítima de crime, ou sobre a feminilidade e a maternidade. Segundo Maria de Lourdes Lima de Sousa, "[e]sperava-se que os jornais possibilitassem o alargamento da instrução do maior número possível de leitores e deste modo exercessem uma

²³⁰Porto: Typ do Commercio, 1863.

²³¹Publicado por D. Antonio Peixoto Pinto Coelho Pereira da Silva de Sousa Padilha Seixas d'Haucourt; trad. por Agostinho Albano. (Porto: Typ. Sebastião José Pereira, 1862).

²³²Sobre a relação entre António Feliciano de Castilho e a autoria feminina foi escrita a tese de doutoramento de Ana Cristina Comadulli da Cunha. *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina*. (Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, 2014).

função civilizadora, indispensável à promoção social, aos cidadãos e ao progresso do país"²³³. Assim, quando apresentavam mulheres, elas eram como um exemplo a ser seguido.

O *Panorama*, a *Revista Universal Lisbonense* e o *Archivo Popular* eram os jornais mais apreciados em Oitocentos, sendo enviados para todo o país²³⁴. Os dois primeiros “rivalizavam enquanto principais pólos de atração tanto para os intelectuais já consagrados como para os estreantes”²³⁵. É significativo que sejam também estes os jornais de produção masculina com maior presença feminina, onde se encontram referências frequentes a mulheres ou textos assinados por elas.

É no século XIX que surgem os primeiros periódicos dedicados especialmente à leitura feminina, bem como os primeiros da sua autoria. Maria Ivone Leal, em *Um século de periódicos femininos*²³⁶, faz uma recolha dos principais jornais e revistas para mulheres publicados em Portugal. Esta obra, produzida pelo Caderno da Condição Feminina, demonstra uma presença feminina marcante nos jornais, ainda que muito pequena comparada com a masculina. O primeiro periódico deste gênero foi o *Correio das Modas*²³⁷, em 1807. Entre 1800 e 1850 a autora encontrou 20 jornais para o público feminino, entre eles *O Toucador* de Almeida Garret e a *Assembleia Literária* de Pusich²³⁸.

Vanda Anastácio lembra que foi preciso esperar até ao século XIX para ver mulheres na direção ou até mesmo na colaboração de almanaques²³⁹. Embora Antónia Gertrudes Pusich seja considerada a primeira jornalista portuguesa por ter editado três jornais durante a segunda metade do século XIX, na verdade duas outras mulheres já haviam o feito: Catarina de Andrada²⁴⁰ e Antónia Tarzila Amazilis Pinto.

Como mencionado, Pusich foi diretora de três periódicos: *A Assembleia Literária* (1849-1851), *A beneficência* (1852-1855) e *A Cruzada* (1858). Nestes jornais, D. Antónia Gertrudes deseja manter-se imparcial politicamente, apesar de ela própria não o ser²⁴¹. Todos eles contam com a contribuição de ambos os sexos, mas com uma presença marcante de

²³³Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade do Oitocentos*, 155.

²³⁴Ibidem, 167.

²³⁵Ibidem, 169.

²³⁶Maria Ivone Leal. *Um século de periódicos femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*. Cadernos Condição Feminina n.º35. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. (Lisboa: Codex, 1992).

²³⁷*Correio das Modas*. Lisboa. 1807.

²³⁸Leal, *Um século de periódicos femininos*, 14.

²³⁹Vanda Anastácio. ‘Almanaques. Origem, géneros, produção feminina’. *Veredas*. Vol 18. (Santiago de Compostela, 2012), 69.

²⁴⁰Desconsidera-se Madame da Andrada por ser francesa, no entanto, como vimos no capítulo 1, a autora era portuguesa. Ao mesmo tempo, seu periódico é tanto em francês quanto em português, indicando que ela escrevia em ambas as línguas.

²⁴¹Cf. Níkita Talam, ‘In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’. In. *Studia Romanica et Anglica Zagrabiensia*, Vol. 50. (Veljača, 2006), 185.

textos de autoria feminina²⁴². Algumas das assinaturas femininas encontradas nestes periódicos acabaram por se tornar frequentes em jornais portugueses na segunda metade do século XIX. São eles a da própria Pusich e a de Maria José da Silva Canuto, a título de exemplo. Nos jornais de Pusich, as mulheres eram bem vistas, tanto como escritoras quanto como leitoras.

A *Assembleia Literária, Jornal de Instrução* é considerado o primeiro jornal de direção feminina. Segundo Maria Ivone Leal,

[c]om a publicação deste periódico acontece algo verdadeiramente novo na sociedade portuguesa de então, abrindo às mulheres portuguesas perspectivas que o leitor desprevenido (o de hoje, evidentemente) não esperaria encontrar, naquela data.²⁴³

A mesma especialista desconsiderou o jornal de Catarina de Andrada, justificando que o seu nome não figura no periódico²⁴⁴. D. Catarina realmente não assinou a grande maioria dos textos, como fez Pusich, mas não deixou, por isso, de ser editora.

O *L'Abeille*, de Madame de Andrada, como assinava, iniciou-se em abril de 1836 com seus primeiros 28 números. Foi por então finalizado e retomado quatro anos depois, com uma nova edição, a 3 de outubro de 1840. O periódico teve então outros seis tomos em cinco anos, contabilizando-se, no final, 93 números do *L'Abeille*. Voltado para o público lisboeta que conhecia a língua francesa, era editado em francês, embora também conhecido como *A abelha*, e aceitava a contribuição de textos tanto de autores portugueses como franceses.

Nos números do jornal encontram-se poesias de Pauline de Flaugergues e Louise Collet²⁴⁵; diversos romances folhetins, tais como *Mariage d'Inclination, nouvelle* de Soupçon, *Les deux bonnetiers, TinTin* e *Un Coup d'Épée* de Marie Aycard²⁴⁶; textos originais escritos²⁴⁷ ou traduzidos pela editora²⁴⁸; e os textos *La Femme* e *De la condition de la éducation de la femme* de Madame de Lapolais²⁴⁹.

A frequência da textos femininos, sejam eles da própria Madame de Andrada ou de outras francesas mais ilustres, bem como a publicação de um texto sobre a educação feminina, indicam as preocupações da editora com a situação da mulher e das suas leitoras. As obras

²⁴²A *Assembleia Literária* foi o único destes periódicos que abrange o período de apreço da pesquisa, logo, apenas as autoras que aparecem neste jornal foram listadas no Anexo I.

²⁴³Leal, *Um século de periódicos femininos*, 55.

²⁴⁴Leal, *Um século de periódicos femininos*, 55.

²⁴⁵*L'abeille*, Tomo VI, nº 52.

²⁴⁶*L'abeille*, Tomo I, nºs 6-8; Tomo I, nº8; Tomo III, nº1, 23 e 24 respectivamente.

²⁴⁷Alcobaça e Batalha in. *L'abeille*, Tomo II, nºs 8-13 e Tomo II, nºs 15-20.

²⁴⁸*Lettres sur le Portugal* de Beckford, in. *L'abeille*, Tomo I, nºs 7-14, 16-22, 24-25, 27 e Tomo II, nºs 1, 2, 4, 6; *Lettre sur l'Espagne, Munich en 1840*, in. *L'abeille*, Tomo VII, nº 62, *L'exilé* de Leo Loursiani in *L'abeille* Tomo VII, nº65, etc.

²⁴⁹*L'abeille*, Tomo VI, nº 51.

escolhidas por Catarina de Andrada, sobretudo aquelas por ela traduzidas, demonstram a vontade de educar as suas leitoras, divertindo-as. Os textos sobre Portugal expõem, por sua vez, um interesse pelas opiniões de viajantes, especialmente daqueles que visitaram o país.

Um segundo jornal foi o *Gabinete de Literatura e Bellas Artes* de D. Antónia Tarzilla Amazilis Pinto. Infelizmente só foram encontrados dois volumes deste periódico de 1841, que se encontram na sala Ferreira Lima da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Assim como todos os jornais editados por e para mulheres durante a primeira metade do século XIX, também este permitia a contribuição de senhoras, mas ao contrário de outros, com acentuado cariz moralizante de virtudes domésticas, o *Gabinete de Literatura* tem a clara intenção de homenagear grandes senhoras da história de Portugal.

No primeiro número a diretora justifica a publicação de seu periódico informando que:

Se em nossos dias tanto avultão as folhas periódicas que reúnem o útil ao agradável, exaltando os feitos illustres de nossos insignios Portuguezes em armas, ou suas immortaes produçções que honrão, os annaes das Sciencias e da Litteratura, justo seria que a par d'estes nomes apparecessem em seu devido grau de merito o de muitas e mui declaradas heroínas, que, a despeito de arraigadas preocupações, gangearão celebridade, e por seu esforço, patriotismo, e talentos, deixarão seus nomes immortaes²⁵⁰.

A autora segue os modelos de outros periódicos de instrução, mas vai além ao tentar demonstrar a força e a criatividade femininas, que permaneceriam esquecidas por detrás das obras dos ilustres portugueses, homens. Para D. Tarzilla "[a] honesta diversão é uma necessidade: o trabalho mais assiduo, as fadigas incessantes pedem intervallos de prazer"²⁵¹, ou seja, o trabalho feminino (a casa, os filhos) era cansativo, logo, o periódico seria acompanhado de partituras, imagens da moda parisiense e outros "intervalos de prazer" considerados úteis ao sexo.

Este primeiro número do *Gabinete* é acompanhado do folhetim *Revezes da Fortuna*, sendo que a editora afirma ser sua autora "a célebre Madama Gomes"²⁵². Esta autora, infelizmente, não foi encontrada, sendo possível ser um engano de D. Tarzilla ou a tradução de algum nome conhecido francês. Os dois primeiros números também apresentam textos de física, zoologia, química, variedades, anedotas, textos morais e biografias de Madame de Staël e da duquesa de Abrantes. As poucas 16 páginas deste periódico que resistiram ao tempo reafirmam um interesse da diretora pela educação das mulheres e pela instrução feminina em

²⁵⁰ *Gabinete de Literatura e Bellas Artes* nº1, 1.

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² *Ibidem*.

diversos assuntos, sobretudo, pela inclusão de ciências não consideradas relevantes para as senhoras do século XIX.

Posteriores ao período analisado neste trabalho, mas muito importantes para a história das mulheres de Portugal e, especialmente, para a história da literatura feita por mulheres em Portugal durante o século XIX, foram os almanaques de Guiomar Torrezão (1844-1918). Nestas obras anuais, encontra-se uma grande quantidade de textos de autoria feminina, tanto do período no qual foram editados, como anteriores a este, como por exemplo textos de Maria Peregrina de Sousa.

Uma tese de mestrado dedicada a um destes manuais, *O almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto Maior?*²⁵³, de Andrea Gerano de Oliveira Romariz, procura compreender a importância de Torrezão para o sucesso deste almanaque, argumentando que são os seus contatos com o mundo literário que fazem dele um êxito. Conclui que os textos do *Almanaque Luso Brasileiro* constroem vínculos entre mulheres²⁵⁴.

Todos estes periódicos de edição feminina comprovam a versatilidade de suas editoras. Assim como se percebe em autoras de outros tipos de literatura, as diretoras de jornais escrevem sobre diversos assuntos e em vários formatos. Todavia, ao contrário de autoras como a marquesa de Alorna ou a viscondessa de Balsemão, as editoras de jornais, são já exemplos de profissionalização da literatura feminina, já que através do periódico poderiam ter uma fonte garantida para seu sustento, mas também precisavam de cumprir demandas para cada edição. Ou seja, quando lhes faltava um folhetim teriam que criar ou traduzir um texto que servisse para preenchê-lo, quando escasseavam notícias, escreviam sobre aquilo que achavam interessante, etc. Embora os textos não necessitassem de ser tão longos como, por exemplo, traduções de romances em um ou dois tomos, estas senhoras tinham o seu tempo quase inteiramente dominado pela tarefa literária. Logo, pode dizer-se que eram jornalistas e não, como os outros pensavam, que praticavam jornalismo nos tempos livres.

²⁵³Andrea Germano de Oliveira Romariz. *O almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto Maior?* (Dissertação Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011).

²⁵⁴Sobre este mesmo Almanaque, é importante destacar o projeto de investigação, *As Senhoras do Almanaque*, do CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e o Grupo de Pesquisa Letras de Minas, da Universidade Federal de Minas Gerais, que pretende estudar as autoras mulheres que participaram nas páginas desta publicação. Como resultado desta pesquisa foi publicado o livro *As senhoras do Almanaque. Catálogo da Produção de Autoria Feminina: Almanaque de Lembranças, Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, Novo Almanaque de Lembranças*. BNP/ Clepul. Lisboa. 2015. Sobre o grupo «<http://www.clepul.eu/Ptg/ViewDocument/318>».

Conclusão

As diferentes formas e gêneros literários analisados demonstram que as mulheres não se limitavam à escrita de poesia e de cartas à família. Embora seja apenas a partir da segunda metade do século que possa ser percebida uma profissionalização da literatura feminina, já nas décadas de 1830 e 1840 se encontram mulheres que escrevem textos mais profissionais do que aqueles com cunho pessoal e voltado para um grupo pequeno de leitores.

O que também se pode concluir é uma clara abrangência, não apenas nos gêneros literários produzidos por estas aqui estudadas, mas também na versatilidade das suas obras. Isto corrobora os modelos de intelectualidade definidos por Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, para a qual existiram em Portugal durante a primeira metade do século XIX dois grupos de elite intelectual²⁵⁵. Também observamos esta divisão entre as mulheres. Foi encontrado um grupo de mulheres de uma elite intelectual, econômica e social, que não precisava de utilizar a escrita como forma de sustento, que escrevia como preenchimento de tempos de ócio; e por essa razão, seus textos poderiam permanecer manuscritos, conhecidos e consumidos por um pequeno grupo seletivo de amigos. Surgiu, em paralelo, outro grupo de senhoras que usaram a literatura como um meio de se manterem, logo, mais profissionalizadas, com maior número de obras publicadas e uma maior diversidade de temas e textos.

A seguir, veremos as temáticas que aparecem nos textos literários portugueses de autoria feminina, especialmente nos romances e folhetins originais, bem como a recepção destas escritoras e de seus textos em Portugal e no Brasil.

²⁵⁵Santos, *Intelectuais portuguesas na primeira metade do Oitocentos*.

Capítulo 4. *O que dizem? O que querem?*

Nos capítulos anteriores elencaram-se as autoras portuguesas da primeira metade do século XIX, bem como suas estratégias de defesa e o formato e gênero que utilizaram nas suas obras. Ainda não foram analisados, no entanto, os textos em si e o que as escritoras procuraram dizer com e através deles. Para isso, neste capítulo o foco será a temática destes livros, com especial destaque para os romances – sejam estes folhetins ou não.

Do amor à religiosidade, os poemas, os romances e os contos encontrados apresentam variadas visões do mundo, abrem diversas janelas para o cotidiano da vida portuguesa e, principalmente, descrevem muitas formas de feminilidade. Nos romances, em particular, as autoras portuguesas permitiram-se (ou permitiram suas personagens) retratar atitudes desviantes, sempre com exemplos de moralidade. O amor era a temática mais frequente, utilizada especialmente para demonstrar a superioridade deste sentimento, quando tornado racional e, por isso, oposto à paixão pura. O casamento, é claro, é o grande objetivo das heroínas. Por vezes cumpre a função de "limpar a honra" das personagens, embora sempre procurando realçar perante as leitoras aquilo que era relacionado com a virtude.

Desta forma, moralidade e religião acabam por compor o elo verdadeiro e mais comum, constituindo-se como o tópico mais retratado, seja direta ou indiretamente. A maternidade, que era então necessária e obrigatória para as mulheres, não pode também faltar nas obras escritas por elas. Mas é a existência de temáticas como o travestismo, a pirataria e a bruxaria que levantam mais questionamentos. O que as levaria a tratar de temáticas tão incomuns? Seriam passagens da história oral usadas como forma de permitir a suas personagens alcançarem locais inusitados para o segundo sexo? Similarmente encontram-se exemplos de heroísmo no feminino. Seria esta uma forma de defender o seu próprio gênero? Trata-se de uma possibilidade e coaduna-se, de resto, com outra temática frequente: a educação, que carrega em si a mesma dualidade que acompanha a vida destas mulheres: não estão autorizadas a estudar, mas é parte das suas obrigações educar.

1. Mais vale um amante apaixonado do que uma amiga louca: Amor e Paixão

Aparecendo tanto na prosa quanto na poesia, o sentimento amoroso é, como se tem realçado até aqui, uma das temáticas mais frequentes, senão mesmo a mais, entre os textos de autoria feminina. Como grande parte das produções inéditas e traduções feitas por estas senhoras são romances, não é estranho que tenham o amor e a paixão em seu centro.

Enquanto os escritores homens eram livres para tratar do que lhes interessava, as mulheres que escreviam não podiam mencionar questões consideradas indecentes nos seus livros, ou, como já visto em capítulos anteriores, sua *anxiety* não permitia que elas se desviassem, muito ou pouco, dos padrões de feminilidade. Tal como observado, a autora não pode ser separada da mulher civil e deve, devido a essa sobreposição de identidades, reproduzir na sua obra a mesma imagem de castidade e perfeição moral que seguia na sua vida cotidiana.

Desta forma, quando escrevem sobre o amor apaixonado ou sobre a sedução, fazem-no como meio para educar suas leitoras, mostrando-lhes como agir em situações similares. Quando Maria Peregrina de Sousa escreveu “mais vale um amante apaixonado do que uma amiga louca”¹, realçou dois temores frequentes na vida feminina do período: o amante apaixonado que poderia levar à ruína pela sedução e a amiga louca que faria o mesmo pela difamação.

No capítulo três, tratou-se do sentimento amoroso na poesia da marquesa de Alorna, da viscondessa de Balsemão, de Couto Browne e das poetisas românticas. Neste capítulo, observaremos com mais cuidado sua contribuição para os romances originais portugueses. Claramente, tal sentimento também surge nas traduções, mas optou-se aqui por focar os textos de criação original lusa devido ao seu posterior apagamento quase total. Em muitos dos livros aqui analisados a narrativa desenrola-se no estrangeiro, assim como os heróis são franceses ou alemães. Existe sempre a possibilidade de que estes textos sejam afinal também traduções adaptadas, no entanto foram aqui considerados como originais quando não há qualquer referência ao original, ou quando são utilizadas expressões como “romance original”.

*A filha incógnita*², de D. Maria Sérvola do Nascimento Ribeiro, relata duas histórias dentro de uma. Num enredo complicado, onde várias narrativas se encaixam sucessivamente umas dentro de outras (em um momento Ernesto lê as memórias de seu pai, em outro a ama de leite de Adelaide relata sua história, ainda um terceiro é apresentado na voz do tio de Ernesto e pai de Adelaide), o livro retrata a vida de Ernesto de Merville e da sua amada, Adelaide, assim como as das suas respectivas famílias.

Ernesto de Merville é um viajante, que se aloja em casa de uma senhora, Madame de Hautment, que cuida da menina Adelaide. O herói logo se apaixona, no entanto a morte de seu pai obriga-o a viajar, para procurar o irmão de sua mãe, com quem a família havia perdido

¹Maria Peregrina de Souza, *Henriqueta: romance original. com Biographia pelo Visconde de Castilho (1800-1875)*. (Porto: Editor Antonio Leite Cardoso Pereira de Mello, 1876), 16.

²Maria Sérvola de Nascimento Ribeiro, *A filha incógnita: romance* (Lisboa: Typographia de Bellas Artes, 1841).

contato. A vida de seu pai, Alberto, e sua mãe, Carlota, são-nos descritas através da leitura das memórias do seu pai. Este teria recusado a carreira eclesiástica a favor da militar, e por essa razão viajou a Inglaterra, onde conheceu a amada. Contudo, ela estava prometida a outro e Alberto fugiu. Mas a amada, Carlota, seguiu-o, disfarçada com trajes masculinos e acabaram por se casar na França.

Adelaide, que estava desde jovem a cargo de Madame Hautment, era filha de Carlos e Palmira³, mas era, no entanto, filha ilegítima. A ama-de-leite de sua mãe havia ficado responsável pela donzela quando seu pai fora obrigado a viajar, atravessando o oceano. O romance dos pais de Adelaide também é descrito no texto. A mãe de Palmira terá falecido, e, na mesma altura, seu pai foi forçado a fugir por ter assassinado um homem, de forma que Madame Hautment ficou com a menina a seus cuidados. Quando a jovem completou os dezoito anos, conheceu um homem, que aparentava ser espanhol, acabado de chegar à cidade, com o qual teve um breve namoro, do qual resultou uma gravidez. O aparente espanhol, ou seja Carlos, começou por fugir da situação, mas encurralado pela paixão da sua amada, não quis separar-se da mãe nem da filha. Acabou no entanto, por ser forçado a fazê-lo: chamado pelo pai, teve de viajar para a América, e mais tarde, para Inglaterra, deixando a filha nas mãos da ama.

É na Inglaterra que Ernesto encontra o seu tio, Lord Chirley, ou seja, Carlos. Fica-se aqui a saber que Carlos teria conhecido Palmira durante sua fuga, após a Revolução Puritana, e que, quando chamado por seu pai para a América, fora obrigado a casar-se com Sophia⁴. Aconteceu porém, que a legítima esposa de Lord Chirley, ou seja, de Carlos, havia tentado envenenar o marido, acabando, acidentalmente, por se envenenar a si própria. Sofia acabará por consumir a sua morte por suicídio, deixando assim Carlos viúvo. Esta nova situação civil permite-lhe então chamar para junto de si a filha deixada em França, Adelaide. É nesta nova situação, que Ernesto e Adelaide podem consumir o seu amor através de um casamento legítimo.

Pode então dizer-se que, neste romance, o sentimento amoroso acaba por triunfar, embora apenas na segunda geração da família, concluindo-se na união legal e espiritual de Ernesto com Adelaide.

³A não ser confundida com Palmira de *Lindoro e Palmira*.

⁴É peculiar notar que o pedido de casamento foi feito por Sofia. Ribeiro, *A filha incógnita*, 277.

Matilde Leão d'Assis Pereira da Cunha e Castro também explora de forma constante esta noção de amor ideal, no seu ‘romance original’, *Afra*⁵. A autora por diversas vezes eleva a inocência dos dois apaixonados: de Afra lê-se que “era um anjo de inocência e de pureza, linda e débil como a flôr mimosa da primavera, altiva e forte como a justiça inexorável do Eterno”⁶; já quando conhece o seu amado, Pedro da Silva “[e]ncontraram-se como dois navegantes perdidos, entregues á impetuosidade das ondas e sem esperança de salvação”⁷. Como no caso anterior, o amor parece só o ser quando se confronta com dificuldades: os pais da jovem não permitiram a união, já que não conseguiam vislumbrar um futuro muito próspero ao amante que foi para o Brasil tentar sua fortuna. A despedida de Afra merece para o assunto vertente alguma reflexão

imprimiu-lhe nos lábios mimosos e virginaes um beijo doce e sentido: não d’esses beijos ávidos e murmurantes, dados no delírio e no frezei do sensualismo; mas languido; mas suavemente prolongado, d’aquelles, que nos adormecem os sentidos, e que nos elevam a alma n’um gôso indefinível⁸.

O beijo trocado pelos dois é um gesto de amor puro, e não um beijo carregado de sensualidade ou sedução, procurando evidenciar a verdadeira natureza do sentimento que os une. A narração do texto não só eleva constantemente a castidade de Afra, como procura ir além, idealizando a própria *inocência*:

Innocencia, dote celeste da Virgem, tu és linda como a aurora dos belos dias de primavera.
És mago condão com que a donzella grava nos seios d’alma ao poeta os mais suaves, os mais queridos perfumes da vida.
Como é puro e delicioso o teu império! como são ternas e encantadas as tuas carícias!
Innocencia, doce enlevo d’alma, adoro-te, és o meu ídolo!⁹

Este pequeno trecho parece ser mais do que a voz da narração, procura realçar a própria opinião da autora, a sua visão da sociedade portuguesa. A superioridade do sentimento entre Afra e Pedro assenta no facto de não destruir a ingenuidade individual de cada um dos amantes. Eles amam desconhecendo o lado funesto deste sentimento: a sexualidade e a paixão.

É importante perceber, também, que devido à dúbia narração, já apontada no capítulo 3, não há como saber quem pensa assim: é D. Matilde, a autora, é Joana, quem afirma ter

⁵Matilde Leão d'Assis Pereira da Cunha e Castro, *Afra: romance original* (Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier da Sousa, 1856).

⁶Ibidem, 9.

⁷Ibidem, 10.

⁸Ibidem, 14.

⁹Ibidem, 16.

encontrado o texto, ou é Francisco, o suposto autor do manuscrito encontrado por D. Joana? Numa voz masculina esta afirmação acresce de uma idealização de feminilidade, de uma esposa ideal e casta que, apesar de amar, continua inocente. Em vozes femininas, é um aviso: mantenha-se casta, leitora, que apenas assim será respeitada!

Voltando à narrativa, no Brasil, Pedro sofre muito e só escreve para a sua amada após um ano, quando começa a trabalhar no Rio de Janeiro. Os pais de Afra informam-no de que a filha havia falecido, para evitarem que ele continuasse a comunicação. No entanto, dois anos passados, o casal morre, deixando a jovem Afra órfã e completamente destituída. O destino da heroína após a perda de sua família será tratado no tópico seguinte e demonstra o total contraste com o sentimento até agora narrado.

Para o tópico presente, cumpre ainda destacar que mesmo após os anos de separação, Afra e Pedro, graças ao sentimento verdadeiro, ainda se amam, fazem-no durante toda a intriga, inclusive tendo o amante se tornado padre após saber da falsa morte da jovem.

Idealizados são também os sentimentos em *História georgiana ou a constância*, onde se apresentam três casais que demonstram de forma diferente o amor ideal: Torun-Chá e Zemira, Josendar e Arima, e Calender e Zahra-Daujair.

Torun-Chá não nutria muito interesse pelo sexo feminino, até que viu Zemira, e logo se apaixonou. Já a heroína, apesar de se interessar pelo jovem, quis testar a constância do seu sentimento. Encontravam-se para isso à janela todas as noites e “recíprocos protestos de hum eterno amor se formávão todas as vezes, que se vião estes dous venturosos amantes”¹⁰. Torun-Chá foi mandado em trabalho por seu pai para longe, e a sua amada entristeceu-se com a separação. Na sua ausência, outros pretendentes pedem a mão da jovem em casamento ao seu pai, Almir; entre eles, estava Jak-Zan, sobre o qual o coração de Zemira defende que “antes se quer vêr reduzida á maior pobreza, do que viver em companhia de hum homem, que aborrece”¹¹. Contrariado, o vilão coloca-a num harém em Constantinopla, e prende seu pai, que vem mais tarde a falecer.

Ao descobrir o que havia passado, Torun-Chá tenta matar Jak-Zan, mas é impedido de consumir o ato, acabando por fugir num navio que naufraga. Salvo por pescadores, acaba conhecendo Josendar, que está nesse momento prestes a cometer suicídio. Quando o herói

¹⁰Huma sua nacional, *História Georgiana, ou A constancia : novella escrita e offerecida às Senhoras Portuguezas por huma sua nacional*. (Lisboa: na Typ. de J. F. M. de Campos, 1824), 21.

¹¹Ibidem, 45.

salva o seu novo amigo, este relata-lhe sua paixão por Arima, sua prima. Apaixonados, os dois não podiam revelar seus sentimentos, ainda assim “eram os nossos olhos os intérpretes das nossas singelas intenções”¹². Por isso, viu-se forçado a sair de casa, tendo decidido matar-se, precisamente quando encontra Torun-Chá.

Os dois seguem viagem juntos para Constantinopla, e no caminho conhecem Calender (ou Zingis-Khaoja). O pai deste novo viajante era aspirante a cargos elevados em sua cidade, mas foi perseguido por seus inimigos e acabou morrendo na fuga, diante do seu filho. Após o falecimento da figura paterna, Calender decide se tornar um militar e conheceu Turkelan, um jovem persa e primo da bela Lailakelá. Esta bela donzela contava então dois pretendentes: seu primo Turkelan e um general da sua cidade. No entanto, o seu coração escolhe o terceiro, Calender, afirmando:

Não me he desconhecido que as melindrosas obrigações do meu sexo inexoravelmente crimino a minha deliberação; porém a que extremos não se remota huma mulher apaixonada! Sei que o procedimento me faz culpada, porém o amor me justifica!¹³

Ela amava-o, mas estava noiva, razão pela qual o amigo de Torun-Chá resolveu novamente fugir. Antes da fuga, porém, o primo da jovem descobriu o amor desta pelo agora rival, desafiando-o por isso, e acabando por perecer no embate com Calender, que é, então, obrigado a retornar à sua cidade. Lembre-se que este amor não é correspondido, já que Calendar não amava a jovem Lailakelá, o seu coração só conhecerá o afeto ao cruzar-se com Zahra-Daujau, sobre quem afirma:

Eu sempre tinha zombado de amorosas prisões, não pude ver com indiferença aquella venefica beleza: porque dentro do meu coração imediatamente senti tão ansioso desassossego, que bem deixava conhecer, que era nascido de amoroso princípio.¹⁴

O terceiro herói confessa então o seu sentimento perante a jovem, mas acontece porém que a mesma é filha de um inimigo de seu pai, que, recorde-se, tinha sido assassinado no início da sua fuga. Louco de paixão, Calender rapta a sua amada, mas o navio utilizado durante a fuga naufraga. O tio de Zahra espera-a na margem e o jovem apaixonado é preso durante um ano. Quando é liberado, informam-no da morte da sua amada, informação falsa, como já tinha acontecido no romance que se analisou anteriormente. Descobrimo a verdade,

¹²Nacional, *História Georgiana*, 87.

¹³Ibidem, 173.

¹⁴Ibidem, 188-189.

os dois conseguem por fim casar-se. O amor triunfa por fim, conciliando-se com o ideal legal do casamento, mas pouco dura, uma vez que Zahra morre em poucos dias.

Calender, agora viúvo, decide exilar-se; a narrativa, porém, prossegue com a viagem dos seus dois companheiros rumo a Constantinopla, que é agora retomada após esta desventura. O romance volta então a história do segundo jovem, Josendar, que havia fugido por estar apaixonado pela sua prima, Arima. Esta é encontrada ferida mortalmente pelos dois viajantes, mas pouco antes de expirar confirma o seu amor por Josendar, já sugerido anteriormente. O segundo herói abandona então a narrativa, decidindo permanecer junto da sua amada recém-falecida. Mais uma vez, embora não chegue a consumir-se matrimonialmente, o amor reafirma o seu triunfo, por mais curto que seja.

Torun-Chá continua a sua viagem, desta vez só. Quando chega finalmente ao seu destino, trava amizade com o jardineiro do harém, com o qual passa a trabalhar. Numa noite, enquanto trabalha no jardim, ele observa Zemira, que passeia, sob os olhos de alguns eunucos.

Fica-se neste ponto da narrativa a saber que, quando chegou ao palácio, Zemira disse ao monarca que “o direito da soberania se limitava somente a sua vida, porém não ao seu coração, que este nas empresas amorosas era dirigido por eleição, e não pela força.”¹⁵. Reconhecendo seu amado no jardim, a heroína organizou um encontro com ele, mas a filha do jardineiro, apaixonada também pelo herói, denuncia os encontros do casal. Torun-Chá começa por ser preso. No entanto, a nobreza do sentimento de ambos é compreendida pelo monarca como um exemplo, e como tal, autoriza o casamento.

É a constância do sentimento amoroso o grande o vencedor nesta obra, não apenas por todas as adversidades superadas, mas também e sobretudo por vencer o tempo e a distância, permanecendo intacto quando os três casais se reencontram. A interpelação ao leitor faz-se para realçar precisamente esta característica do amor tido como ideal:

A Constância, esta sublime virtude, filha do Ceo, que felicita a creatura até no seio da adversidade, he a que debaixo das agradáveis espécies de huma ficção deixamos descrita; feliz o mortal, que tendo-a realmente gravada em seu coração vê com os olhos tranquilos os vários acidentes da vida humana.¹⁶

Esta idealização do amor ocorre também noutro romance, *Lindoro e Palmira* (1833), da autoria de Maria Clara Junior. Este pequeno livro de 80 páginas sem divisões ou capítulos, ou até separações claras entre parágrafos, conta a história de dois jovens que, prometidos desde a infância, se amam. No entanto, quando chegam à idade de se casarem, a família de

¹⁵Nacional, *História Georgiana*, 280.

¹⁶Ibidem, 343-344.

Palmira resolve procurar-lhe outro esposo. Quando o pai a informa que ela deverá se casar com Augusto, ela aceita, como boa filha: “He preciso ceder a nosso destino; eu sou sujeita a hum Pai, e a elle toca dispôr de mim”¹⁷. Apesar de ter consciência da necessidade de seguir os desejos do pai, quando Lindoro finalmente se declara ela teme sua própria reação, visto que o ama. Perdida entre a vontade de obedecer ao pai e o sentimento que a preenche, receia a reação do seu apaixonado.

Para impedir o casamento Lindoro organiza um rapto. No entanto, um terceiro pretendente da jovem tem a mesma ideia. Confundem-se os ladrões e Lindoro acaba matando os sequestradores. A conclusão deste evento é Palmira ser enviada ao convento. A família ainda pretende continuar com o casamento, mas ela esclarece o noivo: “Nós não nascemos hum para o outro: conheço todo o vosso merecimento; mas vós foste precedido, e as primeiras impressões que recebo o meu coração, o tornarão insensível a todos as outras”¹⁸. Tanto tempo havia já passado, que nem mesmo Augusto desejava já aquela união. Nesta ocasião, o pai de Lindoro, que havia ido para o Brasil, tendo a família presumido que estaria morto, reaparece. E não só: retorna rico. O casamento dos primos torna-se, então, vantajoso. A constância é, também aqui, um sentimento vencedor.

Esta é novamente idealizada em *Dois Mystérios*, folhetim publicado no *Assembleia Litterária*¹⁹. Neste pequeno texto, uma senhora canta na janela do Convento de Nossa Senhora do Santíssimo Coração de Jesus. Ela “[e]ntoava uma canção harmoniosa onde a paixão respirava com toda a sua força!” e , desde uma pequena casa distante do local, era observada por um poeta. A canção é sobre a tristeza de um amor não correspondido:

O canto que aos ceos ergueres,
Que os anjos hão de entoar;
Inda que a amor não votares,
Ha de sempre amor soar...
Guarda então viva lembrança
De quem te ama, e sem esp'rança!..

Sem esp'rança, e sem ventura!..
Que em silencio hade carpir
Um amor, o amor mais puro
Que o mortal póde sentir!
Triste amor que só respira
Quando geme ao som da lyra!²⁰

¹⁷Maria Clara Junior, *Lindoro e Palmira, ou os amantes perseguidos: novella portuguesa offercida às senhoras portuguezas* (Lisboa: Typ. Rollandiana, 1833), 14.

¹⁸Junior, *Lindoro e Palmira*, 74-75.

¹⁹*Assembleia Litterária*, n°3, de 18 de agosto de 1849, 19-21.

²⁰*Ibidem*, 19.

A narrativa, através do ponto de vista do poeta, pergunta o que “poderá subjugar a força de um amor tão poderoso qual em seus versos descanta!”²¹. Mas nenhuma resposta surge. O poeta continua a observar até que a dama se levanta e fecha a janela, deixando o leitor suspenso naquela cena.

Outro amor vencedor é o de *Branca*, peça de teatro da baronesa de Casal, na qual a heroína consegue a sua vitória ao lograr que o marido prefira uma vida ao seu lado em detrimento de uma outra, motivada pela vilania. A representação da pirataria e da vilania neste drama será analisado no tópico 1.6 deste capítulo, mas interessa, neste momento, compreender de que forma o sentimento amoroso “salva”.

Antes de ir para França, o conde Alberto era pirata, vivendo do sequestro de pessoas ilustres. Em terra firme acaba por casar com Branca, que desconhece totalmente o passado do seu consorte. Numa ocasião em que o mesmo viaja, a esposa ardente de saudades segue-o escondida até Itália, onde acaba por descobrir o que Alberto lhe ocultava. Foge, então, e passa a morar na casa de Lord Belvill, que logo se apaixona por ela. No aniversário da mãe deste, realiza-se um baile de máscaras, no qual reaparece o conde procurando por Branca.

Até conhecer Branca, o conde Alberto pensava como outro amigo seu, também pirata: “Leve o diabo o amor e as mulheres; por isso eu as trato como ellas merecem: em quanto me convém, satisfaço seus caprichos, porém dominarem-me nunca: essa fraqueza é indigna de um homem”²². Mas o amor de Branca modifica o seu pensamento:

Costumado a viver, no que loucamente se chama grande mundo... grande tom ... rodeado quasi sempre de seres frívolos, e muitas vezes desprezíveis, illudidos como elles imaginava que a devassidão era sentimento, e julgando que o delírio era amor, tomava o raio pelo fogo sagrado!²³

Branca, por sua vez, descreve o seu amor pelo marido quando Lord Belvill se lhe declara: “Eduardo, quando se ama devéras, ama-se uma vez por toda a vida. O objecto do meu primeiro... do meu único amor, vivo ou morto, perdi-o para sempre... assim tudo acabou para mim...”²⁴. Separada do marido ela sente-se “[m]orta para tudo que me é caro, só vivo para chorar e soffrer!! A magestosa natureza já não falla á minha alma”²⁵.

É, então, o amor verdadeiro que “limpa” o conde de sua vida passada como pirata. O sentimento verdadeiro purifica. Ainda assim, numa história tão trágica, a purificação

²¹ *Assembleia Litterária*, nº3, de 18 de agosto de 1849,19.

²² Condessa do Casal, *Branca: drama em quatro actos e oito quadros*. (Porto: Typ S. J. Pereira, 1847), 36.

²³ *Ibidem*, 42.

²⁴ *Ibidem*, 108.

²⁵ *Ibidem*, 118.

definitiva só é alcançada pela morte de ambos, pois a sociedade moralista portuguesa não aceitaria uma conclusão na qual um pecador pudesse gozar de um final feliz.

2. *Estava deshonrada!*: Sedução e Violação

Paralelamente ao sentimento amoroso ideal, encontra-se nestas obras o amor pela sua faceta considerada negativa: a sedução. Este termo refere-se, por exemplo, as fugas consentidas ou as uniões físicas fora do casamento. Segundo Cécile Dauphin, “séduire signifie corrompre, détourner du vrai, désignant par séducteur la personne qui fait tomber en erreur”²⁶. Outra temática que se lhe aproxima é a violação. Dois são os exemplos que melhor ilustram estas ações, masculinas, que levam à “deshonra” das mulheres. Em *Henriqueta*, de Maria Peregrina de Sousa, a heroína é persuadida a fugir com seu amante. E em *Afra*, a personagem feminina é violada pelo dono da casa em que estava. É neste último romance que podemos observar uma clara intenção por parte da autora em criticar a sociedade que permitia que as jovens vítimas morressem, enquanto seus violadores mantinham a imagem pública e privada intacta. Já na peça de teatro de Antónia Gertrudes Pusich, *Norma*, a heroína é mãe de dois filhos, frutos de uma violação.

Analisaremos primeiramente *Henriqueta*. Conta a história de uma jovem que tem um relacionamento extraconjugal. Deste resulta uma criança e ela acaba por fugir com o amante para o Brasil e viver o resto de sua vida consignada ao remorso e à vergonha.

A jovem havia casado por desejo do seu pai com um homem rico, de “boa família” e “bom porte”, mas que a narrativa define como “*traste de luxo*”²⁷. Após o casamento, viveu dois anos felizes com o marido, Júlio de Castro, até que ele deixou de lhe dar atenção. Então, “o genio de Henriqueta começou a azedar-se”²⁸. Ela tinha muitos ciúmes e ele foi-se afastando: “Perco-lhe o afecto com razão, e fui abandonada sem motivo: os escândalos apartam o amor”²⁹. Durante estes primeiros anos, a heroína tem seus primeiros dois filhos.

Ora, sucede que quando inicialmente lhe falou no casamento, o pai da jovem deu-lhe duas opções: Júlio de Castro, que se tornou seu marido, e Carlos da Silva, então recusado. Este amante rejeitado vendo-a triste, voltou a fazer-lhe a corte. A heroína, sentindo-se excluída da vida do marido, acaba por ceder: “O mancebo [Carlos] occultava no fundo do

²⁶Cécile Dauphin, ‘Fragiles et puissantes, femmes dans la société du XIX^e siècle’. In. Cécile Dauphin e Arlette Farge (dir.), *De la violence et des femmes*. (Paris: Albin Michel, 1997), 105.

²⁷Souza, *Henriqueta: romance original*, 3.

²⁸Ibidem, 6.

²⁹Ibidem, 7.

coração a paixão; que o devorava, para não *espantar a caça* (em frase de caçador) e ella sem o pensar, se deixava apanhar na rede”³⁰. A metáfora utilizada pela autora é clara: o amante é um caçador à espreita de uma vítima.

A distância física do marido, que se encontrava em Londres, só aumenta o desespero da heroína da *obscura portuense*, que “ou[ve] dizer que uma mulher longe do marido é fraca... Te[m] medo de ficar só.”³¹ Júlio já se encontrava no exterior há oito meses, quando o amante necessita viajar para o Brasil. Pede então a Henriqueta que o siga. Ela, inicialmente, se nega:

Carlos, chega a tempo de me provares o teu amor... de me fazeres vêr que se eu te sacrifiquei os meus deveres... deveres de filha... esposa e mãe... os deveres mais sagrados, não tenho ao menos empregado mal meu criminoso affecto, faz-me um sacrificio... (muito ligeiro em proporção do que eu te fiz) mata-me... mata-me e foge!³².

Nesta curta fala, a heroína demonstra a situação de uma mulher pecadora. Ela traía não apenas a instituição matrimonial, mas também a sua posição social enquanto filha, esposa e mãe. Traía, no fundo, a sua própria ideia de feminilidade, e preferiria morrer a viver com o pecado que havia cometido.

É a descoberta de uma gravidez que muda sua resolução. Uma heroína católica não poderia nunca pensar num aborto. A sua própria morte sim, mas aborto nunca. Decide então aceitar a fuga com Carlos para a Bahia, onde passa a assumir o nome de Emília e se faz passar pela esposa do amante.

Após alguns anos de felicidade conjugal, também Carlos se torna distante e começa a pensar em casamento. Inicialmente o amante cogita deixar Emília, mas um de seus amigos tenta convencê-lo do contrário:

cada vez conheço que é mais injusto com D. Emilia. Meu amigo, sê um homem de bem. Casar com uma amante moça e bella, é couza fácil e aprazível, mas casar com a mãe de um filho quando ella começa a envelhecer, e que o coração se inclina a outra é um acto custoso, mas de justiça e probidade. Se D. Emilia deixou a vereda da virtude, foi de certo porque te amava muito.³³

Ouvindo esta conversa, Henriqueta entra em desespero e foge para Portugal, com o auxílio de José, um escravo negro que Carlos lhe ofertou, e que será tratado em tópico posterior. O próximo capítulo do romance se dá 11 anos mais tarde, quando Henriqueta, José

³⁰Souza, *Henriqueta: romance original*, 14.

³¹Ibidem, 17.

³²Ibidem, 26.

³³Ibidem, 56.

e o filho bastardo Eduardo moram em Alfama, Lisboa. Ambos trabalham noite e dia, vivendo na miséria. O filho, agora crescido, descobre as circunstâncias de seu nascimento, acabando por morrer de uma grande febre. A doença é, na verdade, mais moral do que física, visto que ele se reconhece como o fruto de um pecado. No leito de morte, Eduardo implora à mãe que peça perdão ao avô. É então que a heroína retorna ao seu lar paterno, onde encontra a mãe, morta de desgosto pela sua fuga, e os filhos Augusto e Virgínia. É aí que descobre que seu marido defendeu sua honra, ou seja, nunca denunciou o que realmente tinha acontecido. Júlio perdoa a esposa infiel e foragida, e o livro encerra com Henriqueta, no leito da morte, rogando ao marido:

Oh, Julio! Fui muito culpada, mas ainda fui mais desgraçada! Os tormentos que sobre tudo sofri a pouco... [a morte da mãe e a emoção extrema do reencontro com os filhos] não os posso exprimir. Estou te magoando sem o dever... A culpa foi minha... só minha, se perdi o direito de abraçar meus filhos... E comtudo os abracei a ambos!!!³⁴

Henriqueta assume para si toda a culpa. Ao contrário de *Afra*, na qual a narrativa pretende claramente que a culpa caia sobre Roberto, como veremos mais à frente, na obra da *obscura portuense* (lembre-se, assinatura de Maria Peregrina), a mulher é a verdadeira condenada pela traição. O pecado da relação extraconjugal é o motivo do falecimento do filho Eduardo, da distância entre a mãe e os outros dois filhos, da pobreza de Henriqueta e, inclusive, da morte da mãe da heroína, por desgosto. Conclui-se, facilmente, que trair é o pior mal para uma senhora casada. Carlos, o amante, não é de todo exonerado de responsabilidade. No entanto, seu erro não foi ter seduzido Henriqueta, mas sim não ter assumido o filho legalmente.

Este romance não é o único texto no qual Maria Peregrina de Sousa tratou desta questão. No folhetim *Diálogos de Família* a autora descreve um encontro entre uma senhora e uma amiga em um cemitério. A primeira, Inês, descreve um encontro inusitado a caminho do local. Caminhava Inês com o irmão por um trajeto incomum, quando passaram em frente de alguns “desgraçados”³⁵. Uma das pessoas que ali se encontravam, uma mulher, olhou-a diretamente nos olhos. Reconhece nela a jovem Clara, que conhecera no passado. Esta jovem órfã teria estado apaixonada por A. B., que na altura estaria noivo da narradora. Também ele se enamorou dela, mas o casamento com a narradora do relato seria mais frutuoso para sua família, e por isso, decidiu fugir para esquecê-la. No entanto, a menina seguiu-o. O noivado acabou por ser desfeito, mas pouco tempo depois, A. B. perdeu o interesse pela nova

³⁴Souza, *Henriqueta: romance original*, 115.

³⁵*Iris* Tomo II, 400.

namorada, acabando por abandoná-la também. Segue o relato da heroína ao ter encontrado a jovem que conhecera no passado:

Senti um tal abalo, por ver a abjecção a que póde chegar uma creatura (e uma creatura que teve tal ou qual educação) que meo irmão pensou que me-dava alguma cousa, e quiz voltar comigo para casa. Primeiro não lhe disse o que me commovêra tanto. Entre diversos sentimentos, sentia certa vergonha e humilhação de ver aquella, que rivalisou comigo e hombreou com tantas damas, na *libré* do vício. Depois considerei que alguns soccorros a-poderiam tirar do abysmo em que jazia, e confessei-o a meu irmão a verdade, pedindo-lhe que lhe mandasse por alguem um pouco de dinheiro³⁶.

Clara estaria assim na “*libré* do vício”. Inês deseja ajudá-la, mas o horror da situação que presenciou é tão forte que não consegue. Note-se também que é preciso que seja seu irmão a dar dinheiro à necessitada, pois o local onde passeavam não era um local para mulheres. Para Inês, “Clara errou primeiro por vaidade e ambição, e talvez por amor; mas hoje é a miséria que a-arrasta, e ainda que queira não póde livrar-se da sua mísera vida sem ajuda: e quem a-ajudará?”³⁷. A situação das mulheres pobres e “perdidas” era infame e difícil de ser contrariada. Clara não pode salvar-se sem auxílio alheio, Inês, por sua vez, sente que não tem poder suficiente para ajudá-la. Para além disso, é fácil compreender que a situação da antiga amante de A. B. é de tal maneira miserável que, muito possivelmente, o local pelo qual passaram os irmãos não seja apenas um abrigo para pessoas muito pobres, mas também uma morada de prostitutas.

Este curto texto, que Maria Peregrina tinha inicialmente assinado como *Mariposa*, apresenta o que poderia ser um comentário real, ouvido pela autora num cemitério – como afirma no início do folhetim.

Já *Afra*, como mencionado, aposta numa temática mais forte: a violência sexual. A primeira parte deste romance foi resumida no tópico anterior; continua-se, agora, a narração do sucedido com *Afra* após a morte dos pais. Completamente destituída, a heroína precisou do auxílio de suas amigas. Foi então que passou a morar com Adelaide e seu pai, Roberto, um “homem *muito de bem*”³⁸, ao mesmo tempo que “orgulhoso e perverso: o seu Deus era o dinheiro; a sua religião era a satisfação completa dos desejos os mais synicos, dos vícios os mais hediondos”³⁹.

A narração define claramente dois valores estruturantes da vilania: riqueza e luxúria. Vai ainda mais longe, no entanto, ao afirmar que “[q]uantos caracteres assim não apresentam

³⁶*Iris* Tomo II, 401.

³⁷*Ibidem*, 402.

³⁸Castro, *Afra: romance original*, 32. grifos do original

³⁹*Ibidem*, 32.

na sociedade, tanto mais perigosos, quanto envolvidos nas aparências *d'homem de bem*⁴⁰. Como pode a heroína fugir ou proteger-se de um vilão que se esconde sob esta aparência? Especialmente quando, perante a sociedade, este homem recebe uma estranha de braços abertos em sua casa, como se fosse sua filha, ou seja, representa de forma idílica o anfitrião altruísta e generoso?

Uma noite, Roberto convence a sua filha Adelaide a sair, deixando Afra sozinha com ele, em sua casa. O anfitrião entrou então no quarto da sua hóspede. Começou inicialmente por colocar-lhe a mão, que a jovem, amedrontada, retirou. Em seguida, tentou dar-lhe um beijo, o que fez a jovem Afra recuar para a janela, suplicando, com “voz meiga e sentida”, piedade, “Sr. Roberto tenha dó de mim, deixe-me pelo amor de Deus!”. O rico senhor não se comoveu e tentou a investida outras duas vezes sem sucesso, levando a inocente menina a gritar “com quanta força lhe era possível pedindo socorro”. Mas tal não o deteve. O proprietário chamou então uma de suas criadas, para que lhe prestasse auxílio no seu desejo de possuir a jovem, dando-lhe um chá que iria incapacitá-la⁴¹.

A manhã seguinte traz o horror da violação e, especialmente, do que ela significa para uma órfã:

O despertar de Afra foi terrível! apesar de haver levado a noite toda em pungente pezadellos, o seu acordar foi ainda mais desesperador! A ilusão tornara-se realidade!

Ergueu-se sobressaltada e foi consultar o espelho! Meu Deus! os cabelos empastados! as faces abatidas! Desconheceu-se! O espelho arrematou a explicação dos sonhos horríveis em que se debatêra!

Estava deshonrada!

E o sol ia já alto – e os pássaros cantavam junto da janella do quarto se havia dias lindos era aquella...⁴²

A descrição é clara. Ao acordar encontrava-se visível e profundamente mudada. Afra já não podia ser mais a bela jovem cuja inocência era cantada no início do livro. Mesmo não sendo presenciada por ninguém, ou seja, mesmo que não seja um facto do conhecimento público, a violação por si é narrativamente evidente. Lá fora, o mundo continua, os pássaros continuam a cantar, mas a vida desta heroína foi bruscamente alterada, manchando de forma indelével, o presente, o futuro e mesmo o passado.

A violação revela os seus efeitos exteriores: Afra engravidada. Após sete meses, quando o embaraço já era visível a todos, o autor do feito expulsa a futura mãe de sua casa, pois “uma

⁴⁰Castro, *Afra: romance original*, 33.

⁴¹Ibidem, 35-39.

⁴²Ibidem, 39.

menina naquele estado” era óbvio que “me não convem em minha casa”⁴³. Como homem da sociedade, não é do seu interesse que uma menina “deshonrada” esteja à vista de todos quantos conhece, e o facto de o ato que a desonrou ser da sua inteira responsabilidade em nada altera a sua decisão. Afra não tem como fugir do único lar que conheceu após o falecimento dos seus pais, lembre-se que já tinha sido destituída economicamente, não tendo por isso a quem recorrer. Depois desta mancha na sua honra, a sociedade fechar-lhe-á todas as portas. Já não é uma jovem inocente, é uma mulher perdida, até mesmo aos olhos da criada que foi adjuvante do crime contra si cometido.

No final do romance, o leitor vai encontrar Afra, dois meses depois, às portas da morte, devido a parto difícil. Um padre é chamado para dar a extrema-unção, numa casa pobre, na rua de São Miguel, em Alfama. O pároco é Pedro da Silva, outrora jovem apaixonado por Afra que havia ido para o Brasil buscar a sua sorte⁴⁴. Tal como em casos vistos anteriormente, os dois amantes morrem, consumidos pelas dores físicas e morais que lhes foram infligidas pela sociedade.

Conclui-se o livro com uma nota de Joana⁴⁵, importante enquanto denúncia social:

A innocencia soccumbiu aos golpes do crime!

A innocencia ficará manchada com as nodoas da deshonra e da infâmia, em quanto que o crime se conservará intacto nos esplendores da sua elevada reputação.

Hoje o mercador Roberto terá indubitavelmente alcançado a recompensa de seus valiosos serviços, e trará pintado na carruagem o braço da sua *casa aristocrática*.

Com não meteu a mão n’uma algibeira para roubar um relógio, nem assassinou com a ponta do punhal, passeia desembaraçado pelas ruas, e salpica de lado miseráveis que não podem subir a tanta altura.

O desgraçado que rouba um pão para matar a fome tem as enxovais do Limoeiro: o grande que assassina a donzella para satisfazer a sua lascívia sóbe um degral (sic) na escada social!!!⁴⁶

Naquilo que seria uma adenda ao manuscrito de autoria (supostamente) masculina, podemos perceber a real opinião da autora. Os homens, ricos e vis, podem destruir a vida de uma mulher sem sofrerem qualquer consequência, a sociedade nunca os verá como vilões que são, mas como eles se apresentam: simpáticos e abastados cavalheiros. A autora chama mesmo assassinato à violação, não apenas porque a gravidez conduz a jovem violada à miséria e à morte, mas sobretudo porque a partir do ato, todas as perspectivas de Afra desaparecem. A violação matou a pessoa que Afra poderia ter sido, mesmo já se encontrando

⁴³Castro, *Afra: romance original*, 40.

⁴⁴Mencionado no tópico anterior.

⁴⁵Lembre-se que o romance é narrado por Francisco, e teria sido encontrado por Joana, que o publicou.

⁴⁶Castro, *Afra: romance original*, 49-50.

antes desamparada. Também denuncia o sistema penal burguês e cego, com a perseguição e criminalização dos desgraçados cheios de fome que têm de roubar um pão.

Este pensamento é semelhante ao da espanhola Emília Pardo Barzán (1851-1921), que no seu romance *Insolación* de 1889 defendeu que a “dualidad de criterios” da sociedade no tratamento para com mulheres e homens se dá pois a sociedade incita o homem a ter uma vida sexual enquanto desqualifica o sexo feminino pela mesma razão⁴⁷.

Uma terceira obra que trata do assunto é *Norma*, de Gertrudes Angélica da Cunha. Neste drama em três atos, a dramaturga oferece-nos a história de uma sacerdotisa, mãe de dois filhos, apaixonada por um romano chamado Polion. Este é também o objeto de desejo de uma outra sacerdotisa, Adalgisa. Acontece porém que, sendo ele romano, nenhuma das duas está autorizada a amá-lo. Ora sucede que a heroína cujo nome dá título à obra, tem de manter a vida dos dois filhos em segredo e, no segundo ato, o leitor fica a perceber porquê, ao ser revelada a forma como foram concebidos:

As guerreiras manobras me entretinham
Julgava em meo retiro não ser vista!....
Um dia!... de meos dias fosse o ultimo...
Entrei no meu recinto, achei-me presa;
Quis fugir, e meos passos impediram!...
Gritei!... mas a distância era mui longa,
Lucei... mas meo contrario era mais forte...
Tão estranha surpresa confundio-me!
Os sentidos perdi! Fiquei submersa,
De espanto... de vexame... de vergonha!...⁴⁸

Tal como as heroínas das obras anteriores, também Norma gritou, lutou e tentou fugir. E também ela foi vencida por uma força masculina superior. É de notar que todo este acontecimento é descrito num monólogo da própria vítima. Ao fazê-lo desta forma, Gertrudes Angélica da Cunha livra-se de encenar tal cena, bem como o público de a observar. Quem assiste à apresentação sabe que os filhos de Norma são fruto de um estupro, mas não veem o ato em si. D. Matilde Leão da Silva e Castro também não descreve o ato, protegendo o leitor – e a leitora – dos detalhes sórdidos, da dor e do sofrimento daquela que é vitimada.

Assim como Afra, Norma sentiu no corpo as consequências do ato: “Em meo seio notei mudança estranha/ Comprehendi todo o horror do meu destino!...”⁴⁹. Como mulher e sacerdotisa, os filhos gémeos são a prova constante da sua vergonha, mas o sentimento

⁴⁷Cf. Guadalupe Gómez Ferrer. ‘La apuesta por la ruptura’. In. Isabel Morant (dir.), *Historia de las mujeres en España y América Latina. Del siglo XIX a los umbrales del XX*. Vol. III. (Madrid: Catedra, 2006), 172.

⁴⁸Gertrudes Angélica da Cunha, *Norma* (Rio de Janiero [sic]: Typographia de Teixeira e C^a, 1848), 61.

⁴⁹Cunha, *Norma*, 61.

materno impede que ela se distancie deles. Ao contrário de Afra, Norma pede auxílio ao homem que a violou, auxílio esse que inicialmente lhe é negado.

Ao longo da peça, fica o público a perceber que Norma é a superior de Adalgiza na hierarquia em que se movem. Este dado, porém, não impede a segunda de lhe confessar o sentimento que nutre por Polion, mesmo sendo conhecedora da paixão de Norma, e temendo, como tal, as consequências para a sua superiora hierárquica se a união que deseja se consumasse. É nesse momento que Norma confessa o verdadeiramente trágico da sua história: apesar viver carregada com culpa, de ser uma vítima de violação, obrigada a manter os frutos desse crime escondidos, a heroína ama o homem que a violentou, já que segundo a mesma, lhe ofereceu o dom da maternidade. Note-se como a maternidade mesmo indesejada serve na consciência da vítima como compensação pelos danos sofridos. Pensando no futuro dos filhos, perseguida pela culpa, Norma decide pedir a Adalgiza que, ao partir para Roma com o seu amado Polion, leve consigo as duas crianças. Antes da partida porém, as duas sacerdotisas são atacadas por um grupo de homens entre os quais se encontra o violador e pai das crianças, a quem Norma, implora, uma vez mais, que cuide dos filhos. É evidente para o leitor ou para o público que a culpa acompanha a vida de Norma. A heroína acredita piamente e até ao fim que foi o seu desejo de observar o inimigo o único responsável pela sua perdição, “sabe Irmensal que uma imprudencia/ foi origem funesta do meu damno”⁵⁰.

Georges Vigarello em *História da violação* explica como os juristas neste período não entendiam a coerção – por meio de narcóticos ou pressão moral – como violação. Até às décadas de 50 e 60 de Oitocentos, apenas os resquícios e vestígios físicos serviam como prova e possível validação de uma violência. Somando a isto, acreditava-se, também, desde o Antigo Regime até aos inícios do século XIX, que uma mulher adulta não poderia ser violada apenas por um homem, uma vez que, no entender dos juristas (e mesmo da sociedade), uma mulher adulta teria forças suficientes para se defender, donde se inferia que, se aconteceu, foi porque ela não se defendeu como podia. Desta forma, por via jurídica, apenas as crianças podiam ser vítimas deste crime, e mesmo estas, por vezes, não eram vistas como tal. Vigarello analisou os textos juristas e a literatura francesa, mas as suas conclusões sobre o modelo jurídico e social da França são facilmente extrapoláveis para o contexto lusitano, nomeadamente porque a sociedade portuguesa desta época via na França o grande modelo civilizacional a imitar⁵¹.

⁵⁰Cunha, *Norma*, 61.

⁵¹Georges Vigarello, *História da Violação. Séculos XVI-XX* (Lisboa: Editorial Estampa, 2008).

Dito isto, percebe-se a importância da força com que a narração de *Afra* culpabiliza o verdadeiro ator da violação: o homem que usou de narcóticos para imobilizar (e desacordar) a jovem Afra, após ela se ter recusado a ceder por diversas vezes. Ainda segundo Vigarello, é somente a partir da segunda metade do século XIX que os médicos começaram a perceber o papel do uso de entorpecentes na violência sexual⁵². Por tudo isto, compreende-se que Afra não tenha ousado acusar o seu violador. Embora ainda jovem, ela já era considerada mulher, logo estaria obrigada a defender-se. Por essa razão, a forma como a autora descreve a luta/defesa de sua heroína procura realçar que ela não deve e não pode ser culpabilizada pelos leitores.

Apesar de um certo espírito de denúncia que caracteriza estas autoras, deve notar-se que a forma como as mesmas descrevem as tentativas de defesa das suas heroínas é também fruto de uma opinião consumada de que as mulheres poderiam defender-se. De alguma forma, elas próprias estão imbuídas de um sentimento de culpabilização da mulher generalizado na sociedade de então. Simultaneamente, e apesar disso, as mulheres que devem defender-se nunca conseguem lográ-lo nestes romances: as mulheres choram, gritam, tentam fugir, mas são sempre as principais derrotadas.

Uma heroína que consegue fugir deste destino é Cristina de Stainville, do romance homónimo, da autoria de C. E. da C. G. Neste livro, que será resumido num tópico posterior sobre a educação, a recém-casada Cristina mora com o tio de seu marido, Roberto Duval, após algumas dificuldades financeiras do recente casal. Aquele senhor perseguiu-a e tentou seduzi-la, mas o destino impediu o assédio físico, através do aparecimento de um mendigo. A presença de testemunhas não permitiu a Monsieur Duval continuar a perseguição. No entanto, a heroína vê-se obrigada a conviver diariamente com esta figura que passa, a partir daquele momento, a lhe causar asco:

Sim, Christina estava agora na mais triste crise que era possível descrever, porque era obrigada, por muitos motivos, não só a calar o abominável comportamento de seu tio, como a guardar no coração o rancor que lhe devia ter, e a mostrar-lhe, no público aquele carinho, e agrado que sempre lhe tinha patenteado⁵³.

As mulheres que estavam em uma situação de dependência, física e económica, das figuras masculinas de sua família, como a personagem de C. E da C. G., não tinham outra solução senão suportar em silêncio o assédio e fingir, em público, que nada havia acontecido.

⁵²Vigarello, *História da Violação*, 176.

⁵³C. E. da C. G., *Christina de Stainville ou os efeitos da boa ou má educação* Tomo II (Lisboa: Tipografia de J. J. de Salles, 1849), 53-54.

Após a tentativa de ataque, “Christina conheceu então o sentido de muitas equivocadas palavras, que em seus passeios lhe tinha ouvido”, assim como percebeu que as tentativas eram já múltiplas, mas tinham sido evitadas pelo cachorro da heroína⁵⁴.

Assim como no romance de Matilde Leão d’Assis Pereira da Cunha e Castro, a narração deixa explícita a opinião de sua autora sobre a situação de sua heroína e dos homens da sociedade, “monstros desta natureza” que “para satisfazerem suas torpes ambições não escrupolisam sacrificar-lhe a virtude e a religião”⁵⁵.

Ao contrário de Afra e Norma, Cristina é poupada do destino infeliz da mulher *deshonrada*, mas a inclusão desta temática por parte de sua autora exemplifica, aqui, o quão importante era para uma mulher, manter a sua castidade, quando tantas vezes a ganância e a luxúria masculinas não lho permitiam.

Ainda que a violação seja uma temática forte e marcante na ficção, surge também em textos não ficcionais. Nas *Memórias de minha vida*, Josefina de Neuville demonstra, através de um relato de sua adolescência, como este perigo era uma realidade constante no cotidiano feminino. Quando a brasileira, durante um período de férias escolares do *Sacré Cœur*, visitou seu tio, em Paris, foi acometida de uma presença “fantasmagórica”, que se acercou ao seu leito de menina. À noite, preparando-se para dormir no quarto com uma de suas primas,

Como ficasse de cama, levei até á uma hora da noite a conversar em diversas cousas com minha prima, porque o somno não me apoquetava, e como já por fim não recebesse resposta d’ella, voltei-me para o lado da parede, e ahi fiquei dormitando levemente até ás duas horas, momento em que fui despertada por uma especie de *fantasma*, que se chegou perto do meu leito. Sobressaltada estendi os braços, e chamei minha prima: o vulto pareceu não gostar, e quando a segunda vez gritei por *Noémi*, apertou-me com tanta força a mão, que fiquei por alguns dias sem me poder servir d’ella.⁵⁶

Este relato assemelha-se em muito com as obras de ficção aqui já apresentados. A menina Josefina podia não compreender na sua tenra idade a misteriosa aparição noturna; mas a senhora Neuville já percebia agora aquilo que em infância lhe parecera uma assombração. As páginas anteriores a este relato trazem uma menção ao falecimento da amante de seu tio, uma condessa que visitava a casa e que teria sido a única a que seu tio havia amado, uma informação aparentemente incoerente por parte da autora, mas que indica que enquanto esta mulher frequentou a casa da família, D. Josefina esteve “segura”.

⁵⁴G., *Christina de Stainville*, 57.

⁵⁵Ibidem, 63.

⁵⁶Josephina Neuville, *Memórias da minha vida: recordações das minhas viagens por* Tomo I (Lisboa: Typographia do Panorama, 1864), 29. Na capa do livro lê-se ainda “dedicadas a minhas filhas offerecidas a ***”

Além da prima de Josefina, a *institutrice*, ou seja, a *governess* de suas primas, correu ao quarto. O *fantasma* fugiu antes que esta chegasse. Mas para todos, com exceção das jovens meninas, parecia estar claro quem era o visitante. Na manhã seguinte, a inocente Josefina foi dar os bons dias ao tio, que lhe respondeu “com voz firme: *petite sotté*, tu m’as pagarás!”⁵⁷ A memorialista continua seu relato, afirmando que “[n]ão fiz maior caso d’isto, pensando que tinha sido motivado pelo alevantamento da noite, mas o tempo mo tem demonstrado...”⁵⁸

Um dia depois, as três jovens, Neuville e suas duas primas, foram levadas com pressa de volta ao colégio e as freiras não mais quiseram que ela saísse do local: “-Es ainda muito pequena, para poderes compreender certas coisas!...”⁵⁹, teria dito uma das religiosas.

Aquilo que a pequena Josefina não pode compreender, fica claro tanto para a mulher adulta que agora recorda, como para os seus leitores e leitoras adultas. O tio havia atentado contra sua honra, mas ela havia conseguido fugir. A preceptora das primas e a madre do *Sacré Cœur* também compreenderam claramente e tentaram ao máximo proteger a menina do destino que o tio lhe destinava. A autora, quando escreve suas memórias, já parece ter uma opinião clara quanto ao acontecimento, muito embora o próprio peso da recordação a possa ter impedido de discorrer mais sobre ele: “[e]ste caso de phantasma é um enigma que não explico devidamente, porque há circunstancias que assim o exigem”⁶⁰. Por outro lado, o tema é pesado demais, marcante demais, para ser apresentado e discutido de uma forma direta em uma memória de autoria feminina do século XIX. Ainda assim, Neuville podia ter ocultado o episódio, não o fez. Ela toca no assunto, embora se recuse a muitas reflexões sobre ele, ou mesmo a nomeá-lo: foram *phantasmas*.

3. *Sagrada inclinação*: O casamento

Através de um amor ideal, logo racional, as jovens alcançariam o matrimônio. Por isso, também este tópico aparece com frequência. Por vezes, esta união surge como uma *libertação* para a heroína, o fim de uma transgressão, como em *Henriqueta de Orleans*; noutras, como um espaço no qual a feminilidade é aceite, apesar dos desvios cometidos pelas mulheres quando solteiras. No entanto, apenas os pequenos desvios eram perdoados, visto que a imoralidade e a cedência a uma sedução tinham sempre como final a morte.

⁵⁷Neuville, *Memórias da minha vida*, 29.

⁵⁸Ibidem, 29.

⁵⁹Ibidem, 30.

⁶⁰Ibidem, 30.

No romance *Afra*, que acabámos de analisar, o casamento é definido como um “presente encarado como uma especulação; é um modo de se consolarem as fortunas e de se adquirir *uma certa posição* na sociedade”. A autora chama até o verdadeiro casamento de “sagradas inclinações, que só por si revelam a existência de um Deus”, embora admita que “são tidas como insignificâncias e *fragilidades* das creanças” por aqueles que veem o matrimónio como uma união económica e social entre as famílias⁶¹. Para Luísa Marinho Antunes “[o] casamento, base da família, se traz consigo grandes bens, pode também provocar grandes males, se os caracteres dos esposos forem opostos”⁶², razão pela qual seu ideal é uma união entre seres iguais, ou seja, pessoas da mesma camada social e, por isso, com interesses semelhantes.

O casamento é um lugar-comum nos textos de autoria feminina. Todos indicam a sua necessidade, todos o mencionam em algum momento, praticamente todos os finais felizes culminam numa união matrimonial. Os exemplos colocados nos dois tópicos anteriores já demonstram, de certa forma, a importância desta instituição para a sociedade portuguesa e dentro desta, em particular destaque, para as mulheres.

Em *Branca*, a heroína explica sua posição sobre esta união:

Se bem se pensasse muito pouca gente casaria ao reflectir no azar que se vai correr: porque antes de casar todos são anjinhos, e depois, com poucas excepções, todos são diabinhos, escravos, quando pretendem, e tyrannos, quando senhores... Deve ser coisa terrível para uma rapariga que sae do seio de sua família, sendo o idolo della, entrar no pôder de um homem, que sem mais, nem mais quer que sua vontade prevaleça! Safa!.. Deve ser cousa muito espantosa⁶³.

Com estas palavras, a recém-casada explicita os temores de uma jovem, que desconhece o verdadeiro carácter do seu marido, compreendendo que essa ignorância em relação ao outro pode ter consequências danosas para ela. De certa forma, acaba por ser uma premonição do que vem a acontecer com a própria Branca, que descobre a vilania de seu marido e acaba sofrendo devido a ela. Como já visto, o sentimento amoroso sai vencedor deste drama, mas o matrimónio não.

No folhetim *Roberta ou a força da sympathia*, de Maria Peregrina de Sousa, a união volta a ser assim descrita. A história, inicialmente publicada no *Periódico dos Pobres do*

⁶¹Castro, *Afra: romance original*, 29.

⁶²Luísa Marinho Antunes, *As malícias das mulheres. Discursos sobre poderes e artes das mulheres na cultura portuguesa e europeia* (Lisboa: Esfera do Caos, 2014), 132.

⁶³Casal, *Branca*, 15.

Porto em 1848 e, posteriormente junto a outro texto (*Rhadamento*) em livro, relata a vida de Roberta e de seus dois pretendentes: o seu primo Augusto e Frederico, amigo da família.

O pai da heroína, assim como seu tio, satisfazem todas as suas vontades, assim que, quando ela admite a paixão pelo primo (cuja família se havia distanciado do pai de Roberta), eles desistem do noivo idóneo, Frederico, aceitando o desejo da jovem. Ainda que tenham aceitado o romance, à família não lhe agrada muito a forma como os dois se conheceram, assim como o modo em que surgiu o sentimento da heroína:

Olhava ella distrahidamente para a rua, quando deu com a vista n'um lindo Adonis, que passava vagaroso; olhando para ella extasiado. O coração da menina bateu com ímpeto, e seu rosto se incendiou. = Que linda figura! pensava ella, fingindo olhar para diante, que bello rosto! que bom gosto de trajar!⁶⁴

O sentimento surge à primeira vista, sem que o casal se tivesse até então comunicado. Roberta conhece os perigos de amores assim construídos, mas o seu sentimento é tão forte que rapidamente decide ser ele o mais importante:

Eu tinha decidido não me apaixonar sem ter bem conhecimento da pessoa que amasse; porém quem póde resistir á força da sympathia?... Estas paixões dizem que são as mais fortes e duradouras. Amá-lo hei sempre, sempre! A minha sorte está decidida. Ah! e se elle me não amasse? morreria de paixão.⁶⁵

A heroína perpetua assim ideais românticos do sentimento amoroso: ou ser amada, ou morrer. Mas percebe-se pela forma rápida com que se descreve o acontecimento, e sobretudo pelo olhar subtil com que a sua criada observa a cena, imbuindo-lhe um espírito de comédia, que a narrativa pretende demonstrar precisamente a falsidade deste inspirado amor.

Anunciado o noivado com Augusto, o segundo pretendente, Frederico, que tinha sido preferido pela família mas fora recusado pela jovem, afasta-se da cidade para a sua quinta, que curiosamente se situava ao lado da do tio da recém-casada, proximidade essa que será relevante. Entretanto os jovens noivos, Roberta e Augusto, formam um casal famoso na sociedade lisboeta assiduamente convidado para diversos bailes, durante os quais a beleza de Augusto não consegue esconder a sua pouca e fraca inteligência: “Pouco depois ergue-se uma questão sobre política, e Augusto disse tanta sandice, que Roberta se envergonhou por elle. Já antes havia ella feito a tristíssima descoberta que o dom da palavra não era dom do seu

⁶⁴*Periódico dos Pobres do Porto*, nº12 de 1848, 46.

⁶⁵*Ibidem*, 46.

amante.”⁶⁶. Como lembra Maria Helena Santana, era esperado que um jovem fosse “galante e com à-vontade em todas as circunstâncias, seja num baile, seja numa assembleia ou num passeio a cavalo”⁶⁷. Augusto, embora aparente estar habituado a vida social, não tem capacidades de conversação, tão necessárias aos que frequentavam a sociedade.

Ora se Augusto não tinha o dom da palavra, exercitava-se noutros, como se vem a saber por uma carta anónima dirigida ao pai de Roberta, e na qual se elencam as várias amantes que o noivo mantinha paralelamente ao noivado. O autor da carta, vem-se depois a saber, seria António Maria, amigo chegado do noivo, que além de manter em segredo as aventuras amorosas de Augusto até então, chegou inclusive a escrever todas as cartas que Roberta havia recebido na habitual troca de correspondência entre os noivos. A motivação para a denúncia surge numa traição de Augusto, desta feita ao amigo, ao tentar seduzir uma jovem pretendente de António Maria. No entanto, ao contrário do que acontece noutra obra *Cyrano de Bergerac*⁶⁸, o verdadeiro autor das cartas não se apaixona por Roberta, já que para ele: “Tenho uma espécie de amor próprio em namorá-la com meus escriptos para outro”⁶⁹.

Ao descobrir as mentiras do noivo, a heroína procura refúgio para sua desilusão na quinta de seu tio Tomás. Sem poder desmarcar o casamento previsto, ela terá de resignar-se com uma união com um homem que já não pode respeitar e a fuga para a casa de seu tio é uma tentativa de atrasar o enlace não mais desejado. Ora a quinta onde a jovem se encontra é, como já tínhamos adiantado, ao lado da morada de Frederico e essa proximidade faz com que ela passe a pensar novamente nele com mais frequência. Rapidamente se apercebe do que sucedeu: “Meu Deus!... Livrai-me desta desgraça; amar Frederico e casar com Augusto! antes morrer mil vezes! eu estou porém prevenida, terei cautela, evitarei passear só, tornarei a procurar a sociedade.”⁷⁰. A heroína pensa desta forma conseguir proteger-se do sentimento que se anuncia, , pernicioso para a sua honra.

Mas o regresso de Frederico à sua morada apenas dificulta a resolução de Roberta. A jovem entra num estado de bucólica contemplação, deixando-se deslumbrar pelos encantos da natureza campestre, que, como é natural neste tipo de romance, simbolizam o desabrochar do sentimento amoroso. Esta atração pelo espaço natural envolvente pode ser comparada ao sentimento que invade Elizabeth Bennet quando observa Pemberley pela primeira vez, em

⁶⁶*Periódico dos Pobres do Porto*, nº 25 de 1848, 99.

⁶⁷Maria Helena Santana, ‘Segredos e confidências. Estética e aparência’. In *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, (Lisboa: Temas e Debates, 2011), 431.

⁶⁸Peça de Molière na qual Cyrano escreve cartas de amor a sua prima no lugar do amado e futuro marido desta.

⁶⁹*Periódico dos Pobres do Porto*, nº17 de 1848, 66.

⁷⁰*Periódico dos Pobres do Porto*, nº 44 de 1848, 180.

Orgulho e Preconceito, apenas um dos vários paralelos deste folhetim de Maria Peregrina de Sousa com a obra-prima de Jane Austen.

Entretanto, longe da tranquila natureza, Augusto desaparece da cidade: António Maria tê-lo-ia desafiado para um duelo, ao qual o jovem respondera com uma fuga. A heroína vê-se assim livre do casamento indesejado por alguns dias, e a relação com Frederico pode, cautelosamente, progredir. A visita de Emília, a irmã do amado de Roberta, também auxilia o namoro, permitindo que a amiga sirva de mediadora do casal:

Parece que se zangou comigo?...

Eu? ... não, meu senhor; de que havia de escandalizar-me? V. S^a. aprova a autoridade despótica, é da sua espécie. Um rapaz começa governando sua mãe, se ella lhe dá azos; depois suas irmãs, se as tem, sua mulher, suas filhas e suas netas; e de todos os captiveiros que a mulher soffre, o mais justo é o paterno.

Frederico tremeu; pareceu-lhe ler nos olhos da sua amada.

-E eu protesto nunca me expor a outro.

-Minha riquinha, lhe replicou Emilia, há uma epocha que em vez de escravas somos senhoras e tyrannas.

-É epocha que não conheço.

-Quando somos amantes, se de véras somos amadas.

A jovem impertinente corou, e respondeu:

-Pode ser, mas se assim é, os senhores que fizeram algum tempo o papel de escravos tirão logo que podem toda a desforra. Eu muito a tempo soube que a liberdade é impagável! ... Por mim não quero ser tyranna nem tyrannisada.

Acabando de fallar sahiu sem olhar Frederico, que disse triste a sua irmã:

-Vês como sou amado!

-E de certo o és; nem eu cuidei que estava negócio tao adiantado. Se ella se agoniou por lhe parecer que antevia em ti um tyranno; é porque já tinha no coração a esperança de ter em ti um senhor complacente.⁷¹

Neste trecho colhem-se várias afirmações acerca do casamento e da situação da mulher na sociedade portuguesa. Os homens são tiranos, no entanto, através da voz racional de Emília podemos inferir a opinião da autora, segundo a qual o amor também faz das mulheres tiranas de seus amantes. Realça-se também que a escolha de um *senhor complacente* seria o ideal. O matrimônio é necessário para mulher, mas para a felicidade, é igualmente imprescindível ter um esposo que não seja despótico. Nota-se, ainda, que isto não se aplica apenas ao marido, visto a submissão feminina a outras autoridades masculinas.

No final do folhetim, a felicidade de Roberta fica garantida, já que Augusto, perseguido pelo marido de uma de suas amantes, falta ao casamento. Ela fica então livre para a união ansiada com seu amado Frederico. Pode dizer-se que nesta obra, a felicidade

⁷¹*Periódico dos Pobres do Porto*, nº 55 de 1848, 231-232.

matrimonial acaba por ser fruto de uma escolha correta, embora auxiliada por alguns desígnios do destino. Enquanto noiva de um homem que não a amava e que ela não ama, Roberta era infeliz, temerosa de um futuro ainda mais triste. Já a união com Frederico, escolhido pelo pai e pelo tio, amigo de sua família, irmão de uma das suas amigas mais próximas, vizinho da quinta de Tomás, proporciona a estabilidade de que o casamento necessita para chegar à felicidade.

Por sua vez, o romance “pela auctora de Christina de Stainville”, *Eulalia*, retrata a vida da heroína com o mesmo nome. O marido e o pai de Eulália pertenciam à aristocracia francesa e foram por isso perseguidos após a Revolução. Após a prisão e morte do pai, Eulália precisa de levar o corpo embalsamado do pai para o local onde ele desejava ser sepultado, na Suíça. Uma tempestade a deixa desabrigada, mas é salva por um monge que vive afastado da sociedade.

Logo depois, Eulália decide visitar sua amiga Susana, irlandesa radicada em Filadélfia, com quem havia estudado na Itália. No caminho, conhece Elvira e Diogo de Hero, um casal espanhol, e o negro Nazim que os servia. Mas o navio onde se encontram é atacado por militares russos à procura de fugitivos espanhóis, o casal amigo da heroína. O corajoso Nazim organiza um plano de fuga que, no entanto, culmina num naufrágio. Os quatro viajantes acabam por chegar a uma praia, onde são encontrados por D. Manuel⁷², a quem as quatro personagens relatam sua vida, seguindo um modelo comum a outras obras do período, que temos visto nos romances anteriormente analisados.

A primeira a contar a sua história é Elvira. A jovem espanhola perdera o pai quando estava em idade núbil, deixando-a sob a custódia do seu sócio, Luís Orloff. Uma vez que o falecido não acreditava na capacidade de escolha das mulheres, o tutor, responsável pela escolha do marido de Elvira, prometeu-a em casamento a seu irmão Eduardo, marinheiro russo. No entanto, sua mãe era contra um casamento arranjado. Através dela Elvira conhece Diogo, por quem sente as "primeiras phases do amor", “certos nada adoráveis que as almas delicadas sabem saborear.”⁷³.

O vilão Orloff aproveita uma pequena viagem de mãe e filha para organizar o não desejado casamento. Elvira recorda a surpresa da sua mãe com a notícia "estranhou-lhe muito a precipitação com que tinha andado em um negocio de tanta consideração, e de mais que ella

⁷²D. Manuel vivia até então isolado do mundo, após ter assassinado a esposa traidora e o amigo com quem ela o traía.

⁷³Autora de Christina de Stainville[C. E. da C. G.], *Eulalia, ou o amor filial* (Lisboa: Typ de Salles, 1855-1856).

ainda não tinha dado o seu parecer, nem tão pouco se sabia a minha vontade”⁷⁴. Por sua parte, Orloff mostra-se desagradado com a opinião feminina, aproveitando para expor a presunção de que à mulher não caberiam decisões relacionadas com união matrimonial:

- O vosso parecer, e a sua vontade!! repetiu Luiz Orloff com sarcasmo, pois em negocios as mulheres tem parecer ou vontade!? Ellas para se não precipitarem como uma creança de tres annos o faria por um despinhadeiro, precisam ser guiadas. De mais o vosso marido tanto conhecia isto, que me deixou arbitrario do casamento de sua filha! E de mais, dizeime qual será o homem mais capáz, e mais digno de ser esposo de vossa filha do que é o meu querido irmão?⁷⁵

C. E. da C. G. coloca estas palavras na voz do malfeitor, demonstrando toda a repulsa que ele sente pelo feminino. Vai ainda mais longe quando descreve a atitude arrogante e covarde do noivo: Eduardo Orloff, em um momento de raiva, pontapeou até à morte um pequeno escravo de apenas dois anos, filho de Nazim e sua mulher Maria. A sua morte é reclamada pela mãe, mas para homens como Eduardo, a vida de um escravo, e ainda mais uma escrava mulher, não tem qualquer valor: com uma facada decide também a vida de Maria. A indiferença para com a vida humana repugna ainda mais a Elvira.

Vendo o tratamento que seu noivo destinava aos escravos, a jovem pede-lhe que os liberte, com palavras abolicionistas que veremos na secção 1.6. Mas o segundo Orloff aproveita o pedido para negociar uma troca: o casamento pela não venda dos escravos para um senhor ainda mais cruel. Segue-se uma série de desgraças para a jovem: o seu prometido, graças à morte de um tio, passa a dispor de todos os bens da família da futura esposa; chega-lhe uma notícia falsa da morte do amante Diogo; depois perde a mãe; e por último, se casa:

Entretanto arranjou os meus negocios como seus, encarregou a um negociante Inglez de me pagar todas as minhas despezas, e allegando perante as authoridades ecclesiasticas as suas razões conseguiu licença para o casamento ser feito em minha propria casa, aonde um padre, com testemunhas, veiu celebrar a cerimonia do matrimonio. E deixando-me muito bem recommendada partiu no dia seguinte para São Petersburgo⁷⁶.

Ainda assim, Orloff vende todos os escravos pertencentes à casa paterna de Elvira. Nazim, porém, logra escapar antes da concretização da venda e, como fiel escravo de seu pai, envia à menina uma nota relatando sua fuga, colocando-se a seu dispor.

Com o auxílio de Nazim e sabendo que seu amado Diogo estaria vivo, Elvira decide escapar do marido, visto que "transpostes do odio são iguaes a paixão do amor, e quando

⁷⁴Stainville[C. E. da C. G.], *Eulalia, ou o amor filial*, Tomo I, 116.

⁷⁵Ibidem, 116-117.

⁷⁶Ibidem, 140.

ambos dominam o coração humano a razão perde todo o seu poder"⁷⁷. Assim, com "o amor offuscando-me inteiramente a razão decidi-me imediatamente a fugir da minha propria casa, e a hir correr o mundo em procura de meu amante"⁷⁸.

Encontraram D. Diogo em Santa Fé e a anulação do casamento com Orloff permitiu a união dos dois espanhóis. Foi então que abordaram o navio dinamarquês no qual conheceram Eulália. Mas as desventuras dos quatro viajantes, apesar de terem sido salvos por D. Manuel, levou ao falecimento de Diogo, razão pela qual sua amada decide ir para o convento, deixando toda sua fortuna para Nazim e Eulália⁷⁹.

A segunda personagem a relatar sua vida é Nazim, mas debruçar-nos-emos sobre ela no tópico 1.6. No final do primeiro tomo, Eulália chega a casa de sua amiga, enquanto a sequência prossegue com um relato da vida de Susana.

Por desejo do pai, Susana havia sido educada por Madame Robertini, na Itália, onde também conheceu Eulália. Acabados seus estudos retornou a Dublin, mas não cessou o contato com sua educadora que demonstra sentir-se como verdadeira mãe da jovem:

- Ah querida Suzana quanto sinto agora o ter preenchido para contigo o digno lugar de mãe! Oh! quanto imprudente é a mulher, a quem Deos não concedeu filhos, de se encarregar dos alheios, e quanto caro me vai custar a minha condescendencia!⁸⁰

A distância dói para uma mãe e Madame Robertini não consegue ficar muito tempo longe de sua filha de criação. As duas combinam então reencontrarem-se em Londres. É lá que Susana conhece Mr. Fé cand, de quem se enamora. Este logo a seguiu até Dublin, onde lhe propõe casamento. O pai de Susana, no entanto, apenas consente a na união se o jovem abandonar a sua posição na marinha francesa e Susana, por sua vez, nunca saísse de Dublin. O sentimento amoroso é vencedor e ele consente.

Após celebração do matrimónio, chega à cidade um amigo francês do marido, que tenta seduzir Susana, mas a jovem consegue fugir. O homem rejeitado resolve vingar-se provocando um enorme incêndio na casa da família, no qual falecem todas as figuras masculinas da família. Desemparrada, ela é salva por um marinheiro, mas um naufrágio a leva a Moçambique, onde encontra um capitão que a leva a América. No novo continente, é informada da morte de Madame Robertini, assim como do facto de sua ser herdeira. Faz então da Filadélfia sua casa.

⁷⁷Stainville[C. E. da C. G.], *Eulalia, ou o amor filial*, Tomo I, 152.

⁷⁸Ibidem I, 153.

⁷⁹Ibidem, 204.

⁸⁰Ibidem, Tomo II, 24.

Entre naufrágios e incêndios, uniões, mortes e separações, o leitor é obrigado acompanhar Eulália até casa da amiga, e só agora vai saber da sua história. A cena inicia quando Eulália observa distraidamente o retrato do marido de Susana, feito pela noiva antes de se casarem. A heroína suspeita então reconhecer aquela figura masculina, a quem como sabemos do relato até aqui, nunca teria conhecido.

Resumamos agora a história da protagonista que dá título à obra: seu pai havia-se apaixonado por uma atriz italiana, Corália. Os amantes se casaram, sendo aquelas as segundas núpcias do marido, que já tinha uma filha em idade de casar. Corália, no seu leito de morte, pediu ao marido que educasse a filha em Nápoles, onde então Eulália conheceu Susana. Após o regresso desta à Irlanda, Eulália conheceu dois pretendentes, um espanhol e aquele que viria a ser seu futuro marido. Mais uma vez, o pretendente renegado decidiu vingar-se, arruinando o seu inimigo e o levando à loucura. Sempre que seu esposo se sentia melhor, Eulália ia com marido e filho, para uma praia. Num destes dias, alugaram um barco de passei a um homem misterioso, que Eulália mais tarde reconhecerá como o pretendente espanhol rejeitado. Um acidente, provocado por este, terá afundado a pequena embarcação, afogando a família da heroína. Estas perdas, unidas ao já mencionado falecimento de seu pai, são a razão das viagens de Eulália.

No final do romance, as duas amigas decidem viver juntas pelo resto de suas vidas⁸¹. Antes porém, desejam visitar o túmulo do pai de Eulália, na Suíça, onde reencontram o monge que a havia auxiliado na construção do mausoléu. Descobrem, então, que este era o marido de Susana, que afinal havia sobrevivido ao incêndio. Decidem voltar todos para os Estados Unidos, mas Eulália morre e acaba por ser enterrada ao lado do pai.

Nesta obra, C. E. da C. G. descreve três matrimônios conduzidos pelo sentimento amoroso. O casamento de Elvira com o vilão Orloff é anulado, visto que não foi conseguido com o consentimento da heroína. Já as uniões entre Elvira e D. Diogo, Eulália e seu marido e Susana e Fecand são bons exemplos, que demonstram que o amor verdadeiro é aquele que une duas pessoas, mesmo que sujeitas às mais funestas peripécias, e não os impulsos da paixão, que geram erros de comportamento e atitudes menos nobres.

Ainda na ficção, o matrimônio pode ser observado como temática central de duas peças de teatro, *O noivo do Algarve*, de Gertrudes Angélica da Cunha, e *Constança*, de

⁸¹cc- Oh minha Eulalia, lhe disse ella [Susana] abraçando-a, será possível que eu não possa minorar as tuas penas? Não tenho eu assim como tu também soffrido! Ah, devemos lembrar-nos que não é igual o destino dos mortaes. A uns coube-lhe a fortuna, e os outros a desgraça, e que fazem estes em se não quererem conformar com o seu destino? Oh! o desesperar da sorte é tornarem-se ainda mais desgraçados! Acredita que a conformidade é um lenitivo para os infelizes, eu o sei, e se assim não fosse poderia eu ter sobrevivido a perda do meu querido Fecand?”. Stainville [C. E. da C. G.], *Eulalia, ou o amor filial*, Tomo II, 126.

Antónia Gertrudes Pusich. Na primeira, uma curta farsa mostra-nos a história de Lauriana, jovem que só aceitaria casar com alguém da sua própria escolha. Uma vez mais observamos o poder da mão paterna: estava prometida a um senhor rico do Algarve, Farelócio. Lauriana pede auxílio a outra personagem, Farfalhada, para impedir o casamento. As artimanhas de Ladino, amante de Farfalhada, convencem o pai da heroína, Saramago, a permitir o casamento entre Lauriana e seu amado Florindo. A chegada do noivo verdadeiro, ou seja, aquele que a família havia lhe destinado, em plena cerimónia matrimonial provoca grande alarme, mas a pequena farsa finaliza-se com a união entre os dois amantes⁸².

Já no drama *Constança*, de Antónia Gertrudes Pusich, a protagonista, viúva, aceita o pedido de casamento de D. Eugénio, mas apenas com a condição de que não se distanciaria de sua filha Ernestina⁸³. A ama de sua filha é grande defensora de que “os casamentos contra a própria vontade não prestam”⁸⁴. Ouvindo a fala desta personagem, a viúva revela que seu primeiro casamento havia acontecido a contragosto de seu pai e dela própria. O antigo marido ter-se-ia introduzido dissimuladamente na casa e seduzido uma criada, que permitiu a sua entrada no quarto da jovem, onde foi encontrado, forçando-a ao casamento. Uma sedução não permitiria outra resolução que não a união matrimonial. Ou casavam, ou a jovem ficaria desonrada, como todas aquelas heroínas que conhecemos do tópico anterior.

No segundo casamento, ainda antes da cerimônia, Eugénio ingeriu veneno, caindo doente. Esta artimanha para passar a noite na casa da amada, no entanto, faz com que o pai da noiva, Tomás d’Almeida, decidisse retirar Ernestina da casa da mãe e levá-la consigo para Itália. Constança concorda com a ida da filha, pois “[u]m abysmo acarreta outro abysmo!”, ou seja, um erro anterior levará a outro e assim, “morrerei sem a terrível idéa de a deixar só, exposta aos perigos do mundo”⁸⁵.

Dez anos mais tarde, Tomás recebe a notícia, falsa, de que Constança havia falecido e procura uma senhora que seja companhia de sua neta. Constança tenta conseguir esta posição, já que os anos lhe deram as aparências de uma senhora que já muito viveu. Durante um baile de máscaras organizado em casa de D. Tomás, sua identidade é revelada, bem como a de Eugénio, que a havia seguido até Itália. Mas Constança já não deseja o casamento, oferecendo a sua filha para ocupar o seu lugar ao lado de D. Eugénio, visto que não haviam ainda casado.

⁸²Gertrudes Angélica da Cunha, “O noivo do algarve”, in *Norma*.

⁸³Para Níkita Talam a personagem Constância seria uma representação autobiográfica de D. Antónia Gertrudes. Níkita Talam, ‘*In memoriam* à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’. In. *Studia Romanica et Anglica Zagrabiensia*, Vol. 50. (Veljača, 2006), 177.

⁸⁴Antónia Gertrudes Pusich, *Constança: drama original em 3 actos* (Lisboa: Typ na Rua da Condessa nº 3, 1853), 24.

⁸⁵Ibidem, 48.

Tudo parece indicar que a resposta negativa de Constança deriva precisamente da sua experiência de mulher. Isso não a impede, porém, de perpetuar o mesmo erro que a sociedade cometeu consigo: oferece a mão de Ernestina sem sequer inquirir da sua vontade. O modelo de submissão pela pressão social acaba por transformar as próprias vítimas em opressoras do mesmo calibre.

Enquanto tema fundamental para a mulher do século XIX, o casamento é também abordado nas suas múltiplas nuances nos textos encontrados de caráter não ficcional. Desde as memórias às cartas, passando por alguns de caráter jurídico (geralmente situações de defesa em relação a uma separação inevitável), as mulheres parecem não conseguir fugir a esta instituição social.

As cartas da condessa de Alva, por exemplo, relatam diversas núpcias. Sublinha-se, em especial, a forma como trata a união da irmã, D. Maria Helena, que se casou com um homem vários anos mais velho. Segundo a condessa, em carta de abril de 1817, a “rapariga está contente porque *triste coisa é ser escrava*, antes casar com um homem que traz chinó”⁸⁶. Em outro momento afirma que “a prima [mãe da noiva] está contentíssima com o noivo”, visto “as circunstâncias da mana Maria que lhe não permitem pretenderem cousa muito alta”⁸⁷.

Em fevereiro de 1818, D. Mariana vai à procura de “enfeites (...) para me fazer bonita”⁸⁸ na celebração da boda da irmã, mas o casamento só vai acontecer em 22 de abril. Segue nesta data uma descrição minuciosa do evento. Primeiramente, “não teve outra madrinha senão eu”, depois afirma que “[t]eve muitos e bons presentes”; passa em seguida à descrição das ementas que “nada tiveram de delicadeza, fartura de província sim e óptimos vinhos do Porto” e nomeou ainda os convidados, inclusive aqueles que estiveram doentes⁸⁹.

Ao longo das missivas são mencionados diversos casais e a espera de permissões régias para as núpcias, requisito necessário nas famílias da fidalguia, ou dispensas canónicas, nos casos de parentesco até ao 4º grau. Entre eles, o caso de Manuel Guilherme Frederico de Sousa (1769-1832) que deseja “casar com uma sobrinha”, o que a autora considera como um “destempero que se lhe tinha metido na cabeça” ao dito “primo Manuel”⁹⁰.

Uma vertente completamente oposta da união matrimonial é aquela que se encontra nas cartas de D. Augusta Franzini para seu pai, anteriormente já mencionadas neste trabalho.

⁸⁶Condessa de Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*. Org. por António Ventura (Lisboa: Livro Horizonte, 2006), 170.

⁸⁷Ibidem, 185.

⁸⁸Ibidem, 282.

⁸⁹Ibidem, 300-301.

⁹⁰Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 257.

Igualmente negativa é a opinião de Josefina de Neuville, que se casou devido ao desejo de se distanciar de sua tia. Antes deste noivado, a memorialista foi pedida em casamento por diversas vezes, sendo que um destes pedidos, feito no Brasil quando ela tinha cerca de 15 anos, foi aceito. Mas Josefina foi entretanto chamada por sua tia para retornar a Portugal e a união não se concretizou. De volta a Lisboa, os anos que seguiram – entre os 15 e 23 anos – foram marcados por violências da tia, que sentia ciúme da juventude da sobrinha, assim como da forma como ela era tratada por um tal Sr. Martin, que por vezes parece ser o amante da tia, por vezes seu contador. Para sair da casa de Mme. Levaillant, D. Josefina começou por pedir o auxílio de Martin e sua esposa, que a receberam. Madame Suzanne Armand Martin, então, a convence que o matrimônio seria a única forma com que a jovem poderia fugir dos maus-tratos da tia. “[P]obre e inexperiente”⁹¹, a menina aceitou a união com Francisco Populaire. A amiga da memorialista descrevia o casamento como um “dia de liberdade”⁹², enquanto D. Josefina chorou “vendo que ia a esse casamento sacrificada”⁹³.

Assim como D. Mariana, Josefina descreve todos os procedimentos do evento. Primeiro ela foi vestida, depois recebeu o cabeleireiro para se arrumar. Quando encontrou-se pronta, olhou no espelho, e pensou:

pareço mais uma defunta que lhe acabaram de comprar a *toilette* mortalha) (sic) para o enterro do que uma noiva que espera a sua felicidade! E como não havia de ser isto assim, se eu ia como para um sacrifício, mas um sacrifício que me conservava a vida, porque se eu tivesse ficado em casa de M^{me} Levaillant mais alguns mezes, ter-me-hia suicidado n’um momento de desesperação em que continuamente me precipitavam!⁹⁴

O que a descrição da brasileira demonstra é uma constatação de que o casamento era para si a única forma possível de liberdade. O relato continua: vestida, a noiva vai ao encontro do seu noivo, mas este não lhe dirige a palavra. O casamento civil⁹⁵ precedeu a cerimônia na Igreja dos Mártires. Terminada a celebração, Josefina quis retornar a casa, mas foi obrigada a viajar no mesmo trem “com um homem que se dizia meu marido sem ao menos ter consultado os meus sentimentos.”⁹⁶

Um pequeno jantar foi oferecido a um reduzido número de convidados e seguido de uma *soirée*. Depois disso, Madame Armand a levou ao quarto e a auxiliou a despir. Josefina

⁹¹Neuville, *Memórias da minha vida* Tomo I, 110.

⁹²Ibidem, 111.

⁹³Ibidem, 111.

⁹⁴Ibidem, 112.

⁹⁵ O termo casamento civil é utilizado pela autora, mas como este não surgiu em Portugal antes de 1878, deve se referir a uma escritura notarial assinada pelo casal.

⁹⁶Neuville, *Memórias da minha vida* Tomo I, 115.

conta então que, em um momento de desespero, arrancou “o ramo virginal do peito” e o atirou longe de si⁹⁷. Oito dias depois a jovem foi levada para a casa do marido. Francisco Populaire pediu que ela fosse feliz. Ela lhe jurou que nunca o amaria, mas que cumpriria “religiosamente os deveres de uma esposa”⁹⁸.

Tanto no momento em que descreve o seu casamento, quanto na altura de sua separação de Populaire⁹⁹, Neuville confessa as suas opiniões sobre o significado real da união matrimonial. Durante suas núpcias, ela observa uma senhora casada e percebe o quanto um marido é uma *máscara* de boas virtudes: sua vizinha “tinha marido (quero dizer capote, porque o que é capote? é o que encobre, logo o marido é considerado o *salva aparências!*)”¹⁰⁰. A presença do marido, em festas e ocasiões sociais, permitia a esta senhora manter uma imagem de decoro, que não correspondia às suas ações; apesar disso,

a sociedade recebe este par em toda a parte; a aristocracia abre-lhe as portas dos seus esplendidos salões... não só porque esta esposa é bonita, e engraçada, e canta bem! mas porque tem um marido, um capote, esse apreciável *salvador das aparências!*!...¹⁰¹

A autora reitera: o marido é um *capote*, um *salva aparências*, nada mais do que uma convenção social que é, de facto, uma burla, mas que a sociedade aceita porque assim mantém a aparência de cumprimento das normas.

Ela vai ainda mais longe ao informar seu leitor quais as razões para um homem decidir casar-se: o amor, a amizade, a riqueza e a ambição. Contudo, o primeiro logo acaba, o segundo é praticamente impossível, o terceiro e o quarto levam com frequência à discórdia. Logo, a autora afirma que “[m]ais cedo ou mais tarde, o martírio surge para os dois!”¹⁰².

Conclui-se, então, que as experiências de Josefina de Neuville a levaram a ter uma opinião extremamente negativa da união matrimonial. Enquanto ela percebe as núpcias como algo ruim, sua relação com Henrique Pires é o oposto: “[e]ste era um casamento indissolúvel, pois tinha tido por sacerdote o próprio Deus, e os anjos da guarda por únicos padrinhos”¹⁰³. O amor, o autêntico e verdadeiro, é a única forma em que duas pessoas podem realmente se unir perante Deus. Após a morte de seu amante, D. Josefina sente-se e por vezes comporta-se como uma viúva, descrevendo os sentimentos próprios deste estado, mesmo quando já tem

⁹⁷Neuville, *Memórias da minha vida* Tomo I, 115.

⁹⁸Ibidem, 115.

⁹⁹A separação de Neuville e Populaire foi tratada na sua biografia no capítulo 1.

¹⁰⁰Neuville, *Memórias da minha vida*, Tomo I, 113. Grifos do original.

¹⁰¹Ibidem, 113. Grifos do original.

¹⁰²Ibidem, 183.

¹⁰³Neuville, *Memórias da minha vida*, Tomo II, 250.

um segundo amante. Ela, inclusive, opta por uma casa próxima ao Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, onde podia observar a árvore que fazia sombra ao túmulo de seu amado.

É interessante contrastar as imagens do matrimônio percebidas nestas diversas fontes. Nas cartas de Augusta Franzini e nas memórias de Josefina de Neuville o casamento é negativo e destruidor. Esta visão é precisamente oposta à apresentada nas descrições de felicidade conjugal da condessa de Alva, ou das diversas representações ficcionais nas quais as núpcias são o bem maior, o desejo e o objetivo final de todas as heroínas. Estes dois polos entendidos na relação conjugal convivem, no entanto, no regime ficcional, no qual a jovem leitora é educada no sentido de que, para realizar plenamente e levar a bom termo o seu casamento, deve tomar especial cuidado na escolha do futuro esposo.

4. *Aborrecer o Vício e amar a Virtude*: Moralidade e Religião

Decorre durante este período uma discussão sobre o valor moral e pedagógico deste tipo de romances, especialmente como leituras para meninas, já mencionada nos capítulos dois e três. Também por isso, as autoras que escrevem este tipo de literatura utilizam suas obras como local para a educação moral.

No romance *Afra*¹⁰⁴ a moralidade é uma constante. Tanto Afra quanto seu amado Pedro são descritos como inocentes e castos, como já visto. No final do livro, a castidade enquanto o valor moral, continua a ser o que mais se procura realçar. Em *Henriqueta*¹⁰⁵, por sua vez, a heroína pecou ao trair o marido e passa todo o livro condenada a sofrer do ressentimento do seu erro inicial. O seu filho bastardo torna-se o símbolo disso mesmo: é uma criança triste, afastada do pai, e que não resiste quando se confronta com a ilegitimidade do seu nascimento.

Este livro de Maria Peregrina de Sousa é um bom exemplo de uma obra “educadora”, que exemplifica por meio das suas heroínas a forma como uma jovem deveria se comportar. As leitoras, e leitores, podem observar na obra o *erro* e a *sedução*, mas como advertências. Henriqueta sofre para que a leitora não o faça.

Outros exemplos similares de romances e folhetins com fundo moral e educacional são dois originais de C. E. da C. G: *Christina de Stainville*¹⁰⁶ e *Eulália*¹⁰⁷. Paralela à moralidade, e sempre atrelada a esta, está a religião, que é o imenso pano de fundo tanto destas obras, como

¹⁰⁴Castro, *Afra: romance original*.

¹⁰⁵Souza, *Henriqueta: romance original*.

¹⁰⁶G., *Christina de Stainville*.

¹⁰⁷Stainville[C. E. da C. G.], *Eulalia, ou o amor filial*.

da realidade em que vivem suas autoras e leitoras. Para além de demonstrarem virtudes católicas, muitas escritoras também dissertam diretamente sobre o assunto. Nas memórias de Josefina de Neuville, por exemplo, a brasileira constantemente menciona sua estada no *Sacré Cœur* de Paris, onde aprendeu os preceitos da religião¹⁰⁸.

Ao longo do século XVIII, muitos textos de freiras também se debruçaram sobre estas temáticas. Na primeira metade do Oitocentos não foram encontradas publicações de monjas portuguesas, sendo que *Sóror Dolores* era apenas o pseudônimo de Maria da Felicidade de Couto Browne, que, como já vimos, não era freira. Ainda assim, alguns dos textos que surgiram neste período têm um marcado cunho religioso.

*O novo mez de Maria ou o mez de maio consagrado á gloria da Mãe de Deos por um Sacerdote da Diocese de traduzido e adicionado por Ana do Carmo Pessoa*¹⁰⁹, consiste em um guia de leituras religiosas referentes ao mês de maio. Devido a esta sua função primordial, acompanhar os católicos durante o mês dedicado à Virgem Maria, teve grande sucesso em Portugal, tendo sido reeditado nos dois anos seguintes.

Já *A açucena de Israel*¹¹⁰, de Ana Maria, vinda a lume em 1847, é a história de Santa Ana, Maria e Jesus, contada a partir do ponto de vista feminino, iniciando com o nascimento de Maria e acompanhando os acontecimentos bíblicos narrados a partir da voz e da focalização de personagens mulheres. O caráter inovador desta obra é precisamente a escrita a partir de vozes femininas, mas teria o mesmo propósito educacional de um livro de orações, como o anterior, ou de um catecismo, como o seguinte.

O Catecismo religioso moral e politico para instrucção do cidadão português é, como diz seu nome, uma obra catequizante, para ser lida no dia-a-dia de seus leitores, assim como o *Novo mez de Maria*. Na introdução, a autora deixa clara a intenção de educar moralmente:

Desejo unicamente mostrar, que a Religião, a Moral e a Política são os fundamentos mais sólidos do Edifício Social, e que sem a practica da Virtude e dos bons costumes nenhum systema, por mais sabio que seja poderá prosperar. A virtude deve ser o leme da Náu do Estado, sem o qual, ou mais tarde, ou cedo, o naufrágio será certo no meio da tormenta das paixões humanas. Oxalá, que os meus Leitores se persuadão desta importante verdade, e que possão desde logo aborrecer o Vício e amar a Virtude.¹¹¹

¹⁰⁸Neuville, *Memórias da minha vida*.

¹⁰⁹*** [Ana do Carmo Pessoa], trad., *O novo mez de Maria ou o mez de Maio consagrado á gloria da Mãe de Deos por um Sacerdote da Diocese de traduzido e adicionado por ****. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1839).

¹¹⁰Anna Maria, *A açucena de Israel* (Porto: Typografia de Sousa Faria, 1847).

¹¹¹D. Joaquina Candida de Sousa Calheiros Lobo, *Catecismo religioso, moral e político para instrucção do cidadão português* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822), 3-4.

Neste pequeno trecho reafirma a necessidade da moralidade para o *edifício social*, ou seja, para o bem-estar de cada indivíduo e bom relacionamento mútuo. D. Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo reitera, por meio desta introdução, o desejo de que seus leitores e leitoras abandonem atitudes imorais e prejudiciais, numa palavra, o *vício*, e escolham a *virtude* e a moral como guia.

Apresentados em forma de diálogo entre duas figuras femininas, M e D, alguns dos catecismos da autora são referentes aos deveres do ser humano quanto ao Estado, o amor à pátria, as paixões e a riqueza. Para D. Joaquina, “o ouro e a prata nos fazem avarentos, e extinguem em nossos corações o sentimento da honra e da generosidade”¹¹². Fala explicitamente, também, sobre a situação da mulher na sociedade, que considera como uma escravidão, como veremos em tópico posterior sobre este assunto.

O livro de D. Joaquina discorre ainda sobre a educação dos filhos, com descrições morais de como estes devem agir, e note-se, que nos referimos aos filhos varões. Finaliza-se com alguns poemas da sua autoria, sobre as mesmas temáticas que percorreu ao longo de seu texto.

Como se percebe em todos as obras aqui analisados, mesmo aqueles mencionados em outros tópicos, a moralidade é o grande objetivo final da autoria feminina. Como foi observado no capítulo 2, os textos femininos são sempre transgressores independentemente do assunto que tratem ou da forma em que sejam escritos; desta forma, utilizar a prosa ou a poesia como uma forma de educar outras mulheres é uma justificativa do ato de escrever em si.

5. *A prudência e a vigilância de uma mãe: Maternidade*

Ser mãe era parte fundamental do destino das mulheres portuguesas da primeira metade do século XIX. Educadas desde pequenas para o casamento, a maternidade era o passo natural que se seguia, sendo a função social esperada do sexo feminino. Para as mulheres em idade de ter filhos, o cuidar de sua saúde era uma responsabilidade, assim como a higiene de seus filhos¹¹³. Apenas no século XX se começou a questionar o imperativo de ser mãe, e sabemos que, ainda hoje, muitas jovens que optam por não sê-lo são sistematicamente criticadas por familiares e amigos.

¹¹²Junior, *Lindoro e Palmira*, 35.

¹¹³Mónica Bolufer, *Mujeres e Ilustración. La construcción de la feminidad en la España del siglo XVIII*. (Valência: Institució Alfons el Magnànim, 1998), 225.

No período aqui analisado, esta utilidade primordial feminina era tão presente na vida das autoras, que não pode ser ignorada em seus escritos. O sentimento maternal surge em suas obras das mais diversas formas. Nos romances e folhetins aparece como uma redenção, nas cartas e memórias como uma felicidade. A tristeza pela perda de um filho é outro tópico importante, especialmente considerando que ainda morriam muitas crianças tanto no parto quanto durante a primeira infância.

Iniciaremos exemplificando a presença deste assunto na ficção, visto representar desejos das autoras, ou simplesmente demonstrações de como deve, ou não, agir uma mãe. Em *A falta de uma mãe*, Maria Peregrina de Sousa mostrou como era ela quem iria educar as filhas para que seguissem os preceitos morais da sociedade. O folhetim foi primeiramente publicado nos números 36, 37 e 38 do *Archivo Popular* em 1843; logo, um dos primeiros romances da autora a vir a prelo, e relata a história de três jovens seduzidas por um rapaz.

Tudo começa com uma jovem de 16 anos, a “tão feliz e invejada Paulina, e quanto merecia ser lamentada”¹¹⁴. Já o rapaz, Casimiro, era um belo galante, mas “terrível sedutor”¹¹⁵. Ela se apaixonou e, não tendo podido usufruir dos conselhos morais e éticos de uma mãe virtuosa, agiu de forma indecorosa para com o amante, ou seja, permitiu-lhe liberdades que não eram aceites pela sociedade portuguesa. Enamorada, ela nada compreendia, pois “[d]esgraçadamente bebemos com gosto o saboroso veneno que nos lisongêa, e a taça de amargas verdades he por nós repelida”¹¹⁶. Sem se aperceber, a jovem passou a ser ignorada por suas amigas, em uma clara crítica à “sociedade que havia ajudado a corrompe-la [e que] a expulsou do seu seio, porque ella se deixou corromper”¹¹⁷. A culpa é tanto da jovem quanto da sociedade, mas é sobre ela que caiu a condenação pela escolha.

Casimiro, o culpado da situação de Palmira, abandona-a sem preocupação. Pouco depois, repete o mesmo procedimento com outras três jovens, Constança, Clara e Luísa. A autora afirma, falando diretamente ao público: “[a] mulher carrega neste mundo com todo o peso de alguns erros, que devião, me parece, ser repartidos irmãamente”¹¹⁸. Após serem deixadas pelo sedutor, as quatro jovens foram destituídas economicamente. A narração conclui que o que lhes faltou foi uma figura materna, que pudesse protegê-las da sedução por

¹¹⁴*Archivo Popular*, nº 36 de 1843, 282.

¹¹⁵*Ibidem*, 283.

¹¹⁶*Ibidem*, 283.

¹¹⁷*Ibidem*, 283.

¹¹⁸*Archivo Popular*, nº 37 de 1843, 292.

meio de conselhos dignos. “Quanto a prudencia e a vigilância de uma mãe me teria poupado as penas!”¹¹⁹ afirma Luísa, uma das vítimas.

Na já por diversas vezes mencionada obra da *obscura portuense, Henriqueta*, o maior temor da heroína é ferir os filhos. É a descoberta de uma gravidez que leva Henriqueta a fugir para o Brasil. O seu afastamento dos filhos legítimos frutos do casamento é um pecado maior do que a fuga. A conclusão do romance só se dá quando a outrora jovem pecadora, consegue rever os filhos, agora adultos, e ser perdoada por eles¹²⁰.

Por sua vez, noutra obra de título muito próximo, *Henriqueta de Orleans*¹²¹, D. F. D. P. C também aborda esta preocupação. Embora o primeiro volume seja focado nas viagens da heroína e em sua coragem durante a guerra, o romance, em dois tomos, conclui com uma moral bem clara: a aventura maior não foi o travestir-se e participar de diversas guerras, foi o amor ao marido, ao irmão e ao filho. Assim, Henriqueta, já viúva, tem a função de educadora do filho e da sobrinha, órfã, antevendo-se uma união futura entre os dois¹²².

Fugindo da ficção, a maternidade é também presente nas memórias e cartas femininas. Josefina de Neuville, em suas *Memórias de minha vida* menciona suas duas filhas, Maria Henriqueta e Clementina. A primeira foi filha do casamento com Francisco Populaire, a segunda do seu amante Henrique Pires. A memorialista frequentemente menciona as duas meninas, para quem diz ter escrito o texto.

Clementina, nascida em Bruxelas no ano de 1848, tem o nome da tia de Neuville, “uma prova de gratidão que eu dava aquela que fora para mim na minha infância uma boa e extremosa mãe, e que infelizmente, poucos anos depois, se tornara para mim uma dura e cruel madrasta”¹²³. A criança nascera logo depois da separação entre Neuville e o marido, ou seja, num período de incertezas e dificuldades, assim era “um consolo para todos os meus desgostos”¹²⁴. A memorialista continua a descrição do primeiro momento em que segurou sua filha no colo:

Quando eu vi a sua carinha redondinha, as suas, maozinhas tão lindas, os seus passinhos tão pequenos e bem fartos, ninguém, ninguém pode imaginar a alegria que tive, a felicidade que gozei.

Eu que tanto tinha amado a minha boneca Genoveva, quanto não ia amar a minha filha querida!

Sim, Deus era justo comigo: sabia os sofrimentos e desgostos porque eu tinha que passar, e na sua misericórdia quis conceder-me um balsamo para

¹¹⁹ *Archivo Popular*, nº 38 de 1843, 302.

¹²⁰ Souza, *Henriqueta: romance original*, 1876.

¹²¹ Henriqueta é uma mulher que se disfarça com trajes masculinos, questão que será analisada no tópico 1.8.

¹²² C., *Henriqueta de Orleans*.

¹²³ Neuville, *Memórias da minha vida*, Tomo I, 197.

¹²⁴ *Ibidem*, 197.

tudo! Oh! Quando eu beijei minha filha, quando de encontro ao meu apertei o seu peito, senti meu coração palpitar de um extra ordinario affecto de mãe; esse é o maior gozo que é possível encontrar no mundo.¹²⁵.

O nascimento da criança é descrito como a solução de todos os problemas, um *bálsamo para tudo, o maior gozo do mundo*. Este sentimento é repetido com o nascimento Maria Henriqueta, “uma creança que eu adoro tanto e que muita gente me tem accusado de não estimar. Estas pessoas é que não compreendem o amor de uma mãe.”¹²⁶. A filha mais nova era também “mais um sentimento para meu coração, um novo amor e consolo para a minha existência, uma meiga companheira para sua irmã”¹²⁷. Titine, como a autora se refere a Maria Henriqueta, é outro *consolo* para a mãe, embora Neuville acrescente uma defesa em relação à forma como tratava a menina, negando-lhe brinquedos perigosos para sua própria proteção. A pedido do amante, a memorialista afirma ter consentido a entregar a pequena a uma ama, enquanto Clementina fora amamentada no seu peito. Claramente, isto só foi possível devido ao auxílio económico de Henrique Pires.

As duas filhas voltam a ser mencionadas por D. Josefina quando ela se separa de seu segundo amante, Jacinto Augusto Sant’Anna. Segundo a autora, ele teria batido em uma delas:

Permaneci o mais insensível que foi possível; mas vendo que ele principiava de implicação com minhas filhas a ponto de bater nas mãos da mais pequena, creança que todos adoravam; vendo esta nova injustiça, senti as palmadas que ele dava na menina retinirem no meu coração, ao passo que as lágrimas saltaram repentinamente sobre o prato.

Então vendo isto, perguntou-me:

-Porque chora?

Se eu lhe dissesse que era porque aquelas pancadas em minha filha ficava satisfeito, e isto podia arrastar consigo o principio d’uma-scena; para evitar pois qualquer explicação, respondi:

-É nervoso.¹²⁸

As *palmadas* são o ultraje final, que levam a mais esta separação. D. Josefina, então, destituída de economias, volta-se para a escrita e dedica a suas duas filhas os dois volumes de suas memórias, como já visto no capítulo 2.

Em cartas também surge a temática, como pode ser observado naquelas escritas pela condessa de Alva para sua irmã D. Teresa, onde menciona tanto a gravidez, quanto o parto, o aleitamento materno, o carinho pelos filhos e a mortalidade infantil. O termo *esperanças* é a

¹²⁵Neuville, *Memórias da minha vida*, Tomo I, 251197-198.

¹²⁶Ibidem, 251.

¹²⁷Ibidem, 252.

¹²⁸Ibidem, Tomo II, 217.

forma mais comum utilizada pela condessa para referenciar a gravidez, seja ela sua ou de outras senhoras da fidalguia portuguesa. Também sua irmã, D. Catarina, se serve do termo quando utiliza as cartas de D. Mariana para enviar pequenas notas à irmã em Madrid, ou no lugar da irmã mais velha quando esta não pode escrever. Em 28 de maio de 1816, D. Catarina relatou "[s]aberá que a marquesa de Abrantes, condessa de S. Lourenço, Maria Teresa todas já estão com esperanças; queremos saber se a Joia é mais preguiçosa"¹²⁹. Joia é a forma carinhosa como as irmãs se referem a D. Teresa.

Também mencionado por D. Mariana é o relato sobre a falsa gravidez da marquesa de Velada. Em 5 de abril de 1817, a condessa afirma que "todos seguram"¹³⁰ que esteja grávida, mas em 12 de abril afirma que "com efeito não está pejada"¹³¹. A dúvida inicial está na diferença de idade entre a marquesa e o marquês de Velada, ela teria 25 anos, ele 63.

Outra ainda, é a gestação de Gertrudes. Em 22 de agosto de 1817, D. Mariana escreve:

"[r]ecebi uma carta de 15 do corrente a qual muito me espantou. Com efeito, longo de estar chegando o fim do mundo, creio que recuamos e voltamos ao tempo das Saras e Anas! Uma mulher de perto de 50 poderá conceber e parir! Nada é impossível a Deus. Mas é necessário convir que isto é contrário a ordem da natureza"¹³².

O espanto de D. Mariana é tanto, que a irmã a quem relata, lhe pede que a informe caso houvesse "desmancho", e se este "era ou não de criança", ao mesmo tempo em que aconselha que o parto fosse feito em público para comprovar a gravidez¹³³. Em 29 de setembro pergunta se "Gertrudes fica assim"¹³⁴, ou seja, se ainda estaria grávida; e em 22 de outubro insiste em saber se esta "ainda não acabou a sua tarefa"¹³⁵. Mais tarde, em 22 de novembro afirma que "o filho da Gertrudes há de trazer dentes. Deus queira que não morda"¹³⁶, e a 10 de dezembro menciona novamente o "estado" de Gertrudes¹³⁷. Infelizmente, a condessa não revela o desfecho desta gravidez, mas a constante menção ao assunto demonstra que nestas cartas para além do desejo de atualizar a irmã, D. Mariana acaba realçando a sua própria curiosidade.

¹²⁹Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 136.

¹³⁰Ibidem, 180.

¹³¹Ibidem, 181.

¹³²Ibidem, 213.

¹³³Ibidem, 213.

¹³⁴Ibidem, 233.

¹³⁵Ibidem, 242.

¹³⁶Ibidem, 252.

¹³⁷Ibidem, 258.

As gravidezes de D. Mariana podem ser acompanhadas através de suas missivas. Sobre a gestação de sua filha Isabel (que não sobreviveu)¹³⁸, lê-se a 13 de novembro de 1815 que "ainda não tenho quatro meses completos"¹³⁹. Em 17 de fevereiro do ano seguinte, "completei sete meses"¹⁴⁰ e em 16 de março de 1816, a condessa afirma: "estou na época em que *bon gré mal gré* faço exercício pois conheço que me é vantajoso"¹⁴¹. O parto estava já próximo, segundo os cálculos da condessa, que a partir de 8 de abril "fic[a] a espera da ocasião que tomara já passada"¹⁴².

Também o nascimento dos sobrinhos podem ser acompanhado nestas cartas. Em 20 de novembro de 1816, D. Catarina agradece "a participação das suas esperanças, mais vale tarde do que nunca. Eu já por cá o tinha sabido pois a fama voa, porém estava calada para ver onde ia parar o seu silêncio"¹⁴³. As notícias poderiam ter chegado por outras cartas, ou por pessoas que haviam passado por Madrid, mas o que se percebe é que mesmo notícias relativamente particulares circulavam com facilidade entre as famílias fidalgas, apesar da separação e da distância.

Nesta mesma carta D. Mariana escreveu: "Eu graças a Deus estou ainda livre e já agora espero de assim ficar"¹⁴⁴. Ela por diversas vezes se queixa durante os períodos de gravidez, não é portanto estranho que se sinta aliviada por ter um momento de descanso entre o nascimento de um filho e outro, especialmente tendo em consideração as dificuldades com que D. Mariana se encontra perante a alimentação, o aleitamento e as doenças dos filhos. Sempre que se principia o fim da gestação (dela ou de sua irmã), a condessa demonstra uma impaciência para com o estado físico que acompanha suas *esperanças* e passa a referir-se a ele como um "trabalho".

Em 20 de março de 1817, deseja à irmã: "A estas horas queira que esteja livre do seu trabalho e muito boa na sua cama com mais um rapagão ao seu lado, espero esta noticia com a impaciência e o alvoroço que pode julgar"¹⁴⁵. O mesmo se repete na carta de 31 de março "Espero em Deus que a estas horas esteja livre da sua tarefa, mas tomara já ter essa boa noticia pois a espera nestes casos é custosa"¹⁴⁶, e a 12 de abril impacienta-se: "Com efeito, o tal menino faz-se desejar; pelas minhas contas creio que deve ter dez meses e pelas da condessa

¹³⁸Desconhece-se quando esta filha da condessa faleceu, tendo sido posterior às epístolas aqui mencionadas.

¹³⁹Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 109.

¹⁴⁰Ibidem, 123.

¹⁴¹Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 127.

¹⁴²Ibidem, 129.

¹⁴³Ibidem, 158.

¹⁴⁴Ibidem, 158.

¹⁴⁵Ibidem, 177.

¹⁴⁶Ibidem, 178.

de Linhares¹⁴⁷, 15 ou 16. Mas enfim, venha ele bom e sem lhe dar muito trabalho e tudo lhe perdô"¹⁴⁸. Ainda que demonstre que a espera seria feliz contanto os sobrinhos nascessem saudáveis, "este tempo de espera é sensabor"¹⁴⁹.

Concluiu-se que D. Mariana percebia a gravidez como um incômodo, que não era mais necessário, visto já ter muitos filhos e, sobretudo, um possível herdeiro para o título do pai. Em 7 de outubro de 1818 afirmou que iria "começando a incomodar a minha tarefa, já estou no tempo de me pesar a barriga, na verdade tomara já ter escapado desta e não me meter em outra."¹⁵⁰ Estes desconfortos impedem-na de agir da forma como desejaria: "[Q]uando acabar o meu fadário"¹⁵¹ podia então averiguar sobre o atraso das cartas que estaria a receber, ao mesmo tempo "tomara já acabar a minha tarefa para tornar a ser gente."¹⁵².

O uso dos termos *trabalho* e *tarefa* indicam claramente a função social da mulher, que é de ter filhos, enquanto que paralelamente, a gravidez é relacionada ao pecado. Quando o filho de D. Teresa, Fernando, nasceu em 1815, D. Mariana escreveu "Sempre acho que foi uma fortuna ter-se demorado um mês mais que o comum das peccadoras"¹⁵³. O ato sexual, que culmina nas *esperanças*, é pecaminoso, logo, estar grávida significa ter participado no pecado. A dor do parto e os inconvenientes relacionados ao estado são, então, uma forma de penitência pela qual os homens não precisavam passar, "porque os homens são felizes em tudo"¹⁵⁴.

Também em 16 de abril de 1817, D. Mariana se refere a sua *tarefa* afirmando que "esta-me quase parecendo que acabo primeiro a minha tarefa que a Jóia a sua"¹⁵⁵. É a 26 de julho de 1817 que começa a sentir desconfortos: "Eu vou vivendo, já bem incomodada com a minha carga que espero largar em poucos dias"¹⁵⁶, que persistem ainda a 6 de agosto "ainda não te[m] aparência de pôr fim à minha tarefa, e a dizer a verdade muito estimaria já tê-la acabada, mas o rabo é que é pior de esfolar"¹⁵⁷.

Quando D. Teresa a informa de uma possível doença, D. Mariana suspeita imediatamente de uma gravidez, afirmando "e não seja o seu incomodo da casta daqueles para

¹⁴⁷A irmã D. Catarina era casada com o conde de Linhares, Vitorino Francisco Maria de Sousa Coutinho (1790-1857).

¹⁴⁸Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 181.

¹⁴⁹Ibidem, 106.

¹⁵⁰Ibidem, 351.

¹⁵¹Ibidem, 364.

¹⁵²Ibidem, 203.

¹⁵³Ibidem, 108.

¹⁵⁴Ibidem, 108.

¹⁵⁵Ibidem, 181.

¹⁵⁶Ibidem, 201.

¹⁵⁷Ibidem, 208.

a cura dos quais são necessários nove meses, moléstia sem a qual a mana e eu podíamos já passar optimamente, não é assim?"¹⁵⁸. A 29 de agosto de 1818, afirma "eu não faço caso algum deste percalço e estou tão ágil e desembaraçada como uma vestal"¹⁵⁹. Ainda assim, quando percebe que o incómodo não era afinal fruto de uma gravidez, considera-o ainda pior "do que aquele que supunha e que julgo ser o menor e de menos consequencia para o nosso sexo"¹⁶⁰.

O parto é também frequentemente mencionado pela condessa de Alva, sendo que ela relata para sua irmã não apenas seus *bons sucessos*, como os *bons* e *maus sucessos* de todas as suas conhecidas. Embora esperado pelas mulheres do século XIX, o nascimento dos filhos poderia ser fatal, tanto para a parturiente quanto para o bebê.

Desde a primeira carta do espólio publicado por António Ventura, datada de 24 de setembro de 1814, que o falecimento de senhoras no parto é mencionado¹⁶¹. Pouco depois, descreve uma "notícia sem sabor": o "mau sucesso" de D. Teresa Delfina Rita de São Payo, condessa de Peniche¹⁶². Também a condessa da Ribeira "pariu antes do tempo", acabando por perder a perna, e tendo a criança falecido¹⁶³; a marquesa de Ponte de Lima teve um aborto aos 7 ou 8 meses¹⁶⁴. Em carta de 25 de novembro de 1818, D. Mariana relatou todos os abortos que teriam acontecido no Rio de Janeiro, "onde poucas crianças vão avante"¹⁶⁵. Embora em Portugal, a condessa está também a par dos nascimentos da corte no Brasil, e em Espanha, com destaque para os da rainha, cujas gravidezes acompanha ansiosamente, tanto em 1817¹⁶⁶ como em 1818¹⁶⁷.

A constante menção dos insucessos sofridos é um reflexo de um medo não apenas da perda da criança, mas também da morte da mãe. Como lembra Maria Antónia Lopes, o falecimento no parto independia de estatuto pessoal, sendo que até "se tornaria mais perigoso para parturientes burguesas ou aristocratas por serem sedentárias"¹⁶⁸. Paralelamente, demonstram a amizade, ou tão só a cumplicidade das mulheres nestas situações.

¹⁵⁸Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 230.

¹⁵⁹Ibidem, 338.

¹⁶⁰Ibidem, 288.

¹⁶¹Ibidem, 51.

¹⁶²"teve em São Payo um mau sucesso de 3 meses de um rapaz, ela nem suspeitava estar com esperanças; sobreveio-lhe uma maligna da qual morreu", In. Ibidem, 54.

¹⁶³Ibidem, 217.

¹⁶⁴Ibidem, 332.

¹⁶⁵Ibidem, 365.

¹⁶⁶Ibidem, 215.

¹⁶⁷Foi após esta gravidez que faleceu a rainha da Espanha, D. Maria Isabel Francisca de Bragança. Ibidem, 372.

¹⁶⁸Maria Antónia Lopes, 'As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos', in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, 155.

Sobre a marquesa de Abrantes, lê-se que "tem estado muito doente, julga-se pejada e teve um grandíssimo frouxo, porém não se verificou por ora o mau sucesso, esteve em perigo de vida e se são verdadeiras as esperanças não está ainda livre."¹⁶⁹ A condessa de Alva, como as mulheres do seu tempo, percebia os riscos relacionados a gravidez como algo que era comum, corriqueiro, assim como a perda das crianças, inclusive para ela própria, que enquanto estava doente (com dor de dente), teve "os sinais de mau sucesso"¹⁷⁰.

Para além destes relatos tristes, D. Mariana menciona os *bem sucedidos*, como por exemplo, o da sua cunhada, a condessa de Palmela que "teve muito bom sucesso, ainda que não muito breve, pois estivemos levantadas desde pouco depois das 4 e a pequena nasceu às 2 1/2 tanto a mãe quanto a filha estão boas"¹⁷¹; ou os nascimentos felizes dos filhos das mesmas senhoras referidas antes: a marquesa de Ponta de Lima¹⁷², a marquesa de Abrantes¹⁷³, a marquesa de Castelo Melhor¹⁷⁴ e a condessa de Palmela¹⁷⁵.

D. Mariana não se limita porém a elencar crianças e mães, classificando-as entre casos de sucesso ou insucesso. São referidas e comentadas as dificuldades que as mulheres tinham de enfrentar durante o parto, ou seja, como elas entendiam este momento crucial das suas vidas. Quando D. Teresa deu à luz um filho, D. Mariana escreveu ao marido da irmã:

pode facilmente imaginar a ânsia com que eu esperava esta noticia e o gosto que ela me deu, pois sempre tenho cuidado em sua mulher em semelhantes ocasiões, nunca me poderá esquecer o nascimento de Maria Teresa e não exagero nem julgo dar grande prova de amizade dizendo que me dá menos cuidado a minha tarefa do que a sua dela porque julgo padecer muito menos em semelhantes ocasiões"¹⁷⁶.

Claramente, a espera da notícia era angustiante, devido aos insucessos e perigos anteriores. Nota-se, que o ato do nascimento era privado, "quase sempre reservado a mulheres, os médicos intervinham nos meios sociais mais elevados apenas quando surgia o perigo"¹⁷⁷.

Para a condessa, o parto é uma dor essencialmente feminina, incompreendida e menosprezada pelos homens: "Estou esperando agora a cada hora começar a tal brincadeira que D. José acha insignificante, provera Deus que fosse possível que a experimentasse para

¹⁶⁹Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 359.

¹⁷⁰Ibidem, 317.

¹⁷¹Ibidem, 157.

¹⁷²"teve na madrugada de ontem um filho com muito bom sucesso". In.. Ibidem, 230.

¹⁷³"teve na madrugada do dia de ontem um filho com muito bom sucesso", In. Ibidem, 260.

¹⁷⁴"teve anteontem o seu bom sucesso", In. Ibidem, 326.

¹⁷⁵"um filho com muito bom sucesso". In. Ibiem,, 326.

¹⁷⁶Ibidem, 184.

¹⁷⁷Lopes, 'As grandes datas da existência', 154.

ver se é preferível à dor de dentes"¹⁷⁸. Os homens desconhecem as penas do parto e a única comparação que podem fazer é a uma dor por eles também conhecida, embora sempre no sentido de desvalorizar a angústia e o sofrimento da mulher. Não apenas a dor, como o próprio ato, que era, segundo Michelle Perrot “rigoureusement privé, et féminin”¹⁷⁹, logo incompreensível para o sexo masculino.

Relacionados intrinsecamente com a gravidez e o parto, surgem os naturais problemas com a amamentação e, conseqüentemente, a tradicional ama de leite que era comum neste tipo de famílias. A partir da metade de Setecentos, algumas mães passaram a optar pelo aleitamento materno, em grande parte por influência das obras de Rousseau, especialmente de *Emílio e Nova Heloísa*¹⁸⁰. Mesmo antes de Rousseau discorrer sobre a sua importância, algumas mães já optavam por amamentar elas próprias seus filhos, ao invés de terem amas ou de enviá-los para o campo¹⁸¹. Segundo Edward Shorter, este costume e a mudança no amor maternal, que surge no fim do século XVIII, foi consequência tanto do desejo de privacidade e intimidade por parte das famílias quanto pela mudança de atitude das próprias amas. Outra consequência foi o desuso da prática de enfaixar os bebês¹⁸². O autor fala em "desatenção maternal"¹⁸³ até este momento.

No entanto, para a condessa de Alva e para a sua irmã, como para todas as senhoras portuguesas deste grupo social, a não amamentação materna era a prática vigente e devido a isso, a relação entre ama de leite e a criança tornam-se o tema central na correspondência entre as irmãs após o nascimento de cada um dos rebentos. Sua filha Isabel, por exemplo, esteve sem ama própria, logo estava "sustentando-se com as esmolas da ama Joaquina que por duas vezes a tem livrado de morrer de fome"¹⁸⁴. Na carta seguinte, datada do mesmo dia 6 de maio de 1816, "[a] Isabel já secou duas mamas", desabafando a condessa: "Suponha o que eu me terei consumido. A pequena é muito delicada mas não doente e tem aprovado escapando a tantas trabuzamas"¹⁸⁵. Mais de um ano depois, quando esta é desmamada, sua mãe informa D.

¹⁷⁸Lopes, 'As grandes datas da existência', 206.

¹⁷⁹Michelle Perrot, *La vie de famille au XIX^e siècle*. (Paris: Point, 2015), 74.

¹⁸⁰Michele Perrot, Mariana Saúl, trad, *Mi historia de las mujeres*. (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008), 96; Edward Shorter, *A formação da família moderna*. (Lisboa: Terramar, 2008), 197.

¹⁸¹A prática de enviar os filhos para amas que moravam no campo era comum sobretudo na França. Cf. Shorter, *A formação da família moderna*, 191.

¹⁸²Shorter, *A formação da família moderna*, 213. Também sobre o assunto da maternidade e do tratamento dos filhos, ver Philippe Ariès, *História Social da Infância e da Família* (Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981).

¹⁸³Shorter, *A formação da família moderna*, 186.

¹⁸⁴Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 130.

¹⁸⁵Ibidem, 131.

Teresa que a pequena Isabel "levou esse trabalho com a maior resignação e mansidão possível, não deu uma noite má nem tem tido rabujes de incomodar ninguém"¹⁸⁶.

Já o desmamar de Luísa foi mais difícil, pois "ela não come muito bem e além disso estão lhe saindo os queixais". Ainda assim, após ter o filho que espera pretende continuar com este processo, pois no seu entender "os mais fortes são aqueles que mamaram menos"¹⁸⁷. A amamentação, tal como a gravidez e o parto, é entendida como um mal necessário para as mulheres. Algumas, no entanto, não o desejavam, por diversos motivos. A condessa de Alva seguia o costume aceito na aristocracia portuguesa de ter uma ama-de-leite. Mas teria sido uma ama a razão do falecimento de seu filho José, ainda bebê. A perda causou extrema dor a sua mãe, que culpou a ama de negligência:

faltar-lhe quase o leite por fim e calar-se e ainda em cima mostrar má cara quando por fim o médico se lembrou que a mudança de leite talvez fizesse algum bem ao pequeno. (...) , dizendo ao princípio que o pequeno não tinha nada, não querendo mugir o leite que ele não mamava e depois apresentando-se com peles vazias para o estafar a puxar, não se querendo despir e dormindo vestida como uma porca, escabeciando sobre a criança quase defunta. Na penúltima noite de sua vida, depois de grandes esforços parar mamar poucas gotas - pois ele então puxava muito bem com a força da convulsão - tornou-se a deitar no seu chiqueiro e a roncar logo, e a pobre criança estafada do trabalho caiu numa terrível convulsão revirando de todo os braços que parecia ter o estômago e peito nas costas¹⁸⁸.

D. Mariana relaciona a falta de leite à morte do pequeno, que também era prematuro; o que a leva a prevenir a irmã: "livre-se de parir antes dos 9 meses"¹⁸⁹. Este dia, descrito por D. Mariana um ano depois como "bem amargurado"¹⁹⁰, levá-la-á a procurar outras opções para alimentar seus filhos, procurando evitar a dependência terceiros.

A condessa consulta então várias pessoas sobre o assunto. Em carta de 19 de julho de 1815, escreve a sua irmã que, segundo os conselhos de um médico ilustre de Lisboa, Bernardino António Gomes (1768-1823), "é muito mais conveniente criar uma criança com leite de animais do que dá-lo a uma ama levemente duvidosa"¹⁹¹. Após este conselho, D. Mariana procura crianças que foram alimentadas de forma diferente e conclui: "no primeiro mês da vida da criança se deve dar o leite de vaca misturado com água. Depois de um mês ou seis semanas se a criança é forte e regular nas suas operações mistura-se com o leite uma geleia de cevadinha de França". A condessa envia a receita desta geleia para sua irmã,

¹⁸⁶Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 259.

¹⁸⁷Ibidem, 365.

¹⁸⁸Ibidem, 94.

¹⁸⁹Ibidem, 95.

¹⁹⁰Ibidem, 138.

¹⁹¹Ibidem, 100.

afirmando ainda ter duas garrafas e uma "pelica pela qual a criança recebe o leite" que lhe serão enviadas¹⁹². Segundo Badinter, algo semelhante a uma mamadeira para o leite de vaca só passou a ser usada no século XVIII, devido sobretudo a preconceitos da parte dos homens, que achavam que o leite iria influenciar o caráter da criança, o que acabava por fazer com que poucas mulheres neste período utilizassem desta técnica¹⁹³. O temor de D. Mariana, como sabemos, era outro.

Apesar de ter procurado outras formas de alimentação infantil, acaba por concluir que "uma ama perfeita é preferível a tudo"¹⁹⁴. Considerando que no período as técnicas eram ainda muito precárias e a necessidade de esterilização do leite e dos recipientes totalmente ignorada, esta decisão de continuar com o uso das amas se prova sensata.

Outra criança da família que faleceu durante o período destas missivas foi Isabel, filha dos condes de Palmela, que pereceu no caminho de sua família para Londres. Segundo D. Mariana, que escreve em 11 de agosto de 1817, "[a]tribuem a sua jornada a hidrocefalo, mas eu não a julgo procedida senão dos incomodos da jornada no tempo da dentição"¹⁹⁵. O conde de Palmela não conhecia até então a filha e D. Mariana comenta com a irmã que ele "viu a filha morta porque a quis conhecer ao menos assim"¹⁹⁶. Referindo-se ao sofrimento da mãe da criança, recordou também o filho José que "nunca me saíra da memória"¹⁹⁷.

A mortalidade infantil era muito elevada então, e a perda de um ou mais filhos acabava por tocar à porta de todas as famílias. Segundo Cândido dos Santos, na antiga freguesia lisboeta de Santa Catarina, por exemplo, entre 1780 e 1789 a taxa de mortalidade infantil era de 125%, quanto a de mortalidade juvenil de 291%; sendo que no XIX as taxas mantem-se muito altas¹⁹⁸. Durante o período destas missivas da condessa de Alva, 1814 a 1819, morrem entre outros, os filhos da marquesa de Abrantes¹⁹⁹, da condessa de Linhares²⁰⁰ e da condessa de Resende, que perdeu dois filhos em "um caso bem triste"²⁰¹.

¹⁹²Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 100.

¹⁹³Elizabeth Badinter, *O amor incerto: História do Amor maternal do século XVII ao XX* (Lisboa: Relógio D'água, 1986), 120.

¹⁹⁴Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 101.

¹⁹⁵Ibidem, 210.

¹⁹⁶Ibidem, 211.

¹⁹⁷Ibidem, 211.

¹⁹⁸Cândido dos Santos, *Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX*, (Porto, Universidade do Porto, 1982), 49.

¹⁹⁹"A pobre Marquesa de Abrantes teve o desgosto de perder o seu último filho, que lhe morreu faz amanhã oito dias de uma catarral seguida de convulsões". In Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 275.

²⁰⁰"Um filhinho da Condessa de Linhares, o último, também foi para o Ceu". In, Ibidem, 280.

²⁰¹"Sucedeu aqui um caso bem triste, a pobre Condessa de Resende há dez dias tinha um filho e uma filha muito bons e fortes, adoece o rapaz e morre em 18 horas e oito dias depois morre-lhe de repente a menina. Ficou sem nenhum e inconsolável como se pode supor". In. Ibidem, 215.

As perdas são muitas e muito dolorosas, mas tanto as senhoras ilustres como as jovens trabalhadoras continuavam a engravidar e ter mais filhos. Continuavam a ter filhos porque, apesar de existirem métodos naturais para evitar a gravidez, estes eram proibidos pela religião e mal vistos pela sociedade²⁰². O que as cartas da condessa de Alva demonstram é que a maternidade era um vetor determinante para a vida das mulheres portuguesas e uma temática feminina que os homens não podiam compreender.

6. *A côr nada decide para os sentimentos d'alma*: Escravidão

A escravidão enquanto tópico ficcional não é muito frequente no Portugal desta época, e a escrita feminina não escapa à regra. A abolição do tráfico de escravos já vigorava em terras lusas desde 1761. No entanto, e de alguma forma surpreendente, existem dois textos entre as nossas autoras que abordam a questão. São eles *Henriqueta*, de Maria Peregrina de Sousa, e *Eulalia*, de C. E. da C. G. Uma terceira obra, *Uma história georgiana de huma sua nacional*, apresenta um tipo diferente de escravidão, a vida feminina nos haréns. Nota-se, por sua vez, que estas representações são estrangeiras. *Henriqueta* se passa no Brasil, onde a escravidão só foi finalmente abolida em 1888; e em *Eulalia*, Nazim é escravo de espanhóis.

A obra da *obscura portuense* narra o desgosto de Henriqueta quando seu amante lhe oferece um escravo. Pensando animá-la com este gesto, Carlos age como seria considerado normal para um senhor no Brasil. Mas à sua amada não lhe agrada um presente que consiste no domínio sobre outro ser humano.

José é um “pobre inocente” na visão da heroína, embora isso não a impeça de o tratar como seu servo e, sem poder atribuir-lhe um salário, continua na mesma situação após a alforria. A ideia aqui perpassada é a de que o “bom negro” ou o “bom escravo” é aquele que irá acompanhar o seu senhor até a morte, mesmo sem salário, o que se justificaria se tivesse recebido bom tratamento. A situação é ainda mais peculiar: a lealdade de José perante a heroína deve-se precisamente ao facto de esta lhe ter concedido a liberdade. Libertou-o da escravidão no Brasil, mas manteve-se como sua senhora em Portugal.

Esta é uma representação recorrente da escravatura na literatura branca. Apesar de inicialmente demonstrar uma visão abolicionista, acaba perpetuando as mesmas imagens negativas de “salvador branco” sobre o “pobre”, “inocente” e “incapaz” afrodescendente.

²⁰²Maria Helena Santana e António Apolinário Lourenço, ‘No leito. Comportamentos sexuais e herotismo’. in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, 277.

Eulalia, por sua vez, apresenta uma interpretação semelhante, mas ao contrário de Maria Peregrina, C. E. da C. G. dá voz ao ex-escravo. Nazim não apenas tem direito à palavra ao longo do texto, como ao discurso, descrevendo a sua vida:

- Nasci no Kentucky um dos Estados Unidos d'America Septentrional, perto do rio d'este nome. Meu senhor era um homem rico que negociava em negros, e outros generos. Quando eu tinha desoito annos fui vendido com outros companheiros a um capitão Amaricano que nos transportou a Santa-Fé aonde tornamos a ser vendidos a diferentes senhores. Quanto a mim coube-me a ventura de ser comprado por D. Gil Viegas, pai de D. Elvira, que logo me destinou para ajudante do seu cosinheiro, que alguns annos depois substitui.

Tanto meu senhor como sua esposa eram muito humanos para com os seus escravos, o que fazia que todos os amassem mais como pais do que como senhores. D. Gil mandou-me ensinar a ler, e a escrever, e depous encarregou-me da cobrança de muitas contas, o que bem me lisonjeava pela confidencia que de mim fazia.

Entre as escravas de minha senhora havia uma chamada Maria, que se lhe podia chamar a flor das escravas pela sua belleza, e qualidade. Tanto merecimenteio lhe acharam que a destinaram para o serviço de D. Elvira. Ah! senhoras, eu não podia vêr Maria sem que sentisse por ella o mais ardente amor.

Um dia estava eu no jardim, e veiu Maria colher flores para o toucador de D. Elvira. Quiz apanhar uma rosa, mas os espinhos se lhe cravaram nos dedos por tal forma que teve de me chamar para lhe valer.

- Ah! Maria, lhe disse eu aliviando-a d'aquelle incommodo, tu és tão bella como esta rosa, e assim como ella te fere tambem o teu amor tem ferido o meu coração!²⁰³

Nota-se claramente que nesta obra a visão dos senhores impera ainda na mentalidade dos subordinados: Nazim era escravo mas os seus proprietários eram, para sua sorte, como afirma, bons humanos. É uma imagem recorrente esta de um *bom escravo* para um *bom senhor*. O mais importante é que, como dissemos, lhe é dada voz a esta personagem. A autora permite-lhe não só falar da sua vida como falar dos seus sentimentos e das suas opiniões: "É absurdo o julgar que um negro não tem sentimentos tão delicados como um branco, a côr nada decide para os sentimentos d'alma"²⁰⁴.

Nazim, ao contrário de José, em *Henriqueta*, tem passado, tem opiniões, tem coragem: "-Não, Senhor, não estou cansado, um negro morre, mas não cansa quando trabalha de coração para salvar o seu senhor"²⁰⁵. É também pela voz desta personagem que a autora

²⁰³*Eulalia, ou o amor filial*, Tomo 1, 162-163.

²⁰⁴*Ibidem*, 165.

²⁰⁵*Ibidem*, 73.

afirma: “Um negro sabe morrer com tanta honra como um branco, e eu seria um vil ingrato se para deffender Elvira reciasse perder a vida que ha pouco tempo ella me salvou”²⁰⁶. Nazim não apenas acompanha a filha de seu antigo senhor, que o *salvou* do vilão Orloff, como é também conhecedor das letras, tendo estudado devido à benevolência daqueles a quem pertencia.

Para contrastar com a imagem deste *bom senhor*, que é o pai de Elvira, o romance apresenta um dos vilões, Orloff. Como já tínhamos dito atrás, a heroína é a certa altura obrigada a casar-se com esta vil personagem, e, depois de assistir a um tratamento desumano que a horrorizou, pede-lhe libere os escravos de seu pai:

Ah, Senhor, o [Eduardo] o interrompi eu quanto aborreço este detestavel negocio da escravatura, ficai certo que ha de vir tempo em que será abolido. É impossivel que Deos perpetue semelhante trafico. Oh Deos quanto é infame, e horrivel este negocio que tanto indigna a propria natureza!? Por ventura uma carapinha, e uma pelle preta, effeito do clima aonde foi gerada, não val tanto aos olhos de Deos como qualquer de nós?!

Quando vejo chegar aqui um desses homens vís, e brutaes que tem o direito, segundo as nossas leis de exercer um poder absoluto sobre tantos homens, e mulheres quantos elle poder comprar com dinheiro que muitas vezes é roubado ou ganho com iniquidades; quando vejo innocentes raparigas arrancadas dos braços de suas desoladas mães, mulheres separadas dos maridos, filhos dos pais, para hirem a outro paiz serem perpetuamente escravos d'um senhor que muitas vezes ainda é mais perverso, e malvado do que aquelle primeiro que os comprou. Oh! Senhor, quando isto vejo, sinto-me desposta a amaldiçoar o meu paiz, e a raça humana!”²⁰⁷

A heroína de C. E. da C. G. é partidária de ideais abolicionistas, enquanto que o carácter de Orloff é definido pela sua relação de superioridade perante os escravos da família de Elvira. Quando ela lhe pede que não os venda para senhores ainda piores, afirma: “O que admira, Senhor, é que a ambição deste barbaro negocio assaltasse mais depressa o coração dos Europeus que por politica, e educação devem muito mais apreciar a liberdade do que os habitantes d'estes paizes”²⁰⁸. Para Elvira, bem como para C. E. da C. G, a escravidão é exercida por pessoas bárbaras, vilãs. O pai da heroína, embora um *bom senhor*, não é descrito como uma figura perfeitamente oposta à de Orloff: além de ter escravos, mesmo que bem tratados, tratava as mulheres com desdém e não compreendia a necessidade de que estas estudassem, como será visto no tópico 10.

²⁰⁶ *Eulalia, ou o amor filial*, Tomo 1, 149.

²⁰⁷ *Ibidem*, 130-131.

²⁰⁸ *Ibidem*, 131.

O inusitado em *Eulália* não é a presença de um antigo escravo, mas a novidade da sua voz. Ainda assim, repete a imagem de *bom escravo* como aquele que acompanha o seu senhor, ou senhora, até ao fim de sua vida, como uma dívida moral impagável justificada apenas pela bondade recebida.

Outra representação da escravidão é o harém. Em *Uma história georgiana*²⁰⁹ este local aparece com proeminência de forma romanceada. Neste livro, a heroína é levada para o harém, mas consegue conservar a sua virgindade porque o monarca decide conquistar o seu amor antes de possuí-la sexualmente. Quanto Torun-Chá a salva, o soberano resolve liberá-la de sua clausura, e ela acaba não sofrendo nenhuma das consequências de ser uma de suas esposas. Aqui, então, também aparece uma imagem idealizada da escravidão, na qual o senhor é benevolente e não força Zuleima.

Uma breve opinião sobre o assunto também aparece nos *Catecismos* de D. Joaquina Cândida Calheiro Lobo, para quem “a escravidão desfigura o homem, oculta-lhe a sua verdadeira figura”, tirando-lhe a “dignidade de seu destino”²¹⁰.

7. Isso não, que nos faz medo: Literatura Gótica

Um especial destaque deve ser dado aos romances e textos que tratam da bruxaria ou do sobrenatural. A chamada literatura gótica surge no final do século XVIII. Para Maria Leonor Machado de Sousa, que tratou deste tipo de literatura em sua tese de doutoramento:

O romance «gótico» é essencialmente um romance sentimental, em cuja intriga de amor intervêm o sobrenatural e o misterioso, geralmente ao serviço de potências maléficas, mas que não conseguem destruir os heróis, assistidos pela justiça imanente que protege a virtude.²¹¹

Um nome feminino relevante que escreveu obras com este caráter foi Mrs. Ann Radcliffe, autora inglesa de obras como *The mysteries of Udolpho* (1794) e *The romance of the Forest* (1791).

Este tipo de literatura surgiu inicialmente sob o signo da poesia, mas foi facilmente transferido para a prosa, em especial na escrita por mulheres. Os romances desta temática são visualizados em um contexto fantasmagórico, de suspense e terror. As heroínas encontram-se em antigas abadias, florestas, palácios abandonados. Em finais do século XVIII, estes livros já

²⁰⁹Nacional, *História georgiana*.

²¹⁰Lobo, *Catecismo religioso, moral e político para instrução do cidadão português*, 12.

²¹¹Maria Leonor Machado de Sousa, *O “horror” na literatura portuguesa* (Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979), 10.

se tornavam comuns por toda a Europa, em especial na Inglaterra e na Alemanha²¹². Em Portugal, começaram por aparecer em traduções de originais destes dois países, como se percebe através de algumas das obras traduzidas por mulheres: *A felicidade de mais, ou os efeitos do magnetismo*, traduzido por Isabel Marques da Silva²¹³ e que seria original de Jules Labeaume; *A Donzella de Malines e Thaddeo de Varsovia: novella historica*, traduções de Mariana Antónia Maldonado²¹⁴; *O Sítio da rochella, ou o Infortunio e a Consciência* de Maria do Resgate Correia de Sá e Benevides²¹⁵; *As castellãs de Roussiloni* por Maria d'Arrábida da Costa Sousa e Macedo²¹⁶; *Noites de Young* imitação de Maria J. S. Canuto²¹⁷; *Elinor, ou a demencia* por Emilia de...²¹⁸; *Zelia no Deserto*, história traduzida por Josuina Gertrudes de Oliveira²¹⁹; e *Os dois palladinos, ou a amizade posta a prova* de M. P. de Seny, traduzido do francês por uma senhora²²⁰. Todos estes romances, bem como os que serão citados abaixo, aparecem na listagem criada por Maria Leonor Machado de Sousa em *Literatura negra e de terror em Portugal*²²¹, no qual a filósofa procurou elencar todas as obras de carácter fantasmagórico publicadas em Portugal.

Posteriormente, começaram a surgir os romances inéditos, de autoria portuguesa. Ainda assim, Sousa não encontrou muitos originais portugueses desta literatura. Para a autora, “[e]m comparação com as literaturas inglesa e francesa, por exemplo, é relativamente

²¹²H.P. Lovecraft, *O terror sobrenatural na literatura*. (Lisboa: Editora Vega, 2006).

²¹³“A felicidade de mais, ou os efeitos do magnetismo”, (1843). Nas informações encontradas da obra, sabemos tratar-se de um original de Jules Labeaume e nos dados disponibilizados ao leitor da época lê-se “Traduzido em portuguez por Isabel Marques da Silva. jovem de 16 anos”.

²¹⁴Jane Porter e Huma Senhora [Mariana Antónia Maldonado], trad., *Thaddeo de Varsovia: novella historica, escrita por Miss Porter. Traduzida em português por Huma Senhora* (Lisboa: Typ. Patriota, 1828-1830). Jane Porter e traductora de Thaddeo de Varsóvia [Mariana Antónia Maldonado], trad. *A Donzella de Malines, do inglez, pela traductora de Thaddeo de Varsóvia*. (Lisboa: s.n, 1837).

²¹⁵*O Sítio da rochella, ou o Infortunio e a Consciência /traduzido por **** (Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, 1834).

²¹⁶“As castellãs de Roussiloni”, publicada ao longo dos números 6, 10, 11, 14, 17, 22, 23, 26, 28, 37,38 e 39, da *Assembléa Litteraria*, no ano de 1851, com a indicação de no título de ‘tradução’, e “Assinada por ***”. A mesma obra *As castellãs de Roussillon* vem a lume no mesmo ano, pela Typ. da Revista Universal, desta vez com indicação da sua autora ser Madame Eugénie de la Rochere, traduzida “do francez por ***”. A introdução, por sua vez, vem assinada por “huma narradora”.

²¹⁷Maria J. S. Canuto, "Noites de Young. Imitação", in *Assembléa Literaria* n° 20, 22, 25, 1849-1850. O original é de Edward Young (1683-1863) *The complaint of night thoughts on life, death and immortality*. (London, 1742-45).

²¹⁸"Elinor, ou a demencia", in *Correio das Damas*, vol 1, n°19, 11/10, 1846. No jornal indica-se que artigo é traduzido “da novella ingleza *The Recess* por Emilia de...”. O original é de Sophie Lee (1750- 1824). *The recess or a tale of Other times* (London. 1783-1785).

²¹⁹Josuina Gertrudes de Oliveira (trad.), *Zelia no Deserto* (Lisboa: Imprensa. Regia, 1818). Sem nota da autora que no original seria assinada “By a lady” *Zelia in the desert form the french* (1789) em 3 volumes. Novela baseada na peça de Metastasio "l'Isola disabitata" (1752).

²²⁰M. P. de Seny, "Os dois palladinos, ou a amizade posta a prova" in *Ramalhete*, n°113 e 114, 1839 (Traduzido do francês por uma senhora).

²²¹Maria Leonor Machado de Sousa, *Literatura Negra e de Terror em Portugal nos séculos XVIII e XIX*. (Lisboa: Novaera, 1978). Este livro é fruto de sua tese de doutoramento: Maria Calixto, “Literatura Negra e de Terror em Portugal nos séculos XVIII e XIX”, (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1955).

limitado o numero de romances góticos entre nós”²²². Em parte, isto se deveu ao fato de os castelos portugueses não terem relatos de grandes amores protagonizados dentro dos seus muros²²³.

O exemplo que mais representa esta literatura na autoria feminina da primeira metade do século XIX, é a obra *Branca* da condessa de Casal²²⁴. Leonor Sousa percebeu “que o teatro foi o domínio literário onde a exploração do horror surgiu mais cedo”²²⁵. Logo, não causa espanto que seja deste gênero a primeira das obras góticas de autoria feminina. A premissa da peça, aqui já resumida no tópico 1, é a de uma senhora que se casa com um homem misterioso e o segue para o seu país de origem, unicamente para nele descobrir que ele era um vilão/pirata. Este modelo é bastante semelhante a outras histórias: a jovem heroína é traída pelo marido (através da mentira), os vilões são extremamente perversos e as paisagens assustadoras.

Um texto ainda mais relevante é o romance *Olinda, ou a Abadia de Cumnor Place*, de Antónia Gertrudes Pusich²²⁶. Para Maria Leonor Machado de Sousa este é o “único autêntico romance gótico português, com traições, castelos, subterrâneos, ruínas, narcóticos, fugas acidentadas, salteadores, mortes, tempestades e até um espectro.”²²⁷.

A mesma especialista observa que na literatura portuguesa, o gótico surge com claras influências das baladas e romances de cavalaria, como veremos em tópico posterior²²⁸. Ela percebe que os contos estão “mais próximo[s] da melancolia depressiva dos românticos que da preocupação do terrífico e sensacional dos romances góticos”²²⁹, o que se verifica nos diversos romances que traduzidos alcançavam Portugal. No país, “o sobrenatural é muito frequente, principalmente nos traços populares do Diabo e das almas penadas.”²³⁰ Tal pode ser observado em diversas obras de Maria Peregrina de Sousa, que utiliza os seus contos para relatar histórias sobrenaturais e a vida de feiticeiras.

Ao longo dos tempos, associou-se a imagem da mulher pecadora à de bruxa. Na Idade Moderna por exemplo, o temor da “mulher que se alia ao Demónio” foi extremo, sendo que idosas e viúvas ou parteiras e curandeiras eram vistas pelo imaginário popular como “bruxas”

²²²Idem, *O “horror” na literatura portuguesa*, 59.

²²³Ibidem, 59.

²²⁴Casal, *Branca*, 1847.

²²⁵Sousa, *O “horror” na literatura portuguesa*, 33.

²²⁶Antónia Gertrudes Pusich, *Olinda, ou a Abadia de Cumnor Place*, (Lisboa: Typografia de G. M. Martins, 1848).

²²⁷Sousa, *O “horror” na literatura portuguesa*, 54.

²²⁸Vide tópico 9.

²²⁹Sousa, *O “horror” na literatura portuguesa*, 26.

²³⁰Ibidem, 26.

que faziam “feitiços”. Em *A bruxa da aldeia* ou *A bruxa e o Bispo*²³¹ de Maria Peregrina de Sousa, a figura que dá título ao texto é uma dessas mulheres.

Este pequeno folhetim, publicado, entre outros locais, no periódico brasileiro *Iris*, traz a representação de uma mulher que vive isolada de todos à sua volta. Em sua aldeia, todos pensam que ela é uma maga, pois de sua casa ouvem barulhos estranhos e a idosa nunca sai. Com a chegada de um bispo, os moradores pensam que ele irá salvá-los daquela figura tenebrosa. No entanto, Maria Peregrina faz da suposta vilã uma vítima: ao invés de fazer feitiços, a pobre senhora chorava a falta de seu filho, que retornava agora a casa após longa ausência, ou seja, era o bispo.

Também da *obscura portuense* é *A Longuinha*²³², um curto folhetim no qual D. Fausta é aconselhada a visitar a bruxa, cuja alcunha dá título ao texto. Longuinha pretende ler no baralho de cartas que o marido de Fausta, Ernesto, tem um caso amoroso. Mas na verdade, a bruxa conhecia a traição por a ter ouvido de uma criada. Também Ernesto e sua amante, Inês, visitaram a bruxa. Infelizmente, a falta de algumas páginas do nº 51 deste periódico deixa uma lacuna na trama, que finaliza com a cura de D. Fausta.

Ainda da mesma autora é *Um salão na lareira*²³³, que relata um serão de uma família de mulheres ao redor de uma fogueira. As mais jovens, pedem à anciã do grupo que conte uma história enquanto trabalham com o fuso e a roca:

=Nossa avó, disse Maria
Nos conte um conto de bruxas. =
=Isso não, que nos faz medo:
Disserão as mais pequerruxas²³⁴

Ela então começa a relatar a história de uma jovem senhora, monja, que passava suas noites à janela do mosteiro, observando um jovem cavaleiro que a olhava ao longe.

Ah! minhas netas!
O *bicho-feio*
Maldoso busca
Sempre algum meio²³⁵

O *bicho-feio* seria a tentação da sedução amorosa, o diabo, aquele que tira a mulher, e neste caso a monja, do seu lugar no lar ou no convento. A avó tem, com este pequeno conto, o propósito de ensinar as netas a fugirem da paixão que, como já observada em outros tópicos

²³¹Publicado como “A bruxa da Aldeia” no *Iris*, Tomo II, e como “A bruxa e o bispo” no *Periódico dos Pobres do Porto*, nº 69.

²³²*Archivo Popular*, nº49 e 51 de 1843.

²³³*Periódico dos Pobres do Porto*, nº 67 de 1851.

²³⁴*Ibidem*, 267.

²³⁵*Ibidem*, 266. Grifado do original.

deste capítulo, representa a perda de si própria para a mulher. É através do trabalho que elas irão fugir deste destino odioso:

Tende cuidado,
Fiai de pressa
E prà que o demo
Vos não impeça

Resai ao vosso
Anjo da Guarda
E nunca olheis
Gente de Farda²³⁶

Trabalho, oração e fuga dos militares são as armas de defesa indicadas pela velha senhora. Mas a monja não tem atividade que preencha as suas noites e só passa a orar quando já não há mais defesa. Ela foge do mosteiro à noite, os “vastos claustros atravessa”, ouvindo “um zum zum de vozes profundas” e “negros morcegos voando”. Corre em encontro ao militar, mas

Uma sombra se avizinha
Em silencio com cautela;
E com a mão fria!... fria
Agarra com força a mão dela =²³⁷

As meninas protestam que as mãos eram “de finado”, mas a avó afirma que “antes fosse de defunto” visto serem precisamente as do jovem militar, o que significa a perda da pureza consagrada a Deus pela religiosa. O folhetim finaliza anos depois, com os dois amantes vivendo excluídos da sociedade, “tendo só lobos /por seus vizinhos” e culpados, em “negro pezar”²³⁸, até que a monja desapareceu. Para a avó, ela teria voltado para o convento, pedindo perdão de seus erros. O jovem militar faleceu já velho, mendigando nas vilas próximas da floresta em que se escondia.

A representação deste tipo de mulheres na literatura feminina é muito relevante, pois demonstra o reflexo de um medo que é masculino. São uma representação do mal, daquilo que traz as mulheres à perdição, do proibido.

Através destes folhetins, percebe-se a inclinação pelo gótico nas obras de Maria Peregrina de Sousa. Já mencionamos *Diálogos de Família*, no qual o cemitério é o cenário escolhido pela autora. Em *Um passeio no cemitério, a obscura portuense* utiliza o mesmo

²³⁶*Periódico dos Pobres do Porto*, nº 67 de 1851, 266.

²³⁷*Ibidem*, 267.

²³⁸*Ibidem*, 267.

ambiente tenebroso, criando uma conversa entre almas penadas que discutem a injustiça da vida²³⁹.

O gosto de D. Maria Peregrina pelo sobrenatural também se pode observar nas suas *Superstições do Minho*, nas quais a autora lista uma série de crenças desta região, descrevendo-as através de um texto quase etnográfico, que observa sem julgar²⁴⁰.

Outro folhetim da autora que se assemelha parcialmente a isto tipo de literatura é *O magnetismo animal*²⁴¹, que pode ser uma adaptação da obra de Poe. Neste pequeno conto, a autora relata a experiência de um médico que quase morre com uma ‘tentativa magnética’. Ele perde a consciência e durante alguns dias ainda vive, mas o seu corpo decompõe-se subitamente, como por magia.

8. *Hum segredo, (...) que até agora com tanto trabalho occultei*: Travestismo²⁴²

Uma temática que, à primeira vista, parece não caber em textos femininos, mas cuja presença frequente demonstra ocupar um lugar significativo na literatura escrita por mulheres, é o travestismo. Este termo foi aqui escolhido, pois "travestir"²⁴³ refere-se à pessoa que traja vestimentas do gênero oposto, mas não se identifica com este. São quatro as obras de autoras portuguesas que tratam desta questão: *Henriqueta de Orleans ou o Heroísmo*, *Pépa*, *A feliz mudança de sexo* e, em menor escala, *A filha incógnita*.

Na primeira obra, já referida anteriormente, a heroína Henriqueta opta por se travestir como proteção durante suas viagens; enquanto Pepa é o nome utilizado por Josezito na casa de seu avô, a quem a ama do jovem enganara dizendo-lhe que seu neto era uma menina e criando-o como tal; a terceira obra é uma peça de teatro de Gertrudes Angélica da Cunha, na qual três mulheres descobrem as traições de seus maridos e se travestem para lhes roubarem as amantes.

No romance de Francisca Paula Possolo da Costa, *Henriqueta de Orleans* é uma jovem que perde seus pais. Destituída, passa a viajar com o irmão, que a aconselha a usar vestimentas masculinas para poder viajar com maior segurança. Juntos visitam vários locais

²³⁹“Diálogos de Família” e “Uma passeio no cemitério”, in *Iris*, Tomo II, 401 e 331, respectivamente.

²⁴⁰Maria Peregrina de Sousa, *Tradições populares do Minho*, ed. de J. Leite de Vasconcellos na (sl.: s.d , 1900).

²⁴¹“Magnetismo animal”, in *Lidador*. n.ºs 500 e 501.

²⁴²Sobre esta temática foi proferida a conferência ‘O travestismo na literatura escrita por mulheres em Portugal no final do século XVIII e início do século XIX’, in *Anais VII Simpósio Internacional e XVI Seminário Nacional Mulher e Literatura em Caxias do Sul*. (Caxias do Sul: Educus, 2016).

²⁴³O travestir para o *Dicionário de Crítica Feminista* significa a "adoção, por homem ou mulher, de trajes tradicionalmente associados com o outro sexo, de um modo temporário ou contínuo". Ana Gabriela Macedo e Amaral Ana Luísa (orgs.), *Dicionário de Crítica Feminista*. (Porto: Afrontamento, 2005), 188.

da Europa, e alistam-se no exército português. A carreira militar de ambos foi bem sucedida, sendo Henrique/ta patenteado com o posto de 2ª Comandante do 1º Batalhão da Infantaria. Ao fim de algum tempo, são separados durante uma batalha, e Henrique/ta torna-se próximo do comandante do regimento, o espanhol D. João d'Oropesa. Afastada do irmão, Henrique/ta continuou sua vida militar ao lado de D. João, acabando por se apaixonar por ele. No entanto, aparece em cena uma pretendente do comandante, que por sua vez se enamora de Henrique/ta, o que leva a um duelo entre os dois. Henriqueta pretende recusar, mas acaba por ferir o homem por quem estava apaixonada. Mesmo depois deste episódio, a jovem continua a vestir-se com trajes masculinos, pois uma mulher só não poderia viajar com a liberdade com que já estava habituada.

Posteriormente, reencontrou o irmão Luís que num momento de alegria acabará revelando seu segredo. Henriqueta, então, afirma: "Ó inconsiderado Luiz, a tua repentina alegria neste momento se fez declarar hum segredo, o que tu mesmo me aconselhaste, e que até agora com tanto trabalho occultei"²⁴⁴. Henrique era um bom soldado e para proteger seu segredo mantém a sua aparência de masculinidade durante todo o primeiro tomo da obra. Mas, descoberta, não precisa mais fingir-se de Henrique, e pode libertar sua feminilidade, o que ela faz por meio de um desmaio. A perda temporária dos sentidos, ao longo da história e da literatura, representa a fragilidade feminina. Como homem e soldado, Henrique devia mostrar-se e manter-se forte em qualquer circunstância. Como mulher, Henriqueta tem o direito de ser fraca, emocional.

Como não pode mais manter seu segredo, Henriqueta revela-se para seu amado Oropesa. Os sentimento amoroso da heroína, constantemente realçado ao longo da obra, é partilhado pelo seu amigo D. João, mas este, enquanto homem, herói, combatente, não compreendia o que sentia pelo suposto "amigo". Henriqueta assim descreve o reencontro entre os dois:

difficilmente poderia fazer comprehender os transportes de alegria, que a vista de D. João excitou na minha alma! hum violento affecto, cuja origem elle não conhecia, lhe inspirou o mesmo prazer ao vêr-me: corremos um para o outro, e abraçamos ternamente, as nossas lagrimas só testemunhavam o nosso interior alvoroço²⁴⁵.

O *alvoroço* não é somente da jovem travestida, é também do seu amado. Conhecendo o sexo de Henriqueta, d'Oropesa se sentiu aliviado. Sendo afinal uma mulher, aquela que desperta em si o sentimento amoroso, suas dúvidas são desculpadas. Ele afirma: "tudo o que

²⁴⁴C., *Henriqueta de Orleans*. Tomo I, 138.

²⁴⁵Ibidem, 134.

presencio me parece hum sonho!"²⁴⁶. Admira a castidade mantida entre um grupo de homens. Ao mesmo tempo louva o seu heroísmo, uma característica masculina. Sua surpresa e admiração são de tal ordem, que decide revelar a história ao rei, a quem Henriqueta é apresentada ainda em seus trajes masculinos. Pouco depois o casal contrai matrimónio sob bênçãos reais.

Após o casamento com D. João d'Oropesa, a heroína não volta a utilizar os trajes masculinos, mesmo quando se vê destituída de seu marido. A partir do momento em que se revela a sua identidade/sexo, não mais precisa transgredir. A presença de um marido e, posteriormente, de um filho varão, são suficientes para que ela se sinta segura e não necessite mais de tais artimanhas para garantir o seu bem estar. Pode constatar-se também que, a partir do momento em que volta aos trajes femininos, Henriqueta assume, sem dificuldades, atitudes consideradas femininas.

No segundo tomo da obra, conta-se a morte do marido da heroína, o romance de seu irmão, o novo desencontro com este e, posteriormente, a reunião de Henriqueta, seu filho e sua sobrinha. A obra termina, como já fizemos alusão, com Henriqueta de Orleans, exercendo os papéis femininos tradicionais como educadora do filho e sobrinha, prevendo-se um futuro casamento entre os primos.

Nesta obra, D. Francisca Paula Possolo da Costa utiliza o ponto de vista de Henriqueta para descrever os acontecimentos, ou seja, ela é a narradora da sua história, uma "peregrina de suas próprias aventuras"²⁴⁷. É devido a isso que podemos utilizar o conceito de "travestismo" e não de transexualidade, pois sabemos, pela sua voz e durante toda a narrativa, que Henriqueta é uma mulher e constantemente se evidencia a sua feminilidade apesar da sua vestimenta. O uso das roupas masculinas só é referido em dois momentos: quando se traveste e quando é descoberta. O livro não pretende entrar numa discussão sobre o uso de vestes masculinas, cuja única relevância consiste e se justifica pela existência de uma necessidade. Em momento algum se explica como a heroína conseguiu manter o seu segredo junto de seus colegas militares e, especialmente, de D. João. O que importa para Possolo, segundo Andrea Gisela Borges, é "a busca de um heroísmo que não lhe [a Henriqueta] é facultado pela sua condição de mulher"²⁴⁸.

Esta obra de Possolo levanta também outra questão interessante. Trata-se da semelhança com a figura histórica de Antónia Rodrigues (1580-?), portuguesa nascida em

²⁴⁶C., *Henriqueta de Orleans*. Tomo I, 139.

²⁴⁷Borges, Andrea Gisela Vilela. «*Meu triste canto deve ser ouvido*» *Introdução à vida e obra de Francisca Possolo (1783-1838)*. (Dissertação Mestrado, Universidade do Porto, 2006), 238.

²⁴⁸*Ibidem*, 247.

Aveiro em 31 de março de 1580. Esta mulher teria, ainda na sua infância, vestido trajes masculinos para poder embarcar num navio que se dirigia para Mazagão²⁴⁹. Tal como Henrique/ta, D. Antónia, enquanto António na sua aparência, teve uma carreira militar de sucesso. Terá sido uma paixão que a obrigou a revelar o seu sexo. Posteriormente retornou a Portugal, tendo sido condecorada com uma tença anual por Filipe III²⁵⁰.

Esta semelhança foi apontada por Andrea Gisela Vilela Borges, em sua dissertação de mestrado²⁵¹. Para a mesma estudiosa, o sobrenome Orleans parece procurar outra filiação histórica ao estabelecer uma relação com Joana d'Arc²⁵², outra *donzela guerreira*. São também notórios outros paralelos, nomeadamente, com a obra *Mémoires de la vie de Henriette-Sylvie de Molière* de Madame de Villedieu, e com as biografias das portuguesas Isabel Vaz, defensora de Tânger, e Públia Hortensia de Castro, que vestia trajes masculinos para frequentar a Universidade de Coimbra²⁵³.

Como se percebe através destes exemplos demonstrados por Borges, com os quais relacionou a figura de Henriqueta, o travestismo feminino não era apenas ficcional. Rudolf M. Dekker e Lotte Van de Pal, em *The tradition of Female Travestism in Early Modern Europe*²⁵⁴ estudaram relatos desta prática por toda a Europa, demonstrando como era, de facto, relativamente comum.

As mulheres travestiam-se por diversas razões. E as de Henriqueta são comuns a outras mulheres: o traje masculino era utilizado como forma de defender-se durante as viagens. Seria perigoso para uma mulher andar só, a incorporação de roupas e atitudes masculinas eram utilizadas como escudo de defesa já que desincentivavam prováveis abusos e apropriações que apenas sucederiam às mulheres. Os mesmos especialistas identificaram igualmente outras motivações que levariam uma mulher a travestir-se: a possibilidade de poderem manter as aparências perante a sociedade ao decidirem partilhar a vida com outras mulheres enquanto suas esposas (ou seja, para poderem disfarçar-se de um casal

²⁴⁹A idade com que Antónia Rodrigues foi para Mazagão não é precisa, sendo que em *Aveirenses Notáveis*, Rangel Quadros afirma que ela teria 15 anos. Cf Rangel Quadros, *Aveirenses Notáveis*. (Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 197?), 114. Já para Anabela Natário teria 12 Cf. *Portuguesas com História. Séculos XVI e XVII*. (Lisboa: Temas e Debates, 2008), 146.

²⁵⁰Quadros, *Aveirenses Notáveis*, 118.

²⁵¹Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*».

²⁵²Ibidem, 314

²⁵³Ibidem, 316-319.

²⁵⁴Rudolf M. Dekker e Lotte Van de Pol, *La Doncella quiso ser marinero. Travestismo femenino en Europa (siglos XVII-XVIII)*. Trad. Paloma Gil Quindós (Madrid: Siglo XXI, 2006).

heterossexual, o único tolerado então); muitas vezes para conseguirem encontrar ou manter um emprego, ou ainda, como forma de escaparem à prostituição²⁵⁵.

Enquanto na obra de Francisca Paula Possolo da Costa encontramos uma heroína travestida em herói, em *Pepa*, folhetim da *obscura portuense*, temos a situação contrária: Pepa/ Josezito é um homem travestido.

O folhetim começa com a história de Artur, um jovem português que precisa de ir a Espanha reencontrar seu avô. Quando chega a casa de seu familiar, depara-se com uma figura estranha, uma "uma linda senhorita debruçada a uma janella, e rindo como perdida", que agia como "uma doida"²⁵⁶. Esta seria então Pepa, sua suposta prima.

Artur estava apaixonado por uma jovem portuguesa e sua família desejava que se casasse com uma outra jovem também sua prima como Pepa, mas portuguesa. Ao ver Pepa, o rapaz passa a valorizar sua prima portuguesa cada vez mais. Ele observa na espanhola atitudes que o deixam abismado, uma fascinação, ou estranhamento, que por vezes aparentam ter um fundo sexual. No entanto, também lhe provocam horror, levando-o a decidir-se pelo casamento com a jovem, casta e bela Ernestina, a prima que o esperava em Portugal: "Ernestina não era uma mulher, era sua prima... e era um anjo"²⁵⁷.

As atitudes masculinas de Pepa não são observadas com asco e terror apenas pelo rapaz. Também um criado de seu avô a descreve como "boa ás vezes... é divertida", isto porque "quer ter sempre palitos... para os morder"²⁵⁸. A espanhola, ou melhor, o espanhol, toma um interesse pelo português, e quando Artur está prestes a voltar a casa, Pepa inventa uma gravidez para forçar Artur a casar-se com ela, ao invés do noivo que o avô lhe havia encontrado. Quando o primo se nega, Pepa resolve fugir.

Como já visto no tópico anterior, Maria Peregrina de Sousa cria frequentemente circunstâncias macabras em seus folhetins. Habitados a este tipo de suspense gótico, seus leitores interpretariam os estranhos ruídos que Artur ouve à noite na casa de seu avô, como a possibilidade de se encontrarem em mais um romance deste tipo. No entanto, acaba por revelar-se que tais ruídos seriam produzidos por Josezito, o nome real de Pepa, que se aproveitava da noite para extrapolar as energias que, a um corpo feminino, nunca seriam aceites. Nota-se que narrativa acompanha do ponto de vista da focalização o jovem Artur, ou seja, o jovem travestido não tem voz indireta (ou direta) no texto, apenas o podemos escutar

²⁵⁵Dekker e Van de Pal identificaram também casos de homens transexuais, ou seja, pessoas que nasceram com o sexo feminino, mas que se identificavam com o sexo masculino.

²⁵⁶"Pépa", In. *Íris*, Tomo II, 565.

²⁵⁷Ibidem, 632.

²⁵⁸Ibidem, 587.

através dos diálogos. E é precisamente num deles, entre as duas personagens em causa, que Josezito comenta sentir-se enjaulado como os pássaros que observa, afirmando primeiramente: "-Pobres passarinhos que estaes em gaiolas, protesto soltar-vos quando vos chegar"²⁵⁹. Mais tarde, já livre das roupas e das atitudes femininas em que o haviam enclausurado, confessará "eu era muito infeliz na minha gaióla, e só achava distração a rir comigo mesmo dos outros e de mim"²⁶⁰.

Após a fuga de Pepa, Artur retorna a Portugal, mas pelo caminho encontra novamente 'a prima', em Viana do Castelo, vestida como um "espantalho"²⁶¹. Já em Lisboa, reencontram-se agora pela terceira vez, em frente à casa de seu tio. Insistindo nas suas atitudes desregradas, ao ver Ernestina, Pepa chama Artur de "maridinho"²⁶², causando o horror de toda a família que assiste à cena. Quando Pepa entra na casa da família de Artur revela-se que, afinal Josezito era, na verdade, irmão do herói:

Elle [o avô] havia tido uma filha unica, e como meo pae lh'a-roubasse e trouxesse para Portugal, foi tal a sua zanga, que nunca se-deixou abrandar, e enviou uma, que havia sido creada de minha mãe, em busca d'ella, com ordem de lhe-roubar a primeira filha que ella tivesse. Antonia, a mencionada creada, foi illudida por minha mãe, que me-chamava quasi sempre a sua Pepa, porque eu parecia uma menina. Roubou-me e quando conheceu o lôgro, já não podia retroceder. Como a ordem terminante era para roubar uma menina, e Antonia queria o prémio, inganou meo avô, e depois que eu fui crescendo me-pediu, com muitas lágrimas, não a-desmascarasse, temendo a cólera do meu avô²⁶³.

A criada havia prometido ao avô uma neta, mas como esta não veio, terá obrigado o menino nascido então a trajar vestes femininas e a assumir atitudes e gestos tipicamente esperados de uma jovem. Enquanto Pepa, Josezito tentou aderir aos papéis de gênero. Mas, ao ser homem, não conseguiu fingir a fragilidade esperada de uma mulher.

A descoberta do sexo de Pepa, ou melhor, de Josezito, desculpa qualquer atitude supostamente desregrada que pudera ter sido observada por Artur. Como mulher, Pepa não podia falar alto, vestir-se espalhafatosamente, pedir favores aos homens, etc. Como homem, teria direito a voz e a ação. O folhetim finaliza com a aceitação total de Josezito, seja por parte de Artur e de sua família, seja do avô que jamais desconfiou da verdade, mas "que amaria tanto o mancebo como amára a moça"²⁶⁴.

²⁵⁹“Pépa”, In. *Íris*, Tomo II, 628.

²⁶⁰Ibidem, 646.

²⁶¹Ibidem, 642.

²⁶²Ibidem, 645.

²⁶³Ibidem, 646.

²⁶⁴Ibidem, 648.

A terceira obra que trata do assunto é *Feliz mudança de sexo*²⁶⁵, drama em um ato de Gertrudes Angélica da Cunha, e na qual duas senhoras, Hercolina e Paulina, se travestem com o objetivo de descobrir as traições de seus maridos, Farfante e David, respectivamente. Elas ‘actuum’ durante um baile, servindo-se do ciúme dos maridos para com suas amantes como forma de demonstrar a sua superioridade. Embora a “mudança de sexo” se apresente no título, este texto não levanta as mesmas questões que os dois textos anteriores, visto que a mudança de trajes é feita por um período curto e predeterminado, com um objetivo bem preciso.

Da mesma forma, em *A filha incógnita*²⁶⁶, a mudança de vestimenta é feita transitoriamente. Quando a heroína é chamada a Londres, traveste-se enquanto espera pelo amigo de seu pai que iria buscá-la. Noutra sequência da narrativa, também a mãe do herói se veste com roupas masculinas para poder acompanhar o homem que ama. Aqui percebe-se o uso desta estratégia como modo de proteger a identidade feminina.

Conclui-se, por meio da apresentação desta temática, que esta era uma maneira utilizada pelas autoras para extrapolar regras de gênero, mas de uma forma moralmente justificada. Enquanto defendia a virtude, o travestismo não era problemático, pois representava e protegia os valores da sociedade portuguesa, especialmente a castidade feminina.

9. *Um impulso de generosidade e compaixão*: As chácaras, o Patriotismo e Heroísmo Feminino

Como já foi percebido no capítulo dois, através dos pseudónimos utilizados por algumas escritoras que se servem de expressões associadas à nacionalidade, as ideias de pátria e nação de Portugal aparecem com forte destaque nas fontes deste trabalho. O período aqui analisado decorreu sob uma grave instabilidade política, durante a qual sucessivos governos assumiam e perdiam o poder a grande velocidade. Talvez precisamente por isso, a glória da pátria portuguesa, a honra de seus compatriotas e o heroísmo nacional eram reivindicados por figuras dos dois sexos. A rainha D. Maria II, primeiro monarca constitucional português, era mulher, logo, as mulheres também surgem elas próprias como heroínas da história portuguesa.

Em *A História Georgiana*, já resumida no tópico 1, a representação de Zuleima é de uma senhora vitoriosa, que vence o rei graças à sua virtude. Como noutras obras de Maria

²⁶⁵Gertrudes Angélica da Cunha, “Feliz Mudança de sexo” in. Cunha, *Norma*.

²⁶⁶Ribeiro, *A filha incógnita*, 1841.

Peregrina de Sousa, o Oriente aparece como cenário dos acontecimentos, os nomes das personagens são por isso adaptados, dando vida a heróis muçulmanos – muito embora, em *Zuleima e a cruz de ouro*²⁶⁷ como em muitas obras, a *obscura portuense* também nos apresente sempre um herói cristão. Nesta obra, Fátima era a rainha de Marrocos e Zuleima sua criada. Temendo a guerra com os cristãos, a rainha pede à criada que se protegesse, casando-se para isso com o príncipe, seu filho. Zuleima, no entanto, está apaixonada por Abohamo. Quando este tem conhecimento do noivado questiona sua amada, mas ela lhe responde:

- Acaso sou eu livre? He a mim que se me pergunta o que me apraz? Não sou eu escrava? (...) A ideia de ser escrava de um homem que não amo, he tão revoltante para mim, que ainda que te não tivesse amado, preferiria huma vida de penas e privações ao luxo e fausto com que sou ameaçada.
-Seras a soberana de hum homem, e não a sua escrava.²⁶⁸

A guerra acaba por acontecer e, no final da batalha, vencida pelos cristãos como temia a rainha, Zuleima encontra o seu corpo, assim como o do príncipe com quem deveria casar para se proteger. Não encontra porém qualquer sinal de Abohamo, por quem estava apaixonada. Por entre os destroços da batalha, a jovem apercebe-se de um sobrevivente necessitado de ajuda e corre em seu auxílio apesar de saber que ele não é muçulmano:

A bella Zuleima sentio primeiro alguma repugnância a socorrer um inimigo do profeta, que blasfémia contra os seus, e do qual talvez o braço houvesse cortado o fio da existência do seu amante; porém hum impulso de generosidade e compaixão mais forte que a reflexão, a levou a ajuntar todas as suas forças para livrar hum vivo do peso dos mortos.²⁶⁹

Durante o ataque à cidade, Zuleima encontrava-se em casa de uma velha, Brites, e após o combate é para este local que ela leva o cristão moribundo. D. Brites observa uma cruz que a heroína carrega consigo e, através dela, reconhece na jovem escrava a sua filha, que havia perdido, juntamente com o pai desta, seu marido, quando fora capturada pelos mouros. O cavaleiro caído então reconhece ambas: era o esposo de Brites, e pai de Helena, o nome cristão de Zuleima. Reunidos novamente, o pai da heroína falece, e ela, por sua vez, retorna ao campo de batalha procurando de novo o seu amado.

Helena consegue por fim encontrar Abohamo, que fora feito prisioneiro pelos cristãos²⁷⁰. A história sofre outras peripécias e no quarto capítulo do folhetim, Helena e Brites

²⁶⁷ *Archivo Popular*. Vol. 7, nº32, 33 e 34 de 1843.

²⁶⁸ *Archivo Popular*, Vol. 7, nº32 de 1843, 254.

²⁶⁹ *Archivo Popular*, Vol. 7, nº33 de 1843, 259.

²⁷⁰ Outro cristão, também ele ao ver a cruz a jovem carrega ao peito, reconhece o objeto como pertencente a sua filha Beatriz, sendo este, então, avô de Helena.

discutem o amor de Pedro e Inês, como um paralelo com o sentimento de Zuleima e Abohamo. Também eles se amavam, mas a sociedade tornava o seu amor impossível. A mãe da heroína afirma a propósito: “Pedro he culpado, minha filha, e o ceo o punirá ou tarde ou cedo”²⁷¹. Após ouvir esta sentença da boca da sua mãe, Zuleima pondera que, apesar do falecimento do filho de Fátima, o príncipe, a religião de seu amado tornou a união entre os dois impossível, visto ela ser agora cristã. Então, oferece a cruz ao mouro, como recordação do destino que os marcou:

Huma cruz nos havia separado... em teu alvedrio está que na outra vida ella nos reúna. Se esta porém te não vier a servir de símbolo de fé, servir-te-há ao menos como recordação do muito que te amei, mas que não podia pertencer-te ainda que vivesse. Eu sou christã²⁷².

Com esta fala morre também a heroína. Apesar da educação muçulmana, Zuleima, ou Helena, escolhe a fé cristã, por ter sido esta a fé de sua mãe. A religião católica sai triunfante desta guerra e a *cruz d'ouro* torna-se o símbolo da união de uma família que se havia distanciado.

O heroísmo português aparece com outras nuances em *Hum cavalleiro portuguez*, folhetim também publicado no *Archivo Popular* em 1843²⁷³. É a história do pajem Vasco e de sua amada Beatriz, acompanhada pelos acontecimentos de uma batalha portuguesa:

Erão chegados alli
Os castelhanos cruentos
Que mutilavão o povo,
Incendiavam conventos.²⁷⁴

A autora descreve os castelhanos da pior maneira possível, de forma a que os portugueses apareçam como superiores em todos os sentidos. Vasco tenta salvar sua amada, mas feito prisioneiro pelos inimigos. Só muitos anos mais tarde será libertado, descobrindo que enquanto estivera preso a bela Beatriz havia falecido. A perda e a vingança contribuem assim para espicaçar ainda mais o ódio aos inimigos, tornando-o num soldado temível no campo de batalha. O pajem morre heroicamente lutando por Portugal, entre “numerosos castelhanos/ elle cahe do seu ginete/ E morre na flor dos anos”²⁷⁵. Mais uma vez, a morte aparece como libertação do herói ou da sua amada. No folhetim anterior, é pela morte que Zuleima pode por fim amar, em *Hum cavalleiro portuguez* a morte é a glória.

²⁷¹ *Archivo Popular*, Vol. 7, nº34 de 1843, 271.

²⁷² *Ibidem*, 272.

²⁷³ *Archivo Popular*, Vol. 7, nº17 e 18 de 1843.

²⁷⁴ *Archivo Popular*, Vol. 7, nº 18 de 1843, 139.

²⁷⁵ *Ibidem*, 140.

Também no mesmo periódico encontra-se um folhetim intitulado simplesmente de *Chácara*²⁷⁶. Este texto relata a vida de um jovem príncipe náufrago, D. João de Castilha, que é preso no castelo de Arriel. O herói castelhano se apaixona pela filha do governante, Elvira. A jovem é muito sábia e quando percebe que seu pai deseja fazer dela rainha, renega seu amante:

-Então seja meu amado,
Sempre chorando ella diz,
Desta prisão resgatado,
Embora eu fique infeliz.
Quebrem-se os tao doce laços
Que me prendem em seus braços²⁷⁷

Ela deseja que ele seja livre mas, para isso, não podem se casar. O príncipe, observando o grande amor da jovem, elege-a em detrimento do seu lugar no trono, e decide não mais voltar a sua terra materna.

Bernardo Del Carpio é outro folhetim que foi publicado um ano antes dos anteriores²⁷⁸, pelo mesmo jornal. Neste pequeno conto, a rainha Elvira Sanches relata a vida de um jovem, filho de um conde e de uma dama. Bernardo havia nascido de um “oculto casamento”²⁷⁹ e seu pai fora preso quando ele era ainda recém-nascido. Por isso, o pequeno conde foi educado pelo rei. Quando Bernardo já tinha idade para participar na guerra, seu tutor lhe promete libertar o pai, caso o jovem conseguisse vencer uma batalha contra Carlos Magno. Ele vê-se por diversas vezes bem-sucedido, mas a dita promessa nunca é cumprida e, em vez de aclamado, Bernardo é punido pela morte de Rolando, seu compatriota, durante a batalha. Os cavaleiros que lutaram a seu lado defendem-no do rei, e por diversos anos vagueiam pelo reino, até que o monarca resolve libertar o pai de Bernardo:

Depois o monge [que levou o corpo do pai até o filho] o levou
Para a sua pobre ermida,
Onde Bernardo ficou,
Até que perdeu a vida;
Mas foi ignorado o fim
Deste insigne paladim.²⁸⁰

Novamente a guerra leva à morte e só através desta os heróis conseguem alcançar a verdadeira glória.

²⁷⁶*Archivo Popular*, Vol. 7, nº 23 de 1843.

²⁷⁷*Ibidem*, 183.

²⁷⁸*Archivo Popular*, Vol. 6, nºs 27 e 28 de 1842.

²⁷⁹*Archivo Popular*, Vol. 6, nº 27 de 1842, 211.

²⁸⁰*Archivo Popular*, Vol. 6, nºs 28 de 1842, 220.

Enredo semelhante se repete nas obras de Maria Peregrina de Sousa em *Uma Moura de Lissibona* e *O capitão da Armada*. A primeira é uma história em verso da formosa filha de um alcaide que defendia Lisboa, e de seu amante Cid-Achim, que no final do conto reconhece a superioridade cristã e se converte²⁸¹; a segunda, um pequeno romance em que, mais uma vez, são exaltadas a glória e a coragem portuguesas, particularmente enfatizadas em versos onde a folhetinista assevera: "Porem nunca, o medo, nunca/Portuguezes accomette"²⁸².

Estas frequentes demonstrações da glória portuguesa são tanto reflexo de uma literatura anterior, como representação do desejo das autoras em enaltecer a história de Portugal. Estes textos são semelhantes aquilo que Maria Leonor Machado de Sousa designa por baladas, modelo de literatura gótica, apesar de mais próximo das tradições populares portuguesas, mas que segue os moldes dessa mesma literatura importada. A balada aparece de duas formas: a macabra e a tradicionalista. Esta última traz como lema a "sobrevivência do amor além da morte"²⁸³. Dentro dos modelos que inspiraram muitos autores, está aquele que surge com frequência na obra de Maria Peregrina de Sousa, a união entre mouras e cristãos. O termo que esta autora usa por diversas vezes, *chácara*, é uma das diversas variantes encontradas por Maria Leonor Machado de Sousa para a literatura gótica²⁸⁴. Segundo a estudiosa

a *xácara*, sinónimo de *romance* (ou, na forma arcaica *rimance*), trata-se do termo que, na literatura peninsular, corresponde à *balada* europeia, curto poema épico cantado e, na forma popular, transmitido oralmente. Talvez por falta da noção de que não correspondia à nossa terminologia tradicional, foi igualmente utilizado para poemas traduzidos e originais.²⁸⁵

Para além dos folhetins da *obscura portuense*, esta temática surge também na poesia feminina como já exemplificado no capítulo 3. Embora o recorte cronológico que analisamos não seja muito extenso, foi um período agitado para a política portuguesa. Primeiramente a invasão francesa, seguida da ida da família real portuguesa para o Brasil e os diversos conflitos ocorridos no país nos anos procedentes em que se disputaram com as armas dois regimes políticos e sócio-jurídicos antagônicos. Não analisaremos a fundo suas opiniões políticas, mas não é possível ignorar sua presença nestes textos. Desde a exaltação do ódio aos franceses na poesia de Balsemão, à descrição da guerra civil (1832 e 1834) na obra de Maria da Felicidade de Couto Browne, muitas são as menções a eventos sociais e políticos nas

²⁸¹ *Iris* Tomo III, 205-206.

²⁸² *Ibidem*, 205-206.

²⁸³ Sousa, *O "horror" na literatura portuguesa*, 27.

²⁸⁴ *Ibidem*, 27.

²⁸⁵ *Ibidem*, 28.

fontes analisadas. Nascidas em diferentes momentos e locais, as opiniões destas senhoras diferem tanto quanto os gêneros literários que elas escolheram ou as temáticas sobre as quais se debruçaram. Francília, por exemplo, segundo a leitura de Andrea Gisela Borges, traz em sua poesia “uma forte identificação com a pátria, com o povo”, que tem o poder de “perseguir os seus ideais, de se libertar, de se revoltar”²⁸⁶.

Nos conjuntos epistolares esta temática também se encontra muito frequente, especialmente por se tratar de textos de mulheres da alta fidalguia, para quem tais acontecimentos têm uma incidência mais direta no seu cotidiano. Como lembra Yannick Ripa ao discorrer sobre as estratégias de George Sand na imprensa francesa, exprimir opiniões políticas neste ambientes supostamente privados era uma prática recorrente das senhoras, visto que as cartas eram um raro local onde elas poderiam “s’exprimer dans un domaine qui les rejette”²⁸⁷.

A condessa de Alva, por exemplo, demonstra sua inquietação com a estadia da família real no Brasil, especialmente porque esta significa a demora nas notícias de que ela tanto aprecia e acompanha: casamentos e ordens reais²⁸⁸. Para além disto, percebemos como a condessa e sua família sentiam a distância da família real, não apenas física como também política e simbólica. A todo o momento D. Mariana recebe falsas notícias do suposto retorno iminente e as notícias provenientes da corte carioca não são apenas esperadas com ardor, como também celebradas e muito discutidas. Sua sobrinha, por sua vez, escreve durante um período muito conturbado da história de Portugal (D. Teresa escreve a partir de 1834). As suas missivas servem sobretudo para informar seus familiares dos acontecimentos no país, estando por isso repletas de pequenos relatos e anedotas relacionadas com os ditos eventos, tais como as mudanças no ministério em 1835²⁸⁹, a contra o golpe contra Revolução de Setembro em novembro de 1836²⁹⁰, a nomeação de Costa Cabral em 1838²⁹¹ e o casamento de D. Pedro V com D. Estefânia²⁹².

Em carta de 30 de novembro de 1834, D. Teresa afirma que “quanto aos negócios políticos não digo nada, porque eu não presto para dar essas notícias”²⁹³. Não obstante, D. Teresa continua a escrever sobre estes assuntos. Em 29 de março do ano seguinte informa

²⁸⁶Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*», 226.

²⁸⁷Yannick Ripa, *Les femmes, actrices d’histoire. France, de 1789 à nos jours*. (Paris: Armand Coln, 2010),

²⁸⁸Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*.

²⁸⁹Theresa M. S. de Castello Branco (org.), *Correspondência (1834-1880) - D. Maria Thereza de Sousa Botelho, Condessa da Ponte e suas filhas* (Lisboa: Aletheia, 2013), 46.

²⁹⁰Ibidem, 104.

²⁹¹Ibidem, 110.

²⁹²Ibidem, 152.

²⁹³Ibidem, 32.

sobre o falecimento do marido da rainha²⁹⁴. Na carta seguinte, elabora mais sobre o assunto, afirmando que começaram a surgir suspeitas sobre o “tio Palmela” que, supostamente, “queria casar um dos seus filhos com a Rainha”²⁹⁵. Segundo o relato da condessa da Ponte, muitos pasquins se posicionaram então contra o duque de Palmela e, quando foram jantar, “sentimos barulho no largo, chegámos à janela e vimos um princípio de desordem” no qual as pessoas chamavam o duque de miguelista²⁹⁶. A escritora temia que eles entrassem na casa, mas tal não chega a suceder.

Outro momento no qual D. Teresa revela medo em relação à situação política é durante a Revolução Setembrista. Em missiva de 10 de setembro de 1836, a condessa narra diversos acontecimentos políticos, afirmando que sabia por terceiros da existência de diversos miguelistas na Guarda Nacional, e “todos de cara alegre, o que não admira, porque eles animam-se com qualquer desordem que haja”²⁹⁷. Ela continua avisando a condessa de Alva, sua principal correspondente epistolar, que se encontra “tão nervosa agora que não posso escrever mais. Pelos meus não posso deixar de estar assustada”²⁹⁸. Visto a família de D. Teresa estar tão intrinsecamente relacionada com os acontecimentos políticos, as mudanças a deixam temerosa. Em adenda à carta inicial, assinada no dia seguinte, a condessa também assegura a sua tia que “[q]uem mais importa [a Rainha] está em segurança, porque foi avisada para isso.”²⁹⁹.

Sua clara oposição a D. Miguel aparece também em carta de 29 de outubro de 1836, quando afirma:

Toda esta semana correu a notícia que D. Miguel tinha desaparecido de Roma e que vinha para Portugal. Agora julga-se que o que deu motivo a esta invenção foi ele ter ido com efeito para fora de Roma, mas não com outro motivo que o de ter muitas doenças em casa. O que nos vale é ele ser o homem que é, pois não presta para nada, nem tem valor para uma resolução um tanto arriscada.³⁰⁰

Embora não tenham decorrido muitos anos entre um conjunto de missivas e outro, a situação política do país já se havia alterado significativamente, e a diferença no tom adotado

²⁹⁴“A Rainha também está sentida, mas dizem que como criança e não como tendo dezasseis anos.” In Branco, *Correspondência (1834-1880)*, 59. Trata-se da jovem rainha D. Maria II (1819-1853) e de seu primeiro marido, Augusto de Beauharnais (1810-1835), falecido inesperadamente dois meses após o casamento.

²⁹⁵Branco, *Correspondência (1834-1880)*, 61.

²⁹⁶Ibidem, 61.

²⁹⁷Ibidem, 82. A “Revolução de Setembro”, ocorrida a 9 desse mês, aboliu a Carta Constitucional, de 1826, e repôs a Constituição de 1822, que a rainha teve de jurar.

²⁹⁸Ibidem, 83.

²⁹⁹Ibidem, 83.

³⁰⁰Ibidem, 97.

entre os dois conjuntos epistolares é facilmente percebida. Enquanto as cartas da condessa de Alva são maioritariamente descrições do cotidiano, da família, do lar, as missivas da sobrinha apresentam um caráter político muito mais vincado, ainda que também apresentem as descrições de casamentos, filhos e eventos sociais. Claramente, o afastamento da Corte que estava no Rio de Janeiro, bem como a situação política do país são a razão da diferença no tom das missivas de tia e sobrinha.

Percebe-se, aqui, que tanto na ficção quanto na vida real, a política interessava às mulheres e era assunto que debatiam. Real, ou literário, o português que aparece na autoria feminina portuguesa é herói, fiel e corajoso, apesar da instabilidade política.

10. A avareza das luzes do entendimento: Educação

Menos surpreendente é a presença da educação nos textos femininos. Esta temática aparece em diversos gêneros literários, desde cartas a romances e ensaios. Como temos visto até aqui, a mulher era educada para ser esposa e mãe. Cada vez mais cabia a mãe, a partir do século XVIII, as preocupações educativas. E ser mãe fazia recair sob sua responsabilidade a educação dos filhos varões até que atingissem a idade para frequentar a escola, e das filhas até ao casamento.

Nas já largamente analisadas missivas da condessa de Alva, esta questão surge em pequenos apontamentos sobre seus filhos. É o mais velho, Vicente, que mais preocupa sua mãe, pois não valoriza o estudo: "O Vicente vai tomando mais algum gosto ao estudo; ou pelo menos não lhe mostra a mesma aversão e por consequencia adianta-se"³⁰¹. Maria das Dores, por sua vez, era mais aplicada, "com uma atenção surpreendente quando dá lição"³⁰². A condessa, como as mulheres do seu tempo, era responsável pela educação dos filhos, inclusive quando não era ela quem diretamente ministrava as lições: escolhia os mestres e decidia as matérias que os filhos deviam estudar. Em 10 de outubro de 1818 escreveu:

resolvo finalmente a fazer que os meus 3 rapazes maiores frequentem uma aula de Latim, não será minha culpa se eles por fim não souberem esta língua (...) é desenganar-se a gente, em casa nada aprendem, por culpa sua, dos mestres, minha, dos criados, de todos enfim³⁰³.

³⁰¹Alva, *Um olhar Feminino sobre Portugal*, 240.

³⁰²Ibidem, 201.

³⁰³Ibidem, 240, 352.

Cabe a ela, portanto, a responsabilidade caso eles não aprendam o que devem. A educação de seu irmão mais novo, Filipe, também é mencionada frequentemente, especialmente notícias de como este se tem portado em Coimbra.

Maria José da Silva Canuto, professora, também escreveu (ou melhor, discursou) sobre o assunto em sua *Conferencia ao Liceu Nacional*, proferida em 4 de julho de 1869. Um pouco deslocadas no tempo uma da outra, percebe-se já uma clara diferença. A condessa falava da educação dos filhos, enquanto Canuto trata da educação das meninas de um modo geral. Canuto concorda que “sejam as mulheres as primeiras educadoras do sexo masculino”³⁰⁴, visto que são mães e seriam elas que inicialmente deviam ensinar os filhos; não obstante, entende que o ensino não deve ser misto, visto que, curiosamente, “[a] intelligencia das meninas é mais precoce: os rapazes não fariam senão estorvar-nos os trabalhos escolares”³⁰⁵. Para esta professora, “a educação materna é a que prepondera quasi exclusivamente sobre todas as outras”³⁰⁶, sendo que “[s]uperior a influência do mestre é a influência da mãe!”³⁰⁷.

Já o romance *Christina de Stainville, ou a boa e má educação*, de C. E. da C. G., procura descrever o que seria uma formação ideal. Parece-nos importante referirmo-nos a esta obra com algum pormenor.

O livro inicia com a história do barão de Stainville e seu filho Guilherme. O falecimento precoce da meiga mãe do pequeno barão deixa a educação do menino ao cargo do pai, homem déspota que “respeitava sua esposa, porque esta sabia respeitar-se a si própria, e não ignorava que a meiguice e a ternura são os únicos meios infalíveis de dominar o coração d’um esposo”³⁰⁸.

Ainda assim, este senhor tentou dar ao menino uma educação completa, seguindo os modelos de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Assim sendo, podem ser encontrados diversos paralelos entre Guilherme e *Emílio*³⁰⁹. Aos sete anos de idade foi apresentado ao rei, que lhe deu um globo e disse que estudasse, pois o pequeno já demonstrava capacidades de meninos três anos mais velhos. O barão de Stainville acompanha com muito gosto o progresso da educação do filho e tenta inculcar-lhe valores de bondade, aqui referida como ‘socego de espírito’:

³⁰⁴ Maria José da Silva Canuto, *Terceira Conferência no Liceu Nacional: instrução e educação*. (Lisboa?: s.n., 1669 (sic) 1869), 3.

³⁰⁵ Canuto, *Terceira Conferência*, 3.

³⁰⁶ *Ibidem*, 6.

³⁰⁷ *Ibidem*, 8.

³⁰⁸ G., *Christina de Stainville*, Tomo I, 14.

³⁰⁹ Jean-Jacques Rousseau, *Émile, ou, De l’éducation*; introdução e anotações de Henry Legrand. (Paris: Larousse, 1914 [1762])

a primeira riqueza que há no mundo, he a virtude que nos trás o socego da consciência, a segunda he a sciencia, que nos abre um imenso tesouro, como são as luzes do entendimento; e depois o socego d'espírito com que se alcança no ceo eterna recompensa³¹⁰

Todas estas são necessárias para uma boa educação: a sensibilidade, o conhecimento e a religião. Contudo, também para o pai do herói “a avareza das luzes do entendimento he mais desculpável que a dos tesouros”³¹¹, justificando assim a arrogância de seu pequeno filho que logo cedo começou a demonstrar egoísmo e vaidade. A narração, no entanto, lembra aos leitores que “a sensibilidade he um sentimento contagioso; e quando se não adquire na infância difficultosamente depois se contrahe”³¹². Desta forma C. E. da C. G. faz notar ao leitor que a educação de Guilherme, embora formalmente exemplar, falha em pontos fundamentais. Assim como *Emílio* de Rousseau, Guilherme aprende por meio de exemplos e de exercícios práticos, mas sem exercitar a sua moral e a sua sensibilidade.

Para prosseguir sua educação, Guilherme foi inscrito no Convento de Santa Genoveva, onde se revelou um aluno exemplar. À semelhança de Emílio, parte da educação do jovem Guilherme foi adquirida através viagens pela Europa. O futuro barão de Stainville visitou Londres, Escócia, Irlanda, Prússia, Áustria, Alemanha e Rússia, onde fez amigos com os quais muito aprendeu. Neste último país salvou a vida do conde de Kimiakoff e tornaram-se grandes amigos. Seguindo o conselho de Guilherme, o cavalheiro russo enviou seu filho para Inglaterra, de maneira a que o jovem Kimiakoff beneficiasse de uma boa educação. Terminadas as suas viagens, o herói regressa a França, onde conhece a bela Eugenia Belleville, irmã de um amigo. Até ser-lhe oferecida a mão da “mais amável das mulheres”³¹³ Guilherme não pretendia contrair um casamento, mas aceitou. A jovem consentiu a contragosto. Embora não possuísse a educação formal do marido, Eugénia é descrita como uma mulher sábia, enquanto ele apenas tem conhecimentos, duas coisas muito distintas³¹⁴.

Eugénia lembra seu marido que “as virtudes que uma criança adquiriu desde a sua primeira educação, he devido mais aos cuidados das mulheres, do que a dos homens”³¹⁵. Sua boa educação é então continuada com a filha, Cristina, que não perpetua a arrogância e o egoísmo paterno. Além de conhecimento, ela tem sensibilidade. C. E. da C. G. utiliza estas personagens contrastantes para demonstrar que o conhecimento não é suficiente para transformar alguém em um ser “completo”. Outro paralelo é desenhado entre duas figuras

³¹⁰G., *Christina de Stainville*, Tomo I, 29-30.

³¹¹Ibidem, 30-31.

³¹²Ibidem, 38-39.

³¹³Ibidem, 66.

³¹⁴Veja tópico 1.11.

³¹⁵G., *Christina de Stainville*, Tomo I, 83.

femininas: Cristina e sua amiga Henriqueta Lamercier. A heroína teve uma educação cuidadosa, tanto formal quanto emocional. Já a amiga, é descrita como uma rica herdeira, cujo pai lhe satisfaz todos os desejos. Cristina é a *boa educação* que se lê no título da obra, e Henriqueta a *má educação*.

De uma maneira semelhante à de Elizabeth Inchbald quando descreve a *fault of education* como uma causa para o erro feminino³¹⁶, C. E. da C. G usa a expressão “efeitos da educação” em diversos momentos do primeiro tomo para referir-se à amiga da heroína. Com 15 anos, a jovem Lamercier desperta o interesse de um Monsier d’Harcourt, um sedutor à procura de fortuna. O pai da jovem inicialmente consegue opor-se à união, mas como não resiste aos pedidos da filha, o casamento concretiza-se. Henriqueta passa a viver uma vida de desperdício e orgulho, negando a presença da amiga em sua casa quando precisa e educando seus filhos da mesma forma negligenciada com que fora criada. A opinião de C. E. da C. G. sobre este modelo de formação é clara:

um prejuízo visível o quererem os pais dominar na idade maior os filhos que não estão habituados desde a infância a obedecer-lhes, e a respeitar as suas ordens. A educação he a base fundamental da nossa felicidade ou da nossa desgraça, como a experiência o tem mostrado com milhares de exemplos.³¹⁷

Em absoluto contraste a esta união de Henriqueta com seu marido, aparece o relacionamento entre Cristina e o jovem Alfredo, filho do amigo russo de Guilherme, que havia sido educado segundo os conselhos deste. A paixão entre os dois é instantânea, mas eles não se podem casar por serem de diferentes religiões. Alfredo é ortodoxo, Cristina católica. Quando o amante precisa retornar à Rússia, ao qual se segue o falecimento da mãe de Cristina, as influências da má educação vizinha convencem a jovem Cristina a casar com um conhecido de sua amiga, o coronel Roberto de Duval.

O casamento da heroína encerra o primeiro volume do romance. Após a união, o marido começa a demonstrar sua falta de carácter, que se evidencia na sua fixação pelo jogo, vício que os deixa destituídos e são obrigados a morar com um tio de Duval (já foi mencionado no tópico 2). Roberto acaba por abandonar a esposa, deixando-a completamente destituída de recursos. Quando a notícia da morte do marido alcança Cristina, ela decide voltar para a França, mas a embarcação naufraga como era habitual nestes romances, e ela se vê salva, como também é usual suceder, pelo antigo amante Alfredo, com quem vive numa

³¹⁶Sobre *the fault of education* e a obra de Elizabeth Inchbald, veja-se Elen Biguelini, “Uma união de mentes: casamento e educação das mulheres na obra de Jane Austen e Elizabeth Inchbald” (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2012).

³¹⁷G., *Christina de Stainville*, Tomo I, 113.

ilha deserta durante alguns meses. Os dois decidem então manter o celibato até um futuro casamento, que só virá a acontecer quando são resgatados. Sucede, no entanto, que o jovem russo acaba por falecer. Após esta perda, Cristina retoma o seu plano de regressar a Paris. Mas uma vez lá, sua antiga amiga Henriqueta recusa recebê-la, devido à sua pobreza. A heroína pede auxílio a várias pessoas, mas percebe que apenas os mais pobres a assistem. Com seu trabalho árduo consegue emprego de secretária da rainha, que ao longo dos anos lhe concede diversas benesses. Enquanto isso, a família de Henriqueta perde prestígio e o filho da amiga é preso. Cristina, agora rica e influente, consegue salvar o jovem da morte e a narração de C. E. da C. G. lembra, novamente, a importância da educação dos filhos:

Se um pai de família pensasse como devia, nos encargos que tem não só para com Deos, mas para com o mundo, seria mais vigilante na educação de seus filhos, e olharia com mais cuidado para as menores faltas, e até maldades infantis que eles costumavam commetter.³¹⁸

A educação, a boa entenda-se, é, nesta obra de C. E. da C. G., um escudo de proteção contra os erros e as vicissitudes que uma mulher pode ter que enfrentar, assim como a única arma que muitas vezes possuem para se defenderem de pessoas mal intencionadas. Pessoas essas, precisamente, mal educadas.

A temática volta a estar presente na obra de D. Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Melo Baiana, autora dos *Conselhos de Huma mãe a seus filhos*³¹⁹. Logo na introdução, ela afirma:

Meus Filhos, bem persuadida que todas as Mães de familias tem huma restricta obrigação de educar seus filhos moral, e civilmente, a fim de serem felices; e porque a experiencia mesmo me tem feito conhecer, quanto esta regular educação lhes seja indispensavel, tomei o trabalho de deixar-vos por escripto a norma que deveis seguir, para serdes ditosos; cumprindo deste modo com os deveres de Mãe Christã, e os da civilidade.³²⁰

Para isto, estes “princípios de Religião” lhes permitiria “buscar a vossa felicidade eterna, e temporal”³²¹, que seria alcançada cumprindo 41 preceitos indispensáveis³²². A

³¹⁸G., *Christina de Stainville*, Tomo II, 261.

³¹⁹D. Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Mello Baiana, *Conselhos e avisos de huma mãe a seus filhos* (Lisboa: Offic. De Joaquim Thomas de Aquino Bulhões, 1812).

³²⁰Baiana, *Conselhos e avisos de huma mãe*, 9.

³²¹Ibidem, 11.

³²²São estes: “caráter de nobreza verdadeira”, “amar e temer a Deus”, “honrar aquelles de quem recebemos a vida”, “obrigações dos pais para seus filhos”, “como vos deveis portar para com vossos parentes”, “das ciências”, “do bom uso do tempo”, “quando he útil comunicar com os sábios”, “saber ocupar-vos quando estas só”, “obediencia ás leis do Estado”, “do nascimento illustre, e reputação”, “da eleição do Estado”, “da regularidade do comportamento”, “fugir daqueles que forem falsos”, “modo de dever portar na vettura, e na desgraça”, “ como deveis defender-vos”, “como deveis procurar ser amados”, “vantagens da verdadeira

necessidade de seguir os preceitos da religião é constante no texto de D. Maria da Trindade. Já no segundo conselho ela insiste em que

A Vossa Religião, e a vossa conducta devem ser as bases fundamentaes, que vos adquirão no mundo o verdadeiro merecimento, e sólida fortuna: estas bellas qualidade não só vos seguraõ huma gloria immortal no Ceo, mas vos faraõ viver com honra, e gozar de socego na terra³²³.

Os preceitos da religião católica permeiam todos os conselhos, seja a boa aplicação do tempo:

Hum dos mais seguros meios para serdes felices nesta, e na outra vida he empregar bem o tempo; he necessario occupar-se cada hum de vós no estudo, e cumprimento dos seus deveres com diligencia, e constancia, pois que são sempre funestas as consequencias da occiosidade, e nas pessoas de distincção chegaõ a ser infames.³²⁴

Ou o repúdio da vaidade:

Nunca vos reputeis mais perfeitos em qualidade alguma, vossos corpos tem a mesma origem que os dos vossos semelhantes, vossas almas, como espiritos, em todos são iguaes, posto que as suas funções sejaõ executadas differentemente, e quando tivessesis a fortuna de receber do Creador perfeições corporeas onde o espirito se desenvolva mais perfeitamente, não deveis por isso encher-vos de vaidade, pois deveis reputar estes bens como dadivas do Omnipotente.³²⁵

A autora dá indicações aos seus filhos de como devem agir perante as ciências, ainda que afirme "[n]ão pertendo fallar-vos das sciencias proprias de cada estado, mas sómente das que são análogas á vossa idade". Embora uma matéria reservada aos homens, como mãe D. Maria da Trindade pode opinar sobre o que deve ser estudado pelos filhos, que seria “a Grammatica, a Rhetorica, a Arithmetica, a Geometria, a Historia, a Geografia, e a Filosofia racional, e moral”³²⁶. Sobre o mesmo assunto, entende ainda que “[t]odos nascemos sem excepção ignorantes, logo depois dos estudos da mocidade, cousa alguma conduzirá tanto

amizade”, “quanto vos será útil a sinceridade”, “do amor próprio”, “perdoar ofensas”, “da murmuração”, “fugir das más companhias”, “das paixões desordenadas”, “do comportamento dos cargos públicos”, “da proteção da virtude”, “não proteger os máos”, “do governo moderado”, “do luxo e vaidade”, “da gratidão”, “como deveis tratar os que dependerem de vós”, “da vida retirada, e da vida civil”, “de comportamento nos empregos”, “elogiar sempre todos”, “boa harmonia entre vós”; “quanto podem ser úteis os homens huns aos outros”, “não dever ser governado pelos familiares”, “do quanto se deve amar e imitar a Jesu Christo”; “verdadeira religião”, e “do pensar na morte”. Baiana, *Conselhos e avisos de huma mãe*.

³²³Baiana, *Conselhos e avisos de huma mãe*, 15.

³²⁴Ibidem, 26.

³²⁵Ibidem, 42.

³²⁶Ibidem, 25.

para dar luzes a vosso entendimento como a prática, e commercio com as pessoas sábias, e de instrucção"³²⁷.

Recomenda também quais seriam os melhores comportamentos no trabalho³²⁸ e a necessidade de manter uma reputação perante a sociedade, sendo que “[f]ora melhor que os que tiveraõ no mundo hum nascimento illustre perder antes a vida do que chegar a commetter acção que possa por qualquer princípio manchar sua honra”. Recorda ainda que “a verdadeira nobreza é a grandeza da alma, a rectidão, o valor, e a generosidade, zelo pela sua Lei, pelo seu Soberano, e pala sua Pátria, e interesse pelo bem do Estado³²⁹.

O amor próprio é uma necessidade, porém esta senhora recomenda a seus filhos que não sejam vaidosos ou murmurem falsidades³³⁰. Devem igualmente guardar distância daqueles que mentem³³¹, procurando ser amados, pelo “que não deixareis de ser recompensados, nem deixarãõ de patrocinar-vos aquelles a quem causaes este prazer”³³², assim como ser gratos pois “o agradecimento he huma obrigação indispensavel a todos”³³³.

Estes conselhos são claramente destinados a um público masculino, sendo que a autora aconselha prazeres, mas sem excessos: "deveis usar moderadamente dos prazeres, que vos permite a Lei, a prudencia e a razão"³³⁴. O governo da casa também é mencionado neste texto, com ditames sobre a economia doméstica³³⁵, a forma de tratar os dependentes e um aviso especial aos chefes de família:

Se Deos vos constituir chefe de familia, naõ confieis jámais o governo economico a algum de vossos subalternos, e se vos acontecer sobrevir algum impedimento, naõ consintaes que alguns dos mesmos se intrometta, sem vós serdes primeiro ouvidos, e sem a vossa disposição sobre cada hum dos negocios da vossa casa³³⁶.

³²⁷Baiana, *Conselhos e avisos de huma mãe* 27.

³²⁸"Os empregos públicos, e honorificos encerraõ em si trabalho taõ excessivo, tal vigilancia, e assiduidade, que mais se deve julgar escravidãõ do que honra, aquelles que dignamente os exercitaõ: sendo da primeira necessidade aos que os occupaõ a prudencia, a civilidade e a madureza: sem estas virtudes naõ podereis excitallos dignamente", In, *Ibidem*, 47.

³²⁹*Ibidem*, 31.

³³⁰"A religião e a sociedade vos obriga a desterrar das vossas conversações discursos envenenados contra o proximo". In. *Ibidem*, 44.

³³¹"Se os homens máos pelo seu exemplo, podem concorrer para a vossa perdaõ, pelo contrario os bons cooperaõ muito para a vossa pefeição". In, *Ibidem*, 57.

³³²*Ibidem*, 39.

³³³*Ibidem*, 51.

³³⁴*Ibidem*, 46.

³³⁵"Deveis sempre, segundo a vossa renda, se quizerdes no mundo viver com honra e verdade: que estimação podeis adquirir se dissipando vossa fazenda, vos encontrarem sempre rodeados de crédores?". In. *Ibidem*, 49.

³³⁶*Ibidem*, 58.

11. *Seus tyranos*: defesa da feminilidade

A última problemática que será aqui analisada serão os textos femininos que de uma forma ou outra têm o propósito de defender o sexo feminino daqueles que desacreditam suas capacidades, uma temática que como observámos nos capítulos 1 e 2 foi frequentemente tratada pelas mulheres que escreveram. Percebe-se nos textos que temos vindo a analisar, que há por parte destas autoras uma intenção clara de expressarem os seus pontos de vista e fazem-no com uma intensidade que não se encontra nos textos dos seus contemporâneos, homens.

Dentre os romances que tratam da situação da mulher podem ser encontrados muitos exemplos de frases, que surgem isoladas ou não, que procuram defender o gênero feminino. Em *Henriqueta*, por exemplo, a narração afirma que “[é] uma vantagem que os homens teem. Se em casa não são felizes, o mundo que é uma espécie de segunda família para eles, (se as vezes não a primeira) os consola dos desgostos domésticos”³³⁷. Outra afirmação do mesmo tipo refere-se à desvalorização do trabalho feminino, pois *Henriqueta* “trabalhava dia e noite, tanto para se distrair de seus pesares, como para concorrer para os gastos da casa; mas os trabalhos d’uma mulher dão tão pouco lucro que, se não fosse José, teria a pobre senhora morrido á mingua e mais seu filho.”³³⁸. A heroína trabalhava muito, mas sua atividade não era suficiente para sustentar sua família.

Maria Peregrina, ela própria mulher que precisa dos trabalhos como forma de se manter, percebe a desvalorização de tudo aquilo que tem procedência feminina. O papel delas era manter-se em casa. O *mundo* pertence aos homens, às mulheres pertence um microcosmos deste mundo: o *lar*. Nestes dois pequenos exemplos, percebe-se a modesta reivindicação: como podem as mulheres manter suas famílias sem a oportunidade e a valorização de seu trabalho?

Antónia Gertrudes Pusich, em sua peça *Constança*, coloca na voz de sua heroína as seguintes palavras em crítica à situação das mulheres: “Uma pobre mulher está cercada de tantos perigos, que só a mão de Deus pôde salvá-la, dando-lhe força ao coração, e luz ao entendimento pra triumphar dos esforços da imoralidade!...”³³⁹.

Em *A feliz mudança de sexo*, uma das esposas traídas, Paulina, lembra a posição vulnerável em que se encontram as senhoras:

³³⁷Souza, *Henriqueta: romance original*, 7.

³³⁸Ibidem, 64.

³³⁹Pusich, *Constança*, 26.

Nós, as casadas, devemos ser cegas, surdas e mudas para os desvareios de nossos maridos. Se a prudencia, a mansidão, a meiguice os não conservar amantes, peor será se lhes damos nas baldas; então fazem-se descarados, e são cada vez peiores. Eu também estou em brasa com o meo jagodes, mas considero que se o tratar mal, elle chegará a odiar-me; e como sei que há por ahi muitas que lhes possam fazer festa, reprimo os meos zelos o mais que posso, e nem me dou por sabedora das suas traficâncias.³⁴⁰

Em outro momento, uma das amantes do drama expõe uma opinião semelhante: para ela os homens têm “diferentes maneiras de enganar as mulheres... e nós... coitadinhas, innocentes... morrendo por elles, cahimos nos seus logros como moscas em assucar”³⁴¹. A fala de Mimosa parece ter um pingo de ironia, sendo dirigida a uma das personagens masculinas. O drama mostra que as mulheres percebem e sofrem os enganos masculinos, mas não têm outra opção que não aceitá-los.

Por vezes, as escritoras não entram diretamente na *querelle des femmes*, mas uma ou outra fala do texto indicam que são conscientes desta, como é o caso de *Branca*, da condessa de Casal, na qual o vilão, o conde, afirma: “Alfredo, se a natureza nos formou mais fortes do que a ellas, foi para para collocar-nos na posição de sermos seu apoio, e não seus tyrannos, exigindo dellas, força e deveres que nós não cumprimos”³⁴². A autora pretende defender a situação da mulher, mas acaba por copiar o discurso dominante, donde o que se sublinha é, mais uma vez, sua inferioridade.

Já em *Eulalia* de C. E. da C. G., Elvira, a amiga da heroína que dá titulo ao livro, descreve a opinião de seu pai, Manuel, sobre as mulheres:

Meu pai era um homem de bom coração, mas de genio arrogante, muito grosseiro, e d'aquelles que se persuadem que as mulheres vieram ao mundo somente para propagar, e com o titulo de esposa tornarem-se suas escravas. Elle não queria admittir que uma mulher tivesse juizo para administrar outra coisa que não fosse o governo domestico de sua casa, e até argumentava que se lhe não devia permitir o dirigirem a educação de seus filhos, logo que elles sahisses das mantilhas.³⁴³

Por meio destas palavras a autora nós dá sua opinião sobre a situação das mulheres. Para C. E. da C. G., uma mulher tem sim juízo, razão pela qual faz da esposa de Manuel, um modelo completamente oposto daquilo que o marido esperava. Já pela voz da mãe de Elvira apresenta-se uma clara defesa das capacidades das senhoras, seja ela nas discussões com o

³⁴⁰Cunha, “A feliz mudança de Sexo”, 162.

³⁴¹Ibidem, 176.

³⁴²Casal, *Branca*, 46.

³⁴³*Eulalia, ou o amor filial*, 93.

marido, seja após o falecimento deste, quando tem que encontrar casamento para sua filha e o vilão Orloff a informa que quer fazer da menina sua noiva:

Não pertendo offender-vos, lhe respondeu minha mãe um pouco encolerizada, duvidando das boas qualidades de vosso irmão; mas quanto á offensa que me fazeis atacando o sexo a que pertenço dir-vos-hei que: - As mulheres tem ainda mais juizo do que os homens para derigirem os negocios, assim ellas tivessem a educação, e a experiencia que elles teem. Demais, senhor Orloff, talvez que vos diga que se vós tivésseis a prespicacia com que a natureza as dotou, conheceríeis examinando o estado politico das nações que ellas tem sido a origem de grandes acontecimentos que tem havido em todo o mundo. Os embecís não lhe querem permittir a consideração que ellas devem ter, mas os que tiverem um juizo claro não só as devem respeitar como temer!

- Em que lhe perguntou Orloff com ironia?

- Em todos os negocios politicos, e domesticos, e a prova disto eu vo-la mostrarei, respondeu minha mãe levantando-se, e sahindo da sala com percepitação.³⁴⁴

Ela afirma ainda que, na Itália, as mulheres podem ganhar sua própria subsistência e que a “mãe que não tem patrimonio para deixar a sua filha, entende que é do seu dever sondar-lhe o talento, e a inclinação, e applica-la desde a infancia á arte porque possa ganhar a sua independencia”. Desta forma, “[r]idicularisam-se alli os projuizos que as outras Nações teem a respeito do nosso sexo, pois pensam que o nosso talento é um incentivo para nos perder”³⁴⁵. E continua, alegando que aqueles que são não compreendem nem aceitam as virtudes femininas

[j]ulgam que as faculdades intellectuaes das mulheres não são organisadas como as dos homens, que ellas nasceram só para viver á dependencia d'elles, e quando não tem subsistencia são condenadas a recebe-la ou da philantropia dos indifferentes, ou da caridade de parentes que muitas vezes lhes dão bellos guisados adubados com amargosas lagrimas! Oh meu Deos, uma Italliana preferiria a morte a semelhante dependencia³⁴⁶.

Percebe-se por meio destas citações que a questão era importante para a autora, que criou uma personagem não apenas para rebater as *malícias das mulheres*, mas também para demonstrar suas capacidades e defender novas práticas. As heroínas deste romance são um exemplo de jovens que usam suas aptidões, tanto econômicas quanto morais, para alcançar o sucesso e a felicidade.

A mesma autora reitera o problema em *Christina de Stainville ou a boa e má educação*. Na voz da mãe da heroína que dá título a obra, Eugénia, ouvimos a defesa da

³⁴⁴ *Eulalia, ou o amor filial*, 116-117.

³⁴⁵ *Ibidem*, 91.

³⁴⁶ *Ibidem*, 91.

menina que acabara de nascer. O pai, Guilherme, não via utilidade em uma filha e Eugénia responde:

-Não há duvida, querido esposo, que um filho pode ser muito útil a seu pai, mas uma filha também o pode ser.

-Em que? perguntou-lhe instantaneamente Guilherme.

-Em muitas cousas, respondeo Eugenia, e não só a seu pai como à sociedade.

-A sociedade?! repetio Guilherme com um ar de ironia!

-Sim, pois que são as mulheres que conservam e arruínam as casas. Ellas dirigem todas as miudezas dos negócios domésticos, e por consequência decidem do que toca mais de perto o gênero humano. Uma mulher bem educada, aplicada, e cheia de religião, he a alma d'uma grande casa. O mundo não é um fantasma, he a reunião de todas as famílias; e quem pode, querido esposo, educal-o, e civilizal-o com mais cuidado do que as mulheres?³⁴⁷

O aparecimento de defesas tão fortes em duas das suas obras, prova ser esta uma questão importante para a escritora. A personagem continua a sua argumentação afirmando também que os deveres femininos são vastos e “não menos importantes ao público que os dos homens”³⁴⁸. Essa opinião é claramente a de C. E da C. G.

Na mesma obra, descreve-se o barão de Stainville, pai de Guilherme e avô de Cristina, como um

marido déspota, julgando obrigada a mulher a obedecer, como escrava, até os menores caprichos de quem, pela indissolúvel união authorizada por Deos só deve hir appós os meios tendentes a alcançar a felicidade dos dous cônjuges³⁴⁹.

Esta caracterização como déspota, é particularmente negativa na figura da personagem masculina, contribuindo de forma fulcral para a argumentação subjacente da escritora: o homem que só consegue da esposa aquilo que deseja por meio da força, não é apenas um mau marido, é antes disso um péssimo exemplar humano.

Já em *Afra*³⁵⁰, de D. Matilde Leão Pereira de Cunha e Castro, a situação da mulher surge de uma forma mais impactante, através da descrição de um estupro, bem como da maneira como a heroína se encontra quando do parto da criança fruto deste assédio. As opiniões da autora já foram aqui analisadas, no tópico 2, mas demonstram que D. Matilde utilizou o livro como forma de falar deste assunto, tão frequente na vida de mulheres, sobretudo se pobres, e com consequências literalmente trágicas para as vítimas.

³⁴⁷G., *Christina de Stainville*, Tomo I, 82.

³⁴⁸Ibidem, 83.

³⁴⁹Ibidem, 14.

³⁵⁰Castro, *Afra: romance original*.

Deixando por agora a ficção, a defesa das mulheres aparece com ardor, como se percebe por meio da resposta a uma carta recebida pelo *Astro da Lusitânia*³⁵¹. Uma leitora deste periódico, que assinou como *huma constitucional portuguesa*³⁵², tentou responder a um texto masculino publicado no mesmo local, e já referido anteriormente. O dito artigo acusava as mulheres de terem encomendado da França espartilhos para usarem num evento contra a constituição, aproveitando para as julgar também pelo ‘esbanjamento’ do dinheiro de seus maridos sem propósito válido. Em resposta, a anónima afirma

sou obrigada a dizer que nós (fantásticas Senhoras) não somos quem entisicamos as algibeiras de nossos maridos, nem somos entisicadas pelos espartilhos, que mandamos vir do Paiz das bagatellas, pois acostumadas desde pequena a sermos oprimidas que até nos tem faltado (para mais opprinição) com os Mestres necessários para nos armarem de conhecimentos uteis, e necessários, vivendo na precisão de usarmos de trastes, que nos conservem no seio de nossos princípios, pois o costume, chega a tal estado, que o continua-lo vem a ser preciso remedio. Nós não somos quem entisicamos as algibeiras dos nossos maridos, são elles que entusiasmados dos seus juízos, entisicão suas algibeiras, sem attenderem ao necessário de suas famílias, arguindo-nos de importunas, e desordenadas, pelas nossas moderadas, e justas representações, atribuindo-nos as grandes despezas da Casa, quando elles despendem hum supérfluo equivalente á despeza necessária da família.³⁵³

Ela vai ainda mais além, sublinhando que se o desejo das senhoras em se rebelarem era equivocado, isto só acontecia porque elas são ensinadas por homens, são eles que escolhem o que elas podem aprender e, conseqüentemente, só pode ter sido através deles que aprenderam incorretamente. E pergunta, desafiadora: “então não me dirá, Senhor Redactor do Astro, quem são mais espartilhados, as senhoras, ou os senhores?”³⁵⁴. A segunda opção é claramente a resposta certa para a autora.

D. Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo, por sua vez, defendeu a necessidade de permitir às mulheres um mínimo de educação em seu *Catecismo Religioso*. As duas personagens, M e D, discutem o que deve ser ensinado às meninas:

M. Certamente que sim. Sendo as mulheres pela sua disposição menos robustas, que os homens, parece que a Natureza as não destinou para grandes trabalhos e fadigas; mas que repreensões não teremos da posteridade pela nossa negligencia e desleixamento em deixar de cultivar as faculdades da sua alma?

³⁵¹As duas cartas aqui referenciadas encontram-se no Anexo IV.

³⁵²Esta senhora assinou como *huma constitucional portuguesa* e posteriormente como *huma portuguesa constitucional* e encontra-se na listagem de autoras, no Anexo I, com a segunda forma.

³⁵³*Astro da Lusitania*, nº 27.

³⁵⁴*Ibidem*.

D. Também me parece injusto e extravagante, que dando os homens má educação as mulheres, gritem ao depois que são desavisadas, ineptas para as letras e para os empregos, e que lhes lancem em rosto a sua ignorância! Isto é sandice.

M. Os homens querem muito de propósito conserval-as ignorantes, para poderem a seu salvo exercer com ellas um poder absoluto. Elles bem conhecem que não há nada mais escravo, que a ignorância, e portanto já ao que ellas os excedem nas graças e na belleza, procurão ao menos deprimilas, sufocando-lhes os talentos, com que as enriqueceo a Natureza. He verdade, que nem todas serão susceptiveis de cultura; porém a respeito do homem sucede o mesmo.

D. O mais não é isso, he, que eu até tenho visto fazer zombaria das mulheres sábias.

M. E he verdade.³⁵⁵

Nestas duas páginas, D. Joaquina Cândida deixa bem clara sua opinião sobre a igualdade de capacidades intelectuais dos dois sexos. A noção de que o defeito da educação feminina é culpa masculina é paralela à obra de Mary Wolstonecraft, escrita em 1792. Em *Vindications of the rights of women*³⁵⁶, a feminista inglesa responde precisamente a *Nouvelle Heloise* de Rousseau³⁵⁷, afirmando que a educação feminina falha pois deriva dos desejos masculinos. São eles que ensinam as mulheres, logo, se elas não são capazes de aprender mais é porque eles assim não desejam.

Quando as duas senhoras falam da zombaria para com as mulheres sábias, D. Joaquina tem em mente a obra de Molière, mas também em Portugal estas opiniões eram repetidas. No livro *As malícias das mulheres*, Luísa Marinho Antunes faz um apanhado de textos de autoria masculina e feminina que tratam da questão. Em Itália, por exemplo, no fim do século XV e durante o XVI, foram escritos cerca de 20 obras intituladas *Malícia das Mulheres*³⁵⁸, e nos séculos XVIII e XIX este tema tornou-se ainda mais comum, sendo publicados “verdadeiros catálogos de malícias”³⁵⁹. Tanto estes textos quanto aqueles publicados em Portugal são de autoria masculina e apresentam ‘defeitos femininos’ para que os homens possam deles se defender.

³⁵⁵ Lobo, *Catecismo religioso, moral e político*, 47-48.

³⁵⁶ Mary Wollstonecraft, *A Vindication of the Rights of Women*. (New York: W.W. Norton & Company, 1975 [1792]).

³⁵⁷ Jean-Jacques Rousseau, *La Nouvelle Héloïse* (Paris: Libraries des Firmin Didot Frères, 1846. [1761]).

³⁵⁸ Antunes, *As malícias das mulheres*, 42.

³⁵⁹ *Ibidem*, 44.

Segundo Isabel Morant esses livros de autoria masculina eram “escritos por los hombres que debían hablar a la razón e los hombres” e, logo, adquirem um “grande protagonismo como sujeto autorizado a escribir”³⁶⁰.

A grande maioria das características femininas repete-se: elas são faladoras, enganadoras, infiéis, traidoras, falsas e pecadoras. Para alguns autores, umas ensinam as outras como devem agir para seu maior ganho, outros defendem que o charme é uma maneira de confundir e ludibriar aos homens. Ainda no mesmo século XIX, muitos eram os textos que circulavam em forma de folhetos pelo país, alguns novos, outros reimpressões de textos antigos, mas sempre de forma jocosa.

Como exemplo destes textos de autoria masculina, podemos referir *Malicia das Mulheres. Obra novamente feita. Na qual tratão muitas sentenças e autoridade ácerca da Malicia que ha em algumas dellas, e assim trata com o duas Mulheres enganárão seus Maridos graciosamente*³⁶¹ e *A Malicia das Mulheres ou embustes femininos, obra que contem muitos lances comicos e divertidos, estratagemas, astucias, replicas, exemplos da presença d'espírito, artificio, enganos e infidelidades do sexo. Publicadas por hum discreto*³⁶².

O que Antunes percebe é que,

[o] facto é que os textos das malícias e dos enganos e as respostas femininas de valorização da mulher, da sua defesa, e de acusação e ataque ao homem, revelam os papéis sociais atribuídos à mulher e os espaços por ela ocupados. O diálogo entre os textos, ainda que muitas vezes de carácter lúdico, permite o confronto de posições, demonstrando que tendo as mulheres oportunidade estavam prontas e preparadas para o confronto entre os sexos.³⁶³

Como resposta, também em Portugal algumas senhoras puseram suas oposições em texto. Gertrudes Margarida de Jesus e L.D.P.G. são dois exemplos que, ainda no século XVIII, escreveram sobre o assunto. A primeira escreveu duas *Cartas apologéticas*, onde procura recolocar em perspectiva os argumentos aludidos pelos homens para as malícias das mulheres³⁶⁴.

³⁶⁰Isabel Morant, ‘Hombres y mujeres en el discurso de los moralistas. Funciones y relaciones’. In. Isabel Morant (dir.), *Historia de las mujeres en España y América Latina. El mundo moderno*. Vol II. (Madrid: Catedra, 2006), 36.

³⁶¹Lisboa, 1827. Repetição de 1807.

³⁶²Paris: Pommeret e Guénto, 1842.

³⁶³Antunes, *As malícias das mulheres*, 144.

³⁶⁴As obras destas mulheres, bem como textos de crítica aos costumes femininos publicados no século XVIII foram analisados por Violeta Crespo de Figueiredo em 1979, Maria José Moutinho Santos em 1981, Maria Regina Tavares da Silva em 1985 e Maria Antónia Lopes em 1987. Mais recentemente, o assunto foi retomado por Betina dos Santos Ruiz e Luísa Antunes, entre outros. Ver: Violeta Crespo de Figueiredo, ‘Papéis volantes do século XVIII - 5. Mulher’. In. *História* n° 5 (1979), 54-64. Maria José Moutinho Santos, ‘Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVII’. In. *Revista de História, V. Actas do coloquio O Porto na época moderna-*

Um texto encontrado no periódico *Astro Lusitano* assemelha-se a estes que dialogam com autores masculinos, também portugueses, e que são uma resposta direta, uma defesa da situação da mulher, que avivam uma acesa *querelle des femmes* portuguesa, que persistirá por todo o Oitocentos.

Conclusão

No capítulo anterior concluiu-se que as mulheres que escreveram em Portugal durante a primeira metade do século XIX utilizaram diversos gêneros literários, bem como diversos locais para publicar suas obras. Neste quarto capítulo percebe-se que elas abordaram também uma vasta gama de temáticas, das mais esperadas, tais como o casamento, às mais transgressoras.

O objetivo pedagógico das autoras, sejam eles expressos em romances folhetins ou textos educacionais e cartas a jornais, é muito frequente, uma vez que os romances têm, em sua maioria, uma justificativa moral. As leitoras são ensinadas através de bons e maus exemplos.

Percebeu-se, também, que as escritoras utilizam as suas obras como plataformas que permitiam às suas heroínas liberdades que não seriam aceites no cotidiano feminino da sociedade portuguesa. O romance gótico aparece representado por meio de traduções e mesmo por obras originais, e os heróis e heroínas são apresentados como pessoas corajosas, maioritariamente portuguesas, e vencedoras.

III. (Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1981), 35-47. Maria Regina Neves Xavier Amorim Tavares da Silva. 'O tema «Mulher» em folhetos volantes portugueses'. In. "A mulher na sociedade portuguesa-atas de coloquio. Instituto de História Económica e Social da FLUC. Vol 1 e 2. Coloquio 20 e 22 março de 1985. (Coimbra, 1986). Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1989). Betina dos Santos Ruiz, *A retórica da mulher em polémicas de folhetos de Cordel do século XVIII. Os discursos apologeticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L. P. D. G., e outros nomes (quase) anónimos.* (Dissertação Mestrado, Universidade do Porto, 2009). Antunes, *As malícias das mulheres*, 144.

Capítulo 5. *Círculo íntimo de suas amigas*: a aceitação das obras

“A Ritinha fez um Romance, podia fazer outra coisa; mas não deve por isso ser censurada”¹.

Durante os quatro capítulos anteriores, debruçámo-nos sobre o que as autoras optaram por escrever. Passamos agora a perceber qual a recepção de suas obras. Começaremos por analisar esta questão através da frequência de publicações ou da quantidade de textos encontrados, prosseguindo para a opinião que deixaram alguns autores homens sobre o texto feminino e, finalmente, examinando a relação entre Portugal e Brasil, ou seja, a difusão de livros e folhetins de autoria feminina e/ou a circulação das próprias autoras, algumas nascidas no Brasil, que publicaram em Portugal e/ou vice-versa.

1. A recepção

Como visto, as mulheres escreveram sobre muitas temáticas. Mas qual teria sido a aceitação de suas obras? Infelizmente, não foram encontrados muitos dados sobre a acolhida por parte do público dos textos femininos, em particular, por outras mulheres. Embora muito se discorresse sobre “a malícia das mulheres”, a autoria feminina só era celebrada por alguns e desacreditada por muitos, mas o assunto não é frequentemente debatido, como era, em contrapartida, o tema da sua educação.

Podemos analisar, no entanto, a frequência destes textos em catálogos de bibliotecas ou em propagandas de jornais. A obra da marquesa de Alorna é, e foi, com certeza, a mais mencionada. Como ilustre autora que era, seu nome é frequente em antologias portuguesas. Isto deve-se tanto ao prestígio da poetisa perante seus contemporâneos e à importância dos salões da marquesa para a Ilustração portuguesa, como também devido à valorização da poesia arcadiana no cânone literário.

Enquanto a obra desta poetisa, e de outras do mesmo período, não foi deixada no esquecimento, as escritoras de folhetins e romances, assim como as suas obras, foram praticamente apagadas da história. Uma autora que teve grande repercussão no período em que escreveu, tendo sido posteriormente esquecida, foi Maria Peregrina de Sousa, *a obscura portuense*. Como folhetinista, sua obra se expandiu por uma grande quantidade de jornais portugueses e brasileiros. O grande volume de seus textos pode ser uma das razões para isso. A amizade com António Feliciano de Castilho, que a influenciou a continuar escrevendo e

¹Introdução de *Roberto ou a força da Sympathia* junto ao *Periódico dos Pobres do Porto*, nº8 de 1848.

publicava suas obras em seus periódicos, parece também ter sido um factor decisivo no seu percurso literário.

Outra prova do sucesso da *obscura portuense* é o aparecimento de seus folhetins em formato de livro. Embora a edição de *Pépa*, não tenha sido encontrada², localizaram-se as edições de *Retalho do mundo*³, com 58 adágios, rifões e anexins populares, *Maria Isabel*⁴, *Henriqueta*⁵ e *Radhamento ou A mana do Conde* publicado com *Roberta ou a Força da sympathia*⁶. Como será visto mais adiante, sua obra teve repercussão internacional, sendo por diversas vezes publicada em periódicos do Rio de Janeiro, onde foram encontrados anúncios de *Retalho do mundo*⁷.

Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva foi outra mulher que escreveu e obteve sucesso no seu tempo. Suas nove traduções são mencionadas em *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas (1495-1834)* de A. A. Gonçalves Rodrigues⁸, tendo sido encontradas em diversas bibliotecas de Portugal e do Brasil. Ao contrário das obras de Maria Peregrina de Sousa, ou C. E. da C. G, e mesmo de Francisca Paula Possolo, de difícil acesso já que apenas existem em um ou outro acervo, as traduções de Froment da Mota e Silva encontram-se em diversos locais. Suas traduções de *Delfina*⁹, da Madame de Staël, *A mulher mais feliz do mundo*¹⁰, de Charlotte de Sor, e *Três homens fortes*¹¹, de Dumas, podem ler-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e no Real Gabinete Português de Leitura. *De dia para dia*¹², de Soulié, existia na Biblioteca Rio Grandense, enquanto *Paulina*¹³ de Dumas foi encontrado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e na Biblioteca Nacional de Portugal. Estas duas últimas obras, bem como *Malprat*¹⁴ de George Sand, também existem na Biblioteca Municipal de Alcobaça. Ainda

² (sl: s.n, 1856-57). Ela foi mencionada num catálogo organizado pela FURG, disponível em <http://www.fontes.furg.br/>, pese embora o livro não se encontre no local indicado, a biblioteca Rio Grandense. A autora está também omissa em outros catálogos consultados.

³Editado por Eduardo Pereira Barbosa (Porto: Typ. Constitucional, 1859).

⁴Typ. José Pereira da Silva, 1866.

⁵Porto: Antonio Leite Cardoso Pereira de Mello, 1876.

⁶Na edição portuguesa, foi impresso pela Typ. de Castro Irmão, em Lisboa, em 1863. No mesmo ano, surge uma edição brasileira, no Rio de Janeiro, publicada a expensas da Sociedade Madrepérola do Rio de Janeiro.

⁷*Diário do Rio de Janeiro*, n.º 90.

⁸A. A. Gonçalves Rodrigues, *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas (1495 - 1834)*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992).

⁹Madame de Staël e D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva, trad., *Delfina de M.me Staël*, (Lisboa: Typ. da Viuva Rodrigues, 1843).

¹⁰Idem, *A mulher mais feliz do mundo de Charlotte de Sor* (Lisboa: Ty Liberal, 1847)

¹¹Idem, *Trez homens fortes por Alexandre Dumas Filho*, Tomo I (Lisboa: Typ. de Lucas Evangelista, 1850), Tomo II (Lisboa: Typ. de A. F. Alcobia, 1851).

¹²Silva, trad., *De dia para dia por Frederico Soulié*, 8ª edição, (Lisboa, 1845).

¹³Idem, *Paulina de Alexandre Dumas* (Lisboa: Typ. de José Baptista Morando, 1844).

¹⁴Idem, *Mauprat, por George Sand* (Lisboa, 1846).

assim, não tivemos acesso a duas de suas traduções *A rainha Margarida*¹⁵ de Dumas, e *Emerance*¹⁶ da Madame Ancelot.

Percebe-se que os escritos destas senhoras, ainda que atualmente desconhecidos, eram frequentes nas bibliotecas do século XIX. Isto indica, então, que eram mais aceitas no período em que escreveram do que a atual dificuldade de encontrá-las parece demonstrar. Como já referido anteriormente, encontraram-se indícios de que a obra de autoria feminina tinha público leitor. Um desses vestígios é a presença de publicidade da venda destes livros em periódicos portugueses.

Para além de se concluir que eram lidas, é, também importante compreender como eram recebidas. No prólogo de suas *Poesyas Lyricas*, D. Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva descreveu a reação do público a algumas de suas poesias:

No anno de mil oitocentos e doze promulguei a minha primeira Colecção de Poesias Lyricas, e o seu rápido consumo fez minha admiração. Em 1815 publiquei segundo Folheto, que não teve o mesmo successo. Depuz então a lyra para applicarme ao estudo da Lingua Franceza, na qual soffrivelmente instruida, e possuindo todos os Boletins, e mais papeis Ministeriaes da Campanha da Russia, imaginei por meio de huma compilação dar em Lisboa hum Resumo Historico daquella desastrosa Campanha. Depois de arranjado, e antes de impresso, consultei sobre a classificação das materias, e o seu conteúdo, alguns Officiaes, que não são dos que marchão, poque os outros marchão, e que tendo testemunhado os factos sobre o terreno, me fornecêrão as Notas, que lhe additei: porém qual foi o meu espanto, quando só escassamente tirei desta empreza o custo da impressão, constando-me que muitas pessoas attribuião a penna alheia, tanto esta Obra, como os meus dois Folhetos de Poesias! Finalmente tendo tido a fortuna de concorrer nas poucas sociedades, que frequento, com alguns destes incrédulos, não só os desenganei pelos meus improvisos de que fazia versos, mas fui por todos instada, a que dêsse ao prélo este terceiro Opusculo, que em pouco tempo obtive o numero de Subscriptores, que apresento. E mais obrigada por tal generosidade, do que pela ambição de obter o nome de Poetiza, pois sei o muito que para o merecer me falta, público este rogando a desculpa dos muitos defeitos, que nelle se encontrão.¹⁷

O que podemos perceber aqui é um inicial apreço pela obra da autora e, simultaneamente, uma desacreditação da sua autoria, ou seja, da sua capacidade enquanto mulher de produzir algo com tanto sucesso. Infelizmente, muitas mulheres ao longo da história foram desacreditadas como criadoras de suas obras, elas não poderiam ser tão criativas, não poderiam ser tão geniais. Uma célebre autora inglesa que sofreu deste mesmo

¹⁵Silva, trad., *A rainha Margarida de Alexandre Dumas* (edições de 1848, 1850 e ***).

¹⁶Idem, *Emerance por Madame Ancelot autora de Gabriela* (Lisboa: Typ. de Lucas Evangelista, 1844).

¹⁷Joanna Margarida Mancia Ribeiro da Silva, *Poesias Lyricas* (Lisboa: Imp. Regia, 1820)

preconceito foi Mary Shelley, autora de *Frankenstein*¹⁸. Muitos de seus contemporâneos supunham que a sua obra tinha sido escrita pelo seu marido, Percy Shelley, poeta famoso.

Nota-se, igualmente, um segundo ponto importante para compreender a recepção da autoria feminina. Quando D. Joana Margarida escreveu poesias, estas foram aceitas e aprovadas pelo público leitor. Quando se voltou para a escrita sobre história, seus conhecimentos e opiniões foram desvalidados. Ou seja, dentro do preconceito sobre a capacidade criativa das mulheres, parece haver níveis de aprovação regulados pelas exigências próprias dos gêneros.

Constança, de Antónia Gertrudes Pusich, foi apresentada no Theatro do Gymnasio em setembro de 1849 e a dramaturga, assim como D. Joana Margarida, menciona o sucesso de sua obra, que “alcançou tão sublime triumpho que me anima a offerecel-o ao público, em sinal da minha gratidão”¹⁹. Como se vê, o texto feminino não era totalmente rejeitado por seus contemporâneos. O teatro, no entanto, tem um público diferente da poesia. Tratava-se de um evento único, a que o público assiste uma única vez, ou poucas vezes. A poesia, o romance, e mesmo o folhetim, permitem leituras duplas, triplas, etc.

Outra dramaturga que teve sua obra aclamada foi Gertrudes Angélica da Cunha, que segundo Júlio César Machado teve seu nome ligado à literatura “mais do que como atriz, como inspiradora”²⁰. Para o autor, era uma “mulher agradável, de aparência sadia”²¹. No periódico carioca *Jornal do Comércio* encontramos duas homenagens à autora, escritas por dois anónimos diferentes. Primeiramente, no início de 1844, uma opinião de *O Independente*, sobre a atriz:

Sr. Redactor. – É hoje o benefício da Sra. Gertrudes Angélica da Cunha, benefício remunerador de todos os seus serviços no anno de 1843; e comquanto todos os esforços do jornalismo pareçam agora ter por fim celebrar a companhia de *canto*, com injusto esquecimento da *dramatica*, acertado parece lembrar aos amadores da companhia nacional seus antigos serviços, fazendo sobressair d’entre ella aquelles artistas que, como a Sra. *Gertrudes*, forão sempre bem aceites, pois que, venerados do publico, jamais deixarão de o agradar quanto ser podia, quer no desempenho de suas partes, quer no modo que se prestarem as exigências do teatro, nos embaraços em que por muitas vezes se tem visto a empresa.

A Sra. *Gertrudes*, que sempre foi bem recebida de todos, não se fiou desta vez só no seu merecimento, nem nas sympathias com que é honrada pelo público; escolheu divertimento apropriado á época, esmerou se na combinação d'elle, rematando o com uma farça, cja autora só ella conhece.

¹⁸Mary Shelley, *Frankenstein ou O moderno Prometeu*. (São Paulo: Ediouro, 1973).

¹⁹Antónia Gertrudes Pusich, *Constança: drama original em 3 actos...* (Lisboa: Typ. na Rua da Condessa nº 3, 1853).

²⁰Júlio Cesar Machado, *Os teatros de Lisboa*. (Lisboa: Editorial Notícias, 1991 [1875]), 143.

²¹Ibidem, 144.

Certo de que o publico animara a beneficiada com louvável concurrencia, e que- *pelos santos novos não deixará os velhos*- faço estas linhas; pois sendo, como sou, entusiasta também das *Primas Donas*, irei ver a – *Arte de Conspirar*, com que Scribe nos quis dar optima idéa de algumas scenas da revolução de 30 de julho

*O Independente.*²²

Nesta carta ao periódico o autor honra a experiência de D. Gertrudes como atriz, que já por muitos anos havia sido apreciada pelo público carioca, onde atuava desde 1828. É importante mencionar que esta apaixonada defesa da obra de D. Gertrudes acompanha a peça *O ladrão e os Defuntos*, anunciada pelo *Diário do Rio de Janeiro*²³ em data próxima. Seria então esta, de autoria desta senhora, como o leitor do *Jornal do Comércio* indica?

Após dois anos, F. I. M é outro anónimo a tecer elogios à autora:

Theatro de S. Pedro.

Sr. Redactor. – Se para o beneficio de cada um actor ou actriz, há sempre ahi quem por meio dos jornaes chama a atenção e concurrencia do publico; se é neste dia que verdadeiramente se premeia o talento e esforços de cada um deles; hoje que a Sra. Gertrudes Angélica da Cunha faz o seu beneficio, porque deixaremos nós de despertar o generoso publico do Rio de Janeiro para que vá ao theatro de S. Pedro, não só para ver o drama que esta actriz nos oferece, como também para premiar o seu talento e os esforços que faz por agradar?

A escolha do drama, comquanto não seja novidade, foi bem feito: *Luís de Camões* é uma o«peça que seu autor já publicou em 3 actor, e que hoje nos oferece em 5; peça que mereceu elogios do Consevatório Dramatico (...)

Já nos estendemos bastante. Agora vamos comprar o nosso bilhete e convidamos os amadores a que fação outro tanto, certos de que além do reconhecimento da beneficiada, que sempre e tem mostrado grata ao público, passarão uma bella noite.

Sou, Sr. Redactor, etc.

*F. I. M.*²⁴

Este leitor do periódico relembra, mais uma vez, que D. Gertrudes já era apreciada pelo público carioca durante muitos anos, mas aqui menciona também a escolha do drama, por diversas vezes encenado pela mesma atriz.

Uma opinião completamente contrária surge já no século XX, na obra de Matos Sequeira:

Em 4 de setembro de 1812 reapareceu, na farça *O parente de D. Quixote*, a atriz Gertrudes Angélica da Cunha que sendo uma boa artista foi sempre uma péssima literata. Tinha a mania de escrever agravada com a de supôr-se poetisa, chegando a perpetrar o desaforo de compor, em quadras horríveis,

²²*Jornal do Comércio*, n° 152 de 1844.

²³*Diário do Rio de Janeiro*, n° 6629 de 1844.

²⁴*Jornal do Comércio*. n° 16 de 1846.

um comentário à Carta Constitucional, sem falar numa tragédia que igualmente perpetrou, é de crer com idêntico merecimento.²⁵

D. Gertrudes é *boa atriz*, mas *péssima literata*. Através destas palavras percebemos mais uma vez porque as mulheres temiam a escrita. Embora não tenha sido seu contemporâneo, a opinião deste senhor não difere muito de outros homens que se oporão a autoria feminina. Escrever foi um *desaforo*, uma ousadia. A obra à qual o autor se refere é a primeira publicação de Gertrudes, a *Miscelanea Constitucional*²⁶, constituída por alguns poemas de sua autoria.

Vimos também na citação acima de Júlio César Machado que além de sua capacidade literária se aludia à sua aparência física. Por vezes, as autoras são referidas por sua beleza física e, ainda mais comumente, por sua caridade e ou bondade. Ana de Carmo Pessoa, cuja obra permanece em muito perdida, é destacada pelo *Instituto* pela sua piedade, antes de o ser pelo talento literário. O periódico descreve o poema que publicaram, depois acrescenta: “O thema casa-se bem com a indole piedosa que characterisava tão illustre dama”²⁷. Ou seja, assim como as próprias autoras defendiam suas obras definindo-as como morais, também os leitores e editores homens descreviam as mulheres que escreveram com essas características. Sua obra é digna, porque a autora é *piedosa*.

Algo semelhante se repete no periódico carioca *Iris*, que descreve a *obscura portuense* em uma nota dos editores:

Devemos a uma penna mimosa um número assaz avultado de importantes escriptos não publicados, mas a que daremos a vulgarisação que merecem não só por seo real valor, mas por serem de uma dama. Muito ha que os litteratos conhecem e saboreiam as producções da - *Obscura Portuense* - na *Revista Universal*, e da - *Mariposa* - na *Restauração*, jornaes ambos de *Lisboa*. Taes são os pseudonymos, com que até hoje se tem incoberto a sra. *D. Maria Peregrina de Sousa Monteiro*, joven escriptora da aldeia de *Moreira*, juncto á cidade do *Porto*. A benevolencia, com que nos-honra, nos-afiança antecipadamente generoso perdão da ousadia com que assim levantamos a mascara, com que a-cobria descabida severidade para comsigo mesma. Só resta acrescentar que todas quantas obras a sra. *D. Maria Peregrina* tem até hoje dado á luz, são em prosa; sendo estas lendas os primeiros versos seos, que sahen do círculo íntimo das suas amigas.

1º de Março de 1848.²⁸

²⁵G. de Matos Sequeira, *Depois do terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Volume IV. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1935), 362.

²⁶Gertrudes Angélica da Cunha. *Miscelania Constitucional*. (Lisboa: Typ de Bulhões, 1826).

²⁷*Instituto*. 1888, 501.

²⁸*Iris*, Tomo I, 33

Esta pequena biografia da autora ressalta sua presença na *Revista Universal Lisbonense*, bem como os pseudônimos *obscura portuense* e *Mariposa*, que são os mais comumente utilizados pela mesma. Paralelamente, descrevem sua obra como "uma penna mimosa", que não é mais do que uma forma de diminuir o texto, ao lembrar sua feminilidade, ao mesmo tempo que salienta seu valor. Os textos de autoria masculina, presentes no mesmo jornal, assim como noutros, não necessitaram de tal apresentação. Já os poemas de Antónia Gertrudes Pusich, publicados no terceiro tomo do periódico, também não são assim descritos pois a presença feminina já se tornara comum no *Íris*, através da obra de Maria Peregrina, e os textos da jornalista tinham um conteúdo considerado mais "sério", ou seja, eram poesias com temáticas políticas e religiosas, e não contos voltados ao entretenimento. Mais uma vez, vê-se que a questão do gênero contribuía para a avaliação da escrita feminina.

É importante também ressaltar que os editores relembram ao público que os textos da autora eram restritos ao "círculo íntimo de suas amigas", ou seja, que D. Maria Peregrina apesar de escrever, não pretendia se colocava contra a masculinidade, ao invadir um campo que era visto como dos homens.

A mesma autora tem uma apresentação semelhante no *Periódico dos Pobres do Porto*, nomeadamente em seu folhetim *Roberta ou a força da Sympathia*. Os editores relatam a necessidade de publicarem um folhetim nos volumes do periódico, mas sem terem um que pudesse ser apresentado a público, lembraram-se de uma pequena caixa onde guardavam documentos variados e lá encontraram um romance. "Mas como diabo tínhamos nos na tal caixa um romance? que tal será elle! quem será o seu author ou authora?"²⁹.

Recordam-se, então: "o romance sobredito fôrâ um presente que nos fizera uma menina que nos entre-actos da agulha se entrega a este entretenimento, innocentissimo na verdade". O texto é, então, feito por uma mulher, não para 'suas amigas', mas sim entre atividades verdadeiramente feminis, é um mero 'presente', como seria um lenço, feito também em um 'inocentissimo ato'. Aqui, os editores do periódico fazem o mesmo que as escritoras que diminuía seus textos como forma de serem aceitos, como visto no capítulo 2. Mas em mãos masculinas, o tom que é nelas autodepreciativo e serve um propósito maior, acaba sendo jocoso e, desta forma condescendente. Os autores para não nomear esta 'menina', dão-lhe o codinome Ritinha, nascida no Porto: "Ritinha faz romances! Pois que dúvida! por que motivo não há de a Ritinha fazer romances? pois não faz ella uma camiza, uma saia, um par de meias? Será acazo a primeira mulher que faz novellas?"³⁰.

²⁹*Periódico dos Pobres do Porto*, nº8 de 1848.

³⁰*Ibidem*.

Após defender o ato de Maria Peregrina, “podia fazer outra coisa, mas não deve por isso ser censurada”, os editores lembram que este é apenas o primeiro romance da fictícia Ritinha e que “decerto não é como o Judeu Errante, os Sete Peccados, o Monte Christo, o Talisman, etc, etc, etc”; mas será leitura útil para as mulheres de família³¹.

Esta peculiar e anedótica introdução vem acalmar o leitor, homem, da audácia feminina em escrever, mas vem, ao mesmo tempo validar a ação de ‘Ritinha’.

Já ‘Duas palavras ao leitor’ de *O cura de São Lourenço*, de M. M. S. A. e Vasconcellos³², F. P., tanto exalta a autoria feminina, como a critica: “as senhoras portuguesas sempre se distinguiram pela elevação da intelligencia, como pelos dotes do coração”³³, e continua nomeando Alorna e ainda a madame de Staël. Mas quando F. P. aprecia a obra, o faz através de diminutivos, é um “livrinho agradável”, e levanta os “defeitosinhos” da obra, que fazem “parecer tradução o que é realmente trabalho original”³⁴.

Como percebemos aqui, é claro que homens liam textos de autoria feminina. Embora sejam escassos aqueles que falam especificamente sobre isso, alguns autores deixaram expressa sua opinião sobre o assunto. O escritor António Feliciano de Castilho é o nome masculino que aparece com maior frequência nas biografias das autoras da primeira metade do Oitocentos. A assinatura de Castilho acompanha diversas das autoras que foram aqui analisadas. Este senhor foi um grande apreciador da literatura feita por mulheres. Aproveitou seus periódicos para distribuir textos femininos, incentivou jovens suas conhecidas, descobriu outras senhoras anónimas e as estimulou a continuar com suas criações.

Em sua tese de doutoramento *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina*³⁵, Ana Cristina Comandulli da Cunha fez uma listagem das autoras que tiveram importância para a vida deste autor português, bem como aquelas que foram influenciadas por ele. São elas: a marquesa de Alorna, Francília, Maria Peregrina de Sousa, Maria Amália Vaz de Carvalho, Maria José da Silva Canuto e Antónia Gertrudes Pusich.

³¹ *Periódico dos Pobres do Porto*, nº8 de 1848.

³² Maria do Monte de Sant’Anna e Vasconcellos (1823-1884) foi irmã do primeiro visconde da Nogueira. Seu nome não foi adicionado ao conjunto de escritoras analisadas neste trabalho pois suas obras são posteriores a 1850.

³³ FP, ‘Duas palavras ao leitor’, In M. M. S. A e Vasconcellos [Maria do Monte de Sant’Anna e Vasconcellos], *O cura de São Lourenço*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1855), sem numeração.

³⁴ *Ibidem*, sem numeração.

³⁵ Ana Cristina Comandulli da Cunha, *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina* (Tese de Doutoramento em Literatura Comparada: U. F. Fluminense, 2014). Nota-se que a autora utiliza a expressão *escrita feminina* como sinônimo de autoria feminina e não como tradução para *écriture feminine*.

Castilho participou nos salões de Alcipe e de Francisca Paula Possolo da Costa e estas foram uma importante influência na obra do autor. Como já mencionado no capítulo um, as reuniões destas duas senhoras tinham um público semelhante, e os mesmos literatos que frequentavam a casa da marquesa, também frequentavam o lar de Francília.

A amizade entre António Feliciano de Castilho e Francisca Paula Possolo continuou após o falecimento do marido desta que, como já mencionado, a levou ao exílio. Durante este período, Castilho escreveu cartas para Possolo da Costa, que foram posteriormente publicadas nas *Palestras Religiosas*³⁶. Para Comadulli da Cunha, Castilho “era um amigo confidente, cuja confiança excedia a relação íntima de familiares”³⁷.

Sobre a amizade de António Feliciano de Castilho com as jornalistas Maria José da Silva Canuto e Antónia Gertrudes Pusich, pode mencionar-se o fato de que textos destas autoras foram publicados nos periódicos do autor e de seus amigos. Um exemplo disto, é precisamente o aparecimento de poemas de Pusich no periódico *Iris* do Rio de Janeiro, acima referidos.

Por sua vez, a afeição entre D. Maria Peregrina e o escritor representou uma troca de correspondência constante. Além das missivas escritas pela portuense e publicadas na introdução de *Henriqueta*³⁸, Comadulli da Cunha transcreveu cartas que a folhetinista enviou a seu amigo nos últimos anos de sua vida. A autora percebe através deste epistolário que a identidade da *obscura portuense* já era conhecida por seu amigo mesmo antes de ser inicialmente revelada através da listagem de autores da *Revista Universal Lisbonense*³⁹.

O autor não se limita a incentivar a obra de Maria Peregrina: “E V. E? Deixou de compor? E sua mana? Accordem que ingenhos assim não os fez Deus para a ociosidade; e a vida é curta e para fructicar só tem uma estação.”⁴⁰. Da mesma maneira, também a aconselha na forma como esta deve proceder perante seus editores ou sobre a formatação de suas obras: “Quanto a Mariposa, por exemplo, obra de muito rica imaginação e muito util filosofia, como todas as de V. Ex^a. folgaria eu de a ver começada por um capitulo de introdução que me parece absolutamente indispensavel.”⁴¹. Segundo Ana Cristina Comadulli da Cunha, Castilho fez com que D. Maria Peregrina “acedesse ao rol das boas escritoras portuguesas de seu

³⁶Cunha, “Presença de A. F. de Castilho”, 142.

³⁷Ibidem, 143.

³⁸*Henriqueta: romance original. Maria Peregrina de Souza com Biographia pelo Visconde de Castilho (1800-1875)*. (Porto: Typ. Antonio Leite Cardoso Pereira de Mello, 1876).

³⁹Cunha, “Presença de A. F. de Castilho”, 148.

⁴⁰Carta de 16 de Maio de 1861, Ibidem, 323.

⁴¹Carta de 12 de dezembro de 1845, Ibidem, 319.

tempo”⁴². Após o falecimento de Maria do Patrocinio de Sousa, também aconselha a amiga a voltar a escrever, visto que o luto já havia sido longo:

Sua mana cessou de padecer e V. Ex^a chora por ella. Eis ahí a verdade, mas porque hade V. Ex^a chorar por ella, se ella cessou de padecer? Eis aqui a razão que nas primeiras horas, nos primeiros dias, e ainda nos primeiros mezes, se não vê, nem se quer ouvir, mas a que depois animo illustrado, e sobretudo com fé, não pode deixar de ser render.

(...)

Esperemos que apoz ella lhe voltará tambem o gosto de escrever, que para os raros espíritos como o de V. Ex^a é também uma necessidade da sua natureza.⁴³

Os dois amigos trocam cartas, livros, textos⁴⁴. E a edição de *Retalhos do Mundo* é dedicada ao autor, em “testemunho de amizade, gratidão e respeito.”⁴⁵. Já em poema de 1854, publicado no *Braz Tisana* nº145, a autora descreve a saudade que sente do amigo:

Tu nos deixas, bardo eximio,
Repassados de saudade!
Só teus talentos captivam
Prende mais tua bondade

És protector da infancia
Da mocidade mentor,
Consolador da velhice
E da mulher defensor.

Grandes homens não costumam
Nivelar-se com pequenos;
Mas tu sabes abaixar-te.
Sem que valha nada menos.

Os respeitos que mereces
Tua brandura accrescenta
E affeições cordiais
Nos corações alimenta.

Mas em breve só saudades
E doces recordações
Nos deixarão tuas fallas,
Tuas singelas acções.
Só tuas obras escriptas
Em papel, e em acção,
Adoçaram as saudades
Que sentimos d’antemão⁴⁶

⁴²Cunha, “Presença de A. F. de Castilho”, 154.

⁴³Carta de 12 de dezembro de 1845, Cunha, “Presença de A. F. de Castilho”, 319.

⁴⁴Carta de 14 de fevereiro de 1862, Ibidem, 319.

⁴⁵D. Maria Peregrina de Sousa, *Retalho do Mundo*. (Porto: Typografia Constitucional, 1859), sem numeração.

⁴⁶Tributo de respeitosa saudade ao Exmo. Sr. António Feliciano de Castilho, in *Braz Tisana* nº221 de 1854.

A amizade, o respeito, a saudade e as recordações são mencionadas pela *obscura portuense* em referência ao amigo que tanto incentivou a autoria feminina e, especialmente, o talento de D. Maria Peregrina.

Ao contrário de Castilho, no entanto, Camilo Castelo Branco, ele próprio casado como uma mulher que escreveu, Ana Plácido, se opôs aos avanços literários de Maria Peregrina. Em um poema titulado *As Literatas*, o escritor deixou claro seu desdém pelos textos de autoria feminina:

Pais de família, híbridos caturras,
Escrevo para vós! Se tendes filhas,
Com sestro maçador de fazer versos,
Dai-lhes para baixo, como eu dou nas minhas!

Eu vejo sirigaitas, mal lavadas
Do almíscar infantil de seus cueiros,
Fazerem relações *cos raios pálidos*
Da estrela matina, do lago límpido,
Das aras ciciantes, e da aragem,
E doutras semelhantes trampolinas,
Que vós não entendeis, nem eu, nem elas.

Espevitam-se todas estas gaitas
Da musa melancólica das noutes,
Mal sabem onde têm a mão direita,
Não viram do nariz um palmo adiante,
E falam de *paixões íntimas d'alma*
De crenças desbotadas, e de flores
*Fanadas, ao soprar da leda infância.*⁴⁷

A descrição aqui feita por Camillo é de mulheres que ousam escrever poesia, sem nada saber sobre ela. Mas, antecipando argumentos até atualmente utilizados por homens que não aceitam os progressos femininos, pergunta:

Não tendes uns fundilhos nas ceroulas?
Não tendes roto o calcanhar da peúga?
Não tendes uma espiga, um fuso e roca?
Mandai-as trabalhar; dai-lhe a ciência
Precisa para o rol da roupa suja.⁴⁸

Escrever e ler folhetins não eram atividades femininas para Camillo, que afirma iria corrigir tais pecados em suas filhas (que não teve). Completamente opostos estiveram, então, Camillo e Castilho sobre este assunto, visto que o primeiro, apesar de casado com uma

⁴⁷ Camillo Castelo Branco. *Poesia*. (Lisboa: Textype, 2008), 140.

⁴⁸ *Ibidem*, 140.

escritora e, supostamente, ter tido um caso amoroso com outra⁴⁹, era completamente contra a autoria feminina, e o segundo a incentivava constantemente. Lembra-se também que a obra de Camilo era lida, inclusive, por mulheres.

Outra senhora que teve suas publicações facilitadas pela amizade com Castilho foi Pauline de Flaugergues. Esta francesa, quando chegou a Portugal, trabalhou inicialmente como ama de famílias ilustres, como já visto. Álvaro Pimpão encontrou diversas cartas da autora para Castilho e sua esposa, publicadas em *Castilho e Pauline de Flaugergues (um encontro romântico)*⁵⁰. Nesta obra, Pimpão relata as poucas informações que existem sobre o relacionamento amigável entre Pauline, António Feliciano e D. Carlota. A poetisa visitou inicialmente a casa do casal, deixando-lhes um poema. Sua presença foi-se tornando frequente e, quando Flaugergues retornou a França, manteve a comunicação com o casal amigo.

D. Carlota escreve à poetisa francesa, agradecendo as honras que esta lhe prestou, por meio de uma poesia em *Au bord du Tage*⁵¹:

Je ferai de ma chétive prose l'écho de votre superbe poésie. Je vous priverai donc sans rime, mais non pas sans raison, de vois en moi une soeur qui vous chéris autant que vous le méritez. Je suis tout fière, non pas des éloges que vous me prodiguez mais du sentiment bienveillant, qui vous a induite dans l'erreur de croire que je les ai mérite, ainsi que d'avoir été une fois chantée par une des plus belles Muses de notre âge et dont le talent excite partout l'admiration.⁵²

Estas palavras demonstram uma amizade sincera, que agradece as honras recebidas, mas também percebe o talento da poetisa francesa. Desde França, Pauline de Flaugergues agradece esta amizade, escrevendo um curto poema em honra do nascimento de um filho do casal, em 30 de abril de 1840:

Horoscope

*Jeune enfant tu seras poète!
Déjà, sur ta débile tête
Je vois, je vois briller le laurier paternel
Que la muse te donne un baiser fraternel*

*Que ton heureuse mère, en admirant tes charmes,
Nous entende applaudir à tes premiers essais"
Et vous, à qui j'adresse un 'adieu' plein de charmes,
Dites lui qu'une amie a prédit ses succès!*⁵³

⁴⁹ D. Maria da Felicidade de Couto Browne, já mencionada em capítulos anteriores.

⁵⁰ Álvaro J. da Costa Pimpão, 'Castilho e Pauline de Flaugergues: um encontro romântico'. Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa ano V. nº17-18.. (Coimbra, 1959).

⁵¹ *Au bord du Tage*. Paris: Paul Renduard, (19--). e Olivier- Fulgence, Paris, 1841.

⁵² Pimpão, *Castilho e Pauline de Flaugergues*, 5.

⁵³ Pimpão, *Castilho e Pauline de Flaugergues*, 13. Sublinhados no original.

Este pequeno poema faz mais do que continuar a amizade, apesar da distância; eleva a criança do casal ao nível literato do pai, da mãe e, logo, da própria Pauline de Flaugergues. O jovem Júlio será poeta.

A opinião de António Feliciano de Castilho sobre a autoria feminina pode resumir-se numa frase sua encontrada numa carta dirigida a Maria Peregrina de Sousa. Aí afirma “nasci para ser o admirador sincero e o amigo verdadeiro e sem inveja de todos os talentos eminentes”⁵⁴. É, certamente, este o papel que ele representa na vida da *obscura portuense*, sendo de suas mãos as únicas fontes possíveis para a biografia desta autora. É também de sua autoria a biografia de outra sua amiga, Francisca Paula Possolo, apresentada nas *Conversação sobre a pluralidade dos mundos*, de Fontenelle. Neste prefácio o autor comunica-se diretamente com a leitora, o que indica que esperava que as mulheres fizessem parte do público de sua obra. Ele afirma: “A esta só de minhas leitoras, se tal a há, ou houver ahi, vão ordenadas as poucas linhas mais, que a este escrito me pareceu ajuntar, por lhe dizer destas sua desconhecida amiga, e méstra tudo quanto sei, e já não póde ser, que a não interesse”⁵⁵. O próprio autor questiona, *se tal há, ou houver ai*. Como a grande maioria dos textos femininos são romances, e como estes eram lidos por mulheres, não é estranho que as autoras, e autores, façam o mesmo que Castilho nesta biografia e se dirijam diretamente ao público feminino.

Carlos Reis observa também este diálogo direto entre autor e leitora em *Viagens na minha terra* de Almeida Garrett, observando que “a leitora não é invocada quando estão em causa algumas das mais reputadas matérias de ponderação cultural: a História e os ensinamentos que dela podem colher-se, a Filosofia e o dever do Homem e da Sociedade, a Literatura e a sua projecção socio-cultural, etc”⁵⁶. Assim, sublinha que a leitora mulher é limitada, o que pressupõe que Garrett a entenda como incapaz de compreender tais assuntos. Mas na verdade, não só compreendiam como escreviam sobre eles, como visto nos capítulos anteriores.

Ainda que se reconheça que os livros de autoria feminina eram voltados para as mulheres, não há como encontrar resquícios diretos daquilo que liam, visto que poucas deixaram suas impressões sobre outros autores. Os jornais de poesia feminina, no entanto, parecem indicar que, numa boa percentagem das suas leituras, estas mulheres eram leitoras das obras umas das outras. Como referido no capítulo três, em alguns periódicos com a função

⁵⁴Carta de 22 de março de 1866, in Cunha, “Presença de A. F. de Castilho”, 329.

⁵⁵*Conversação sobre a pluralidade dos mundos*, CXIX. Grifos nossos.

⁵⁶Carlos Reis, ‘Leituras e leitores’. In *A mulher na sociedade portuguesa- atas de colloquio*. Instituto de História Económica e Social da FLUC. Vol 1 e 2. Colloquio 20 e 22 março de 1985. (Coimbra, 1986), 68.

específica de publicar poesias, as senhoras dedicavam-se precisamente a este gênero. Não faziam críticas de suas obras, ou analisavam a fundo seus textos, ou sequer aportavam muito sobre a sua biografia, mas, pese embora, por meio destas poesias podemos inferir e perceber uma certa camaradagem entre elas.

As listas de subscritores de algumas das obras analisadas demonstram que as senhoras não apenas liam os textos aqui apresentados, como se tornavam subscritoras destas obras. As *Poesias Ternas* de Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva, por exemplo, tem como subscritoras: Madame Carolina Garzem, D. Catarina de Sousa Rodrigues, D. Catarina Tachon Pereira de Faria, D. Carlota Foque, D. Clemência Maria Bárbara Ferreira, D. Emília Folque, D. Gertrudes Magna Ferreira, D. Henriqueta Augusta Madeira, D. Juliana..., D. Luísa Angélica Pontes de Lima, D. Maria Carolina Folque, D. Maria de Sousa Folque, D. Maria Florinda Pacheco Varela da Gama Lobo, D. Maria da Conceição de Almeida, D. Maria José Mâncio Ribeiro da Silva, D. Teodora Benvenuta de Lima e D. Teresa Simplícia Mâncio Ribeiro da Silva.

Da mesma autora, as *Composições Poéticas* foram subscritas por D. Catharina Tachão Pereira de Faria, D. Luísa Angélica Pontes de Lima, D. Luísa Rosa de Andrade, D. Maria da Conceição, D. Maria José da Silva Pacheco, D. Maria José Mâncio Ribeiro da Silva, D. Teresa Maria de Jesus, D. Teresa de Jesus de Brito e Rebelo, D. Teresa Simplícia Mâncio Ribeiro da Silva.

Nota-se nestas duas listagens a presença de mulheres da mesma família, diversas senhoras Folque nas *Poesias Ternas*, e Maria José e Teresa Simplicia Mâncio Ribeiro da Silva, possivelmente irmãs da autora.

Outra obra que é acompanhada de sua lista de subscritores é *Delfina*, tradução de Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva⁵⁷. As senhoras que pagaram para receber os cinco volumes do livro foram: D. Anastácia da Luz, D. Ana Carolina da Mota e Silva, D. Ana Costa de Sousa e Macedo, D. Ana Emília Loureiro, D. Ana Gertrudes Coutinho Pereira, baronesa de São Cosme, a condessa de Anadia, condessa de Resende, D. Faustina Maria, D. Filipa Maria Isabel da Silva e Sousa, D. Francisca de Noronha, D. Francisca Romana Martins, D. Genoveva Emília Moura Furtado, D. Henriqueta d'Araújo, Hermínia da Cunha, D. Isabel Bister, D. Joana Rita de Barros e D. Joana de Paula Casal Ribeiro. Para além destas: António Pimentel Maldonado, poeta e irmão da poetisa Mariana Pimentel Maldonado.

⁵⁷Staël e Silva, trad., *Delfina* (Lisboa: Typ. da Viuva Rodrigues, 1843).

Nesta listagem, vale a pena sublinhar a presença de uma D. Ana Carolina da Mota e Silva, provavelmente parente da tradutora, pode ser irmã, ou filha⁵⁸, e do poeta lisboeta António Pimentel Maldonado, que habitava com sua irmã, D. Mariana Antónia Maldonado, em Lisboa.

Infelizmente, nem todas as obras apresentam listagens de subscritores, mas por meio delas se percebe que as mulheres tinham acesso a textos femininos e que mulheres da mesma família se auxiliavam entre si, por meio da subscrição.

2. Relação Portugal e Brasil

Os livros de Maria Beatriz Nizza da Silva demonstram como a literatura portuguesa transladou os oceanos. Nos romances encontrados pela autora no Rio de Janeiro, repetem-se nomes de mulheres ou títulos de seus textos, ainda que de forma anônima. A historiadora percebe, por exemplo, que a poesia estrangeira era consumida majoritariamente através de traduções portuguesas, embora na biblioteca do conde da Barca tenha encontrado diversos originais⁵⁹. Ela também percebeu que muitos dos títulos vendidos no Rio de Janeiro eram acompanhados de expressões como “novela inglesa”, ou “contos morais”, mas poucas vezes se emprega a palavra “romance”⁶⁰.

Os mercadores de livro no Brasil encomendavam as obras portuguesas de diversas formas, por mediadores, leilões e feiras, por exemplo, e faziam-no de acordo com as demandas locais. Estes locais não se restringiam à capital, sendo que livros também chegavam aos portos da Bahia e de Pernambuco. Até à chegada da corte portuguesa, o Rio de Janeiro tinha poucos mercadores⁶¹, no entanto, após a chegada da família real a demanda de livros aumentou, e, por consequência, também a quantidade de livreiros.

As novelas e romances eram numerosos e baratos, vendidos em brochura entre 160 e 800 réis, na sua maioria, sendo traduzidos em Portugal e remetidos diretamente para o Brasil⁶². Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, “a metrópole forneceu a colônia, enquanto esta não teve tipografias, os livros considerados necessários aos estudos ou desempenhos das profissões dos mais letrados”⁶³, bem como os livros de entretenimento. No entanto, como se

⁵⁸D. Ana Henriqueta foi mãe de Mariana Carolina da Mota e Silva.

⁵⁹Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)* (São Paulo: Editora Nacional, 1977), 182.

⁶⁰*Ibidem*, 197.

⁶¹Maria Beatriz Nizza da Silva, “Os livreiros de Lisboa e o comércio de Livros com o Brasil” in *Revista Portuguesa de História*, Ano 3, Nº6. (1999), 91.

⁶²*Ibidem*, 101.

⁶³Silva, “Os livreiros de Lisboa e o comércio de Livros com o Brasil”, 105.

percebe pelo fato de alguns dos volumes de autoria feminina que foram encontrados em Portugal, terem sido publicados no Rio de Janeiro, a ida da corte apenas aumentou o mercado livreiro entre os dois continentes.

O livro *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro* apresenta uma listagem dos romances que eram anunciados pelos livreiros cariocas durante o século XIX. Alguns dos romances de autoria feminina aparecem nesta lista⁶⁴. São eles: *Efeitos da Má educação*⁶⁵, *Henriqueta de Orleans ou o heroísmo*⁶⁶, *Lindoro e Palmira, ou os amantes perseguidos*⁶⁷. A historiadora elenca ainda alguns livros que identificou como em circulação na cidade, entre 1808 e 1821. Congruente com estes títulos encontrou-se: *Archibauld e Batilde, ou a escrava rainha*⁶⁸, *Cartas de uma peruviana*⁶⁹, *Palemon ou os efeitos da saudade*⁷⁰, bem como o primeiro romance de autoria feminina em língua portuguesa, *História de Diófanes, Climeneia e Hemirena*⁷¹, que precede as fontes aqui analisadas.

A obra de C. E. da C. G. e as traduções de Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva são as mais comumente encontradas nas bibliotecas brasileiras da primeira metade do Oitocentos. Encontramos estas obras nas bibliotecas do Rio de Janeiro, nomeadamente no Real Gabinete Português, e também na Biblioteca Municipal de Rio Grandense, em Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Embora esta pesquisa não tenha tido contato com outros acervos, é possível que estes volumes também existam em outros catálogos brasileiros do período. Eles podem também ter pertencido a acervos particulares de senhores e senhoras portuguesas que levaram consigo para o continente americano as obras que guardavam em suas casas.

Mas é nos periódicos que melhor podemos observar a presença destas autoras no Brasil. Exemplifica-se a presença feminina no *Iris*, que surgiu com o propósito de aproximar Brasil e Portugal. Por iniciativa do irmão de António Feliciano de Castilho, José Feliciano de

⁶⁴Silva, *Cultura e Sociedade*, 200-201.

⁶⁵Que pode ser *Christina de Stainville* de C. E. da C. G. ou outra obra de teor semelhante.

⁶⁶D. S. P. P. C (sic) [D. Francisca Paula Possolo da Costa]. *Henriqueta de Orleans, ou o Heroísmo. Novella Portugueza. Offerecida á Rainha Fidelissima de Portugal e Algarves* (Lisboa: Imprensa Régia, 1829).

⁶⁷*Lindoro e Palmira, ou os amantes perseguidos: novella portugueza offerecida às senhoras portuguezas* (Lisboa: Typ. Rollandiana, 1833), versão de 1817 na BNP.

⁶⁸*** [D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides], trad., *Archambaud e Batilde, ou a escrava rainha*, (Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854 [1817]). Pode ser a tradução do romance francês, *Batilde, ou l'heroisme de l'amor* de Mr. Dysembart de la Fossardrie, de 1775.

Tradução de Maria Leonor Correia de Sá e Benevides.

⁶⁹Françoise de Graffigny e Huma senhora [Mariana Antónia Maldonado], trad., *Cartas de huma peruviana traduzidas do francez na lingua portugueza por huma senhora*. (Lisboa : Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1802) e (Lisboa: Na Typ Rollandia, 1828).

⁷⁰Huma senhora portuguesa, *Palemon ou efeitos da saudade: conto pastoril composto na lingua franceza por Marmontel* (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1803).

⁷¹Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanes*. Prefácio e Estudo Bibliográfico de Rui Bloem. (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945).

Castilho Barreto e Noronha (1810-1879), o jornal pretendia a publicação de textos brasileiros e portugueses, de autores desconhecidos e para instrução de seus leitores, fosse por meio da ciência ou da literatura. O periódico teve três tomos entre 1848 e 1849. Textos de Maria Peregrina de Sousa aparecem em todos estes volumes, com um número total de 11 chácaras ou romances⁷².

No primeiro tomo encontram-se *A moura de Lissibona*, *O cavaleiro Portuguez*, *Bernardo del Carpio*, *Ricardo e Margarida* e *Bathilde*. No segundo: *O passeio de cemitério em vão*, *Dialogos familiares* e *Pépa*. No terceiro tomo: *A bruxa da Aldea*, *o capitão da armada* e *Rhadamento* (folhetim inacabado). Este último, embora incompleto devido ao fim do periódico, foi continuado de outras formas. Deve ser salientado que autora não foi a única mulher a publicar neste jornal, que teve também a colaboração de Antónia Gertrudes Pusich com dois poemas.

A obra da *obscura portuense* também aparece em outros jornais brasileiros, nomeadamente no *Periódico dos Pobres* do Rio de Janeiro, onde foi publicado *Uma vida amargurada*⁷³ em 1854; e no *Correio Paulistano*, onde foram publicados *Rhadamento*⁷⁴ e *Roberta ou a força da sympathia*⁷⁵, em 1864.

Nota-se também que os periódicos nos quais as mulheres publicaram em Portugal também circulavam no Brasil, bem como poderiam ser lidos por brasileiros que visitassem Portugal. Isto se dava através dos mesmo livreiros que encomendavam volumes originais, ou traduções, portuguesas.

Outro ponto de contato entre a literatura brasileira e a portuguesa foi o teatro. Uma das autoras encontradas na primeira metade do século XIX é Gertrudes Angélica da Cunha, uma atriz e dramaturga que nasceu em Portugal mas esteve por duas vezes no Rio de Janeiro.

Quando de sua chegada ao Brasil, D. Gertrudes participou da Companhia de João Caetano, que foi a primeira a atuar no Teatro de São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro. É esta apresentação que encontramos anunciada no *Jornal do Comércio*, em outubro de 1829:

Sábbado 17 do corrente no Imperial Teatro de São Pedro de Alcantara, em benefício da Actriz Gertrudes Angélica da Cunha, irá a scena a comédia: *O conselheiro contra si mesmo*, e *o Feitiço contra o feiticeiro*. Finda que seja,

⁷²Sobre a presença da obra de Maria Peregrina de Sousa neste periódico foi ministrada da comunicação "Uma *obscura portuense* no Brasil: romances de Maria Peregrina de Sousa (1809-1894) no periódico *Iris*", durante o *Encontro Luso Brasileiro*, sobre Portugal e Brasil: Diálogos Historiográficos, organizado pelo Centro História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

⁷³*Periódico dos Pobres* do Rio de Janeiro, n^{os} 34, 36, 37, 39 e 42 de 1854.

⁷⁴*Correio Paulistano*, n^{os} 2486, 2487, 2489, 2490, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498-2509, 2511, 2513, 2516, 2517, 2519-2523, 2525, 2527, 2529, 2530-2541, 2543-2547 de 1864.

⁷⁵*Correio Paulistano*, n^{os} 2548-2558, 2561 de 1864.

a Beneficiada recitará hum Ellogio de Gratidão, seguir-se-hão vários dançados, entre os quaes M^{me} Heloyse dançará a *Cachucha*. E terminará com a *Nova Farça: As Astucias de Dous Ladinos ou o Noivo do Algarve*.⁷⁶

Durante os anos de 1830 até 1834, seu nome aparece por dez vezes no *Diário do Rio de Janeiro*⁷⁷, e outras sete, no *Jornal do Comércio*⁷⁸. Em 1831, surge como executando uma música composta por Bernardo José Queiroz, junto com a peça *Leopoldo o grande*, em benefício de Maria Cândida Brasileira⁷⁹. Pouco depois, em 5 de fevereiro do mesmo ano, o benefício é seu, sendo *Cavalleiro Boemundo ou A calumnia desmascarada*, seguido de *A pupila Mal Guardada*, e finalizando com a farsa *A parteira Anatomica*⁸⁰. Em julho de 1833, ela participou da peça *João de Calaes* (sic) no Teatro Fluminense, quando, no fim do primeiro ato, cantou um dueto com Miguel Vacani⁸¹.

No ano seguinte se despediu do público brasileiro⁸², sendo que passou três anos em Portugal, mas retornou ao Rio em 1838, quando volta a aparecer no *Diário do Rio de Janeiro*, em anúncio de *Carlos III ou a Inquisição*, apresentado no Teatro da Praia de Dom Manuel, que teve uma Aria cantada pela atriz⁸³.

Por sua vez, entre esta data e 1850, ano de seu falecimento, é mencionada outras 30 vezes no *Diário do Rio de Janeiro*⁸⁴, e umas 29 no *Jornal do Comércio*⁸⁵. No anúncio da peça *D. João I, Rei de Portugal*, que aconteceu no dia 11 de janeiro de 1838, no Teatro da Praia de D. Manoel, encontramos uma pequena descrição do papel de D. Gertrudes na peça:

O célebre character da *Pesqueira*, a padeira de Aljubarrota, que matou 7 castilhanos com a pá do forno, será executado pela actriz Gertrudes Angélica da Cunha, conhecida e estimada pelo generoso publico do Rio de Janeiro, onde regressou por ser escripturada na cidade do Porto para este teatro. A referida actriz espera merecer do mesmo publico aquele benigno acolhimento com que outr'ora tanto se dignou honra-la.⁸⁶

⁷⁶*Jornal do Comércio*, Vol. X, nº594, 15 de outubro 1829, 4.

⁷⁷*Diário do Rio de Janeiro*. nºs 1.21 e 9.8 do ano de 1830, 1.9 e 9.1 de 1831; 2.1, 5.12, 6.17 e 7.20 de 1833; 1.10 e 3.8 de 1834.

⁷⁸*Jornal do Comércio*, nºs 59 de 1827; 23 de 1830; 135, 142 e 2 (Vol. 5) de 1831; e 42 e 181 de 1833.

⁷⁹*Jornal do Comércio*, nº 135 de 1831.

⁸⁰*Jornal do Comércio*, nº 142 de 1831.

⁸¹*Diário do Rio de Janeiro*, nº 7.20 de 1833.

⁸²*Diário do Rio de Janeiro*, nº 3.8 de 1834.

⁸³*Diário do Rio de Janeiro*, nº15 de 1838.

⁸⁴*Diário do Rio de Janeiro*, nºs 15, 42, 43, 141 e 213 do ano de 1838; 97e 102 de 1839; 14, 15 62, 117 e 121 de 1840; 218, 220, 222, 224, 226 e 227 de 1841; 214 e 219 de 1842; 34, 35, e 134 de 1843; 6629 e 6695 de 1844; 7112 e 7117 de 1846; 7496 de 1847; e 8483 de 1850.

⁸⁵*Jornal do Comércio*, nºs 7, 8, 16, 40, 43, 274 e 275 de 1838; 19, 21, 26, 28 e 32 de 1839; 18, 282, 285 e 286 de 1840; 36 e 257 de 1841; 254 e 264 de 1842; 252 de 1843; 139 e 152 de 1844; 10, 11, 15 e 16 de 1846; 244 de 1848; e 14 de 1849.

⁸⁶*Jornal do Comércio*, nº 7 e 8 de 1838.

Além da descrição da *Pesqueira*, publica-se um pedido ao mesmo tempo que uma lembrança de D. Gertrudes: que o público carioca volte a assistir às peças oferecidas em benefício da atriz.

Ainda em fevereiro de 1838, era apresentado *O Pintor Naturalista* e o drama *O dois maridos, e as duas mulheres*⁸⁷, que possivelmente é *A feliz Mudança de sexo*, depois publicada. *As Eleições*, seria apresentada no dia 30 de outubro seguida do drama *A feliz Mudança de sexo*, sem menção de autoria, mas apresentado em benefício de sua autora⁸⁸.

Em dezembro do mesmo ano, o *Jornal do Comércio* anuncia que no final da apresentação de *O ministro sindicante* “a pedido de muitas pessoas, a actriz Gertrudes Angélica da Cunha, e o beneficiado [José Cândido da Silva], cantarão o aplaudido dueto - CASTIGA, CASTIGA.”⁸⁹ Outro dueto, desta vez com Margarida Lemos, é anunciado para 5 de fevereiro do ano seguinte⁹⁰. E as duas duplas revezam as apresentações durante o ano.

Em 1840, já no Teatro de São Januário, representou Melícia, a esposa de um criado, em *O martyrio de Santa Ignés*⁹¹. E, no ano seguinte, José Cândido da Silva e D. Gertrudes cantaram *O meirinho e o pobre*⁹².

A 4 de outubro de 1842, a atriz participou em *O Brasileiro em Lisboa*, uma comédia que foi seguida de *A Actriz*, sobre Ludovina Soares da Costa, a atriz principal da companhia. Em 1843, voltou a participar em *João de Calais*⁹³, agora no Teatro de São Januário. Neste ano a atriz esteve doente, juntamente com sua filha⁹⁴.

Em 1844, *A arte de Conspirar, ou um exemplo aos conspiradores*, produção de E. Scribe, foi acompanhada da farsa *Os ladrões e os defuntos vivos*⁹⁵. Dois anos depois, volta a aparecer com *Luís de Camões*, apresentada em 16 de janeiro de 1846⁹⁶. E em 1848, como D. Elvira em *Nova Castro*, no Teatro de São Pedro, seguido por um último anúncio que menciona o seu nome, *Os Dous Renegados* em 1849⁹⁷.

Por meio destes exemplos e da sua forte presença nos periódicos do Rio de Janeiro, podemos afirmar que a dramaturga não cessou de trabalhar por toda a sua vida e foi aclamada

⁸⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 42 de 1838.

⁸⁸ *Jornal do Comércio*, nºs 282, 285 e 286 de 1840.

⁸⁹ *Jornal do Comércio*, nº 274 e 275 de 1838.

⁹⁰ *Jornal do Comércio*, nºs 19 e 21 de 1839.

⁹¹ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 62 de 1840.

⁹² *Jornal do Comércio*, nº 36 de 1841.

⁹³ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 34 de 1843.

⁹⁴ “Theatros de S. Pedro de Alcantara. Em consequência de terem dado parte de doentes as actrizes Gabriella Augusta da Cunha e Gertrudes Angélica da Cunha, não póde ter lugar o espectáculo annunciado para hoje, 27 do corrente.”, In *Jornal do Comércio*. nº 252 de 1843.

⁹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 6629 de 1844.

⁹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, nºs 7112 e 7117 de 1846.

⁹⁷ *Jornal do Comércio*, nºs 244 de 1848; e 14 de 1849.

pelo público, ao menos carioca. Durante o período em que esteve no Brasil, esta senhora também escreveu, ou melhor, apresentou, uma série de composições poéticas em homenagem a D. Pedro II do Brasil e à independência do país. Estes pequenos textos foram publicados em *Collecção curiosa de varias producções poeticas de G. A. da C*⁹⁸, que inclui: *Ao fausto Dia Natalicio de S. M. Imperial, o Senhor D. Pedro I, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuado do Brasil, em 12 de outubro de 1829; Pequeno Drama Allegorico dedicado as melhoras de S. M Imperial o Senhora D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil, em outubro de 1833; e A guarda da virtude. Drama alegorico para solemnizar o Dia Natalicio de S. M. I. o Senhor Dom Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil, feito e oferecido á Sociedade Cómica estabelecida no Theatro Constitucional Fluminense, por sua Collega Gertrudes Angélica da Cunha, em 2 de Dezembro de 1833.*

Gertrudes Angélica da Cunha aparece mencionada em *Lições Dramáticas* de João Caetano dos Santos⁹⁹, onde o autor agradece o seu auxílio nos ensaios. Sua filha, Gabriela Augusta da Cunha (Porto, 1821-Bahia, 1882), seguiu a carreira da mãe, inclusive encontrando no Brasil o seu maior sucesso, descobrindo no escritor brasileiro Machado de Assis um fã de sua atuação em *A dama das camélias*.

Os paralelos entre Brasil e Portugal também não se limitam ao que era lido lá e cá, mas incluem as vidas de algumas autoras. Josefina de Neuville era brasileira, nascida no Rio de Janeiro, onde morou durante os primeiros anos de sua vida, tendo retornado ao Rio de Janeiro com 16 anos. A vida desta memorialista foi referida por diversas vezes ao longo desta tese, mas para além dos comentários deixados por ela sobre seus conhecidos e o cotidiano feminino, Josefina também menciona acontecimentos da família imperial brasileira tais como o casamento de D. Pedro II, e de suas duas irmãs, D. Januária Maria de Bragança e D. Francisca de Bragança¹⁰⁰.

⁹⁸*Collecção curiosa de varias producções poeticas de G. A. da C : a que ajunta o monologo tão applaudido no seu debut, em Janeiro de 1835, quando de novo voltou ao theatro do Porto* (Porto: Imprensa de Gandra & Filhos, 1835).

⁹⁹João Caetano dos Santos, *Lições Dramáticas* (Rio de Janeiro: Typ de Villeneuve, 1862).

¹⁰⁰D. Pedro II casou-se com Teresa Cristina de Bourbon-Sicília em 30 de maio de 1843. Neste mesmo mês, em 1 de maio de 1843, casou-se D. Francisca com Francisco Fernando de Orléans. No ano seguinte, em 26 de abril de 1844, foi a união de D. Januária com Luís de Bourbon-Sicília, Conde de Aquila, cf. Josephina Neuville, *Memórias da minha vida: recordações das minhas viagens* Tomo I (Lisboa: Typographia do Panorama, 1864), 60.

3. Conclusão

A recepção das obras de autoria feminina é uma temática que merece ainda maiores pesquisas. Infelizmente, muito dessa literatura foi apagada da história portuguesa e cabe a futuros historiadores preencherem outras lacunas que continuam abertas depois desta pesquisa. O tempo limitado impossibilitou uma procura mais profunda de anúncios de venda de livros e de comentários de outros autores em periódicos, mas conclui-se, ainda assim, que o simples fato de serem publicadas demonstra o seu reconhecimento.

O objetivo deste trabalho é o de criar interesse na obra destas escritoras que foram esquecidas em arquivos e bibliotecas espalhados por Portugal e pelo Brasil. Como forma de conhecer um pouco do que escreveram, foram analisadas algumas das obras encontradas, mas muitas outras questões poderão ser ainda levantadas, assim como análises distintas poderão e deverão ser futuramente realizadas. Outras obras, destas mesmas autoras, mas que permanecem desconhecidas, serão também, esperamos, localizadas. Importa frisar que a obra de autoria feminina é múltipla em todas as suas vertentes e que sua validade não está apenas na sua entrada, ou não, no cânone literário vigente, uma vez que, como observado no capítulo dois, muitas foram excluídas unicamente devido a seu sexo. São obras válidas porque lograram existir num meio onde aparentemente não tinham direito a um espaço. E são fontes que não podemos ignorar para o conhecimento do universo mental, cultural, social e material da época em que viveram.

Conclusão. *Tenho escrevindo muito e ainda tenho muito a escrever*

Confessava D. Augusta Franzini, após sua separação: “Tenho escrevinhado muito e ainda tenho muito a escrever”¹. Referia-se ela concretamente às diversas e extensas cartas que precisa de enviar para a família e para seus advogados, embora simultaneamente ressaltasse uma sensação comum a todas as autoras aqui analisadas: todas produzem continuamente, imensa e ininterruptamente, *escrevinhado muito* e, ainda assim, com *muito a escrever*.

Numa primeira análise, a quantidade de escritoras portuguesas da primeira metade do século XIX, pode parecer pequena. No entanto, após uma reflexão mais demorada, podemos observar que, na verdade, as mulheres escreveram incessantemente, com temáticas das mais variadas e em gêneros dos mais diversos. A autoria feminina não se limitou a um tipo de senhoras, sendo exercida tanto por fidalgas como por burguesas.

A educação ainda não era, nos primeiros decênios de Oitocentos, comum a todas as mulheres. Pese embora, como demonstrámos ao longo desta tese, algumas das que tiveram acesso às letras conseguiram servir-se dela, bem como de seu talento, para expor suas opiniões, seus desejos e seus sonhos.

Como observámos a partir dos poucos exemplos no capítulo 1, e do grande número de autoras no anexo I, embora muitas figuras femininas tenham utilizado a pena, o apagamento que sofreram, consciente ou inconscientemente, fez com que muitos dados das suas biografias se tenham perdido, talvez irremediavelmente.

No capítulo 1, caracterizámos algumas dessas escritoras através de seu estatuto social, nacionalidade, idade e profissão, seguindo a divisão: aristocracia e burguesia; organizadoras e frequentadoras de salões; situação conjugal; meninas e jovens; e presença de francesas e brasileiras. Conseguimos recolher algumas informações que permitiram revelar a identidade de um pequeno número de autoras que eram, até agora, anónimas. Foi este o caso, entre outros, de Isabel Marques da Silva, que assumiu a empresa paterna, uma litografia, em auxílio de sua mãe, e casou-se com um homem que acabou levando esta empresa à falência após o falecimento da esposa. Também recuperámos uma autora que, apesar de ainda incógnita, lhe identificámos seis textos publicados, sendo quatro destes originais. Espera-se que este trabalho permita incluir C. E. da C. G. na discussão sobre autoria feminina portuguesa, visto que a obra da autora aborda temáticas interessantes.

Observámos como, na primeira metade do século XIX, a autoria passou vagarosamente de uma alta fidalguia para uma aristocracia mais baixa e daí para a média e até

¹Carta de Augusta Franzini. Carta 32 do Anexo II.

pequena burguesia. Encontrámos boticárias e professoras ou ainda mulheres que fizeram das Letras uma profissão, utilizando as suas próprias palavras como uma forma de sustento, como foi o caso emblemático de Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva, cujas publicações lhe proporcionaram alguns ingressos após o falecimento do marido e antes do recebimento de tenças reais. Como bem se nota, estudamos aqui um período de transição, que se reflete nas escritoras que encontrámos.

É importante ressaltar que não discutimos aqui a *autoria*, ou seja, procurámos encontrar mulheres que escreveram, independentemente do meio que utilizaram ou da frequência com que o fizeram. Consideramos como escritoras todas aquelas que, deixando relatos, foram encontradas durante a pesquisa, ou eram conhecidas de seus contemporâneos, tendo sido elas ou seus textos citados em catálogos e dicionários.

O primeiro contato com as fontes, feito através das introduções, prefácios e dedicatórias (presentes no Anexo III), permitiram perceber que em Portugal a autoria feminina teve, ou tem, paralelos com a inglesa, nomeadamente com o que Gubar e Gilbert chamam de *anxiety of authorship*. Este medo ou ansiedade foi percebido na grande maioria ou mesmo na totalidade dos livros analisados que possuíam algum texto introdutório. Assim, apercebemo-nos de algumas estratégias usadas por estas escritoras para enfrentar essa mesma *anxiety of authorship*: o anonimato, a desvalorização do texto nas dedicatórias, as justificativas morais, pragmáticas e econômicas ou, ainda, a declaração de não desejarem a fama.

Por vezes, os textos apresentam uma ou duas destas estratégias em uma mesma dedicatória. Concluiu-se, então, que por meio destas frases ou pequenas auto-degradações, as escritoras tentavam ser aceitas pelo meio literário e pelo público. Ainda assim, elas o fazem com um certo desejo de valorizar sua feminilidade, como se observa na grande quantidade de textos que utilizam o que chamamos *anonimato com afirmação de gênero*, tais como *uma sua nacional*, ou mesmo a já descoberta *uma obscura portuense*, Maria Peregrina de Sousa.

Esta autora serve também, através do seu exemplo, para demonstrar o quão versátil era uma boa maioria das escritoras. Maria Peregrina de Sousa, que aprendeu sem professores diversas línguas e começou suas andanças literárias contando suas histórias aos irmãos mais novos, teve uma produção tão vasta que foi impossível, considerando o objetivo total deste trabalho, conceder-lhe o tempo que merecia. Descobrimos, ainda assim, mais de 20 periódicos com contos, chácaras, poemas e folhetins da autora.

No entanto, é óbvio que assim como esta investigação encontrou autoras e obras desconhecidas, pesquisas posteriores encontrarão ainda outras, em acervos de Portugal e do

Brasil, através de arquivos particulares, etc. Logo, o que aqui foi revelado não pode ser percebido como a totalidade da obra feita por mulheres que escreveram em Portugal durante o período em questão. Trata-se sim, de um passo em frente em direção a esse passado menos (re)conhecido.

A poesia foi o primeiro campo onde adentraram as mulheres; não é estranho, então, que muitas das escritoras encontradas fossem poetisas. Entre estas estão alguns nomes conhecidos da poesia portuguesa, tais como a marquesa de Alorna e a viscondessa de Balsemão; ou ainda Mariana Pimentel Maldonado, irmã de outro poeta. A “questão das duas rosas”, por sua vez, trouxe à tona opiniões diversas sobre as mulheres poetas. Mas a grande maioria dos nomes femininos assinam homenagens, charadas e logogrifos em periódicos, não compilações de poemas de sua autoria. É importante notar que neste tipo de publicação as mulheres podiam dialogar e polemizar entre si, como foi o caso da própria querela entre a rosa branca e a rosa vermelha, onde as intervenções vieram de ambos os sexos.

A História e a biografia surgem em paralelo a poesias tributos, aparecendo como obras de louvor a pessoas de suas famílias. As memórias, por sua vez, permitem à autora expressar seu ponto de vista sobre os acontecimentos de sua vida, às vezes como defesa, outras também como exaltação de figuras perdidas. As cartas, maioritariamente publicações posteriores, revelam o dia-a-dia feminino das elites.

Mas os romances, folhetins e traduções são os mais comuns na obra de autoria feminina. O teatro e os textos de teor ensaístico e jornalístico foram também escritos por mulheres, como observámos, sendo que algumas mulheres não continham suas opiniões nestes textos escrevendo de forma apaixonada uma defesa da feminilidade. A primeira metade do século XIX também marca a primeira vez que as mulheres surgem como editoras de periódicos, o que aumentará na segunda metade da centúria, e que já permite observar como as editoras abriam espaço para outras mulheres em seus periódicos.

As escritoras analisadas escreveram obras dos mais diversos gêneros, da história e biografia ao romance folhetim. Neste trabalho, debruçámo-nos sobre: a poesia; a História e a biografia; as memórias; as cartas; os romances e folhetins; as traduções; o teatro; a prosa de teor ensaístico; e os textos jornalísticos

Além da versatilidade quanto aos gêneros literários e formas de expressão, nossas autoras escreveram sobre diversas temáticas percebidas como importantes para as mulheres, especialmente nos romances, livros e folhetins. O amor e o casamento são claramente marcantes e, frequentemente, não apenas mencionados, como objetivados enquanto fundamentais pelas heroínas. Eram, de facto, durante o século XIX, absolutamente centrais na

vida feminina, numa época em que, quando meninas, eram educadas para gerir suas casas, as jovens para procurar casamento, as já casadas para ter filhos, e, uma vez concretizadas todas estas etapas, finalmente mães, para se preocuparem com a sua educação e reiniciarem o eterno ciclo, preparando suas filhas. Ou seja, para desempenharem as funções sociais em que o mundo as encerrava.

Todo este processo era regido por uma moralidade católica, que também se reflete nas obras de autoria feminina, e que tece o pano de fundo para todos os romances, mas que surge também na forma de manuais de civildade – voltados para os filhos – ou, naturalmente, em poesias e textos religiosos.

A castidade, a sedução e a violação, todas temáticas relacionadas entre si, surgem também como forma de educar as leitoras, através de exemplos que devem ou não ser seguidos. A educação é outra temática frequente nas fontes aqui analisadas, visto que cabia às mulheres educarem os filhos. Desta forma, as escritoras utilizavam seus textos para reivindicar a educação das meninas e para apresentar modelos de uma educação ideal.

Parte do que era esperado para estas mulheres, a maternidade, surge em obras de carácter ficcional ou ainda nas cartas e memórias. Sua importância era tão grande na vida feminina que não poderia faltar nos romances folhetins e, como parte do cotidiano feminino, aparece com frequência nas missivas escritas por senhoras, independentemente de sua situação económica e social.

Contudo, outros temas menos relacionadas ao universo da vida feminina foram também abordadas pelas autoras. A valentia portuguesa e o travestismo, a escravidão e o sobrenatural, aparecem em romances escritos por mulheres; a honra dos heróis de Portugal surge também na poesia e parece ser um reflexo das frequentes mudanças políticas pelas quais o país passou durante o período em apreço. Estas imagens do herói nacional surgem, especialmente, nas personagens femininas travestidas com o objetivo de participar na guerra ou proteger-se nas viagens. Os escravos assumem-se como personagens importantes para os livros em que aparecem, demonstrando assim o interesse destas autoras pela questão. O sobrenatural se apresenta em baladas de Maria Peregrina de Sousa e já prefigura o início de um interesse português pela literatura gótica.

Outras fontes demonstram que neste período as mulheres também lutavam por seus direitos, prosseguindo, noutros moldes, uma tradição multiseccular de contestação do seu estatuto, a chamada *querelle des femmes*. Algumas vozes chegam a fazer uma crítica direta aos maridos que maltratam suas esposas e violam jovens inocentes.

Embora apagadas do cânone literário, muitas senhoras obtiveram sucesso editorial. Detetou-se também uma solidariedade de género, a sororidade, perceptível, nas listagens de subscrições de obras femininas, nas quais encontramos outras escritoras, nos periódicos onde poetisas se homenageiam mutuamente ou onde jornalistas davam lugar a outras penas feminis.

O público maioritário das fontes aqui analisadas compunha-se de mulheres. Mas é através da apreciação masculina que as autoras que estudamos podem ser ou ficaram lembradas, seja através das opiniões de autores que as incentivavam à escrita, tal como António Feliciano de Castilho, seja nas vozes que manifestaram desdém para com a autoria e a educação femininas.

Claramente, nem todos os homens concordavam com a ascensão das mulheres às letras. Vozes que conseguiram durante muito tempo apagar as vozes femininas. Após os avanços alcançados pelos movimentos feministas, estas questões começam a ser olhadas de outro ângulo e passámos a encontrar no passado informações que desmentem a suposta *inexistência* de figuras femininas nas mais diversas atividades humanas. Este trabalho teve como objetivo principal (re)descobrir algumas mulheres cuja obra ficou esquecida, pela memória e pelo cânone, e esperamos ter suscitado o interesse do público e da academia na obra de produção feminina da primeira metade do século XIX, que aqui apresentamos através das breves biografias e uma análise temática dos textos de sua autoria. Esperamos com esta escrita que, no futuro, outras mãos possam continuar a dar voz a estas mulheres, com novas informações, novas obras, novas escritoras.

Concluimos, assim, que como Augusta Franzini e todas as autoras aqui apresentadas, também temos ainda muito a escrever sobre as autoras portuguesas da primeira metade do século XIX.

**ANEXO I. Listagem de autoras e obras da primeira
metade do século XIX em Portugal**

Siglas utilizadas

ADE — Arquivo Distrital de Évora

ADP — Arquivo Distrital do Porto

AI — *Antologia Improvável* de Vanda Anastácio.

AMP — Arquivo Municipal do Porto

ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AUC — Arquivo da Universidade de Coimbra

BA — Biblioteca da Ajuda

BGUC — Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BME — Biblioteca Municipal de Évora

BMP — Biblioteca Municipal do Porto

BNP — Biblioteca Nacional de Portugal

DCL — *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) Libreto...* de Luísa Malato Borralho.

BRG — Biblioteca Rio Grandense, Rio Grande, RS.

LNTP — *Literatura negra e de terror em Portugal* de Maria Leonor Calixto.

CLBF — *Catálogo Livros da Biblioteca Fluminense.*

EPT — *Escritoras de Portugal* de Teresa Leitão.

GR — *Tradução em Portugal* de A. A. Gonçalves Rodrigues.

LdV — *O Lirismo pré-romântico da Viscondessa*, de Zenóbia Collares Moreira.

PEBB — *Para o estabelecimento de uma bibliografia britânica*, de Isabel Lousada

MiscUC. — Catálogo de Miscelâneas da BGUC

MPT — *As mulheres em Portugal*, de D. António da Costa.

RGPL — Real Gabinete Português de Leitura.

1. D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre. 1^a viscondessa de Balsemão (Guimarães, 29/09/1749¹ - Porto, 04/01/1824)

Biografia

Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre nasceu em 29/09/1749 e foi batizada a 8 de outubro do mesmo ano, sendo a quarta filha de Francisco Filipe de Sousa Alcoforado, fidalgo da Casa Real e de Rosa Maria Viterbo de César e Lencastre, filha dos 2^{os} viscondes de Asseca. Casou por procuração, com D. Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), futuro ministro do Estado. Até ao casamento, morou no Solar de Vila Pouca, em Guimarães. O marido fora Governador e Capitão Geral do Mato Grosso. O casamento ocorreu em maio de 1774, encontrando-se ela em Portugal, tendo pouco depois viajado para Londres, onde acompanhou o marido durante o tempo em que este permaneceu na embaixada, regressando a Portugal em 1778. Frequentou os salões da marquesa de Alorna e também de Francisca Paula Possolo da Costa.

Organizava assembleias, das quais participavam poetas da Academia de Belas Artes, como Bocage, Bingre, a condessa de Vimieiro e a marquesa de Alorna (a partir de 1793). É conhecida como a “Safo Portuguesa”, tendo usado como nomes da Arcádia Célia, Coríntia, Natércia e Corina.

Obras:

Manuscritos

Manuscritos citados na tese de Maria Luísa Malato Borralho:

- A- *Obras Poéticas/ da Ex.ma Senhora/ Dona Catherina/ Michaela de Sousa Pinto/ Balsemão*, (Lisboa, 1788, 1791, 1793)², copiados por Dr. António Ribeiro em 1788 e por Henrique Correa em 1793.
- B- *Collecção Primeira Poezias de D. Catharina Micaela de Souza Cezar de Lencastre Tomo*, (1789)³.
- C- *Poesias de D. Catharina Michaela de Souza Cezar de Lencastre* (s.l., 1791)⁴.
- D- *Poezias da Ill.ma e Ex.ma Senhora D. Catharina Michaela de Souza Cezar de Lencastre*. (sl., 1791)⁵.

¹Cf. Maria Luísa Malato DCL. *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) Libreto para uma autora quase esquecida*. (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 1999).

²Cf. DCL, anexos. *LdV*. BNP. COD. 11484. (manuscrito reservado).

³Cf. DCL, anexos. Pertence a Casa de Balsemão.

⁴Cf. DCL, anexos. BGUC. Res. Ms. 1151.

- E- *Poezias de Ill.ma Ex.ma Snr.^a D. Catherina de Souza Cezar e Lencastre Copiadas no anno de 1793, por o seu Criado Henrique Correa*⁶.
- F- *Soneto composto pella Ill.ma e Ex.ma Sn.ra D.^a Catherina de Sousa Pinto, ec. À occasião da Guerra de 1801, entre Portugal e Espanha*⁷.
- G- *Collecção 4.^a 9. Poesias de Ex.ma Viscondessa de Balsemão D. Chaterina Michaela de Sousa, (sl. sd)*⁸.
- H- *Caderno De Fabulas dedicadas, ou attribuidas A Ex.ma Snr.^a D. Catharina de Souza Cezar e Lencastre, (sl. [1806])*⁹.
- I- *Poesias da Ill.ma e Ex.ma Snr.^a D. Catharina Michaela de Souza copiada[s] de seus originaes. (sl. sd)*¹⁰.
- J- [Poesias da Viscondessa de Balsemão] in *Amusement Curieux et Devertissant Prope a Egayer l'esprit* (org. por Jozeph de Sousa Silva), (Coimbra, 1808)¹¹.
- K- *Poezias Da Ex.ma Snr.^a D. Catharina Michaela De Sousa Balsemão [sic] Copiadas de seus originaes Por diligencia do D.or António Ribeiro. (sl. sd).*¹²
- L- *Poesias da Excellentissima Viscondeça de Balsemão Recolhidas por sua Filha A Excellentissima Viscondeça de Torrebella, (Madeira, 1813)*¹³.
- M- [Poesias de Balsemão] in *Manuscritos do Coronel Giraldes. (sl. sd)*¹⁴.
- N- *Theatro da Ex.ma Viscondessa de Balsemão D. Catharina Michaela de Sousa 1.^o Cora e Alonso 2.^a Condessa de Salisbury 3.^a Os Bons Netos 4.^a A Boa Filha, (sl. sd)*¹⁵.
- O- *Obras Poeticas Da Ex.ma Sr.^a D. Catrina [sic] de Souza Viscondeça de Balsemão. (sl. 1820)*¹⁶.
- P- *Colecção B Dispersos (alguns manuscritos). (sl. sd)*¹⁷.
- Q- *Colecção D Dispersos e alguns documentos/ recentemente recolhidos. (sl. sd)*¹⁸.

⁵Cf. DCL, anexos. BNP Cod. 8754.

⁶Cf. DCL, anexos. BMP. Res Ms. 1075.

⁷Cf. DCL, anexos. Bibliothèque Municipale de nantes, Ms. 129 (Portugais I).

⁸Cf. DCL, anexos.

⁹Cf. DCL, anexos. BMP. Manuscrito. Ms. 1520.

¹⁰Cf. DCL, anexos. BNP Res. Cod. 3219

¹¹Cf. DCL, anexos. BGUC Res. Ms. 3166.

¹²Cf. DCL, anexos. BNP. Res. Ms. 3234.

¹³Cf. DCL, anexos. BMP Ms. P-157.

¹⁴Cf. DCL, anexos. Casa da Torrebella, na Ilha da Madeira. Ms. A 152.

¹⁵Cf. DCL, anexos.

¹⁶Cf. DCL, anexos. BNP COD. 11476 (Manuscrito reservado).

¹⁷Cf. DCL, anexos. Pertence ao atual visconde de Balsemão.

¹⁸Cf. DCL, anexos. Pertence ao atual visconde de Balsemão.

R- *Collecção 5.^a das Poesias escolhidas a Ex.ma Viscondessa de Balsemão D. Catharina Pelo Rev.do P.e Joze António Gaspar da Silva Cap.f.mo da m.ma Snr.^a. (sl.sd)¹⁹.*

S- *Poezias da Viscondessa de Balsemão D. Catharina, publicadas por D. Maria Ernestina d'Almeida. (Lisboa, 1842)²⁰.*

Manuscritos soltos:

A. Ode que começa: 'Não de bronze ou de mármore antigos'. 1. 'Á morte do Ex.mo Marquez de Pombal Sebastião Joze de Carvalho e Mello, pela Ex.ma Snr.^a D. Catharina Michaela de Sousa.' in *Satyras que se fizerao ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Sebastião Jose de Carvalho e Mello... copiado por António Luís Fernandes Braga Augusto. (sl, 1777), parte III, 8-14²¹*. 2. 'Ode a morte do Marques de Pombal' in *Collecção pertencente ao Marquez de Pombal (sl. sd.)²²* 3. *Ode que á morte do Ex.mo Marques de Pombal... (sl.sd)²³*. 4. *Ode que á morte do Ex.mo Marques de Pombal... (sl. sd)²⁴*. 5. 'Ode á morte do Marquez...' in *Miscellanea de Obras Scientificas ou Esclarecimentos Uteis á humanidade. Compilado por... Tomo único, (Lisboa, 1822), 452-459*. 6. *Ode na Morte do Ex.mo Senhor Marques de Pombal. (sl. sd)²⁵*. 7. *Á morte do Marquez de Pombal Ode. (sl. sd)²⁶*. 8. *Não de bronze ou mármore antigos. (sl. sd)²⁷*.

B. Soneto São do Bronze os eccos repetidos. 1. *No principio da Campanha de 1801, fez Viscondessa de Balçemão [sic] o seguinte soneto²⁸* e 2. *Soneto, sem indicação da autora²⁹*.

C. Soneto Grande Deos, que do alto desse throno. 1³⁰ e 2³¹.

D. *Da primeira Viscondeça de Balsemão D. Catharina de Souza Feitos nos ultimos momentos, da sua vida, (sl. sd)³²*.

¹⁹Cf. DCL, anexos.

²⁰Cf. DCL, anexos. *LdV*. BNP Res. Cod. 8755.

²¹Cf. DCL, anexos. BMP. Res. 530.

²²Cf. DCL, anexos. BGUC Res. Ms. 499. ff. 95-98v.

²³Cf. DCL, anexos. Casa da Torrebellia, na Ilha da Madeira. Ms, V 438. ff. 1-6

²⁴Cf. DCL, anexos. Casa da Torrebellia, na Ilha da Madeira, Ns, V 697, ff. 7-12v

²⁵Cf. DCL, anexos. BNP Mss. Bibli.. Pombalina, 685 ff.110 a 252, 2 cópias.

²⁶Cf. DCL, anexos. ANTT Livraria, Ms. 1842. 'Poesias diferentes comicas e lricas', 217-222.

²⁷Cf. DCL, anexos. Biblioteca Mindlim de SP- Ms. incluído na 'Collecção Poetica' II, 109-119.

²⁸Cf. DCL, anexos AHML ?? 1^a Div, 12^a Sec. Cx. 2 n^o2 fl 46-46v

²⁹Cf. DCL, anexos BGUC. Miscelaneas. 1665. fl. 56.

³⁰Cf. DCL, anexos B.M.B (Braga?) Ms. 570

³¹Cf. DCL, anexos ANTT. Casa de Fronteira, Papéis da Família Almeida. Composições poéticas várias, n^o ordem 159 (C.52)

E. *Soneto Feito pela Senhora Viscondeça de Balsemão ao triste dia 18 de Outubro em que foram justicados os traidores*, (sl. sd. [1817?])³³.

Cartas:

*Cartas sobre uma viagem do Porto a Londres em 1808*³⁴.

*Carta de 30 de novembro de 1815*³⁵.

Poesia:

‘Corinthia, ou o Mirtillo, Ode’. in *Sonho*, poema erótico de Luís Raphael Soye. (Assinado como D. C. ... B).

‘Soneto’ in *A Ilustração*. nº 8 II³⁶.

Diversas in Anastácio, Vanda. *Uma Antologia Improvável: A escrita das mulheres (séculos XVII a XVIII)* (Lisboa: Relógio D'Água, 2013), 572-581.

Glosa. Versos de uma Heloísa in Borralho, Maria Luísa Malato. *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) Libreto para uma autora quase esquecida*. (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 1999), 348.

Ode epitalamica, (1909)³⁷.

Poemas em periódicos: *Correio do Povo*, nº5 de 24 de janeiro de 1824; *Ilustração, jornal Universal* de Lisboa nº8 de 1845; ‘Inda existe, cruel, inda existe’, ‘O amor despeitado’, ‘Soneto Sombria Noite, como te acomodaste’, ‘Canção Bosque sombrio, sítio socegado’, ‘Soneto Delirante o caminho não acerto’, ‘Cantei nas margens do Douro’, ‘Feliz!... só tu!’, ‘Ode. Voava altivo genio em torno a José’ In *Miscelânea Poética* Vol. 1, nºs 5, 6, 9, 11, 12, 15 e Vol. 2, nº 35.

Poemas In *Manuscrito de Camel Giraldez*³⁸; in Silva, Joseph da Sousa. *Poesia* (Coimbra, 1808)³⁹; *Almanaque Luso-Brasileiro* de 1856, 222-237; Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 45-47; Barros, Teresa Leitão de, *Escritoras de Portugal* Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 102-116; Costa, António da, *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora,

³²Cf. DCL, anexos BA 49-III-53 (6)

³³Cf. DCL, anexos BA 49-III-53 (8)

³⁴*Catálogo da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. (Porto: Typ de M. J. Pereira, 1893), nº 456.

³⁵Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/G/000147.

³⁶*A Ilustração*. nº 8 II, 125.

³⁷Cf. EPT.

³⁸Cf. LdV.

³⁹Cf. LdV.

1892), 214-228; Elysio, Filinto [Francisco Manuel de Nascimento], *Obras Completas*; e Salvado, António. *Antologia da Poesia Feminina portuguesa* de D. António Salvado. (sl: Edições J. F., s.d).

Poesias. (1971)⁴⁰.

Soneto de D. Catharina Michaela de Souza Cezar e Lencastre, Dama de São João de Jerusalem e Primeira Viscondessa de Balsemão. Por ela feito, e recitado em seus ultimos momentos. Glossado por Francisco Joaquim Bingre. (Aveiro, Typographia do Gov. Civil, 1846)⁴¹.

Soneto que recitou no real Theatro de S. João da Cidade do Porto. Pela feliz Acclamação de suas magestades fidelissimas no sempre memoravel dia 4 de junho de 1823... / D. Catharina, Viscondessa de Balsemão. (Lisboa: Typ Silviana, 1823)⁴².

Sonetos, Feito pouco antes de receber o Sagrado Viático, avulso, (Porto, 1824), que é provavelmente *Soneto de D. Catarina Micaela de Sousa e Lencastre, dama de S. João de Jerusalem, e Primeira viscondessa de Balsemão, Por ela feito e recitado em seus últimos momentos*⁴³.

Topa, Francisco. ‘Um soneto da Viscondessa de Balsemão seguido de uma réplica de seu marido’. *Revista da Faculdade de Letras, línguas e Literaturas*. nº XVII (Porto, 2000), pp. 455-457.

Versos, sem nome ou indicação de data e local in Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal*, Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 114 e 115.

Outros:

As solidões: poema do barão de Cronegk extrahido e traduzido da escolha de poesias alemmans de M. Huber e Algumas poesias portuguezas feitas em 1835 ao Bussaco. (Coimbra: Imprensa do Trovão, 1835).

Obras que lhe foram dedicadas:

Sheridan, Ricardo Brinsley; Henriques, José Anselmo, (trad.), *Comédia intitulada A Escola do escandalo composta pelo celebre Ricardo Brinsley Sheridan; traduzida*

⁴⁰LdV.

⁴¹LdV. BNP. L. 36375//6P.

⁴²AI, 572.

⁴³AI, 573.

da lingoa ingleza [...] por José Anselmo Henriques, (1795). Na folha de rosto: “Dedicado a Ilma. e Exma. Sra. D. Catharina Michaela de Sousa Cesar e Lencastre”.

Várias poesias de Nicolau Tolentino, a quem ela ajudou, mencionadas em Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal* Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 113.

Menções à autora em obras de referência:

Anastácio, Vanda. *A Marquesa de Alorna (1750-1839)* (Lisboa: Editora Prefácio, 2009).

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal* Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 102-116.

Branco, Camilo Castelo. *Curso de literatura portuguesa* 2º tomo (s.l: Mattos Moreira, 1875/76).

Osório José. In *A Ilustração*. nº 8 II de 1845, 127-128.

Salvado, António. *Antologia das mulheres poetisas portuguesas*. (Lisboa: Delfos, sd.).

Estudos sobre a autora:

‘Catharina Micaela de Sousa e Lencastre, Viscondessa de Balsemão’. In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2014-0615-Bernarda-Ferreira-de-Lacerda>.

Borrvalho, Maria Luísa Malato. *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) Libreto para uma autora quase esquecida*. (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 1999).

Borrvalho, Maria Luísa Malato. *Por acaso hum viajante: a vida e obra de Catarina de Lencastre. 1º vol. 1749-1824*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008).

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 44-47.

Costa, António da. *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892).

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 65.

Moreira, Zenóbia Collares. *O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão: [D. Catharina Michaela de Sousa César e Lencastre] [1749-1824]* (Lisboa: Colibri, 2000).

Salvado, António. *Antologia das mulheres poetisas portuguesas*. (Lisboa: Delfos, sd.).

Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir.). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol. 1 (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 367-370.

2. D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Alcipe, marquesa de Alorna (Lisboa, São Jorge de Arroios, 31/10/1750⁴⁴ - Lisboa, Coração de Jesus, 11/10/1839⁴⁵)

Biografia

Nascida em Lisboa, filha de D. João de Almeida Portugal (1726-1790), conde de Assumar e 2º marquês de Alorna, e de D. Leonor de Lorena e Távora (1729-?). Quando a família foi presa pela tentativa de assassinio do Rei (caso que ficou conhecido como o “Processo dos Távoras”), foi levada com a mãe e a irmã, D. Maria Rita de Almeida Portugal, (Márcia, futura marquesa de Ribeira Grande, (1751- 1786⁴⁶), para o Convento de São Félix, em Chelas, onde esteve enclausurada durante sua juventude. Durante o mesmo período, o pai e o irmão (D. Pedro, herdeiro, nascido em 16/01/1754) permaneceram encarcerados na Torre de Belém.-Naquele convento, a visitavam além de sua prima, a condessa de Vimieiro, Filinto Elísio (Francisco Manuel de Nascimento), António Ribeiro dos Santos, Frei José o Coração de Jesus (Almeno), Frei Alexandre da Sagrada Família e José Ferreira Barroco.

Casou-se em 20 de fevereiro de 1779 com Karl (Carlos Pedro Maria José Augusto) von Oyenhausen-Gravengurg (1739-1793), conde de Oyehausen-Groewenbourg.

Acompanhou o marido a Viena e no seu retorno organizou salões que se tornaram famosos em Portugal. Estes eram frequentados por outras mulheres ligadas às letras, como Francisca Paula Possolo da Costa (Francília), Maria Pimentel Maldonado e a viscondessa de Balsemão, contando igualmente com a presença de nomes ilustres como Belchior Curvo Semedo, o conde de Sabugal, Domingos Borges de Barros (brasileiro, visconde da Pedra Branca), António Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano. Foi seu mestre Filinto Elísio quem lhe deu o nome Alcipe. Além da literatura, dedicou-se também à pintura. Em sua honra e dedicação podemos encontrar alguns poemas de Pedro António Correia Garção e de Domingos Maximiliano Torres.

⁴⁴São Jorge de Arroios. Livro: 1-b, fl. 11v.

⁴⁵Coração de Jesus. Livro: 3-o, fl. 70v.

⁴⁶A mãe da marquesa de Ponta Delgada.

D. Leonor foi a 6^o Donatária de Assumar, 7^a condessa de Assumar e 4^a marquesa de Alorna, assim como condessa de Oyenhausen.

Obras:

Obras poéticas de D. Leonor D'Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marquiza d' Alorna, Condessa d'Assumar, e d' Oeynhausen, conhecida entre os poetas portugueses pelo nome de Alcipe. (Lisboa: Impr. Nacional, 1844). Acesso via <http://purl.pt/172>.

Manuscritos:

Alorna, Marquesa de. Ribeiro, António. *Poezias da Ex.ma Senhora D. Leonor de Almeida e Lorena. Condessa de Oyenhausen [manuscrito] / copiadas de seus próprios originaes por diligencia do D.or António Ribeiro* (s.l. 1745). BNP Código 322. Acesso via <http://purl.pt/17374>

Alorna, Marquesa de. *Sonetos, Odes, elegias, apotegmas, máximas e receitas de cozinha*, (s.l, 1788). BNP. F.R.505.

Diversos no Espólio da Casa da Fronteira e Alorna⁴⁷.

Cartas:

Alorna, Marquesa de; Vicente, António Pedro. 'Cartas e Apontamentos inéditos de Alcipe'. In Vanda Anastácio (org.). *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*. (Lisboa: Fundação Fronteira e Alorna, 2015), pp. 55-73.

Anastácio, Vanda (org.), *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)* (Lisboa: Edições: Colibri, 2007).

Anastácio, Vanda. 'D. Leonor de Almeida Portugal As Cartas de Chelas.' In Vanda Anastácio (org.). *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*. (Lisboa: Fundação Fronteira e Alorna, 2015), pp. 45-53.

*Carta para seu neto*⁴⁸.

*Cartas ao príncipe regente*⁴⁹.

⁴⁷ ANTT, Espólio das Casas de Fronteira e Alorna n^o 143, 149-153. Cf. Vanda Anastácio 'Alcipe e os salmos'. In. *Via Spiritus 12*. (2005).

⁴⁸ BA 139III-15

⁴⁹ BMP. M-SER-32[1] e M-SER-32[2] e M-DVD003.

Castro, Aníbal Pinto de. 'Uma carta inédita da Marquesa de Alorna'. *Separata da Revista de História Literária de Portugal*, vol. IV. (Coimbra: Coimbra Editora, 1975), pp. 405-412.

Cidade, Hernâni. *Inéditos. Cartas e outros escritos. Selecção, prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade*. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1941).

Diversas em ANTT. Casas da Fronteira e Alorna, nº 177.

Vicente, António Pedro. 'Cartas e Apontamentos inéditos de Alcipe'. In Vanda Anastácio (org.). *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*. (Lisboa: Fundação Fronteira e Alorna, 2055), pp. 55-73. (Incluem as *Cartas ao príncipe regente*).

Traduções:

Ensaio sobre a indiferença em matéria de religião traduzido do Francez em vulgar e dedicada a ElRei N. S. pela condessa d'Oenhausen. Tomo 1. (Lisboa: Imprensa Regia, 1820). O original é *Parafrases a vários psalmos*, (Lisboa: Imprensa Régia, 1817) e *Parafrase dos salmos*, (Lisboa: Imprensa da Rua dos Fraqueiros, 1833).

Poesia:

'A Jesus Cristo' in Régio, José. *Cristo*. (Lisboa: Editorial Estúdios, s.d), 44.

'À preciosa memória d'El Rei D. João IV' dedicatória de *Poética de Horácio*, e 'Dedicatória a El Rei N. Senhor' da tradução de Lamennais, 'O Alceste', 'A Godefredo', 'Soneto à Amnistia', 'Nunca manchei com vil lisonja o plectro', 'À chegada de Pedro Quarto às praias de Mindelo', 'Em louvor do Duque da Terceira', 'Deixa-te disso, amiga, não me pregues' e 'Ao despotismo'⁵⁰.

Anastácio, Vanda, org. *Sonetos da Marquesa de Alorna*. (Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007).

Cidade, Hernâni, *Poesias. Selecção, prefácio e notas do prof. Hernâni Cidade*. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1960).

Diversas In Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 22-24.

Musa feminina: Marquiza d'Alorna, A sua vida e a sua obra. Coleção Patrícia. (Lisboa: Empreza do Diário de Notícias, 1925).

⁵⁰AI, 320, 321, 582, 583, 590, 590, 591, 591, 592 e 593.

Reis, Carlos (coord). *Obras poéticas*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015).

Outros - Crítica:

Rodrigues, Graça Almeida. ‘Comentários da Marquesa de Alorna às obras de madame de Staël de la littérature e de l’allemagne’. In. *Les rapports culturels et litteraires entre le Portugal et la France*. (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 [1937]), 289-294.

Menção à autora:

Acosta Samper, Soledade *La mujer en la sociedad moderna* (Paris: Garnier, 1895), pg 379.

Estudos sobre a autora:

‘Fabulistas portuguesas’ In *Instituto* Vol. XXXVI, nº 7, 458.

‘Leonor de Portugal, 4ª marquesa de Alorna’, In Viscondessa de Balsemão’. In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-0720-Leonor-de-Almeida-Portugal-4-Marquesa-de-Alorna>.

Anastácio, Vanda. ‘Alcipe e os mitos: a presença da mitologia na poesia da Marquesa de Alorna’. In Abel N. Pena (coord.). *A tradição Mitológica Portuguesa. Representações e Identidades (Séculos XVI-XVIII)*, Actas do Colóquio Internacional: MYTHOS. (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008), pp. 67-82.

Anastácio, Vanda. ‘Nota de investigação sobre a Marquesa de Alorna (1750-1839)’. In *Navegações*. Vol. 5 nº1. (Porto Alegre: PUC-RS, 2012), 98-100. Acesso online <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/11080/7605>.

Anastácio, Vanda. ‘Poesia e Sociabilidade: Bocage, a Marquesa de Alorna e a Viscondessa de Balsemão’. In Martin Neumann (coord.), *Zwischen allen Stühlen*. Manuel Maria Barbosa du Bocage, Bonn, Romanistischer Verlag, (2006), pp. 21-34. Online via http://www.vanda-anastacio.at/articles/1_ALCIPE_BOCCAGE_HAMBURG_locked.pdf. Dia 12 de setembro de 2016.

- Anastácio, Vanda. *A Marquesa de Alorna (1750-1839)* (Lisboa: Editora Prefácio, 2009).
- Bolama, Marques d'Avila e, *A Marquesa d'Alorna. Algumas notícias authenticas para a história da muito eminente escriptora que os poetas seus contemporaneos denominaram Alcipe.* (Lisboa: Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1916).
- Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas.* (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 21-24.
- Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).* (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 503-506.
- Cidade, Hernâni. *A Marquesa de Alorna. Sua vida e obras. Reprodução de algumas cartas inéditas* (Porto: Livraria Sá da Costa, 1930).
- Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas.* (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 267.
- Herculano, Alexandre. 'Editorial' In *Panorama*, 2ª Série, Vol. III, nº156 de 1 de 12 de 1844, 404.
- Lisboa, Eugénio (Coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses.* Vol. 1 (Lisboa: Publicações Europa-América, 1994), 472-473.
- Ribeiro, Arilda Ines. *Vestígios da Educação Feminina no século XVIII em Portugal.* (São Paulo: Arte & Ciência, 2002), 79-82.
- Romero Ortiz, António *La literatura portuguesa en el siglo XIX.* (Madrid, Tipographia de Gregório Estrada, 1869). 59-96.
- Salvado, António. *Antologia das mulheres poetas portuguesas.* (Lisboa: Delfos, sd.).
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos. *Intelectuais portugueses na primeira metade do oitocentos.* (Lisboa: Editora Presença, 1988).
- Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez.* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo I, 25; tomo V, 177-178; tomo XIII, 290.
- Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir). *Nobreza de Portugal e do Brasil.* Vol. 1 (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 251-257.

3. D. Maria Luísa (Luiza) de Valleré (Estremoz, Santo André, entre 1759 e 1796⁵¹-1824⁵²)

Biografia

D. Maria Luísa de Valleré foi filha única de Guilherme Luís António de Valleré (1727-1796), ou Guillaume-Louis Antoine de Valleré, e de Maria Genoveva Valleré. Seu pai era um oficial francês que entrou em serviço em Portugal, em 1757, e que era sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Após o falecimento deste, D. Maria Luísa morou em Lisboa, local onde trocou correspondência com Francisco Xavier do Rego Aranha, em 1811. Em 1822, aparece mencionada no *Diário das Cortes da Nação Portuguesa*⁵³.

Anexada a cartas manuscritas de seu pai, encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal⁵⁴, uma petição dirigida por D. Maria Luísa Valleré à rainha para que permitisse a D. Guilhermina Leocádia de Sousa Cabral de Valleré aceder à herança a que teria direito, ao ser adotada pelo tio da autora, Manuel Rodrigues de Sousa Cabral, falecido em 1807. D. Guilhermina pode ter sido filha natural de D. Maria Luísa, nascida a 16 de dezembro de 1799⁵⁵, mas em cujo registo original aparece como incógnita, e ao qual foi acrescentada a legitimação, ocorrida em 11 de dezembro de 1823. Este mesmo registo foi corrigido com a afirmação de que a mãe que a legitimára, D. Maria Luísa, foi batizada na freguesia de Santo André de Estremoz.

Quando do falecimento de seu pai, foi passada a Capela da Vila de Borba instituída por Fernando Vaz Sessa à mãe de D. Maria Luísa⁵⁶. Em 1821, esta capela passou para D. Maria Luísa⁵⁷ e, em 1824 para D. Guilhermina Leocádia⁵⁸.

D. Guilhermina é filha adotiva do tio de Valleré, Manuel Rodrigues de Sousa Cabral. Ele a criou desde pequena, e a adotou por não ter ascendentes nem descendente. D. Maria Luísa pede à rainha que seja permitida a esta filha adotada o direito de herança. D. Guilhermina também é filha natural e legitimada de D. Maria Luísa Valleré segundo o registo

⁵¹Falecimento do pai.

⁵²Quando é passada a Capela para sua filha.

⁵³*Diário das Cortes da Nação Portuguesa*, Vol. 8, Tomo I, (1822), 612.

⁵⁴BNP. COD. 4513. Disponível online através do repositório desta biblioteca via «<http://purl.pt/24928>»

⁵⁵ANTT, Registo de batismo da freguesia de São José de Lisboa. Livro 14b, fl. 58v.

⁵⁶ANTT Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.7, f. 154 e Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.7(2), f. 156v.

⁵⁷ANTT Registo Geral de Mercês, D.João VI, liv.15, fl.177.

⁵⁸ANTT Registo Geral de Mercês, D.João VI, liv.19, fl.60.

de casamento. Moradora da Pena e batizada em 16 de dezembro de 1799⁵⁹, Guilhermina casou com Manuel Joaquim de Aquino Robert em 9 de dezembro de 1824⁶⁰.

Obras:

Valleré, D. Maria Luísa de. *Elogio Histórico de Guilherme Luiz António de Valleré. Éloge Historique de Guillaume - Louis Antoine de Valleré* Publicado de novo, com várias anotações.... (Paris: Firmin Didot, 1808).

Manuscritos:

Valleré, D. Maria Luiza de; Valleré, Guilherme Luiz António de. *Correspondência do Tenente General Guilherme Luiz António de Valleré, sendo Coronel do Regimento d'Artilharia d'Estremoz, com Sua Alteza Serenissima o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General dos Exercitos de S. Mag[estad]e Fidelissima o Senhor D. José 1.º Colligida, copiada e offerecida por D. Maria Luiza de Valleré filha do sobredito Tenente General para ser depositada no Real Arquivo Militar, e servir de instrucção a quem quizer ordenar ou saber a historia do Forte de La Lippe, de que elle foi Director singular.* (s.l, [depois de 1798])⁶¹.

Cartas:

Aranha, Francisco Xavier do Rego. *Badajoz y Elvas en 1811: Crónicas de Guerra: Cartas de Francisco Xavier do Rego Aranha a D. Maria Luiza de Valleré (9 de enero- 17 de junio de 1811)* (Badajoz; E. Luís Alfonso Limpo Piris, 2011).

Documentos Relevantes:

D. Guilhermina Leocádia de Sousa Cabral de Valleré. *Alvará. Habitação para poder administrar um Capela. Filiação: Guilherme Luís António*⁶² (1824); *Alvará. Para (...), habilitando-o para ampliar a confirmação, por sucessão da Capela instítuida por Fernando Vaz Sepa na vila de Borba. Filiação: Guilherme Luís*

⁵⁹ ANTT, Registo de batismo da freguesia de São José de Lisboa. Livro 14b, fl. 58v.

⁶⁰ ANTT, Registo de casamento da freguesia de São José de Lisboa. Livro 15c, fl. 33.

⁶¹ BNP Manuscritos reservados Código 4513. Com acesso via <http://purl.pt/24928>. Algumas publicadas no *Jornal de Coimbra*. Vol. 6, nº28 de 1814, 244-248; e Vol. 7, nº33 de 1814, 148

⁶² ANTT Registo Geral de Mercês, D.João VI, liv.18, fl.124

António⁶³; *Carta: Administração por sucessão da Capela, instituída na vila de Borba, por Fernando Vaz Sessa* (1824)⁶⁴. *Carta. Declarando que os bens da Capela instituída por Fernando Vaz Sessa lhe pertencem como Patrimoniais* (1853)⁶⁵.

Guilherme Luís António Valleré. *Provisão. Mercê para que por seu falecimento, sua mulher possa gozar da administração da Capela que na Vila de Borba instituiu Fernando Vaz Sessa* (1779)⁶⁶; *Administração da Capela na vila de Borba para sua mulher* (1779)⁶⁷; e *Certidão Negativa. (D. José I, Lv.26, fl.205). Filiação: Cláudio André Valaré* (1823)⁶⁸.

Maria Luísa Valleré. *Alvará. 200\$000 reis de pensão* (1796)⁶⁹. *Carta. Sucessão da Administração da Capela instituída na vila de Borba por Fernando Vaz Sessa* (1821)⁷⁰.

Obras que lhe foram dedicadas:

Duas poesias In Duriense, Elpino. *Poesias*. Elpino Duriense. Tomo 1. (Lisboa: Impressão Regia, 1812), 191-202.

Menções à autora:

Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna* (Paris: Garnier, 1895), 378
Fenix, Walter. *La littérature portugaise en Angleterre à l'époque romantique*. (Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1927), 51.

Investigador Portuguez em Inglaterra, Vol. 7 de 1813, 19-20.

O panorama: jornal litterario e instructivo, Vol. 4, de 1840, 38-39; e Vol. 8, nº143 de 1844, 301.

Estudos sobre a autora:

‘Maria Luísa de Valleré’, In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-0531-Maria-Luiza-de-Valler>.

⁶³ ANTT Registo Geral de Mercês, D.João VI, liv.18, fl.124

⁶⁴ ANTT Registo Geral de Mercês, D.João VI, liv.19, fl.60

⁶⁵ ANTT Registo Geral de Mercês, D.Maria II, liv.40, fl.249-250

⁶⁶ ANTT Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.7, f. 154

⁶⁷ ANTT Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.7(2), f. 156v

⁶⁸ ANTT Registo Geral de Mercês, D.Maria II, liv.40, fl.249-250

⁶⁹ ANTT Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.28, f. 84

⁷⁰ ANTT Registo Geral de Mercês, D.João VI, liv.15, fl.177

Diário das Cortes da Nação Portuguesa. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1822-18??), Tomo I, Vol. 8 de 1822, 612.

Esdaille, Charles J., *Women in the Peninsular War*, (Norman: University of Oklahoma Press, 2014), 236.

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomoVI,140-141; tomo VI, 358.

4. D. Ana Henriqueta Froment da Motta e Silva (Lisboa, Santa Engrácia, entre 1759 e 1788 – entre 1851 e 1853)

Biografia

Filha de Carlos Froment (?-entre 1810 e 1820) e Henriqueta Doroteia de Brito (?-antes 1820), foi batizada em Santa Engrácia e moradora na rua Desembargador Estevão. O pai era um empregado do Estanque de Tabaco⁷¹. Segundo o registo do casamento da sua irmã, D. Joana Rita da Conceição Froment, com Luís Inácio de Vasconcelos, ambos os pais tinham já falecido em 1820⁷².

A autora casou em Lisboa, a 9 de julho de 1825⁷³ com Bernardo António da Mota e Silva (1777-1839), filho do desembargador Manoel Inácio de Mota e Silva. Foram seus padrinhos de casamento Carlos José Froment e João Froment, seus irmãos. Outro seu irmão foi Filipe José Froment.

Pelo que se pode inferir a partir das introduções e prefácios de suas traduções, o marido teria falecido antes do seu primeiro livro publicado, em dezembro de 1839. Encontrámos o registo de óbito deste senhor no dia 6 de janeiro deste mesmo ano⁷⁴, indicando que a publicação ocorreu cerca de 10 meses após a perda do marido. D. Ana na altura era tinha quatro filhos a seu cargo. Só dez anos mais tarde, por alvará de 3 de julho de 1849, terá conseguido obter as tenças referentes ao trabalho do seu falecido marido como Juiz da

⁷¹Segundo o registo de casamento dos dois irmão, Flipe José e Carlos José Froment, que casaram no mesmo dia 11 de outubro de 1807. Lisboa, Santa Engrácia. Livro: 11-C Folha: 31v e 32.

⁷²Arquivos Regionais dos Açores. Registo de casamento da freguesia de São Sebastião de Ponta Delgada. Livro 11c, fl. 277.

⁷³Arquivos Regionais dos Açores. Registo de casamento da freguesia de São Sebastião de Ponta Delgada. Livro 12c, fl. 89.

⁷⁴Arquivos Regionais dos Açores. Registo de casamento da freguesia de São Sebastião de Ponta Delgada. Livro 14o, fl. 219v.

Relação dos Açores, com pensão de 300 mil réis anuais⁷⁵. Em agosto de 1853 a tença passou para as duas filhas⁷⁶.

Obras:

Traduções

Ancelot, Madame; Silva, *Emerance* (Lisboa: Typ de Lucas Evangelista, 1844).

Dumas, Alexandre. *A rainha Margarida*. Edições de 1848 e 1850⁷⁷ e ***. No original *La Reine Margot*, (1844).

Dumas, Alexandre. *Paulina* (Lisboa: Typ. de José Baptista Morando, 1844), e (Lisboa, Typografia Rollandiana, 1843). No original *Pauline* (1838).

Dumas, Alexandre. *Trez homens fortes* (Lisboa: Typ. de Lucas Evangelista (Tomo I): Typ. de A. F. Alcobia (Tomo II), 1850-1851).

Maria Menzikof e Fedar Dolgoruoki. História russiana. (Lisboa: Academia das Belas Artes, 1840). Escrita no Idioma Alemão. por. Augusto La Fontaine. Vertida para o Francês por. Madame de Montolieu. E d'este para o Portuguez. por. D. Ana Henriqueta Froment da Motta e Silva. No original do alemão *Fedor und Marie*", (1803).

Sand, Jorge. *Mauprat*, 8ª. 2 volumes (Lisboa, 1846)⁷⁸.

Sor, Charlotte de. *A mulher mais feliz do mundo*. (Lisboa: Typografia Liberal, 1847).

Soulié, Frederico. *De dia para dia*, 8º. (Lisboa, 1845)⁷⁹.

Stael, Madame. *Delfina* (Lisboa: Typ. da Viuva Rodrigues, 1843).

Menções à autora:

Rodrigues, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas (1495 - 1834)*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992).

⁷⁵ ANTT. Registo Geral de Mercês, D. Maria II, liv 31, fl 141v-142 v.

⁷⁶ *Colecção Oficial de legislação Portuguesa. José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1854), 19 de agosto de 1853, 266.

⁷⁷ GR 6582

⁷⁸ GR. 6417.

⁷⁹ CLBF nº 2253.

5. Mariana Antónia (Epiphania) Pimentel Maldonado (Lisboa, Coração de Jesus, 9/12/1771⁸⁰-14/05/1855)

Biografia

Filha de Bernardo Lopes Pereira Maldonado (1713-1787) e Brites Clara Pimentel Silva, foi batizada a 22 de dezembro, tendo como padrinhos o desembargador José Ricardo Pereira e D. Antónia Teresa de Brito. Após o falecimento do pai, tanto ela como as suas irmãs e mãe tiveram tenças reais que as sustentassem. Ainda assim, como mulher solteira, precisava estar sob a vigilância de um olhar masculino e familiar, assim que residia no Palácio de São Bento com o seu irmão, o também poeta João Vicente Pimentel Maldonado (1773-1838).

Frequentava o salão da Marquesa de Alorna e de Francisca Paula Possolo e tinha, em conjunto com o irmão, o seu próprio salão, que era frequentado por estas duas senhoras, assim como por Belchior Curvo e Semedo, entre outros. Assinou como Uma Senhora e Maria Antónia Epiphania e Armania (Armancia). Faleceu solteira e está enterrada no Cemitério Continental, no Jazigo nº 4, em Lisboa.

Obras:

Manuscritos:

‘Da Illma Snra D. MariAna Antónia Pimentel Maldonado na partida dos francezes em 1808’ In Lima, João Placido do Rego Fragozo e Sequeira de. *Collesões de Poezias de Diversos autores e outros diversos papeis selebres, tanto por sublimes como por tollos, e asnatticos, que só servem para o entretenimento* (s.l, 1808), fls. 324-327⁸¹.

‘Diversas Aras Poéticas, feitas em diversas occasiões em o anno de 1807’. In Lima, João Placido do Rego Fragozo e Sequeira de. *Collesões de Poezias de Diversos autores e outros diversos papeis selebres, tanto por sublimes como por tollos, e asnatticos, que só servem para o entretenimento* (s.l, 1807), fls 1-8⁸².

Traduções:

Graffigny, Françoise de; senhora, Huma [Maria Antónia Maldonado], trad., *Cartas de huma peruviana traduzidas do francez na lingua portugueza por huma senhora.*

⁸⁰ ANTT, Registo de batismo da freguesia de Coração de Jesus de Lisboa. Livro 1b, fl. 32v.

⁸¹ BNP. Código 12972.

⁸² BNP. Código 12972.

(Lisboa : Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1802) e (Lisboa: Na Typ Rollandia, 1828)⁸³.

Porter, Jane; senhora, Huma [Maria Antónia Maldonado], trad. *Thaddeo de Varsovia: novella historica, escrita por Miss Porter. Traduzida em português por Huma Senhora* (Lisboa: Typ. Patriota, 1828-1830). Original *Thaddeuw of Warsau*, (1802).

Porter, Jane; Varsóvia, traductora de Thaddeo de [Maria Antónia Maldonado], trad. *A Donzella de Malines, do inglez, pela traductora de Thaddeo de Varsóvia* (Lisboa: s.n, 1837)⁸⁴.

Poesia

"Ode Anacreontica". Prefácio. In Silva, José Maria da Costa e. *Poesias*, de José Maria (Lisboa, 1843).⁸⁵.

‘[A Francisca Paula Possolo da Costa)’, Soneto ‘Embora mofe a sapiência altiva’, Soneto ‘Feito à morte do Almirante Nelson Inglês’, ‘De Saffo os meigos versos tendo lido’ e ‘Não cobiçosos de alta fama e glória’⁸⁶.

O nome [libreto]: elogio dramático por N.A.P.P.M. (sic) Versos, que pelo mesmo plausível motivo, juntos com o drama, se distribuirão no dito Theatro (Lisboa: Of. de Joaquim Thomas de Aquino Bulhões, 1813)⁸⁷.

*Óde ao falecimento de Gomes Freire*⁸⁸.

Quatro sonetos no *Jornal Poetico*⁸⁹.

Soneto *Amizade, virtude, amor, ensina*⁹⁰.

Soneto’, ‘Canção’ e dois sonetos. In *Portugal Constitucional* ⁹¹.

Documentos relevantes:

Tença anual de 20.000 reis. (1782)⁹², (1787)⁹³.

⁸³Este livro aparece na lista do *Jornal de Coimbra*, Vol. 5, nº23 de 1813, 278. GR. 2410.

⁸⁴PEBB nº470, GR. 4735 e 4772, LNTP B. 45. (LNTP retirou do *Catálogo de António Marques da Silva* de 1843).

⁸⁵"Não, não te admires ó Sílvio", In AI, 600.

⁸⁶AI, 601, 601, 602, 602 e 603 respectivamente.

⁸⁷"Chegou enfim o dia suspirado", retirado deste na AI, 599.

⁸⁸Cf. MPT.

⁸⁹Leão, Desidério Marques. *Jornal Poético, ou Coleção das Melhores composições em todo o género, dos mais insignes poetas portugueses. Tanto impressas, como inéditas, OFFERECIDAS AOS AMANTES DA NAÇÃO POR DESIDERIO MARQUES LEÃO.* (Lisboa: Livreiro do Calharis, Impressão Régia, 1812), 278.

⁹⁰EPT, Vol.2, 166.

⁹¹*Portugal Constitucional*, nº 53; nº54, **11e 103 de 1820-1821.

Menções à autora:

Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna* (Paris: Garnier, 1895), 379.

Castilho, António Feliciano de. ‘Conversação preambular pelo Visconde de Castilho’. In Ribeiro, Thomras. *D. Jaime, poema*. (Porto: Livraria Chardron de Léo & Irmão, 1916), LII.

Castilho, António Feliciano de. ‘Vivos e Mortos’. In *Obras completas de António Feliciano de Castilho*, Tomo VIII, Vol 1 (Lisboa: Livraria moderna e typographia, 1904), 99.

Estudos sobre a autora:

‘Mariana Antónia Pimentel Maldonado’. Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-0720-Mariana-Antnia-Pimentel-Maldonado>.

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal Vol. 2* (Lisboa: s.n, 1924), 165-166.

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 179-180.

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 753.

Costa, António da. *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892), 266.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 194.

Lapa, Albino. *Dicionário de Pseudónimos*. (Lisboa, Imprensa Nacional, 1980), 30.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 113.

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VI, 146; tomo XVI, 366.

⁹²ANTT, Registro Geral de Mercês de D. Maria I. livro 4(2). f 191v.

⁹³ANTT, Registro Geral de Mercês de D. Maria I. livro 10 f.23. E Registro Geral de Mercês de D. Maria I. livro 4, fl. 195.

6. Januária Joaquina Freire de Andrade (antes de 1775- depois de 1812)

Biografia

Boticária, filha de um boticário, como informa o *Jornal de Coimbra*, em 1812: "Esta poetisa vive ainda em Lisboa, ás Portas da Cruz⁹⁴: he Boticaria examinada, e com Botica em seu proprio nome, e por sua conta, a qual Botica ella herdou de seu pai com quem aprendeo: sabe varias linguas, e tem muitos conhecimentos pharmaceuticos pela lição dos Authores"⁹⁵.

Há registo de que subscreveu como Januaria Joaquina Freire, por um período de seis meses do ano de 1819, o livro *Sobre os meios de diminuir a elephantiase...*⁹⁶, por uma quota mensal de \$480. Em 1818, a Botica das Portas da Cruz, na rua direita nº 14, encontrava-se à venda⁹⁷.

Obra:

Poesia

‘Epigrama. Ad. Illustrissimo Acter Prestantissimo Domino Sebastiano Josepho Carvalho et Mello, Summo Merito Pombalensi Marchioni’. In *Jornal de Coimbra*⁹⁸.

*Epigrama. (Ad. Augustissimum Josephum Primum Fidelissimum Lusitaniae Regem Fortunatissima Natalis die, simul ac Collocationis Regiae Equestrisque Statue Ejus). (s.l. sd.)*⁹⁹.

Epigrama. (Ingeniosissimo Bartolomaeo da Costa Josephi I. Portugaliae, et Algarbiorum Regis Fidelissimi memorabilem ex aere Statuam Equestrem incomparabili arte statuenti).(1775)¹⁰⁰.

Documentos relevantes:

Carta de Padrão. Tença de 120\$000 rs num dos Almojarifados do Reino que lhe renunciaram os herdeiros de Manuel da Cunha Bettencourt, Tenente de fragatas

⁹⁴ Atual rua dos remédios em Lisboa.

⁹⁵ *Jornal de Coimbra* nº12 de 1812.

⁹⁶ Bernardino António Gomes, *Memoria sobre os meios de diminuir a Elephantiase em Portugal, e de aperfeçoar o conhecimento e cura das doenças cutaneas. Offerecida ás Cortes de Portugal.* (Lisboa: Off. de J. F. Monteiro de Campos, 1821).

⁹⁷ *Gazeta de Lisboa.* nº14 de 1818.

⁹⁸ *Jornal de Coimbra*, Vol. 2, nº12 de 1812.

⁹⁹ MiscUC. Vol.ume 666; nº 10564, 70. E publicado no *Jornal de Coimbra*, Vol. 2, nº12 de 1812.

¹⁰⁰ MiscUC. Vol.ume 666; nº 10597, 74.

*reais por 20 anos, sendo passada para Januaria Joaquina Freire de Andrade. 03/06/1793*¹⁰¹. Nesta: Ela recebe a tença que era de Manuel da Cunha Bettencourt, para sua esposa e filho (D. Luísa Micaela de Miranda e Silva, e Jose António da Cunha Bettencourt).

7. Leonor Violante (Rosa de Mourão) Roza Morão (Lisboa, Santa Justa, 05/02/1775¹⁰² - Lisboa, Sacramento, 26/03/1864¹⁰³)

Biografia

Oriunda da burguesia culta lisboeta¹⁰⁴, D. Leonor era filha das segundas núpcias do Dr. João Carlos Mourão Pinheiro, prestigiado advogado da Casa da Suplicação, com D. Leonor Violante Rosa do Vale Mourão, casados em França. Foi batizada na igreja paroquial de Santa Justa, como Ana Leonor, a 7 de fevereiro de 1775, tendo como padrinhos sua avó materna Violante Roza de Leão e seu tio, Rafael Mendes Leão, seu tio.

Casou em Lisboa, no dia 31 de janeiro de 1794 com o médico Dr. Miguel Joaquim Carvalho de Oliveira (?-1799). Desta primeira união nasceram dois filhos que terão falecido ainda crianças, enquanto seu esposo faleceu no Hospital da Luz, cinco anos após o casamento. A 15 de novembro de 1801¹⁰⁵, voltou a contrair matrimónio, com Bernardino Antônio Gomes (1768-1823), também ele médico de profissão. O marido exerceu em várias localidades, tendo colaborado com o *Jornal de Coimbra*. Foi também fundador e membro da Academia Real de Ciências de Lisboa¹⁰⁶, estudou o benefício da canela a pedido da câmara municipal do RJ¹⁰⁷, pesquisou a elefantíase no Brasil em 1817¹⁰⁸, tendo escritos, além destes estudos, vários outros textos sobre medicina. O casal viveu em harmonia apenas durante três anos, sendo que as muitas divergências levaram, depois a um “divórcio”.

Faleceu à uma hora da tarde no 3º andar do nº 30 do largo da Albergaria no Bairro Alto, em Lisboa, aos 90 anos de idade. Seu falecimento foi participado pelos filhos no *Diário de Governo* de 31 de março de 1864.

¹⁰¹ ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.22, f. 104v

¹⁰² ANTT, Registo de batismo da freguesia de Santa Justa de Lisboa. Livro 7b, fl. 228.

¹⁰³ ANTT, Registo de óbito da freguesia de Sacramento de Lisboa. Livro 11o, fl. 134v.

¹⁰⁴ Manuela Lobo da Costa Simões, *Um Divórcio na Lisboa oitocentista*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2012), 15.

¹⁰⁵ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 16c, fl 105v.

¹⁰⁶ Simões, *Um Divórcio na Lisboa oitocentista*, 24

¹⁰⁷ *Ibidem*, 23.

¹⁰⁸ *Ibidem*, 26.

Obras:

Defesa contra o Sr. Bernardino António Gomes (Lisboa: Impressão de João Batista Morando, 1822).

Documentos relevantes:

*Alvará Capela, instituída por Isabel de Oliveira a sua irmã Margarida de Vilas Boas*¹⁰⁹.

*Carta Ad. Capela, instituída por Isabel de Oliveira a sua irmã Margarida de Vilas Boas*¹¹⁰.

Carta de Mercê de D. Leonor Violante Roza Mourão. Translado do Alvará da Capela (1800)¹¹¹.

Estudos sobre a autora:

_____. ‘Um divórcio no 1º quartel do século XIX’. In. *A mulher na sociedade portuguesa- atas de coloquio*. Instituto de História Económica e Social da FLUC. Vol 1 e 2. Coloquio 20 e 22 março de 1985. (Coimbra, 1986), pp. 171-190.

Gomes, Bernardino António. *Analyse das sentenças proferidas pelo tribunal pelo tribunal da nunciatura, no pleito de divorcio proposto por D. Leonor Violante Roza Mourão, a Bernardino António Gomes* (Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves, 1822).

Menção ao caso no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*¹¹².

Simões, Manuela Lobo da Costa. *Um Divórcio na Lisboa oitocentista*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2012).

Virtude, Hum defensor da. *Resposta a analyse que Bernardino Gomes... Por hum defensor da Virtude*. (Lisboa: Impr. João Batista Moranda, 1822)¹¹³.

¹⁰⁹ ANTT. Registos de Mercê de D. Maria I. livro 29. f123.

¹¹⁰ ANTT. Registos de Mercê de D. Maria I. livro 24. f241v.

¹¹¹ No Arquivo de Portalegre, caixa 27, segundo Simões, *Um Divórcio na Lisboa oitocentista*.

¹¹² *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Vol. 2, 1726-1727.

¹¹³ MiscUC Vol. XXXVI n° 2539.

8. Maria Cecília Monteiro Aillaud Vieira Fialho de Mendonça, Cesaura (Coimbra, Sé Velha, 17/11/1780¹¹⁴ - Coimbra, Sé Velha, 29/07/1857¹¹⁵)

Biografia

Memorialista natural de Coimbra, Maria Cecília Aillaud era filha do editor João Pedro Aillaud [Jean-Pierre Aillaud] (1752-1806) e de Teresa Angélica, natural de Coimbra, e irmã do também editor João Pedro Aillaud (1785-c.1853). Em 1806 terá conhecido o futuro marido, Dr. Manuel Matias Vieira e Fialho de Mendonça, (1779-1813), que era latinista e poeta, com quem viria a casar na Sé Velha a 17 de abril de 1808¹¹⁶. Fica viúva com 29 anos e o único filho do casal, Manuel Marias Vieira Fialho e Mendonça (1809-1834), faleceu em Coimbra a 29 de abril de 1834. A perda do filho terá sido a sua grande motivação para a escrita.

Foi igualmente notável pianista, bem como aluna de Torriani e de Frei Francisco São Luís, quando frequentava o Colégio das Ursulinas de Coimbra, em Pereira. Poeta em português e francês, traduziu muitas obras importantes, além de ter deixado um livro de memórias dedicado à memória do seu filho.

Obras:

Manuscritos:

Memórias do meu caro filho Manel Matias Vieira. Manuscrito de 134 páginas¹¹⁷.

Conselhos.

Cartas:

Cartas de D. Eugenia da Costa e Almeida e de D. Maria da Gloria da Costa Almeida para ela no *O Instituto*¹¹⁸.

Costa, António da. *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892), 273-303.

¹¹⁴AUC, Registo de batismo da freguesia da Sé Velha de Coimbra. Livro 2b, fl. 163 e 163v.

¹¹⁵AUC, Registo de óbito da freguesia de Sé Velha de Coimbra. Livro 3o, fl. 132. (Segundo Inocêncio teria falecido na França dia 29. Segundo o *Instituto* em Coimbra no dia 28).

¹¹⁶AUC, Registo de casamento da freguesia de Sé Velha de Coimbra. Livro 2c, fl. 38.

¹¹⁷Não foi encontrado este manuscrito, mas trechos da obra podem ser lidos em EPT, Vol. 2, 167-169 (trechos retirados do texto que segue), MPT, 287-294; 295-299; 300-308.

¹¹⁸*Instituto* Vol. XXXVI, nº7 e 8, 497 e 576.

Traduções:

Tradução de Lamartine ‘Une Laine, ou consolation’ na *Cronica Literária*. nº14 de 1857¹¹⁹.

Poesia:

Álbum – fragmentos de cartas de seus entes queridos.

Orações.

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 8-9.

Documentos relevantes:

Inscrição de Manuel Matias Vieira e Fialho de Mendonça em Matemática (1825)¹²⁰.

Menções à autora:

Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna*(Paris: Garnier, 1895), 379.

Subscrição de Castilho, António Feliciano de. *Cartas de Echo a Narciso: dedicadas a mocidade academica*. (Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 1825).

Estudos sobre a autora:

‘Maria Cecilia Aillaud’. In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-0720-Ceclia-Aillaud>

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal* Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 167-169.

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 7-9.

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 615.

Costa, António da. *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892), 273-303.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 201.

¹¹⁹GR. 8398.

¹²⁰AUC PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/007129.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983, 10.

Pinto, Abílio Augusto da Fonseca. *Cartas Selectas* (Coimbra: Impr. da Universidade, 1890).

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VI, 137; tomo XVI, 354.

9. D. Maria Margarida Mendonça Stockler Pusich (antes 1781-após 1846)

Biografia

Terceira filha do Tenente General Francisco Borja Garção Stockler, 1º barão da Vila da Praia (1759- 1829), e da sua primeira esposa, Inês Gertrude de Mendonça e Moura. O pai casou em segundas núpcias com sua sobrinha Maria Margarida Stockler, nascida em 1801. D. Maria Margarida Mendonça Stockler casou em 1830¹²¹ com Jerónimo António Pusich, oficial da Marinha da Guerra, General em Goa, e irmão de Antónia Gertrudes Pusich. O marido foi também Governador da Ilha de São Vicente e de Braga, tendo falecido em Santarém, em 1862.

Obras:

Poesia:

‘Cançoneta’¹²².

‘O natal. Adoração’. ‘Carta. Minha boa e antiga amiga. Poema’ e ‘A uma rosa Branca’¹²³.

‘Soneto ao auctor de uma carta que em defeza de seu pae, general Stockler, saiu na Gazeta Universal’¹²⁴.

Romance:

*Distico. Feito ao cypreste por mim semeado e depois plantado no meu jardim no anno de 1846*¹²⁵.

¹²¹ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Engrácia de Lisboa. Livro 13c, fl. 66v.

¹²² *Ramalhete* n.ºs 274, 275 e 176.

¹²³ *Assembléia Literária* n.º 20, 20 e 26.

¹²⁴ *Gazeta Universal*. n.º 34 de 1823.

¹²⁵ *Assembleia Litteraria*. n.º 5.

Documentos Relevantes:

Carta de Padrão de Tença de 28,000 reis em um dos Almojarifados do Reino, renunciada por Francisco Borges Lobo. (1781)¹²⁶. A tença é de 12000 reis para Francisco Borja Stocker, seu pai, e 28000 para Maria Margarida Stockler.

Menções à autora:

Ramalhete n°274, de 1 junho de 1843.

Estudos sobre a autora:

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo XVI, 359.

10. D. Leonor da Câmara, 1^a **marquesa da Ponta Delgada** (Lisboa, Alcântara, 30/05/1781¹²⁷ - Vale de Santarém, 27/03/1850)

Biografia

Nascida no Palácio da Junqueira, em Lisboa, a 30 de maio de 1781, D. Leonor era filha do segundo casamento de D. Luís António José Maria da Câmara, 6º conde da Ribeira Grande (1754-1802) com D. Maria Rita de Almeida e Lorena.

D. Leonor da Câmara teve uma longa vida política, sempre muito próxima da família real. Em 1820, foi nomeada Dama da Corte da rainha D. Carlota Joaquina. Oito anos mais tarde, com a vinda de D. Miguel para Portugal, D. Leonor é expulsa da corte acusada de ser “defensora da Carta e um espírito demasiado liberal”¹²⁸. Já em 1829, D. Leonor volta a ser chamada, desta vez pelo duque de Palmela, para se tornar educadora da jovem D. Maria II, então em Londres, e que mais tarde acompanhou no Brasil e na França. No dia 10 de março desse mesmo ano, aos 48 anos de idade, D. Leonor tornava-se a figura mais próxima da Rainha de apenas 9 anos de idade, por quem os Liberais se batiam.

A futura marquesa acompanhou a Rainha até outubro de 1833, quando D. Maria tinha 14 anos e já tinha regressado a Lisboa. Nessa altura, D. Pedro IV, regente em nome da filha,

¹²⁶Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.10, f. 23 e Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.10(2), f. 21.

¹²⁷ANTT, Registo de batismo da freguesia de Alcântara de Lisboa. Livro 5b, fl. 25.

¹²⁸Manuel Ferreira, *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada* (Ponta Delgada: s.n, 1991), 22.

destituiu-a do cargo. Ainda que afastada, a mestra continuou a defender o lugar da pupila no trono Português e recebeu da Rainha em 1835, já após o falecimento de D. Pedro IV, o título de marquesa de Ponta Delgada.

Faleceu solteira e numa de suas quintas no Vale de Santarém, no dia 27 de março de 1850¹²⁹.

Obras:

Cartas:

Carta para Marino Miguel Franzini da Marquesa de Ponta Delgada, (1842)¹³⁰, na qual ela pede emprego para uma senhora.

In. Ferreira, Manuel. *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada* (Ponta Delgada: s.n, 1991).

Estudos sobre a autora:

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 503.

Ferreira, Manuel. *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada* (Ponta Delgada: s.n, 1991).

Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol 3 (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 155.

11. Francisca Paula Possolo da Costa, Francília (Lisboa, Encarnação, 4/10/1783¹³¹ - Cartaxo, 19/07/1838)

Biografia

Filha de Nicolau Possolo (1757-1824) e de Maria do Carmo Correia de Magalhães Botelho de Moraes Freirão Calabre (1761-1848), D. Francisca Paula aprendeu a ler ainda em criança, tendo estudado música e francês. Viria a dedicar-se à poesia. Juntamente com o seu marido, João Baptista Angelo da Costa, “Jónio” (antes 1813-1830¹³²), com quem casou aos 21

¹²⁹Ferreira, *A Ilustre Marquesa de Ponta Delgada*, 155.

¹³⁰ANTT. Adília Mendes, mç 7. n.º 13.179.

¹³¹ANTT, Registo de batismo da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 18b, fl. 121v. Cf. Andrea Gisela Vilela Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*» *Introdução à vida e obra de Francisca Possolo (1783-1838)*. (Dissertação Mestrado, Universidade do Porto, 2006), 38.

¹³²Faleceu no dia 14 de novembro de 1830. Cf. Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*», 92.

anos, em 16 de abril de 1804¹³³, estabeleceu em sua casa um salão frequentado por várias figuras ilustres, entre elas, a marquesa de Alorna, a viscondessa de Balsemão, Mariana Antónia Maldonado, o irmão desta, João Vicente Pimentel Maldonado, Belchior Curvo Semedo, Francisco Freire de Carvalho (o conde de Sabugal), Domingos Borges de Barros, António Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano, assim como alguns deputados e membros do governo.

O casal pertencente à burguesia, residia no palacete das Trinas de Mocambo, local onde ofereciam bailes e onde decorriam os referidos salões, durante os quais por vezes se representavam peças de teatro francesas, traduzidas por D. Francisca.

Tinha o nome arcádio *Francilia* e assinava D. F. P. P. C. Esteve casada por 16 anos, tendo falecido 7 anos após a morte do marido, em 1838.

Obras:

Manuscritos:

Duas comédias inéditas, *Ricardo ou a Força do Destino* e *o Duque de Clèves. Hermínia e Clarice, ou os Caprichos da Sorte*¹³⁴.

Cartas:

"Célebre" carta ao conde de las Cases¹³⁵.

Traduções:

Conversações sobre a pluralidade dos mundos por Fontenelle; (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841)¹³⁶. Este foi publicado postumamente pela família da autora.
Corina ou a Italia por Mme. de Staël; (Lisboa: Imprensa Nacional, 1834)¹³⁷.

Poesia:

‘Em êrma praia dilatada, e frio...’¹³⁸

‘Prológo Dramático’ (inédito) e ‘Contra a entrega de Lisboa aos Invasores’¹³⁹.

‘Soneto’ e sonetos ao marido¹⁴⁰.

¹³³ ANTT, Registo de casamento da freguesia da Lapa de Lisboa. Livro 4c, fl. 40v. Cf. Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*», 44.

¹³⁴ Cf. Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*», 14.

¹³⁵ Cf. EPT, 99.

¹³⁶ GR. 5701. Prefácio da Tradutora na AI, 319.

¹³⁷ GR. 4397, GR. 7008. *Jornal da Sociedade Dos Amigos das Letras*. nº1 de 1836, 29.

¹³⁸ EPT, 102-104.

¹³⁹ AI, 606 e 606.

Epístola ‘Francília e Alcipe’¹⁴¹,

Epístola. ‘Francília a Castilho’. In. Castilho, António Feliciano, *Palestras religiosas*, Tomo I, 95-96¹⁴².

Francília, Pastora do Têjo. Poesias de D. F. P. P. C (Lisboa: Impressão Regia, 1816)¹⁴³.

Sonetos... recitados no Real Theatro de S. Carlos (Lisboa: Tip de R. J. de Carvalho, 1826)¹⁴⁴.

Romance:

Henriqueta de Orleans ou o Heroísmo. (Lisboa: Impressão Regia, 1829)¹⁴⁵. Assinado D. S. P. P. C.

Menções à autora:

Piucco, Narceli. «‘*Corinne ou l’Italie*’ de Mme de Staël»: da adaptação à retradução estrangeirizante. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008).

Estudos sobre a autora:

‘Francisca de Paula Possolo da Costa’, In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-0720-Francisca-de-Paula-Possolo-da-Costa>.

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal* Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 93-105.

Borges, Andrea Gisela Vilela. “*Meu triste canto deve ser ouvido*” *Introdução à vida e obra de Francisca Possolo (1783-1838)* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2006).

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 238-240.

¹⁴⁰MPT, 241-242, 245, 248 e 249.

¹⁴¹AI, 604 e MPT, 242.

¹⁴²Cf. Borges, «*Meu triste canto deve ser ouvido*», 93.

¹⁴³Dedicatória na AI, 312.

¹⁴⁴AI, 607.

¹⁴⁵Excerto na AI, 318.

- Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 355-356.
- Costa, António da. *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892), 241-250.
- Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 109.
- Lisboa, Eugénio (Coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. 4 volumes (Lisboa: Publicações Europa-América, 1994), 507-508).
- Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 157.
- Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869), 68.
- Salvado, António. *Antologia das mulheres poetas portuguesas*. (Lisboa: Delfos, sd.).
- Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), Tomo II, 318.

12. D. Mariana Vicência de Sousa Holstein, **condessa de Alva** (Turim, 05/05/1784- França, 18/04/1829)

Biografia

Filha de Alexandre de Sousa e Holstein (1751-1803), conde de Sanfré, e de D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho (1753-1793), D. Mariana nasceu em Turim, tendo passado a sua infância no Castelo de Sanfré. Irmã do duque de Palmela, a jovem era leitora dos clássicos, dominava o italiano e o francês, além de possuir algumas noções de inglês, tendo-se dedicado também à pintura. Casou a 10 de março de 1800 com o seu tio, D. Luís Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim (1783-?), 3º conde de Alva e 1º marquês de Santa Iria.

Obras:

Cartas:

Ventura, António (org.). *'Um olhar feminino sobre Portugal'. D. Mariana de Sousa Holstein Condessa de Alva. Cartas a sua irmã Teresa (1814-1819)*. (Lisboa: Livro Horizonte, 2006).

Estudos sobre a autora:

Ventura, António (org.). *'Um olhar feminino sobre Portugal'. D. Mariana de Sousa Holstein Condessa de Alva. Cartas a sua irmã Teresa (1814-1819)*. (Lisboa: Livro Horizonte, 2006).

Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol 1 (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 262-263.

13. D. Maria da Trindade (de) Portugal Malheiro e Melo Baiana (antes de 1785- posterior a 1819)

Biografia

Publicista portuguesa. Provavelmente filha de António Manuel Leite Pacheco Malheiro e Melo Baiano, fidalgo da Ordem de Cristo, e de sua esposa D. Violante Engrácia de Sá.

Obras:

Conselhos e avisos de huma mãe a seus filhos (Lisboa: Offic. de Joaquim Thomas de Aquino Bulhões, 1812).

Documentos Relevantes:

Certidão passada a favor do Autor António Carlos Sances Baena e sua irmã como como (sic) herdeira de seo pay Dom António Sances Baena Frainha contra António Manuel Leite Pacheco Malheiro e Mello. (1785)¹⁴⁶.

Menções à autora:

Obra mencionada na *Gazeta de Lisboa* nº35 de 10 de fevereiro de 1820.

Estudos sobre a autora:

¹⁴⁶ANTT. Feitos Findos, Administração de Casas, mc 44. nº1.

‘Maria da Trindade Malheiro de Portugal Malheiro e Melo Baiana’. In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-1017-Maria-da-Trindade-de-Portugal-Malheiro-e-Melo-Baiana->

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983),22.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo XVI, 361.

14. **D. Maria Perpétua Machado de Castro e Sousa** (antes de 1785 - após 1861)

Biografia

Filha de Joaquim Machado de Castro (1731–1822) e de Ana Bárbara de Sousa, sua terceira esposa, com quem casou em 13 de abril de 1779. Irmã de D. Maria Benedita Machado de Castro e Sousa.

Obras:

Cartas:

Escreveu carta para *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, nº 4 de 1843, junto com sua irmã D. Mariana Perpetua Machado de Castro e Sousa.

A mesma em *A Restauração* nº378 de 1843.

Documentos relevantes:

Autos de habilitação de D. Maria Benedita de Castro e Sousa (1821)¹⁴⁷.

Sobre a herança de seu tio Francisco Xavier Machado, brigadeiro, nascido no Brasil. O processo correu pelo cartório do escrivão Bento Gualdino da Silva Valadares.

Menções à autora:

Aparece na lista de pessoas que doaram roupas para os militares na *Gazeta de Lisboa*, nº 37 de 1833, 188.

¹⁴⁷ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 405, n.º 15.

Mencionada, junto a irmã e a mãe na *Revista Universal Lisbonense* em artigo sobre a comemoração da vida do pai Vol, II, nº 9 de 1842, 102.

15. **D. Maria Benedita Machado de Castro e Sousa** (23/08/1785 - 29/03/1861¹⁴⁸)

Biografia

Filha mais nova de Joaquim Machado de Castro (1731–1822) e de Ana Bárbara de Sousa, sua terceira esposa, com quem casou em 13 de abril de 1779.

Obras:

Cartas:

Escreveu carta para *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, nº 4 de 1843, junto com sua irmã D. Mariana Perpetua Machado de Castro e Sousa.

A mesma em *A Restauração* nº378 de 1843.

Documentos relevantes:

*Álvara de penção para Mariana Perpétua e Sousa, por falecimento de sua irmã Maria Benedicta de Castro e Sousa*¹⁴⁹.

Autos de habilitação de D. Maria Benedita de Castro e Sousa (1821)¹⁵⁰.
Sobre a herança de seu tio Francisco Xavier Machado, brigadeiro, nascido no Brasil. O processo correu pelo cartório do escrivão Bento Gualdino da Silva Valadares.

Menções à autora:

Aparece na lista de pessoas que doaram roupas para os militares na *Gazeta de Lisboa*, nº 37 de 1833, 188.

Mencionada, junto a irmã e a mãe na *Revista Universal Lisbonense* em artigo sobre a comemoração da vida do pai Vol. II, nº 9 de 1842, 102.

¹⁴⁸Data mencionada em ANTT. Registo Geral de Mercês, D.Pedro V, liv.23, fl.177.

¹⁴⁹ANTT, Registo Geral de Mercês, D.Pedro V, liv.23, fl.177.

¹⁵⁰ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 405, n.º 15.

16. **Perpétua, "por huma menina portugueza" (1789-?)**

Traduções

*O triunfo, ou História de hum povo desgraçado pelo vicio, e feliz pela virtude. Composta em francez por Mr. de Montesquieu, (Lisboa: Officina de Joaquim Thomaz d'Aquino Bulhões, 1801)*¹⁵¹.

17. **Eufrosina Pais de Noronha (Ucassaim, Goa, 1790 ou 1795-?)**

Biografia

Natural de Ucassaim, Goa, D. Eufrosina foi casada com Sérvulo Deodato de Noronha e mãe do prelado de Moçambique, D. Isidoro Caetano do Rosário Noronha Baudez (1815-1877), nascido em Goa a 3 de abril de 1815.

Obras:

*A fé triunfando na Índia Portuguesa (1859), e Os milagres de São Francisco de Xavier e a Pastoral do Governador do Arcebispado de Goa*¹⁵².

Estudos sobre a autora:

‘Eufrosina Pais de Noronha’, In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-0615-Eufrosina-Pais-de-Noronha>.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983, 139.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), Tomo XXIII, 88.

¹⁵¹GR. 2320.

¹⁵²*Nação*, nº 3186 e 3952 de 1859.

18. **Joana Margarida (Maurícia) Mância Ribeiro da Silva Guimarães**
(Lisboa, São Julião, 29/09/1792¹⁵³ - após 1826)

Biografia

Poetisa natural de Lisboa, batizada em São Julião. Segundo as informações de Pereira Caldas, a autora era, na verdade, natural da região do Minho, nascida entre Guimarães e Pombal. Filha do Tenente Capitão Desidério José Mância Ribeiro da Silva e de Ana Maria da Anunciação Ferreira. O seu registo de batismo, de 15 de outubro de 1792, indica-nos que terá nascido a 29 de setembro desse ano. O seu pai, batizado em Lisboa, Anjos, seria filho de pais incógnitos. Já a mãe, também nascida em Lisboa, na Ajuda, era filha de José Rodrigues Ferreira e Bernarda Micaela. No registo de batismo da autora, aparece como padrinho José Faustino Ferreira, morador da Rua Nova D'El Rei da freguesia de São Julião, e são referidos Ana Margarida e Ricardo José Ferreira de Miranda, primo da batizada.

Num poema seu, menciona a mãe, a quem chama “Anália” e um irmão, Januário, que terá nascido a 27 de dezembro de 1794¹⁵⁴, sendo batizado 7 de janeiro do ano seguinte. Terá passado a residir com uma tia, quando o seu pai partiu para a guerra napoleônica, campanha durante a qual terá sido promovido a capitão.

Casou a 7 de janeiro de 1825¹⁵⁵ com António Joaquim de Oliveira Guimarães, que era viúvo de Joana Maria Salgado (falecida em São Miguel). As testemunhas do casamento foram Patrício Marques e Luís António de Melo.

Obras:

Poesia:

Collecção Nova de Poesias (Lisboa: Imprensa Régia, 1812-1813).

Composições Poéticas em elogio a sua magestade o Sr. D. Pedro IV (Lisboa: Imprensa Regia, 1826).

Elogio ao Illmo e Ex^{mo} Senhor Wellesley, General Chefe das Tropas Britanicas (Lisboa: Imprensa Regia, 1813).

Poesias Lyricas (Lisboa: Imp. Regia, 1820).

Poesias Ternas. (Lisboa: Imprensa Régia, 1826).

¹⁵³ANTT, Registo de batismo da freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 6b, fl.49v

¹⁵⁴ANTT, Registo de batismo da freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 6b, fl. 402v.

¹⁵⁵ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 05c, fl 63.

Outros:

História:

Invasão da Rússia, destroço do exercito francez na memorável campanha de 1812. Resumo histórico traduzido livremente, e adicionado com observações e notas extrahidas dos Officios Ministeriais públicos, e colhidos pelo testemunho ocular de pessoas sensatas, e fidedignas (Lisboa: Imprensa Regia, 1817)¹⁵⁶.

Memória:

Obra poetica de D. Joana Margarida Mancia Ribeiro da Silva, em que descreve a sua vida (Lisboa: Imprensa Regia, 1815)¹⁵⁷.

Menções à autora:

Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna* (Paris:Garnier, 1895), 380.

Estudos sobre a autora:

‘Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva’, In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-1015-Joana-Margarida-Mncia-Ribeiro-da-Silva->.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983, 166.

Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869), 70.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), Tomo III, 281.

¹⁵⁶GR. 3342. Mencionado no *Jornal de Coimbra*. Vol. 11, nº44, 52; no *Jornal Correio Braziliense ou Armazen*, Vol. 19, nº112, 257. E em Adriano Balbi *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve: comparé...*, Vol. 2, (Paris: Rey y Gracie, 1822), ccci.

¹⁵⁷Mencionada em lista de livros publicados pela Imprensa Régia, no *Jornal de Coimbra*, Vol. 8, nº42.

19. **Gertrudes Angélica da Cunha** (Lisboa, 29/05/1794¹⁵⁸ - Rio de Janeiro, 28/08/1850)¹⁵⁹

Biografia

Nascida em Lisboa a 29 de maio de 1794, destacou-se como poetisa e atriz. Assinava como G. A. da C. e atuou tanto no Brasil quanto em Portugal. Quando de sua chegada ao Brasil, Gertrudes participou da Companhia de João Caetano, que foi a primeira a atuar no Teatro de São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro. Foi ainda societária do teatro da Rua dos Condes. Mãe da também conhecida atriz Gabriela Augusta da Cunha (1821-1882).

D. Gertrudes nunca deixou de atuar, tendo abandonado a sua atividade muito próxima da hora da morte¹⁶⁰, ocorrida a 28 de agosto de 1850, no Rio de Janeiro.

Obras:

Poesia:

Collecção curiosa de varias producções poeticas de G. A. Da C.: a que ajunta o monologo tão applaudido no seu debute, em Janeiro de 1835, quando de novo voltou ao theatro do Porto. (Porto : Imprensa de Gandra & Filhos, 1835).

Miscelania Constitucional (Lisboa: Typ de Bulhões, 1826).

Poesias (1843).

Outros

Teatro:

Norma : tragedia em tres actos; A feliz mudança de sexo ou Quanto podem as boas maneiras : comedia em um acto; O noivo do Algarve ou Astucias de dous ladinos: comedia tambem em 1 acto. (Rio de Janeiro [sic]: Typographia de Teixeira e C^a, 1848). Supõe-se tradução de Felice Romani, mas o texto não diz se é ou não tradução).

Oh que apuros! ou O noivo em mangas de camisa : comedia em 1 acto (Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de Paula Brito, 1842).

¹⁵⁸ João Caetano dos Santos. *Lições Dramáticas* (Rio de Janeiro: Typ de Villeneuve, 1862), 240.

¹⁵⁹ *Diário do Rio de Janeiro*. nº 8483 de 1850; e *Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal*. nº 217 de 1850.

¹⁶⁰ O que é perceptível através da sua presença constante nos periódicos do Rio de Janeiro.

Menções à autora:

Sequeira, G. de Matos. *Depois do terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Volume IV. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1935), 362.

Machado, Júlio Cesar. *Os teatros de Lisboa*. (Lisboa: Editorial Notícias, 1991 [1875]), 143.

Estudos sobre a autora:

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 114.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 56-57.

Santos, João Caetano dos. *Lições Dramáticas* (Rio de Janeiro: Typ de Villeneuve, 1862).

20. Maria da Felicidade de Couto Browne. Soror Dolores, Coruja Trovadora (Porto, Miragaia, 21/06/179¹⁶¹ - Porto, Miragaia, 08/11/1861¹⁶²)

Biografia

Esta poetisa do Porto, classificada pela revista *Peninsular* como a primeira poetisa portuguesa¹⁶³, foi batizada em Miragaia, e teria nascido a 10 de janeiro de 1800, segundo o *Dicionário Bibliográfico portuguez*¹⁶⁴. No entanto, seu registo de óbito indica que tinha 62 anos quando de seu falecimento, a 8 de novembro de 1861. Numa pesquisa pelos registos de batismo da freguesia onde teria nascido, Miragaia, foi encontrada apenas uma *Maria Couto*, mas nascida em 21 de junho de 1797, filha de José Ferreira Carvalho de Couto e Maria Máxima de Carvalho. Na data em que supostamente teria nascido, de acordo com o *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, não foi encontrada nenhuma Maria.

D. Maria da Felicidade de Couto casou com Manuel Clamouse Browne (1790-1857), de origem irlandesa, comerciante abastado de vinhos e fundador da Sociedade Humanitária do Porto. A profissão do marido tê-lo-á levado a deslocar-se ao Brasil por duas ocasiões

¹⁶¹ADP, Registo de batismo da freguesia de Miragaia do Porto. Livro 13, fl 407v.

¹⁶²ADP, Registo de óbito da freguesia de Miragaia do Porto. Livro 16, fl 15.

¹⁶³D. S. P. P. C, *Henriqueta de Orleans*.

¹⁶⁴Inocência, *Dicionário bibliográfico portuguez*, Tomo VI: 138, Tomo XVI: 355, Tomo XIX: 236.

conhecidas, a 2 de abril de 1824 e a 5 de maio de 1830. Na primeira, ter-se-á feito acompanhar por sua esposa e por uma criada¹⁶⁵, Maria da Costa Coelho. Na segunda, viajou apenas com um dos filhos do casal, Manuel Clamouse Browne Junior, então com 13 anos de idade¹⁶⁶. Além deste, o casal teve três filhos mais: Eulália Ernestina Clamouse Browne, Júlia de Clamouse Browne e Ricardo de Clamouse Browne.

D. Maria da Felicidade faleceu em sua casa, no nº 57-58 do Largo da Vitória, na freguesia de São Pedro de Miragaia, já viúva, e não terá deixado testamento. Está enterrada no Cemitério da Lapa, no Porto, no mausoléu nº 56 (divisão 1), erigido quando do falecimento do marido¹⁶⁷.

Obras:

Poesia:

‘Epigrafe’. In Camilo, Castelo Branco. *O Pagem de Aljubarrota*.

‘O primeiro de maio’, in Moura, Vasco Graça. *366 poemas que falam de amor*. (Lisboa: Quetzal, 2003).

‘Origem de meus tristes cantos’, ‘Aminha ottomana’, ‘A primavera do Bardo’, ‘Um canto’ e ‘Um voto’. Assinados por S.... D....¹⁶⁸.

‘Quando no mundo acorde’ e ‘Aos vates’¹⁶⁹.

A coruja trovadoura. Nunca colocado à venda, e sim dado a amigos.

Poesia na partida de Carlos Alberto, Folha Volante (sl: sn., sd). Acesso via <http://leitormais.blogspot.pt/2012/04/maria-da-felicidade-do-couto-browne-na.html>.

Sonetos e Poesias (? : ?, 1854).

Sóror Dolores (Porto: Gandra & Filhos, 1849). Todas estas poesias encontram-se também em *Vibrações da Madrugada*.

Virações da Madrugada (sl: sn, 1854). Acesso via <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044004871463;view=1up;seq=11>.

Obras que lhe foram dedicadas:

¹⁶⁵ Informação encontrada em Fernando de Sousa e Teresa Cirne. *Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil: (1805-1832)*. (Porto : CEPESSE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2007), 235.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ O túmulo é um morro de pedra com uma cruz, no qual o nome Clamouste Browne já é difícil de ser lido.

¹⁶⁸ *O Bardo*, 1852, 5, 17, 33, 65, 81.

¹⁶⁹ *Miscelânea Poética*, n^{os} 2e 4 de 1851.

Branco, Camillo Castello. *O Marquês de Torres Novas. Drama em cinco actos.* (Porto: Casa de F. G. da Fonseca, 1849).

Documentos Relevantes:

Álbum de Autógrafos. Contem autógrafos de diversos autores, entre os quais: Almeida Garrett, visconde de Azevedo, António da Cunha Sotomaior, Maria de Jesus Machado, L.A. Palmeirim, J. de Lemos, José de Urcullu, Luís Moreira Maia da Silva, José da Silva Mendes Leal Júnior, A. Lopes de Mendonça, Carlos Bento, Alexandre Herculano, R. de Bulhão Pato, Marquês de Penalva, A. de Melo, A. de Serpa, Manuel de Castro Pereira, António Augusto Coelho de Magalhães, António Girão, J. d'A Rangel, Maria Rangel, E. Moser, F. Palha, Nuno Maria de Sousa Moura, B. Martins da Silva, E. Moré, Emília Cruz de Azevedo, Miguel Carlos de Macedo Sotomaior e Azevedo, José Augusto Correia Leal, José Vitorino Damásio, Rodrigo Nogueira Soares, Faustino Xavier de Novais, José Estevão, E. Schmitz, José Gregorio Lopes da Câmara Suival¹⁷⁰.

Plantas da Casa de Manuel Clamouse Browne. Licença de obra n.º: 155 (1856)¹⁷¹.

Menções à autora:

Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna* (Paris: Garnier, 1895), 380.

Subscrição das *Oeuvres de M. A. Lamartine. Recueillments Poétiques.* (Paris: Firmin Didot, 1850), 385. Seu nome aparece como “Couto-Brown, à Porto, Portugal”. Seguindo-a na listagem [Camilo] Castelo-Branco.

Estudos sobre a autora:

‘Maria da Felicidade de Couto Browne’, In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-0719-Maria-da-Felicidade-do-Couto-Browne>.

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal Vol. 2* (Lisboa: s.n, 1924), 171-175.

¹⁷⁰Feitos a pedido de seu filho Manuel Browne. BMP. Manuscritos. MA-Maria da Felicidade Browne.

¹⁷¹AMP D-CMP/7(19) - f. 283-285.

- Basto, A. de Magalhães. 'Folheando um velho album da poetisa portuense D. Maria Felicidade do Couto Clamouse Browne'. Separata da Revista *O tripeiro*, A 13 (4/6), (Porto: sl, 1957).
- Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 131- 132.
- Costa, António da. *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892), 304.
- Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 199-200.
- Lisboa, Eugénio (Coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. 4 volumes (Lisboa: Publicações Europa-América, 1994), 517-518.
- Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 34.
- Oliveira, Américo Lopes. *Dicionário de Mulheres Celebres*. (Porto: Lello &Irmãos, 1981).
- Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869), 69.
- Salvado, António. *Antologia das mulheres poetas portuguesas*. (Lisboa: Delfos, sd.).
- Sampaio, Bruno. *Portuenses Ilustres*. Tomo II. (Porto: Livraria Magalhães & Moniz, Porto, 1907-1908), 147-163.
- Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VI, 138; tomo XVI, 355; tomo XIX, 236.

21. **(Maria) Leonor do Resgate Correia de Sá e Benevides** (Lisboa, Santos-O-Velho, 07/04/1799¹⁷²- após 1851)

Biografia

Publicista portuguesa, filha de Salvador Correia de Sá Benevides Velasco da Câmara, 5º visconde de Asseca, e de Maria Benedita de São Paio Melo e Castro. Nascida em 7 de abril de 1779, foi batizada quatro dias depois, tendo como padrinhos o marquês de Pombal e a sua

¹⁷²ANTT, Registo de batismo da freguesia de Santos-o-Velho de Lisboa. Livro 31, fl. 135v.

esposa. Casou em Sintra, no dia 25 de junho de 1823¹⁷³, com o fidalgo e morgado do Cabo, Manuel Pais de Sande e Castro (1780-1903), que também foi Comendador dos Mamede de Mocadouro em abril de 1800¹⁷⁴. Desconhece-se a data exata do seu falecimento, que terá ocorrido após o batizado do seu neto, último registo onde encontramos a sua presença. O neto em questão, o Marquês de Soveral (São João da Pesqueira, São Tiago, 28/05/1851- Paris, 05/10/1922) terá sido batizado na Quinta de Sidrô, em São João da Pesqueira.

Obras:

Traduções:

A escola da virtude (Lisboa: Imprensa Nacional, 1830)¹⁷⁵. Talvez tradução de *École de la vertu ou lettres Morales utiles à toutes personnes pour se conduire dans le monde, principalement à la jeunesse*, (Poitiers, 1772); autor desconhecido.

*A Interessante Agnes e seu pai. Traduzido por **** (Lisboa: Imprensa Regia, Lisboa, 1830)¹⁷⁶.

*Archambaud e Batilde, ou a escrava rainha, traduzidos por **** (Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854 [1817]). Pode ser a tradução de um romance francês, *Batilde, ou l'héroïsme de l'amour* de Mr. Dysembart de la Fossardrie (1775).

Genli, Madame. *Os Votos temerários, ou o entusiasmo traduzidos por ****. (Lisboa: Imprensa Régia, 1819)¹⁷⁷.

Lambert, marquesa. *Avisos de uma Mãe a seu Filho*. (Lisboa: Imprensa Nacional. 1818)¹⁷⁸.

*O Sítio da rochella , ou o Infortunio e a Consciência /traduzido por **** (Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, 1834, 1842, 1869)¹⁷⁹.

Documentos relevantes:

Carta de Padrão. Tença. (1778)¹⁸⁰. Tença de sua tia que estava doente e era dama da Rainha Mãe.

Estudos sobre a autora:

¹⁷³ ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Martinho de Sintra. Livro 3c, fl. 50.

¹⁷⁴ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I. livro 30. f. 304.

¹⁷⁵ GR. 4152. Na BNP marca como cota S.A. 2155 P, mas lá só existe 2155V que não é o livro.

¹⁷⁶ GR. 4153. RGPL 21 F 40.

¹⁷⁷ CLBF, nº 2680.

¹⁷⁸ GR. 34463.

¹⁷⁹ GR. 2778 e LNTP B138.

¹⁸⁰ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I. livro 4. fl 91 e livro 4(2). fl 85.

‘Leonor Correia de Sá’. In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-1017-Leonor-Correia-de-S>

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 27.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo V, 178.

Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol 1 (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 324-327.

22. **Paulina de Flaugergues** (Rodez, 21/08/1799- Paris, 10/02/1878)

Biografia

Filha de Pedro Francisco Flaugergues (1759-1836), francês partidário dos Girondinos e arruinado pela política, e de D. Maria Antonieta (Antoinette) Sophis Patris, nascida em Rodez, capital de Tryron, França. Foi preceptora das filhas da Infanta D. Ana de Jesus Maria, esposa do Duque de Loulé, e, mais tarde, das filhas do inglês Guilherme Roope. Veio para Portugal em 1835, arruinada após a morte do pai, e aqui ficou durante 4 anos. Depois, viveu 10 anos com o polêmico escritor Henrique Latouche numa vivenda em Fontenay-aux-roses. Morreu num asilo em Paris.

Obras:

Cartas:

Pimpão, Álvaro J. da Costa. ‘Castilho e Pauline de Flaugergues: um encontro romântico’. Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* ano V. nº17-18. (Coimbra, 1959).

Traduções:

Traduziu poesias de Garrett.

Hangarth, William. *La Grèce: poème traduit de l'anglais par Mademoiselle Pauline Flaugergues*. (Paris: Achille Désauges, 1827).

La Violette d'Or. Imité del anglaise par Madem^{elle} Pauline de Flaugergues. (Paris : Désirée Eymery, 1835). Acesso via <https://books.google.pt/books?id=beWnM3vxt8sC&pg=PA5&lpg=PA5&dq=%22la+violette+d%27or%22&source=bl&ots=Uw-ES5AouF&sig=NUqkzdl2rQSIYxXw4xt4Vf2G-xQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKewijy82R5MPPAhWFpx4KHeFhCZ8Q6AEIGzAA#v=onepage&q=%22la%20violette%20d'or%22&f=false>.

Uma voz do céu, tradução de uma canção de M^{elle} P. F.... Trad. de F¹⁸¹.

Poesia:

*Acyon do Cabo*¹⁸².

Au borde du tage. (Paris: Olivier- Fulgence, 1841) e (Paris: Paul Renduart, 19--). Acesso via <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61161213.r=flaugergues?rk=85837;2>.

Combes de Patris, B. *Pauline de Flaugerge et son oeuvre.* (Paris: E. de Boccard, 1927).

H. de Latouche. (Sceaux: Impr. de E. Dépée, 1853). Acesso via <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5617918p.r=flaugergues?rk=42918;4>.

Le Bruyère. (Paris: V. A. Waille, 1854-) Acesso via <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6151103q.r=flaugergues?rk=107296;4>

Les Epaves. (Sceaux: Imprimerie Charaire et fils, 1873). Acesso via <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6372114v.r=flaugergues?rk=21459;2>.

Vários no periódico *A Abelha*, de Catarina Andrada.

Outros:

Entretiens sur les Beautés de la Nature (Paris, 1856).

Latouche, H. *Encore Adieu : dernières poésies par H. de Latouche ; avec une préface de M. Pelletan, publiées par Mlle Pauline Flaugergues* (Paris; Garnier Frères Libraires, 1853). Acesso via <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5470340f.r=flaugergues?rk=150215;2>.

Menções à autora:

Branco, Manuel Bernardes. *Portugal e os estrangeiros obra dividida em quatro partes.* (Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1879), 341.

¹⁸¹GR 8391. *Abeille* n.º13 de 1857, 120.

¹⁸²*Mosaíco* n.º 58 de 13 de abril 1840.

Estudos sobre a autora:

‘Esboço biográfico’. in Pinto, A. A. De Fonseca. *Parnaso Mariano* .

George Sand, pseudónimo de Amandine Aurore Lucile Dupin (1804-1876), que era sua amiga, publicou um artigo no *Sécle* em 1851.

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal* Vol. e 2 (Lisboa: s.n, 1924), 148-149.

Lima, Henrique de Campos Ferreira. ‘Garret e o Brasil, notas biographicas; Uma poetisa francesa em Portugal, Pauline de Flaugergues’. in *Persée. Bulletin Hispanique*. Vol 26 nº3. (s.l, 1924), 284-287.

Patris, B. Combes de. *Pauline de Flaugergues et son oeuvre*. (Paris: E. de Boccard, 1927).

Pimpão, Álvaro J. da Costa. ‘Castilho e Pauline de Flaugergues: um encontro romantico’. Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* ano V. nº17-18. (Coimbra, 1959).

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo XVII, 335-336.

23. Sórora Eugénia Cândida de Costa e Almeida (1802 - 15/04/1873)

Biografia

Eugénia Cândida de Costa e Almeida nasceu em 1802, e foi abadessa do colégio das Ursulinas, em Coimbra. Filha de Luís da Costa e Almeida, que foi lente da faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, e Maria José Chaves de Sá Pereira de Almeida. Segundo o *Instituto*, faleceu a 15 de abril de 1873, aos 71 anos de idade e aos 55 de profissão, tendo entrado no convento a 8 de dezembro de 1816 e professado a 2 de fevereiro de 1818. Foi votada superiora do colégio Ursulino da Vila de Pereira em março de 1849, função que exerceu por 20 anos¹⁸³. Foi irmã do também lente da faculdade de matemática de Coimbra, Luís da Costa e Almeida (1849-1919).

Obras: Cartas

Instituto nºs 7 e 8 de 1889.

¹⁸³*Instituto* nº7, 455 de 1889.

Menções à autora:

Irene Vaquinhas, ‘Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino no século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)’. in *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa*, (Lisboa: Colibri história, 2011).

Irene Vaquinhas, ‘O real colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para sua história’. in *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa*, (Lisboa: Colibri história, 2011).

Estudos sobre a autora:

Instituto n.º 7 de 1889.

24. **D. Luísa Maria José Rita Baltazar de Noronha**, condessa da Póvoa
(Lisboa, Lumiar, 29/10/1802 - 23/02/1870)

Biografia:

Filha de D. Caetano José de Noronha e Albuquerque, 1.º conde de Peniche (1753-1829), e de D. Maria José Juliana Lourenço de Almeida (1762-1819), D. Luísa Maria foi a segunda esposa de Henrique Teixeira de Sampaio, 1.º senhor de Sampaio, 1.º barão de Teixeira e conde da Póvoa (1774-1833), sendo que o casamento ocorreu em 1 de março de 1824, quando ela tinha apenas 21 anos e ele 50. Foi mãe de Maria Luísa de Noronha Sampaio (1827-1891), casada com o futuro 2.º duque de Palmela, Domingos António Pedro de Sousa Holstein.

Obras: Cartas

Cartas no *Ecco*¹⁸⁴.

¹⁸⁴ *Ecco*, n.º 368 de 4 de maio de 1839.

25. **Maria Amália de Gouvêa Pinto Bezerra de Lima** (Coimbra, Almedina, 25/11/1802¹⁸⁵-?)

Biografia

Filha do miguelista António Joaquim de Gouveia Pinto Bezerra de Lima (1777-1833) e de D. Caetana Tomásia Bezerra de Lima (c. Coimbra, 22/11/1800¹⁸⁶). Foi batizada na freguesia de Almedina e teve como padrinhos Luísa de Saldanha de Lima (com António Bezerra de Lima como seu procurador) e a condessa de Rio Maior, D. Maria Amália de Carvalho. Neta paterna de António Bezerra de Lima (n. Ponte de Lima), professor de História da Universidade de Coimbra, e de D. Ângela Maria. Neta materna de Gregório de Sá, de Coimbra.

Obras: Poesia

Duas odes, que se fizeram por ocasião da injusta queixa, que alguns emulos... dirigião dous A. S. M. contra o corregedor da comarca de Portalegre António Joaquim Gouvêa Pinto (Lisboa: Imprensa Nacional, 1822).

Poema para D. João VI¹⁸⁷.

26. **D. Margarida Iriarte e Somallo Aymerick Bioslada de Cocio** 1ª baronesa do Casal e **condessa do Casal** (Buenos Aires, 24/04/1804 - Lisboa, 19/01/1854)

Biografia

Nascida em Buenos Aires, D. Margarida obteve a nacionalidade portuguesa através do casamento com o barão-conde do Casal, José de Barros e Abreu Sousa e Alvim (1793-1857), celebrado na sua terra natal a 26 de novembro de 1821. Seu pai era D. Felix Iriarte Aymeric Bioslado do Cocio, Coronel da Infantaria no exército espanhol, que teve grande destaque no Rio da Prata (1748-1806), e sua mãe D. Josepha Somallo Iriarte. Dois irmãos seus foram também importantes para a história militar da Argentina, Tomás de Iriarte (1794-1876) e Félix de Iriarte y Somalo (1805-1842).

¹⁸⁵AUC, Registos de batismo da freguesia de Almedina de Coimbra. Livro 2b, fl. 199 e 199v.

¹⁸⁶AUC, Registos de casamento da freguesia de Almedina de Coimbra. Livro 1c, fl. 10v e 11.

¹⁸⁷*Gazeta de Lisboa*, nº151 de 28 de junho de 1823, 1152-1153.

Inocência afirma que a sua filha teria em seu poder inéditos seus. Em 1836 teria introduzido as rendas de Bilro em Peniche¹⁸⁸.

Foi mãe de Maria Luísa de Barros de Abreu e Sousa e Alvim, 2ª condessa do Casal (Uruguaí, Montevideo, 04/04/1823 – Ponte da Barca, 07/04/1876), casada com Diogo Maria da Silva Campos, e de Maria Adelaide de Barros de Abreu de Sousa e Alvim (11/09/1824-Lisboa, Santa Isabel, 18/11/1852), casada na Ajuda, em Lisboa, em 1826¹⁸⁹.

Obras:

Poesia:

Poema épico dedicado à nação portuguesa/ pela baronesa do Casal. (Braga. J. H. d'O. M, 1842). O poema é de 1839.

Soneto Hispanhol da Condessa do Casal D. Margarida/ pref. Pereira Caldas (Braga, 1887).

Outros - Teatro:

Branca: drama em quatro actos e oito quadros produção e engenho da Condessa do Casal (Porto: Typ S. J. Pereira, 1847)¹⁹⁰. A autora mandou rabiscar a palavra *engenho* em *Produção e engenho da Condessa do Casal*, o que foi comentado pelos periódicos da época; ela "sujara o engenho", "cobrira o engenho", "pintara o engenho", etc..

Menções à autora:

Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna* (Paris: Garnier, 1895), 379.

Correio Mercantil do Rio de Janeiro em 5 de abril de 1848, sobre "Branca"¹⁹¹.

Estudos sobre a autora:

¹⁸⁸ 'Rendas de Bilro' e 'The lace makers of peniche'. Acesso via <http://lapsosdetempo.blogspot.pt/2010/11/rendas-de-bilros.html> ; e <https://gracelaceandterracotta.wordpress.com/2013/08/16/the-lacemakers-of-peniche-part-1/>.

¹⁸⁹ Datas de nascimento e dados biográficos retirados de Torres, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e; Pereira, Manuel de Castro. *Resenhas das famílias titulares do Reino de Portugal, acompanhada das notícias biographicas de alguns indivíduos das mesmas famílias.* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1838), 66.

¹⁹⁰ LNTPE 16.

¹⁹¹ *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, 5 de abril de 1848.

- ‘Margarida Iriarte e Somallo Aymerick Bioslada de Cocio’, In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106880-Cent-XIX/2015-0726-Margarida-Iriarte-e-Somallo-Aymerik-Bioslada-de-Cocio>
- Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 184.
- Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 50-51.
- Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869), 70.
- Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VI, 135; tomo XVI, 348.
- Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol. 1 (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 492-493.

27. **D. Maria Margarida Pereira Cambiassi (Cambache).** Maria Cambiassi (Porto, antes de 1805-?)

Biografia

Poetisa portuguesa, bastante conhecida no seu tempo em Lisboa. Filha de João Cristeno Rocha e D. Ana Eugénia Ambrósio. Irmã do desembargador Cambiassi, do Porto. Morava em Lisboa no início do século, local onde casou com José Maria Martins a 12 de fevereiro de 1805¹⁹².

Obras:

Poesia:

Poesias de Maria Margarida Pereira Cambiassi (Lisboa: Imprensa Régia, 1816)¹⁹³.

Estudos sobre a autora:

¹⁹²Neste como Cambache, ANTT, Registo de casamento da freguesia de Coração de Jesus de Lisboa. Livro 2c, fl. 198v.

¹⁹³Mencionado no *Jornal de Coimbra*. Vol. 11, nº55,57; *Gazeta de Lisboa*. Vol. 8, 12; *Gazeta de Lisboa*, nº202 de 1816.

‘Maria Margarida Pereira Cambiaxi’, In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-0729-Maria-Margarida-Pereira-Cambiaxi>.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 249.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 37.

Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869), 68.

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VI, 141; tomo XVI, 359.

28. **Antónia Gertrudes Pusich** (São Nicolau, N. Senhora do Rosário, 01/10/1805- Lisboa, 05/10/1883)

Biografia

Jornalista, filha do croata António Pusich (1760-1838) e de Ana Maria Isabel Nunes (?-1835), Antónia Pusich nasceu no primeiro de outubro de 1805, na ilha de São Nicolau do arquipélago de Cabo Verde, local onde o pai era intendente da marinha. Em 1821 teria acompanhado a família à metrópole, onde passou a residir pelo resto de sua vida. A jornalista acompanhava o pai, militar, em suas viagens e lhe servia de secretária, tendo também escrito sua biografia. Durante sua vida teve três periódicos, nos quais publicou todo um leque abrangente de obras: da poesia ao romance gótico, passando pela tradução e pelo teatro.

D. Antónia foi casada três vezes, tendo tido 11 filhos. A primeira união foi com o desembargador João Cardoso de Almeida Amado Viana Coelho, ouvidor geral de Cabo Verde, em 2 de julho de 1822¹⁹⁴. Deste casamento nasceram: João António¹⁹⁵, Antónia, Alfredo, Maria, Ana e Ema. Seu segundo marido foi o comendador Francisco Henriques Teixeira, com quem teria casado em 1827¹⁹⁶. Deste teve Miguel Pusich Henriques Teixeira. A

¹⁹⁴Cf. Níkita Talam , ‘*In memoriam* à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’. In. *Studia Romanica et Anglica Zagabiansia*, Vol. 50. (Veljača, 2006), 153.

¹⁹⁵Nascido a 16 de fevereiro de 1825. Cf. Talam , ‘*In memoriam* à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’, 154.

¹⁹⁶Ibidem, 154.

terceira união, ocorreu no dia 16 de abril de 1836, com o capitão José Roberto de Melo Fernandes e Almeida¹⁹⁷. Deste último matrimónio nasceram: António Pusich de Melo¹⁹⁸, Antónia Pusich de Melo¹⁹⁹, Ana Isabel Filomena Pusich de Melo²⁰⁰ e Maria Amélia Pusich de Melo²⁰¹.

De acordo com Inocêncio, faleceu 5 de setembro de 1863, em Lisboa; no entanto, biógrafos e listagem posteriores indicam que a data correta seria 5 de outubro de 1883, em sua casa na rua da São Bento. Também morou na Calçada da Estrela²⁰².

Obras:

Cartas:

Para o jornal *Restauração da Carta* nº83 de 1846.

Poesia:

‘A António Feliciano de Castilho’²⁰³.

‘A morte do meu amigo Licino F. C. de Carvalho’. In António Augusto Passos, *Poesias*.

‘A Santíssima mãe de Deus’²⁰⁴

‘Ao Ex^{mo} Snr. António Pusich’²⁰⁵.

‘Salmo lyrico’ e ‘Salmo a paixão do Senhor’²⁰⁶.

‘Salmo’ e ‘Meditação’²⁰⁷.

‘Um artista portuguez’, ‘A flor perdida’, ‘O mocho’, ‘A insigne cantora M^{me} Catellani, Uma flor’ e ‘O veterano Portuguez’²⁰⁸.

‘Um Laurel’²⁰⁹.

‘Uma viúva inconsolável’²¹⁰.

¹⁹⁷ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Isabel de Lisboa. Livro 13-c, fl.163.

¹⁹⁸ António casou em 11 de junho de 1865 com D. Maria do Carmo Amor. ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Paulo de Lisboa. Livro 7c, fl. 11.

¹⁹⁹ D. Antónia casou em 8 de dezembro de 1858, com Albino António de Andrade e Albuquerque. ANTT, Registo de casamento da freguesia de Mercês de Lisboa. Livro 9c, fl. 119.

²⁰⁰ D. Ana Isabel Pusich, recebeu como mercê a pensão anual de 200,000 reis em 26 de fevereiro de 1841. ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Luís I. Livro 2, fol 26.

²⁰¹ D. Maria Amélia casou em 31 de maio de 1860 com José Júlio Raposo Carvalho. ANTT, Registo de casamento da freguesia de Mercês de Lisboa. Livro 9c, fl. 139.

²⁰² Cf. Talam, ‘In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’, 157.

²⁰³ *Almanach Luso Brasileiro* de 1855, 388-389.

²⁰⁴ *Miscelanea Poética*, 2ª coleção, nº 25, 200.

²⁰⁵ *A Grinalda*. Vol. 1, nº 7, 97-99.

²⁰⁶ *Restauração da Carta* nº 20 de 1846 e nº 78 de 1846.

²⁰⁷ *Iris* Tomo II, 513-514; Tomo III, 208-209.

²⁰⁸ *O Bardo*, nº3, 147, nº 14, 209; nº 15, 225-227; nº 16, 241; e nº 18, 273-277.

²⁰⁹ *Braz Tisana*, nº 214 de 1856.

²¹⁰ *Almanaque de Lembranças para o ano de 1860*, 182-183.

Á Sua Majestade El-Rei Fidelíssimo o Senhor D. Fernando II, no seu faustíssimo dia natalício no ano de 1848. (Lisboa:Tipografia G. M. Martins, 1848)²¹¹.

Cantico devoto em honra e memória das dores de Maria Santíssima e da sagrada paixão e morte de Jesus Cristo, Nosso Deus e Redentor. (Lisboa: Tipografia de Joaquim Manuel Eusébio, 1857)²¹².

Canto saudoso ou lamentos na solidão à memória do virtuoso Monarcha o Senhor Dom Pedro Quinto por D. Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Tipografia do Futuro, 1861)²¹³.

Homenagem a Luís de Camões. (Lisboa,1880)²¹⁴.

Homenagem a Sua Majestade a Rainha de Portugal Dona Estefânia. (Lisboa: Tipografia de J. B. Morando, 1858)²¹⁵.

Lamentos a saudosa memória da Illma. Exma Sra. F. Maria Henriqueta do Casal Ribeiro por D. Antónia Gertrudes Pusich, (Lisboa: Imprensa Silviana, 1859)²¹⁶.

Memória ao benemérito Duque de Avila e de Bolama falecido em 4 de maio de 1881 por D. Antónia Gertrudes Pusich, (Lisboa: Tipografia deo Diário de Lisboa, 1881)²¹⁷.

O sonho, os gemidos, e os rogos da classe inactiva que recebem a par dos effectivos dedicados ao governo de Sua Magestade Fidelissima em nome da mesma classe. (Lisboa: Typographia Lusitana, 1844).

Parabéns a sua magestade D. Fernando II em memória consórcio de sua filha a Senhora Infanta de Portugal Princesa de Saxônia D. Maria Ana e do nascimento da primeira Neta do Mesmo Augusto Senhor por D. Antónia Gertrudes Pusich (Lisboa, 1860)²¹⁸.

Preces ou cântico devoto aos fiéis portugueses por D. Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Tipografia de g. m. Martins, 1848)²¹⁹.

Saudação à Sua Majestade o Rei de Itália Humberto Primeiro dedicada à sua Majestade a Rainha de Portugal Senhora D. Maria Pia Sua Augusta Irmã por D. Antónia Gertrudes Pusich. (s.l: sn, s.d)²²⁰.

²¹¹Cf. Talam , ‘*In memoriam* à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’,160.

²¹²Cf. *Ibidem*,160.

²¹³Cf. Talam , ‘*In memoriam* à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’,161.

²¹⁴RGPL CAM 2---- 2º; BA 124/121-V-57; 61-IV-58 e 116-II-78.

²¹⁵Cf. Talam , ‘*In memoriam* à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’,160.

²¹⁶Cf. *Ibidem*,161.

²¹⁷Cf. *Ibidem*,161.

²¹⁸BA 116-I-25 e 154-III-46.

²¹⁹Cf. Talam , ‘*In memoriam* à esquecida Antónia Gertrudes Pusich’,160.

Saudade. Á memoria da virtuosa Rainha de Portugal A SENHORA D. ESTEPHANIA. Fallecida em 17 de Julho de 1859. Dedicada a seu augusto e saudoso consorte El-Rei o Senhor D. Pedro V. por D. Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typografia do Futuro, 1859).

Romance:

*A Torre de fato, lenda popular*²²¹.

*Dois Mysterios, folhetim*²²².

O Regedor da Paróquia, (1853).

*Olinda, ou a Abadia de Cumnor Place, (Lisboa: Typografia de G. M. Martins, 1848)*²²³.

Este é um poema, inspirado em *Kenilworth* de Walter Scott. Na *Beneficência* como folhetim.

Outros

*Breves considerações acerca dos mapas organizados pelo benemérito Presidente da Relação de Lisboa sobre a Estatística criminal e inventários orfanológicos na área da sua jurisdição por D. Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Tipografia do jornal O País, 1874)*²²⁴.

Biografia:

*Biografia de António Pusich (Lisboa: Lattermant Frères Typ, 1872)*²²⁵.

Teatro:

*Constança. Drama Original em 3 actos. Representado no Theatro do Gymnasio em 1849. Dedicado a Nação Portugueza por sua auctora D. Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typographia na Rua da Condessa, 1853)*²²⁶. Na *Beneficência* como folhetim. *Beneficencia* n^{os} 19-25 de 1853.

Galeria das senhoras na Camara dos Senhores Deputados, ou As minhas observações (Lisboa: Typ. de Borges, 1848).

²²⁰Cf. Talam, 'In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich', 162.

²²¹LNTP D.65. *Rev. Universal Lisbonense*, Vol. 6. n.º 7 de 1844. E *Beneficência* n.º 17 de 1853

²²²LNTP F.21. *Beneficência*. 2.ª série. n.ºs 12 de 1854 e 45 de 1855. E *Assembleia Literária*, n.º 3 de 18 de agosto de 1849, 19-21.

²²³LNTP F50. GR. 5377. CLBF n.º 1652. *Beneficencia* n.ºs 5-16 de 1853.

²²⁴Cf. Talam, 'In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich', 161.

²²⁵Introdução transcrita no caderno Avengers. BA 95-III-55 e 116-II-81.

²²⁶*Beneficencia* n.ºs 19- 25 de 1853.

Jornais:

A beneficência: jornal dedicado à Associação Consoladora dos Afflictos. (Lisboa: Imprensa no Rossio nº100, 1852-1855) Acesso via. <http://purl.pt/764>.

Assembleia Litterária: jornal de instrução. (Lisboa: Typ. de G. M. Martins, 1849-1851).

A Cruzada: jornal religioso e litterario. (Lisboa: Impresa União Typographica, 1858).

Obras que lhe foram dedicadas:

‘Á ilustre redactora’ de Antónia Luísa Cabral de Teive Pontes²²⁷.

Menções à autora:

Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna* (Paris: Garnier, 1895), 378.

Elegia a morte das vítimas assassinadas por Francisco de Matos Logono, na noite de 25 de julho de 1841, (Lisboa, 1841).

Estudos sobre a autora:

‘Antónia Gertrudes Pusich’. In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106880-Cent-XIX/2015-0531-ANTÓNIA-PUSICH>.

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal* Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 177.

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 241-245.

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 127-129.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 41-42.

Lisboa, Eugénio (Coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Vol 2 (Lisboa: Publicações Europa-América, 1994), 48-49.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 158-159.

²²⁷*Assembleia Literária*.L. nº 19.

Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869), 69.

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo I, 25; tomo VIII, 71; tomo X, 164.

Talam, Níkita, 'In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich'. In. *Studia Romanica et Anglica Zagrabiensia*, Vol. 50. (Veljača, 2006), 145-192. Acesso via «<http://hrcak.srce.hr/17393>».

29. D. Maria d'Arrábida da Costa Sousa e Macedo (Setúbal, 31/05/1805-Lisboa, 11/05/1885²²⁸)

Biografia

Nasceu em Setúbal, a 31 de maio de 1805. Casou em 1824²²⁹ com D. José Maria Carlos de Noronha e Castilho (? -1866 ou 1867) em Lisboa. Os seus filhos foram: D. Tomás de Noronha, nascido na Lapa, em 1826, que obteve o título de conde de Lourinhã, apesar de não o ter usado; D. Maria José de Noronha e António Maria de Noronha, este último gerente da companhia Costa & Cia, que deve ter herdado da família da mãe, visto que na empresa também agia como representante da mãe.

Sabe-se que esteve doente por volta de 1850, como informa na introdução de *As Castellãs de Roussilon*, onde também agradece o auxílio das senhoras da Associação Consoladora do dos Aflitos, que atendia mulheres com deficiência. A 25 de outubro de 1867 foi-lhe dada pensão de 175,000 réis na morte do marido²³⁰. Faleceu a 11 de maio de 1885, faltavam apenas 20 dias para completar 80 anos.

Obras:

Traduções:

*As castellãs de Roussiloni*²³¹.

²²⁸*Diario Illustrado*, 13 de abril de 1885.

²²⁹ANTT, Registos de casamento da freguesia de Santa Isabel de Lisboa. Livro 12c, fl 67v e 68. Maria d'Arrábida José Petronilha da Costa Sousa e Macedo.

²³⁰*Colecção oficial de legislação portuguesa*. 1866, 306. ANTT. Registo Geral de mercês de D. Luís I, liv 17 f. 53v.

²³¹GR. 6755 e GR 6940. LNTP B.19. *Assembléa Litteraria*, n^{os} 6, 10, 11, 14, 17, 22, 23, 26, 28, 37, 38, 39.

Rochere, Madame Eugenie de la; *** [D. Maria d'Arrabida Costa e Macedo], trad., *As Castellãs de Roussilon*. (Lisboa: Typografia da Revista Universal, 1851).

Documentos Relevantes:

Processo contra ela e o filho: *Libelo em que é autor Joaquim Manuel Marques e Réu Costa & Companhia, representada por Maria Arrábida Costa e D. António de Noronha* (1868)²³².

Menções à autora:

Lopes, Ana Maria Costa Lopes. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*, (Lisboa: Quimera, 2005).

30. **D. Augusta Maria Franzini** (Conceição Nova, Lisboa, 02/05/1806²³³ - depois de 1848)

Biografia

D. Augusta Franzini nasceu a 2 de maio de 1806, tendo sido batizada na freguesia de Conceição Nova de Lisboa, a 21 de junho²³⁴. Era filha de Marino Miguel Franzini (1779-1861), ministro do estado, militar e político português, e de sua esposa Maria do Carmo de Noronha Feital (1778-?).

No dia 30 de setembro de 1843²³⁵, D. Augusta casou por procuração com Gonçalo Teles de Magalhães Colaço, Fidalgo cavaleiro da Casa Real, Juiz de Direito e Cavaleiro da Torre e Espada. Seu marido era filho de José Telo Pereira de Brito e Almeida e D. Madalena Máxima de Macedo Magalhães Colaço de Alarcão. Um ano depois, D. Augusta descobriu que o marido a traía, e pouco mais tarde, que na realidade ele estava ainda casado com Maria Engrácia Barroso, o que permitiu a Augusta avançar com o processo de reconhecimento da nulidade do seu matrimônio.

Após o processo, passou a viver no Convento da Esperança em Lisboa.

²³² ANTT Tribunal do Comércio, mç. 17, n.º 11, cx. 17

²³³ ANTT, Registos de batismo da freguesia de Conceição Nova de Lisboa. Livro 9b, fl. 79v.

²³⁴ ANTT, Registos de batismo da freguesia de Conceição Nova de Lisboa. Livro 9b, fl. 79v.

²³⁵ ANTT, Registos de casamento da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 20c, fl. 267v.

Obras:

Manuscritos:

Folheto *Exposição dos cruéis tratamentos que sofreu D. Augusta Maria Franzini, praticados por seu marido Gonçalo Telo de Magalhães Colaço, pelos quais se viu obrigada a pedir auxílio à justiça, a de obter a sua separação e divórcio* (datado por ela do Convento de N. Sra da Esperança, em 15- III-1846.

Cartas:

Carta para Augusta Franzini: de Gregório de Magalhães Colaço. 1845²³⁶; C. Famim. 1845²³⁷; de Mateus de Sousa Fino, 1845²³⁸; de Francisco Noronha da Cruz Freira, 1845²³⁹, de António Gonçalves da Silva Vilas Boas, 1844²⁴⁰.

Carta para Carlota Franzini de Glassem²⁴¹; Carta sobre Augusta Franzini, escrita por D. L. Emilia Reboredo a seu marido Gaspar²⁴².

Cartas de Augusta Franzini para: Cirilo, o comerciante, 03/05/1845²⁴³; Carlota Franzini, sua prima²⁴⁴; Marino Miguel Franzini, seu pai, 1844-1847²⁴⁵; Juliana, sua prima²⁴⁶.

Cartas para Marino Miguel Franzini²⁴⁷ de: Anónimo sobre a situação de sua filha, 1843²⁴⁸; 'Movido pela humanidade para com o belo sexo' sobre a filha, 1844²⁴⁹; Anónimo sobre assuntos particulares de Franzini²⁵⁰; Gonçalo Telo de Magalhães Colaço, marido da filha, 1843²⁵¹; Mateus da Silva Fino sobre sua filha, 1845-1851²⁵²; Joaquim José Nascimento, sobre a difamação de que é alvo, 1851²⁵³; António de Macedo Coutinho Pereira sobre sua filha, 1845²⁵⁴; sua irmã Maria

²³⁶ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 11.1

²³⁷ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 11.2

²³⁸ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 11.3

²³⁹ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 11.4

²⁴⁰ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 11.5

²⁴¹ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 12.2.

²⁴² ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 16.

²⁴³ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 6.

²⁴⁴ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 12.1

²⁴⁵ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.104

²⁴⁶ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 19.

²⁴⁷ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.1 a 13.20.

²⁴⁸ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.12

²⁴⁹ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.13.

²⁵⁰ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.28.

²⁵¹ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.67.

²⁵² ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.99.

²⁵³ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.134.

²⁵⁴ ANTT. Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.165.

Vitória Pinto, 1834²⁵⁵; Marquesa de Ponta Delgada, 1842²⁵⁶; Soror Gabriela Rita de Saldanha sobre sua filha, 1845²⁵⁷.

Estudos sobre a autora:

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 19.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VIII, 333.

31. **D. Carolina Mathilde Esmeraldo** (Ponta Delgada, São José, 20/05/1806²⁵⁸ - Funchal, São Pedro, 12/05/1882²⁵⁹)

Biografia

Filha do morgado José Joaquim de Bethencourt Esmeraldo (Madeira) e D. Rita Berenguer (no registo de batismo Bringer) de Araújo Esmeraldo (n. Funchal, São Pedro). Seu sobrinho deixou-lhe a ela e a D. Violante Rita Esmeraldo 20,000 reis mensais²⁶⁰. Faleceu solteira, fez testamento e foi enterrada no jazigo de sua família.

Obras:

Manuscritos:

Poesias.

Tradução:

A estatua de S. Jorge. Imitada do alemão de T. W. e traduzida do francês (Paris: Typ. Firminio Didot, 1844)²⁶¹.

O Máscara de ferro

²⁵⁵ ANTT. Adília Mendes, mç 7. n.º 13.177.

²⁵⁶ ANTT. Adília Mendes, mç 7. n.º 13.179.

²⁵⁷ ANTT. Adília Mendes, mç 7. n.º 13.194.

²⁵⁸ Arquivos Regionais dos Açores, Registo de batismo da Freguesia de São José de Ponta Delgada. Livro: batismos 1806-1808, fl 13.

²⁵⁹ Arquivo Regional da Madeira, Registo de óbito da freguesia de São Pedro de Funchal. Livro: obitos 1882, fl 14v. Retirado do Arquivo Regional da Madeira. 1.ª Repartição de Finanças do Funchal cx, 8. n.º361. Morada na Rua de Ilheus, Freguesia de São Pedro, Funchal. Data de Falecimento 12/05/1882, Data de Abertura 13/06/1882 e Data de Encerramento 18/11/1882.

²⁶⁰ *Revista de legislação e de jurisprudencia*, 175.

²⁶¹ GR 6166.

Poesia:

‘Amisade’. *Imprensa Livre*, Funchal, n.º 18. Assinado como D.^a C. M. E²⁶².

Estudos sobre a autora:

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 63.

Macedo, Laureano S. Ascensão. *Da voz à pluma: escritoras e património documental de autoria feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde*. (Ribeira Brava: Ascensão de Macedo, 2015), 93.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo IX, 47.

32. Ana Maria do Carmo Pessoa (Lisboa, Santa Izabel, 13/06/1808 - Vila de Pereira, 20/07/1845)

Biografia

Poetisa natural de Lisboa, filha de António Ribeiro Pessoa e de Ana Maria da Piedade, casados em 1 de maio de 1803²⁶³. Viveu com os pais em Coimbra entre 1815 e 1843. Entre 1843 e 1844 esteve recolhida no Convento do Desagravo, em Vila Pouca da Beira. Em 1844, tornou-se professora no colégio Ursulino, na Vila de Pereira, onde viria a falecer no ano seguinte.

Obras:

Manuscritos²⁶⁴:

As heroínas cristãs, traduzidas do Abade Carron.

Collecção de orares e vários exercidos para seu uso particular de 1838.

Collecção de poesias profanas de 1825 a 1828 e que consistem de originais e traduções.

Collecção de poesias religiosas de 1831 a 1838

²⁶²Cf. Laureano S. Ascensão Macedo, *Da voz à pluma: escritoras e patrimonio documental de autoria feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde*. (Ribeira Brava: Ascensão de Macedo, 2015), 93.

²⁶³ Lisboa, Madalena. Livro 2c, fl. 289v.

²⁶⁴Esta listagem acompanha o *Instituto*, e estas obras estariam com Anselmo Maria Urbano de Sampaio em 1888. *Instituto*, n.º8 de 1889, 501.

Collecção de reflexões extrahidas de vários auctores, de 1831.

Collecção de reflexões, máximas, jaculatórias, actos e diversas orações para servirem de preparação para a morte, com as orações da igreja para o Sacramento da Extrema- Uncção e as orações do officio da agonia, Accrescentada com exemplos da preciosa morte de alguns sonetos e servos de Deus, e com alguns versos análogos ao mesmo assumpto, tradução de 1841.

Collecção de varias sentenças e jaculatórias extrahidas de diversos auctores de 1839.

Reflexões sobre algumas das principaes virtudes christãs de 1835.

Sermão da Eucharistia.

Tradução:

*O novo mez de Maria ou o mez de maio consagrado á gloria da Mãe de Deos por um Sacerdote da Diocese de traduzido a adicionado por ****. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1839).

Poesia:

Paráfrase do Salmo Miserere ou Afectos de um Coração Penitente e Compungido (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1886).

Outros:

Escreveu cerca de uma dezena de obras de propaganda religiosa.

Documentos Relevantes:

*Documentos sobre o Convento de Pereira*²⁶⁵.

Estudos sobre a autora:

Bibliographia da Imprensa da Universidade de Coimbra, de A. M. Seabra d'Albuquerque. (1884), 12-14.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 28.

Instituto n° 7, 454-457; n°8, 495-501; e n° 9, 576-577 do ano de 1889.

²⁶⁵ ANTT PT/TT/MF-DGFP/E/002/00086.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 151.

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo XX, 157-158.

33. **D. Catarina A. de Andrada**; Catarina Douthat Álvares de Andrada. Madame de Andrada (Lisboa, São Bartolomeu do Beato, 11.01.1809²⁶⁶ - Lisboa, São Tiago de Cacém, 1860²⁶⁷)

Biografia

Catarina de Andrada terá nascido em Lisboa, a 11 de janeiro de 1809, tendo sido batizada a 3 de março²⁶⁸, apenas três meses após o casamento de seus pais, Éstevão Douhat e D. Ana Valeriana Tiburcia²⁶⁹. Terá sido educada em França, país cuja língua utilizou na sua escrita. Ainda na infância, terá conhecido Pauline de Flaugergues, com quem se reencontrará em 1836 em Lisboa.

Casou-se a 30 de outubro de 1827²⁷⁰ com Francisco Ladislau Álvares de Andrada, filho de Feliz Alvares de Andrada e D. Isabel Mariana de Andrade. Foram testemunhas do casamento o pai da jornalista e o 2º conde de Linhares, D. Vitório Maria Francisco de Sousa Coutinho (1790-1857), sendo que a boda foi celebrada no palácio deste último.

É provável que tenha acompanhado o seu marido a Orleães, a serviço do Governo de D. Miguel, sob a autoridade do visconde de Santarém. Encontrava-se em Paris e em Londres, com o marido, durante o período da Guerra Civil.

Em Portugal, em parceria com o esposo, fundou o periódico *L'Abeille*, ou *A Abelha*, mas a partir de partir 1840 as relações do casal se deterioraram e ela acabou editando o jornal sozinha. Sua mãe, Ana Douthat, faleceu em Lisboa, em 1850, na casa da filha.

No final de sua vida, D. Catarina, também conhecida como Madame de Andrada, criou uma escola para meninas e, posteriormente, tornou-se preceptora das duas jovens filhas do 1º conde de Braial, Jacinto Paes de Matos Falcão. Segundo a *Revista Contemporanea de*

²⁶⁶ ANTT, Registos de batismo da freguesia do Beato de Lisboa. Livro 4b, fl. 75.

²⁶⁷ *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1860, nº7.

²⁶⁸ Lisboa, Beato. Livro 4b, fl. 75.

²⁶⁹ Casados no dia 17 de novembro de 1808. ANTT, Registos de casamento da freguesia do Beato de Lisboa. Livro 3c, fl.93.

²⁷⁰ ANTT, Registos de casamento da freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 5c, fl. 77v.

*Portugal e Brasil*²⁷¹, teria falecido poucos meses após a perda de uma de suas pupilas, na casa daquele senhor, em São Tiago de Cacém, no ano de 1860.

Obras:

Cartas:

Carta dela na *Revista Universal Lisbonense*²⁷².

Romance:

*A tendeira de Plymouth*²⁷³.

Outros:

A Abelha: jornal de utilidade, instrução e recreio. Catarina de Andrada. (Lisboa: Impr. C. A. S. Carvalho, 1836).

‘Uma rainha do século dezanove’²⁷⁴.

Estudos sobre a autora:

‘Catarina Douhat Alvares de Andrada’. in Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106880-Cent-XIX/2015-0615-Catarina-Douthat-lvares-de-Andrada>.

Esteves, Rosa. ‘Aspectos da sociabilidade oitocentista: o jornal francês *L’Abeille*. (1840-1841)’, In *Rev. de Hist. das Idéias*, vol. 8 (Coimbra, 1986).

Esteves, Rosa. ‘Imprensa periódica para mulheres na primeira metade do século XIX. Catarina de Andrada e o jornal *l’Abeille* (1836 e 1840-53)’. In *Análise Social*. Vol XXII (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), 527-545. Acesso via <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223552679B9oAK2zq6Oy28AD6.pdf>.

²⁷¹*Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* nº7 (1860).

²⁷²*Revista Universal Lisbonense*, Tomo II, 9º anno. nº23 de 14 de março de 1850., 275-276.

²⁷³*Assembléa Litteraria*. nºs 19, 20,21, 22.

²⁷⁴*Revista Contemporanea de Portugal e do Brasil*, Vol. 2 de 1860, 128-135; 301-307.

34. **Jesuina Gertrudes de Oliveira** (1809-1868)

Biografia

Filha de José Malaquias de Oliveira e de Senhorinha de Oliveira, nasceu em 1809 e foi casada com Manuel dos Santos Andrade. Faleceu em 1868, aos 59 anos de idade.

Obras:

Traduções:

Zelia no Deserto (Lisboa: Imprensa. Regia, 1818)²⁷⁵. Tradução de *Zelia in the desert from the french. By a lady* (1789), baseada na peça de Mestastasio *l'Isola disabitata* (1752).

35. **D. Maria Peregrina de Sousa Monteiro**. Obscura Portuense (Moreira da Maia, Porto, 13/02/1809- Porto, 16/10/1894).

Biografia:

D. Maria Peregrina de Sousa foi uma folhetinista portuense, nascida em Moreira da Maia, no dia 13 de fevereiro de 1809, filha de António Ventura d'Azevedo e Sousa (?-1856) e de D. Maria Margarida de Sousa Neves (?-1833). A sua obra espalhou-se por vários jornais brasileiros e portugueses, com diversos pseudónimos, tais como *uma obscura portuense*, *Mariposa*, D. M. D. M. P ou D. Maria Peregrina.

Segundo cartas enviadas a António Feliciano de Castilho, publicadas na biografia escrita pelo próprio, no prefácio de *Henriqueta*, D. Maria Peregrina aos 20 anos aprendeu, sem o apoio de qualquer professor, o francês, e logo depois o inglês e o italiano. Começou por escrever alguns romances em francês, que eram lidos para os seus irmãos, D. Maria do Patrocínio e António Mateus de Azevedo e Sousa. Em 1842, viu os seus primeiros romances publicados, anonimamente, no *Archivo Popular*.

Em 1856, D. Maria Peregrina e D. Maria do Patrocínio anunciam a venda da quinta do pai²⁷⁶.

²⁷⁵LNTB B 152. GR 562 e GR 3394. *Jornal de Coimbra*, Vol. 15, nº 80.

²⁷⁶Annuncio, Maria Peregrina de Sousa e Maria do Patrocínio de Sousa, fazem saber que a quinta da Ponte, sita na freguesia de Salvador de Moreira, que por annuncios consta se vae vender, está sujeita a pagar as tornas que lhes devem seu irmão Anthonio Matheus de Azevedo e Souza. E a primeira avisa mais a quem convier, que a

Após a morte de sua irmã, em 1864, a folhetinista passou a morar com duas amigas, D. Maria Augusta de Carvalho Miranda e D. Rita de Cassia de Carvalho Miranda, a quem terá deixado uma parte da sua herança. Foi irmã da Ordem 3ª do Carmo e da Santa Trindade. Veio a falecer na cidade Invicta, duas décadas após a perda da irmã, a 21 de novembro de 1894²⁷⁷. Segundo o seu testamento, morava na Rua de Santa Catarina e, antes, no nº 200 da Rua da Alegria. No mesmo documento, pede orações pela alma do irmão e para ser enterrada no Cemitério do Carmo, junto aos restos mortais da irmã.

Obras:

Cartas:

‘Tradições Populares do Minho’²⁷⁸.

Cartas a *Revista Universal Lisbonense*, assinadas por *Uma obscura portuense*²⁷⁹.

Cartas ao *Braz Tisana*²⁸⁰.

Tradições populares do Minho, ed. de J. Leite de Vasconcellos na (sl.: s.d , 1900).

Manuscritos:

Texto dela no *Album de João Marques Nogueira Lima*²⁸¹.

Poesia:

Poesia ao auspicioso nascimento de S.A.R. o Príncipe herdeiro da corôa portugueza.

Por D. M. P. (Lisboa: Typ Novo Gratis, 1863).

Poesias por periódico:

A Grinalda: ‘Nau Catarineta’²⁸²; ‘Bati, não abriam’²⁸³; ‘Párola da Minha Vida’²⁸⁴; ‘Riquezas de um momento’²⁸⁵; ‘A minha amiga D. Maria Isabel’²⁸⁶, em resposta ao poema sobre o falecimento da irmã.

dita quinta termina do lado do sul na Brevia, pois que a anunciante há muitos anos remio (por se vender em praça) as azenhas, a eira, côrtes de gado, campos adjacentes e socalcos próximos”. *Lidador*, nº578, 579, 594-597 de 1856.

²⁷⁷AMP Livro nº: 68. A-PUB/5102 - f. 20v-25.

²⁷⁸*Revista Universal Lisboaense*, nºs 25, 28, 35, 38, 43, 45, 46, 48 de 1845, pp. 300-301; 337-338; 374-375; 420; 518-519; 530-531; 552-553; 583.

²⁷⁹Além das cartas sobre o Minho, também foram publicadas suas cartas em *Revista Universal Lisbonense*, Tomo II, nº23, 24 e 39 de 1844, pp. 279, 288-289, 472-473; Tomo III, nº3, 6, 12 e 15 de 1844, pp. 34, 71-72, 139, 178-179; nºs 27, 30, 33, 34, 45 e 46 de 1845, pp. 322, 323-324, 364, 401-402, 411-412, 526 e 553.

²⁸⁰*Braz Tisana*. 1855 nº77 de 1855.

²⁸¹BMP ML-P14A-n inv. 1537A[b]

²⁸²*A Grinalda*, Vol. 2, nº9, 131-134. Estaria também em, Castro Faria, *Páginas deste Mundo* de 1954.

²⁸³*A Grinalda*, Vol. 1, nº6, 81. Assinado M.P, revelado de Maria Peregrina no índice

A Miscelânea Poética: ‘Enigma da Sphinx’²⁸⁷, ‘Uma Portuense, Soneto’²⁸⁸, ‘A tormenta inesperada’²⁸⁹, ‘O desgarrado’²⁹⁰, ‘O meu pequeno rafeiro’²⁹¹, ‘A gota de orvalho’²⁹², ‘Ilustões da vida’ (para D. M. J. L. de B.)²⁹³, ‘O tempo voa’²⁹⁴, e ‘A firmeza nas profecias’²⁹⁵,

Braz Tisana: ‘Tributo de respeitosa saudade ao Ex^{mo} Snr. António Feliciano de Castilho’ e ‘Poesia A memoria ...’ para D. Ana de Sá²⁹⁶.

O Bardo: ‘O Atheu’²⁹⁷.

Periódico dos Pobres do Porto: Poesia a 'Sra. D. T. B (rosa amarela) ‘e ‘Ao Cavalleiro Contrário as rosas’²⁹⁸.

Romance:

Henriqueta: romance original. com Biographia pelo Visconde de Castilho (1800-1875)
(Porto: António Leite Cardoso Pereira de Mello, 1876).

Maria Isabel (Porto: Typ José Pereira da Silva, 1866).

Pepa. 37p. (1856-57)²⁹⁹.

Radhamento ou A mana do Conde publicado com *Roberta ou a Força da sympathia*
(Lisboa: Typ de Castro Irmão, 1863). (Rio de Janeiro: publicado a expensas da Sociedade Madrepérola do Rio de Janeiro; 1863).

Retalho do mundo (Porto: Typ Constitucional; 1859). Editado por Eduardo Pereira Barbosa. Dedicado a António Feliciano de Castilho. Compõe-se de 58 adágios, rifões e anexins populares.

Folhetins ainda perdidos:

²⁸⁴ *A Grinalda*, Vol. 2, nº2, 17-18. Também em Nuno Catarino Cardoso, *Poetisas Portuguesas* e João Paulo Freire, *Poetas Portugueses*.

²⁸⁵ *A Grinalda*, Vol. 2, nº6, 81.

²⁸⁶ *A Grinalda*. Vol. 5. Nº5. Maria Peregrina, 65-66.

²⁸⁷ *Miscelânea Poética* Vol. 1 nº6. 47-48.

²⁸⁸ Seria dela ou para ela?, *Miscelânea Poética* Vol. 1 nº7.

²⁸⁹ *Miscelânea Poética* Vol. 1 nº8, 57.

²⁹⁰ *Miscelânea Poética* Vol. 1 nº10, 73-74.

²⁹¹ *Miscelânea Poética* Vol. 1 nº13, 98.

²⁹² *Miscelânea Poética* Vol. 1 nº15, 113-114.

²⁹³ *Miscelânea Poética* Vol. 1 nº22, 169.

²⁹⁴ *Miscelânea Poética* Vol. 1 nº25, 201.

²⁹⁵ *Miscelânea Poética*. Vol. 2 nº5, 34.

²⁹⁶ *Braz Tisana*, nº221 de 1854 e nº66 de 1855.

²⁹⁷ *O Bardo*, 1852, 113.

²⁹⁸ *Periódico dos Pobres do Porto* nºs 6 e 21 de 1850.

²⁹⁹ Aparece no Projeto *Fontes* (Rio Grande: FURG, CNPq, FAPERGS, 2016). Acesso via <http://www.fontes.furg.br/>. Estaria na BRG, mas não foi encontrado na Biblioteca.

- ‘A previdencia de Alvaro, e a memória de seu irmão’.
- ‘A salla de visitas e pavorosa saída’.
- ‘Amarilis no campo’ (chiste).
- ‘Aristocracias diversas, ou o genro desejado’, (moralidade 8 capitulos).
- ‘História de Adelaide’.
- ‘O amor missionário’.
- ‘Os phantasmas’ e a continuação : ‘Tratamentos vocaes’ (moralidade)³⁰⁰.
- ‘Os sobrinhos da tia Brigida’ e continuação ‘Passados quatro anos’. Este último é incompleto porque faliu o jornal.
- ‘Vingança das vinganças’ (moralidade).

Folhetins por periódico:

- 1) *A Esperança, Seminário de Recreio litterário dedicado as damas*: ‘Maria Isabel’ para a irmã³⁰¹. Neste mesmo periódico encontramos propagandas da publicação desta obra.
- 2) *A Grinalda*: S. Domingos de Sovereira³⁰², ‘As bruxas de Chavascal’³⁰³, ‘A triste Luzia’³⁰⁴, ‘O valentão (conto campestre)’³⁰⁵, ‘D. Carlos e D. Clara’³⁰⁶, ‘Origem do Canavial’³⁰⁷, ‘Os casarios medonhos. Conto Popular’³⁰⁸, ‘Lazaro Martins’³⁰⁹, e ‘S. Francisco Xavier’³¹⁰.
- 3) *A Restauração*: ‘A ninfa de Santa Helena’³¹¹. Tradução suposta. Assinado por uma senhora.
- 4) *Almanach de Lembranças de Portugal e do Brasil*: "O grilinho da Lareira"³¹², (com algumas modificações de sua primeira publicação no Pirata em 1851). ‘As

³⁰⁰É possível que sejam "O passeio do Cemitério".

³⁰¹*A Esperança*, nºs 1-3, 5-6, 8-13, 16-21, 23-46 do ano de 1865, pp. 6-7, 9-10, 19-20, 34-37, 44-48, 62-64, 67-71, 73-77, 85-87, 94-96; 100-101; 121-123; 135-136; 142-144, 151-152. 156-157, 163-164, 177-179, 185-186, 193-194, 301-204, 209-211, 217, 225-226, 233, 244-245, 249-251, 260-262, 270-271, 287, 289-290, 320, 329-330, 353-354, e 361-362 de 1865.

³⁰²*A Grinalda*. Vol. 1, nº8, 113-115. Assinado M. P e autoria completa revelada no índice.

³⁰³*A Grinalda* Vol. 2, nº3, 35-37. Vem assinado por Maria do Patrocínio, mas a real autoria é revelada no nº4).

³⁰⁴LNTF B66. *A Grinalda* Vol. 2, nº4, 49-52.

³⁰⁵*A Grinalda*. Vol. 2, nº 8, 113-114.

³⁰⁶*A Grinalda*, Vol. 2, nº11,161-163.nº12,177-179.

³⁰⁷*A Grinalda* Vol. 2, nº12,177-179.

³⁰⁸*A Grinalda*. Vol. 3, nº3, 33-35.

³⁰⁹*A Grinalda*, Vol. 3, nº6,84-87.

³¹⁰*A Grinalda*..Vol. 6, nº5, 65-69.

³¹¹*Restauração*, nº322 e 323 de 1843.

³¹²*Almanach de Lembranças de Portugal e do Brasil*, 1855, 182.

- bruxas de Chavascal'³¹³, assinado por Maria Peregrina; 'Usos do Minho'; 'Padre, filho ... e mais nada'; e 'Charada'.³¹⁴
- 5) *Archivo Popular*: 'Erico e Batilde'³¹⁵; 'Ricardo e Margardida'³¹⁶, 'Chácara Bernardo del Carpio'³¹⁷; 'A noiva de Hugo, chácara'³¹⁸; 'Chácara Jackes 1'³¹⁹; 'Hum Cavalheiro Portuguez'³²⁰; 'Chácara', sobre Elvira e D. João³²¹; 'Zutema ou a cruz d'oiro'³²²; 'A falta de huma mãe'³²³; 'Chácara: A moura de Lissibone'³²⁴; e 'A longuinha'³²⁵.
 - 6) *Aurora*: 'Fatalidade'; 'Carolina'; 'Mariposa'; 'Cenas contemporaneas diversas'; e 'Henriqueta'.
 - 7) *Braz Tisana*: 'O Jogador'³²⁶, 'O homem dos provérbios'³²⁷, 'Uma vida amargurada'³²⁸, 'O cavalleiro do cruzado novo e o Cavalleiro do Botão de Rosa'³²⁹, 'O tutor de Virginia'³³⁰, 'Egoismo com cara de amor'³³¹, 'Uma história contada ao tempo'³³², e 'As consequências de um mal passo'³³³.
 - 8) *Correio Paulistano*: 'Rhadamento e sua mãe ou a mana do Conde'³³⁴, 'Roberta ou a Força da Simpatia'³³⁵.
 - 9) *Gazeta de Portugal*: 'Um romance de Thomas de Gandara'.
 - 10) *Íris*: 'A moura de Lissibona'³³⁶, 'O Cavaleiro Português'³³⁷, 'Bernardo del Carpio'³³⁸, 'Ricardo e Margarida'³³⁹, 'Bathilde'³⁴⁰, 'O passeio do cemitério em

³¹³ *Almanach de Lembranças de Portugal e do Brasil*, 1860, 379-380.

³¹⁴ Como obscura portuense. *Almanach de Lembranças de Portugal e do Brasil*, 1860, 87, 201 e 303.

³¹⁵ Primeiro romance a ser publicado. *Archivo Popular* Vol. 6. nº1, 2, 3 de 1842.

³¹⁶ *Archivo Popular* Vol. 6. nº20 de 1842.

³¹⁷ *Archivo Popular* Vol. 6. nº 27, 28 de 1842.

³¹⁸ LNTP D.56. *Archivo Popular* Vol. 5. nº24 de 1842.

³¹⁹ *Archivo Popular* Vol. 5. nº 41 e 42 de Porto, 1852:

³²⁰ *Archivo Popular* Vol. 7. nº 17, 18 de 1843.

³²¹ *Archivo Popular* Vol. 7. nº23 de 1843.

³²² *Archivo Popular* Vol. 7. nº32, 33, 34 de 1843.

³²³ *Archivo Popular* Vol. 7. nº36, 37, 38 de 1843.

³²⁴ *Archivo Popular* Vol. 7. nº39, 40 de 1843.

³²⁵ *Archivo Popular* Vol. 7. nº49, 50, 51 de 1843.

³²⁶ *Braz Tisana* nºs 153, 160, 165, 167, 172, 174, 177, 180, 182, 186 e 189 de 1853.

³²⁷ *Braz Tisana* nºs 213, 217, 222, 229, 231, 234, 237, 240, 243 de 1853.

³²⁸ *Braz Tisana* nºs 12, 14, 16, 21 e 24 de 1854.

³²⁹ *Braz Tisana* nºs 59, 63, 65, 68, 73, 77, 80, 86, 88 e 92 de 1854.

³³⁰ *Braz Tisana* nºs 230, 232, 234, 236 e 240 de 1855.

³³¹ *Braz Tisana* nºs 147, 150 e 159 de 1856.

³³² *Braz Tisana* nºs 200 e 203 de 1856.

³³³ *Braz Tisana* nºs 106, 109 e 128 de 1857.

³³⁴ *Correio Paulistano*. nºs 2486, 2487, 2489, 2490, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498-2509, 2511, 2513, 2516, 2517, 2519-2523, 2525, 2527, 2529, 2530-2541, 2543-2547 de 1864.

³³⁵ *Correio Paulistano*, nºs 2548-2558, 2561 de 1864.

³³⁶ O texto é datado de 4 de março de 1847, mas é claramente anterior, visto ter aparecido no *Archivo Popular* em 1843. *Íris* Tomo I, 33-35.

³³⁷ *Íris* Tomo I, 65-70.

- vão³⁴¹, ‘Diálogos familiares’³⁴², ‘Pépa’³⁴³, ‘A bruxa d'aldea’³⁴⁴, ‘O capitão da armada’³⁴⁵ e o, então inacabado, ‘Rhadamento e sua mãe ou a mana do Conde’³⁴⁶.
- 11) *Lidador*: ‘O magnetismo animal’³⁴⁷ tradução de Poe, e ‘Amigos Fallazes’³⁴⁸ por M. P. Anuncions nº 592, textos nos números 593. a 597.
 - 12) *Novo Correio de Modas* (Rio de Janeiro): "Uma vida amargurada", "O cavaleiro do Botão de Rosas" e "O cavalheiro do Cruzado novo".
 - 13) *O Pirata*: "O grilinho da Lareira" (1851); "Henriqueta (1850); "Ricardo e Margarida" e ‘A Inconstância involuntária’.
 - 14) *O Recreio das Damas. Jornal Poético*. Apartir de 1859 tem textos de Maria Peregrina e Maria do Patrocínio.
 - 15) *Panorama*: "Contrabando de Viseu, ou os diabinhos"³⁴⁹
 - 16) *Periódico dos Pobres do Porto*: ‘Jackes I’³⁵⁰; ‘Roberta, ou a força da simpatia’³⁵¹; ‘A bruxa e o bispo’³⁵²; ‘O capelão da armada e o gageiro’³⁵³; e ‘Um serão na lareira’³⁵⁴.
 - 17) *Periódico dos Pobres*. Rio de Janeiro: ‘Uma vida amargurada’³⁵⁵.
 - 18) *Revista Lusitana*. ‘Cartas Folclóricas’³⁵⁶.

Outros:

‘Notas’ in Castilho, António Feliciano de. *Fatos de Ovídio*.

Artigos:

³³⁸ *Íris* Tomo I, 99-102.

³³⁹ *Íris* Tomo I, 208-210.

³⁴⁰ *Íris* Tomo I, 225-230.

³⁴¹ *Íris* Tomo II, 331-333.

³⁴² *Íris* Tomo II, 400-402.

³⁴³ *Íris* Tomo II, 562-567, 586-591, 627-, 642-648.

³⁴⁴ *Íris* Tomo III, 204-205.

³⁴⁵ *Íris* Tomo III, 205-206.

³⁴⁶ *Íris* Tomo III, 225-232, 266-277.

³⁴⁷ *Lidador* nºs 500 e 501. E *Revista Universal Lisbonense*, nº 45 de 29 de maio de 1845, 545.

³⁴⁸ *Lidador* nº34 de 1854.

³⁴⁹ *Panorama*, 1856, 166-167.

³⁵⁰ Segundo as informações da biografia escrita por António Feliciano de Castilho estaria no Volume de 1848, mas não foi encontrado.

³⁵¹ *Periódico dos Pobres do Porto* nºs 9, 12, 13, 15, 17, 21, 25, 30, 33, 35, 40, 42, 44, 49, 51, 55, 59, 64, 67, 72, 78 e 81 de 1848.

³⁵² ‘A bruxa d’aldea’. *Periódico dos Pobres do Porto*, nº 64 de 1849.

³⁵³ ‘O cavalheiro do Cruzado novo’. *Periódico dos Pobres do Porto*, nº 85 de 1849.

³⁵⁴ *Periódico dos Pobres do Porto*, nº 67 de 1851.

³⁵⁵ Salvos em jpg. *Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, nºs 34, 36, 37, 39 e 42 de 1854.

³⁵⁶ *Revista Lusitana*. Vol. 6, 129-151

‘Costumes Populares da Maia’³⁵⁷. Feito a pedido de José Leite de Vasconcelos.

Obras que lhe foram dedicadas:

Comentário de Maria Adelaide Fernandes Prata para ela³⁵⁸.

Poema ‘Saudade’ Inspirado nela por M. A. Fernandes Prata³⁵⁹.

Poemas para ela de D. Maria J. [L. de B]³⁶⁰.

Documentos Relevantes:

Apelo Cível, De Maria Peregrina de Sousa para António Mateus de Azevedo e Sousa, seu irmão (1857)³⁶¹.

Autos de Justificação de António de Sousa e Azevedo ou António Ventura de Azevedo e Sousa & Companhia (1816)³⁶². A ação prende-se com receber do sinal da procuração que fizera em 1816 a Joaquim Martins Mourão e Domingos Gonçalves de Azevedo, residentes no Rio de Janeiro, Brasil, a cobrança e arrecadação de tudo o que Francisco José Moreira de Carvalho, falecido no Rio de Janeiro, devia à casa da viúva Neves e Sousa & Companhia.

*Diligência de Habilitação de António Ventura de Azevedo*³⁶³.

Planta da Casa. Reparo de canalização. Rua dos Caldeireiros, 17-18. (1843)³⁶⁴.

Processo: António Mateus de Azevedo e Sousa e mulher para D. Maria Peregrina de Sousa (1857)³⁶⁵.

Registro de Testamento, (1894)³⁶⁶.

Menções à autora:

Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna* (Paris:Garnier, 1895), 379.

Brito Aranha, Pedro Wenceslau de. *Factos e homens do meu tempo:memorias de um jornalista*, (s.l., A. M. Pereira, 1908), Tomo II, 166.

³⁵⁷ *Anuário das Tradições Populares Portuguesas*, 1883.

³⁵⁸ *Esperança*, Vol. 1, 96-97.

³⁵⁹ *Esperança*, Vol. 1, 172

³⁶⁰ *Miscelanea Poética* Vol. 1, nº23; e Vol. 2, nº4.

³⁶¹ ADP. PT/ADPRT/JUD/TRPRT/A/143/16727 Cota atual Z.

³⁶² ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 93, n.º 5

³⁶³ ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 203, doc. 3026. Este documento não estava no local.

³⁶⁴ AMP. D-CMP/7(7) - f. 88.

³⁶⁵ ADP. PT/ADPRT/JUD/TRPRT/A/143/30835 Cota atual Z.

³⁶⁶ AMP Livro nº: 68. A-PUB/5102 - f. 20v-25.

Cabete, Susana Margarida Carvalheiro. *Narrativa de Viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional*. (Tese de doutoramento, FCSH da UNL, 2010).

Castilho, António Feliciano de. *O presbítero de Montha*. Na edição de 1905 afirma-se que um dos poucos originais da obra pertenceu a Maria Peregrina de Sousa.

Sampaio, Bruno. *Portuenses Ilustres*. Tomo II. (Porto: Livraria Magalhães & Moniz, Porto, 1907-1908), 147-163.

Estudos sobre a autora:

‘Maria Peregrina de Sousa’. In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106880-Cent-XIX/2015-0531-Maria-Peregrina-de-Sousa> .

Baptista, Manuela Peixoto. *D. Maria Peregrina de Sousa: uma portuense com raízes maiatas*. Acesso via http://www.clubeunescodamaia-cuma.org/maria_peregrina_sousa.php.

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal Vol. 2* (Lisboa: s.n, 1924) , 179-181.

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 263-265.

Guimarães, Bertino Damiano. *Maria Peregrina de Sousa: (1809-1894: esboço bibliográfico)* Separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº6. (Matosinhos: Papelaria e tipografia Leixões, 1959).

Lisboa, Eugénio (Coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Vol 2 (Lisboa: Publicações Europa-América, 1994), 61-62.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983).

Oliveira, Américo Lopes. *Dicionário de Mulheres Celebres*. (Porto: Lello & Irmãos, 1981).

Pimentel, Alberto. *Figuras Humanas*, (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1905), 29-33.

Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu>.

Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869), 69.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VI, 142-143; tomo XVI, 360.

36. D. Ana Carlota Vidal de Castilho ou Ana Carlota Xavier Vidal
(Madeira, Funchal 02/04/1811- Lisboa, 18/06/1871)

Biografia

Filha de Manoel Claudio Vidal e de D. Maria Carlota Vidal. Casou a 6 de junho de 1839³⁶⁷ com António Feliciano de Castilho (1800-1875). Mãe de Júlio de Castilho, 2º visconde de Castilho (1840-1919), e de outros cinco filhos.

Obras:

Cartas:

Carta de D. Carlota à Pauline de Flaugergues, de 29 de dezembro de 1839. Com um poema em francês e assinado Charlotte de Castilho³⁶⁸.

Estudos sobre a autora:

Cunha, Ana Cristina Comadulli da. *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina*. (Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, 2014).

37. Maria José da Silva Canuto (Lisboa, 28/01/1812³⁶⁹-20/01/1890)

Biografia

Publicista portuguesa que assinava como *Cenobita*³⁷⁰ e *a portuguesa liberal*, e que publicou vários artigos e versos em periódicos lisboetas a partir de 1835, sendo que o seu primeiro soneto publicado aparece quando ela tinha apenas quatorze anos, na *Guarda*

³⁶⁷ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 20c, fl 174v.

³⁶⁸ Alvaro J. da Costa Pimpão, 'Castilho e Pauline de Flaugergues: um encontro romântico'. Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* ano V. nº17-18. (Coimbra, 1959).

³⁶⁹ Cf. Nuno Catharino Cardoso, *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 67.

³⁷⁰ Adriano de Guerra Andrade, *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999).

*Avançada*³⁷¹. Foi também professora de instrução primária de meninas, bem como devotada propagadora do ensino.

Deixou memórias incompletas. Desde a juventude terá difundido ideias liberais, mas com o passar do tempo, a sua energia e influência política terão decrescido consideravelmente, acabando esquecida pelo seu público e vindo a morrer na miséria. Foi devota admiradora de António Feliciano de Castilho e propagandista do seu método de leitura.

Obras:

Cartas:

‘Exposição da industria feminil, observada por uma senhora’³⁷².

Traduções:

La Martine, Alphonse. *Jocelyn. Tradução M. J. da Silva Canuto, Prefácio de António Feliciano de Castilho*. (Beja: Typografia de Sousa Porto e Vaz, 1864).

Noites de Young. Imitação, Por Maria J. S. Canuto. (Lisboa: Typ da Silva, 1849-1850)³⁷³. Original de Edward Young, *The complaint of night thoughts on life, death and immortality*, (London, 1742-45).

Poesia:

‘A D. Emilia Augusta de Macedo’³⁷⁴.

‘A orfã no dia de gala’, ‘Ao Illustre Author Dramatico Senhor Mendes Leal’, ‘Poesias Inéditas’ e ‘Rosa mystica..’³⁷⁵.

‘Ao dia 26 de janeiro aniversário vitalício de António Feliciano de Castilho’³⁷⁶.

‘Escavações’.

‘Fallecimento de D. Pedro, Duque de Bragança’, assinado de 24 de setembro de 1834, ‘Não ser eu aldeã’, ‘A orfã no cemitério’³⁷⁷, ‘A adoração’, ‘Genuflexão á crus’ e ‘O tumulo de uma rola: canção á primavera’³⁷⁸.

‘Madalena’³⁷⁹

³⁷¹ Cf. Cláudia Castelo, ‘CANUTO, Maria José da Silva’, In Nóvoa, António. *Dicionário de Educadores Portugueses*, (Porto: Edições Asa, 2003), 264-265.

³⁷² *Revista Universal Lisbonense*, nº12 de 1844, 133.

³⁷³ PEBB nº 668. GR. 6856. *Assembléia Literaria*, nº 20, 22, 25

³⁷⁴ *Braz Tisana*, nº18 de 1857. Originalmente na *Civilização*.

³⁷⁵ *Assembleia Literária*, nº 15, 16, 29 e 30.

³⁷⁶ *Almanaque Luso Brasileiro*, 1855, 133-134.

³⁷⁷ LNTP A.110.

³⁷⁸ *Revista Universal Lisbonense*, nº 5 de 1843, nº23 de 1844. nºs nº26, 34, 35 e 36 de 1845, 55-56; 281, 68, 2943-2944, 418-419, 433-434.

‘Páginas soltas de um livro despedaçado’.

Poemas no jornal *A Guarda Avançada*.

Outros:

Educação:

Conferências pedagógicas, 1868.

Terceira Conferência no Liceu Nacional: instrução e educação. (Lisboa?: s.n., 1669 (sic) 1869).

Colaboração em periódicos: *Almanach de lembranças*, *O Recreio*, *jornal das Famílias*, *Ocidente*, *Guarda Avançada*, *Revolução de Setembro*, *Patriota*, *Bejense*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Povo*.

Prefácios:

Perestrello, Josephina Pinto Carneiro. *Factos Notaveis da História Portugueza e biografia do Marquez de Pombal*. (Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1882).

Documentos Relevantes:

Jubilação de Professora de Meninas da freguesia das Mercês da Cidade de Lisboa, (1881)³⁸⁰.

Menções à autora:

Assinante do livro Cunha, Anastácio José da. *Composições Poéticas*, (Lisboa: Typographia Carvalhense, 1839).

Estudos sobre a autora:

‘Canuto, Maria José da Silva’. In *Correio da Educação*. Acesso via <http://correiodaeducacao.asa.pt/122616.html>.

‘Maria José da Silva Canuto’, In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escriptoras-em-portugues.eu/1417106880-Cent-XIX/2015-0723-Maria-Jos-da-Silva-Canuto>

³⁷⁹In. Nuno Catharino Cardoso, *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917),

³⁸⁰ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Luís I, liv. 35, f. 230v.

- Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal* Vol. 2 (Lisboa: s.n, 1924), 185-187.
- Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 67-68.
- Castelo, Cláudia. ‘CANUTO, Maria José da Silva’, In Nóvoa, António. *Dicionário de Educadores Portugueses*, (Porto: Edições Asa, 2003), 264-265.
- Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 703-704.
- Costa, António da. *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892), 326.
- Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 239-240.
- Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 39.
- Outeirinho, Maria de Fátima. *Lamartine em Portugal: alguns aspectos de sua recepção (1840-1890)*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1988), 154-155. Acesso via https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18122/2/FLM09301_P000079363.pdf.
- Ribeiro, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos científicos 1854-1861*. (Lisboa: Typ da Ac. Real das Sciencias, 1885), 138 e 142.
- Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VI, 139, tomo XVI, 356-357.
- Stone, Maria Emília Triste Amoedo da Camara. ‘Mulheres desconhecidas da História e da historiografia: Maria José Canuto e Mariana da Fonseca Dinne’, II Curso Livre *Falar de Mulheres História e Historiografia*, Comunicação. (Lisboa, FCSH-UNL, Maio de 2003).
- Valentim, Margarida Gomes. *Um olhar sobre a evolução do espaço da cozinha e o contributo da mulher*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2014), 77-82. Acesso via <http://hdl.handle.net/10451/11532>.

38. D. Isabel Maria José (Antónia Domingues) de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, **condessa de Rio Maior** (Lisboa, Lapa, 12/06/1812³⁸¹-Lisboa, São José, 24/04/1890)

Biografia

Irmã mais velha da condessa da Ponte e sobrinha da condessa de Alva, D. Isabel nasceu a 12 de junho de 1812, sendo filha de José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, 1º conde de Vila Real (1785-1855), e de Maria Teresa Frederica de Sousa Holstein (1786-1841). O seu avô paterno, José Maria de Sousa Botelho (1758-1825), conhecido como o *morgado de Mateus*, tradutor francês de Camões, foi seu padrinho por procuração.

A condessa casou com D. João Maria de Saldanha Oliveira e Sousa, 3.º conde de Rio Maior (1811- 1872), homem de personalidade e convicções políticas e religiosas bastante diferentes das dela.

Foi mãe de três filhos: António José de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, 4º conde e 1º marquês de Rio Maior (1836-1891), Teresa Rosa Fernanda Saldanha Oliveira (1813-1916), religiosa, e José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa (1839-1912). Faleceu a 4 de abril de 1890.

Obras:

Cartas:

Monica, Maria Filomena. *Isabel, Condessa de Rio Maior: Correspondência para seus filhos 1852/1865* (Lisboa: Quetzal, 2004).

Algumas in Ponte, Condessa da. *Correspondência (1834-1880) D. Maria Thereza de Sousa Botelho, Condessa da Ponte e suas filhas*. (Lisboa: Aletheia, 2013).

Menções à autora:

Lopes, Maria Antónia. *Rainhas que o povo amou. Estefânia de Hohenzollern, Maria Pia de Saboia*. (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011), 35, 38, 43, 45, 49, 52, 71, 83, 102, 120, 122, 135, 143-150, 152-155, 234, 313.

Estudos sobre a autora:

³⁸¹ANTT, Registo de batismo da freguesia da Lapa de Lisboa. Livro 5b, fl. 249.

Monica, Maria Filomena. *Isabel, Condessa de Rio Maior: Correspondência para seus filhos 1852/1865* (Lisboa: Quetzal, 2004).

Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol3. (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 226-230.

39. D. Maria Teresa (José Antónia) de Sousa Botelho, **condessa da Ponte**
(Lisboa, Lapa, 08/01/1814³⁸²-Lisboa, 21/11/1900)

Biografia

Filha de José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos José Maria de Sousa Botelho, 1º conde de Vila Real (1785-1855) e D. Teresa Frederica Cristina de Sousa Holstein, 1ª condessa de Vila Real (1786-1841), irmã da condessa de Alva.

Foi batizada na Lapa, a 10 de janeiro de 1814. Foi seu padrinho Pedro Maria de Sousa e Holstein, conde de Palmela, como procurador do conde de Alva, e madrinha a viscondessa da Lapa. Suas irmãs são D. Mariana da Sousa Botelho Correia de Sá, a mais nova, casada com o visconde de Asseca e D. Isabel de Sousa Botelho Saldanha Oliveira e Sousa, casada com João de Saldanha e Sousa, o conde de Rio Maior.

Casou com José de Saldanha da Gama (1816- 1874), 8º conde da Ponte, no dia 8 de janeiro de 1840³⁸³.

Obras:

Cartas:

Castelo Branco, Theresa M. S. de (Org.), *Correspondência (1833-1880). D. Maria Thereza de Sousa Botelho. Condessa da Ponte e suas filhas* (Lisboa: Aletheia, 2013).

Estudos sobre a autora:

Castelo Branco, Theresa M. S. de (Org.), *Correspondência (1833-1880). D. Maria Thereza de Sousa Botelho. Condessa da Ponte e suas filhas* (Lisboa: Aletheia, 2013).

³⁸² ANTT, Registo de batismo da freguesia da Lapa de Lisboa. Livro 5b, fl. 291v

³⁸³ ANTT, Registo de casamento da freguesia da Lapa de Lisboa. Livro 6c, fl 123.

Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol. 3 (Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989), 155-157.

40. **Maria Clara Junior** (antes de 1816³⁸⁴ - ?)

Biografia

Publicista portuguesa.

Obras:

Romance:

Lindoro e Palmira ou os Amantes perseguidos, novella portugueza, oferecida ás senhoras portuguesas por D. Maria Clara Junior. (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1817, 1833)³⁸⁵.

Menções à autora:

Souza, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. (Tese, Universidade Estadual de Campinas, 2007).

Menção a Lindoro e Palmira na *Gazeta de Lisboa*³⁸⁶, no *Jornal de Coimbra*³⁸⁷ e no *Correio Braziliense, ou Armazem literario*³⁸⁸.

Estudos sobre a autora:

'Maria Clara Junior', In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106848-Cent-XVIII/2015-1017-Maria-Clara-Junior->

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 202.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 115.

³⁸⁴Data da BNP.

³⁸⁵Excerto na AI, 375-379.

³⁸⁶*Gazeta de Lisboa*, nº123 de 1819.

³⁸⁷*Jornal de Coimbra* Vol. 11, nº55, 57; Vol. 13, nº71, 186; Vol. 15, nº80.

³⁸⁸*Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. 19, 542.

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo XVI, 345.

41. **D. Maria Amalia** (ou Amelia) **Garcia de Sousa Gomes** (Lisboa, Encarnação, antes de 1816-?)

Biografia

Era filha de António Matheus Gomes (falecido quando ela se casou) e de D. Raimunda Pulquéria Garcia de Sousa Gomes. Batizada em Lisboa, freguesia de Encarnação. Casada em 25 de julho de 1827³⁸⁹ com José Maria de Almeida Gorgel, filho de José Almeida Gorgel e D. Victoria Inácia de Nascimento e Abreu (ambos falecidos na altura do casamento). Ambos moravam em Santa Isabel quando casaram. É provável que ela estivesse no convento do Santíssimo Coração de Jesus em 1816.

Persiste a dúvida se não poderá ser esta a "célebre Madame Gomes" citada no *Gabinete de Litteratura e Bellas Artes*. A autora teve notoriedade devido à *Relação de exéquias*.

Obras:

Poesia:

*Coleção de poesias líricas*³⁹⁰.

Pode ser dela 'Á Exma Sra D. Maria Clara Pereira de Freitas Costa, pela sentida morte de sua exma filha D. Carolina Candida de Freitas Costa' de Ana Amália M. de Souza³⁹¹.

Romance:

Novella *Os revezes da fortuna*.³⁹²

Outros:

Relação de exéquias que nos dias 22 e 23 de setembro do ano de 1816 se celebrarão em Lisboa, no real convento do Santissimo Coração de Jesus, pela sentida morte de

³⁸⁹ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Santa Isabel de Lisboa. Livro 1c, fl 130v.

³⁹⁰ Mencionada na *Gazeta de Lisboa*, nº 54 de 1820.

³⁹¹ *Lidador*, nº 439 de 1856.

³⁹² *Gabinete de litteratura e bellas artes*, nº1. Pode ser *Os Azares da fortuna, ou a história de Roberto, o provençal*. (Lisboa: Typografia Rollandiana, 1818).

nossa augustíssima soberana e senhora D. Maria I que foi ocular testemunha a auctora. (Lisboa: Imprensa Régia, 1819)³⁹³.

Estudos sobre a autora:

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português.* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo VI, 135.

42. **Emilia** (antes de 1817, ?)

Obras:

Romance

Emilia, História de Emilia, escrita por ella mesma. (Lisboa: s.n, 1817)³⁹⁴.

43. **D. Narcisa Maria Casemira do Carmo** (antes de 1819-?)

Biografia

Casada com Joaquim José Barbosa (?- antes de 1824). Residiu na Rua Formosa (atual Rua do Século), nº4, em 1819 e na Rua das Praias, nº 33-31, em 1824. Foi herdeira de José João Batista da Silva, seu primo.

Obras:

Cartas

‘Resposta à carta escrita no nº 237 do *Astro da Lusitânia*’³⁹⁵.

Documentos Relevantes:

Acção Cível de Embargos à primeira em que é autor D. Narcisa Maria Casemira do Carmo e seu marido Joaquim José Barbosa e réu Jacome António Maria Roncon (1820)³⁹⁶.

³⁹³Transcrição e fichamento caderno Avengers. BA. Localização. 153-I-24, nº 40 (BA)

³⁹⁴Encontrado na lista de livros a venda na casa de Editor F. B.. O de M. Mechas junto a *Os azares da fortuna*.

³⁹⁵*O Astro da Lusitania* nº1 de 1820; e nº281 de 1821. BGUC. S.P.-S-15-9-1)-9). Reservados. no Catálogo da Biblioteca do Real Colégio de Sao Pedro. Vol. 2. nº 659

*Execução da Sentença de Partilhas em que é autora D. Narcisa Maria Casemira do Carmo (1824)*³⁹⁷.

44. **D. Maria Francisca Avondano (1820-1880)**³⁹⁸

Biografia

É provável que D. Maria Francisco Avondano fosse parente de Pedro António Avondano (1714-1782), um dos músicos mais influentes na vida musical portuguesa da sua geração, o que ficou confirmado pelo processo de Habilitação à Ordem de Cristo (1768), pela relevância das suas funções no seio da Irmandade de Santa Cecília. Na residência de Avondano se realizou a primeira assembleia pública³⁹⁹.

Encontramos diversos Avondano em Lisboa durante o período analisado, mas não D. Maria Francisca. São de origem genovesa e durante o século XIX a família Avondano recebeu em sua casa a primeira assembleia pública portuguesa⁴⁰⁰.

Obras:

Avondano, Maria Francisca. *Annual historico e politico de Portugal e Brasil, enquanto reino unido e até o presente*. (Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854).
Acesso via <https://archive.org/details/annualhistorico00avongoog>.

Estudos sobre a autora:

‘Maria Francisco Avondano’. In Projeto *Woman Writers* (ed. Suzan van Dijk). Acesso via <http://neww.huygens.knaw.nl/authors/show/5249>.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo XVI, 355.

³⁹⁶ANTT. Feitos Findos, Fundo Geral, Letra N, mc. 27, n.º 25

³⁹⁷ANTT. Feitos Findos, Fundo Geral, Letra N, mc. 42 n.º 1

³⁹⁸Estas datas aparecem no Projeto *New Woman Writers*.

³⁹⁹Cf. Maria Alexandre Lousada, ‘Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias. C. 1760-1834’. in *Penélope*. N19-20. (1998), 144.

⁴⁰⁰Lousada, ‘Sociabilidades mundanas em Lisboa’, 144.

45. **D. Maria Emilia** Carlota Almeida **de Macedo** (Lisboa, Sacramento, antes 1822 - depois 1861)

Biografia:

Filha do major António de Macedo e Azevedo e de D. Ludovina Luísa Almeida Macedo. Casou em 5 de julho de 1840, aos 25 anos, com João Augusto Dias de Carvalho⁴⁰¹, administrador do concelho de Eiras. Inocência chama-a de Maria Amélia de Macedo. Em 1861, teve uma loja na mesma casa onde morava com o pai. Foi mãe de Henrique Augusto Dias de Carvalho (1843-1909), nascido na freguesia da Encarnação, no dia 9 de junho de 1843⁴⁰², que foi administrador de São Tomé e explorador africano. No arquivo histórico do exército, a mãe aparece como Maria de Macedo⁴⁰³, já no seu registo de batismo, encontramos o nome de D. Emilia Carlota Almeida de Macedo.

Era proprietária de uma loja e de um primeiro andar, na Rua da Carreira dos Cavalos, n.ºs 10 e 40-42⁴⁰⁴, respectivamente.

Obras:

Traduções

Gautier, Madame; Macedo, D. Maria Emilia de, trad., *Os Amores de Camões e de Catharina d'Athaide; traduzidos do francez por D. Maria Emilia de Macedo*. (Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1844)⁴⁰⁵.

Estudos sobre a autora:

Silva, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo XVI, 355.

⁴⁰¹ ANTT, Registo de casamento da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 20c, fl204.

⁴⁰² ANTT, Registo de batismo da freguesia de Encarnação de Lisboa. Livro 24b, fl 169v.

⁴⁰³ Arquivo Histórico do Exército. PT/AHM/G/LM/B/01/50/0093

⁴⁰⁴ *Colecção oficial de legislação portuguesa* de 19 de agosto de 1861, 284.

⁴⁰⁵ GR. 6070. CLBF n.º 2088. *O mosaico: jornal d'instrução e recreio*, 1839, 101.

46. **D. Maria do Patrocínio Souza** (1823– 12/04/1864⁴⁰⁶)

Biografia

Filha de António Ventura de Azevedo e de D. Maria Margarida de Sousa Neves, nasceu em 1823, possivelmente no mesmo local em que sua irmã mais velha, Maria Peregrina de Sousa. Faleceu entre as 8 e as 9 da manhã de 12 de abril de 1864, na sua casa na rua do Almada, Porto, aos 41 anos. Segundo o testamento de sua irmã, está enterrada no Cemitério do Carmo.

Obras:

Poesia:

‘A jarra de flores’⁴⁰⁷.

‘O Abysmo’, ‘O sino da minha Aldeia’, ‘O dia de finados de 1854’, ‘A primavera’, ‘O Cego’, ‘O São João’, ‘Deos e as flores’, ‘O desalento’ e ‘Vozes da Natureza’⁴⁰⁸.

O Recreio das Damas. Jornal Poético no qual também escreveu sua irmã Maria Peregrina.

Obras que lhe foram dedicadas:

Sousa, Maria Peregrina de. *Maria Isabel* (Porto: Typ José Pereira da Silva, 1866).

Poesias na *Grinalda* de Maria Isabel (de Lima Barbosa)⁴⁰⁹ e outro por Hortencia Paulina de Lima Barbosa⁴¹⁰.

Documentos Relevantes:

Registo do testamento com que faleceu Maria do Patrocínio de Sousa (1864)⁴¹¹.

Sobre:

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 653.

⁴⁰⁶ADP, Registo de óbito da freguesia de Vitória do Porto. Livro 39, fl 15.

⁴⁰⁷*Almanaque de Lembranças de Portugal e do Brasil*, 1860, 207.

⁴⁰⁸A *Grinalda*. Vol. 1, nº9; Vol. 2, nº 3, 6 e 10; Vol. 3, nº 2, 6, 7 e 10; Vol. 4, nº3. 33-34.

⁴⁰⁹A *Grinalda*. Vol. 5. nº4, 49-51.

⁴¹⁰A *Grinalda*. Vol. 5. nº10, 140-148.

⁴¹¹Testamento. AMP. Administração do Bairro de Santo Ovídio. 1836-1868. Livro nº: 14, A-PUB/5030 - f. 64-65v

47. **Josefina de Neuville** (Rio de Janeiro, São Jose, 31/10/1823⁴¹²-depois de 1864)

Biografia

Filha de J. G. Neuville e de Lambertine Lassence, D. Josefina de Neuville nasceu no Rio de Janeiro, a 31 de outubro de 1823, mas foi batizada apenas a 3 de dezembro de 1828, juntamente com o seu irmão, Elias. A autora passou a maior parte de sua vida em Lisboa, tendo sido trazida para o país ainda muito jovem para morar com sua tia, Madame Clementine Levaillant. Estudou no *Sacré Cœur*, uma instituição religiosa dirigida por freiras.

A 30 de maio de 1846⁴¹³ casou-se, em Lisboa, com Francisco Populaire, com quem viajou, primeiro, para França e logo, por outros países europeus. Regressou a Portugal transcorridos dois anos e separada “amigavelmente” do marido. Novamente na capital portuguesa, D. Josefina tornou-se amante de Henrique Pires (?-1854) e, mais tarde, de Jacinto Augusto Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt (1824-1888), o futuro visconde da Nogueira. Por diversas ocasiões, D. Josefina teve necessidade de procurar auxílio económico junto de todos os seus conhecidos, acabando por encontrá-lo na amizade de Manuel Pinto da Fonseca, o Monte Cristo (1804-1855), que lhe deixou 40 contos de réis em herança⁴¹⁴. Ela afirma, por diversas vezes, que nunca foram amantes, tendo ele apenas desempenhado, enquanto amigo, o papel de benfeitor.

Foi mãe de duas meninas: Clementina de Neuville (1848-após 1866), filha do primeiro marido, e D. Maria Henriqueta de Neuville, filha de Henrique Pires (1853-1934). A primeira filha nasceu durante a sua viagem pela Europa com o primeiro marido, em Bruxelas, e foi batizada na freguesia de São João Batista; casou-se com 18 anos, a 13 de outubro de 1866⁴¹⁵, com Francisco Gonçalves de Sousa. Por sua vez, D. Maria Henriqueta, nascida em 1853, casou aos 22 anos com José Candido Cardoso, no dia 28 de dezembro de 1873⁴¹⁶ e, posteriormente, em data e local desconhecido, com Caetano José de Oliveira Roxo, tendo falecido em São Geraldo, Minas Gerais, a 15 de julho de 1934.

⁴¹²Arquivo da Curia do Rio de Janeiro. Registos Paroquiais, Rio de Janeiro, São José, Livro de Batismo de 1828-1843, pg. 3.

⁴¹³ANTT, Registo de casamento da freguesia de Mártires de Lisboa. Livro: 04c , fl. 87.

⁴¹⁴ANTT, Ministério das Finanças, Testamentos, livro 20, XV-R-72 (32) 1854.

⁴¹⁵ANTT, Registo de casamento da freguesia de Anjos de Lisboa. Livro 13c ,fl.193.

⁴¹⁶ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Paulo de Lisboa. Livro 7c. fl. 192.

Note-se que a data de nascimento indicada pela autora nas suas *Memórias* e, conseqüentemente, citada por seus biógrafos, não coincide com a que aparece no seu registo de batismo.

Obras:

*Memórias da minha vida: recordações da minhas viagens por Josephina Neuville dedicadas a minhas filhas oferecidas a ****. 2 volumes. (Lisboa: Typographia do Panorama, 1864)⁴¹⁷. Acesso via <https://archive.org/details/memoriasdaminha02neuvgoog>

Estudos sobre a autora:

Campos, Claudia de. *Ensaio da Psicologia feminina*. (Lisboa: M. Gomes editor, 1895), 251-308.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 137.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico portuguez*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), tomo XIII, 247.

Gazeta de Portugal, nº 521, de 17 agosto de 1864. Assinado por Teixeira de Vasconcellos.

48. Ana Amalia Moreira de Sá e Mello, **Ana de Sá**, Rosa Encarnada (01.11.1823⁴¹⁸-3.4.1895⁴¹⁹)

Biografia

Ana de Sá ficou conhecida pela como a *rosa encarnada*, na chamada questão das duas rosas. Nascida na Lousada, a 1 de novembro de 1823, filha de Miguel António Moreira de Sá e de D. Maria Bebiania Carvalho e Oliveira, brasileira natural do Rio de Janeiro. Foram seus padrinhos o cónego Joaquim Moreira de Sá e, por procuração, a avó materna da recém-nascida, D. Francisca Feliciano Lusitana de Carvalho, natural e residente do Rio de Janeiro.

⁴¹⁷Trechos na *Revolução de Setembro*, nº 5031, de 21 de janeiro de 1859; Trechos ilustrados de sua memória na Revista *Ilustração*, nº294 de 16 de maio de 1938, 17-18. Propagandas da obra em *Correio Mercantil*, nºs 292 e 339 de 1864, *Jornal do Comércio*, nº28 de 1865.

⁴¹⁸ADP, Registo de batismo da freguesia de Santa Eulália de Barrosas de Lousada. Livro 8b, fl 5.

⁴¹⁹ADP, Registo de casamento da freguesia de Santa Eulália de Barrosas de Lousada. Livro 40c, fl 2v.

Casou, a 26 de setembro de 1851⁴²⁰, com Manuel António da Silva e Melo, filho de António Caetano da Silva e de D. Margarida Cândida dos Santos, moradores da vila de Valença do Minho, na freguesia de Santa Maria dos Anjos. Foram testemunhas da cerimónia o Dr. Gaspar de Freitas Sampaio, Alexandre da Silva Coelho, caseiro de Sá, e Francisco Lopes.

Faleceu a 3 de abril de 1895, na Casa de Sá, onde viveu toda a sua vida, já viúva e tendo deixado três filhos. Foi enterrada no cemitério público da freguesia de Santa Eulália de Barrosas, mas o corpo foi posteriormente trasladado para a Capela da Casa de Sá.

Obras:

Poesia

‘A minha amiga D. Ana Elvira de Freitas’, ‘Ao Illmo Sr. A. P. Caldas’ em resposta a poema dele para ela, ‘A. A. C. Moreira Pinho’, ‘Ouvindo um sino que tocava a defunto’⁴²¹, ‘Um pensamento’, ‘Improviso’⁴²².

*Almanaque de Lembranças do Brasil e de Portugal para o ano de 1856*⁴²³.

Murmúrios de Vizela. (Porto: Typ de F. G. da Fonseca, 1861).

Resposta ‘A illustre cantora da roza amarella, e à misteriosa poetisa – A violeta’ e ‘Variedades: Á morte da Exma Sra. D. Maria Antónia d’Araujo e Azevedo Feio’⁴²⁴.

Obras que lhe foram dedicadas:

Questão das duas rosas: a questão em sí no *Periódico dos Pobres do Porto*⁴²⁵, e poemas de José Luís Correa Junior, o Magriço, L. X. P. F. Beça, Álvaro Vaz da Almada e Vasto Anes da Costa⁴²⁶; *Uma provinciana* [M. J. (L. de B.)], Júlia A. C., *A rosa de Jericó* e *A rosa rajada*⁴²⁷.

Poemas, também referentes a questão das duas rosas, no *Lidador*⁴²⁸, *Miscelanea Poética*⁴²⁹ e *Braz Tisana*⁴³⁰.

⁴²⁰ADP, Registo de óbito da freguesia de Santa Eulália de Barrosas de Lousada. Livro 5o, fl 86.

⁴²¹LNTP A.96.

⁴²²*Miscelanea Póetica*, Vol. 1 n^{os} 17, 23 e 24; Vol. 2 n^{os} 1, 12 e 24.

⁴²³Não encontramos este poema, mas sim um da “Rosa amarela”, sua inimiga na questão das duas rosas. *Almanaque de Lembranças de Portugal e do Brasil para o ano de 1856*, 268.

⁴²⁴*Lidador*, n^o219 de 1855 e n^o658 de 1856.

⁴²⁵*Periódico dos Pobres do Porto* n^{os} 257, 259, 266, 287, 293, 296 e 308 de 1849e n^{os} 6,8, 13, 15, 19, 21, 23, 25, 27, 33, 35, 43, 50, 54, 61, 63, 71 e 77 de 1850.

⁴²⁶*Periódico dos Pobres do Porto*, n^{os} 8; 15, 35, 54; 19; 43; e 61 de 1850.

⁴²⁷*Periódico dos Pobres do Porto*, n^{os} 43,77; 21, 61, 71; 71; e 71, de 1850.

⁴²⁸*Lidador*, n^o218 de 1855 de *A violeta*.

Estudos sobre a autora:

- ‘Ana Amália Moreira de Sá’. In Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via <http://www.escritoras-em-portugues.eu/1417106880-Cent-XIX/2015-0726-Ana-Amlia-Moreira-de-S>
- Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 252-254.
- Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 87-88.
- Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 28.
- Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 172.
- Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), Tomo VIII, 66.

49. **Maria d’Arrabida Vilhena d’Almeida** (Aveiro, 1824-?.)

Biografia

D. Maria d’Arrabida Vilhena d’Almeida, nasceu na freguesia de Vera Cruz de Aveiro, em 1825, filha de Francisco António de Almeida Carvalho e de D. Ana Luísa da Conceição Vilhena de Almeida. Casou em 19 de fevereiro de 1853⁴³¹ com Manuel Firmino de Almeida Maia (1824-1897)⁴³². Segundo o *Rol de Confessados* da freguesia de Vera Cruz de Aveiro, teria 57 anos em 1881. Tinha então os filhos: Margarida, de 30 anos, Fernando, 22⁴³³; Maria do Amparo, 18; Firmino, 14.

⁴²⁹*Miscelanea Poética*. Vol.1 1, nº18 de A. A. C. Caldas e Vol. 2. nº3 de seu primo J. J. de Sá.

⁴³⁰*Braz Tisana* nº66 de 1855, Poema sobre o seu falecimento, escrito por Maria Peregrina de Sousa (M.P).

⁴³¹Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de casamento da freguesia de Vera Cruz de Aveiro. Livro 9c, fl. 86.

⁴³²Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*. (Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 197?), 411-412.

⁴³³Fernando de Vilhena de Almeida Maia, que faleceu em 1891.

Quando seu marido fundou o periódico *Campeão do Vouga*, em Aveiro, foi “[a]poiado, se não instigado, pelo conselho acalentador da dedicada esposa- cultivada senhora que frequentava as musas com inspiração elevada”⁴³⁴.

Obras:

Poesia

‘Os teus olhos’, ‘Saudades’ e ‘A minha amiga a Exma. Sra. D. Maria Augusta de C. J.’⁴³⁵.

Documentos Relevantes:

Registo do rol dos Confessados da freguesia de Vera Cruz de Aveiro. 1881⁴³⁶,

Estudos sobre a autora:

Calendário de datas para a cidade de Aveiro. Acesso via «http://www.prof2000.pt/users/avcultor/calendaveiro/12dez_14.htm».

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 203.

50. Carolina de V. Castelo Branco (antes 1825- ?)

Biografia

Coloca-se a hipótese de se tratar da irmã de Camilo Castelo Branco, embora Nuno Catharino Cardoso debata se seria a mesma Carolina, concluindo na negativa, argumentando que o escritor teria afirmado que a sua irmã Carolina não era poetisa.

Se de facto se tratar da mesma pessoa, será de Carolina Rita Castelo Branco, nascida em 24 de março de 1821, casada com Francisco José de Azevedo, com quem teve nove filhos, vindo a falecer em 1898. De acordo com os poucos dados disponíveis, esta investigação concorda com a posição de Nuno Cardoso, concluindo que se trata de duas pessoas diferentes.

Obras:

⁴³⁴Eduardo Cerqueira, ‘O Centenário do Campeão do Vouga’, Separata do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XVIII. (Aveiro: Arquivo Distrital de Aveiro, 1952), 7.

⁴³⁵*Miscelanea Poética*. Vol. 1. nº17, 19; Vol. 2, nº4.

⁴³⁶Arquivo Distrital de Aveiro, Liv. 3, assento n.º 625; MPT/ADAVR/DIO/PAVR12/004/0003/000625.

Poesia

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 91-92.

‘Lamentos’⁴³⁷.

Obras que lhe são dedicadas:

Poema na *Miscelanea Poética*⁴³⁸.

Estudos sobre a autora:

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 90-92.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 63.

51. Carlota Joaquina Candida de Carvalho (antes de 1825-?)

Obras:

Poesia

Ao aniversario da linda Costinha, quando a idade a privou da maminha: A illustrissima Senhora D. Ana Maria da Costa, em seu dia natalizio... (Lisboa: Imprensa Régia, 1825).

52. Isabel Marques da Silva (Lisboa, São Julião, 05/12/1826⁴³⁹ - 1857⁴⁴⁰)

Biografia

Filha de António Marques da Silva e de Gertrudes Luísa Rosa (conhecida, posteriormente, como a viúva Marques), natural da freguesia de São Julião de Lisboa, onde foi batizada no dia 13 de fevereiro de 1827, tendo nascido a 5 de dezembro do ano anterior.

⁴³⁷*Miscelanea Poética* Vol. 2, nº10, 73-75.

⁴³⁸*Miscelanea Poética*. Vol. 2, nº26, 201-202

⁴³⁹ANTT, Registo de batismo da freguesia de São Julião de Lisboa. Livro 9b, fl. 21v.

⁴⁴⁰Brito Aranha, Pedro Wenceslau de. *Factos e homens do meu tempo: memorias de um jornalista*, (s.l, A. M Pereira, 1908), Tomo III, 17.

Seu pai era livreiro e editor em Lisboa, empresa que Isabel assumiu, ao lado da mãe, após o falecimento do pai. A tipografia passou, então, a chamar-se Livraria da Viúva Marques e Filha.

Isabel casou com Miguel Inocência Batista da Cruz e Cobelos (1828-1870), a 21 de maio de 1850⁴⁴¹. Faleceu durante a epidemia de febre amarela em Lisboa, deixando a empresa do pai a cargo do seu marido.

Obras:

Traduções:

Aycard, Marie. *Sr. Roberto Hill, ou o casamento, Romance de Marie Aycard, traduzido do francez por Isabel Marques da Silva*⁴⁴².

Beaume, Julio de . *A felicidade de mais, ou os efeitos do magnetismo. Romance de Traduzido em portuguez por Isabel Marques da Silva. jovem de 16 anos. (1843)*⁴⁴³. (O original é de Jules Labeaume).

Voltaire, *Cartas indianas ou correspondencia de Amabed, Adaté e o Grão-Brama Shastasid. Viuva Marques e Filha*⁴⁴⁴. (Lisboa: Imp. de Galhardo & Irmãos, 1835)⁴⁴⁵.

Menções a:

Brito Aranha, Pedro Wenceslau de. *Factos e homens do meu tempo: memorias de um jornalista*, (s.l, A. M. Pereira, 1908), Tomo III, 17.

53. D. Luísa Maria de Noronha e Sampaio, 2^a **duquesa de Palmela**. (São Mamede, 21/04/1827- Lisboa, 21/03/1891)

Biografia

Filha de Henrique Teixeira de Sampaio, 1º senhor de Sampaio, 1º barão de Teixeira e 1º conde da Póvoa (1774-1883) e de D. Luísa Maria José Rita Baltazar de Noronha, (1802⁴⁴⁶-

⁴⁴¹ ANTT, Registo de casamento da freguesia de São José de Lisboa. Livro 17c, fl. 44v.

⁴⁴² GR 6045.

⁴⁴³ GR 5939 edição de 1846, GR 6452.

⁴⁴⁴ GR. 8103.

⁴⁴⁵ Aparece no *Catálogo da livraria de António Marques da Silva*, (842), 21. E junto aos livros publicados na livraria de António Marques da Silva. In. Rodrigo de Sousa Azevedo da Camara, *D. Pedro no Porto, ou o heroismo de poucos*, (Lisboa, Typ. De. J. A. S. Rodrigues, 1841), 3.

), sendo irmã de João Maria de Noronha Sampaio (1826-1837). Neta materna de D. Caetano José de Noronha e Albuquerque, 1º conde de Peniche (1753-1829), e de D. Maria José Juliana Lourenço de Almeida (1762-1819), D. Maria Luísa nasceu a 21 de abril de 1827, em São Mamede, tendo falecido em Lisboa, a 21 de março de 1891. Foi casada com Domingos António Pedro de Sousa Holstein, 2º duque de Palmela (1818-1864).

Teve duas filhas: Maria Luísa de Sousa Holstein, 3ª duquesa de Palmela (1841-1909), casada com António de Sampaio e Pina Brederode (1834-1910) e Luísa Maria de Sousa Holstein (1845-1864), casada com José Maria Gonçalves Zarco da Câmara, 9º conde de Ribeira Grande (1843-1907).

Obras:

Cartas:

Cartas no *Ecco*, nº368⁴⁴⁷.

54. D. Catarina Maxima de Figueiredo de Abreu Castelo-Branco (Vila Real, Guiães, 22/04/1829⁴⁴⁸ - após 1885?)

Biografia

Poetisa, natural de Guiães, Vila Real, pertencente à família Abreu Castelo-Branco de Viseu e descendente dos Figueiredos, senhores da Casa do Caminho de Baixo. Filha de José Maria Figueiredo Abreu Castelo Branco e de D. Genoveva Moreira de Azevedo. Irmã da também poetisa Leonor de Figueiredo Abreu Castelo-Branco.

Casada com Sebastião Pereira Rebelo Feio, a quem se uniu no dia 2 de agosto de 1867. Teve quatro filhas, entre as quais se destaca Maria Genoveva de Figueiredo Feio (Maria Feio). No cemitério de Guiães estão afixadas diversas lápides com versos da sua autoria.

Obras:

Poesia

‘Anhelo’, ‘Porque Choro?’, ‘A lua’, ‘A flor perdida’, ‘Vem!’, ‘A vela branca’, ‘A rosa do Cemitério’, ‘A madrugada’, ‘Ao meu paiz’, ‘Metaphora’ e ‘Saudade’⁴⁴⁹.

⁴⁴⁶ ANTT, Registo de batismo da freguesia de Lumiar de Lisboa. Livro 9b, fl67.

⁴⁴⁷ *Ecco*, nº 368, 4 de maio de 1839.

⁴⁴⁸ Arquivo Distrital de Vila Real, Registo de batismo da freguesia de Guiães de Vila Real. Livro 3b, fl 98v.

‘Um Salve a Villa Real’⁴⁵⁰.

Extracto de um Albúm: Collecção de poesias". (Lisboa, Typographia Franco-Portuguesa, 1866).

Poesias, (1845). Publicado aos 16 anos.

Viuvez e Saudade

Romance:

‘A tradição de Família Leitura para o Serão de Minhas Filhas’. Folhetim no *Diário de Notícias*, (1885).

‘Amor de Mãe’⁴⁵¹.

‘Qual vale uma vida’⁴⁵².

Outros:

A última Instância: colecção de pequenos escriptos em prosa e verso (Porto: Alcino Aranha, [188-]). Com prefácio de Xavier Rodrigues Cordeiro. Foi o último livro da autora.

Fragmentos de prosa e verso. (Lisboa: Off. Eduardo de Carvalho, 1884)⁴⁵³.

Estudos sobre a autora:

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 92-94.

Fonte, Barroso da (coord.). *Dicionário dos mais ilustres transmuntanos e altos durienses*. Volumes 1 e 2. (Guimarães: Editora Cidade Berço, 1998).

⁴⁴⁹ A *Grinalda* Vol. 3, n^{os} 4-7, 9, 11-12, pp. 49-53, 65-68, 81-84, 99-101, 131, 161-166, 177-178 e Vol. 5 n^{os} 2, 4, 8, 11; pp. 51-55, 113-14, 161-163 respectivamente.

⁴⁵⁰ *Diário Ilustrado* de 16 de julho de 1875.

⁴⁵¹ Pode ser “Não há amor como o de mãe” na *Restauração* n^o330 de 1843, 3165.

⁴⁵² *Almanach de Lembranças*, 1860, 170

⁴⁵³ Catálogo da Biblioteca de Guimarães, 1888. n^o 8833.

55. **Maria Leopoldina de Vargas Ollero** (Lisboa, Carnide, 07/07/1830⁴⁵⁴-?)

Biografia

Filha de Alfonso Ollero, espanhol fundador da Faculdade de medicina veterinária na Universidade de Lisboa, e de Maria José de Vargas Machuca, casados em Évora, foi batizada em Carnide, a 5 de agosto de 1830 e foi irmã de João Carlos de Vargas Ollero, Virginia Aurélia de Vargas Ollero, Clotilde de Vargas Ollero, Laura Eugênia Vargas Oller, Cristina Isabel Vargas Ollero, Elisa Ana Vargas Ollero e Ema Elisa Vargas Ollero. Ela foi casada com o tenente João Rogado de Oliveira Leitão (1824-1875).

Obras:

Poesia

‘A saudade do passado’ e ‘Uma saudade’⁴⁵⁵.

56. **Judith Rugelli** ou Rugalli (1831 ou 1832 -?)

Biografia

Não temos informações biográficas, para além de ter sido dançarina do Real Teatro de São Carlos⁴⁵⁶.

Obras:

Romance:

‘A jovem Sylphide’⁴⁵⁷.

⁴⁵⁴ ANTT, Registo de batismo da freguesia de Carnide de Lisboa. Livro 9b, fl. 33.

⁴⁵⁵ *Assembléa Litteraria*, nº 21 de 1849 e nº22 de 1850.

⁴⁵⁶ *Pobres do Porto* nº 247 de 1848.

⁴⁵⁷ *Revista Universal Lisbonense*. nº45 de 1844, 545.

57. **D. Ignez (Inês) Carlota Casassa** (França, Santo André de Bay, 1831- após 1866)

Biografia

A 18 de julho de 1866⁴⁵⁸, D. Inês Carlota Casassa casou aos 35 anos de idade com Leopoldo Francisco Saraiva da Silva Caldeira (1832-?), um ano menor que ela. Do mesmo registo de casamento, sabemos que o marido era médico-cirurgião, que a autora era natural da freguesia de Santo André de Bay, em França, e filha de Francisco Casassa e de Vitória Angélica Casassa. Foi testemunha do casamento o seu irmão, Francisco Casassa, na época casado e exercendo como empregado público.

Obras:

Traduções:

‘O isthmo de Panamá. Tradução’⁴⁵⁹.

‘Pensamentos do conde de Oxenstrin Tradução’⁴⁶⁰. Original *Pensée du comte d'oxenstirn, sur divers sujets* de Joahn Turesson Oxenstierna (1740).

58. **D. Maria Augusta da Conceição Villar** ou Maria A ou Maria Augusta (Foz do Douro, 1831-05/01/1901⁴⁶¹)

Biografia

Filha de José Lopes Vilar e de Catarina Rosa Lopes. Faleceu solteira aos setenta anos, no dia 5 de janeiro de 1901, na casa onde morava, na Foz do Douro, freguesia da qual era natural. Foi sepultada no Cemitério da Lapa.

Obras:

Poesia:

‘A santissima morte da Exma Sra. D. Emilia de Jesus Pestana da Silva’⁴⁶², retirado do *Campeão do Vouga*.

⁴⁵⁸ ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Sebastião da Pedreira de Lisboa. Livro 9c, fl. 152 e 152v.

⁴⁵⁹ GR 7071. *Assembleia Litterária*, nº20, 27, 28, 30, 31, 33.

⁴⁶⁰ GR 7096. *Assembléia Litteraria*, nº36, 38.

⁴⁶¹ ADP, Registo de óbito da freguesia de Cedofeita do Porto. Livro: 57o, fl 3.

Assinados por Maria A, ‘Sei vencer-me’, ‘A açucena’ e ‘A um arbusto’; assinados por Maria Augusta, ‘Prece’ e ‘Ao aparecer da lua’; assinados por Maria Augusta Conceição Villar, ‘Tudo aborreço’, ‘O meu pranto’, ‘A uma rosa’ e ‘Despedida’⁴⁶³

Documentos Relevantes:

Registo de Testamento de Maria Augusta da Conceição Vilar, (1901) AMP Livro n.º: 68. A-PUB/5331 - f. 76-81v.

Estudos sobre a autora:

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 196.

59. **D. Leonor de Figueiredo Abreu Castelo-Branco** (Vila Real, Guiães, 30/09/1831-?)

Biografia

Poetisa portuguesa, nasceu em 30 de setembro de 1831 e foi batizada no dia 20 do mês seguinte, em Guiães, Vila Real. Irmã da poetisa Catarina Máxima de Figueiredo Abreu Castelo Branco, ambas filhas de José Maria de Figueiredo Abreu Castelo Branco e de D. Genoveva Moreira de Azevedo.

Obras:

Manuscritos

Segundo o autor de *Poetisas Portuguesas* sua sobrinha, Maria Feio, teria diversos manuscritos de sua autoria.

Poesia

‘Laura’⁴⁶⁴. em *Poetisas Portuguesas*. Pg 96-97

⁴⁶²*Lidador*, n.º 272 de 1855.

⁴⁶³*Miscelanea Poética*, Vol. 1, n.ºs 3,5 e 26; Vol. 2 n.ºs 5 e 7; e Vol. 1 n.ºs 8, ?, ?, 25; (páginas 57-58, 91, 97, 186); e Vol. 2 n.º14.

⁴⁶⁴Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 96-97.

Deixou poemas em vários jornais e almanaques, mas não os encontramos, possivelmente utilizou um pseudónimo.

Estudos sobre a autora:

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 96-97.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 158.

Fonte, Barroso da (coord.). *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e altos durienses*. Volumes 1 e 2. (Guimarães: Editora Cidade Berço, 1998).

60. D. Maria Candida Pereira de Vasconcelos de Sousa e Menezes. **D.M.C.P.V** (Marco de Canaveses, Várzea da Ovelha e Aliviada, 03/07/1833⁴⁶⁵ - Póvoa do Varzim, 23/11/1896)

Biografia

Foi poetisa e letrista, filha de João Pereira de Vasconcelos e Sousa e Meneses (1793-1865) e de Maria Emerenciana de Vasconcelos Carneiro de Magalhães e Menezes (1793-1839), da Casa do Cabo, em Marco de Canaveses. Nasceu no dia 3 de julho de 1833 e foi batizada 3 dias depois. Casou a 16 de fevereiro de 1857 com António Ferreira Cabral Pais do Amaral (1824-1899), resultando deste matrimónio cinco filhos: Maria dos Prazeres F. C. (1864-?), Alexandre (1859-?), Maria da Natividade (1871-?), Joaquim (1857-?) e António (1863-?).

Obras:

‘Charada’, ‘A morte da Exma. Snra D. Maria José de Lemos Palmeira’, ‘Ao dia aniversario da morte...’, ‘No dia aniversario da morte...’, ‘Não podemos separar-nos’, ‘A cruz no templo da minha aldeia’, ‘Uma noite de tormenta’, seguida de poema de Camilo para esta senhora, ‘Que tens?!’, ‘Que me resta?!’, ‘Porque descrêste?!’, ‘A minha estrela perdida’, ‘Sonho. Aos anos do barão de Leiria’, ‘Vaes deixar-me’, ‘Soneto. A esperança...’, ‘O meu viver’, ‘Um canto. A

⁴⁶⁵ADP, Registo de batismo da freguesia de Várzea da Ovelha de Marco de Canaveses. Livro 8b, fl 24.

sentidíssima morte...’, ‘Um sonho’; ‘Soneto’ ao aniversário do pai, ‘Um canto. A sentidíssima morte...’; ‘Não descreveis’ para sua irmã, e ‘A sentidíssima morte do meu prezado primo João de Magalhães de Lencastre e Menezes’⁴⁶⁶.

Vozes d’alma, versos. (Lisboa: Tipografia Universal de Coelho da Cunha, Brito & Ca, 1913).

Obras que lhe foram dedicadas:

Poema de Camilo Castelo Branco e ‘A uma camélia Branca’ na *Miscelânea Poética*⁴⁶⁷.

61. D. Maria da Luz Pereira Guedes (14/07/1833⁴⁶⁸-?)

Biografia

Filha de António Pereira de Meireles e de D. Tomásia Adelaide Guedes de Carvalho, da casa de Fofó, em São Martinho de Recezinhos, Penafiel. Nasceu em 14 de junho de 1833 e foi batizada em 21 de julho, sendo seus padrinhos Joaquim de Cerqueira e D. Joana Júlia Cardoso de Barcelos.

Esposa de Eduardo Artur Logo de Ávila (1843-1924), funcionário da alfândega do Porto, cidade onde casou a 20 de setembro de 1864.

Obras:

Poesia

‘A Lua’⁴⁶⁹, assinado em Valboim.

⁴⁶⁶*Miscelânea Poética*, Vol. 1, n.ºs 6, 9, 11, 12, 14, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 26 pp 48, 65-66, 81, 90, 106-107, 121, 137, 145, 177-178, 185-186, 193-194, 201-202 e Vol. 2. N.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 13, 14, 24 pp 2, 9, 17, 25, 33, 49, 97, 105, 185-186.

⁴⁶⁷*Miscelânea Poética*, Vol. 1. n.º 18 e Vol. 2, n.º 15.

⁴⁶⁸ADP, Registo de batismo da freguesia de Aveleda de Lousada. Livro 2b, fl. 146v

⁴⁶⁹*Miscelânea Poética*, n.º19, 145-146.

62. Júlia Adelaide da Silva Teixeira de Gusmão (Lisboa, 21/10/1835-?)

Biografia

Filha de D. Maria José de Melo e Joaquim Vítor Teixeira de Gusmão. Legitimada por seu pai por alvará de 2 de maio de 1843⁴⁷⁰. Aos 10 anos já escrevia poesias e tinha textos terminados. Contribuiu no *Almanach de senhoras* para o ano de 1871, sendo que em 1900 assumiu a direção deste Almanaque, o que exerceu até 1911.

Obras:

Traduções

Desaparecido. (Lisboa, Nacional editora, 1841?)⁴⁷¹. Tradução de Delpit, Albert. *Le Disparu*.

Poesia

‘N'um Jazigo’.

Flores Singelas: versos (S.l: J. Germano de Sousa Neves, 1867). Precedidos de um prólogo de M. Pinheiro Chagas.

Outros:

‘Biografia de Amelia Janny’⁴⁷².

Contribuiu com *Almanaque de Lembranças*, o *Archivo Lisbonense*, *Diário de Notícias*, *Boudoir*, *O mundo Elegante de Brasil e Portugal* (neste um artigo sobre a morte de Amélia Janny, depois publicado em folheto). Foi diretora deste periódico em 1908⁴⁷³.

Menções a:

Brito Aranha, Pedro Wenceslau de Brito. *Factos e homens do meu tempo: memórias de um jornalista*, (s.l, A. M Pereira, 1908), Tomo II, 282, como diretora *Almanaque das senhoras*.

Estudos sobre a autora:

⁴⁷⁰ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria II, livro 22. fl 29-30

⁴⁷¹ GR 5571.

⁴⁷² *O mundo elegante de Brasil e Portugal*. Vol. 16, nº 365 de 1914, 69.

⁴⁷³ Brito Aranha, *Factos e homens do meu tempo*, Tomo II, 282.

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 145-148.

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 485.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 149.

Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983), 186.

Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregório Estrada, 1869), 69.

63. **D. Flora Xavier V. Silva** (antes 1839-?)

Obras:

Poesia

Soneto 'A morte do Exmo. Sr. João da Silva Braga', comendador da ordem de Cristo⁴⁷⁴.

64. **D. Maria Miquelina (Meclina) Pereira Pinto de Carvalho** ou Pereira Pinto Guedes (antes de 1844- após 1856)

Biografia

Aparece como Maria Miquelina Pereira Porto na *Revista Universal Lisbonense*, mas como Maria Miquelina Pereira Pinto na lista de autores que contribuíram em 1844, no mesmo periódico.

Possivelmente seria da família de João de Sousa Magalhães Pereira Pinto de Guedes⁴⁷⁵, visconde de Vila Garcia (1764-1833), casado com D. Ana Josefa Benedita da Fonseca Pinto da Silva Vasconcelos; ou de seus netos: José Telles de Menezes Pereira Pinto Guedes e sua irmã D. Ana Carolina Augusta Vaz Guedes Pereira Pinto Telles de Menezes,

⁴⁷⁴ *Mosaico*. nº13 de 1839, 104.

⁴⁷⁵ Mencionado na *Gazeta de Lisboa*, nº254 de outubro de 1832, 1233.

casada com Manuel Pinto Vaz Guedes Bacelar Sarmiento Pereira de Moraes Pimentel, visconde de Montalegre.

Há ainda a hipótese de se tratar da irmã de D. Maria da Luz Pereira Guedes.

Obras:

Manuscritos:

Relatórios da Associação Consoladora dos Aflitos.

Cartas:

*Carta de D. Maria Miquelina Pereira Pinto de Carvalho de 23/09/1856. Autorizando a formar uma associação de beneficência de Título de Servas de Maria*⁴⁷⁶. Esta carta é assinada por Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca.

‘Guerra a Solitária’⁴⁷⁷.

Obras que lhe foram dedicadas:

A Beneficência, de Antónia Gertrudes Pusich. Foi dedicado à Associação da qual ela era presidente, a Associação Consoladora dos Aflitos.

*As castellãs de Roussilon*⁴⁷⁸ de D. Maria D’Arrábida da Costa e Macedo.

Estudos sobre a autora:

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 47-49.

Castilho, Julho de. *Lisboa Antiga*, (Lisboa: Bertrand, 1904), 236.

Rafael, Gina Guedes. *A leitura na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2011).

⁴⁷⁶ANTT. Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, liv. 9, fl. 105.

⁴⁷⁷Revista Universal Lisbonense. nº31 de 1844, 377.

⁴⁷⁸GR. 6755 e GR 6940. LNTP B.19. *Assembléa Litteraria*, nºs 6, 10, 11, 14, 17, 22, 23, 26, 28, 37, 38, 39.

65. **Dona J. P. Aragão** (antes de 1845-?)

Biografia

Possivelmente a esposa ou irmã de J. P. Aragão, Joaquim Pedro Caldas Aragão, que fez litografias para jornais como *O passatempo* e o *Ramalhete*.

Obras:

Traduções:

Dumas, Alexandre. *Huma filha do regente. Por Alexandre Dumas. Vertida do francês por Dona J. P. Aragão.* (Lisboa: Typografia Cesariana, 1845)⁴⁷⁹.

66. **C. E. da C. G.** (antes 1847- depois 1855)

Biografia

Autora portuguesa, que escreveu romances originais e traduções adaptadas. Dentro de suas obras menciona ser "uma nacional", o que pode indicar ser a mesma que "uma portuguesa nacional" (o texto é semelhante, a forma de se referir a si é a mesma). Menciona também o falecimento do pai enquanto escrevia *Eulália*, publicado em 1855.

Não assina seu nome, mas sim como C. E. da C. G., ou como "autora de *Christina de Stainville*".

Obras:

Traduções:

Cooper, o americano. *Leonel Lincoln ou o Certo de Boston*". Tradução de C. E da C. G. (Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1848-1849)⁴⁸⁰.

Schmidt, cónego. *A roseira: imitada de uma obra allemã cónego Schmid*; trad. C. E. da C. G. (Lisboa: Imp. Nevesiana, 1847)⁴⁸¹ e (Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1860).

⁴⁷⁹CLBF n°2403.

⁴⁸⁰CLBF n° 2450.

⁴⁸¹GR 6496. CLBF n°2598.

Romance:

Christina de Stainville. Ou os Efeitos da Boa ou Má Educação, por C. E. da C. G. (Lisboa: Typografia de J. J. de Salles, 1850)⁴⁸²

Eulalia, ou o amor filial pela autora de Christina de Stainville, (Lisboa: Typ de Salles, 1855-1856)⁴⁸³.

Lord Clifton, ou A Providência : romance original pela Autora de Christina de Stainville ou Os efeitos da boa ou má educação. (Lisboa: Typ. JJ. de Sales, 1853)⁴⁸⁴.

Menções a:

A roseira, Leonel Lincoln e Christina de Stainville aparecem em propaganda no jornal *A Imprensa de Pernambuco* n^{os} 78 e 79 de 1850⁴⁸⁵.

67. D. Maria Clara de Vilas Boas (antes de 1849-?)**Obras:****Poesia**

‘Poesia offerecida ao Exma. Sr. Arcebispo...’⁴⁸⁶.

68. Mathilde Leão d'Assis Pereira da Cunha e Castro (antes de 1856-?)**Biografia**

Possivelmente seria da família de António Pereira da Cunha e Castro (1819- 1890).

Obras:**Romance**

Afra: romance original (Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier da Sousa, 1856).

⁴⁸²CLBF n^o2184

⁴⁸³RGPL n^o11558. Não estava lá..

⁴⁸⁴PEBB (erroneamente como tradução), n^o 702.

⁴⁸⁵*A Imprensa de Pernambuco* n^{os} 78 e 79 de 1850

⁴⁸⁶*Periódico dos Pobres do Porto*, n^o207 de 1849.

69. **D. Joaquina da Conceição Jordão Botelho Lobo** (antes de 1858-?)

Obras:

Outros

Folheto *Breves Reflexões que oferece D. Joaquina da Conceição Jordão Botelho Logo aos habitantes de Santarém e em especial aos Srs. Jurados e Juiz do Tribunal Commercial da Mesma villa, Sobre a causa, que pelo mesmo Tribunal foi intentada, contra José de Paiva Magalhães Vasconcelos Bernardes*. (Santarém, 16 de março de 1858).

Em resposta: Bernardes, José de Paiva Magalhães de Vasconcelos, *Resposta de José de Paiva Magalhães de Vasconcelos Bernardes ao folheto publicado pela intitulada Dona Joaquina da Conceição Jordão Botelho Lobo*. (Lisboa, Typografia do Panorama, 1858).

70. **D. Antónia Luísa Cabral de Teive Pontes** (20/09/?- após 1893)

Biografia

Autora com textos na *Assembleia Litterária* de Pusich entre 1849-1850, de quem indica ser prima, em carta enviada para a mesma revista. No jornal *A Semana*, de Braga, encontra-se uma referência ao aniversário de Antónia Luísa Cabral Teive, que parece tratar-se da mesma pessoa. A data indicada pela dita publicação é de 22 de setembro⁴⁸⁷.

Obras:

Poesia

‘Soneto’, ‘A uma palmeira’, ‘Á ilustre redactora’, ‘O Natal. Meditação’, sem titulo, ‘O triste’, ‘A uma rosa amarella’ e ‘Á dita actriz’⁴⁸⁸.

Romance

Na *Assembléa Litterária*:

"O remorso punindo o Crime. Romance original"⁴⁸⁹.

⁴⁸⁷ *A semana*, nº38 de domingo 17 de setembro de 1893

⁴⁸⁸ *Assembleia Literária*. nºs 4, 10, 19, 20, 23, 25, 28 e 30.

⁴⁸⁹ *Assembleia Litterária*, nºs 5, 9, 15 e 16.

Outros

Tem defesa a ilustração feminina⁴⁹⁰.

‘A santa casa de misericórdia’⁴⁹¹.

Menções à autora:

Rafael, Gina Guedes. *A leitura na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2011).

Estudos sobre a autora:

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 130.

Salvador, Teresa ‘Em torno dos periódicos femininos’. In *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Vol. 26. (Lisboa, INIC, CHC, 2009), 95-117.

71. Sra. A. A. P. (Séc. XIX)

Obras:

Poesia

‘Charada 384’⁴⁹².

72. Ana Maria (Séc. XIX)

Obras:

Romance

A açucena de Israel (Porto: Typografia de Sousa Faria, 1847)⁴⁹³.

⁴⁹⁰ *Assembleia Litterária*, nº 2.

⁴⁹¹ *Assembleia Litteraria*, nº 24.

⁴⁹² *Ramalhete* nº158, 56.

⁴⁹³ CLBF nº2601. BRG 4029 E 269/8 (tomo 1) e 183 568 E 269/8 (tomo 2).

73. **D. Antónia Tarzilla Amazilis Pinto** (Séc. XIX).

Obras:

Gabinete de Litteratura e Bellas Artes, Jornal de Instrucção e Recreio. Dedicado às Senhoras Portuguezas e a todos os Amadores da Gloria Nacional. Antónia Tarzilla Amazilis Pinto. (Lisboa: Typ. De A. S. Coelho, 1841).

74. **Augusta P. S.** (Séc. XIX)

Obras:

Poesia

‘Affonso e Isaura’⁴⁹⁴.

75. **D. Branca de Carvalho.** (Séc. XIX)

Obras:

Poesia

‘Martyr’⁴⁹⁵.

76. **Clorinda M.** (Séc. XIX) (Pode ser Clorinda Máxima de Macedo).

Biografia:

Pode ser Clorinda Máxima de Macedo, citada por Nuno Catharino Cardoso⁴⁹⁶.

Obras:

Poesia

⁴⁹⁴ *Miscelanea Poética* Vol. 2, nº5, 37-38.

⁴⁹⁵ *A Grinalda*, Vol. 5, nº9, 129-134.

⁴⁹⁶ Cardoso, *Poetisas portuguesas*, 165-166.

‘Saudade a amiga Carolina Adelaide Barbosa’, Amisade, amor e fé’ e ‘Ao ler a poesia ‘Pergaminhos’’,⁴⁹⁷.

77. **Sra. D. M. C.** (Séc. XIX) (Pode ser D. Maria Cândida da S. S)

Obras:

Poesia

‘Charada nº 397’,⁴⁹⁸.

78. **Emília de...** (Séc. XIX)

Obras:

Traduções

Elinor, ou a demência. Tradução da novella ingleza The Recess por Emília de...
(Lisboa: Typ. Lisbonense, 1836)⁴⁹⁹. O original é de Sophie Lee. *The recess or a tale of Other times.* (1783-1785).

79. **Emília de Rezende** (Séc. XIX). (Pode ser Emília de...)

Obras:

Duas notícias "dadas" ao *Ramalhete*⁵⁰⁰.

Duas notícias por D. Emília de Rezende⁵⁰¹.

⁴⁹⁷A *Grinalda*, Vol. 5. nº10, pp 145-149; Vol.6, nº3,10, pp 33-34, 145-147.

⁴⁹⁸*Ramalhete* nº 165 de 1841, 112.

⁴⁹⁹PEBB, nº 439. GR 4530. *Correio das Damas*, Vol. I, nº19 de 1836, 146-149.

⁵⁰⁰*Ramalhete* nº141 de 1841, 327-328.

⁵⁰¹*Ramalhete* nº168 de 1841, 130.

80. **D. Engrácia Júlia** (Séc. XIX)

Obras:

Poesia

‘N’um Album’ e ‘A cruz da Solidão’⁵⁰².

81. **G. M. I. "Sua constante leitora"** (Séc. XIX)

Obras:

Cartas

Carta ao *Astro da Lusitânia*⁵⁰³.

82. **Hortênsia Paulina L. B. (de Lima Barbosa)** (Séc. XIX)

Biografia

Irmã de Maria Isabel de Lima Barbosa, de Ponta da Barca.

Obras:

Poesia

‘Um momento de Melancolia’⁵⁰⁴, ‘Tristesa e Consolação’, ‘Visita a um jardim’⁵⁰⁵,
‘Passeio Nocturno’, ‘Uma noite de saudade’, ‘A Pastora’⁵⁰⁶, ‘O por do sol’, ‘A ac.
Dramática de Coimbra: Liberdade e juventude á Acad. Dramática de Coimbra’⁵⁰⁷,
‘Fragmento’, ‘A Esperança’⁵⁰⁸, ‘A meu irmão Alberto A. De L. Barbosa.

⁵⁰² *Miscelanea Poética*. Coleção 2, 1,41.

⁵⁰³ *Astro da Lusitânia* nº 252. 27 de setembro de 1829

⁵⁰⁴ Assinado de Vila da Barca.

⁵⁰⁵ Para Maria Peregrina e Maria do Patrocinio de Sousa em resposta a “Tristeza e Consolação”, e “Tristeza e desconforto” de A. Correa.

⁵⁰⁶ Cardoso, *Poetisas portuguesas*, 48-49.

⁵⁰⁷ Representadono R. Teatro de São João, em favor das famílias vítimas da Guerra da Polónia.

⁵⁰⁸ Para o irmão Eduardo Barbosa.

Saudades’, ‘A memória da minha amiga Maria do Patrocínio de Sousa’, e ‘A memória do talentoso poeta M. A. Pereira Barbosa’⁵⁰⁹.
‘Recordações da minha terra’⁵¹⁰.

Estudos sobre a autora:

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917), 47-49.

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 397.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 126.

83. Júlia A. C. (Séc. XIX)

Obras:

Poesia

‘União’⁵¹¹.

84. D. Maria Cândida da S. S. (Séc. XIX).

Obras:

Romance

‘O Sacrificio Recompensado’⁵¹².

⁵⁰⁹A *Grinalda* Vol. 2, nºs 7, 8, 9, 10, 12, 97-98, 114-115, 139-141. 146, 179; Vol. 3, nº2 e 10, 2, pp 21-22. 148; Vol. 4, nºs 5, 10, 12, pp 65-67, 145-147, 177-178, Vol. 5, nºs 5 e 10, pp 33-35, 147-148; Vol. 6, nº8, 111-114.

⁵¹⁰*Almanaque Luso Brasileiro*, 1860, 87

⁵¹¹*Periódico dos Pobres do Porto*, nº60 de 1851.

⁵¹²*Ramalhete* nºs 192, 193 e 194 de 1841.

85. **D. Maria Isabel de Lima Barbosa** (Séc. XIX)

Biografia

Natural de Ponte da Barca, irmã de Hortênsia da Lima Barbosa. Tem textos assinados como D. Maria Isabel, ou Maria J. de L. B.

Obras:

Poesia

‘O Martyrio’, ‘As margens do Lima, e uma cruz derrubada’, ‘O desengano’ e ‘Á memória de Maria do Patrocínio de Sousa’⁵¹³.

‘O sino de finados’⁵¹⁴.

Obras que lhe foram dedicadas:

‘Desalento’ de Maria Peregrina de Sousa⁵¹⁵.

86. **D. Maria J., A Violeta** (Séc. XIX) (Presume-se Maria Isabel de Lima Barbosa)

Obras:

Poesia

‘A minha amiga M. P. e os cavaleiros das rosas, A Violeta’⁵¹⁶.

‘Desengana-te’, A minha amiga M. P de S⁵¹⁷, e ‘Uma tarde a beira mar’⁵¹⁸.

⁵¹³A *Grinalda*. Vol. 2, nº9, 129; Vol. 3, nº2 e 9, pp 17-19, 129-130; Vol. 5, nº4, 49-51.

⁵¹⁴*Almanaque Luso Brasileiro*, 1860, 335.

⁵¹⁵A *Grinalda* Vol. 5, nº2, 19.

⁵¹⁶Assinado por M. J. ... Uma provinciana. Para Maria Peregrina de Sousa, quando esta interferiu na questão das duas rosas. *Periódico dos Pobres do Porto*, nº43 de 1850

⁵¹⁷Para Maria Peregrina de Sousa em resposta a poema no número anterior.

⁵¹⁸Este último para Maria Peregrina de Sousa. *Miscelanea Poetica* Vol. 1. Nº17 e 23; Vol. 2, nº4.

87. **Maria Luiza** (Séc. XIX)

Obras:

Traduções

História de Maria Stuart. Tradução do francês de Alexandre Dumas. Trad. Maria Luiza. 1851⁵¹⁹.

88. **D. Maria Sérvola do Nascimento Ribeiro** (Séc. XIX)

Obras:

Romance

A filha incógnita: romance (Lisboa: Typographia de Belas Artes, 1841)⁵²⁰.

89. **D. M. J. O. de M.** (Séc. XIX)

Obras:

Traduções

A moral em acção. A vingança é indigna do Homem e ainda mais d'um Príncipe de D. J. C. Casassa. Traduzido por D. M. J. O de M⁵²¹.

90. **Olympia.** (Séc. XIX)

Obras:

Poesia

‘Ao partir’⁵²².

⁵¹⁹GR 7177. *Correio das Damas*, nº 11 de 1851; nºs 13-20 de 1852.

⁵²⁰LNTP F 29. CLBF nº2333.

⁵²¹*Assembleia Literaria*. Setembro 1º 1849. nº5 pg 38-39)

⁵²²*A Grinalda*. Vol. 5, nº1, 5.

91. **Paulina de J. L. L. (Séc. XIX)**

Obras:

Traduções:

Ode a Mme Castellan. Trad. de Paulina de J. L. L. Original de Bindocci⁵²³.

92. **Sofia P. S. (Séc. XIX)**

Obras:

Poesia

‘Ao Ilmo. Sr. J. P. F. C. Sarmiento’, ‘Soneto a saudosa memória de Meu chorado pai’ e ‘Saudade’⁵²⁴.

Obras que lhe foram dedicadas:

Poesia de J. P. F. C. Sarmiento⁵²⁵.

Sobre:

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009), 306.

93. **Anónimas**

- *A Soror Charadista*

‘Charada 372’⁵²⁶.

- *Authora do Conto da minha Thia*

Viagens da Ida Pfeiffer. Trad. do francês pela authora do conto da minha Thia (1863)⁵²⁷.

- *D. L**** (Provavelmente D. Leonor Correia de Sá e Benevides)

⁵²³GR 7546.

⁵²⁴*Miscelanea Poética* Vol. 2. N°4, 5 e 8, pp 26, 33, 57.

⁵²⁵*Miscelanea Poética* Vol. 2, n°6, 45-46.

⁵²⁶*O Ramallete* n°152 de 1841.

⁵²⁷GR. 9636.

*O combate as paixões. Novella traduzida do Francez por D. L. ***.* (Lisboa: Imprensa Régia, 1816).

- *De uma Senhora*
'Logogripho' e 'Logogripho'⁵²⁸.
Charadas no *Ramalhete*⁵²⁹.

- *Huma anonyma*
'Branca'⁵³⁰.

- *Huma Senhora Portugueza*
'Charada'⁵³¹.

Elogio de Marco Aurélio, feito por Monsieur Thomas, hum dos quarenta da Academia de Paris. E agora traduzida por huma senhora portuguezas, cujas obras, e traducções tem tido boa acceitação na Republica das Letras. (Lisboa: Imprensa Regia, 1815).

História de Abdallah e Balsora. Traduzida do inglez em portuguez por Uma Senhora, e Calamidades humanas, pela maior parte imaginárias, uma visão. Tradução do inglez por huma senhora portuguesa (Lisboa: Typographia de M. J. Coelho, 1844)⁵³². Junto com *Calamidades humanas, pela maior parte imaginárias, uma visão. Tradução do inglez por huma senhora portuguesa.*

Palemon ou efeitos da saudade: conto pastoril composto na lingua franceza por Marmontel e traduzido em vulgar por Huma senhora portuguesa (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1803)⁵³³. Original Abbé Charles Chainsneaux, não de Marmontel.

- *por huma anonyma*
Genlis, condessa de; Anonyma, huma, trad. *Os battuecas. Obra escripta em francez pela condessa de Genlis e vertida em portuguez por 'huma anonyma'.* (Lisboa: Impressão Régia, 1833).

⁵²⁸*O Ramalhete*,. nº55 e 65 de1839.

⁵²⁹*O Ramalhete*, nº 66, 67, 72 e75.

⁵³⁰*Iris*.Tomo II, 243-245.

⁵³¹ *Biblioteca Familiar e Recreativa*. nº7

⁵³²GR. 6028.

⁵³³GR. 256.

- *por huma menina de 15 anos*

A converça da lealdade com a ingratidão sobre a condição dos homens: pequena obra para entreter, e servir ao mesmo tempo de guia a todas as senhoras/ escripta por huma menina de 15 annos (Lisboa: Imp. da Rua Formosa, 1824). e (Lisboa: imprensa da Alcovia, 1824).

- *por huma menina portugueza de 11 anos*

Livro das famílias. Tradução de Miss Edgworth. Novembro de 1839⁵³⁴.

- *por huma portugueza*

Collecção de moralidades, trad. do fr. E italiano por huma portugueza". (Paris: Imp. Joseph Tastu, 1828).

Instrucções de uma mãe a sua filha para o comportamento geral da sua vida; traduzidas do francez por uma portugueza. (Lisboa: Imprensa Régia, 1815)⁵³⁵.

Montesquieu, *O templo de Gnido, trad. De Montesquieu por huma portugueza*. (Pari: Tastu, 1767, 1828).

- *por huma portugueza constitucional*

*Cartas ao redator do Astro da Lusitânia*⁵³⁶.

- *por huma subscriptora*

*Charadas 549 e 550*⁵³⁷.

- *por outra senhora*

Trémadeure, Mlle S. Ulliac. *Segredos de interior de família: um casamento. Obra imitado do inglez por Mlle S. Ulliac Trémadure e traduzida do francez por Outra Senhora*. (Lisboa: Typographia de J. B. Morando, 1849)⁵³⁸.

⁵³⁴Mencionada no *Ecco* N°428 e no *Catálogo de Livros de António Marques da Silva*.

⁵³⁵Cf. *Jornal de Coimbra*. Vol.8. n°42, 289. E Vol. 9. n°46, 282.

⁵³⁶*Astro da Lusitania* n°s 27 de 18 de dezembro de 1820 (em resposta a carta do n° 23, 13 de dezembro de 1820) e n°265 de 12 de outubro de 1821.

⁵³⁷*O Ramallete*, n° 252 de 1842.

⁵³⁸CLBF n° 2609.

- *por uma curiosa*

Máximas de Salomão commentadas por um anonymo na lingua franceza e traduzido no idioma portuguez por uma curiosa. (Lisboa, 1762)⁵³⁹.

- *por uma jovem alemã*

Lauso e Lydia. Trad. em portuguez de uma jovem alemã, (1838)⁵⁴⁰.

- *por uma jovem de dezaseis anos*

‘Charada 177’,⁵⁴¹.

- *por uma menina*

Charadas⁵⁴².

- *por uma menina de 9 anos*

Charada⁵⁴³.

- *por uma respeitável senhora*

Uma lágrima, (1840)⁵⁴⁴.

- *por uma Senhora*

‘A ninfa de Santa Helena’. Tradução⁵⁴⁵. Pode ser de Maria Peregrina de Sousa ‘Adivinhação’ e 2 charadas⁵⁴⁶.

‘Logogripho’, ‘Logogripho’, ‘Charada’ e ‘Enigma’⁵⁴⁷.

A cabana da India. Trad. do inglez por uma senhora (1863)⁵⁴⁸.

A mão cortada. Romance marítimo". Trad. por uma senhora. Original Henrique Riveire (1863)⁵⁴⁹. Esta edição é acompanhada de *O judeu errante, Mysterios do Carcere, O corsário negro, Milhafre dos Mares* e fazem parte da “Biblioteca das Damas”.

⁵³⁹CLBF n° 447.

⁵⁴⁰GR. 4920 e Novilistica 332. No Periódico P 54. pp 276-278.; 284-286.

⁵⁴¹*Ramalhete* n°s 58 e 59.

⁵⁴²*Assembléa Litteraria*. n°8, 12, 17.

⁵⁴³*O Archivista* n°7 de 1839

⁵⁴⁴GR. 5416.

⁵⁴⁵ Na *Restauração*. N°322 e 323 de 1843

⁵⁴⁶*Biblioteca Familiar e Recreativa*, Vol. 2, n°9 e 12; Vol. 3, n°3.

⁵⁴⁷*O Ramalhete*, n°s 71, 86 e 131 de 1839.

⁵⁴⁸GR. 9816.

A ninfa de Santa Helena, tradução⁵⁵⁰.

Carlos II e a louca de Moulinas. Fragmentos do desterro de Carlos II durante a Republica de Cromwell. Tradução do inglez por huma senhora. (Lisboa: Typ. de Silva, 1851)⁵⁵¹.

G. Ritter von Richenstein e Appolonia von Sanh. História alemã. trad. por Huma Senhora. (s.l: T. de F. Ferreira, s.d)⁵⁵². Possível tradução de *Childe Harold's pilgrimage*, romance de Byron.

O amigo dos meninos contando-lhes historias moraes proprias para despertar neles o desejo da instrucção e o gosto de leitura. Tradução do francês para portugues por uma Senhora". (Lisboa: José Baptista Morando, 1854, 1855)⁵⁵³. Original de Wilsem.

O castello de Scharfenstein Historia alemã trad. em port. Por huma senhora. (S.l: T. F. F. da Silva, 1833, 1834)⁵⁵⁴.

O poder que tem nas mulheres a inconstancia, segundo diversos climas e costumes. Tradução de uma senhora, (1856)⁵⁵⁵.

O sacrificio frustrado ou a felicidade no último lance. Trad. do inglêz por huma senhora. 2 vols. (Lisboa: s.n, 1802) e (Lisboa: Typografia Rollandiana, 1817). Possível original *The Fruitless repentance, or the history of Min Kitty Le Fever*⁵⁵⁶.

Os perigos do entusiasmo, ou illusões da vida. Traduzido do francês por huma senhora". (Lisboa: sn, 1834)⁵⁵⁷.

Poemas no *Mosaico*⁵⁵⁸.

Seny, M. P. *Os dois palladinos, ou a amizade posta a prova de M. P. de Seny* (Traduzido do francês por uma senhora)⁵⁵⁹.

- *por uma sua nacional* (antes de 1824-?; seria C. E. da C. G?).

Desta autora pouco conhecemos, fora que casou cerca de 1824 e que teve o talento cultivado pelos pais segundo sua introdução do romance. Afirma também que

⁵⁴⁹GR. 9726. Encontramos apenas Henrique Riviere; José Fernandes Ribeiro, trad. *A mão cortada romance marítimo por Henrique Riviere. Traduzido livremente por José Fernandes Ribeiro.* (Porto: Imprensa Popular de J. L. de Sousa, 1863).

⁵⁵⁰A *Restauração*, nº322 de 1843.

⁵⁵¹PEBB. nº682. GR 7130. *Assembleia literária*, 2ª serie, nº10.

⁵⁵²GR 4377. PEBB nº 170.

⁵⁵³GR 7660 e GR 7938.

⁵⁵⁴GR 4259. LNTP B.25. Mencionado na lista de Livros encontrada em *Thaddeo de Varsóvia*.

⁵⁵⁵GR. 8144.

⁵⁵⁶Cf. PEBB nº 170.

⁵⁵⁷CLBF nº 2561.

⁵⁵⁸*Mosaico*, nº 68, 69.

⁵⁵⁹*O Ramalhete* nº113 e 114 de 1839.

História Georgiana é sua primeira obra e que voltaria a publicar caso o livro fosse bem aceito.

Historia Georgiana, ou A constancia: novella escrita e offerecida às Senhoras Portuguezas por huma sua nacional. (Lisboa: Typ. de J. F. M. de Campos; 1824)⁵⁶⁰.

- *uma portuense*

‘O pastor e a rosa’, ‘A Orfã’, ‘para Elvira Cândida Lopes’⁵⁶¹, e ‘A semana’⁵⁶².

Cartas de *uma portuense* para o *Braz Tisana*.⁵⁶³ Maria Peregrina de Sousa afirma não ser de sua autoria.

- *Uma senhora da Província*

Defesa do Belo Sexo ou Resposta ao Papel intitulado «Malicia das Mulheres» dada por huma Senhora da Província a huma sua Amiga na seguinte Epístola. (Lisboa: Imprensa Regia, 1812)⁵⁶⁴.

⁵⁶⁰CLBF n° 2391. Mencionado no *Catálogo de livros a venda na Loja de J. H. da Rua Augusta*.

⁵⁶¹LNTP A.115.

⁵⁶²*A Grinalda*, Vol. 3, n° 7, 97-98; Vol.4, n°6, 81-84; e Vol. 5, n°3, 35-38.

⁵⁶³*Braz Tisana*, n°77 de 1855.

⁵⁶⁴AI, 208-221. CLBF n° 3259.

ANEXO II. Epistolário de Augusta Franzini.
Missivas de, para e sobre Augusta Franzini.
Transcrição parcial e resumos de cartas escolhidas¹

Lisboa, ANTT. Colecção Adília Mendes, mç 7.

¹Critérios de transcrição: seguiram-se as normas propostas por Avelino Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. (Coimbra: Faculdade de Letras, 1993).

1. Vinha da Rainha, 5 de agosto de 1843. Carta de Gonçalo Telo Marino a Miguel Franzini²

“Meu presadissimo Amigo, Senhor de todo a meu respeito, e veneração, - tendo me abstido de escrever a Vossa Excelencia por não lhe tomar o seu tempo, que Vossa Excelencia melhor que ninguém sabe apreciar, e empregar; penso que não posso deixar de por esta vez lhe tomar algum. Em primeiro lugar rogando Vossa Excelencia que me faça a honra de apresentar os meus respeitosos cumprimentos de gratidão, e affecto a Excelentissima Senhora D. Carlota, minha madrinha e minha Senhora Excelentissima Senhora D. Thereza e seus lindos filhos. E em segundo logar para beijar as mãos a Vossa Excelencia pela distinção com que me tractou, e sobre tudo pela honra que me fez na minha despedida de oferecer – de para conceder-me a declaração explicita do seu Consentimento para o Cazamento com sua Excelentissima Filha, como tendo o mais que dependesse de Vossa Senhorria para ser levado a cabo. Vossa Senhoria em nada podia tanto lisongear-me, e por honrar-me, eu porém ainda estava dentro dos primeiros 4 mezes de luto pesado por minha saudoza mai: e bem que isso não fosse talvez repassado, comtudo, quem tinha esperado 3 annos, bem podia, me pareceu, esperar mais 2 mezes, - até passarem os 6 mezes de luto pesado- no fim do mez de Setembro acaba este luctuozo periodico e sendo da vontade de Vossa Excelencia começaremos desde já a fazer todas as necessárias disposições a isso conducentes.

Em primeiro lugar temos a Escriptura ante-sponsalicia, cujas condições já se-achão entre nós vistas, e *revistas*, e aprovadas, depois de as mandarmos rever, e considerar por pessoas estranhas e desinteressadas, entre outras o Sr. Antonio Maria Souza da Mota, um dos meus insignes e probos advogados da Capital a minuta da Escriptura, pois acha-se a em poder da Excelentissima Senhora D. Augusta; e eu tinha a rogar a Vossa Excelencia fizesse a honra de solemnizar também este acto com a sua respeitável presença, no que teremos mais essa garantia, a da presença, e firma d’uma Personagem tal, e hum amigo certo. Feito isso, Vossa Excelencia e sua Excelentissima Filha me-determinarão o mais que eu devo fazer, na certeza de que eu me limite a significar a Vossa Excelencia o meu desejo de que nos recebâmos no dia 2 de outubro próximo futuro; mas não obstante hei de em tudo e por tudo obedecer as honrosas precisões de Vossa Senhoria.

²Doc. n° 13.67.

Esta remetto a aberta por via da Excelentissima Senhora D. Augusta, para Vossa Excelencia me-fazer o favor de também receber a resposta; para nossa inteligência; e quando, e como Vossa Excelencia se dignar dar-lha, para me fazer mercê de transmittir lhas,

Sou com todas as vezes, e com a mais distincta consideração

De Vossa Excelencia

O mais respeitoso amigo obrigado fiel Criado

Gonçalo Tello de Magalhães Collaço.

Vinha da Rainha, 5 de agosto de 1843”

2. Sl. [1844]. Carta de Augusta [Franzini] Telo³ para sua irmã Juliana⁴

Nesta missiva D. Augusta parabeniza a chegada do marido de D. Juliana, menciona ter sentido dores no dia 25 do passado mês e chama seu marido de “o meu adonis”.

3. Vinha da Rainha, 6 de julho de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁵

D. Augusta relata suas opiniões sobre o Convento da Batalha, “fiquei admirada de huma bella architectura”. Também encontrou o nome da mãe do Senhor Tello, seu marido, escrito nas paredes das Capelas Imperfeitas. Sua sogra esteve no local em 11 de julho de 1789 e D. Augusta assinou seu nome abaixo do nome de sua nora.

4. Vinha da Rainha, 13 de junho de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁶

D. Augusta já começa a sentir as viagens de seu marido, afirmando “estou em falta com pessoas que muito preso e respeito”.

5. Vinha da Rainha, 20 de julho de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁷

D. Augusta afirma estar na casa de Gregório de Magalhães Colaço, primo de seu marido.

³As três cartas do acervo escritas para D. Juliana foram assinadas por Augusta Tello, enquanto as outras cartas são assinadas apenas por Augusta.

⁴Doc. nº 19.

⁵Doc. nº 13.104.

⁶Doc. nº 13.104.

⁷Doc. nº 13.104.

6. Vinha da Rainha, 9 de agosto de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁸

D. Augusta estava acompanhada de sua prima Juliana e informa seu pai que a prima vai retornar a casa e irá lhe relatar alguns acontecimentos que não podem ser mencionados em carta.

7. Coimbra, 20 de agosto de 1844. Carta anônima para Marino Miguel Franzini⁹.

Folha 1. “Ilustríssimo Senhor.

Vai ao Correio de Coimbra por ser mais seguro.

Falando com o Administrador acho desconfiado da irresolução da Senhora D. Augusta a qual deve acabar pois todos a consideramos em perigo de Vida na companhia do monstro a quem se ligou não obstante a antecipada informação daqui derejada a Vossa Senhoria muito a tempo de evitar o desastre.

Se Vossa Senhoria vir que se demora inste pela saída que elle he inda capas de aluir athe lhe acabar a existência.”

Folha 2. Verso do endereço postal:

“Fui eu quem antes de feito o infeliz consorcio de sua Excelentíssima Filha escrevi a Vossa Senhoria para que lhe obstasse prevendo a infelicidade o conhecimento que tenho do serelado e compaixão do debil sexo me obrigou de não valeu a minha diligencia verificando a pronostico, em 20 de agosto escrevi a Carta ao ve[r] anuncio no periódico não continuei porque a Vossa Senhoria foi patente o miseravel estado em que vive e perigo de vida logo que ella segure sua creança”.

Folha 3, copiada por M. M. Franzini: “1844-04-20.

Motivos de homanidade com o belo e fraco sexo me determinao a pedir a Vossa Senhoria acuda promptamente a sua desgraçada filha antes que seja assacinada pela forme, tormentos, pancadas e toda a sorte de maos tratos, meios estes de que o tal Gonçalo já usou com com [sic] as propria Mãi a quem devia a mais terna amizade e só lhe escapou indo para o outro filho já meia morta e de todo roubada.

O mesmo fará o furiozo hotentote á Senhora D. Augusta a quem ella se entregou não obstantes as diligencias de Vossa Senhoria.

⁸Doc. n° 13.104.

⁹Doc. n°13.13.

A infelicidade daquela Senhora he motivo de compaixão athe da Plebe deste Paiz e a toda a hora se espera a triste noticia da violenta morte que já se teria verificado se o monstro estivesse seguro de ser herdeiro por que o odio he maior que o de Lobo á Ovelha. Já em Lisboa estão testemunhas todas as pessoas que para a Provincia a acompanharao mesmo hum parente dele Capitão de hum Batalhão.

Nesta Cidade apareceo elle nos primeiros dias de Cazado com a filha do Barrozo pelo braço a qual aqui trouce nas vesporas da chegada de sua filha: os filhos nada merecem hoje aos Pais (graças à desmoralização do Secollo) tenho a fortuna de não os ter, mas vejo que os Pais assim mesmo lhe acodem aos perigos inda remotos; e não hade Vossa Senhoria acudir a sua Excelentissima Filha que a toda a ora deve esperar ser Victima daquelle bruto? lembrece que he sua filha e que já esta sobejamente castigada da dezobediencia no cazamento e que deve (perdoe a exprecção) salvar-lhe a vida e sem demora por que a isso o hade apreçar essa infeliz Barroza que elle seduzio e que disem ser de mau coração.

A obrigação que nos impõem o direito natural de salvar a vida a deve obrigar a fugir inda que seja a pe, e para guardar cabras na Serra de Cintra, he mais feliz do que passar a pouca vida que lhe resta na companhia do mais perverso dos homens e que a hade matar quando o exijão os seus intesses.

Não sou Capas de aconselhar mas conheço que acto de caridade resgatar aquella nobre Senhora da escravidão em que a tem o malvado Beduino numa Caza acastelada privada de toda a comonicação entregue a infelis sorte de ter e não gozar e quem sabe se a esta ora vive? Dizem me que se lhe tem vedado os meios de puder dizer o que sofre à sua família. Esta Senhora não tem irmaons? ou são elles de barro? Tudo isto se deve saber / em Lisboa então não há ahi hum governo a quem os parentes daquela infeliz pessao providencias contra o tirano que com palavras de Frances e coração de Cafre enlaçou a desgraçada que ha de sacrificar dizem que o Compadre que a acompanhou com mais alguem he o que basta a tirala e levala ahi ou a hum Convento onde escape á fúria do scelerado.

Se Vossa Senhoria acuzar ter recebido esta no periodico Correio ou na Revolução desde o dia 5 athe o dia 10 de setembro direi o meo nome.

Coimbra, 20 d'Agosto de 1844".

8. Vinha da Rainha, 29 de agosto de 1844. Augusta [Franzini] Telo para sua irmã Juliana¹⁰.

Nesta carta, D. Augusta queixa-se das muitas viagens do marido. Está chegando o aniversário de casamento e “já tenho prenda para o aniversario o meu Casamento”. Augusta é madrinha dos filhos de Juliana, que está em Sintra nesta data.

9. Vinha da Rainha, 5 de setembro de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai¹¹

“Já agora deve estar ao facto de tudo pela Juliana e talvez por mais alguém (...). Peço-lhe que inclua à Juliana e estou persuadida que terão esquecido de ter feito combinações de modo que tudo apareça de súbito e da maneira mais segura possível enquanto ao lugar para onde devo hir deixo isso entregue á sua discreção e bom coração. (...) tudo aprovarei contanto que certa pessoa lhe não possa dar volta”.

10. Vinha da Rainha, 11 de outubro de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai¹²

“Saberá que no dia 25 do passado tive um desmancho de quasi tres mezes gerava de perfeita saúde e não me lembro de ter feito nada que justifique dar causa a semelhante acontecimento. (...)

Se vir o Senhor Bastos pergunte-lhe no maior segredo quais os meios de que se eu puderia usar para me separar do meu Marido e quais as razões que seria necessário apresentar para conseguir este fim se for necessário hum inquérito aqui das pessoas da terra e dos Criados que me servem aqui e que lá me servirão estou prompta a sujeitar me a elle que me perguntem a maneira como o tenho tratado e qual tem sido o meu comportamento como sua mulher e como tenho administrado aquillo de que me tem encarregado ou confiado; desejava saber se conseguindo isto puderia ser sinhora de todo o meu rendimento se para isto he necessário fazer a declaração que renuncio todos os meus bens de presente e até mesmo de futuro estou prompta apesar de ser huma Caza das grandes e boas da Provincia posso dizer isto sem Exageração não á muitas desta grandeza.”

¹⁰Doc. nº 19.

¹¹Doc. nº 13.104.

¹²Doc. nº 13.104.

Nesta missiva ela também pede a seu pai que envie suas missivas a Verride, para D. Maria José Macedo Tisdelle e pede que seu pai escreva ao marido, reclamando pela falta de notícias da filha.

11. Vinha da Rainha, 19 de outubro de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai¹³

D. Augusta afirma que há rumores de que Chico teria escrito a seu pai relatando o que vira em sua casa. Pede ao pai um “emprego no Paço que fosse próprio do meu nascimento”, o que serviria para se defender do marido, pois “n’hum Paiz de Vandalos onde o despotismo individual e cada hum julgar que pode fazer impunemente tudo quanto lhe vem á cabeça aos porque quando he para ser agredido com as mesmas armas e em justa represália lá estão as formas constitucionais que se invocaõ portanto com tal gente só o medo pode fazer milagres e n’este caso o Paço he hum abrigo que a alguns pode conter.”

12. Vinha da Rainha, 29 de outubro de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai¹⁴

A autora começa a missiva mencionando que não pode escrever por Pombal, porque suspeita do correio e que suas últimas cartas não chegaram ao destino porque o criado que as levava estava bêbado. Reclamou junto de seu marido pela falta de cartas de seu pai, ao que ele respondeu nunca a haver proibido de escrever, “huma crueldade que nem o D. Miguel se lembrou de fazer”.

“(…) resultado funesto que isto me acarretou no dia 25 do passado. No Sabado recebi huma carta do D. Antonino no qual me participava ter recebido ordem de G. L de Coimbra para executar as ordens do G. a meu respeito á vista da representação que meu Pai tinha feito a S. M. para me recolher a hum Convento de Pereira ou outro de Coimbra que para isto era necessário eu assignar um requerimento respondi-lhe que inteiramente ignorava o que me communicava porque até hoje ainda não tinha recebido carta alguma de meu Pai (...).

(...) e depois de apromptar todos os papeis necessários para a minha retirada e depois de ter tudo prompto ter huma entrevista com o Senhor Tello a respeito dos nossos negócios e da nossa vida presente sobre o qual até ao dia de hoje nada lhe tenho dito por delicadeza mas espero que o meu Pai não haverá a mal que eu tente tudo antes de me separar do meu Esposo

¹³Doc. n° 13.104.

¹⁴Doc. n° 13.104.

pois julgo ser este o meu dever se puder tirar esta alma da sua perdição muita gloria e satisfação teria em lhe restituir hum Filho digno do meu rico Pai (...)"

13. Vinha da Rainha, 12 de novembro 1844. Augusta [Franzini] Tello para sua irmã Juliana¹⁵

"Desculpe a matraca que lhe tenho dado mas muito custa ser infeliz quem podia estar muito feliz".

"Não seria possível eu ser feliz será isto por fado meu o porque absolutamente o não mereça ser".

14. Vinha da Rainha, 12 de novembro de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai¹⁶

"Tenho de pedir-lhe que em todos os papeis que devão ser rejeitados para o negócio que sabe se use sempre da linguagem a mais moderada possível nada de insultos nem mesmo declarar o nome de certa pessoa bem conhecida pela sua extrema loucura porque dizendo que não me tratava como devia só por obsequiar alguém com quem se dizia que vivia ou a quem mantinha n'isto se todos sabem a quem se refere sem que os seus parentes tenham o desgosto de ver o seu nome manchado, estas cousas são quasi sempre são vergonhosas para ambos os lados para o que se defende das arguições e para a victima que se quer livrar apresentando para isso os seus justos motivos portanto estimaria que no caso de ter de se lançar não d'este desgraçado meio fosse elle da minha parte hum modelo de decência e moderação e que mesmo intrincado negócio em que quasi sempre se esquece os deveres delicados de huma Senhora nunca me tinha esquecido que o era e que me devia mostrar digna do nome honroso de sua Filha."

15. Vinha da Rainha, 26 de novembro de 1844. Carta de Augusta Franzini para seu pai¹⁷

D. Augusta informa o pai que há cinco semanas que o marido não retorna para casa.

"Será bom na Causa do Divórcio mencionar que estava como preza pois não sahia a parte nenhuma não visitava às Senhoras que me procuravam (...) e que não podia tratar com

¹⁵Doc. nº 19.

¹⁶Doc. nº 13.104.

¹⁷Doc. nº 13.104.

pessoa alguma da Vinha da Rainha sendo perseguidos e maltratados aquellas que suspeitava me tinham alguma amizade.”

16. Verride, 11 de fevereiro de 1845. Carta de António Macedo Coutinho Pereira para Marino Miguel Franini¹⁸

“(…) então pasmei admirado de que não houvesse huma pessoa eu ouvindo hum quarto de ora não conhecesse a ferocidade do Coração daquelle Monstro que elle ao apresentar disfarça debaixo de aparências afrancezadas. (...) no antigo casamento o bello sexo he inacessível a reflexõins. (...) neste mundo não pode haver desgraça maior do que ser cazada com o Gonçalo.”

“Agora consta aqui que lhe mandou para a Figueira alguns baús e lhe tendo vindo a caza onde pouco se tem demorado e olhando de menos os baús procedendo o auto de corpo delicto pertendendo culpalla de roubarem no de seus trastes (...) Eu que ha muitos annos conheço aquele animal estou lendo naquele malvado coração que o mesmo que me dis de sua filha sobre o assassinato na pessoa delle he porque elle pença em assassinala e não lhe segura huma ora de vida (...)”

17. Verride, 16 de fevereiro de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai¹⁹

“Meu Querido Pai.

Hontem foi o dia do meu resgate pois tendo eu escripto para Lisboa fazendo as propostas que sabe pois naturalmente o Senhor Bastos lhe havia de mostrar a minha carta por assim me parecer mais conveniente successor que depois sobreviverão fizeram com que inteiramente muda-se de plano e então resolvi-me a escrever ao Dr. Antoninno pedindo-lhe o seu auxilio e que me fosse buscar no Sábado mas como não tivesse portador seguro para mandar a carta ainda a tinha no meu poder e estando no meu quarto senti bater a porta da Rua differentes vezes e hindo ver quem seria apenas chego á Salla vejo hum soldado de Cavalleria e três homens com espingardas e a esta vista muito me assustei pois julguei me vinhão buscar presa porque tinha ouvido dizer que o meu Marido me culpava de crime de furto e que seria procurada pelas Authoridades e seria posta em Custodia faça idéa que susto eu teria quando me disseram que me vinhão procurar era o Senhor Antonino como Administrador do Conselho de Verride o Juiz Senhor Ruas da Gesteira o Secretario do Administrador outro

¹⁸Doc. n° 13.99.

¹⁹Doc. n° 13.104.

empregado o Regedor da Abrunheira e tres cabos da policia 1 soldado de Lanceiros que o Governador Civil de Coimbra poz a disposição do Adminstrador e dito Governador esteve aqui em Veride 4 dias e esteve hontem á minha éspera aqui mas como me demora-se partio para Coimbra as Authoridades comportarão-se o melhor possível e tratarão-me o mais bem que he possível pelo que lhe estou muito obrigada agora o meu Marido de nada sabia e quando lhe forão dizer ficou branco como a cal quando veio lhe lerão a ordem a qual vinha fortíssima e por cuja leitura fiquei sabendo que me acusava de o querer assassinar depois fizeram me as perguntas do estilo e das minhas respostas se fez hum ahuto antes de elle chegar já mais tinhão feito depois d'isto fui buscar as minhas chaves e as entreguei nas mãos do Adminstrador e a elle entreguei as suas chaves o dinheiro que me tinh adado para as despesas da Caza os Roes das mesmas os quais me fez assignar e por a dita entrega contra o dinheiro que lhe entreguei e tendo as Authoridades exigido que eu levasse ao meu Bahu pequeno para ao menos ter roupa para mudar pois que eu a vista de sua acusação nada queria levar até mesmo porque me constava que dizia que não havia de levar nem hum fio por todos estes motivos nada queria levar e só quando tudo fosse então hiria o Bahu pequeno mas como as Authoridades ateimarão mandei-o buscar do meu quarto sabe o que fez quis que tirasse tudo para fora para ver o que levava tudo foi mirado e como a chave já estava nas mãos das Authoridades não pude tirar do mesmo nada então achou lá as suas cartas e com todo o descaramento principiou a ler a vista d'isto disse-lhe pode ler pois não há-de achar nada indecente nem são cartas que me envergonham. Mas estavam metidas entre bastante roupa e eu não esperava isto e já as não podia tirar depois entreguei toda a Prata que elle me tinha entregado e aquella que commingo tinha hido comprar a qual toda entreguei e pediu-me fizessem huma Relação de toda e isto perante todos e lha dei depois retirei-me acompanhada de todas as Authoridades e elle mandou 1 Criada para me acompanhar até aqui no caminho me appareceu o Primo Tudella que d'esde o meio dia me esperava e só estava em cuidado pois já era noite e ainda não vinha já tinha quarto prompto e o jantar á minha espera mas por motivos de delicadeza não aceitei apezar de lhe ser tão obrigada e preferi a Caza do meu Primo o digno Par do Reino Macedo o qual já também estava a minha espera e me recebeu da maneira mais Cavalheira possível aqui se fez Auto de Deposito assignado pela Senhora e seu Marido esta Senhora esteve para cazar com meu Marido e aqui se juntarão as duas Noivas e ambas Augustas. Peço-lhe escreva a este Senhor agradecendo o seu bom acolhimento pergunte o nome todo do Par Macedo pois o ignoro mas para lhe escrever he isto necessário. Acabo esta pois as Senhoras do Dr. Antonino estão já na Salla á minha espera peço-lhe me

escreva para aqui pois não sei quando hirei para Pereira mas em todo caso lá m'a remeterão.

Saudades as Primas e sou com todo o affecto

Sua Obrigada e obediente Filha

Augusta”

18. Verride, 18 de fevereiro de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai²⁰

O Primo Macedo assinou como testemunha do caso e a autora informa que o nome completo do Dr. Antonino é Dr. Antonino Fernandes da Silva Villas Boas, Administrador do Conselho de Verride.

19. Verride, 25 de fevereiro de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai²¹

“(…) o mais breve que puder remeterei a Procução com toda a latitude de Poderes não só para cuidar dos meus negócios como do meu Divorcio se porventura puder obter-se mas que eu estou na firma resolução de solicitar e julgo necessária alguma demora não só para me dirigir em conselho a Procução com amplos poderes mas para fazer tirar por Certidão a acusação que o Senhor Tello em Juizo fez de mim mas também outra Certidão de Autos das minhas declarações que pela minha modéstia e educação de que lhe sou devedora terão faltas essenciais para conseguir aquelle fim para ver se com bom conselho ellas podem superar-se e remediar se a diligencia que se começou Administrativamente se concluísse pelo poder Administrativo já eu talvez agora hiria marchando a procurar o abrigo de meu querido Pai porem com o poder judiciário que foi chamado para auxiliar esta diligencia tomou a iniciativa d’ella deu ocasião a huma parte orgulhosa puder usar dos recursos de Agravo ou Appelação da Sentença que o Juiz tem dado ao Processo até aqui feito receando eu que elle me possa reter no Collegio de Pereira até a decisão dos recursos começando eu d’esde já a desconfiar do seu resultado favorável pela nímia delicadeza com que foi as minhas declarações e que eu agora mais bem considerada conheço deficientes.”

D. Augusta continua afirmando que o seu dinheiro foi entregue ao marido: “mas a junta antes quis fazer 1 presente ao Senhor Tello que faz huns poucos mil cruzados de renda do que entregar á própria dona aquillo que constitui quasi toda a sua renda paciencia e paciencia que toda quanto possa ter nunca me pudera ser suficiente.”

²⁰Doc. n° 13.104.

²¹Doc. n° 13.104.

20. Verride, 27 de fevereiro de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai²²

“Hontem tive larga conferencia com o meu advogado o Senhor Paiva o qual me esclareceu sobre muitos pontos e me assegurou que puderia conseguir o Divorcio porque havia dois casos em que se achava incurso elle me deu esperanças de meu êxito.”

O pai estava-lhe enviando coisas, visto ela estar completamente destituída, e-finalmente Augusta recebeu seu pequeno baú no dia 26 de fevereiro.

21. Verride, 28 de fevereiro de 1845. Carta de António Macedo Coutinho Pereira para Marino Miguel Franzini²³

“A Sra D. Augusta ainda se acha em minha casa. (...) Já o mal está feito, e só resto remedialo. (...) O Gonçalo é conhecido por todos estes sítios como o cão raivoso.”

António Macedo irá procurar as formas de conseguir o divórcio por Coimbra, entrando em contato com o delegado da Figueira da Foz, João Batista Paiva. Segundo este advogado o juiz concorda em colocar D. Augusta no recolhimento em Pereira, mas não recomenda esta instituição por ser muito próxima da casa de Gonçalo Telo. Todos temem pela vida de Augusta.

“A causa do divórcio deve ser tratada pelo júizo Eclesiastico de Coimbra”.

22. Verride, 1 de março de 1845. Carta de Mateus da Silva Fino para Marino Miguel Franzini²⁴

O delegado, Mateus de Sousa Fino, pediu as declarações que comprovem a veracidade do caso de D. Augusta, informa que os depoimentos realizados não resultaram em provas e que D. Augusta foi levada para o Recolhimento de Pereira.

“Agora querendoa acção para o divorcio, entendo que deve ser tratado em tribunal, melhor poderá habilitar-se em um parecer seguro a tal respeito, para se fazer em execução em tempo opportuno”.

23. Verride, 2 de março de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai²⁵

“Hoje mesmo mando tirar copias de todo o Processo e igualmente do Auto da *Ladra*, porque emquanto ao de *Assassina* este foi remetido ao Juiz Ordinário por n’elle existirem faltas substanciaes pelo Juiz Ordinario d’este Julgado e como tivesse de ser ouvido o Author

²²Doc. nº 13.104.

²³Doc. nº 13.165.

²⁴Doc. nº 13.99.

²⁵Doc. nº 13.104.

este disse que o reformaria se isto lhe conviesse e quando o Subdelegado lhe intimar a Sentença para no prazo de 10 dias responder pedio o Auto de Querella e recebeu igual resposta mas o SubDelegado lhe fez declarar que se dito Auto existir em seu poder cuja declaração o Autor assignou o meu Advogado aqui o Dr. Paiva me assegurou que a maneira única que tínhamos para tornar authentica era o depoimento do Juiz Eleito e Escrivão que o fizeram e o testemunho das pessoas que tiveram conhecimento do seu theor as quaes da melhor vontade se prestavão a isto porque logo que isto constou e mesmo antes tendo algumas pessoas suspeitado que isto pudesse ter lugar immediatamte me diserão estavam prontas a dar testemunho de por elles terem sabido pelo terem visto ou ouvido ver e isto me he tanto mais favorável por serem as ditas testemunhas tudo quanto á de mais notável pela sua posição social como pela sua bem conhecida probidade (...)

24. Verride, 4 de março de 1845. Carta de António Macedo Coutinho Pereira para Marino Miguel Franzini²⁶.

Gonçalo Telo quis apelar o depósito de D. Augusta no convento, que deveria acontecer até o dia 15 de maio. Para António Macedo Coutinho Pereira, retirar esta senhora da casa do marido é como retirar “um cordeiro, uma inocente, das garras de um tigre”.

25. [Verride] 4 de março de 1845. Carta de Mateus da Silva Fino para Marino Miguel Franzini²⁷

O advogado está tratando de depositá-la no convento.

26. Verride, 18 de março de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai²⁸

Gonçalo Tello tentou a tirá-la à força da casa onde estava.

“... como o meu perseguidor tivesse toda a cautela de que se não pudesse provar tudo quanto desse causa para o Divorcio por saber pelo conhecimento que tem das Leis o que he necessário para motivar o Divorcio”. Devido a isso o Advogado de D. Augusta pretende ir ao Juízo Eclesiástico antes do Civil.

²⁶Doc. nº 13.165.

²⁷Doc. nº 13. 99.

²⁸Doc. nº 13.104.

27. Lisboa, 27 de abril de 1845. Carta em nome de M .M. Franzini para António Bernardo de Costa Cabral, (1803-1889)²⁹

“*Sendo possível* o sobredito Francini espera que Vossa Excelência lhe dedicará a sua oportunidade atendendo aos sentimentos da viva prontidão de que he devedor à efficaz protecção o mencionado Par do Reino de conceder em beneficio de sua filha D Augusta. Para coadjuvar a liberta-la da horrível posição em que se achava sofrendo o jugo atrás de seu marido Gonçalo Tello considerando-a depois na confidencia de sua família em Lisboa; e como o sobredito Excelentissimo Par tenha neste despacho o mais vivo interesse, hé por esse motivo que o mesmo Francini dirige novamente esta Memória a Sua Excelencia para lembrar aquella pertençaõ.”

28. Verride, 28 de abril de 1845. Carta de António Macedo Coutinho Pereira para Marino Miguel Franzini³⁰

Macedo informa Franzini que irá para Lisboa com D. Augusta. Esta carta deve ter sido mandada como reforço desta informação, visto que D. Augusta já estava em Lisboa nesta data.

29. [Lisboa], Convento da Esperança, 23 de maio de 1845. Carta de Augusta Franzini para Cirilo, comerciante³¹

“Ilustríssimo Senhor

Peço-lhe o obsequio no caso de n’esta não ter duvida de fazer huma declaração por escripto e esta reconhecida pelo seu Tabellião em como lhe comprei a Prata constante da seguinte relação e que de mim somente foi de quem recebeu a total importância de seu custo fazendo o obsequio de especificar as peças o custo de cada huma e o seu peso em marcos. Esta venda foi feita no mez de Novembro de o Anno de 1843 e pareceu-me que a 22 ou vinte e tantos do dito mez. Por este favor lhe ficarei muito obrigada. Sou com respeito

De Vossa Senhoria

Muito attenta Veneradora

Augusta Franzini

Convento da Esperança

23 de maio de 1845”

²⁹Doc. nº 11.1.

³⁰Doc. nº 13.165.

³¹Doc. nº 6.

Segue uma lista, que engloba leiteiras, castiçais e outras peças de prata e uma declaração de venda assinada por Cirilo, o comerciante.

30. [Lisboa, Calçada da Estrela nº 96] 3 de junho de 1845. Carta de Augusta Franzini para o pai³²

D. Augusta pede que a herança de seu tio Francisco seja lhe enviada em apólices, no caso de não ser possível o divórcio.

31. [Lisboa, Convento da Esperança, 1845]³³. Carta de Augusta Franzini para seu pai³⁴

“Meu querido pai.

Muito estimo tenha passado bem assim como as Primas e Manos ás quaes muito me recomendará. Como me disse lhe escrevesse quando precisasse cousa por isso vou pedir-lhe que se tiver em seu poder os 2 Autos me remeta para sobre elles eu fazer as minhas respostas sobre factos que estão ao meu alcance e se também já tiver tirado copia das cousas que em todas as cartas anonimas e não anonimas lhe tiverem escripto tanto durante a minha estada na Provincia como depois de lá sahi e muito se tiver alguma coisa do tempo que eu já estava cazada aqui em Lisboa enfim todas as noticias e informaçõens que souber tudo me remeta mesmo as cousas que dito sujeito lhe mandou dizer sejão verdades ou mentiras porque á vista dos papeis farei a escolha tudo isto he necessário pois vai principiar a campanha. Peço-lhe não venha cá amanhã pois não á grade e na segunda-feira está tomada por a Cotter para se despedir de sua filha. Queira mandar-me alguns cadernos de papel irmão d’este em que escrevo esta e também outros de papel fino de maca pequena próprio de cartas e algum fino maior que he para escrever aos meus Letrados pois estas cartas serão bem extensas. A manhã á aqui grande Festa de instrumental se alguém dahi quizer faço o aviso. Tem-mos muito que conversar mas só na terça-feira poderá ser de tarde veja se sabe quem he aqui o Letrado do meu adversário. Peço-lhe me faça 1 Rol de tudo que lhe dispender para depois saldar-mos as nossas contas. Sou com estima muito sua afeiçoada Filha

Augusta”.

³²Doc. nº 13.104.

³³Datou-se deste ano esta missiva por mencionar a separação e por ser assinada do Convento da Esperança.

³⁴Doc. nº 13.104.

32. [Lisboa, Convento da Esperança, 5 de junho de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai³⁵

D. Augusta não pagou o piso da entrada do Convento, por ter sido enviada pela justiça, mas pede ao pai que faça o pagamento em seu nome. Também informa que segundo a madre superiora sua estada no local deve ser temporária, até ao resultado do divórcio.

“Tenho escrevnhado muito e ainda tenho muito que escrever.”

33. [Lisboa, Convento da Esperança] 7 de junho de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai³⁶

A autora pergunta ao pai o sentindo de *carcere privado*.

“Igualmente estimava saber se julga conveniente que as Criadas que me acompanharão para a Provincia fação as declaraçõens de tudo que observarão durante a sua estada ali parecia-me que também as pessoas que me acompanharão no caso de se quererem prestar a isso pois por ellas se poderia saber de quem era as *insólitas maneiras* e a *indifferença*. Tambem julgo seria bom que pessoas que estão ao facto de eu ter hido a Casa de Madame Escarlate huma só vez e isto em companhia de 4 pessoas que igualmente a hião visitar se isto que eu posso provar se chama *intimidade* pergunte ao dito Senhor se julga eu devo pedir esta declaração. Tambem desejava me dissesse quando foi que fez a entrega do meu Dote a meu Marido porque preciso saber isto para certas cousas pois não tenho em meu poder o papel em que declara isto e por consequente a dita entrega.”

34. [Lisboa, Convento da Esperança] 10 de junho de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai³⁷

Ela menciona serem quatro as cartas anônimas recebidas pelo pai.

“Gregório [irmão de Gonçalo Telo] mostrou-me diversas cartas de José Tello em que falla muito em mim e n’huma d’ellas diz que consta que seu Mano diz que o seu casamento com a D. Augusta está nullo porque já estava casado com a Barroso e isto disse-me o Gregório que era peta pois que antes que assim fosse não o havia de dizer por ser hum grande

³⁵Doc. nº 13.104.

³⁶Doc. nº 13.104.

³⁷Doc. nº 13.104.

crime a isto lhe respondi que eu tinha visto todos os papeis os quaes estavam em regra e que o mesmo julgarão e tinha dito em Casa do Patriarca sendo esta a mesma opinião do dito Prelado se isto assim fosse tomava nova face os meus negócios e então seria preciso dar-lhe huma direcção inteiramente diversa daquella que eu da melhor fé lhe dou e que todos nós lhe temos dado consulte sobre isso o tio José Joaquim.”

35. [Lisboa, Convento da Esperança] 11 de junho de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai³⁸

O irmão de Gonçalo Telo a visitou no convento e lhe disse que o marido inicialmente não sabia sua localização, mas com o tempo já deveria ter descoberto. D. Augusta teme por sua vida, “temo me arme uma cilada”.

36. [Lisboa, Convento da Esperança] 4 de julho de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai³⁹

“Constando-me que o meu Marido dissera que o seu Casamento commigo estava nullo, porque já era casado, dirigi-me ao Parocho da Freguezia, e lhe pedi se dirigisse igualmente aos outros dois Parochos, que mandarão os papeis, os quaes eu vi, e me parecerão estar em regra, e igualmente assim os considerou a Camara Ecclesiastica; pois poderia ser que já depois de casada, elles soubessem ou descobrissem alguma coisa, mas como a esse tempo isso só serviria de me causar desgosto, esse seria o único motivo de me occultarem, porque a honradez d’estes dignos Parochos he bem conhecida, para se puder attribuir a outro qualquer motivo disseram-me também que tendo-me eu casado por Procuração, o meu marido devia lá fazer outro tanto, porque de contrario o casamento estava nullo, á vista d’isto pedi ao Parocho, me dissesse o que havia a este respeito; estou á espera da sua necessária resposta (...) talvez isto seja assim por excesso de maldade, ou com vistas de algum alicantina futura, em todo caso quando a maldade he excessiva cega a tal ponto que, quando julga ter proveito e calculado tudo, lhe escapa o essencial, que he a porta aberta que fica ou a salva guarda de quem não é inteiramente o mesmo, e que apesar de muito soffrer prefere antes ser victima, apesar de não ser nada agradável, ao de fazer victimas que ninguém dira ser brilhante.”

³⁸Doc. nº 13.104.

³⁹Doc. nº 13.104.

37. [Lisboa, Convento da Esperança] 9 de julho de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁴⁰

D. Augusta certificou com párocos de Coimbra a veracidade do casamento de Gonçalo Telo com Maria Engrácia Barroso, que teria acontecido na Figueira da Foz.

38. Verride, 13 de julho de 1845. Carta de António Macedo Coutinho Pereira para Marino Miguel Franzini⁴¹

D. Augusta já está com seu pai em Lisboa e Macedo está a tratar dos pagamentos necessários referentes ao processo de separação na Figueira da Foz.

39. [Lisboa, Convento da Esperança] 8 de agosto de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁴²

Madame Famin demorava a responder sobre a herança da mãe de D. Augusta.

40. [Lisboa], Convento da Esperança], 13 [de agosto de 1845] ⁴³. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁴⁴

“Meu querido pai..

Acabo de receber huma carta da Senhora D. Maria Augusta⁴⁵ com data de 5 do corrente na qual me diz que tendo o Senhor Tello puchado por hum punhal para os da Meza na Mação isto sendo visto por alguém o puchou para traz então cahio e sobre elle cahirão diferentes pessoas e lhe derão muita pancada e houve alguem que lhe deu huma facada nas costas a isto sahio o Macedo da meza e lhe accodiu e os Soldados que ali se achavão o levarão preso para fora para o Povo lhe não fazer mal o Senhor João Rodrigues levou para sua Caza onde logo foi sangrado e á noite apareceu o Barroso e lá está também a tratar d’elle diz a D. Maria Augusta que isto tem feito compaixão a todos e que todos se tem mostrado muito compadecidos d’elle e acrescenta que também ella tem dó delle e que Deus permita que elle se arrependa de tanta cousa e se compadeça dos outros assim como tem achado quem se compadeça d’elle isto que lhe escrevo he a verdade pois he contado por quem não diz senão a verdade.

⁴⁰Doc. n° 13.104.

⁴¹Doc. n° 13.165.

⁴²Doc. n° 13.104.

⁴³Datou-se deste ano esta missiva por mencionar a separação e por menção a Festa de Santa Clara, celebrada em 11 de agosto. Esta carta se insere entre as cartas 11.3.22 e 11.3.23

⁴⁴Doc. n° 13.104.

⁴⁵Esposa do primo, em cuja casa ficou após sair da casa do marido.

Aqui esteve hoje o José mas disse que não se podia demorar e que amanhã voltaria senti isto porque já tinha esta carta escripta até o fim das noticias e quando lhe disse de elle cá vir era por esperar hoje noticias pois sabia mui bem que o Macedo me havia de contar tudo que houvesse.

Participo-lhe que estes dias está aqui o Lausperene e portanto não se pode fallar a ninguém senão parece-me na quinta ou sexta-feira mas só pode receber recados ou cartas, que venhão á Roda. Muito estimarei que o panfleto não fizesse mal as Primas e Tia pois julgo que das Necessidades até aqui he hum bom panfleto. Na segunda e terça-feira houve aqui Festa de Santa Clara com Missa cantada na segunda de tarde acabou-se a Novena que as Primas ouvirão e estes dois dias á noite fui eu cantar huma Ladainha composto este Anno que he muito bonita como sabia que o José vinha cá na segunda-feira queria mandar dizer às Primas ontem voltou mas também não lhe pude dizer porque quando subi já se tinha hido senti bastante pois talvez viessem cá algum das noites e havião de gostar.

Finalizo esta que esta principiada d'este 11 e se acabou a 13.

Sou sua obrigada Filha

Augusta”

41. S. l. s.d, mas posterior à anterior. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁴⁶

“Meu querido pai. Sabendo que meu Advogado do Porto já foi solto escrevi-lhe huma carta de parabéns...”

42. [Lisboa], Convento da Esperança] 17 de agosto de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁴⁷

“Recebi outra carta de D. Maria Augusta na qual me diz que Senhor Tello recebeu algumas pancadas do Povo e como disse um que tinha puchado 1 punhal por isso os Soldados o prenderão o João Rodrigues o levou para sua Casa onde logo foi sangrado e lá se finjiu muito doente agora dizem isto porque apenas veio a ordem de soltura logo montou o Cavallo muito fresco e já nada lhe doía levou hum grande acompanhamento de pessoas d’ali e outra carta que tive de Vinha da Rainha me contava tudo e dizia que estava de perfeita saúde e que tinha dado hum grande jantar naturalmente para festejar o acontecimento em que nada perdeu e em que alguma cousa ganhou.”

⁴⁶Doc. n° 13.104.

⁴⁷Doc. n° 13.104.

43. [Lisboa], Convento da Esperança] 21 de agosto de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁴⁸

D. Augusta recebeu nova carta de D. Maria Augusta e de José Rodrigues. Suspeita que “certa pessoa” acompanhou Gonçalo Tello para Vinha da Rainha.

44. [Lisboa], Convento da Esperança, 1 de setembro de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁴⁹

Através de carta de D. Maria Augusta, D. Augusta se inteirou de que seu marido está a organizar grandes festas na casa em Vinha da Rainha. Estranha estes jantares pois nunca os havia feito quando eram casados e Gonçalo não teria rendimentos desde janeiro, nem teria acesso aos de D. Augusta.

45. [Lisboa, Convento da Esperança] 15 de setembro de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁵⁰

“Estou escrevendo a história do meu casamento d’esde o principio até agora e no caso de quem merecesse a sua aprovação e desejava que podendo ser me tirasse huma Copia ou por a sua letra ou por a letra da Carlota pois he de quem confiava isto. Mande-me dizer á Carlota de m’a tirar.”

46. [Lisboa, Convento da Esperança] 27 de setembro de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁵¹

D. Augusta começa a receber seus pertences que haviam ficado na casa do marido.

47. Lisboa, 27 de outubro de 1845. Carta de C. Famim para Augusta Franzini⁵²

“Madame

Je m’empresse de répondre à la lettre que vous m’a avez fait l’honneur de m’écrire.

Madame de Noronha, notre mère, et amé déradée; vous avez à transmettre à vos fondes de pouvoir à Paris:

1. Une expédition authentique de l’art de son décès;

⁴⁸Doc. n° 13.104.

⁴⁹Doc. n° 13.104.

⁵⁰Doc. n° 13.104.

⁵¹Doc. n° 13.104.

⁵²Doc. n°11.2.

2. Une sentence émane (conformément aux lois portugaises d'un jugé de première instance, à l'effet d'établir et de reconnaître vos droits au hériter de Madame votre mère. Il y sera fait mention notamment des inscriptions/ qu'elle possédait sur le grand livre de là dette publique de France, avec l'indication des sommes, de séries et numéros da et cette père devrait être jointe une copie du testament de Madame votre mère, si elle en a fait un;

3. Un certificat de vie,

4. Une nouvelle procuration a Monsieur Bagnenault e ?, portant pouvoir de faire transférer à votre nom les inscriptions de Madame votre mère.

Ces pièces déviant être légalisées par mai. Elles déviant traduites à Paris.

Agreez, Madame mes

Respectueuses hommages.

C. Famin”

48. [Lisboa, Convento da Esperança] 15 de novembro de 1845. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁵³

O Senhor Domingues não é mais o depositário de D. Augusta, que teme que seus baús sejam novamente remexidos.

“Quando eu tiver acabado de escrever o meu Relatório huma das Copias emendadas estimaria que o Senhor Cunha a visse para sobre ella me dar o seu parecer.”

49. [Lisboa, Convento da Esperança, circa dezembro de 1845]⁵⁴. Carta de Augusta Franzini pra seu pai⁵⁵

“Meu querido pai. Tenho o maior empenho...” Esta carta trata da eleição da nova prelada.

50. [Lisboa] Convento da Esperança, 30 de dezembro de 1845. Carta de Sórora Gabriela Rita de Saldanha para Marino Miguel Franzini⁵⁶

“Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

Não tendo a honra de conhecer a Vossa Excelência pessoalmente, a noticia que tenho e duma bondade inimitável character e numerosas virtudes, de Vossa Excelencia Senhora D.

⁵³Doc. nº 13.104.

⁵⁴Esta carta relaciona-se a missiva seguinte.

⁵⁵Doc. nº 13.104.

⁵⁶Doc. nº 13. 194.

Augusta que temos a felicidade de ter em nossa companhia e que muito se faz merecedora de ser tractada com a maior distincção e amizade.

Confiando pois nas raras qualidades que na peço de Vossa Excelência se achão reunidas vou expor aqueles que dão muito a importunar a Vossa Excelencia, a quem julgamos facilmente informado pela Prelada, a quem pertendente tem iludido a hum tal ponto, que por sua cauza tem cometido bastante graçarias, não só com os membros da comunidade mas até com a Excelentissima Senhora D. Augusta, o que é pra nós de maior sentimento e desgosto tem chegado a tanto que concete que a dita D. Isidora (pois é de quem se tracta) mantenha correspondência com, o Ilustríssimo Senhor Tello, do que tem revoltado bastantes disgostos a sua Excelentissima Filha e sendo sem limites a sua notoria delicadeza e consciência o tem occultado a Vossa Excelência.

Para não ser demasiadamente extença estta cartta acabando da paciencia de Vossa Excelência lhe vou rogar mesmo da parte da minha comunidade obsequio de entregar a incluza e verídica Representação na própria mão de Sua Excelencia e Entregar-se a fim de obetermos proteção de Sua Excelencia contra hum Avizo fundado em tão falças informações, e toda a comunidade ficará no maior agradecimento a Vossa Excelência se nos livra de hum vexame que é oneroso de todas as peçoas importantes nestta caza exetto a Prelada para que em fim se tem deixado iludir pela ditta Hespanhola, e seria de maior satisfação para todos se sua Excelência a mandasse sair desta caza; parece-me ter ditto quanto basta para Vossa Excelencia conceittuar o nosso pedido, e na leitura da incluza realizar o que falta para que não devo dar mais exercio a paciencia de Vossa Excelência

Digne-se Vossa Excelencia aseitar as expreçoens de consideração e respeito com que tenho a honra de assignar.

De Vossa Excelencia attenta
veneradora
Soror Gabriella Rita de Saldanha
Convento da Esperança
30 dezembro de 1845”

51. [Lisboa, Convento da Esperança] 4 de janeiro de 1846. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁵⁷

“Deus permita que de todos os seus Filhos seja eu a única infeliz.”

⁵⁷Doc. nº 13.104.

A notícia de que “Senhor T. e companhia já tem *outra* filha” chegou a D. Augusta por José Dias. Soube também que, na verdade, seu marido havia se machucado bastante, em agosto.

52. [Lisboa, Convento da Esperança] 21 de março [1846]⁵⁸. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁵⁹

“Querido Pai.

Como disse as notas e o 2º em que falla da Escarlata só no que diz da dita Senhora ser calumniada será exata pois no resto não o *he* lembrou-se-me de responder a cada hum dos artigos com a verdade do que se passou e que algumas cousas só eu sabia e da maneira que eu entendo o deveria fazer. Não estará bem emquanto á redação porque a fiz á pressa e só tratava de mencionar os factos taes quaes se passarão e que a minha memoria me ajudasse pois estou n’hum verdadeira tortura de espirito, quando escrevo sobre semelhantes assumptos. Segundo diz que as authoridades forão examinar foi só o Sub Delegado de Verride e que o Juiz tirou todos os papeis não pois algum recebi tirando elle só os que lhe agradarão ou convinham. Recebi o seu bilhete agora e muito estimo que amanhã veja o Ilustríssimo Senhor Cunha a quem poderá assim mostrar o que eu escrevi em defesa a todo os artigos de accuzação, mas que foi feito muito e muito á pressa.

Sou sua obrigada Filha

Augusta.

Ps. Peço-lhe que todos as emendas ou alterações que houver de fazer as faça á parte ou então tire copia de tudo pois desejava o papel que remeto para o meu poder pois não pude tirar copia.”

53. [Lisboa, Convento da Esperança] 3 de abril de 1846. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁶⁰

“Peço-lhe o obsequio de não dar a pessoa alguma nenhum exemplar de minha Exposição eu o avisarei quando isto pode ter lugar pois agora só poderia ter para mim graves

⁵⁸ Como o conteúdo desta missiva faz menção clara à separação e ao texto de autoria de D. Augusta datou-se de 1846 ou ano posterior.

⁵⁹Doc. n° 13.104.

⁶⁰Doc. n° 13.104.

inconvenientes não só por o acontecimento da botica de Soure a que já vou dar principio para o que já tive huma conferencia mas mesmo por outros motivos.”

54. [Lisboa, Convento da Esperança, 15 de abril [1846]. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁶¹

“Meu querido pai. Não entregue nenhum exemplar...”

55. [Lisboa, Convento da Esperança] 1 de julho de 1846. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁶²

“a principio pensei ser Miguelista mas vejo agora sou Setembrista”.

56. [Lisboa, Convento da Esperança] 12 de dezembro de 1846. Carta de Augusta Franzini para seu pai⁶³

“não mande para cá nenhum dos volumes”.

57. Não datadas⁶⁴

57.1.1. Carta de Augusta Franzini para seu pai

“Meu querido pai.

Peço-lhe que vá visitar o Senhor Bastos pois me disse a Senhora D. Narcisa Vidal que havia 15 dias que elle tinha tido novo ataque o que muito sinto faça-lhe os meus cumprimentos.

(...)

Quando puder mande-me algum dinheiro mas que seja em Notas.

Sou sua obrigada Filha

Augusta”

57.1.2. [Lisboa], Rua dos Prazeres, 69. Carta de Augusta Franzini para seu pai

“Querido pai. Tenho a participar-lhe que me mudei para a Rua dos Prazeres, nº 69 e que muito gosto terei em o ver n’esta sua casa e ás minhas ricas Primas a quem saudoza me recomendo igualmente lhe peço dê parte d’isto mesmo a Tia Sebastianna e a todas as pessoas da nossa antiga amizade”.

⁶¹Doc. nº 13.104.

⁶²Doc. nº 13.104.

⁶³Doc. nº 13.104.

⁶⁴Doc. nº 13.104.

ANEXO III. Dedicatórias, introduções e prefácios

1. D. Ana Henriqueta Froment da Mota e Silva.

1.1. *Maria Menzikof e Fedar Dolgoruoki. História russiana.* Escrita no Idioma Alemão. por. Augusto La Fontaine. Vertida para o Francês por. Madame de Montolieu. E d'este para o Portuguez. por. D. Anna Henriqueta Fromment da Motta e Silva. (Lisboa: Academia das Bellas Artes, 1840), sem numeração.

Prefacio, servindo ao mesmo tempo de dedicatória.

Tendo sido por muitas vezes jostada para fazer imprimir as minhas traducções de differentes Authores estrangeiros, sempre me neguei a isso; porque só tinha entrado nesta tarefa para desafogar o meu espirito de cuidados domesticos; e nem o meu sexo, nem um mediocre talento, com limitada cultura serião bastantes para desculparem a temeridade de imprimir vertidas no tão rico e harmonioso idioma Portuguez obras de Authores altamente recomendaveis por seus delicados pensamentos, e belleza de estilo; visto ser necessario, para o fazer dignamente, revestir-me do seu espirito, e vencer milhares de dificuldades muito superiores ás minhas forças. Hoje porem entregue a uma dôr sem limite, occasionada pela perda de um Esposo querido, longe da minha Patria, longo dos meus, e todavia encontrando no generos Michaelenses todo o agazalho, todos os recursos, com que se tem dignado de adoçarem os amargos da minha existencia, e dos meus quatro orfãos: Penhorada a minha alma da mais viva gratidão a tantos beneficios, em ão tendo outros meios de l'ha provar, é a elles que offereço em tributo do reconhecimento meus taes e quaes trabalhos litterarios, começando pela impressão da muito moral Novella do bem conhecido Augusto La Fontaine, intitulada *Maria Menzikof e Fedar Dolgoruoki* ; e escudada com a protecção e amizade de um povo bem fazejo, ao qual muito particularmente a dedico, espero que meus Leitores, attendento a não ser a vaidade quem me guia nesta publicação, me farão a graça de revelarem os defeitos, que na minha traducção vierem a encontrar.

Ponta Delgada, 13 de Dezembro de 1830.

D. Anna Henriqueta Fromment da Motta e Silva.

1.2. *Paulina de Alexandre Dumas*. Traduzida por D. Anna Henriqueta Fromment da Motta e Silva. (Ponta Delgada: Typ de F. J. P de Macedo, 1842).

Dedicatória

Ao Illmo e Exmo Sr. Barão das Laranjeiras, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, Fidalgo da Sua Real Caza, e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo etc.

Ilmo e Exmo Sr.

A lastimosa situação a que fiquei reduzida depois da perda irreparavel de meu chorado Marido, o desembargador Bernardo Antonio da Motta e Silva; me obrigou a empregar as horas de repouzo em verter para a linguagem Portugueza alguns Romances Francezes, cujo idioma me é familiar. A tradução da - Paulina - de Mr. Alexandre Dumas é um dos fructos das minhas lucrubações. Deliberando-me a publicala exige a gratidão, que eu tenha a honra de a dedicar a V. Ex^a como aquelle dos illustres Michaelenses que deu o primeiro impulso aos actos de beneficiência que para suavisar o meu infortunio não tenho cessado de receber dos generozos Habitantes desta Ilha. Pobre é o tributo; mas unico que me resta a offertar do meu reconhecimento. Possa elle assim mesmo o merecer a benigna acceitação de V. Ex^a de quem sou com puro respeito.

A mais obrigada e attenciosa
veneradora

S. Miguel em 2 de maio de 1841.

D. Anna Henriqueta Froment da Motta e Silva.

1.3. *Delfina de Madame Staël*. Traduzido por D. Anna Henriqueta Froment da Mota e Silva. (Lisboa: Typographia da Viuva Rodrigues, 1843), Sem numeração.

Dedicatória.

Dar um testemunho de gratidão á minha estimavel amiga, a Exma. Sra. *D. Maria Helena Quintal Arruda*, dedicando-lhe esta minha terceira traducção, é nada, em vista do prazer que sente meu coração de ter este meio de fazer conhecer a meus concidadãos um complexo de virtudes que faz honra ao nosso sexo.

Sem suas instancias, e o auxilio de muitos outros amigos, assim como dos Senhores Subscritpores que me quizerão honrar com a sua philantropia, nunca me entregára a uma empreza tão ardua e despendioza summamente reconhecida a todos; a todos sem exceção, agradeço tão grandes obzequios: e muito folgaria se em retribuição lhes proporcionasse n'esta minha traducção alguns instantes de prazer, mas não me abalanço a lisongear-me de tanto. Quem conhece a obra original sabe as difficuldades que ella encerra: devo pois ter commetido faltas que minhas forças não podiam evitar. Pelo meu sexo tenho direito á indulgencia, eu o reclamo em favor d'essas faltas.

Lisboa, 20 de Março de 1843.

D. Anna Henriqueta Froment da Motta e Silva.

2. D. Antónia Gertrudes Pusich

2.1. O Sonho, os gemidos, e os rogos da classe inactiva que recebem a par dos effectivos.

Dedicados ao governo de sua Magestade Fidelissima em nome da mesma classe por
D. Antonia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typographia Lusitana, 1844), 3-4.

Epistola/ Dedicatória

A vós sábios ministros, que de Lysia
O govêrno regeis, regeis os fados;
Os gemidos, as súplicas elevo
Das orphãs, das viuvras desgraçadas,
Dos briosos guerreiros reformados,
Que recebem a par dos effectivos:
Dos tristes, que em fatal, dura indigencia,
Seos dias findarão, se bem fasejos
As mãos não estendeis em seo soccorro!
Possa de Pedro o espirito sublime
Orar em favor nosso, e estes clamores,
As lagrimas, as súplicas humildes
O íntimo penetrar de vossos peitos!
E presentes por vós ao regio throno,

Graça alcançar-nos da rainha excelsa.

Não, sonhada não foi a alta promessa!
Foi real; e é real vossa injustiça!...
Ah! se prompto soccoro ns não vale;
Vereis em breve as victimas sua culpa,
Dos cadaveres seos juncando as ruas,
Ás nações offercer quadro horroroso!
E os échos, sem cessar, de seos lamentos
Aos vindouros levar a mágoa, o espanto!. (sic)
Em vós confia a classe desvalida;
Em vossas mãos as vidas depositam.
Da vossa rectidão luz providente,
Decipe a negra sombra que procura,
De vossos nomes eclipsar o brilho.
Em vez do som de lugubres gemidos
Hymnos de gratidão em louvor vosso,
Na voz da eterna fama repetidos,
Escutem Portugal, e o mundo inteiro!

2.2. *Constança. Drama Original em 3 actos.* Representado no Theatro do Gymnasio em 1849. Dedicado a Nação Portugueza por sua auctora D. Antonia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typographia na Rua da Condessa, 1853), sem numeração.

Ao Leitor

O Drama *Constança*, que foi representado no Theatro do Gymnasio em setembro de 1849, alcançou-me tão sublime triumpho que me anima a offercel-o ao público, em sinal da minha gratidão; pois que o tendo merecido, além de um applauso geral, as honras de se por todos os meus contemporaneos immortalizado na imprensa, e chegando um delles a consideral-o como um compendio de moral que o governo devera premiar mandando que fosse lido nos collegios de educação: esperamos que seja acceito hoje este offercimento a nação que tanto prezo, e tanto me tem captivado com sua benevolência. Este drama foi feito em dois dias, posso afirmal-o até com testemunhas, por isso hão de forçosamente encontrar-se

nelle alguns defeitos que tivessem escapado ao palco; em que por certo faria muito melhor effeito, porque a musica, o baile de mascaras, o talento e graça do sr. Tabora, fizeram crescer em merito esta peça, que de bello nada offerece além de amor maternal; e da moral com que desejo dar algum valor a meus escriptos, e merecer a estima, e indulgencia d'aquelles que amo como irmãos e compatriotas. Pesso portanto desculpa de qualquer erro; esperando ainda poder publicar a - Conquista de Tunes- que talvez dê maior gloria; o que farei naturalmente, porque tendo escripto alguns Dramas e Comedias e todos originaes, nossos theatros não buscam as peças originaes, Portuguezas, e preferem a estas as traducções de todo o genero; e assim os auctores que não souberem mendigar protecção para ver uma sua em scena, porque entendam não dever baixar das sua dignidade litteraria, terão de as dar ao prélo para não ver as suas produções, e a sua gloria, morrerem afogadas em poeira, ou desfeitas pela traça. E será a imprensa o unico meio de justificar, que em Portugal temos Autores Dramaticos mas não temos theatros que estimem peças originaes.

A Auctora.

2.3. *Olinda ou a Abbadia de Cumnor Place. Poema Original em 5 cantos.* Por Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typografia de G. M. Martins. 1848), 3-8.

PROLOGO

Na opinião dos grandes poetas o prologo diminue metade do valor de qualquer obra poetica, manifestando temor, ou humilhação; sentimentos estranhos á poesia, esse genio celeste que tendo a Deus por unico superior, deve conservar illesa a propria dignidade, tornando-se sobranceiro a todo o sentimento (e mesmo, a todo as apparencias) de fraqueza!

Homero, Virgilio, Ovidio etc. deixaram sem commentario as suas maravilhosas produções: a esses cumpria não humanar-se, dando satisfações, ou pedindo escusa a quem era menos do que elles! Mas eu que não posso considerar-me elevada ao eminente gráu de sublime poetisa, vou implorar em favor d'esta minha humilde producção a indulgencia d'aquelles que estão nas circumstancias de ser juizes no julgamento d'esta obrasinha, a que ousei chamar poema, só por ser escripto em estilo que se assemelha a poesia!..

Possa esta minha humildade (sentimento tão opposto á grandeza do genio poetico, mas tão natural á pequenez deste poema) em vez de louvor a que aspiram os grandes engenheiros, alcançar-me desculpa dos sabios, e o benigno acolhimento do publico.

Em outubro proximo futuro conta o meu poema quatro annos! Segundo as theorias de Horacio é muito novo para se expôr á luz; mas segundo a pratica de nossos sabios modernos começa mui tarde a girar no mundo litterario! E com tudo não ousaria apparecer ainda se tres genios superiores (*) com o seu conselho de amigos, não o arrancassem ás trevas em que jazia no fundo de uma gaveta, persuadindo-me a publicar a existencia d'esta insignificante obra, (que se não fosse moral, nada valeria) e se elevada por beneficas mãos, não apparecesse hoje em publico escudada pelas magnanimas intenções de S. M. ElRei, Augusto Protector das patrias lettras, do Ex.^{mo} nosso Patriarcha, e de tantos illustres Cavalheiros, sem cujo auxilio esta obra morreria na escuridão, como muitas outras que tenho creado, e não tenho podido publicar, pelas circumstancias a que se acha reduzida a Nação: resultado das infelices guerras civís que a tem opprimido, e de cujas funestas consequencias eu tenho sido uma das victimas, perdendo toda a minha fortuna, e os caros objectos que me podiam tornar aquella perda menos aggravante.!

Vencendo pois alguns melindres proprios do meu genio, ou da minha educação, eu me resolvi publicar uns prospectos do meu poema: alguns foram distribuidos, e foram perdidos! E apezar d'este revez elle surge protegido pelo Soberano, e pelas mais altas Notabilidades que honram o nosso paiz! Seja a minha gratidão a devida recompensa de tanto favor; e queira Deus dar-me vida, e algum descanso, para tornar-me digna de tão nobre protecção, offertando á minha Patria outras produções mais uteis, e mais agradaveis.

Foi devida esta obra á literatura de uma Novella intitulada = *Kenilworth*, de Sir Walter Scott, traduzida por A. J. Ramalho e Souza = a qual me foi dada a ler pelo meu sabio e bom amigo o Ex.^{mo} Conselhiero José Manoel de Almeida Araujo Corrêa de Lacerda, que desejando auxiliar o meu fraquissimo talento, me deixou ver alguns auctores modernos, de cuja noticia eu me via privada, pela minha vida retirada, e falta de meios, depois da quêda politica da minha familia.

Valendo-me pois de algumas circumstancias mencionadas na referida Novella, sobre o horroroso assassinio da infeliz Condessa de Leicester; e desejando eu dar ainda além da morte um exemplar castigo aos auctores de tão negra atrocidade, inventei o Romance que publico, trazendo os mais notaveis acontecimentos ao sitio onde pereceu a desditosa Dama; e onde fiz apparecer o phantasma do deshumano Conde! (Nobre sentimento de compaixão! tu és o vingador da oppressa virtude, tornando-nos inexoraveis para com os malvados!)

Outra razão, ou antes, outro sentimento produziu este poema, e foi o desejo de offerecer um contraste á ingratição, infidelidade, traição, e ferocidade de Lord Dudley, o Conde Leicester. Parece-me honrar a natureza crueldade ultrajada por aquelle monstro;

pareceu-me, digo, dever oppôr a um tal aborto, a criação de um ente virtuoso, e sensível!.. um esposo, um amante digno verdadeiramente d'esses titulos, tão gratos ao coração que os sabe apreciar!... um ente qual eu desejaria ter merecido n'este mundo!.. mas que pude encontrar no espaço immenso por onde vaga a ardente phantasia! E todavia, este ente ideal pertence-me! é meu thesouro inestimável!.. e porque eu tambem não era digna de tanto bem, eu lhe destinei a minha Olinda, bella, sensível, virtuosa, e tambem minha!.. Mas dirão: "Creaste estes dois entes para não lhes dar no mundo outra ventura além do seu reciproco, extremoso, e virtuoso affecto?" Oh! e que maior ventura póde existir cá na terra?.. e eu dei-lhes a felicidade que só por milagre aqui se poderá encontrar! E tornar-me-ha algum coração sensível: "Dás-lhes a morte por premio de tanta virtude, e de tanto amor?" a que anticipadamente respondo: Sim, porque só no Ceo se gosa em paz eterna, e impertubavel, a verdadeira felicidade! Só lá a virtude deixa de ser perseguida; só lá o verdadeiro amor cessa de encontrar obstaculos, e dôres!.. Só lá existe o premio, a corôa preciosa que Deus prepara aos bons; e que forçosamente deve ser precedida pela corôa de espinhos de nossos padecimentos! O Ceo é a unica habitação dos espiritos bem aventurados, que imitando o Creador andam soffrendo na terra o castigo de alheias culpas!.. Terminar-lhes o seu desterro, unil-os perpetuamente, foi coroar sua virtude, que, sem jámais succumbir, triumphante se elevou á gloria eterna!

Eis tudo quanto imaginei e senti! Eis o que escrevi em curtos momentos que de noite eu tirava ao preciso descanso, quando finda a minha lida domestica, adormecia meus innocentes filhinhos! A cada instante irrompidas as minhas idéas com o despertar da mais pequenina de minhas filhas, a minha Amelia, (de cujo semblante Olinda é o retrato).

Por todas estas razões, e talvez pelas pungentes magoas da minha alma, esta obra (como quasi todas as outras minhas) saú tão funebre, e sentimental! Entretanto, eu a ultimei em muito curto espaço de tempo; e tal qual a creei ella ahi vae apparecer, sem emenda, nem alteração alguma; porque receei que reedificando-a peiorasse.

Meu presadissimo, e já fallecido Pai, o General Pusich, nascido em uma provincia da Allemanha, deixou a Portugal monumentos indestructiveis de seus gloriosos serviços, já nas armas, já nas lettras, em honra das artes, e sciencias; e a mim deixou-me a preciosa herança do ardente amor que soube consagrar a esta Nação, pela qual deixou a sua patria, e a sua fortuna! Este nobre sentimento me fará triumphar de todos os terrenos obstaculos, que debalde tentam prender os vôos da minha imaginação; e sem faltar aos sagrados deveres, e tremendas fadigas que sobre mim pezam no cumprimento das obrigações de Mãe e Pai a um tempo; auxiliada por Deus, que é só quem me póde dar forças, espero ainda prestar á minha Patria todos aquelles serviços, que uma debil penna feminil póde offerter, em honra da moral,

e futuro progresso das lettras! Talvez o desejo me illuda!.. Mas se eu não desempenhar esta sagrada missão, sirva-me de desculpa este mesmo desejo.

Se a morte me não surprehender a carreira de meus escriptos, rematarei todas as minhas composições com as Memorias fieis da minha vida, tão triste, quanto extraordinaria!... E a minha franqueza, e os meus infortunios hão de por certo, um dia, interessar os meus leitores, (e mórmente as minhas leitoras); e uma lagrima d'essa nobre compaixão que distingue as almas grandes e virtuosas, derramada sobre as minhas cinzas, e em favor de meus seis queridos filhos, seja a unica recompensa de todos os meus serviços, e crueis padecimentos.

Lisboa 7 de junho de 1848.

D. Antonia Gertrudes Pusich.

(*) Os Ill.^{mos} Srs. José Jacintho Tavares, dignissimo Prior de Santa Isabel, e Castilhos, Antonio e José, que foram os primeiros Sabios que me animaram, e persuadiram a escrever em publico; e estes ultimos franqueando ás minhas obras as columnas de seus jornaes.

3. C. E. da C. G.

3.1. *A Roseira*. Imitada de uma obra allemã do Conego Schmid, traduzida do francez. Por C. E. da C. G. (Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1847), v-viii.

PROLOGO

Li este Romance, e tanto me agradou, que me resolvi a traduzi-lo para o nosso idioma por ser uma historia linda, e propria para a instrucção moral e religiosa da primeira juventude. Escrevendo-me em nossa terra, depois de alguns annos, livros de diversas materias, bem poucos se têm destinado para a educação da mocidade; e mesmo a copia de Romances, que têm apparecido, he, pela maior parte, mais propria para a corromper do que para a instruir. Ora, he bem sabido que as primeiras idades de ambos os sexos sam as que precisam de uma cultura particular, e que n'ellas he que se devem lançar as boas sementes, para que estas fructifiquem nas idades maiores.

Assim, pois, como as creanças necessitam de um bom e sadio alimento fisico para serem robustas, tambem igualmente precisam de outro bom e sadio alimento moral para adquirirem bons costumes; e este alimento não se lhes póede dar senão nos bons exemplos, nas boas lições vocaes, e na leitura dos bons livros.

Intimamente persuadida destas idéas, como casualmente me viesse á mão este Romance, tão adequado me pareceu elle para servir de leitura nas Escolas de instrucção primaria, que, sem hesitar, o traduzi. Em verdade, quem o chegar a ler não poderá negar que o prudente, e religioso comportamento de Luiz, e o grato, e virtuoso proceder de Luiza, como muito dignos de imitação e respeito, podem por isso mesmo muito bem servir de excellentes exemplos para a juventude, cujo espirito, naturalmente curioso, muito mais facilmente recebe as boas doutrinas, quando estas se lhes dam envolvidas e enfeitadas com agradaveis ficções.

E não será menos instructiva a lição que n'este mesmo Romance se dá aos ingratos; porque na realidade não ha cousa mais monstruosa do que a ingratidão. O ingrato, principiando por ser desagradecido ao seu bemfeitor, que lhe fez um ou mais beneficios, completa a sua grande maldade por ser desagradecido ao Filho de Deus que o remio.

Creio não preciso dizer mais.

Ficarei contente se este meu pequeno trabalho merecer a approvação das pessoas sensatas, a quem peço indulgencia por todas as imperfeições que n'elle se possam encontrar.

A Traductora

3.2. *Leonel Lincoln, ou o cerco de Boston, por Cooper, o Americano*. Traducção Livro do Inglez por C. E. da C.G. (Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1848), v-vi.

Prefação.

Acontecimentos ha, que marcam uma ephoca notavel na história das nações e do mundo; e tal foi a revolução das provincias Americanas do Norte, que as separou da mãi-patria - a velha Inglaterra. Sobre este acontecimento, ou facto importante, fundou I Fenimore Cooper, um dos mais distintos romancistas dos nossos tempos, o seu admiravel romance de *Leonel Lincoln, ou o Cerco de Boston*. N'elle quiz o auctor perpetuar ainda, debaixo de uma nova fôrma, as gloriosas acções que os seus compatriotas fizeram para conquistarem a sua independencia e

liberdade; e nós, traduzindo-o, quisemos não só verter em linguagem patria um bello e interessante romance, mas mostrar, por um grande exemplo, quanto convem que os governos sejam moderados e justos; porque da falta de moderação e justiça rebentam necessariamente as revoluções. Todo o abuso de força he evidente signal de fraqueza do governo Britânico. Oxalá que este exemplo assim como outros semelhantes, já depois d'elle acontecidos, façam nascer mais moderação e justiça n'este mundo em que vivemos!

3.3. *Christina de Stainville. Ou os Effeitos da Boa ou Má Educação.* por C. E. da C. G. (Lisboa: Typografia de J. J. de Salles, 1850), v-vi.

Introdução

Convencida de quanto são limitados os meus predicados literarios, nunca tive a pertença de aspirar á celebridade de authora, para assim tornar conhecido o meu nome, mas um motivo particular me obrigou a pegar na penna. Vacilei ao começar uma tarefa tão ardua e superior ás minhas debeis forças, e porque logo me lembrei da censura a que me hia espôr escrevendo em um paiz onde as senhoras são tão pouco inclinadas a este genero de trabalho; mas desprezando todas as satyras tanto quanto aprecio as censuras judiciosas e atiladas, estimulou-me a esperança de que as pessoas sensatas e dotadas d'uma alma generosa approvariam o assumpto desta Obra, tanto pela moralidade que respira, como pelos dictames religiosos e evangelicos, que a sua heroína manifesta.

O muito conhecimento que tenho do mundo, adquirido não por uma longa idade, mas sim por differentes circumstancias, e estas juntas a um genio meditador, e propenso á observação das diversas phases que apresenta a sociedade, me tem habilitado na minha curta carreira a conhecer que a educação he a base fundamental da felicidade ou da desgraça da vida, e estabelecer nestes princípios inconcursos a presente obra, cujo alvo primordial he o seu desenvolvimento, com a demonstração em exemplos tocantes que nenhum coração bem formado deixará de admittir como profícuos a todas as condições e categorias sociais.

Julgo pois que este Romance será mui proprio para servir de leitura á mocidade, pois que os mais consummados pensadores aconselham que não a eduquem por meio de maximas tristes, ou systemas profundos, mas sim com exemplos, tornando agradável a sua recreação entresachando como episodios alguns contos que ampliam-lhe as ideas lhe formem ao mesmo tempo pela sensibilidade e carater; que se lhe faça arraigar, tudo quanto possa concorrer para lhe apiedar o coração e fazêl-o accessivel ás emoções mais suaves, que a persuadam com

exemplos e instrução, sem que ella se aperceba do projecto. E como he este, em meu sentir o caminho mais seguro, e talvez o unico, que se lhe deve trilhar para instruir a mocidade, por isso nunca d'elle me desviei escrevendo este romance.

Formei tenção de descrever ao mesmo tempo, tanto os deffeitos e o que toca no ridiculo, como as boas e más qualidades, consequencias da boa ou má direcção que se der ao systema d'instrução moral; assim se este meu primeiro ensaio merecer a geral approvação dar-me-hei por muito feliz, e terei conseguido o meu fim.

3.4. *Lord Clifton, ou a Providência*. Romance Original pela autora de Christina de Stainville ou os Effeitos da Boa ou Má Educação [C. E. da C. G]. Lisboa. Typografia de J. J. de Salles. 1853. 5-6.

Introdução

Um Romance não é um livro tão futil como superficialmente se pensa, pois que se algumas vezes meditarmos no que temos passado em toda a seria da nossa vida, acharemos que toda ella tem sido um verdadeiro Romance. Além disto veremos que á Providencia devemos muitos acontecimentos felizes que vulgarmente se chamam acasos da fortuna.

Deve, por tanto, ser uma consolação na vida o persuadir-mos de que nada no mundo se faz ao acaso; que este vocabulo é uma palavra sem sentido; e que acima de nós ha uma suprema Intelligencia que nos regia, e mil vezes nos livra dos perigos mais iminentes.

Espalhar pois estas idéas consoladoras traçando uma história dos nossos ou alheios infortunios, em que se mostre que sem a divina Providencia elles haveriam tudo um resultado fatal, é um serviço que se faz á religião, e á moral.

É com este intento que escrevemos este Romance que talvez possa servir de consolação a algum desgraçado, que depois de ter perdido todas as esperanças reflectindo melhor se lembre de que ainda não perdeu tudo, porque ha uma Providencia que o protege, e que ainda o pode tornar feliz.

3.5. *Eulalia ou o Amor Filial*. Pela auctora de Christina de Stainville ou os effeitos da bôa ou má educação [C. E. da C. G]. (Lisboa: Typ. de Salles - Calçada de Santa Anna, 1855).

A Sua Magestade Fidelissima EIRey O senhor Dom Pedro V

Sendo esta a primeira obra que publico depois da feliz Acclamação de Vossa Magestade a o throno Portuguez, permitta-me, Real Senhor, a honra de lha dedicar.

O merecimento que EULALIA apresenta são os seus piedosos e filiaes sentimentos, qualidades estas que ninguem melhor que Vossa Magestade é capaz de avaliar.

A auctora, Senhor, debaixo da influencia que o desgosto a morte d'um Pai querido pode inspirar, atenuada por acerbos cuidados, longe de pensar em que a penna ornasse a sua heroína de illusorios requisitos, deixou que ella somente patenteasse os sentimentos de que sua propria alma estava possuida.

Por esta triste circumstancia e insufficiencia de talento, coberta com a Vossa Egide, Real Senhor, confia têrem mais desculpa os erros de quem é com todo o respeito

*De Vossa Magestade
Affectuosa Veneradora
C. E. C. G.*

Ao leitor

Um dos primeiros deveres filiaes não é só o amar nossos pais durante a vida, como respeitar sua memoria quando temos a desgraça de os perder. Firme nestes principios julguei ser util á sociedade o apresentar-lhe exemplos deste mesmo dever.

Com este intento escrevi a história de *Eulalia*, não enriquecida dos ornatos que lhe poderia dar habil Escriptor, mas só cheia de piedosos sentimentos que o coração feminino pode inspirar, confiando que as pessoas sensatas omitirão por isso sua secura.

4. D***

O Combate das Paixões. Novella. Traduzida do francez por D. L. ***. [Supõe-se D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides?] (Lisboa: Imprensa Regia, 1816), 3.

Advertencia ao leitor

A história de Olimpia, inda que breve, contem em si muita moral; porque sem offender a honestidade, o que he raro nas obras deste genero, pinta com viveza os destinos, de que he capaz o coração humano, quando as paixões enfurecidas transcendem os limites dar razão. Nella lêmos o que póde a ambição, o odio, a cegueira de dois amantes, que se amão

perdidamente, a tristeza d'hum Pai, que vê o seu crime descoberto, a ternura que professa a seus filhos, e o zelo em fim, com que procura obriar a desgraça que o ameaça. Este motivo porque me resolvi a tirar esta historia da lingua Franceza para o nosso idioma; para que a mocidade Portugueza aproveitasse o tempo com huma lição tão util, como deleitavel. Estes os meus desejos.

5. D. Francisca Paula Possolo da Costa.

5.1. *Francília, Pastora do Têjo*. Poesias de D. F. P. P. C [D. Francisca Paula Possolo da Costa]. (Lisboa: Impressão Regia, 1816), sem numeração.

Dedicatória a sua Alteza Real A Serenissima Senhora D. Carlota Joaquina, Princeza do Brasil.

Nas ferteis margens do famoso Têjo
Onde o berço me dêo a Natureza,
Á sombra de huma faya descançando,
N'huma fresca manhã de Primavera;
Da minha mente acenza em fogo Sacro,
Ao suave delidio abandonada,
De Amor cantando os gestos lisongeiros,
Pulsando a Lyra adormeci contente,
Mas logo que adormeço, a fantasia
Dos malles sonhos sobre as azas leves
Ao centro do Parnazo me transporta,
E me apresenta, de ousadia cheia,
Ante a face de Apollo radiante:
Apenas entra, atroador susuro.
Entre o côro dos Vates se levanta;

Tremem de raiva, o meu castigo pedem,
Imaginando, que vaidosa intento
Ir as Palmas, e os Louros disputar-lhes:
Assustada, confusa e receando

Ser pelas musas com desprezo expulsa,
Com vacillantes passos, mal seguros,
A fugir começava; eis me suspende
Do Numem loiro a voz melodiosa,
Que a mim volvendo a vista, me dirige
Esta palavra de doçuras cheias:
De que témes, Francilia? A meus favores
Tão pouco apreço dás, que renunciarás
Ao brilhante lugar, que te destino,
Aos triumphantes Louros, desde o instante
Em que ousaste elevar ao Throno as vozes

Cantando ao sôm da tua acorde Lyra
Da Sob'rana CARLOTA os Dons egregios,
As Virtudes, as Graças mais que humanas?
Eia Francilia, a meiga voz levanta,
Apollo te convida; a Lyra toma;
O Sacro fogo, que te abrasa a mente,
Deixa, deixa brilhar; mais não reprimas
Do Estro, que te illustra o vôo altivo.
Se receias a invéja, a invéja podes
Facilmente aterrar, para obriga-la
A respeitar os Versos, que raivosa
Quizera lacerar, basta, Francilia,
Basta que a frente de teus Versos honre
O Nome Augusto de CARLOTA excelsa!
De prazer transportada ao Meigo Numem.

Hia as plantas beijar, eis de repente
Fazendo hum movimento, o sômno espanto,
E a brilhante visão c'o sômno fôge
Mas, ah! quem sabe se hum feliz presagio
Foi a minha illusão! Sim, oh! PRINCEZA!
Minha amada PRINCEZA, eu me abalanço

A escrever teu Nome sempre Augusto
Na pobre frente dos meus toscos versos!
Com tal defesa affoutamente posso
As vozes levantar, mordão-se embora
Os Zoilos invejosos, nada tempo;
Teu Excelso favor, teu Regio agrado
Meus escudos serão: oh! Minha Augusta,
Prosegue pois a proteger benigna
A Musa, que a teus Pés ousou vaidosa

O voo levantar, e que aventura
Conseguio de occupar alguns momentos
Tua Regia attenção: compadecida,
Se ousada te pareço, eia, perdoa
Hum erro, em que se tem o affecto parte.
Eu me creio feliz, PRINCEZA excelsa,
Se nesta pobre offerta reconheces
O Amor, o respeito, que me inspiras,
E se attendento a isto continúas
Teu benigno favor á Musa humilde,
Que ás tuas Regias plantas vai prostar-se.

5.2. *Henriqueta de Orleans, ou o Heroísmo*. Novella Portugueza. Offerecida á Rainha Fidelissima de Portugal e Algarves. Por D. S. P. P. C (sic) [D. Francisca Paula Possolo da Costa]. (Lisboa: Imprensa Régia, 1829), sem numeração.

Senhora

A Regia, e Particular Bondade, com que VOSSA Magestade se tem Dignado de acolher as diversas Obras, que tenho tido a honra de offerecer-lhe, he quem me anima a Dedicar a VOSSA Magestade a presente Novella, cuja composição emprendi na idade de dezeseite annos sem lição alguma deste genero, vivendo inteiramente separada do Mundo no centro da minha familia, continuamente occupada nos cuidados domésticos e nos exercícios próprios do meu sexo, motivos bastantes para que esta Obra, já por si mesmo insignificante,

appareça cheia de innumerous defeitos, que a escacez das minhas luzes não me permite emendar-lhe; porém o sempre Augusto, Querido, e Respeitavel Nome de VOSSA MAGESTADE, que tomo a ousadia de escrever-lhe no frontispicio, além de assegurar-lhe hum geral acolhimento, não só vai livra-la da crítica, que talvez justamente merece, mas até vai encher de gloria, quem tem a ventura de ser com o mais profundo respeito, Augustissima Senhora.

De VOSSA MAGESTADEi

A mais humilde, a mais reconhecida, e affeciosa Vassala

D. F. P. P. C

5.3. *Conversação sobre a pluralidade dos mundos*. Por Fontanelle. Vertidas do francez em vulgar pela Senhora D. Francisca Paula Póssolo da Costa. Agora posthumamente dadas a luz pelos seus parentes, e precedida de uma noticia litteraria ácerca da Traductora. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841), 1-2.

Prefácio da Traductora

Quando me propuz a traduzir para a lingua Portugueza estas Conversações sobre a pluralidade dos Mundos, por Mr. de Fontanelle, só tive em vista satisfazer a um empenho fortissimo para mim, occupando ao mesmo passo, de uma memória tão agradável, como util, alguns momentos vagos do meu tempo, sem que me occorresse a menor idea de fazer que a leitura da minha traducção saisse do pequeno circulo que compõe a minha sociedade pensando depois mais sériamente sobre isto, e parecendo-me achar neste projecto uma especie de egoismo, resolvi-me com o parecer de algumas pessoas doutras, que m'o aconselharam, a publicar o meu trabalho, na esperanza de que, a pezar de sua imperfeição, não deixaria de ser bem acolhido na minha Pátria, a quem o offereço.

Se houver porém alguém, que sobre a inutilidade da minha traducção faça reflexões iguaes, ás que Mr. de Fontanelle receava que fizessem a respeito desta sua Obra, responder-lhe-hei unicamente com o seu mesmo Prefacio, para onde o remetto; acrescentando só que, por bem paga me darei, se este trabalho, que tão gostosamente emprendi, fizer passar alguns momentos agradáveis áquellas pessoas, que amam, como eu, a instrucção combinada com o recreio de espirito.

Não pensei em traduzir as duas ultimas Peças, que vem no fim desta Obra, não só porque as achei absolutamente alhêas do assumpto, receei, tirando-as do idioma em que foram escriptas, fazer-lhes perder a maior parte de suas bellezas; e assentei por tanto em abandonar essa gloriosa tarefa a outra pena mais habil do que a minha.

6. Huma senhora portuguesa.

Elogio de Marco Aurelio. Feito por Monsieur Thomas. Hum dos quarenta da Academia de Paris. E agora traduzido por HUMA SENHORA PORTUGUESA, cujas obras e traduções tem tido boa aceitação na Republica das Letras. (Lisboa: Imprensa Regia, 1815), 3.

Ao Leitor

O Elogio de Marco Aurelio, feito por Monsieur Thomás, hum dos quarenta da Acadmemia de Paris, e hum dos mais cultos talentos de seu Seculo, he huma Peça de Eloquencia, e de instrucção, de que me pareceo senaõ devaõ aproveitar só os que sabem a lingua Franceza; por cujo motivo me resolvi a traduzi-lo em proveito dos meus Nacionais, que ignorão o mencionado Idioma: se nesta traducção notarem defeitos, espero os desculpem, em remuneração da boa intenção da obra; e quando o não queirão assim fazer, consolar-me-hei com a vaidade de ter sido util á minha Nação, e de não ter feito de Automato no Universo.

7. Huma sua nacional.

História Georgiana, ou a Constância. Novella. Escrita e offerecida ás Senhoras Portuguezas, por huma sua nacional. Segunda Edição. (Lisboa: Typ. De J. F. de Campos, 1824), iii-viii

Prefacção

A Peregrina História dos amantes sucessos de Torun-Chá, e Zemira he a agradavel offerenda, que submissamente dedico ás Senhoras Portuguezas. Esta Obra (que para a escrever appliquei tao sómente o escasso tempo que me permitia para descanso o pezado governo de huma casa) teve o unico destino de entreter por algumas horas a minha familia com a sua lição; porém huma pessoa, cujo illuminado espirito a constitué crédora dos mais sincéros elogios, me supplicou a liberdade para tratar da sua impressão; e como me vi

obrigada a annuir á sua attenciosa rogativa, motivo porque peguei na penna, para nesta Prefacção extender as razões, pelas quaes se me devem desculpar as imperfeições, que sem dúvida se hão de encontrar na marcha desta Novella.

O propôr-me a escrever huma História se bem que ficticia, com tudo dependente de hum rigido preceito, certamente não foi porque a isto me abalançasse a vangloria de figurar no Orbe Literario, mas tão sómente por condescender com hum movimento interno, cuja força talvez seja nascida dos principios da minha educação. Meus Pais, que sempre olhárão para a applicação de seus filhos como objecto primario do cuidado paternal, conhecendo em mim huma sensivel inclinação ás Sciencias, me destinárão, apesar da delicadeza do meu sxo, para o delatado estudo das Bellas Artes: os progressos que fiz não forão proporcionados aos seus desejos, mas sim ás minhas forças; e desde esses primívos intertimentos sempre fiquei consagrando hum amor tão firme á lição dos Livros, que ainda hoje, não obstante estar ligada a hum novo estado, cujas melindrosas obrigações me occupão a maior parte do tempo, em fruto a mim mesma alguns momentos para nella os empregar, e nos quaes também escreví a presente Historia com o sobremencionado fim.

Supostos estes preliminares, he de facil evidencia, que sendo insignificantes os meus principios, grande a falta de tempo, e sobre tudo pouco, ou nenhum o descanso, com que escrevi esta Novella, que de necessidade deve ser imperfeita; porém os meus principios, que concorrerão para a sua imperfeição se deverão considerar, como outros tantos motivos para o seu indulto; porque desculpando elles as faltas, que nella se encontrarem, ao mesmo tempo se constituem causas sufficientes para a minha gloria. Julgo que tambem deverei protestar que esta Obra, tal qual se vê, assim sahio a primeira vez das minhas mãos; sem que tivesse tempo para a rever, o que junto a ser a primeira producção literaria de huma idéa feminil, considero me deve merecer toda a desculpa, a qual humildemente supplico ao benigno Leitor.

Se esta Novella alcançar hum bom acolhimento do Público, em sinal do meu reconhecimento o brindarei com algumas outras Obras que reservava ara meu entretenimento, e que publicarei obsequiosa á benignidade com que esta fôr recebida.

8. D. Joaquina Cândida Calheiros Lobo.

Catecismo religioso, moral e político para instrucção do cidadão portuguezs. por D.

Joaquina Candida de Sousa Calheiros Lobo. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822), 3-4.

Aviso aos meus leitores:

Julgo do meu dever prevenir os meus Leitores, fazendo-lhes saber, que eu, quando intentei esta minha pequena obra, não me propuz a desenvolver com toda a aptidão as materias, que nella se tratão, mas tão somente a dar-lhes um pequeno toque, que ficasse ao alcance de qualquer Leitor, deixando a outros Escriutores mais habéis o desenvolvimento, de que ellas são susceptiveis, e que não podia abranger a apoucada esphera dos meus conhecimentos. Desejo unicamente mostrar, que a Religião, a Moral e a Política são os fundamentos mais sólidos do Edifício Social, e que sem a practica da Virtude e dos bons costumes nenhum systema, por mais sabio que seja poderá prosperar. A virtude deve ser o leme da Náu do Estado, sem o qual, ou mais tarde, ou cedo, o naufrágio será certo no meio da tormenta das paixões humanas. Oxalá, que os meus Leitores se persuadão desta importante verdade, e que possão desde logo aborrecer o Vício e amar a Virtude.

9. Josefina de Neuville

*Memórias da minha vida: recordações da minhas viagens por Josephina Neuville dedicadas a minhas filhas offerecidas a ***.* (Lisboa: Typographia do Panorama, 1864), iv-xii.

Folhetim da *Revolução de Setembro*, nº 5031, de 21 de Janeiro de 1859.

EXPLICAÇÃO SOBRE UMAS MEMÓRIAS

Há talvez um anno publicou-se na *Revolução de Setembro* um folhetim com o titulo de *memorias* de uma *senhora*, sobre as quaes eu tambem noticia a *Revista universal* e o *Doze de Agosto*.

Desde que em Lisboa constou que a obra era minha, não cessei de receber cartas anonymas em que procuravam aterrorisar-me com ameaças para não realisar esta publicação.

A pessoa ou autores da lembrança adoptaram um meio pouco regular e efficaz para me desvanecer a idéa em que estou, e á qual sacrifiquei algum tempo de trabalho que eu tomei como distracção, e que por isso talvez tive a perseverança de acabar.

Como é de máscara que pertendem dissuadir-me, como são ameaças e prevenções latentes que me fazem, declaro que não me assusta essa guerra invisível, por que nas minhas memorias não me apresento senão com a verdade, e é um escudo que me tornará invulneravel à propria maledicência.

Os que se escondem tem medo, e não se atrevem a apparecer porque são covardes de mais para qualquer pleito; os que surgirem de rosto descoberto que venham para que os conheça. É o desafio mais amplo, franco e leal que posso fazer. Até aqui podiam não ter verdadeiro conhecimento do meu genio e do meu character para se julgarem vencedores enviando-me recommendações pueris, que nunca excitaram mais do que o meu desprezo.

Não me faz recuar o medo, e por isso hesito em afiançar que escrevi as minhas memorias e que desde o dia 7 de novembro de 1857 as acabei, tendo o original em mãos de pessoa de confiança para o fazer passar ao prelo.

Não foi, como já disse, o anno de 1856 nem o de 1857 que me fez tomar a resolução de expor estas memorias ao julgamento do publico.

Se me afoitei n'este empresa, se não esmoreci no trabalho de coordenar todas as situações porque passei na vida, e de reunir as particularidades mais curiosas das minhas viagens, é porque me comprometti a uma promessa que fiz na infancia, estando ainda no *Sacré Coeur de Conflans*, e para explicar verdadeiramente a causa, nada me parece melhor do que transcrever aqui este fragmento do meu livro.

«Uma segunda feira que acabava de substituir um agradavel domingo de saida, todas as pensionistas á hora do recreio se juntaram na rua *grande das castanheiras*, largo espaço sombreado pela vasta ramagem das arvores frondosas, e docemente embalsamado do perfume das flores que partia dos viçosos canteiros, onde o verde escuro e o verde claro faziam sobresair o matiz d'aquellas variaveis côres.

Era ali que devia ter logar quasi uma revolta. O que motivava porém esta resolução?

É filha de uma novidade da época.

Tinha apparecido, ou fallava-se muito em Paris, das memorias de uma senhora.

Cada pensionista tinha ouvido fallar a familia n'esta boa nova, e cada uma d'essas cabecinhas começava a exaltar-se no collegio.

Uma senhora que escreve! dizia uma; umas senhora que tem coragem de arrancar a mascara aos seus inimigos! exclamava aquella; uma senhora que pela sua fraqueza se torna superior! murmurava esta.

E depois ainda uma outra pronunciou estas poucas e arrojadas palavras, com um entusiasmo heroico:

Eu heide escrever ainda um dia as minhas memorias.

Eu tambem.

Eu tambem.

E oitenta vozes repetiram - E eu tambem!

Pois contratemos um pacto, avançou uma das mais velhas batendo palmas.

Valeu! valeu! repetiram todas elevando cada uma a mão ao ar para saudar a proposição.

Aquella de nós que tiver na sua vida extraordinarios dignos de se mencionar, disse a mais velha deitando um olhar serio ao monte de suas condiscipulas; e a que tiver mais paciencia, a que fôr menos ingranta, a que se lembrar mais da scena que se passa hoje, hade escrever-nos as suas memorias.

Está dito, exclamou a turba cheia de contentamento.

Approvaram? disse a que tomara a palavra.

Sim! sim! repetiram todas a uma voz.

As santas não podem escrever, disse Sophia de **** com a sua meiga voz, assomando-lhe aos seus graciosos labios um angelico sorriso, e fitando nas suas collegas um olhar terno, como se fosse o de um cherubim.

Sophia, como nós outras, vestia o uniforme do convento, mas ainda assim, com aquelle vestuario não muito airoso, parecia um d'esses anjos que baixam do ceo entre nuvens.

Seus olhos da côr do ceo quando está claro e sereno, seus cabellos moldurando-lhe em alouradas ondulações um rosto branco, levemente tinto de purpura desmaiada, seu ar tocante e singelo, que fazia estremecer as fibras do coração, formavam d'aquella alma innocente e pura um thesouro de encantos.

As santas não podem, nem deem escrever; repetiu ella sorrindo engraçadamente.

Pois tu julgas-te santa? perguntou-lhe maliciosamente Adéle de N****

Oh! não, replicou Sophia; eu não disse isso por mim, foi por Josephina.

Por mim! exclamei eu.

Sim, sim, Sophia tem razão; repetiram algumas d'ellas.

Sophia disse bem, redarguiu Luiza de ***; se me não engano, Josephina hade ter que soffrer muito; olhem, parece que ella quer desafiar o infortunio; atravez da sua alegria, diviso-lhe sempre um ario de melancolia occulta; as almas assim logo mostram o que hãode passar no futuro, e a energia com que affrontarão os seus pezares.

Se Josephina sair do *Sacré-Coeur*, ella tem um coração predilecto e dedicado, perseverança, e muita generosidade de sentimento; almas assim são sempre victimas no mundo.

Josephina fica pois emprazada; ficamos sabendo desde já que será ella a primeira a escrever-nos as suas memorias, e a não se esquecer do voto que mutualmente fazemos aqui.

Pois bem, disse eu; acceito essa especie de convite e preferencia que me fazem, mas ponho só uma condição.

Qual? qual? Bradaram todas.

É que, se com effeito tiver que contar, quando essas memorias apparecerem, todas aquellas que se acham agora á sombra d'estas arvores, sitio da nossa convenção, e forem vivas, rezarão pela alma da autora do livro tres *Padres Nossos*, e tres *Ave-Marias*.

Vale! vale! gritaram todas, mettendo-me no centro de uma roda, e apertando-me em seus braços. Nada recusaremos á santinha, como diz Sophia; mas vamos ver agora se ella nos alcança até o fim d'esta rua.

E eil-as ahi todas correndo como um rancho de sylphides, e eu seguindoas sósinha em distancia, fazendo o possivel para as apanhar antes de chegarem á extremidade da immensa rua.....»

Luiza, já repousas no ceo, anjo de meiguice e de candura! Por tanto não exijo de ti a satisfação do nosso pacto; mas peço-te que ajoelhada aos pés do throno do Omnipotente, lhe rogues incessantemente piedade e misericordia por mim!

Em quanto a ti, minha interessante Sophia, se ainda vives, sê fiel á promessa a que te ligaste voluntariamente debaixo da sombra d'aquellas arvores, onde nos dias da nossa infancia tantas vezes corriamos abraçadas, tu, enleando-me o braço á cintura, eu pegando-te ligeiramente na outra mão que apertava entre as minhas.

Tu Adéle, tuas irmãs, e as nossas companheiras já se terão esquecido de mim? Formosas, ricas, nobres, como vos terá restado, no meio da felicidade e das illusões do mundo, uma lembrança, uma unica recordação de mim? Sim, é impossivel! essa reminiscencia; ha muito que estou esquecida nas vossas memorias, mas o meu coração guarda perfeitas as vossas imagens, e é quanto me basta.

.....

Já se vê pois que a resolução de escrever as minhas Memorias é de epoca anterior, o que prova que nunca me esqueceo, tarde ou cedo, de cumprir a minha palavra quando a empenho.

Desde aquelle dia comecei a reunir os meus apontamentos, e chegou com effeito o dia de eu começar a obra.

Em 1855 estando em Bellas aconselharam-me que escrevesse as minhas Memorias.

«É essa a minha intenção, respondi, e a prova são os apontamentos que tenho feito.»

No fim d'esse mesmo anno comecei a escrever, e no meio de desgostos e de transtornos conclui como já disse a 7 de novembro de 1857.

Essas Memórias não são para accusar ninguém, são uma collecção de factos e nada mais.

Não creio que as ameaças e os anonymos *conselheiros* sejam dos meus parentes; esses, se quizerem confessar, conhecem-me e sabem que toda a minha vida tenho perdoado a todos.

Para socegar esses espiritos inquietos, agitados, anciosos que esperam na expectativa tão ameaçadores pelo susto que tiveram de lhe tocar alguma verrina descabellada, soceguem, acalmem, e leiam pacificos esta epitaphe da historia de George Sand:

«Charité envers des autres;

«Dignité envers soi-même;

«Sincerité devant Dieu.

«Telle est l'epigraphe du livre que j'entreprends.»

.....
Estas mesmas palavras foram justamente as que escolhi para frontispicio do meu livro.

Soceguem, tranquillisem-se pois, é verdade que n'essas Memórias não fallo só de mim; seria ridiculo e excepcional, se não mesmo impossivel.

Se juntei ao livro algumas breves analyses geographicas e historicas, não se sobresaltem as litteratas do paiz que não irei disputar glorias que não ambiciono, por que não foi para conquistar gloria que escrevi.

Descancem, não sou poetisa, nunca pude fazer em toda a minha vida senão uma unica quadra sem rima.

Por tanto não sigo o caminho para que me alistem na fileira.

Transcrevendo aqui a introdução d'essas Memórias, espero que descançarei essas almas que tanto se afflicgem sem causa, e tanto se incommodam para me affligirem com anonymos que só me divertem.

Introdução

Quando emprehendi escrever estas minhas Memórias, asseguro que não foi com o intento de me justificar, porque só os culpados procuram esse meio para escudarem as faltas dos seus erros e loucuras.

Estas paginas que o leitora vae abrir foram escriptas no meio de desgostos, inspiradas pelo soffrimento.

Pareceu-me que n'este ligeiro trabalho acharia uma distracção que pozesse termo aos meus pezares. Effectivamente assim foi. O coração não mente!

Outra idéa se juntava tambem ao meu desejo de realisar este esboço de livro da vida; é que minhas filhas por elle aprendessem de sua mãe a coragem que é preciso para lutar com as adversidades do mundo, com as afflicções que d'ellas surgem, e finalmente com a esperança viva, e confiança animada, que as boas christãs devem depositar em Deus. Eis o que me fez ter perseverança de escrever estas recordações, difficil tarefa para uma creatura do meu sexo, que infallivelmente tem de sujeitar-se aos golpes que as inimzades lhe hão de descarregar com ira implacavel.

Já se vê, pois, que não é a idéa de ser *un bas bleu*, que me excitou a ser tão corajosa.

Afianço tambem que não entrou n'esta empresa arrojada o intuito de me crear um nome da litteratura. O estylo da obra prova esta verdade. Da primeira a ultima pagina a narração exhibe se d'um modo singelo, e o dialogo passa quasi sempre á maneira d'uma conversação entre duas amigas.

Esta innocencia escudar-me-ha do ferimento do escalpello da critica. Não houve aqui ambição de gloria, pertenções a foros que me considero longo de possuir. Até conheço os meus erros, e como dizia Almeida Garrett: O sentimento paterno não impede de conhecer o defeito ás crianças – confesso-os sinceramente.

A linguagem tem desprimores talvez; mas d'aquelles que nascem da falta do conhecimento pratico da lingua, porque não foi n'este paiz que nasci, nem tampouco onde a minha educação se formou.

Logo a falta de principios da cultura d'este idioma, pouco facil, faz-me crer que não hão de ser as bellezas litterarias, mas sim a franqueza e a veracidade das circunstancias que darão desculpa a este livro, não lhe negando comtudo o pequeno valor que por este lado pode merecer.

Dizem que em Portugal as senhoras não escrevem, exceptuando alguns versos e historietas, e que são raras aquellas que se occupam de ler.

Se não apparecem mais obras das bellas lusitanas, é que a fragilidade do seu sexo aqui é maior, fazendo que prefiram antes bolos e enfeites a buscarem na leitura o meio de se fazerem apreciar n'uma reunião pelos dons do espirito e da intelligencia.

Estas vantagens são de certo mais valiosas do que as banalidades de Cintra e do Chiado.

Escrevendo estas Memorias e apresentando-as a publico, sei de consciencia a que me vou sujeitar.

A critica de sala vae aguçar os dentes, vae ter que devorar! A sua mordacidade não hade envenenar: tenho tambem essa convicção.

É arrojo n'este paiz, bem conheço, querer dar segundo passo no caminho, que, no tempo do marquez de Pombal, encetou essa nobre marquez de Alorna.

Mas eu estou em duvida se o atrazo então era maior do que o da nossa epoca.

Comtudo, as memorias d'essa grande fidalga diziam respeito a uma vida toda politica, e onde entravam em jogo as principaes figuras do reino.

Não é, repito, para d'algum modo querer egualar essa dama da côrte de D. José I, que tive a resolução de imitar o seu exemplo.

Depois dos meus apontamentos reunidos em ordem de ter já escripto sobre elles, tive de esquecer penna e papel para oito mezes passar a chorar nomeio das maiores mortificações, e de uma longa e impertinente doença, suggerida por dois annos de martyrio de desgostos e transtornos.

Por isso advirto - se o leitor pega n'este livro para encontrar perolas de litteratura, feche-o depressa, porque eu não tenho esses talentos, e julgo me feliz por ter conseguido traçar simplesmente a vida intima, e poder por fim dizer; *nunca se deve julgar pelas apparencias!*

Foi uma vida tão intima, que, apesar de tudo, ninguem a conheceu, nem a pôde compreender.

Sendo o primeiro livro que escrevo, espero merecer do publico aquella complacencia necessaria para quem se afoita tão sobranceira aos escolhos da sua propria temeridade.

Estas introducções não são do gosto d'esta epoca, que antes de absorver condemna quem faz cumprimentos ao publico que lê. Não foi minha intenção ir fóra das regras de tempo; mas quiz unicamente aclarar aos genios escrupulosos, e á critica imperdoavel, que o meu intento não foi entrar no dominio da litteratura, podendo cair em grave risco de censura, se antes da obra não apparecesse esta explicação sincera.

A Auctora.

10. D. Maria Amália Garcia de Sousa Gomes.

Relação de exequias que nos dias 22 e 23 de setembro do ano de 1816 se celebrarão em Lisboa, no real convento do Santissimo Coração de Jesus, pela sentida morte de nossa

augustissima soberana e senhora D. Maria I que foi ocular testemunha a auctora. (Lisboa, 1819), [3-6].

Ao Muito Alto, poderoso, e augusto Senhor D. João VI. Rei Fidelissimo do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarve.

Dedicatória.

Todos os homens levantão monumentos aos outros homens, para que fiquem collocados no templo da Memória, a fim de que não venha o Tempo consumidor, de mãos dadas com o Esquecimento, companheiro inseparavel d'elle, que após o segue por toda a parte, sepultar seus gloriosos feitos nas obscuras trévas da Indifferença, filha tão querida do Esquecimento. Huns erigem monumentos aos seus maiores, aos seus antepassados para engrandecerem a nobreza do sangue das suas familias, dando-lhe pela antiguidade nos titulos, nos privilegios, e grandes cargos do reino hum lustre, que augmentando de dia em dia, os faz tocar no zenith do esplendor. Outros os erguem no Templo de Marte ás acções brilhantes e valorosas de hum guerreiro, que juntando a prudencia ao valor, e este ao conhecimento da sciencia militar, consegue victorias sobre os inimigos da patria, do soberano, e da religião, as quaes ainda que a Fama por cem bocas espalhe pelo orbe da terra, com tudo por este meio ficão solidamente conservadas, para o conhecimento das futuras gerações. Outros se elevão no templo de Minerva aos filhos de Pallas, aos heróes da sabedoria, aos depositarios das sciencias, aos filhos das artes, que levando o seu nome por toda a redondeza, os faz passar com gloria á posteridade, ficando seus nomes gravados em caractéres de ouro nas academias literarias, nestes fócios luminosos da sciencia, donde, á imitação do Pai da luz, esta reverbera, allumiando, desenvolvendo os vapores da ignorancia, animando, vivificando aquelles entes, que, pondo-se a huma certa distância da doce impressão destas luzes, participão da sua tão necessária influencia.

Todos preenchem os seus fins satisfazendo a inclinação para onde propendem seus differentes genios: este se inclina para a nobreza e o esplendor: aquelle para as façanhas gloriosas e acções guerreiras do general; o outro para as sciencias e as artes; e o meu limitado genio, Senhor, o que terá por objecto? Eternizar a memoria de huma excelsa Matrona, Mãe Augusta de V. M. Fidelissima, a inclita e incomparavel Rainha de Portugal, a Senhora D. Maria I na pequena descipção que pondo aos pés do Reino Throno, o offereço a V. M.

Fidelissima: a gratidão, e o amor de vassallos fieis forão os authores deste pomposo monumento que descrevendo eternizo, pois que aspiro a fazello passar aos meus vindouros; amor filial que sempre conservei a esta minha excelsa Soberana e amante Mãi, e de meus compatriotas, me fez conceber a idéia de o descrever e publicar: se são objectos dignos de contemplação monumentos que se levantão á gloria, ás grandes acções, ás sciencias e ás artes, não são de menor valor os que exige a gratidão ás relevantes virtudes e saudosa memoria de huma virtuosa Soberana.

Debaixo, pois, dos Regios Auspicios de V. M. Fidelissima ponha este pequeno tributo, offerta de meu escaço talento; porém o que falta na elegancia da expressão, suppre a grandeza de quem faz o objecto da presente descripção, que com o mais submisso respeito, reverente acatamento, e humildemente offerece

D. Maria Amalia Garcia de Sousa Gomes.

A Todos os Leaes e Benemeritos Portuguezes

He innegavel que reconheço a minha insufficiencia, e não deixo de me recordar que absolutamente não tenho noção alguma das artes e sciencias, o que muito era necessario para expôr huma semelhante decoraçãõ, porém das minhas reflexões triunfão os meus desejos, os quaes me conduzem a fazer visivel a descripção destas luctuosas Exequias, pois me parece he de dever, hum objecto tão digno de memoria não ficar sepultado no esquecimento, motivo que me faz pôr em pratica o meu desigño: he a exposiçãõ sem elegancia, porém veridica. Supprão a falta de instrucção aos bons desejos de contribuir para que os vindouros tenham presente esta acção lugubre e digna de contemplação: prazer immenso me promove poder-se em todos os tempos reflexionar nas virtudes desta exemplaríssima Rainha, pela qual, ainda que já extincta, estas reconhecidas Religiosas forão generosamente insaciaveis em lhe tributar pomposos cultos, evidentemente demonstrando que permanente conservarião a mais perfeita amizade e gratidão.

Finalmente os meus intentos se dirigem a adquirir a gloria de que os seculos futuros ponderem as acções gloriosas desta excelsa e digna Soberana, para que não fique em obscuridade, que seu raro merecimento e sublimes qualidades produzirão geralmente nos corações do seu Povo hum extremoso sentimento de amor filiar, que a ninguem pôde indemnizar de huma immortal saudade, que jámais o tempo, sendo de tudo o destruidor, tem podido amortecer.

Na flor dos ternos annos presenciei estas Exequias luctuosas; e a pezar da diminuida idade não me permitir a devida applicação, contudo não deixei da vista do sumptuoso

espetaculo remetter á minha memoria, e escrever a seguinte descripção, para que passando á posteridade, fique esta sendo um documento e testemunho irrefragavel da identidade de hum facto, que tanta honra faz á virtude da gratidão.

11. D. Maria d'Arrábida Costa e Macedo.

As Castellãs de Roussilon. Por Madame Eugenie de la Rochere. Traduzido do Francês por *** [D. Maria d'Arrabida Costa e Macedo]. (Lisboa: Typografia da Revista Universal, 1851), iii-iv.

Á Illustrissima e Excelentissima Senhora D. Maria Meclina Pereira Pinto

A traducção de *Castellãs de Roussilon* foi emprehendida durante a convalescença de uma molestia dolorosa; foi empregada como meio de distracção ás longas horas de abatimento físico e de solidão. Chegada á conclusão, a traductora perguntaria a si mesma o que faria daquelle rascunho mal alinhado é verdade, mas onde o auctor ensina tant moral, tanta caridade, tanto amor!

Depois de alguma hesitação, devido ao conhecimento do pequeno valor da traducção, lembrou-se de offerecel-a a uma pessoa que tivesse em pratica os sãos preceitos da doutrina evangelica que respirava toda esta obra.

É pois a V. Ex^a que ella dedica como um testemunho do respeito que tributa ás suas virtudes, e do apreço em que tem as senhoras de que se compõe a ASSOCIAÇÃO CONSOLADORA DOS AFFLICTOS, de que V. Ex^a é a digna presidente.

A traducção desta Obra não é para servir de estimulo a nenhuma das senhoras associadas, - não é preciso este incentivo ás que contentemente estão dando provas do seu amor próximo: - não é para lembrar ao clero as funções do seu alto ministério, porque felizmente temos sacerdotes respeitaveis e caridosos, que desempenham a sua missão sobre a terra: - esta traducção foi, como já se disse, começada como um allivio preciso a males físicos; e a traductora, despida da menor pretenção, dar-se-ha por feliz se, alguns dos que não poderem ler a obra no original, aproveitarem com esta leitura as lições de fraternidade e de tolerancia que uma tal historia sabe inspirar.

12. D. Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Melo Baiana.

Conselhos e avisos de huma mãe a seus filhos, escripto por D. Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Mello Baiana. Offerecidos ao Illmo. e Exmo, Senhor José de Seabra da Silva, Grão-cruz da ordem de Christo, e dado á luz por seu marido José Gualdino Leite Pacheco Malheiro. (Lisboa: Offic. de Joaquim Thomas de Aquino Bulhoes, MDCCC XII), 8-11.

AO ILL^{MO} E EX^{MO} SENHOR JOSÉ DE SEABRA DA SILVA.

A Grandeza da Alma, Virtudes, e Talentos de V. EXCELLENCIA não desprezaõ certamente os sinceros votos da gratidaõ, e da verdadeira amizade, que por huma obrigação eterna lhe consagro; estes justos motivos me animaõ a offerecer a V. EXCELLENCIA os presentes Avisos, que dirigi a meus filhos, a fim de lhe fazer conhecer os indispensaveis deveres da sua Religião, e da sua honra, com que devem no mundo apparecer, e comportar-se: tanta he a bonade de V. EXCELLENCIA, e muito particularmente a meu respeito, que chego a confiar de taõ Sabio Mecenaz, desculpará, e saberá disfarçar os immensos defeitos, que nelles descobrir, tanto pela escacez do meu entendimento, como pela minha pouco saude, e laboriosa vida, que apenas me deixa alguns momentos para poder arranjallos; amparados da protecção de Vossa EXCELLENCIA não temo a crítica dos sábios; porque, se o forem realmente, louvaráõ os puros desejos com que me arrojey a cumprir deste modo com os deveres do meu estado, desejando igualmente ser util á minha Pátria: nesta certeza me deliberey a pôr em execução o que ha muito premeditava; tendo esta minha offerta a ventura de ser agradavel a Vossa EXCELLENCIA nada mais me resta para ficar sobejamente satisfeita deste trabalho, que obrigada do meu dever tomei, e fazendo a Vossa EXCELLENCIA os mais efficazes votos do meu respeito, e affecto, me confesso ser

De Vossa EXCELLENCIA

Comadre, e veneradora obrigadissima.

D. Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Melo Baiana.

INTRODUÇÃO

Meus Filhos, bem persuadida que todas as Mães de familias tem huma restricta obrigação de educar seus filhos moral, e civilmente, a fim de serem felices; e porque a experiencia mesmo me tem feito conhecer, quanto esta regular educação lhes seja indispensavel, tomei o trabalho de deixar-vos por escripto a norma que deveis seguir, para serdes ditosos; cumprindo deste modo com os deveres de Mãe Christã, e os da civilidade. A minha pouca saude, e o pezo de huma casa me privaõ muitas vezes de cumprir com a exacção, que desejo, os deveres do meu estado, e nestas circumstancias só me resta mostrar-vos o caminho do bem, e do mal, porque Deos mesmo, de quem vós deveis ser perfeita cópia, vos deixou a liberdade para usar della, e merecerdes (segundo as vossas boas ou más acções) o prémio ou o castigo, que deve ser a justa recompensa de vossos comportamentos: espero dos principios de Religião com que vos tenho instruido desde o berço, naõ sereis capazes de executar cousa alguma, que vos possa ser censurada nos Olhos de Deos, e no theatro do mundo, sempre prompto a observar vossas acções as mais indifferentes: se obrardes bem (e o que eu vos aconselho) sereis amados de Deos, e prezados pelos homens: e do contrario sereis vós os que depois de experimentardes mil dissabores, e infortunios vos lembrareis sem remedio, que foraõ por mim muito anticipadamente prevenidos, dando-vos todos os meios de buscar a vossa felicidade eterna, e temporal, em que eu tanto interesse como vós mesmos.

D. Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Mello Baiana."

13. D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides

- 13.1. *Archimbaud, e Batilde, ou A Escrava Rainha.* Traduzida em Português por ***
[D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides] (Lisboa: Impressão Regia, 1817), ii-iii.

Introdução

A honra, a virtude, e a firmeza de character, são os escudos propios para rebater a força das Paixões; se estas grandes qualidades se reúnem em Almas grandes, que pelos seus encargos devem apparecer no grande Theatro do Mundo. Que lisongeiros esperanças para todos aquelles, que dependem do Estado! elles sacrificarão os seus propios interesses, serão verdugos de si mesmo; mas a justiça, a rectidão, e os seus deveres, sempre triunfarão. Nesta

obra os Leitores verão, que a mesma paixão d'amor (huma das que offusca mais a razão), ficou vencida por estas tres virtudes: fazendo resoar em todo o Imperio os mais dignos louvores destas duas Almas, que as possuem.

- 13.2. *Avisos de huma mãe a seu filho*, da Marquesa de Lambert e traduzidos por *** [D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides]. (Lisboa: Impressão Regia, 1818), sem numeração.

Introducção

Eu não emprehendo fazer o elogio das obras da Marqueza de Lambert; porque o Público instruido lhe tem feito já a justiça que ellas merecem. Simples, e fielmente traduzi as quatro peças, que offereço neste pequeno volume; e os Leitores acharão nellas hum thesouro. Pais de familia! Segui na educação dos vossos filhos o methodo, que ella aqui vos propõe, na formosura do estilo, na elevação dos sentimentos, e no tom amavel da virtude, que reina em todos os seus escriptos. Vede o vicio, e a maneira delicada, com que conduz a glória.

- 13.3. *Os Votos temerários, ou o enthusiasmo*. Traduzidos por *** [D. Maria Leonor de Correia de Sá e Benevides]. (Lisboa: Impressão Régia, 1819), 3-4.

Introdução

Offereço ao Público respeitavel este Romance pela primeira vez traduzido, e o mais moral, e talvez unico, que se possa admittir a sua leitura á mocidade feminina. O horror do vício é verdade que se tem pintado com côres proprias de semelhante quadro; mas aqui mostra-se com evidencia os resultados perigoso de uma delicadeza excessiva, e de huma sensibilidade exaltada. Esta obra confirmará a opinião tão bem fundada, que sem a sabedoria, e por consequencia sem a moderação, a sensibilidade não he mais do que hum dom funesto; e que sem a razão a mesma virtude, perdendo o seu nobre character, e rejeitando os principios invariaveis, que a devem dirigir, só se agita com a impudencia, e a impetuosidade das paixões as mais cegas, que envolvida em caminhos extraordinarios, e perigosos, cedo ou tarde, para o futuro são a victima de sua temeridade, perdendo-se, e sacrificando-se com desesperação.

14. D. Maria Peregrina de Sousa

Henriqueta Romance original por D. Maria Peregrina de Souza. Precedido da Biografia da Autora pelo Visconde de Castilho. ([Porto]: Editor António Leite Cardozo Pereira de Mello, 1876).

Ilmo Snr.

Quer fazer honra á minha pobre Henriqueta de reaparecer no mundo mais ataviada; dei o meu consentimento, mas confesso-lhe que o fiz contrangidamente.

No ultimo quartel da vida parece-me leviandade reprehensivel dar a luz mais frivolidades; contudo dei o sim, não tornarei com a minha palavra atraz.

Sou com estima

De V.

Veneradora Respeitosa
Maria Peregrina de Souza.

15. Pauline de Flaugergues

La Grèce. Poëme, par William Hangarth. Traduit de l'Anglais par Mlle Pauline Flaugergues. (Paris : Achille Désauges, Libraire, MDCCCXXVII), 1-4.

Préface du traducteur

L'affranchissement de la grèce, cet événement depuis se longtemps désiré para tous les hommes généraux, devai l'être surtout par les amis des arts et de sciences. Milton et plusieurs autres grands écrivains se sont plus à l'espérer; mais je crois que l'auteur du poëme que j'ai essayé de traduire, est le seul qui ait osé le prévoir et le prédire. Les dernières pages de son ouvrage, écrit à Athènes en 1811, et imprimé à Londres en 1814, sont un véritable prophétie de ce que nous voyons aujourd'hui. A morceaux n'a point été uniquement par une exaltation épique. M. Haygarth pense que dans l'Hillade, la constitution physique de pays, ce que les auteurs latinis, particulièrement Tacite, appellent *ingenium loci*, est éminemment propre

à enflammer l'ame par le vrai beau. Il en concent que le génie de la Grèce antique, étant le produit d'une cause permanente, ne peut être détruit dans son germe; qu'il n'est qu'engourdi par l'esclavage des Grecs modernes, et qu'il doit un jour se réveiller. A cet aperçu philosophique, l'auteur a joint un heureux calcul sur l'époque de ce réveil. Il a vu que, minué par le temps, les forces du croissant s'affaiblissaient graduellement, et il a jugé que le moment ne pouvait être éloigné où la nature invincible des lieux, durait rendu au moral des Hellènes, l'énergie nécessaire pour briser un joug *vermoulu*.

Brûlant d'un général enthousiasme et du désir de voir les Grecs libres, M. Haygarth les excite par tous les moyens, à rompre leurs fers. Tantôt il s'efforce de leur inspirer un noble orgueil, en assurant que tout en eux révèle leur illustre origine, tantôt il leur reproche avec amertume de n'avoir rien conservé de l'esprit qui aimait leurs aïeux, d'être tombés dans le plus honteux avilissement. Il cherche alors à faire naître en leurs cœurs une confusion salutaire, telle qu'on la provoque dans l'ame d'un jeune élève qui donne encore de belles espérances quoi qu'il se livre à de funestes habitudes. Ainsi, les tableaux humiliants ou il retrace aux Hellènes leurs propres vices, et les éloges qu'il leur donne, sont des efforts dirigés vers un même but.

Il y a quelques mois qu'on me donna l'idée de traduire, pour les insérer dans les journaux, les passages prophétiques de l'ouvrage de M. Haygarth. Je suis attentif à ce poème, il me parut qu'en ce moment surtout la traduction entière pourrait présenter de l'intérêt, et je l'entrepris. La différence de deux langues m'a forcée à m'écarter quelque fois du texte. Le travail que j'offre au public, est une traduction très-libre, et en plusieurs endroits, une simple imitation. J'ai notamment abrégé de beaucoup les notes.

Le désir d'unir une faible voix aux nobles accents que nos poètes et nos prosateurs ont fait entendre en l'honneur d'un peuple aussi héroïque qu'enfortuné, m'a principalement déterminée à publier ce premier essai. Puisse ce motif le faire accueillir avec indulgence!

ANEXO IV. Cartas ao *Astro da Lusitânia*.

1. *Astro da Lusitânia*, nº 23 de 13 de dezembro de 1820

“O mais assombroso projecto

O século XIX he o seculo das maravilhas Politicas: temos visto muitos povos que há tantos seculos gemião sob o pezo do mais insultante Despotismo, levantaram-se em hum momento, e recobram os direitos que sendo-lhes dados pelo author da Natureza, lhes havião sido extorquidos pela força: temos visto alguns habitantes de hum destes povos generosos e, Ministros nas Cortes estrangeiras, pedirem-se declare guerra á sua própria pátria, a seus amigos, parentes, e concidadãos, e isto sem ao menos receberem as Ordens aos humaníssimos Ministros do Rio de Janeiro que pintavam do nosso Rei os súbditos Europeus gozando das delicias, e prazeres que Mafama promette aos seus verdadeiros Crentes. Estes fenómenos são grandes, mas nós annunciamos ao publico hum ainda mais estrondoso. As Senhoras Portuguezas, gravemente ofendidas em não serem chamadas para jurarem hum Governo Monarchico Constitucional, formarão o grande projecto de fazerem de Portugal hum Estado Republicano, e para isto foram procurar quem tal acreditará! a Constituição dada pelo rígido, e austero Licurgo aos Espartanos. Sabendo as Senhoras Portuguezas que aquelle antigo Legislador, havia declarado guerra ao dinheiro, tem posto em prática já este grande princípio de republicanismo Espartano, fazendo com que seus pais, e maridos enviem para a India, França e Inglaterra quanto numerário havia escapado as sanguessugas do Rio, e isto a troco de lindos nadas: assegurarão as Senhoras mais empinhadas neste grande projecto, que elle estará plenamente executado nos fins de 1821.

He tão perfeito o plano das Senhoras Luso-Espartanas, que até mandarão vir do paiz das bagattelas (França) espartilhos de nova invenção, para que usando deles, fiquem tão tísicas nos corpos, como tencionam pôr as algibeiras dos maridos. Que grande projecto! Que grandes Cabeças! Vivão! Vivão!

Entretanto, póde gloriar-se Portugal de possuir no bello sexo exemplares daquelas virtudes publicas, que fizeram o ornamento de Roma, nos tempos de seu verdadeiro esplendor, e que amão a sua Patria, como as Veturias, as Cornelias, e as Porcias: de que virtudes não são ellas as excitadoras, quando a mocidade Portugueza sentir que a mais fina recompensa do seu amor será, o galardão das virtudes cívicas e de heroísmo verdadeiro, que tudo sacrifica ao serviço da sua Patria!?”.

2. *Astro da Lusitânia*, nº 27 de 18 de dezembro de 1820

“Correspondência.

Senhor redactor do *Astro da Lusitania*.

Tenha V. m. muito boa noite. Li no seu periódico nº XXIII, o artigo = He tão perfeito o plano das Senhoras Luso-espartanas, que até mandarão vir do País das bagatelas (França) Espartilhos de nova invenção para que usando deles, fiquem, tão tísicas nos corpos como tencionão por as algibeiras dos maridos, etc= por anto sou obrigada a dizer que nós (fantásticas Senhoras) não somos quem entisicamos as algibeiras de nossos maridos, nem somos entisicadas pelos espartilhos, que mandamos vir do Paiz das bagatellas, pois acostumadas desde pequena a sermos oprimidas que até nos tem faltado (para mais opprimição) com os Mestres necessários para nos armarem de conhecimentos uteis, e necessários, vivendo na precisão de usarmos de trastes, que nos conservem no seio de nossos princípios, pois o costume, chega a tal estado, que o continua-lo vem a ser preciso remedio. Nós não somos quem entisicamos as algibeiras dos nossos maridos, são elles que enthusiasmados dos seus juízos, entisicão suas algibeiras, sem attenderem ao necessário de suas famílias, arguindo-nos de importunas, e desordenadas, pelas nossas moderadas, e justas representações, attribuindo-nos as grandes despezas da Casa, quando elles despedem hum supérfluo equivalente á despeza necessária da família. Alfaiates, mais alfaiates, jogo e mais jogo, dançarinas e mais dançarinas, em fim até por desprezo, não só das suas cabeças, como de todos os arbitrários senhores homens, usão de barbas de baleia nos lenços do pescoço, para ficarem bem esticados (julgamos ser melhor que usassem gravada de couro como usão os Militares) barbas de balleia nos colletes, para formarem seio de mulher; barbas de baleia nas camisas, para se conservarem muito direitas; barbas e mais barbas desde a cabeça ora, até aos pés: barbaras são suas maneiras para com suas mulheres, que até as tratão por senhoras, para receberem Excellencias; então não me dirá, Senhor Redactor do *Astro*, quem são mais espartilhados, as senhoras, ou os senhores? Espartilhados precisavam elles ser por hum Tribunal, que fizesse caminhar, os seus rendimentos pelas dispezas necessárias, punindo-os todas as vezes, que estes fossem desencaminhados por extravagancias: Há! ah! deixe-me rir, pois me lembro mais, que usão das calças sem cozes, para lhe fazerem as cinturas delicadas, retratando nas cinturas as delicadezas das suas cabeças.

Peço-lhe que quando acordar do descanso da noite, seja com a attenção de inserir no seu periódico esta resposta, e rogo-lhe queira manda-la escrever, pela ordem, que determina a

nossa Grammatica Portugueza, que até para mais infelicidade nossa, me determinarão, que aprendesse as línguas Extranjeiras, sem tratarem de me darem, os conhecimentos da Grammatica materna, e assim não seja esta a razão, porque esta resposta não seja publicada pelo Astro (Luminoso) Luzitano, que muito admiro.

Huma Constitucional Portugueza”.

3. Astro da Lusitânia, nº 265 de 12 de outubro de 1821

“Sr. Redactor.

Lembrada da sua bondade espero, que V.m. mande enserir no seu Astro huma lembrança, que me ocorre agora, por espirito puramente Constitucional, que espero venha a ser unanimamente seguido; e he, firmar no centro do novo laço Nacional, digo sobre o seu fundo azul, o anno de 1820, sempre memorável pelos bens que offereça aos bons, e pelos castigos que presenta aos máos; hum anno em fim, em que a Nação recobrou os seus direitos, e firmou o seu character heróico em que se mantem: esta Era deve estar em lembrança constante, e constantemente deve acompanhar aquelle signal que distingue os Portuguezes entre as Nações Extranjeiras. Portanto, digo que devem ser bordados de branco sobre azul, as letras =1820= ou sobre um botão de cor de prata e superfície plana, levantadas em baixo relevo.

Sua muito atenta

Huma Portugueza Constitucional”

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1 Fontes Manuscritas

Aveiro, Arquivo Distrital de Aveiro

Fundos paróquias:

Aveiro,

Vera Cruz. Registo de Casamento, livro 9.

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra

Fundos paroquiais:

Coimbra,

Almedina. Registos de Batismo, livro 2.

Registos de Casamento, livro 1.

Sé Velha. Registos de Batismo, livro 2.

Registos de Casamento, livro 2.

Registos de Óbito, livro 3.

Soure,

Vinha da Rainha, Registos de Batismo, Soure, livro 5.

Inscrição de Manuel Matias Vieira e Fialho de Mendonça em Matemática (1825). AUC PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/007129.

Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Leão, Gil Nunes. *Sonetos a D. Guiomar, filha do Doutor Pedro Nunes, sobre a cutilada, que deo em Coimbra, extrahidos de um antigo manuscrito em 4^a, em que miscellaneamente se achão coligidas muitas peças curiosas em prosa e verso pelo próprio cunho do collector, Gil Nunes do Leão, contador dos contos do Reino e Casa, sobrinho do desembargador Duarte Nunes de Leão.* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1826). BGUC Manuscrito Ms 348.

Évora, Arquivo Distrital de Évora

Várias *Cartas de Dr. Francisco Xaveier de Rego Aranha*, desembargador do príncipe, para o juiz de fora de Vila da Borba (1802-1805). ADE. PT/ADEVR/AHMBRB/J/007/00320; PT/ADEVR/AHMBRB/J/007/00330; PT/ADEVR/

AHMBRB/J/007/00345; PT/ADEVV/AHMBRB/A/001/0017; PT/ADEVV/AHMBRB/J/007/00371; PT/ADEVV/AHMBRB/J/007/00379.

Funchal. Arquivo Regional da Madeira

Fundos paroquiais:

Funchal:

São Pedro. Registos de Óbitos de 1882, 1ª Repartição de Finanças do Funchal cx, 8. nº361. Morada na Rua de Ilheus, Freguesia de São Pedro, Funchal. Data de Falecimento 12/05/1882, Data de Abertura 13/06/1882 e Data de Encerramento 18/11/1882.

Lisboa, Arquivo Histórico do Exército

‘Henrique de Carvalho’. Arquivo Histórico do Exército. PT/AHM/G/LM/B/01/50/0093.

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Colecção Adília Mendes

Cartas de e sobre Augusta Franzini. Lisboa, ANTT. Colecção Adília Mendes, mç 7. Franzini, Augusta; *Cartas de e para Augusta Franzini*. Lisboa, ANTT. Colecção Adília Mendes, mç 7.

Ponta Delgada, marquesa de. *Carta para Marino Miguel Franzini da Marquesa de Ponta Delgada*, (1842). ANTT. Adília Mendes, mç 7. nº 13.179.

Feitos Findos

Ação Cível de Embargos à primeira em que é autor D. Narcisa Maria Casemira do Carmo e seu marido Joaquim José Barbosa e réu Jacome Antóio Maria Roncon (1820). ANTT. Feitos Findos, Fundo Geral, Letra N, mç. 27, nº 25.

Autos de habilitação de D. Maria Benedita de Castro e Sousa (1821). ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 405, nº 15.

Autos de Justificação de António de Sousa e Azevedo ou Antonio Ventura de Azevedo e Sousa & Companhia (1816). ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 93, nº 5.

Carmo, Narcisa Casemira do Carmo. *Execução de sentença de partilhas. Cópia da Sentença de Partilha de Narcisa Maria Cazemira do Carmo. Do que pertence haver herdaar da mulher do falecido João Baptista da Silva.* (1824). ANTT. Feitos findos, fundo geral. Letra N, mç 42 n°1.

Carmo, Narcisa Casemira do; Barbosa, Joaquim José. *Ação cível de embargos de Narcisa Maria Casemira do Carmo e seu marido Joaquim José Barbosa, que tem contra Jacomo Antonio Maria Romeom.* (1819). ANTT. Feitos Findos, fundo geral. Letra N, mç 27 n°25.

Certidão passada a favor do Autor António Carlos Sances Baena e sua irmã como como (sic) herdeira de seo pay Dom Antonio Sances Baena Frainha contra António Manuel Leite Pacheco Malheiro e Mello (1785). ANTT. Feitos Findos, Administração de Casas, mç 4.4 n°1.

Execução da Sentença de Partilhas em que é autora D. Narcisa Maria Casemira do Carmo (1824). ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral. Letra N, mç 42, n°1.

Hospital de São José

Costa, João Rebello da, escrivão. *Autos das contas da Capella de Anna de Sá na Igreja do Convento da Esperança.* (1853). ANTT. Hospital de São José, escrivão Botelho, mç 76, n°21 cx 677.

Ministério das Finanças

Registo de Testamento de Manuel Pinto da Fonseca, (1854). ANTT, Ministério das Finanças, Testamentos, livro 20, XV-R-72 (32) 1854.

Tribunal do Comércio

Libelo em que é autor Joaquim Manuel Marques e Réu Costa & Companhia, representada por Maria Arrábida Costa e D. Antonio de Noronha (1868). ANTT Tribunal do Comércio, mç. 17, n.º 11, cx. 17.

Marques, Joaquim Manuel. *Libelo em que é autor Joaquim Manuel Marques.* (1868). ANTT. Tribunal do Comércio mç17 cx 17.

Tribunal do Santo Ofício

Diligência de Habilitação de António Ventura de Azevedo. ANTT. Tribunal do Santo Oficio, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 203, doc. 3026.

Fundos paróquias

Lisboa:

- Alcântara. Registos de Batismo, livro 5.
- Anjos. Registos de Casamento, livro 13.
- Beato. Registos de Batismo, livro 4.
Registos de Casamento, livro 3.
- Carnide. Registos de Batismo, livro 9.
- Conceição Nova. Registos de Batismo, livro 9.
- Coração de Jesus, Registos de Batismo, livro 1.
Registos de Casamento, livros 2 e 4.
Registos de Óbito, livro 3.
- Encarnação. Registos de Batismos, livros 18 e 24.
Registos de Casamento, livros 16 e 20.
- Lapa. Registos de Batismo, livro 5.
Registos de Casamento, livros 4 e 6.
- Lumiar. Registos de Batismo, livro 9.
- Madalena. Registos de Casamento, livro 2.
- Mártires. Registos de Casamento, livro 4.
- Mercês. Registos de Casamento, livro 9.
- Sacramento. Registos de Óbitos, livro 11.
- Santa Engrácia. Registos de Casamento, livros 11, 12 e 13.
- Santa Isabel. Registos de Casamento, livros 1, 12, 13 e 1824.
- Santa Justa. Registos de Batismo, livro 7.
- Santos-o-Velho. Registo de Batismo, livro 31.
- São Jorge de Arroios. Registo de Batismo, livro 1.
- São José. Registos de Batismo, livro 14.
Registo de Casamento livros 15 e 17.
- São Julião. Registos de Batismo, livros 6 e 9.
Registos de Casamento, livro 5.
- São Paulo. Registos de casamento, livro 7.
- São Sebastião da Pedreira. Registos de Casamento, livro 9.

Sintra:

São Martinho. Registos de Casamento, livro 3.

Registos de Mercês

D. Maria I. Livros: 3, 4, 4(2) 7, 7(2), 10, 10(2), 22, 24, 28, 29 e 30.

D. João VI. Livros: 14, 15, 17, 18, 19, 21 e 22.

D. Pedro V. Livros: 9 e 23.

D. Maria II. Livros: 22, 31 e 40.

D. Luís I. Livros: 2, 13, 17 e 35.

Lisboa, Biblioteca da Ajuda

Alorna, Marquesa de. *Carta para seu neto*. BA 139III-15.

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal

Alorna, Marquesa de. *Sonetos, Odes, elegias, apotegmas, máximas e receitas de cozinha*, (s.l, 1788). BNP. F.R.505.

Alorna, Marquesa de; Ribeiro, António. *Poezias da Ex.ma Senhora D. Leonor de Almeida e Lorena. Condessa de Oyenhausem [manuscrito]/ copiadas de seus próprios originaes por diligencia do D.or António Ribeiro* (sl. 1745),. BNP Código 322. Acesso via «<http://purl.pt/17374>».

Balsemão, Viscondessa de. *Obras Poeticas Da Exma Sra D. Catrina de Souza Viscondeça de Balsemão*. (sl.. 1820). BNP Manuscrito reservado, Código 11476.

Maldonado, Mariana Antónia Pimentel. 'Da Illma Snra D. Marianna Antonia Pimentel Maldonado na partida dos francezes em 1808' In. Lima, João Placido do Rego Fragozo e Sequeira de. *Collesões de Poezias de Diversos autores e outros diversos papeis selebres, tanto por sublimes como por tollos, e asnatticos, que só servem para o entretenimento* (s.l, 1808), fls. 324-327. BNP. Código 12972.

_____. 'Diversas Aras Poéticas, feitas em diversas occasiões em o anno de 1807'. In. Lima, João Placido do Rego Fragozo e Sequeira de. *Collesões de Poezias de Diversos autores e outros diversos papeis selebres, tanto por sublimes como por tollos, e asnatticos, que só servem para o entretenimento* (s.l, 1807), fls 1-8. BNP. Código 12972.

Valleré, D. Maria Luiza de; Valleré, Guilherme Luiz António de. *Correspondência do Tenente General Guilherme Luiz António de Valleré, sendo Coronel do Regimento d'Artilharia d'Estremoz, com Sua Alteza Serenissima o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General dos Exercitos de S. Mag[estad]e Fidelissima o Senhor D. José 1.º Colligida, copiada e offerecida por D. Maria Luiza de Valleré filha do sobredito Tenente General para ser depositada no Real Arquivo Militar, e servir de instrucção a quem quizer ordenar ou saber a historia do Forte de La Lippe, de que elle foi Director singular.* (s.l, [depois de 1798]). BNP Manuscritos reservados Código 4513. Com acesso via <http://purl.pt/24928>.

Ponta Delgada, Arquivos Regionais dos Açores

Fundos paroquiais

Ponta Delgada

São José. Registos de Batismos de 1806-1808.

São Sebastião. Registos de Casamento, livros 11 e 12.

Registos de Óbito, livro 14.

Porto, Arquivo Distrital do Porto

Apelo Cível, De Maria Peregrina de Sousa para Antonio Mateus de Azevedo e Sousa, seu irmão (1857). ADP. PT/ADPRT/JUD/TRPRT/A/143/16727
Cota atual Z.

Processo: Antonio Mateus de Azevedo e Sousa e mulher para D. Maria Peregrina de Sousa (1857). ADP. PT/ADPRT/JUD/TRPRT/A/143/30835 Cota atual
Z.

Fundos paroquiais

Lousada:

Aveleda. Registos de Batismo, livro 2.

Santa Eulália de Barrosas. Registos de Batismo, livro 8.

Registos de Casamento, livro 40.

Registos de Óbito, livro 5.

Marco de Canaveses:

Várzea da Ovelha. Registos de Batismo, livro 8.

Porto:

Cedofeita. Registos de Óbitos, livro 57.

Miragaia. Registos de Batismo, livro 13.

Registos de Óbito, livro 16.

Vitória. Registos de Óbito, livro 39.

Lousada:

Aveleda. Registos de Batismo, livro 2.

Santa Eulália de Barrosas. Registos de Batismo, livro 8.

Registos de Casamento, livro 40.

Registos de Óbito, livro 5.

Porto, Arquivo Municipal do Porto

Planta da Casa. Reparo de canalização. Rua dos Caldeireiros, 17-18. (1843).

AMP. D-CMP/7(7) - f. 88.

Plantas da Casa de Manuel Clamouse Browne. Licença de obra n.º: 155 (1856).

AMP D-CMP/7(19) - f. 283-285.

Registo do testamento com que faleceu Maria do Patrocínio de Sousa, (1864) AMP.

Administração do Bairro de Santo Ovídio. 1836-1868. Livro n.º: 14. A-PUB/5030 - f. 64-65v.

Registo de Testamento de Maria Peregrina de Sousa, (1894) AMP Livro n.º: 68. A-

PUB/5102 - f. 20v-25.

Porto, Biblioteca Municipal do Porto

Album de João Marques Nogueira Lima. BMP ML-P14A-n inv. 1537A[b].

Alorna, Marquesa de. *Cartas ao príncipe regente. BMP. M-SER-32[1] e M-SER-32[2] e M-DVD003.*

Browne, Maria da Felicidade de Couto. *Álbum de Autógrafos. Contem autógrafos de diversos autores. BMP. MA-Maria da Felicidade Browne.*

Lencastre, Catharina de Souza Cezar [Viscondessa de Balsemão]. *Caderno De Fabulas dedicadas, ou attribuidas A Exma Snra D. Catharina de Souza Cezar e Lencastre, (sl., 1806). BMP. Ms. 1520.*

Rio de Janeiro, Arquivo da Curia do Rio de Janeiro

Fundos paroquiais

Rio de Janeiro:

São José. Registos de Batismo de 1828. Acesso via <[https://family search.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14180-13906-53?cc=1719212](https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14180-13906-53?cc=1719212)>.

Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real.

Fundos paroquiais

Vila Real:

Guiões, Registos de Batismo, livro 3.

1.2.Fontes Impressas

1.2.1. Periódicos

Abelha (A): jornal de utilidade, instrucção e recreio. Catarina de Andrada. (Lisboa: Impr. C. A. S. Carvalho, 1836).

Alcance (O). Periódico político e d'Instrução. (Lisboa: Typografia do Alcance, Travessa das Vacas, 1838).

Annaes do Parlamento Brasileiro. (Rio de Janeiro, Camara dos Senhores Deputados, 1833).

Archivista (O): jornal historico e de recreio. (Lisboa: Impresão de Galhardo & Irmãos, 1839-1840).

Archivo Popular: semanario pitoresco. António José Cândido Cruz (edit). (Lisboa: Typ. De A. J. C. da Cruz, 1837-1843).

Assembleia Litterária: jornal de instrucção. D. Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typ. de G. M. Martins, 1849-1851).

Astro da Lusitânia. Joaquim Maria Alves Sinval. (Lisboa: Officina de J. F. M de Campos, 1820-1823).

Aurora(A). Revista mensal. José da Silva Mendes Leal-Junior. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1845).

Bardo (O). Jornal de Poesias Inéditas. (Porto: Typografia de Sebastião José Pereira, 1852-1854).

- Beneficência(A): jornal dedicado à Associação Consoladora dos Afflictos.* D. Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Imprensa no Rossio nº100, 1852-1855). Acesso via. <http://purl.pt/764>.
- Bibliographia da Imprensa da Universidade de Coimbra.* A. M. Seabra dAlbuquerque. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1884).
- Bibliotheca Familiar e Recreativa oferecida à mocidade portuguesa.* Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda. (Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1835-1846).
- Chronica Constitucional de Lisboa.* (Lisboa: Imprensa Regia, 1833-1834).
- Chronista (O), semanário de política, litteratura, sciencias e bellas artes.* Almeida Garret, Lisboa: Imprensa do Portuguez, 1827).
- Colecção Oficial de legislação Portuguesa.* José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1854).
- Correio da Tarde (O): jornal político, litterário e commercial.* (Rio de Janeiro: Typographia a rua da cadeia nº27, 1848-1852).
- Correio das Damas (O): jornal de litteratura e de modas.* J. S. Mengo (edit). (Lisboa: Typ. Lisbonense, 1836-1852).
- Correio Mercantil, e instructivo, político, universal.* J. F. Alves Branco Muniz. (Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1848-1868).
- Correio Paulistano* (São Paulo: Typographia Imparcial, 1864).
- Cruzada (A): jornal religioso e litterario.* D. Antónia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Imprensa União Typographica, 1858).
- Despertador (O).* J. M. da R. Cabral (Rio de Janeiro: Typ. da Associação do Despertador, 1838-1841).
- Diário das Cortes da Nação Portuguesa.* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1822-18??).
- Diário do Rio de Janeiro.* (Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1833-1870).
- Ecco (O): jornal crítico, litterario e político.* (Lisboa: Typ. de A. I. S. de Bulhões, 1835-1840).
- Época (A). Jornal de Industria, Sciencias, litterature e Bellas Artes.* (Lisboa, Typografia da Revista Universal Lisbonense, 1848-1849).
- Esperança (A): semanário de recreio litterario dedicado ás damas.* A. Pereira da Silva. (sl, R. D. César Rei, 1865-1866).
- Gabinete de Leitura, serão das famílias brasileiras, jornal para todas as classes, sexos e idades.* (Rio de Janeiro: Typografia de J. do N. Silva, 1837-1838).

Gabinete de Litteratura e Bellas Artes, Jornal de Instrucção e Recreio. Dedicado ás Senhoras Portuguezas e a todos os Amadores da Gloria Nacional. Antónia Tarzilla Amazilis Pinto. (Lisboa: Typ. De A. S. Coelho, 1841).

Gazeta de Lisboa. José Freire de Monterroio Mascarenhas. (Lisboa: Officina Pascoal da Sylva, 1715-1833).

Grinalda (A), periódico de poesias inéditas. Nogueira Lima e J. M. B. Carneiro (edit). (Porto, Typografia de Sebastião José Pereira, 1833-1857).

Ilustração (A): jornal universal. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1846).

Ilustração Portuguesa. (Lisboa: Typ. do Diario Illustrado, 1884-1890).

Imprensa (A), jornal político e social. (Pernambuco: Typografia Nacional, 1850-1852).

Instituto (O): jornal scientifico e litterario. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1853- 1889).

Intituto: jornal scientifico e litterario. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1853-1981).

Investigador Portuguez em Inglaterra ou jornal literario, político. (Londres: H. Bryer, 1811-1819).

Investigador Portuguez em Inglaterra: jornal literário, político etc. (Londres: T. C. Hansard, 1818).

Íris. José Feliciano de Castilho (Rio de Janeiro: Typographia de L. A. Ferreira de Menezes, 1848-1849).

Jornal de Coimbra. (Coimbra: s.n, 1812-1820).

Jornal do Comércio. (Lisboa: Typ. Do Jornal do Comercio, 1853-1989).

Jornal do Comércio. (Rio de Janeiro: Typografia de J. J. Villeneuve, 1822-1890).

Jornal Portugal Constitucional. (Lisboa: Typografia Rollandiana, 1820-1821).

Lidador(O). José Augusto Correia Guimarães . (Porto: Typ. Da Revista, 1854-1857).

Miscelanea Poética, jornal semanário. (Porto: F. G. da Fonseca, 1851-1852).

Miscelanea Poética: jornal de poesias inéditas. F. J. da Fonseca. (Porto: F. J. da Fonseca, 1851-1854).

Mosaico: jornal d'instrucção e recreio. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1839-1841).

Museo Universal. Jornal das famílias brasileiras. Vol 4-7 (Rio de Janeiro: 1840-1844).

Museu Literário, útil e divertido. (Lisboa: Imprensa Regia, 1833).

Novo Correio de Modas (Rio de Janeiro: sn, 1852-1854).

Oficial do Braz Tisana(O): Jornal Recreativo, critico, noticioso, ilustrativo e totalmente impolítico. (Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1846-1848).

Panorama (O): jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1837-1868).

Passatempo (O). Jornal de Instrução e Recreio para ambos os sexos. (Lisboa: Typografia do Largo do Contador Mór nº1, 1837-1838).

Periódico dos Pobres do Rio de Janeiro. (Rio de Janeiro: Typ da Rua de Ourives, 1850-1856).

Periódico dos Pobres no Porto. (Porto, Imprensa na rua dos Lavadouros no 16, 1834-1858).

Pirata (O), jornal crítico literário. Manuel Duarte Monteiro. (Porto: s. n, 1850-1851).

Portugal Constitucional. Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (Lisboa: Typografia Rollandiana, 1778-1826).

Ramalhete: jornal d'instrução e recreio. (Lisboa: Imp. De C. A. S. de Carvalho, 1837-1844).

Recreio (O): Jornal das famílias. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1835-1842).

Restauração da Carta (A). J. H. Guedes. (Lisboa: Typ. De Silva, 1846).

Revista Contemporânea de Portugal e Brasil. José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, (Lisboa: Imprensa Nacioal, 1854).

Revista de legislação e jurisprudencia. Manuel de Oliveira Chaves e Castro. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868).

Revista Universal Lisbonense, jornal dos interesses physicos, moraes e literários por uma sociedade estudiosa. António Feliciano de Castilho. (Lisboa: Typographia de J. A. S. Rodrigues, 1841-1853).

Revolução de Setembro (A). José Estevão Coelho de Magalhães, dir; António Rodrigues Sampaio, red. (Lisboa: Typ. J. B. da A. Gouveia, 1840-1901).

Sete de Abril. (Rio de Janeiro: Typografia a rua atrás do hospício, 1833-1839).

1.2.2. Livros e panfletos

***. *Os efeitos da Vingança, conto Moral.* Por ***. (Lisboa: Impressão Régia, 1817).

***, trad. *A infidelidade vingada, conto moral traduzido do francez por ***.* (Lisboa: Imprensa Regia, 1818).

_____. *As mãis rivaes, ou a calunnia. Novella traduzida do francez por ***.* (Porto: Imprensa de Coutinho, 1836).

*** [Ana do Carmo Pessoa], trad., *O novo mez de Maria ou o mez de maio consagrado á gloria da Mãe de Deos por um Sacerdote da Diocese de traduzido e adicionado por ***.* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1839).

*** [D. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides], trad. *Archambaud e Batilde, ou a escrava rainha,* (Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854 [1817]).

- _____, trad., *A Interessante Agnes e seu pai*. (Lisboa: Imprensa Regia, Lisboa, 1830).
- _____, trad., *O Sítio da rochella , ou o Infortunio e a Consciência /traduzido por ****
(Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, 1834, 1842, 1869).
- ***, D. L, trad. *O combate as paixões. Novella traduzida do Francez por D. L.****. (Lisboa: Imprensa Régia, 1816).
- Abrantes, Duchesse de. *Mémoires de la Madame la duchesse d'Abrantes ou Souvenirs Historiques sur Napoléon, lá revolution, le directoire, le consulat, l'empire et la restauration*. (Paris: Librairie Garniers Frères, 1837-1838) e (Bruxelles: Société Belge de Librairie, 1837).
- Alorna, Marquesa de. *Obras poeticas de D. Leonor D'Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marqueza d' Alorna, Condessa d'Assumar, e d' Oeynhausen, conhecida entre os poetas portugueses pelo nome de Alcipe*. (Lisboa: Impr. Nacional, 1844).
- _____. *Parafrase dos salmos*, (Lisboa: Imprensa da Rua dos Fraqueiros, 1833).
- Algumas traducções das linguas Franceza, Italiana e Ingleza por D. Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Vellasco. 1.Carolina, historia polaca traduzida da lingua francesa,131 p. - 2.Cartas de Jacopo Ortis traduzidas da lingua italiana,114 p. - 3 O orphão, pequeno extracto das obras do venerado padre John Tood, vertido da lingua inglesa*, (Rio de Janeiro: Typ. de B. X. Pinto de Sousa, s.d.).
- Ancelot, Madame; Silva, D. Ana Henriqueta Froment da Motta e, trad., *Emerance* (Lisboa: Typ de Lucas Evangelista, 1844).
- Andrade, Januária Joaquina Freire de. *Epigrama. (Ad. Augustissimum Josephum Primum Fidelissimum Lusitaniae Regem Fortunatissima Natalis die, simul ac Collocationis Regiae Equestrisque Statue Ejus)*. (s.l. sd.).
- _____. *Epigrama. (Ingeniosissimo Bartolomaeo da Costa Josephi I. Portugaliae, et Algarbiorum Regis Fidelissimi memorabilem ex aere Statuam Equestrem incomparabili arte statuenti)*.(1775).
- Annos, Huma menina de 15. *A conversa da lealdade com a ingratição sobre a condição dos homens. Pequena obra para entreter, e servirão mesmo tempo de guia a todas as senhoras. Escripita por huma menina de 15 annos*. (Lisboa: Imprensa da Alcobia, 1824).
- Arnauld, Mr; ..., trad. *A Nova Amazona. Novella histórica escripita no idioma francez por Mr. Arnauld, e traduzida em portuguez por ...* .(Lisboa: Impres. De S. António da Sé, 1833).
- Avondano, Maria Francisca. *Annual historico e politico de Portugal e Brasil, enquanto reino unido e até o presente*. (Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854). Acesso via «<https://archive.org/details/annualhistorico00avongoog>».

- Azares da fortuna (Os), ou a história de Roberto, o provençal.* (Lisboa: Typografia Rollandiana, 1818).
- Baiana, Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Mello. *Conselhos e avisos de huma mãe a seus filhos* (Lisboa: Offic. De Joaquim Thomas de Aquino Bulhões, 1812).
- Balbo, Adriano. *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve: comparé...*, Vol 2, (Paris ; Rey y Gracie, 1822).
- Balsemão, viscondessa de. Catharina Michaela de Souza Cezar e Lencastre. *As solidões: poema do barão de Cronegk extrahido e traduzido da escolha de poesias alemmans de M. Huber e Algumas poesias portuguezas feitas em 1835 ao Bussaco.* (Coimbra, Bussaco: Imprensa do Trovão, 1835).
- _____. *Soneto de D. Catharina Michaela de Souza Cezar e Lencastre, Dama de São João de Jerusalem e Primeira Viscondessa de Balsemão. Por ela feito, e recitado em seus ultimos momentos. Glossado por Francisco Joaquim Bingre.* (Aveiro, Typographia do Gov. Civil, 1846).
- _____. *Soneto que recitou no real Theatro de S. João da Cidade do Porto. Ela feliz Acclamação de suas magestades fidelissimas no sempre memoravel dia 4 de junho de 1823... D. Catharina, Viscondessa de Balsemão.* (Lisboa: Typ Silviana, 1823).
- Barandas, Nieves; Lacerda, Bernarda Ferreira de. *Mujer, escritura y fama: la Hespaña Libertada (1618).* (Alicate: Biblioteca Virtugal Miguel de Cervantes, 2014). Acesso via »<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcvx282>«.
- Bastos, Francisco António Martins. *Á transladação dos preciosos restos mortaes da Illustrissima Senhora D. Maria Gertrudes de Andrade para o jazigo, que seu Illustre Esposo e Senhor, Jozé Ignacio de Andrade mandou fazer no cemitério dos prazeres. Canto Funebre.* (Lisboa: Imprensa de C. A. da Silva Carvalho, 1846).
- Breyner, Teresa de Mello. *Osmia. Tragedia de Assumpto Portuguez em cinco actos. Coroada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790).
- Brito Aranha, Pedro Wenceslau de Brito. *Factos e homens do meu tempo: memorias de um jornalista,* (s.l, A. M Pereira, 1908), Tomos II e III.
- Browne, Maria da Felicidade de Couto. *Poesia na partida de Carlos Alberto, Folha Volante* (sl: sn., sd). Acesso via <http://leitormais.blogspot.pt/2012/04/maria-da-felicidade-do-couto-browne-na.html>.
- _____. *Sóror Dolores* (Porto: Gandra & Filhos, 1849).

- _____. *Virações da Madrugada* (sl: sn, 1854). Acesso via «<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044004871463;view=1up;seq=11>».
- C.... Duqueza de. *Constância Feminina ou Aventuras da Duqueza de C... escriptas por ela mesma e traduzida do inglez.* (Lisboa: Typografia de J. A. S. Rodrigues, 1840).
- C, D. F. de P. P. [D. Francisca Paula Possolo da Costa] , trad., *Conversações sobre a pluralidade dos mundos por Fontenelle;* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841).
- _____. *Francília, Pastora do Têjo. Poesias de D. F. P. P. C* (Lisboa: Impressão Regia, 1816).
- C., D. S (sic.) P. P. C [D. Francisca Paula Póssolo da Costa]. *Henriqueta de Orleans ou o Heroísmo.* (Lisboa: Impressão Regia, 1829).
- C, G. A. da [Gertrudes Angélica da Cunha]. *Collecção curiosa de varias producções poeticas de G. A. Da C.: a que ajunta o monologo tão applaudido no seu debute, em Janeiro de 1835, quando de novo voltou ao theatro do Porto.* (Porto : Imprensa de Gandra & Filhos, 1835).
- Cadet, Maria Rita Chiappe. *Versos.* (Lisboa: Typografia de Castro Irmão, 1870).
- Cambiaxi, Maria Margarida Pereira. *Poesias de Maria Margarida Pereira Cambiaxi* (Lisboa: Imprensa Régia, 1816): Acesso «via [469](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Cordel&pasta=C3362 &pesq=»».</p>
<p>Canuto, Maria J. S. <i>Noites de Young. Imitação.</i> (Lisboa: Typ da Silva, 1849-1850)</p>
<p>_____. <i>Terceira Conferência no Liceu Nacional: instrução e educação.</i> (Lisboa?: s.n., 1669 (sic) 1869).</p>
<p>Carvalho, Carlota Joaquina Candida. <i>Ao anniversario da linda Costinha, quando a idade a privou da maminha: A illustrissima Senhora D. Anna Maria da Costa, em seu dia natalizio...</i> (Lisboa: Imprensa Régia, 1825).</p>
<p>Carvalho, Maria Amália Vaz de. <i>Arte de viver na sociedade.</i> (Lisboa: Colares editora, 2003[1895]).</p>
<p>Casal, condessa do. <i>Branca: drama em quatro actos e oito quadros produção e engenho da Condessa do Casal</i> (Porto: Typ S. J. Pereira, 1847).</p>
<p>_____. <i>Poema épico dedicado à nação portuguesa/ pela baronesa do Casal.</i> (Braga. J. H. d'O. M, 1842).</p>
<p>_____. <i>Soneto Hispanhol da Condessa do Casal D. Margarida/ pref. Pereira Caldas</i> (Braga, 1887).</p>
<p>Castilho, António Feliciano de. ‘Vivos e Mortos’. In. <i>Obras completas de António Feliciano de Castilho.</i> Tomo VIII, Vol 1 (Lisboa: Livraria moderna e typographia, 1904).</p>
</div>
<div data-bbox=)

- _____. 'Conversação preambular pelo Visconde de Castilho'. In. Ribeiro, Thomras. *D. Jaime, poema*. (Porto: Livraria Chardron de Lélo & Irmão, 1916).
- _____. *Lisboa Antiga*, (Lisboa: Bertrand, 1904).
- Castro, Matilde Leão d'Assis Pereira da Cunha e. *Afra: romance original* (Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier da Sousa, 1856).
- Chagas, Feliciano Maria. *Aviso ao público*. (Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1831).
- Collecção dos decretos, resoluções e ordens das cortes geraes, extraordinárias e constituintes da nação portugueza*. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822).
- Combes de Patris, B. *Pauline de Flaugergues et son oeuvre*. (Paris: E. de Boccard, 1927).
- Conselheiro secreto das damas (O) Segredos de toucador e receitas infalliveis para conservar e embelecer as diversas partes do corpo*. (Paris: Typographia de Pillet Aine, 1840).
- Conselhos de um pai para seu filho; seguidos de várias máximas escolhidas de diversos auctores francezes, para uso dos meninos*. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821).
- Cooper, o americano; G., C. E. da, trad. *Leonel Lincoln ou o Certo de Boston*". Tradução de C. E da C. G. (Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1848-1849).
- Cunha, Anastácio José da. *Composições Poéticas*, (Lisboa: Typographia Carvalhense, 1839).
- Cunha, G. A. da [Gertrudes Angélica da Cunha], *Oh que apuros! ou O noivo em mangas de camisa : comedia em 1 acto* (Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de Paula Brito, 1842).
- Cunha, Gertrudes Angélica da. *Miscelania Constitucional* (Lisboa: Typ de Bulhões, 1826).
- _____. *Norma : tragedia em tres actos; A feliz mudança de sexo ou Quanto podem as boas maneiras : comedia em um acto; O noivo do Algarve ou Astucias de dous ladinos: comedia tambem em 1 acto*. (Rio de Janeiro [sic] :Typographia de Teixeira e C^a, 1848).
- Cunha, Delfina Benigna da. *Poesias offerecidas ás Senhoras Rio-grandenses, por sua patricia D. Delfina Benigna da Cunha* (Rio de Janeiro: Typografia Austral, 1838).
- Dagge, Guilherme de la Poér. *Convento de Nossa Senhora dos Remédios dos frades carmelitas descalços Marrianos em Lisboa. Precedida de um estudo biográfico ácerca de Salvador Corrêa de Sá e Benevides e seu jazigo*. (Lisboa: Typ de Castro Irmão, 1872).
- Discreto, hum. *A malícia das mulheres ou embustes femininos, obra que contem muitos lances comicos e divertidos, estratagemas, astucias, replicas, exemplos de presença despírito, artificio, enganos e infidelidades do sexo publicada por hum discreto*. (Paris: Pommeret e Guénot, 1842).

- Dumas, Alexandre; Silva, D. Ana Henriqueta Froment da Mota e, trad., *Trez homens fortes* (Lisboa : Typ. de Lucas Evangelista (Tomo I) : Typ. de A. F. Alcobia (Tomo II), 1850-1851).
- Dumas, Alexandre; Silva, D. Anna Henriqueta Froment da Motta e, trad., *Paulina* (Lisboa : Typ. de José Baptista Morando, 1844).
- Dumas, Alexandre, Aragão, D. ona J. P., trad. *Huma filha do regente. Por Alexandre Dumas. Vertida do frances por Dona J. P. Aragão.* (Lisboa: Typografia Cesariana, 1845).
- Duriense, Elpino. *Poesias.* Elpino Duriense. Tomo 1. (Lisboa: Impresão Regia, 1812).
- Emília, *História de Emilia, escrita por ella mesma.* (Lisboa: s.n, 1817).
- Etelvina, ou a Historia da Baroneza de Castle-Acre. Traduzida em portuguez.* (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1816).
- Etelvina, pelo autor de; ***, trad. *Mathilde de Edmonville. Traduzida do francez* (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1817).
- Faca, Zacharias. *Academia das mulheres ou O liberalismo do século. Combatido até pela fraqueza deste sexo (...). Dada á luz pelo Bacharel Zacharias Faca, advogado em Coimbra, mas natural da Villa de Belver. Dedicado a S. M. A Senhora D. Carlota Joaquina, rainha dos Reinos-Unidos, Portugal, Algarves e Brasil, etc.* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1823).
- Figueiredo, Catarina Maxima de. *A última Instância: colecção de pequenos escriptos em prosa e verso* (Porto: Alcino Aranha, [188-]). Com prefácio de Xavier Rodrigues Cordeiro. Foi o último livro da autora.
- _____. *Extracto de um Albúm: Collecção de poesias".* (Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1866).
- _____. *Fragments de prosa e verso.* (Lisboa: Off. Eduardo de Carvalho, 1884).
- Flaugergues, Pauline de, trad. *La Violette D'Or. Imité del anglaise par Madem^{elle} Pauline de Flaugergues.* (Paris : Désirée Eymery, 1835). Acesso via <<https://books.google.pt/books?id=beWnM3vxt8sC&pg=PA5&lpg=PA5&dq=%22la+violette+d%27or%22&source=bl&ots=Uw-ES5AouF&si1g=NUqkzdl2rQSIYxXw4xt4Vf2G-xQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiy82R5MPPAhWFpx4KHeFhCZ8Q6AEIGzAA#v=onepage&q=%22la%20violette%20d'or%22&f=false>>.
- _____. *Au borde du tage.* (Paris: Olivier- Fulgence, 1841) e (Paris : Paul Renduart, 19--). Acesso via <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61161213.r=flaugergues?rk=85837;2>>.

- _____. *H. de Latouche*. (Sceaux : Impr. de E. Dépée. Sceaux, 1853). Acesso via «<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5617918p.r=flaugergues?rk=42918;4>».
- _____. *Les Epaves*. (Sceaux: Imprimerie Charaire et fils, 1873). Acesso via «<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6372114v.r=flaugergues?rk=21459;2>».
- Florian, Mr; ***, trad. *Pedro. Novella alemã, escripta na língua franceza, por Mr. Florian, e traduzida na portugueza*. (Lisboa: Typografia Rollandiana, 1819).
- França, Maria Fillipa Máxima de. *Memória offerecida as Sras. Brasileiras*. (Rio de Janeiro: Typografia de Torres, 1826).
- G., B. A. [Bernardino António Gomes]. *História justificativa da reclusão de D. Leonor Violante Roza Mourão no convento de Sant'Anna com os respectivos documentos* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1821).
- G., B. A. [Bernardino António Gomes]. *Memoria sobre os meios de diminuir a Elephantiasse em Portugal, e de aperfeiçoar o conhecimento e cura das doenças cutaneas. Offerecida ás Cortes de Portugal*. (Lisboa: Off. de J. F. Monteiro de Campos, 1821).
- G., C. E. da C., *Christina de Stainville. Ou os Efeitos da Boa ou Má Educação* (Lisboa: Typografia de J. J. de Salles, 1850).
- Gautier, Madame; Macedo, D. Maria Emilia de, trad., *Os Amores de Camões e de Catharina d'Athaide; traduzidos do francez por D. Maria Emilia de Macedo*. (Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1844).
- Genlis, condessa de; Anonyma, huma, trad. *Os battuecas. Obra escripta em francez pela condessa de Genlis e vertida em portuguez por 'huma anonyma'*. (Lisboa: Impressão Régia, 1833).
- Genli, Madame; *** [D. Maria Leonor de Correia de Sá e Benevides], trad., *Os Votos temerários, ou o entusiasmo traduzidos por ****. (Lisboa: Impressão Régia, 1819).
- Gomes, Bernardino António. *Analyse das sentenças proferidas pelo tribunal pelo tribunal da nunciatura, no pleito de divorcio proposto por D. Leonor Violante Roza Mourão, a Bernardino Antonio Gomes* (Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves, 1822).
- Gomes, Maria Amália Garcia de Sousa. *Relação de exéquias que nos dias 22 e 23 de setembro do ano de 1816 se celebrarão em Lisboa, no real convento do Santissimo Coração de Jesus, pela sentida morte de nossa augustissima soberana e senhora D. Maria I que foi ocular testemunha a auctora*. (Lisboa: Imprensa Régia, 1819).
- Graffigny, Françoise de; senhora, Huma [Mariana Antónia Maldonado], trad., *Cartas de huma peruviana traduzidas do francez na lingua portugueza por huma senhora*. (Lisboa : Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1802) e (Lisboa: Na Typ Rollandia, 1828).

- Gusmão, Julia de, trad. *Desaparecido*. (Lisboa, Nacional editora, 1841?).
- Hangarth, William; Flaugergues, Pauline de, trad. *La Grèce. Poëme*, Traduit de l'Anglais par Mlle Pauline Flaugergues (Paris: Achille Désauges Libraire, MDCCCXXVII).
- Henrique Riviere; José Fernandes Ribeiro, trad. *A mão cortada romance marítimo por Henrique Riviere. Traduzido livremente por José Fernandes Ribeiro*. (Porto: Imprensa Popular de J. L de Sousa, 1863).
- Inchbald, Eliabeth. *Lover's Vows: A Play in Five Acts*. (Teddington: Echo Library, 2007 [1793]).
- Jacob, Paulo J; ***, trad. *O filho do tabelião. Escripto em francez por Paulo J. Jacob e traduzido por ****. (Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1851).
- Jequetinhonha, Mariana Angelica de Toledo Marcondes de Montezuma, viscondessa de. *A viscondessa de Jequetinhonha ao público*. (Rio de Janeiro: Typ. Americana de J. Soares de Pinho, 18??).
- Junior, D. Maria Clara. *Lindoro e Palmira ou os Amantes perseguidos, novella portugueza, oferecida ás senhoras portuguesas por D. Maria Clara Junior*. (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1817, 1833).
- Lambert, Marquesa de; ***. [D. Maria Leonor Correa de Sá e Benevides], trad., *Avisos de uma Mãe a seu Filho*. (Lisboa: Imprensa Regia, 1818).
- Leão, Desidério Marques. *Jornal Poético, ou Colecção das Melhores composições em todo o género, dos mais insignes poetas portugueses. Tanto impressas, como inéditas, OFFERECIDAS AOS AMANTES DA NAÇÃO POR DESIDERIO MARQUES LEÃO*. (Lisboa: Livreiro do Calharis, Impressão Régia, 1812).
- Lima, Maria Amália Gouveia Pinto Bezerra de, *Duas odes, que se fizeram por ocasião da injusta queixa, que alguns emulos... dirigião dous A. S. M. contra o corregedor da comarca de Portalegre Antonio Joaquim Gouvêa Pinto* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1822).
- Lobo, Joaquina Candida de Sousa Calheiros. *Catecismo religioso, moral e político para instrucção do cidadão português* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822).
- M, Madame de S. *O menino da Praça Nova ou as Aventuras do Duque de *** por Madama S. M. traduzido do Francez*. (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1832).
- M, N.A.P.P. (sic) [Mariana Antónia Pimentel Maldonado] *O nome [libreto]: elogio dramático por N.A.P.P.M. (sic) Versos, que pelo mesmo plausível motivo, juntos com o drama, se distribuirão no dito Theatro* (Lisboa: Of. de Joaquim Thomas de Aquino Bulhões, 1813).

- Macedo, José Agostinho. *A Senhora Maria, ou nova impertinência* (Lisboa: Imprensa Régia, 1810).
- Malícia as mulheres. Obra novamente feita. Na qual se tratão muitas sentenças, e autoridades ácerda da Malícia, que há em algumas dellas; e assim trata como duas Mulheres enganarão seus maridos graciosamente.* (Lisboa: Typ. De António Lima de Oliveira, 1827).
- Maria, Anna. *A açucena de Israel* (Porto: Typografia de Sousa Faria, 1847).
- Montesquieu; Portugueza, huma. *O templo de Gnido, trad. De Monstesquieu por huma portugueza.* (Pari: Tastu, 1767, 1828).
- Mourão, Leonor Violante Roza. *Defesa contra o Sr. Bernardino Antônio Gomes* (Lisboa: Impressão de João Batista Morando, 1822).
- Nacional, Huma sua. *Historia Georgiana, ou A constancia: novella escrita e offerecida às Senhoras Portuguezas por huma sua nacional.* (Lisboa: Typ. de J. F. M. de Campos; 1824).
- Neuville, Josefina de. *Memórias da minha vida: recordações da minhas viagens por Josephina Neuville dedicadas a minhas filhas offerecidas a **** Vol II. (Lisboa: Typographia do Panorama, 1864). Acesso via «[https://archive.org/ details/memorias daminha02neuvgoog](https://archive.org/details/memoriasdaminha02neuvgoog)».
- Oenhausen, Condessa de [Marquesa de Alorna]. *Ensaio sobre a indiferença em matéria de religião traduzido do Francez em vulgar e deicada a ElRei N. S. pela condessa d'Oenhausen.* Tomo 1. (Lisboa: Imprensa Regia, 1820).
- Oliveira, Josuina Gertrudes de Oliveira, trad., *Zelia no Deserto* (Lisboa: Imprensa. Regia, 1818).
- Orta, Teresa Margarida da Silva e. *Aventuras de Diófanos*, Prefácio e estudo bibliográfico de Rui Bloem (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945).
- _____. *Obra Reunida* (Rio de Janeiro: Graphia Ed. Sério Revisões, 1993).
- P, F. ‘Duas palavras ao leitor’ In Vasconcellos M. M. S. A e [Maria do Monte de Sant’Anna e Vasconcellos]. *O cura de São Lourenço*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1855).
- Perestrello, Josephina Pinto Carneiro. *Factos Notaveis da História Portugueza e biografia do Marquez de Pombal.* (Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1882).
- Ponte, Condessa da. *Correspondência (1834-1880) D. Maria Thereza de Sousa Botelho, Condessa da Ponte e suas filhas.* (Lisboa: Aletheia, 2013).

- Porter, Jane; senhora, Huma [Mariana Antónia Maldonado], trad. *Thaddeo de Varsovia: novella historica, escrita por Miss Porter. Traduzida em português por Huma Senhora* (Lisboa: Typ. Patriota, 1828-1830).
- Porter, Jane; Varsóvia, traductora de Thaddeo de [Mariana Antónia Maldonado], trad. *A Donzella de Malines, do inglez, pela traductora de Thaddeo de Varsóvia.* (Lisboa: s.n, 1837).
- Portugueza, Huma menina [Perpétua], trad., *O triunfo, ou História de hum povo desgraçado pelo vicio, e feliz pela virtude. Composta em francez por Mr. de Montesquieu.* (Lisboa: Officina de Joaquim Thomaz d'Aquino Bulhões, 1801).
- Portugueza, Huma senhora, trad., *Elogio de Marco Aurelio. Feito por Monsieur Thomas.* (Lisboa: Imprensa Regia, 1815).
- _____, trad., *Palemon ou effeitos da saudade : conto pastoril composto na lingua franceza por Marmontel* (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1803).
- _____. *Constancia d'amor na desgraça, ou carta que huma senhora portugueza; surpreendida pelos francezes, escreve a seu marido.* (Lisboa: Impressão Régia, 1811).
- Portugueza, uma, trad. *Collecção de moralidades, trad. do fr. E italiano por huma portugueza".* (Paris: Imp. Joseph Tastu, 1828).
- _____, trad.. *Instrucções de uma mãe a sua filha para o comportamento geral da sua vida; traduzidas do francez por uma portugueza.* (Lisboa: Imprensa Régia, 1815).
- Pinto, Abílio Augusto da Fonseca. *Cartas Selectas* (Coimbra: Impr. da Universidade, 1890).
- Pusich, Antónia Gertrudes. *Biografia de Antonio Pusich* (Lisboa: Lattermant Frères Typ, 1872).
- _____. *Constança. Drama Original em 3 actos.* Representado no Theatro do Gymnasio em 1849. Dedicado a Nação Portugueza por sua auctora D. Antonia Gertrudes Pusich. (Lisboa: Typographia na Rua da Condessa, 1853).
- _____. *O sonho, os gemidos, e os rogos da classe inactiva que recebem a par dos effectivos dedicados ao governo de Sua Magestade Fidelissima em nome da mesma classe.* (Lisboa: Typographia Lusitana, 1844).
- _____. *Olinda, ou a Abadia de Cumnor Place,* (Lisboa: Typografia de G. M. Martins, 1848).
- Ratton, Jacome. *Recordações de Jacome Ratton, de maio de 1747 até set 1810,* (Londres: H. Brier, 1813).
- Ribeiro, Maria Sérvola de Nascimento. *A filha incógnita: romance* (Lisboa: Typographia de Bellas Arters, 1841).

- Rochere, Madame Eugenie de la; *** [D. Maria d'Arrabida Costa e Macedo], trad., *As Castellãs de Roussilon*. (Lisboa: Typografia da Revista Universal, 1851).
- Rousseau, Jean-Jacques. *Émile, ou, De l'éducation*; introdução e anotações de Henry Legrand. (Paris: Larousse, 1914 [1762]).
- _____. *La Nouvelle Héloïse* (Paris: Libraries des Firmin Didot Frères, 1846. [1761]).
- Sá, Ana Amalia Moreira de. *Murmúrios de Vizela*. (Porto: Typ de F. G. da Fonseca, 1861).
- Sá, Maria Leonor Correia de, trad., *A escola da virtude* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1830).
- Santos, João Caetano dos. *Lições Dramáticas* (Rio de Janeiro: Typ de Villeneuve, 1862).
- Schimid, conego; G., C. E. da, trad. *A roseira: imitada de uma obra allemã/ conego Schmid*; trad. C. E. da C. G. (Lisboa: Imp. Nevesiana, 1847) e (Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1860).
- Senhora, Uma, trad. *História de Abdallah e Balsora. Traduzida do inglez em portuguez por Uma Senhora*. (Lisboa: Typographia de M. J. Coelho, 1844).
- _____, trad. *O amigo dos meninos. Contando-lhes histórias Moraes, próprias para despertar nelles o desejo da instrucção, e o gosto da leitura. Traduzidas do francez por uma senhora*. 2ª edição (Lisboa: Typ. De José Baptista Morando, 1855).
- Shelley, Mary. *Frankenstein ou O moderno Prometeu*. (São Paulo: Ediouro, 1973).
- Silva, D. Ana Henriqueta Froment da Mota e, trad., *Maria Menzikof e Fedar Dolgorouki. História russiana*. (Lisboa: Academia das Bellas Artes, 1840).
- Silva, Joana Margarida Mancia Ribeiro da Silva. *Obra poetica de D. Joanna Margarida Mancia Ribeiro da Silva, em que descreve a sua vida* (Lisboa: Impressão Regia, 1815).
- _____. *Collecção Nova de Poesias* (Lisboa: Imprensa Régia, 1812-1813).
- _____. *Composições Poéticas em elogio a sua magestade o Sr. D. Pedro IV* (Lisboa: Impressão Regia, 1826).
- _____. *Elogio ao Illmo e Ex^{mo} Senhor Wellesley, General Chefe das Tropas Britanicas* (Lisboa: Impressão Regia, 1813).
- _____. *Poesias Lyricas* (Lisboa: Imp. Regia, 1820).
- _____. *Poesias Ternas*. (Lisboa: Imprensa Régia, 1826).
- _____. *Invasão da Russia, destroço do exercito francez na memorável campanha de 1812. Resumo histórico traduzido livremente, e adicionado com observações e notas extrahidas dos Officios Ministeriais públicos, e colhidos pelo testemunho ocular de pessoas sensatas, e fidedignas* (Lisboa: Imprensa Regia, 1817).
- Silva, Luís Duarte Vilela da. *Elogio da Illustrissima Excelentissima Senhora D. Margarida Telles da Silva, Marqueza de Borba*. (Lisboa: Imprensa Régia, 1820).

- Sor, Charlotte de; Silva, D. Anna Henriqueta Froment de Motta e, trad., *A mulher mais feliz do mundo*. (Lisboa: Typografia Liberal, 1847).
- Soulié, Frederico; Silva, D. Ana Henriqueta Froment da Motta e, trad., *De dia para dia*, 8°. (Lisboa, 1845).
- Sousa, Maria Peregrina de. *Henriqueta: romance original. com Biographia pelo Visconde de Castilho (1800-1875)* (Porto: Antonio Leite Cardoso Pereira de Mello, 1876).
- _____. *Maria Isabel* (Porto: Typ José Pereira da Silva, 1866).
- _____. *Radhamento ou A mana do Conde* publicado com *Roberta ou a Força da sympathia*. (Lisboa: Typ de Castro Irmão, 1863). E (Rio de Janeiro: publicado a expensas da Sociedade Madrepérola do Rio de Janeiro; 1863).
- _____. *Retalho do mundo* (Porto: Typ Constitucional; 1859). Editado por Eduardo Pereira Barbosa
- Staël, Madame; C, D. F. P. P. [D. Francisca Paula Possolo da Costa], trad., *Corina ou a Italia por Mme. de Staël; trad. da setima edição por D. F. de P. P. C.* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1834).
- Staël, Madame; Silva, D. Ana Henriqueta Froment da Motta e, trad., *Delfina* (Lisboa: Typ. da Viuva Rodrigues, 1843).
- Stainville, Autora de Christina de [C. E. da C. G.] *Eulalia, ou o amor filial* (Lisboa: Typ de Salles, 1855-1856).
- _____, *Lord Clifton, ou a Providência. Romance original pela sutora de Christina de Stainville ou os Efeitos da Boa ou Má Educação*. (Lisboa: Typografia de J. J. de Salles, 1853).
- Supico, Francisco Maria. *Almanach do archipelago dos Açores para 1865* (Ponta Delgada: Typ da Persuasão, 1864).
- Torres, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e; Pereira, Manuel de Castro. *Resenhas das famílias titulares do Reino de Portugal, acompanhada das notícias biographicas de alguns indivíduos das mesmas famílias*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1838).
- Trémadeure, Mlle S. Ulliac; senhora, outra. *Segredos de interior de família: um casamento. Obra imitado do inglez por Mlle S. Ulliac Trémadure e traduzida do francez por Outra Senhora*. (Lisboa: Typographia de J. B. Morando, 1849).
- Valleré, D. Maria Luísa de. *Elogio Historico de Guilherme Luiz Antonio de Valleré. Éloge Historique de Guillaume - Louis Antoine de Valleré Publicado de novo, com várias anotações...* (Paris: Firmin Didot, 1808).

Vasconcelos, José Máximo de Castro Neto Leite e. *Collecção Official da Legislação Portuguesa* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1854).

Vasconcellos, M. M. S. A e. *A cura de S. Lourenço*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1855).

Vila Maior, viscondessa de. *Poesias Lyricas Selectas de Luiz de Camões* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876).

Virtude, Hum defensor da. *Resposta a analyse que Bernardino Gomes... Por hum defensor da Virtude*. (Lisboa: Impr. João Batista Moranda, 1822).

1.2.3. Obras publicadas posteriormente

Alcoforado, Mariana. *Cartas Portuguesas* (Porto Alegre: L & M. Pocket, 2007).

Alorna, Marquesa de. 'A Jesus Cristo' in Regio, José. *Cristo*. (Lisboa: Editorial Estudios, s.d).

Alorna, Marquesa de. *Musa feminina: Marquiza d'Alorna, A sua vida e a sua obra*. Coleção Patrícia. (Lisboa: Empreza do Diário de Notícias, 1925).

_____. *Obras poeticas de D. Leonor D'Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marquiza d'Alorna, Condessa d'Assumar, e d' Oeynhusen, conhecida entre os poetas portugueses pelo nome de Alcipe*. (Lisboa: Impr. Nacional, 1844).

Alorna, Marquesa de; Anastácio, Vanda (org.). *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)* (Lisboa: Edições: Colibri, 2007).

_____. *Sonetos da Marquesa de Alorna*. (Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007).

_____. 'D. Leonor de Almeida Portugal As Cartas de Chelas.' In. Vanda Anastácio (org.). *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*. (Lisboa: Fundação Fronteira e Alorna, 2015), pp. 45-53.

Alorna, Marquesa de; Castro, Aníbal Pinto de. 'Uma carta inédita da Marquesa de Alorna'. *Separata da Revista de História Literária de Portugal*, vol IV. (Coimbra: Coimbra Editora, 1975), pp. 405-412.

Alorna, Marquesa de; Cidade, Hernâni, *A Marquesa de Alorna. Sua vida e obras. Reprodução de algumas cartas inéditas* (Porto: Livraria Sá da Costa, 1930).

_____. *Inéditos. Cartas e outros escritos. Selecção, prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade*. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1941).

_____. *Poesias. Selecção, prefácio e notas do prof. Hernâni Cidade*. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1960).

Alorna, Marquesa de; Vicente, António Pedro. 'Cartas e Apontamentos inéditos de Alcipe'. In. Vanda Anastácio (org.). *Correpondencias (usos da carta no século XVIII)*. (Lisboa: Fundação Fronteira e Alorna, 2055), pp. 55-73.

- Alorna, Marquesa de; Vicente, António Pedro. 'Cartas e Apontamento inéditos de Alcipe', In: Monteiro, Nuno Gonçalves; Almeida, Teresa de Sousa; Anastácio, Vanda (orientação). *Correspondências - Usos da Carta no século XVIII*. (Lisboa: Edições Colibri, 2005), pp. 55-73.
- Alva, Condessa de. Mariana de Sousa Holstein; Ventura, António (org.). *'Um olhar feminino sobre Portugal'. D. Mariana de Sousa Holstein. Condessa de Alva. Cartas a sua irmã Teresa (1814-1819)*. (Lisboa: Livro Horizonte, 2006).
- Anastácio, Vanda (org.). *Uma Antologia Improvável: A escrita das mulheres (séculos XVII a XVIII)* (Lisboa: Relógio D'água, 2013).
- Austen, Jane. *Persuasion* (Londres: Barnes & Nobles, 2013).
- Aranha, Francisco Xavier do Rego. *Badajoz y Elvas en 1811: Crónicas de Guerra: Cartas de Francisco Xavier do Rego Aranha a D. Maria Luiza de Valleré (9 de enero- 17 de junio de 1811)* (Badajoz; E. Luis Alfonso Limpo Piris, 2011).
- Atouguia, condessa de; Cordeiro, Valério A (comp.), *A Última condessa de Atouguia. Memórias Autobiográficas*. (Santa Teresa: Pontevedra, 1916).
- Augusta, Nísia Floresta Brasileira. *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. (São Paulo: Cortez, 1989 [1832]).
- _____. *Fragmentos de uma obra inédita. Notas biográficas*. (Brasília: UNB, 2001).
- Balsemão, Viscondessa de; Topa, Francisco. 'Um soneto da Viscondessa de Balsemão seguido de uma réplica de seu marido'. *Revista da Faculdade de Letras, línguas e Literaturas*. nº XVII (Porto, 2000), pp. 455-457.
- Branco, Antónia Margarida de Castelo. *Autobiografia 1652-1717*. (Lisboa: Imprensa Nacional, 1983).
- Costa, Avelino Jesus da. *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. (Coimbra: Faculdade de Letras, 1993).
- Ferreira, Manuel. *A Illustre Marquesa de Ponta Delgada* (Ponta Delgada: s.n., 1991).
- Gama, Joana da. *Ditos de Freira*, Apresentação, notas e fixação de texto de Anne-Maria Quint. (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2010 [1555]).
- Gougues, Olympe de; Barradas, Ana, trad., *Direitos da mulher e da cidadã*. (Lisboa: Ela por ela, 2002).
- Pimpão, Álvaro J. da Costa. 'Castilho e Pauline de Flaugergues: um encontro romântico'. Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa ano V. nº17-18. (Coimbra, 1959).
- Pisan, Christine de. *O espelho de Cristina*. Edição fac-similada. (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1987).

_____. *A cidade das Mulheres*. (Lisboa: Coisa de Ler Edições, 2007).

Ponte, Condessa da. Maria Teresa de Sousa Botelho,; Castelo Branco, Theresa M. S. de (Org.), *Correspondência (1833-1880). D. Maria Thereza de Sousa Botelho. Condessa da Ponte e suas filhas* (Lisboa: Aletheia, 2013).

Rio Maior, Condessa de; Monica, Maria Filomenica. *Isabel, Condessa de Rio Maior: Correspondência para seus filhos 1852/1865* (Lisboa: Quetzal, 2004).

Sousa, Maria Peregrina de. *Tradições populares do Minho*, ed. de J. Leite de Vasconcellos na (sl.: s.d , 1900).

Tellesilla, [Nísia Floresta Brasileira Augusta]. *A lágrima de um caheté*. (Rio de Janeiro: Typographia de L. A. de F. de Menezes, 1849).

Velasco, D. Violante Ataliba Ximenes de Bivar e. *Algumas traduções das línguas franceza, italiana e inglesa por D. Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco natural da Bahia ex-redactora chefe do Jornal das Senhoras, outrora publicado na corte, socia honoraria do Conservatório Dramático Brasileiro*. ((Rio de Janeiro: Typ. de B. X. Pinto de Sousa, 1822).

Wollstonecraft, Mary, *A Vindication of the Rights of Women*. (New York: W.W. Norton & Company, 1975 [1792]).

2. Bibliografia

2.1. Instrumentos Auxiliares

Andrade, Adriano de Guerra. *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999).

Barros, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal* Vol. 1 e 2 (Lisboa: s.n, 1924).

Campos, Cláudia de. *Mulheres: Ensaios de Psychologia Feminina*. (Lisboa: M. Gomes Editor, 1895).

Cardoso, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas*. (Lisboa: Livraria Científica, 1917).

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2005).

Catálogo alfabético dos livros: opúsculos e manuscriptos pertencentes a Biblioteca Pública de Ponta Delgada. (Ponta Delgada: Typografia A. das L. Açorianas, 1860).

Catálogo d'alguns livros que Viúva Bertrand e Filhos mandarão imprimir por sua conta, e de outros que teem de sortimento, e se vendem na sua loja, junto á Igreja de Nossa Senhora dos Martyres, nº45. (Lisboa: Viúva Bertrand e filhos, 1838, 1846).

- Catálogo da Biblioteca Pública Municipal do Porto.* (Porto: Typ de M. J. Pereira, 1893).
- Catálogo da Bibliotheca Pública de Guimarães.* (Guimarães: Typographia de A. da J. Silva Teixeira, 1888).
- Catálogo da Colecção de Miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.* 10 volumes (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1867-1988).
- Catálogo da Importante e Copiosa Biblioteca dos Marquezes de Castello Melhor.* (sl: Typografia. Editora de M. Moreira, 1878).
- Catálogo da Rica e Preciosa Livraria que faz parte do espólio da falecida Exma. Sra. Condessa de Azambuja.* (sl: Imprensa Liranio da Silva, 1909).
- Catálogo de livros que se vendem na Loja de João Henrique na rua Augusta nº1.* (Lisboa: s.n, 1831).
- Catálogo do Museu Rafael Bordalo Pinheiro.* (Lisboa: Typografia Universal, 1919).
- Catálogo dos livros da Biblioteca Fluminense.* (Rio de Janeiro: Tipografia Thevenet, 1866).
- Catálogo dos Livros que António Marques da Silva mandou imprimir, e de outros que tem em sortimento e se vendem nasua loja na Rua Augusta nº2 em Lisboa.* (Lisboa: s.n, 1842).
- Catálogo dos livros que se achão de venda em Lisboa, na loja de Francisco Xavier de Carvalho, do Chiado, defronte da rua de S. Francisco.* (Lisboa: s.n, 1828).
- Catálogo dos livros raros manuscriptos e impressos que compunham a Biblioteca de Sr. G*** e que hão de ser vendidos em leilão.* (Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1867).
- Catálogo Methodico da livraria dos marquezes de Sabugosa, condes de São Lourenço.* (Lisboa: Impressão Lucas, 1904).
- Catálogos dos Livros que foram do falecido Senhor João Antóio de Souza Guimarães e que hão de ser vendidos em leilão no dia 21 e seguinte de fevereiro do futuro ano de 1879, desde 4 até as 8 horas da tarde, na rua da Picaria, nº49 da cidade do Porto.* (Porto: Typografia de Sebastião José Pereira, 1869).
- Costa, António da. *A mulher em Portugal. Obra Posthuma publicada em benefício de uma creança* (Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1892).
- Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas.* (Florianópolis: Editora Mulheres, 2009).
- Lapa, Albino. *Dicionário de Pseudónimos.* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1980).
- Leal, Maria Ivone. *Um século de periódicos femininos: Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926.* Cadernos Condição Feminina n.º35. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. (Lisboa: Codex, 1992).

- Lisboa, Eugénio (Coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. 4 volumes (Lisboa: Publicações Europa-América, 1994).
- Lousada, Isabel. *Para o estabelecimento de uma bibliografia britânica em Português. 1334-1900*. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 1998).
- Oliveira, A. Lopes de. *Escritoras Brasileiras Galegas e Portuguesas*, (Braga: Tipografia Silva Pereira, 1983).
- Oliveira, Américo Lopes. *Dicionário de Mulheres Celebres*. (Porto: Lello & Irmãos, 1981).
- Projeto *Escritoras em Português*, (Lisboa: FLUL, Calouste Gulbenkian, 2016). Acesso via «<http://www.escritoras-em-portugues.eu>».
- Projeto *Woman Writers* (ed. Suzan van Dijk). Acesso via «<http://neww.huuygens.knaw.nl/>».
- Rodrigues, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas (1495 - 1834)*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992).
- Romero Ortiz, António. *La literatura portuguesa en el siglo XIX*. (Madrid, Tipographia de Gregorio Estrada, 1869).
- Senhoras do Almanaque (As). Catálogo da Produção de Autoria Feminina: Almanaque de Lembranças, Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, Novo Almanaque de Lembranças*. BNP/ Clepul. Lisboa. 2015. Acesso via «<http://www.clepul.eu/Ptg/ViewDocument/318>».
- Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. 28 volumes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958).
- Silva, Maria Regina Tavares da. *A mulher: bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)*. (Lisboa: Edições Cosmos, 1999).

2.2. Estudos

- ‘Canuto, Maria José da Silva’. In *Correio da Educação*. Acesso via «<http://correiodaeducacao.asa.pt/122616.html>».
- ‘Rendas de Bilros’. Acesso «via <http://lapsosdetempo.blogspot.pt/2010/11/rendas-de-bilros.html>».
- ‘Lace makers of peniche (The)’. Acesso via «<https://gracelaceandterracotta.wordpress.com/2013/08/16/the-lacemakers-of-peniche-part-1/>».
- Ackerman, Diane. *Uma história natural do amor*. (Lisboa: Vega, 1997).
- Acosta Samper, Soledade. *La mujer en la sociedad moderna* (Paris: Garnier, 1895).
- Actas de Coloquio. Escrita de mulheres*. (Coimbra: Imprensa de Coimbra, 2005).

- Algranti, Leila Mezan. 'Censura e comércio de livros no período da permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)'. In. *Revista Portuguesa de História* t XXIII (Coimbra: Instituto de H. Econômica e Social, 1999), 631-687.
- Alvim, Maria Helena Vilas-Boas e. 'Em busca da «palavra» feminina na História'. In. Alvim, Maria Helena Vilas-Boas e; Cova, Ana; Mea, Elvira Cunha de Azevedo. *Em torno da História das Mulheres*. (Lisboa: Universidade Aberta, 2002), 7-12.
- Anastácio, Vanda. '«Mulheres varonis e interesses domésticos» (Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVIII para o século XIX)'. In *Cartographies. Mélanges oferta a Maria Alzira Seixo*. (Lisboa, 2005), pp. 537-556.
- _____. 'Alcipe e os mitos: a presença da mitologia na poesia da Marquesa de Alorna'. In. Abel N. Pena (coord.). *A tradição Mitológica Portuguesa. Representações e Identidades (Séculos XVI-XVIII)*, Actas do Colóquio Internacional: MYTHOS. (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008), pp. 67-82.
- _____. 'Almanaques. Origem, géneros, produção feminina'. *Veredas*. Vol 18. (Santiago de Compostela, 2012), pp. 53-74.
- _____. 'D. Leonor de Almeida Portugal As Cartas de Chelas.' In. Vanda Anastácio (org.). *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*. (Lisboa: Fundação Fronteira e Alorna, 2015), pp. 45-53.
- _____. 'Mulheres e biografia material: O *Ramalhete de Flores* de D. Mariana da Luna'. In. *eHumanista* Volume 22, (2012), pp. 178-187. Acesso via «http://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu/span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume22/8%20Anastacio.pdf».
- _____. 'Nota de investigação sobre a Marquesa de Alorna (1750-1839)'. In. *Navegações*. Vol 5 nº1. (Porto Alegre: PUC-RS, 2012), 98-100. Acesso online <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/11080/7605>.
- _____. 'O que é uma autora? Reflexões sobre a presença feminina no campo cultural luso-brasileiro antes de 1822'. In. *Matraga* Vol 18 nº29. (Rio de Janeiro, 2011), 215-224.
- _____. 'Poesia e Sociabilidade: Bocage, a Marquesa de Alorna e a Viscondessa de Balsemão'. In. Martin Neumann (coord.), *Zwischen allen Stühlen*. Manuel Maria Barbosa du Bocage, Bonn, Romanistischer Verlag, (2006), pp. 21-34. Acesso via

- «[http://www.vanda-anastacio.at/articles/1_ALCIPE_ BOCAGE_ HAMBURG_ locked.pdf](http://www.vanda-anastacio.at/articles/1_ALCIPE_BOCAGE_HAMBURG_locked.pdf). Dia 12 de setembro de 2016».
- _____. *Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)* (Lisboa: Edições: Colibri, 2007).
- _____. *A Marquesa de Alorna (1750-1839)* (Lisboa: Editora Prefácio, 2009).
- _____. *Uma Antologia Improvável: A escrita das mulheres (séculos XVII a XVIII)* (Lisboa: Relógio D'água, 2013).
- _____. *Sonetos da Marquesa de Alorna*. (Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007).
- Anica, Aurizia *As mulheres, a violência e a justiça no algarve de oitocentos*. (Lisboa: Edições Colibri, 2005).
- Antunes, Luísa Marinho. *A malícia das mulheres. Discursos sobre poderes e artes das mulheres na cultura portuguesa e europeia*. (Lisboa: Editores Esfera do Caos, 2014).
- Araujo, Ana Cristina. 'Escrita e Segredo. Correspondência amorosa de uma aristocrata nos primeiros anos da Guerra da Restauração'. In. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 4. (Coimbra: Palimage, 2004), pp.105-147.
- _____. *A cultura das luzes em Portugal*. Temas e Problemas. (Lisboa: Livros Horizonte, 2003).
- Araújo, Maria Marta. 'Casar raparigas pobres na confraria de S. Vicente de Braga (Séculos XVIII-XIX)'. In. *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*. (Braga: CITCEM, 2010), 197-215. Acesso via «<http://hdl.handle.net/1822/11735>».
- Araújo, Sofia de Melo. 'Aventuras de Diófanes, de Teresa Margarida da Silva e Orta -Ideais de Climenéia e Diófanes à luz dos tempos'. *Revista da Faculdade de Letras- Línguas e Literaturas*. II Série. Vol XXIII, (Porto, 2008). Acesso via «<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/CONCEI%C3%87%C3%83O%20FLORES.pdf>».
- Ariès, Phillipe. *História Social da Infância e da Família* (Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981).
- Armada, Fina da, *Heroínas Portuguesas. Mulheres que Enganaram o Poder e a História*. (Santa Maria da Feira: Ésquilo, 2012).
- Badinter, Elizabeth. *O amor incerto: História do Amor maternal do século XVII ao XX* (Lisboa: Relógio D'água, 1986).
- Barreira, Cecília. 'Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista'. In. *Análise Social*. Vol XXII, (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), 521-525.
- Barreno, Maria Isabel; Costa, Maria Velho da; Horta, Maria Teresa. *Novas Cartas Portuguesas* (Lisboa: Dom Quixote, 2010).

- Basto, A. De Magalhães. 'Folheando um velho album da poetisa portuense D. Maria Felicidade do Couto Clamouse Browne'. Separata da Revista *O tripeiro*, A 13 (4/6), (Porto: sn, 1957).
- Batticuore, Graciela. *La mujer romántica: Lectoras, autoras y escritores en la Argentina: 1830-1870* (Buenos Aires: Edhasa, 2005).
- Beauvalet-Boutoyrie, Scarlett. *Les femmes dans la époque moderne (XVII^e – XVIII^e siècles)*, (Paris: Belin sup Hisoire, 1994).
- Beauvalet-Boutoyrie, Scarlett; Berthiaud, Emmanuelle. *Le Rose et le Bleu. La fabrique du féminin et du masculin*. (Paris: Belin, 2016).
- Becker, Marília Beatriz Cibils. *Delfina Benigna da Cunha, 200 anos*. Separata. (Porto Alegre: s.n, 1991).
- Bello Vásquez, Raquel de. "'Dá uma risada quando ouvires..." - transgressão e ocultamento em Teresa de Mello Breyner. 'in *Mulheres más. Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso-Hispânico* (vol. 1), org. por Ana María da Costa Toscano e Shelley Godsland (Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004).
- _____. 'Sociabilidade e aristocracia em Portugal no último quartel do século XVIII' in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, (Coimbra: CES, 2004). Acesso via <http://200.137.196.58/galabra/images/stories/pdf/raquel/novos/rbvsociabilidadearistocracia2004.pdf>.
- _____. *Mulheres do século XVIII. A Condessa de Vimeiro* (Lisboa: Ed. Ela por Ela, 2006).
- _____. 'Luz no ângulo obscuro da cultura: revisom sistemática da historiografia literária'. In. Moreira, Maria Eunice; Cairo, Luiz Roberto Velloso (org.). *Questões de crítica e historiografia literária*. (Porto Alegre: Nova Prova, 2006), 193-200.
- Belloto, Heloisa Liberalli. *Nem o tempo, nem a distância: correspondência entre o morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*. (Lisboa: Aletheia editores, 2007).
- Berger, John. *Ways of Seeing*. (London: BBC and Penguin Books, 1972).
- Biguelini, Elen. '«A pesar de sua imperfeição» Tradutoras conhecidas e anônimas de Portugal na primeira metade do século XIX'. In. Ricci, Debora; Silva, Fabio Mario da; Rita, Annabela, et. al. *Feminino plural: literatura, língua e linguagem nos contextos italiano e lusófono / Femminile Plurale: letteratura, lingua e linguaggi in ambito lusofono e italiano* (Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2016), pp. 93-103.

- _____. 'O travestismo na literatura escrita por mulheres em Portugal no final do século XVIII e início do século XIX', in Anais VII Simpósio Internacional e XVI Seminário Nacional Mulher e Literatura em Caxias do Sul. (Caxias do Sul: Educs, 2016). Acesso via «https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/anais-seminario-mulher-literatura2015_2.pdf»
- _____. "Uma união de mentes: casamento e educação das mulheres na obra de Jane Austen e Elizabeth Inchbald" (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2012). Acesso via «<http://hdl.handle.net/10316/24312>»
- Block, Marc. *Introdução à História*. (São Paulo: Europa América, 1974).
- Boechat, Maria Cecília. 'A inveção da leitora romântica'. In. Duarte, Constância Lima; Duarte, Eduardo de Assis; Bezerra, Kátia da Costa (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002), 265-272.
- Bologne, Jean-Claude. *História do Casamento no Ocidente*. (Camarate: Circulo de Leitores, 2000 [1995]).
- Bolufer, Mónica. *Mujeres e Ilustración. La construcción de la feminilidad en la España del siglo XVIII*. (Valência: Institució Alfons el Magnànim, 1998).
- Borges, Andrea Gisela Vilela. «*Meu triste canto deve ser ouvido*» *Introdução à vida e obra de Francisca Possolo (1783-1838)*. (Dissertação Mestrado, Universidade do Porto, 2006).
- Borrvalho, Maria Luísa Malato. *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) Libreto para uma autora quase esquecida*. (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 1999).
- _____. *Por acaso hum viajante: a vida e obra de Catarina de Lencastre. 1º vol. 1749-1824*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008),
- Bragança, Anibal 'Um editor brasileiro na contramão. A expansão dos negócios de Francisco Alves na Europa (1907-1917)', XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. (Manaus, 2013). Acesso via «<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0796-1.pdf>».
- Branco, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina* (São Paulo: Brasiliense, 1991).
- Branco, Manuel Bernardes. *Portugal e os estrangeiros obra dividida em quatro partes*. (Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1879).
- Brandon, Ruth. *Other People's daughters: The life and times of the governess* (London: Phoenix, 2009).
- Brett, Annabel. 'Que é a história intelectual hoje?'. In. Cannadine, David (coord.). *Que é a história hoje?* (Lisboa: Gradiva, 2006), pp. 151-172.

- Burke, Peter (2008). *What is cultural history?* (London: MPG Book Group, 2012).
- Butler, Judith. 'Variações sobre sexo e género. Beauvoir, Wittig e Foucault', in. Ana Isabel Crespo (org). *Variações sobre sexo e género*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), pp. 154-170.
- _____. *Antigone's Claim. Kinship between life and death*. (New York: Columbia University Press, 2000).
- Cabral, Manuel Villaverde. 'Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo'. In. *Análise Social. Vol II*. (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1976), pp.106-126,
- Cadaval, Diana de. *Palácios e Casas Senhoriais de Portugal*. (Lisboa: Esfera dos Livros, 2015).
- Calixto, Maria. *Literatura Negra e de Terror em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1955).
- Camara, Rodrigo de Sousa Azevedo da. *D. Pedro no Porto, ou o heroísmo de poucos*, (Lisboa, Typ. De. J. A. S. Rodrigues, 1841).
- Campos, Cláudia de. *Ensaio da Psicologia feminina*. (Lisboa: M. Gomes editor, 1895).
- Campos, Luís Esteves de Melo. *A mulher em textos e contextos: um recenseamento bibliográfico*. Cadernos da Condição Feminina. nº26. (Lisboa, Cadernos da Condição Feminina, 1974-1988).
- Capela, José. *Conde da Ferreira e C&A. Traficantes de Escravos*. (Afrontamento: Porto, 2012).
- Cardoso, Beatriz Amazonas. "Eu sou mulher e não tenho a pena de homero". *Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa*. (Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo, 2009).
- Cardoso, Solange; Lousada, Isabel. 'Mulheres que dão a cara: as senhoras do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*'. (Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2012). Acesso via «<http://hdl.handle.net/10362/11736>».
- Carvalho, Maria Amália Vaz de. *A vida do Duque de Pamela, D. Pedro de Sousa Holstein* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1898).
- Carvalho, Pinto de. *Modistas e cabeleiros (Século XIX)*. (Lisboa: Apenas, 2008).
- Cascão, Rui. 'Em casa: o quotidiano familiar'. In *História da Vida Privada de Portugal. A Época Contemporânea*, (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- _____. 'Modos de habitar' in *História da Vida Privada de Portugal. A época contemporânea vol. 3*, (Lisboa: Temas e Debates, 2011).

- Casey, James. *A história da família*. (São Paulo: Editora Ática, 1992).
- Castanheira, Maria Zulmira. ‘O Papel Mediador da Imprensa Periódica na Divulgação da Cultura Britânica em Portugal ao Tempo do Romantismo (1836-1865): Matérias e imagens’. In. *Studies in Classicism and Romanticism*. Série SCR, nº2. (Porto: Universidade do Porto, 2013), 77-106. Acesso via «<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11635.pdf>».
- Castelo, Cláudia. ‘CANUTO, Maria José da Silva’, In Nóvoa, António. *Dicionário de Educadores Portugueses*, (Porto: Edições Asa, 2003), pp. 264 – 265.
- Castelo Branco, Theresa M. S. de (Org.). *Correspondência (1833-1880). D. Maria Thereza de Sousa Botelho. Condessa da Ponte e suas filhas* (Lisboa: Aletheia, 2013).
- Castro, Aníbal Pinto de. ‘Uma carta inédita da Marquesa de Alorna’. *Separata da Revista de História Literária de Portugal*, vol IV. (Coimbra: Coimbra Editora, 1975), pp 405-412.
- Cerqueira, Eduardo. ‘O Centenário do Campeão do Vouga’, *Separata do Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XVIII. (Aveiro: Coimbra editora, 1952).
- _____. *Um irmão de José Estevão esquecido: Apontamentos Biográficos de António Augusto Coelho de Magalhães*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol 38. (Aveiro, 1972).
- Chartier, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. (Algés: Difel, 2002).
- Chaves, Castelo Branco. *O Romance Histórico no Romantismo Português*. (Amadora: Bertrand, 1980).
- Cidade, Hernâni, *A Marquesa de Alorna. Sua vida e obras. Reprodução de algumas cartas inéditas* (Porto: Livraria Sá da Costa, 1930).
- Cidade, Hernâni; Alorna, Marquesa de. *Inéditos. Cartas e outros escritos. Selecção, prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade*. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1941).
- _____. *Poesias. Selecção, prefácio e notas do prof. Hernâni Cidade*. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1960).
- Cixous, Hélène. ‘The laugh of the Meduza’. In. Warhol, Robyn R; Herndl, Diane Price (edit). *Feminisms. An anthology of literary theory and criticism*. (New Brunswick: Rutgers University Press, 1997), 347-362.
- Coelho, Nelly Novaes. ‘A literatura feminina no Brasil- das origens medievais ao século XX’. In. Duarte, Constância Lima; Duarte, Eduardo de Assis; Bezerra, Kátia da Costa (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002), 89-106.
- Colaço, Branca da Gonta. *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, (Lisboa: Parceria, 2005).

- Connell, Robert W; Messerschmidt, James W. “Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito”, In. *Revista Estudos Feministas*. Nº21 (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013), pp. 241-282. Acesso via <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>>
- Copeland, Edward; McMaster, Juliet. *The Cambridge Companion to Jane Austen*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).
- Corrêa, Raquel Dotta. *A voz da tradutora: paratextos em traduções de mulheres italianas nos séculos XVII e XVIII*. (Dissertação Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010).
- Couto, Anabela Galhardo. ‘Escritoras de finais do século XVII e início do XVIII. Seu contributo para a definição de uma cultura barroca em Portugal’. In. Alvim, Maria Helena Vilas-Boas e; Cova, Ana; Mea, Elvira Cunha de Azevedo. *Em torno da História das Mulheres*. (Lisboa: Universidade Aberta, 2002).
- Cova, Anne. ‘História da Maternidade: em que ponto estamos?’. In. *Cadernos de História*. (Belo Horizonte, 2011), pp. 163-185. Acesso via <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3336/13591>.
- Cova, Anne; Amorim, Marina Alves. ‘História da Maternidade: em que ponto estamos’. In. *Cadernos de História*, vol 12, (Belo Horizonte, 2011), pp 163-185.
- Cruz, Duarte Ivo. *O essencial sobre o Teatro luso-brasileiro*". (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004).
- Cunha, Ana Cristina Comadulli da. *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2014). Acesso via <https://www.academia.edu/12999869/PRESEN%C3%87A_DE_A.F._DE_CASTILHO_NAS_LETRAS_OITOCENTISTAS_PORTUGUESAS_SOCIABILIDADES_E_DIFUS%C3%83O_DA_ESCRITA_FEMININA>.
- Cunha, Mafalda Soares da; Monteiro, Nuno Gonçalo. ‘Os espaços da vida privada. As grandes casas.’ in *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna*, vol. 2, org. de José Mattoso (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- Dauphin, Cécile; Farge, Arlette (dir.), *De la violence et des femmes*. (Paris: Albin Michel, 1997).
- Dekker; Rudolf M; van de Pol, Lotte. *La doncella quiso ser marinero. Travestismo feminino en Europa (siglos XVII - XVIII)*. (Madri: Siglo XXI, 2006).

- Delumeau, Jean. *A história do medo no Ocidente*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1978]).
- Dias, José Pedro de Sousa. 'Contributo para um dicionário de empresas da indústria farmacêutica portuguesa na primeira metade do século XX'. In. *Medicamento, História e Sociedade*, 12. (Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997), 1-12. Acesso via «<http://archive.ec/8MkpI>».
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. (São Paulo: Brasiliense, 1984).
- Duarte, Constância Lima. 'Apontamentos para uma história da educação feminina no Brasil – século XIX'. In. Duarte, Constância Lima; Duarte, Eduardo de Assis; Bezerra, Kátia da Costa (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002), 273-282.
- _____. 'Feminismo e Literatura no Brasil'. In. Estudos Avançados Vol 17 nº49 (São Paulo, 2003), 151-172. Acesso via «<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>».
- _____. *Imprensa feminina e feminista no Brasil. Século XIX. Dicionário Ilustrado*. (Belo Horizonte: Autêntica, 2016).
- _____. *Nísia Floresta: vida e obra*. (Natal: Imprensa Universitária UFRN, 1985).
- _____. *Uma escritora na periferia do Império: vida e obra de Emilia Freitas (1855-1908)*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007).
- Dulong, Claude. 'Da conversação a criação'. In Duby, George; Perrot, Michelle (coord.). *História das mulheres no ocidente*. Vol 3. (Porto: Edições Afrontamento, 1991), 473.
- Elias, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Vol 2. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993).
- Esdaille, Charles J., *Women in the Peninsular War*, (Norman: University of Oklahoma Press, 2014).
- Esteves, Rosa. 'Aspectos da sociabilidade oitocentista: o jornal francês *L'Abeille*. (1840-1841)', in *Rev. de Hist. das Idéias*, vol. 8 (Coimbra, 1986).
- _____. 'Imprensa periódica para mulheres na primeira metade do século XIX. Catarina de Andrada e o jornal *L'Abeille* (1836 e 1840-53)'. In. *Análise Social*. Vol XXII (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), 527-545. Acesso via «<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223552679B9oAK2zq6Oy28AD6.pdf>».
- Faria, Miguel Figueira. *Machado de Castro (1731-1822)*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2008).
- Fenix, Walter. *La littérature portugaise en Angleterre à l'époque romantique*. (Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1927).

- Fernandes, Graça. *A verdade Madeirense e A grande Guerra*. (Coimbra: Almedina, 2008).
- Ferreira Deusdado, Manuel António. *Educadores portugueses*. (Porto, Lello & Irmãos, 1995).
- Ferreira, Lucia M. A. ‘A construção discursiva das identidades femininas na imprensa brasileira do início do século XIX’. In. *Anais do 5º encontro do Celsul*, (Curitiba: 2003), 767-773. Acesso via «<http://www.celsul.org.br/Encontros/05/pdf/107.pdf>».
- Ferreira, Manuel. *A Illustre Marquesa de Ponta Delgada* (Ponta Delgada: s.n., 1991).
- Figueiredo, Violeta Crespo de. ‘Papéis volantes do século XVIII - 5. Mulher’. In. *História* nº 5 (1979), pp. 54-64.
- Fischer, Luis Augusto. *Machado e Borges: e outros ensaios sobre Machado de Assis*. (Porto Alegre: Arquipelogo Editorial, 2008).
- Flores, Conceição. ‘Escrita Feminina em Portugal’. In *Intersdisciplinas*. Ano 5. Vol. 10. (Florianópolis: UFSC, 2010), 19-27. Acesso via «http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_11/INTER11_02.pdf».
- _____. “Autoria feminina na literatura portuguesa”, in *Anais do XXII Congresso Internacional da ABRAPLIP*. (Salvador, 2011). Acesso via «https://www.researchgate.net/publication/265674450_AUTORIA_FEMININA_NA_LITERATURA_PORTUGUESA».
- _____. ‘Viagem e Exílio: Considerações em torno da Obra de Margarida da Silva e Orta’. *Anais do XXIII Congresso Internacional da ABRAPLIP*. (São Luís, 2011). Acesso via «http://www.abraplip.org/anais_abraplip/images/stories/Conceicao%20Flores.pdf».
- _____. *As Aventuras de Teresa Margarida da Silva e Orta em terras de Brasil e Portugal*. (Natal: Opção gráfica e editora, 2006).
- Flores, Conceição; Morais, Maria Arisnete Câmara de. ‘Tecendo a história das mulheres no século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta’. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*. 2.º. Anais. (Natal: Editora de Arte e Cultura da UFRN, 2002), pp. 1-11.
- Fonte, Barroso da (coord.). *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e altos durienses*. Volumes 1 e 2. (Guimarães: Editora Cidade Berço, 1998).
- Fontes, Janaina Gomes. ‘A maternidade em Mary Wollstonecraft e Michele Roberts’. In. *Intercambio* (2014). Acesso via «http://2791416571781896509-a-1802744773732722657-ssites.googlegroups.com/site/vozesfemininasunb/publicacoes1/Janaina.pdf?attach_auth=ANoY7crV69AahmU9tTYjLTWbZh4O3kmJBCwB-IWLKfTFPIhXO1XWPi1F-JNaLOi2OIFFFxIFrOoUYBMprdd289WD7wFGy fLvnpS1oX2PG61Y9N1mLNPSbVmMo_rEyt2T175i6EO292XZ9IE6aPhOm6BtFgP1cfZXk46Grd6ykYmenpkhIK0b7Y».

SmTAFZ6O1kUkmAVSvWuPasJWrGOySbPaUW1q4g99S2Gkl19O4DhAk_J05mJ8Ei
g%3D&attredirect=0».

- Freire Lestón, Xosé Vicenzo. *A prensa de mulleres en Galicia. 1841-1994*. (Lisboa: Edições Universitárias, 1996).
- Freitas, Eduardo de; Santos, Maria de Lourdes Lima dos. *Hábitos de leitura em Portugal*. (Lisboa: Dom Quixote, 1992).
- Freitas, Renata dal Sasso. 'Lionel Lincoln de James Fenimore Cooper: apropriações literárias na prosa romanesca norte-americana da primeira metade do século XIX' In. *História da Historiografia* nº9 (Ouro Preto, 2012), 184-200. Acesso via, «<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/335>».
- Gleadle, Kathryn. *British Women in the Nineteenth Century*. Parte 2. (Basingstoke Hampshire, UK: Ed. Palgrave Macmillan, 2001).
- Godineau, Dominique. 'A mulher. In. Vovelle, Michel (dir.). *O homem do iluminismo*. (Lisboa: Presença, 1997), 311-335.
- Goody, Jack; Barradas, Ana, trad., *Família e Casamento na Europa*. (Oeiras: Celta Editora, 1995).
- Guedes, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1987).
- Guimarães, Bertino Damiano. *Maria Peregrina de Sousa: (1809-1894: esboço bibliográfico)* Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, nº6. (Matosinhos: Papelaria e tipografia Leixões, 1959).
- Guimarães, Elina. 'A mulher portuguesa na legislação civil'. In. *Análise Social*. Vol XXII (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), pp. 557-577.
- _____. *Mulheres Portuguesas ontem e hoje*. Caderno Condição feminina. nº24. (3ª edição). (Lisboa: Codex, 1989 [1979])
- Horta, Maria Teresa. *As Luzes de Leonor*. (Lisboa: Dom Quixote, 2011).
- Hufton, Olwen. 'Mulheres, trabalho e Família', In Duby, George; Perrot, Michelle (coord.). *História das mulheres no ocidente*. Vol 3. (Porto: Edições Afrontamento, 1991).
- Irigaray, Luce *This sex which is not one* (New York: Cornell University Press, 1985).
- Jones, Ann Rosalind. 'Escrever o corpo: para uma compreensão de *l'écriture féminine*'. In. Macedo, Ana Gabriela. *Género, identidade e desejo. Antologia crítica do feminismo contemporâneo*. (Lisboa: Livros Cotovia, 2002).

- Jones, Ann Rosalind. 'Writing the body: toward an understanding of l'écriture féminine'. In: Warhol, Robyn R; Herndl, Diane Price (edit). *Feminisms. An anthology of literary theory and criticism*. (New Brunswick: Rutgers University Press, 1997), 370-383.
- Kessler-Harris, Alice. 'Que é a história do género hoje?'. In: Cannadine, David (coord.). *Que é a história hoje?* (Lisboa: Gradiva, 2006), 127-149.
- Klobuka, Anna. 'Sobre a hipótese de um herstory da Literatura Portuguesa'. Rev. *Veredas*.nº10. (Santiago de Compostela, 2008), 13-25. Acesso via «https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34460/1/Veredas10_artigo3.pdf?ln=pt-pt».
- Kristeva, Julia. *Strangers to ourselves*. (New York: Columbia University Press, 1991).
- Lamas, Rosemarie Wank-Nolasco, *Mulheres para além do seu tempo*. (s.l.: Bertrand, 1995).
- Lauretis, Teresa de *Alice Doesn't: Feminist, Semiotics, Cinema*. (Blomington: Indiana University Press, 1984).
- Leal, [Maria] Ivone. 'A mulher e o amor no século XVI: afectividade sexualidade, casamento – uma abordagem do tema. In: *Análise Social*. Vol XXII (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), 769-778.
- Lebrun, François. *A vida conjugal no antigo regime*. (Lisboa: Codex, 1992).
- Leite, Miriam Lefchitz Moreira; Mott, Maria Lucia de Barros; Appenzeller, Bertha Kauffman. *As mulheres no Rio de Janeiro no sec XIX. Um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros*. (São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982).
- Lima, Henrique de Campos Ferreira. 'Garret e o Brasil, notas biographicas; Uma poetisa francesa em Portugal, Pauline de Flaugergues'. In: *Persée. Bulletin Hispanique*. Vol 26 nº3. (s.l, 1924), 284-287.
- Lisboa, João Luís; Miranda, Tiago C. P. dos Reis. 'A cultura escrita nos espaços privados' in *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna* vol. 2, org. de José Mattoso (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- Lloyd, Genevieve. *The male of reason. 'Male' and 'Female' in Western Philosophy*. (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984).
- Lobo, Luiza. 'Literatura e história: uma intertextualidade importante'. In: Duarte, Constância Lima; Duarte, Eduardo de Assis; Bezerra, Kátia da Costa (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002), 108-117.
- Lopes, Alexandre; Oliveira, Maria do Carmo Correia de (org.). *Deste lado do espelho: estudos de tradução em Portugal*. Coloquio. 21 e 22 fev 2002. (Lisboa: Un. Católica Editora, 2002).

- Lopes, Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*, (Lisboa: Quimera, 2005).
- _____. ‘Sexo e Género. Algumas notas epistemológicas para a análise da mentalidade no século XIX’. *Revista Ex Aequo* nº1. (Lisboa: Celta Editora, 1999), pp. 45-60.
- Lopes, Maria Alexandra Ambrósio. *Poéticas da Imperfeição. Autores e tradutores na primeira metade de oitocentos: Walter Scott e A. J. Ramalho e Sousa*. (Tese de Doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, 2010).
- Lopes, Maria Antónia. ‘As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos’, in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*. (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- _____. ‘Escritores e animais: vivências, representações e sentimentos, do Barroco ao Naturalismo’. In. Braga, Isabel Drumond; Braga, Paulo Drumond. *Animais e Companhia na História de Portugal*, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2015), pp. 437-484.
- _____. ‘Os pobres, os ricos e a caridade na literatura religiosa portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX’. *Revista de História Bajo Medieval y moderna*. (2016), pp. 69-88.
- _____. ‘Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres – uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)’. In. *Revista Portuguesa de História* Tomo XXXVII. (Coimbra, 2005), pp. 189-229.
- _____. ‘Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista (elementos para a história de *As mulheres e o trabalho*’). In. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* nº 5. (Coimbra, 2006), pp. 133-156.
- _____. ‘Sociabilidades de salão no Porto setecentista na obra do Abade de Jazente’. In. *Touros, Tragédias, Bailes e Comédias- Espectáculos e divertimentos em Portugal no século XVIII*. (Lisboa: Centro de Estudos de Teatro da FLUL, 2016), pp. 102-111. Acesso via <<http://hdl.handle.net/10316/30309>>.
- _____. *D. Fernando II: um rei avesso à política*. (Lisboa: Círculo de Leitores, 2013).
- _____. *Mulheres, Espaço e Sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1989).
- _____. *Rainhas que o povo amou. Estefânea de Hohenzollern, Maria Pia de Saboia*. (Maia: Círculo de Leitores, 2011).
- Lousada, Maria Alexandre, ‘Vida privada e política. Novas formas: emergência do espaço público’. in *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna*, vol. 2, org. de José Mattoso (Lisboa: Temas e Debates, 2011).

- _____. ‘Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias. C. 1760-1834’. In. *Penélope*. Nº19-20. (1998). Acesso via «<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2655740.pdf>».
- Lovecraft, H. P. *O terror sobrenatural na literatura*. (Lisboa: Editora Vega, 2006).
- Luca, Leonora de. ‘*A Mensageira*’: *uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. (Dissertação Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1999).
- Luna, Mariana da. *De flores à felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa Restauração por sua magestade Dom João IV*. (Lisboa: Officina de Domingos Lopes Roda, 1642).
- Macciocchie, Maria Antonietta. *Querida Leonor: paixão e morte de Leonor da Fonseca Pimentel na Revolução Napolitana* (Lisboa: Caminho, 1995).
- Macedo, Laureano S. Ascensão. *Da voz à pluma: escritoras e patrimonio documental de autoria feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde*. (Ribeira Brava: Ascensão de Macedo, 2015).
- Macfarlane, Alan. *História do casamento e do amor. Inglaterra, 1300-1840*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).
- Machado, Charliton José dos Santos; Sena, Fabiana. ‘A representação da mulher portuguesa no jornal *O beija-flor* (1838)’. Acesso via «[http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/A%20REPRESENTACAO%20DA%20MULHER%20PORTUGUESA%20NO%20JORNAL%20O%20BEIJA-FLOR%20\(1838\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/A%20REPRESENTACAO%20DA%20MULHER%20PORTUGUESA%20NO%20JORNAL%20O%20BEIJA-FLOR%20(1838).pdf)».
- Machado, Júlio Cesar. *Os teatros de Lisboa*. (Lisboa: Editorial Notícias, 1991 [1875]).
- Macedo, Ana Gabriela Macedo; Amaral, Ana Luísa (orgs.), *Dicionário da Crítica Feminista* (Porto: Edições Afrontamento, 2005).
- Manuel, Keneth; Danesi, António de Pádua, trad. *Marques de Pombal. Paradoxo do iluminismo*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra. RJ, 1996).
- Maricourt, André Du Mesnil de. *Madame de Souza et sa famille*. (Paris: Ed. Émile-Paul Frères, 1907).
- Martins, Anna Faedrich. ‘A produção de autoria feminina: Albertina Bertha e a Imprensa Periódica’. In. *Pontos de Interrogação* nº1. (Alagoinhas, Universidade do Estado da Bahia, 2012), 44-58. Acesso via «<http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/v2n1/vol2n1-44-58.pdf>».
- Martins, Maria João. *Mulheres portuguesas. Divas, santas e demónios*. 2 volumes (s.l: Vega, 1994).

- Mello Freitas, Joaquim de. *A família de José Estevão: Conferencia*. Realizada no Clube Mário Duarte, (Aveiro, 1909).
- Mendes, Maria Lúcia Dias. 'Trajetórias e tempos das traduções de Alexandre Dumas em Portugal e no Brasil'. In *Letras* 47. (Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013). 135-155. Acesso via «<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11759/7188>».
- Mevin, Sabrina; Prunhubert, Carol. *Mulheres, os grandes mitos femininos através do mundo*. (sl: Ed Vego, 1994).
- Miles, Robert. *Jane Austen*. (Devon UK: Northcote, 2003).
- Miranda, José Américo. 'Uma escritora brasileira na França do século XIX'. In. Duarte, Constância Lima; Duarte, Eduardo de Assis; Bezerra, Kátia da Costa (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002), 138-142.
- Moi, Toril. '«I am not a woman writer» About women, literature and feminist theory today'. In. *Feminist Theory* vol 9 (Los Angeles: Sage Publications, 2008), 259-271. Acesso via «<http://www.torilmoi.com/wp-content/uploads/2009/09/259-271-095850-Moi.pdf>».
- _____. *Sexual/Textual Politics: Feminist Literary Theory* (New York: Routledge. 1986).
- Mónica, Maria Filomena. 'Capitalistas e industriais (1870-1914). *Análise Social* Vol XXIII. (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987), 819-863.
- _____. 'O amor no século XIX: Jaime Batalha Reis e Celeste Cinatti'. In. *Análise Social* Vol XLII. (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007), pp. 277-280.
- _____. *Isabel, Condessa de Rio Maior: Correspondência para seus filhos 1852/1865* (Lisboa: Quetzal, 2004).
- Monnier, Gérard. 'Histoire des artes et typologie'. In. Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François (dir.). *Pour une histoire culturelle*. (Paris: Éditions du seuil, 1997), 407-422.
- Monteiro, Nuno Gonçalves. 'As famílias e os indivíduos. Casa, casamento e nome'. In. *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna*, vol. 2, org. de José Mattoso (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- Morais, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de. 'Os alfaiates e as modistas em Lisboa (1775-1850): subsídio para a História do traje e da moda'. In. *Revista de Artes Decorativas*. Nº6. pp. 197-226.
- _____. *O Traje Feminino em Portugal na primeira metade do séc. XIX: mercado e evolução da moda*. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2014).

- Morant, Isabel (dir.). *Historia de las mujeres en España y América Latina. El mundo moderno*. Vol II. (Madrid: Catedra, 2006).
- _____. *Historia de las mujeres en España y América Latina. Del siglo XIX a los umbrales del XX*. Vol. III. (Madrid: Catedra, 2006),
- Moreira, Nazilda M. de B. ‘Da margem para o centro: a autoria feminina e o discurso feminista do século XIX’. In. Duarte, Constância Lima; Duarte, Eduardo de Assis; Bezerra, Kátia da Costa (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002), 143- 147.
- Moreira, Zenóbia Collares. *O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão: [D. Catharina Michaela de Sousa César e Lencastre] [1749-1824]* (Lisboa: Colibri, 2000).
- Morujão, Isabel. ‘Entre o convento e a corte: algumas reflexões em torno da obra poética de Soror Tomásia Caetana de Santa Maria’. in. *Revista da Faculdade de Letras- Línguas e Literatura V- Espiritualidade e Corte em Portugal, sécx XVI-XVIII*. (Porto, 1993), pp. 123-142.
- _____. ‘Verdades do Tempo e máximas do século: dois manuscritos inéditos de Sórora Maria do Céu’. *Rev. Faculdade de Letras*. (Porto, 1992), pp. 99-307.
- Mota, Isabel Ferreira da. ‘Etiqueta e redes académicas nas cortes setecentistas de Portugal e Espanha’, *Revista História das Idéias*, nº31, (2010), pp. 137-150.
- Moura, Vasco Graça. *366 poemas que falam de amor*. (Lisboa: Quetzal, 2003).
- Mulher e a sociedade (A)*. Actas dos 3ºs cursos Internacionais de Verão de Cascais. (Cascais: Camara Municipal de Cascais, 1996).
- Mulher na sociedade portuguesa (A)*. - *atas de coloquio*. Instituto de História Económica e Social da FLUC. Vol 1 e 2. Coloquio 20 e 22 março de 1985. (Coimbra, 1986).
- Mulvey, Laura. ‘Visual Pleasure and Narrative Cinema’. In Easthope, Anthony; McGowan, Kate. *A Critical and Cultural Theory Reader*. (Buckingham: Open UP, 1998[1975]).
- Natário, Anabela. *Portuguesas com História. Séculos XVI e XVII*. (Lisboa: Temas e Debates, 2008).
- Neves, José Cassiano. *Madame de Souza e os salões literários de Paris*. Separata da *Revista Ocidente*. Vol LVII. (Lisboa: s.n, 1959), 251-257.
- Neves, Lúcia Maria Bastos P. ‘O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808-1822)’. In. *Ler História* 37, (Lisboa, 1999), 95-111.
- _____. ‘Censura, circulação de ideias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824’. In. *Revista Portuguesa de História*. Tomo 33. (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999), pp. 665-697.

- Newby, Jennifer. *Women's lives. researching women's social history. 1800-1939*. (Barnsley: Pen & Sword, 2011).
- Oliveira, Maria Teresa Martins de. *A mulher e o adultério nos romances O Primo Basílio de Eça de Queiros e Effi Briest de Theodor Fontane*. (Coimbra: Livraria Minerva, 2000).
- Outeirinho, Maria de Fátima. *Lamartine em Portugal: alguns aspectos de sua recepção (1840-1890)*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1988). Acesso via «https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18122/2/FLM09301_P000079363.pdf».
- Pais, José Machado, 'A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal'. In. *Análise Social*. Vol XXII (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), 751-768.
- Palacios Cerezales, Diego. 'Assine, assinem, que a alma não tem sexo! Petição coletiva e cidadania feminina no Portugal constitucional (1820-1910)'. In. *Análise Social*. Vol XLVII (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012), 740-765. Acesso via «http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_205_a01.pdf».
- Perrot, Michelle. 'L'histoires de femmes: le silence rompu'. In. Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Falar de mulheres. 'História e historiografia'*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 141-150.
- _____. *La vie de famille au XIX^e siècle*. (Paris: Point, 2015).
- Perrot, Michelle; Saúl, Mariana, trad. *Mi historia de las mujeres*. (Buenos Aires: Editora Fondo de Cultura Económica, 2008 [2006]).
- Pieron, Geraldo. 'A inquisição em Portugal e no Brasil: Fontes históricas Parte 1: as fontes primárias', Acesso via «http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Geraldo_Pieron.pdf».
- Pimentel, Alberto. *Figuras Humanas*, (Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1905).
- Pimpão, Álvaro J. da Costa. 'Castilho e Pauline de Flaugergues: um encontro romântico'. Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa ano V. n.º17-18. (Coimbra, 1959).
- Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. (São Paulo: Contexto, 2012).
- Pinto, Teresa. *O ensino industrial feminino oitocentista. A escola Damião de Góis em Alenquer*. (Lisboa: Colibri, 2000).
- Piucco, Narceli. «'Corinne ou l'Italie' de Mme de Staël»: da adaptação à retradução estrangeirizante. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008).

- Poovey, Mary. *The Proper Lady and the Woman Writer. Ideology as Style in the Works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley and Jane Austen* (Chicago: University of Chicago Press, 1985).
- Póvoas, Mauro Nicola. 'Fragmentos de história da literatura: relatos e resultados de uma pesquisa em Portugal'. In. *Letras de Hoje* v.47, nº4. (Porto Alegre, 2012), pp. 356-364.
- Priori, Mary del. *História do Amor no Brasil*. (São Paulo: Editora Contexto, 2012).
- Projeto *Fontes* (Rio Grande: FURG, CNPq, FAPERGS, 2016). Acesso via «<http://www.fontes.furg.br/>».
- Prunhuber, Carol; Mervin, Sabrina. *Mulheres – Os grandes mitos femininos através do mundo*. (s.l: Vega, 1994).
- Quadros, Rangel de. *Aveirenses Notáveis*. (Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 197?).
- Rafael, Gina Guedes. 'Jornais, romances-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influencias transatlânticas?' in. *Iris*. Vol1 nº1 (Recife: UFPE, 2012) pp. 32-42.
- _____. *A leitura na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2011).
- Rafael, Gina Guedes; Santos, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do séc. XIX*. Vol 1. (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001).
- Rector, Monica. *Mulher, objecto e sujeito da literatura portuguesa*. (Porto: Ed. Universidade Fernando Pessoa, 1999).
- Rector, Monica; Torrezão, Guiomar. *O fraco da Baroneza* (Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2005).
- Reis, A. do Carmo. "Invasões francesas: as revoltas do Porto contra Junot". Editorial Notícias. Lisboa.
- Rey Castelao, Ofelia. 'Las campecinas galegas y el honor en la edad moderna'. In. Candau Chacón, Maria Luisa (ed.), *Las Mujeres y el honor en la europa moderna*. (Huelva, Universidad de Huelva, 2014), pp. 417-440.
- _____. 'Las instituciones monásticas femininas, ¿centros de producción?'. In. *Manuscripts*. Nº27 (2009), pp. 59-76 Acesso via «<https://ddd.uab.cat/pub/manuscripts/02132397n27/02132397n27p59.pdf>».
- _____. 'Mujer y sociedade en la Galicia del Antiguo Régimen'. In. *Ohm*. Nº 3 (1994), pp. 51-68. Acesso via «<http://www.usc.es/revistas/index.php/ohm/article/view/464>».
- Rey Castelao, Ofelia; Rial Garcia, Susana. *Historia das mulleres en Galicia*. Idade Moderna. (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2010).

- Ripa, Yannick. *Les femmes, actrices d'histoire. France, de 1789 à nos jours*. (Paris: Armand Coln, 2010).
- Rosa, Alexandra Assis; Flor, João Almeida; Sousa, Maria Leonor Machado de Sousa, *Charles Dickens em Portugal*. (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012).
- Ribeiro, Arilda Ines. *Vestígios da Educação Feminina no século XVIII em Portugal*. (São Paulo: Arte & Ciência, 2002).
- Ribeiro, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos científicos 1854-1861*. (Lisboa, Typ da Ac. Real das Sciencias, 1885).
- Rodrigues, Ernesto. *A corte luso-brasileira no jornalismo português: (1807-1821)*. (Lisboa : [s.n.], 2008).
- Rodrigues, Ernesto. *Mágico Folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*. (Lisboa: Notícias editorial, 1998).
- Rodrigues, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Biblioteca Breve. (Amadora, Gráficas da Livraria Bertrand, 1980).
- _____. 'Comentários da Marquesa de Alorna às obras de madame de Stael *de la littérature e de l'Allemagne*'. In. *Les rapports culturels et litteraires entre le Portugal et la France*. (Paris: Fundação Calouste Gulbeikan, 1983[1937]), pp. 289-294.
- Romariz, Andrea Germano de Oliveira. *O almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto Maior?* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011).
- Rougement, Denis de; Hatherley, Anna, trad., *O amor e o Ocidente*. 2ª edição (Lisboa: Ed. Veja, 1999).
- Rowland, Robert. *População, família e sociedade. Portugal, séculos XIX- XX*. (Oeiras: Celta, 1997).
- Ruiz, Betina dos Santos. *A retórica da mulher em polémicas de folhetos de Cordel do século XVIII. Os discursos apologéticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L. P. D. G., e outros nomes (quase) anónimos*. (Dissertação Mestrado, Universidade do Porto, 2009).
- Sá, Victor de. *A revolução de Setembro de 1836*. (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1969).
- Salvado, António. *Antologia das mulheres poetas portuguesas*. (Lisboa: Delfos, sd.).
- Salvador, Teresa 'Em torno dos periódicos femininos'. in *Cultura. Revista de História e Teoria das Idéias*. Vol 26. (Lisboa, INIC, CHC, 2009), 95-117.
- Sampaio, Bruno. *Portuenses Ilustres*. Tomo II. (Porto: Livraria Magalhães & Moniz, Porto, 1907-1908).

- Sampaio, Fernanda. 'Notícia da Educação Feminina nos primórdios do século XIX (1800-1807)'. In. Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, Ana Cova, Elvira Cunha de Azevedo Mea. *Em torno da História das Mulheres*. (Lisboa: Universidade Aberta, 2002).
- Sampaio, Juliana da Cunha. 'Os manuais de bom comportamento e a educação feminina na América portuguesa'. Anais do II encontro internacional de História Colonial. Mneme. Revista de Humanidades (Caíco, RN, 2008). Acesso via «www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais».
- Sandra Gilbert, Sandra; Gubar, Susan. *The madwoman in the Attic. The woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. (New Haven: Yale University Press, 1984).
- Sant'Anna, Benedita de Cássia Lima. 'Publicações Inaugurais da Imprensa Literária Brasileira'. In. *TriceVersa. Revista do Centro Ítalo-Luso-Brasileiro de Estudos Linguísticos e Culturais*. Vol 4, nº1 (Assis, 2010), 3-27.
- Santana, Maria Helena. 'Segredos e confidências. Estética e aparência'. In *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- _____. 'Upstairs-downstairs: as criadas, o género e a classe no realismo português'. In. *O século do romance. Realismo e naturalismo na ficção oitocentista*. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013), pp. 65-74.
- Santana, Maria Helena; Lourenço, António Apolinário. 'No leito. Comportamentos sexuais e herotismo'. in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- Santos, Cândido dos. *Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX*, (Porto, Universidade do Porto, 1982), 47-76. Acesso via «<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7858.pdf>».
- Santos, Clara Maria Laranjeira Sarmiento e. 'A Correspondência Luso-brasileira: narrativa de um trânsito intercultural'. In. *Revista Brasileira de História*. Vol 32, nº63. (São Paulo, 2012), 249-279. Acesso via «http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100012».
- Santos, Geralda Maria Marques Ferreira dos. *População e economia da cidade de penafiel nos finais do antigo regime: 1785 - 1807 / (s.l.: s.n., 2000)*.
- Santos, Luísa Cristina dos (org.) *Literatura e Mulher: das linhas às entrelinhas*. Editora (Ponta Grossa: UEPG,2002).
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos 'As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX). In. *Análise Social*. Vol XXI. I (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1985.), pp.187-227.

- _____. *Intelectuais portuguesas na primeira metade do oitocentos*. (Lisboa: Editora Presença, 1988).
- Santos, Maria Irene Ramalho dos; Amaral, Ana Luísa. *Sobre a 'Escrita Feminina'*. (Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1997).
- Santos, Nilton. 'O teatro de João Caetano - a presença do ator na cena brasileira do século XIX'. (João Pessoa, 2009). Acesso via <<http://adupliface.blogspot.pt/2010/08/o-teatro-de-joao-caetano-presenca-do.html>>.
- Santos, Teresa; Pereira, Sara Marques (edit). *Leonor da Fonseca Pimentel: A Portuguesa de Nápoles (1752-1799) - Actas do colóquio realizado no bicentenário da morte de Leonor da Fonseca Pimentel*, (Lisboa: Livros Horizonte, 2001).
- Santos, Maria José Moutinho. 'Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVII'. In. *Revista de História, V. Actas do coloquio O Porto na época moderna- III*. (Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1981), pp. 35-47.
- Santos, Zulmira C. 'Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII: a fundação e os programas pedagógicos das visitadinas'. In. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. (Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004), pp. 985-1001.
- _____. *Oração e devoção em modelos de comportamento femininos do séc. XVIII em Portugal: das 'Memórias' da condessa de Atouguia ao 'Elogio' de D. Ana Xavier*. Separata de "Richerche di Storia Sociale e religiosa". n.º74. Ano XXXVII. (2008), pp. 31-47. Acesso via <https://www.academia.edu/21424120/Ora%C3%A7%C3%A3o_e_devo%C3%A7%C3%A3o_em_modelos_de_comportamento_femininos_do_s%C3%A9c._XVIII_em_Portugal_das_mem%C3%B3rias_da_Condessa_de_Atouguia_ao_elogio_de_D._Ana_Xavier>.
- Sarmiento, Clara (coord.). *Condição Feminina no Império Colonial Português*. (Porto: Politema, 2008).
- Scavone, Lucila. 'Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero'. In. *Interface Comunic, Saúde, Educ.* vol 5, n.8. (2001), pp. 47-60. Acesso via <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004>.
- Schpun, Mônica Raisa (org.). *Gênero sem Fronteiras*. (Florianópolis: Editora Mulheres, 1997).
- Scott, Joan. 'Gênero: uma categoria útil de análise histórica', in. Ana Isabel Crespo (org). *Variações sobre sexo e gênero* (Lisboa: Livros Horizonte. 2008), pp. 49-77.

- Sennet, Richard. *O declínio do Homem Público. As tiranias da intimidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1988).
- Sequeira, G. de Matos. *Depois do terremoto, subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Volume IV. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1935).
- Serrano, Sónia. *Mulheres Viajantes*. (Lisboa: Tinta da China, 2014).
- Serrão, Joel. *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. (Lisboa: Livros Horizonte, 1987).
- Shorter, Edward; Pérez, Teresa, trad., *A formação da família moderna*. (Lisboa: Terramar, 2008 [1975]).
- Showalter, Elaine. *A literature of their own: From Charlotte Brontë to Doris Lessing*. (London: Virago, 1999).
- _____. *Sexual Anarchy. Gender and culture at the 'fin de siècle'*. (London: Virago Press, 1999).
- Silva, Fabio Mario da. *A autoria feminina na literatura portuguesa. Reflexões sobre as teorias do Cânone* (Lisboa: Edições Colibri, 2014).
- Silva, Jorge Bastos da. “Problemáticas na tradução em Portugal no século XIX”. In Alexandre Lopes, Maria do Carmo Correia de Oliveira(org.), *Deste lado do Espelho. Estudos de tradução em Portugal*. (Lisboa: Editora da Universidade Católica, 2002).
- Silva, José Gentil da. ‘A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII’. In. *Revista de História das Ideias*, Vol . 4. Tomo I. (Coimbra, 1982), 143-166. Acesso via «http://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol4/pdfs/Vol_04_T1_07_jsilva.pdf».
- Silva, Maria Beatriz Nizza da. ‘Os livreiros de Lisboa e o comércio de livros com o Brasil’. *Rev. Portuguesa de História do livro e da edição*. Anno III. nº6. (Lisboa, 1999), pp. 87-105.
- _____. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. (São Paulo: Editora Nacional, 1977).
- _____. *Donas e Plebeias na sociedade colonial* (Lisboa: Editora Estampa, 2002).
- Silva, Maria Regina Tavares da; Vicente, Ana. ‘Mulheres portuguesas: vidas e obras celebradas - vidas e obras ignoradas’. *Rev. Ditos e Escritos*. nº1 (Lisboa: Comissão para Igualdade e Direitos da mulher, 1980-1991).
- Silva, Vitor Manuel de Aguiar e Silva. ‘O romance: História e sistema de um género literário’. In. *Teoria da Literatura*. (Coimbra: Livraria Almedina, 2006).
- Simões, Manuela Lobo da Costa. *Um Divórcio na Lisboa oitocentista*. (Lisboa: Livros Horizonte, 2012).

- Simonnet, Dominique; Courtin, Jean; Veyne, Paul; St. Aubyn, Isabel, trad. "*A mais bela história do amor*". (Porto: Asa, 2006).
- Sirinelli, Jean-François. 'Les élites culturelles'. In. Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François (dir.). *Pour une histoire culturelle*. (Paris: Éditions du seuil, 1997), pp. 275-296.
- Sixto Barcia, Ana Maria. *Mujeres y cultura letrada en la Galicia Moderna*. (Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 2015).
- Soares, Lena Marisa. 'Aspectos do amor romântico ou do amor paixão na emergência do romance oitocentista'. In. *O século do romance. Realismo e naturalismo na ficção oitocentista*. (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013), pp. 479-488.
- Solé, Jacques. *L'amour en occident a l'époque moderne*. (Paris: Albin Michel, 1976).
- Sousa, Fernando de; Cirne, Teresa. *Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil: (1805-1832)*. (Porto: CEPES- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2007), 235. Acesso via «<http://hdl.handle.net/10216/20367>».
- Sousa, Maria [Calixto] Leonor Machado de. *Literatura Negra e de Terror em Portugal nos séculos XVIII e XIX*. (Lisboa: Nova Era, 1978).
- _____. *O "horror" na literatura portuguesa* (Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979).
- Souza, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas. A moda no século dezanove*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1987).
- Souza, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. (Tese, Universidade Estadual de Campinas, 2007).
- Spender, Dale. 'Women and Literary History'. In. Belsey, Catherine; Moore, Jane (editors). *The feminist reader*. (Blackwell: Palgrave Macmillan, 1997), pp. 16-25.
- Steinback, Susie. *Women in England 1760-1914: A Social History*. (London: Phoenix Paperback, 2004).
- Talam, Níkita, 'In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich'. In. *Studia Romanica et Anglica Zagrabienisa*, Vol. 50. (Veljača, 2006), 145-192. Acesso via «<http://hrcak.srce.hr/17393>».
- Todd, Janet (edit). *Jane Austen in Context*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2010 [2005]).
- Topa, Francisco. 'Um soneto da Viscondessa de Balsemão seguido de uma réplica de seu marido'. *Revista da Faculdade de Letras, línguas e Literaturas*. nº XVII (Porto, 2000), pp. 455-457.

- Torres, Anália Cardoso. "*Casamento e Portugal. Uma análise sociológica*". (Oeiras: Celta, 2002).
- Valentim, Margarida Gomes. *Um olhar sobre a evolução do espaço da cozinha e o contrituito da mulher*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2014). Acesso via «<http://hdl.handle.net/10451/11532>».
- Vaquinhas, Irene. 'A família, essa 'pátria em miniatura''. in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- _____. 'A mulher e o poder. O poder das mulheres- Visão histórica.' in *A mulher e o poder. Comunicações de um seminário.*, nº20, 15 nov (Lisboa: Codex, 1987).
- _____. 'Linhas de Investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço', *Revista da Faculdade de Letras. História.* vol. 2, III série (Porto, 2002), pp. 201-221.
- _____. 'Perigos da leitura no feminino, dos livros proibidos aos aconselhados (sec XIX e XX)'. *Revista Ler História. Repúblicas Culturas e Práticas.* Vol 59. (2010), pp. 83-99. Acesso via «<https://lerhistoria.revues.org/1327>».
- _____. 'Notas para a história da violência em Portugal, na segunda metade do século XIX'. Separata de *Revista Portuguesa de História*, nº27 (Coimbra: [s.n.], 1992), pp. 145-163.
- _____. *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*. (Lisboa: Edições Colibri, 2000).
- _____. *Violência, Justiça e Sociedade Rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. (Porto: Edições Afrontamento, 1995).
- Vaquinhas, Irene; Guimarães, Maria Alice Pinto. 'Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa', in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, (Lisboa: Temas e Debates, 2011).
- Vasconcelos, Francisco de. *A nobreza do século XIX em Portugal*. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Univ. Moderna do Porto, 2003).
- Veloso, Carlos. *A mulher na construção do Brasil. Da descoberta à independência*. (Coimbra: Minerva, 1996).
- Viana, Maria José Motta. 'Ficções de mulheres como mapas de estar no mundo'. In. Duarte, Constância Lima; Duarte, Eduardo de Assis; Bezerra, Kátia da Costa (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002), pp.130-136.
- Viana, Mário Gonçalves. *O amor na literatura portuguesa*. (Porto: Domingos Barreira Editor, s.d).

- Vicente, Ana. 'A representação da mulher portuguesa em viajantes estrangeiros dos secs XVII e XIX'. *Revista Ex Aequo* nº1. (Lisboa: Celta Editora, 1999).
- _____. *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros. Séculos XVIII-XIX-XX* (Lisboa: Gótica, 2001), pp 61-71.
- Vicente, António Pedro. "Cartas e apontamentos inéditos de Alcipe". In. Monteiro, Nuno Gonçalves; Almeida, Teresa de Sousa; Anastácio, Vanda (orientação). *Correspondências - Usos da Carta no século XVIII*. (Lisboa: Edições Colibri. 2005), pp. 55-73.
- Vidal, Angelina. *Justiça dos Vencidos*. (Lisboa: Imprensa Minerva, 1891).
- Vieira, Artur. *Poetisas em Portugal: Conferencia de Artur Vieira dada en el Club de señoras El 7 de octubre, com motivo del aniversario portugués* (Santiago do Chile: Editorial Nascimento, 1931).
- Vieira, Maria do Pilar S. A. 'Ursulinas'. In. Carlos Moreira Azevedo (dir.), Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol P-V (Lisboa: Circulo de Leitores, 2001), pp. 324-325.
- Vigarello, George. *História da Violação. Séculos XVI-XX* (Lisboa: Editorial Estampa, 2008).
- Villarelhe, Eva Loureiro. 'Fabricação de ideias e identidade na historiografia literária lusa e brasileira: Começa a literatura brasileira com um romance, feminista e político escrito por uma mulher?' In. *A questão social no novo milénio*. Atas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. (Coimbra: CES, 2004). Acesso via «http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Eva_Loureiro_Vilarelhe.pdf».
- Ventura, António (org.). *'Um olhar feminino sobre Portugal'. D. Mariana de Sousa Holstein. Condessa de Alva. Cartas a sua irmã Teresa (1814-1819)*. (Lisboa: Livro Horizonte, 2006).
- Walter, Felix. *La littérature portugaise en Angleterre à l'époque romantique* (Paris, Librairie Ancienne Honoré, 1927).
- Wiesner-Hanks, Merry E. *Women and Gender in Early Modern Europe*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2008).
- Woolf, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. (Porto Alegre: LP&M, 2012).
- _____. 'A Room of One's Own', in *Selected works of Virginia Woolf*. (London: Wordsworth, 2007).
- Ximenes, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. (São Paulo: Estação das letras e cores, 2009).

Yalom, Marilyn. *Historia de la esposa*. (Barcelona: Salamandra, 2003).

Zinani, Cecil Jeanine Albert. 'Illuminata: lendo e escrevendo como mulher'. In. *Ráida*. nº 21. (Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2016), pp. 13-25.

Zúquete, Afonso Duarte Martins, (dir). *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 vols., (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1989).